

RELATÓRIO ANUAL CONSOLIDADO

Versão não conforme ESEF

CORTICEIRA AMORIM

2021



RELATÓRIO ANUAL CONSOLIDADO

Versão não conforme ESEF

CORTICEIRA AMORIM

2021

Versão não oficial e não auditada (pdf) do Relatório Anual da Corticeira Amorim, S.G.P.S., S.A. – exercício de 2021.

Versão oficial e auditada do relatório no formato previsto na norma técnica de regulamentação (RTS) do ESEF (Regulamento Delegado (UE) 2019/815) disponível em www.amorim.com. Em caso de discrepâncias entre esta versão e o relatório oficial do ESEF, prevalece o último

ÍNDICE

MENSAGEM DO PRESIDENTE	004 – 005
ÓRGÃOS SOCIAIS	006 – 007
PRESENÇA NO MUNDO	009 – 011
ORGANIGRAMA	013 – 015
01 Principais Eventos	016 – 025
02 Relatório Consolidado de Gestão	026 – 069
03 Relatório do Governo Societário	070 – 135
04 Relatório de Sustentabilidade	136 – 223
05 Demonstrações Financeiras Consolidadas	224 – 231
06 Notas às Demonstrações Financeiras Consolidadas	232 – 287
07 Relatórios e Pareceres dos Órgãos de Fiscalização e Revisão	288 – 298

MENSAGEM DO PRESIDENTE



Caro Acionista,

Ao longo do ano 2021, a economia mundial evidenciou oscilações acentuadas decorrentes do impacto e da gestão da crise pandémica por SARS-CoV-2. As vagas de contágio, as medidas de saúde pública e as restrições à mobilidade entretanto implementadas continuaram a afetar a evolução que, no entanto, foi claramente de recuperação económica. A vacinação e a conseqüente menor propagação da infeção permitiram uma recuperação da confiança dos agentes económicos e, em última instância, um contexto menos desfavorável para a condução da atividade económica.

Mas o contexto económico mundial foi um percurso de obstáculos sucessivos, alguns inesperados, como a disrupção das cadeias de logística e a escalada dos custos de alguns fatores produtivos, que foram sendo superados ou geridos com aparente sucesso, ainda que com custos acrescidos, permitindo que, no global, se tenham recuperado os níveis de *output* vigentes em 2019.

Neste exigente enquadramento, a Corticeira Amorim continuou, de forma resiliente e empenhada, a desenvolver a sua atividade, alcançando um nível notável de vendas consolidadas: 837,8 milhões de euros, um crescimento de 13,2% face ao ano anterior, para o qual contribuíram todas as Unidades de Negócio. Em termos operacionais, o desempenho fica marcado pelo efeito de alguma volatilidade cambial e pelas crescentes pressões inflacionistas, particularmente nos preços das matérias-primas não cortiça, transportes e energia. Mesmo assim, graças à rigorosa e prospetiva gestão destes fatores, foi possível terminar o ano com um registo assinalável de resultados líquidos consolidados: 74,8 milhões de euros, uma subida de 16,2% face ao registado em 2020.

Terminámos o ano confiantes. Temos uma vasta equipa de Homens e Mulheres preparada, determinada e apaixonada pela atividade. O investimento em IDI vem produzindo avanços tecnológicos diferenciadores quer ao nível dos processos, quer ao nível da qualidade e fiabilidade dos produtos, quer ao nível da ampliação do vasto *portfolio* de soluções e aplicações. Assumimos também a nossa responsabilidade na promoção e desenvolvimento do montado: patrocinamos investigação científica fundamental sobre o sobreiro; concebemos e testamos novos métodos, sistemas e tecnologias para o desenvolvimento desta floresta singular, promovendo a sua rentabilidade, biodiversidade e sustentabilidade.

Estamos empenhados em crescer garantindo a segurança e o bem-estar de todos, o desenvolvimento das nossas Pessoas, a gestão eficiente dos recursos, a proteção do equilíbrio dos ecossistemas e a circularidade dos processos e da economia, contribuindo – cada vez mais! – para um modelo de desenvolvimento sustentável e para uma sociedade mais coesa, consciente e preparada para enfrentar com ambição, perseverança e tenacidade os muitos desafios vindouros.

Encaramos com enorme preocupação a situação vivida no Leste europeu, conscientes de que a paz é absolutamente essencial ao desenvolvimento da Humanidade.

Fazemos votos, pois, que 2022 possa ainda ser o ano da paz e da prosperidade para todos.

Cordiais cumprimentos,

António Rios de Amorim
Presidente e CEO

ÓRGÃOS SOCIAIS

TRIÉNIO 2021 - 2023

MESA DA ASSEMBLEIA GERAL

Paulo de Tarso da Cruz Domingues
Presidente

Rui Paulo Cardinal Carvalho
Secretário

CONSELHO DE ADMINISTRAÇÃO¹

António Rios Amorim
Presidente

Nuno Filipe Vilela Barroca de Oliveira
Vice-Presidente

Fernando José de Araújo dos Santos Almeida
Vogal

Cristina Rios de Amorim
Vogal

Luisa Alexandra Ramos Amorim
Vogal

Juan Ginesta Viñas
Vogal

José Pereira Alves
Vogal

Marta Parreira Coelho Pinto Ribeiro
Vogal

Maria Cristina Galhardo Vilão
Vogal

António Lopes Seabra
Vogal

COMISSÃO DE AUDITORIA

José Pereira Alves
Presidente

Marta Parreira Coelho Pinto Ribeiro
Vogal

Maria Cristina Galhardo Vilão
Vogal

António Lopes Seabra
Vogal

REVISOR OFICIAL DE CONTAS

ERNST & YOUNG AUDIT & ASSOCIADOS – SROC, S.A.,
representada por Rui Manuel da Cunha Vieira
Efetivo

Pedro Jorge Pinto Monteiro da Silva e Paiva
Suplente

1. O Conselho de Administração integra uma Comissão de Auditoria, composta exclusivamente por membros independentes.

PRESENÇA NO MUNDO



56 EMPRESAS DE DISTRIBUIÇÃO

12 JOINT-VENTURES

17 UNIDADES INDUSTRIAIS

10 UNIDADES DE PREPARAÇÃO DE MATÉRIAS-PRIMAS



Distribuição geográfica das empresas

País	A	B	C	D	País	A	B	C	D	País	A	B	C	D	País	A	B	C	D
Argélia	.	.	.	1	Canadá	1	.	.	.	França	11	1	.	.	Portugal	4	3	13	4
África do Sul	1	.	.	.	Chile	3	3	.	.	Holanda	1	.	.	.	Reino Unido	2	.	.	.
Alemanha	4	.	.	.	China	2	1	.	.	Hungria	1	.	.	.	Rep. Checa	.	1	.	.
Argentina	1	1	.	.	Dinamarca	1	.	.	.	Itália	3	.	.	.	Rússia	2	.	.	.
Austrália	1	.	.	.	Espanha	3	1	2	3	Marrocos	.	.	.	1	Suécia	1	.	.	.
Áustria	2	.	.	.	EUA	7	.	1	.	Moldávia	1	.	.	.	Suiça	1	.	.	.
Bulgária	1	.	.	.	Finlândia	1	.	.	.	Polónia	1	1	.	.	Tunísia	.	.	.	1

- A Empresas de Distribuição
- B Joint-Ventures
- C Unidades Industriais
- D Unidades de Preparação de Matérias-Primas

ORGANIGRAMA

MATÉRIAS-PRIMAS

Amorim Florestal, S.A.

ROLHAS

Amorim Cork, S.G.P.S., S.A.

	Produção	Distribuição	Distribuição (cont.)
1 Amorim Florestal, S.A. Ponte de Sôr – Portugal			
2 Amorim Florestal, S.A. Coruche – Portugal	14 Amorim Cork, S.A. Santa Maria de Lamas – Portugal	26 Amorim Cork, S.A. – Unid. Distribuição Santa Maria de Lamas – Portugal	42 Portocork America, Inc. Napa Valley, CA – EUA
3 Amorim Florestal, S.A. Abrantes – Portugal	15 Amorim Cork, S.A. Unid. Ind. Portocork Santa Maria de Lamas – Portugal	27 Amorim Cork South Africa (PTY) Ltd. Cidade do Cabo – África do Sul	43 Trefinos USA LLC Fairfield, CA – EUA
4 Amorim Florestal, S.A. Unid. Ind. Salteiros Ponte de Sôr – Portugal	16 Amorim Cork, S.A. Unid. Ind. Valada Valada – Portugal	28 Amorim Cork Deutschland, GmbH Bingen am Rhein – Alemanha	44 Amorim Cork America, Inc. Napa Valley, CA – EUA
5 Cosabe – Companhia Silvo – Agrícola da Beira, S.A Lisboa – Portugal	17 Amorim Cork, S.A. Unid. Ind. Coruche Coruche – Portugal	29 Corchos de Argentina, S.A. Mendoza – Argentina	45 Amorim France, S.A.S. Eysines, Bordéus – França
6 Cold River's Homestead, S.A. Lisboa – Portugal	18 Amorim Cork, S.A. Unid. Ind. De Sousa Paços de Brandão – Portugal	30 Amorim Australasia PTY Ltd. Adelaide – Austrália	46 Amorim France S.A.S. Unid. Champfleury Champfleury – França
7 S.I.B.L. – S.A.R.L. Ijijel – Argélia	19 Amorim Top Series, S.A. Argoncilhe – Portugal	31 Korke Schiesser, GmbH Viena – Áustria	47 Bouchons Prioux S.A.R.L. Epernay – França
8 Amorim Florestal España, S.L Algeciras – Espanha	20 Amorim Champcork, S.A. Santa Maria de Lamas – Portugal	32 Amorim Cork Bulgaria, EOOD Sofia – Bulgária	48 Amorim Top Series France S.A.S. Merpins – França
9 Amorim Florestal España, S.L. San Vicente de Alcántara – Espanha	21 Biocape – Importação e Exportação de Cápsulas, Lda. Mozelos – Portugal	33 Corchera Gomez Barris, S.A. Santiago – Chile	49 S.A.S. Ets Christian Bourasse Tosse – França
10 Amorim Florestal Mediterrâneo, S.L. San Vicente de Alcántara – Espanha	22 Socori, S.A. Rio Meão – Portugal	34 Corpack ACI S.A. Santiago – Chile	50 Sagrera et Cie Reims – França
11 Comatral – Compagnie Marocaine de Transformation du Liège, S.A. Skhirat – Marrocos	23 Francisco Oller, S.A. Girona – Espanha	35 Wine Packaging & Logistic, S.A. Santiago – Chile	51 S.A. Oller et Cie Reims – França
12 S.N.L. – Societé Nouvelle du Liège, S.A. Tabarka – Tunísia	24 Trefinos, S.L. Girona – Espanha	36 Industria Corchera, S.A. Santiago – Chile	52 Societé Nouvelle des Bouchons Trescasses, S.A. Le Boulou – França
13 Societé Tunisienne d'Industrie Bouchonnière Tabarka – Tunísia	25 Elfverson & Co. AB Påryd – Suécia	37 Amorim Cork Beijing, Ltd. Pequim – China	53 Portocork France, S.A.S. Bordéus – França
		38 Agglotap S.A. Girona – Espanha	54 Hungarokork Amorim, Rt. Veresegyház – Hungria
		39 Victor y Amorim, S.L. Navarrete (La Rioja) – Espanha	55 Portocork Italia, SRL Milão – Itália
		40 Amorim Cork España S.L. San Vicente de Alcántara – Espanha	56 Trefinos Italia SRL Treviso – Itália
		41 ACIC – USA LLC Napa Valley, CA – EUA	57 Amorim Cork Italia, S.p.A. Conegliano – Itália
			58 Amorim Top Series Scotland, Ltd. Dundee – Reino Unido

I&D, INOVAÇÃO

- 59 Amorim Cork Research, Lda.**
Mozelos – Portugal
- 60 Amorim Cork Services, Lda.**
Mozelos – Portugal
- 61 Amorim Cork Ventures, Lda.**
Mozelos – Portugal

AGLOMERADOS COMPÓSITOS
Amorim Cork Composites, S.A.

- 62 Amorim Cork Composites, S.A.**
Mozelos – Portugal
- 63 Amorim Industrial Solutions Imobiliária, S.A.**
Corroios – Portugal
- 64 Amorim Sports, Lda.**
Mozelos – Portugal
- 65 Korko - made by nature, Lda**
Mozelos – Portugal
- 66 Amorim Cork Composites GmbH**
Delmenhorst – Alemanha
- 67 Chinamate (Xi'an) Natural Products Co. Ltd.**
Xi'an – China
- 68 Amosealtex Cork Co., Ltd**
Xangai – China
- 69 Amorim Cork Composites, Inc.**
Trevor, WI – EUA
- 70 Corkeen North America, Inc.**
Trevor, WI – EUA
- 71 Amorim Sports North America, Inc.**
Trevor, WI – EUA
- 72 Corticeira Amorim France, S.A.S.**
Lavardac – França
- 73 Amorim (UK) Limited**
West Sussex – Reino Unido
- 74 Amorim Cork Composite, LLC**
Moscovo – Rússia

REVESTIMENTOS
Amorim Cork Flooring, S.A.

- 75 Amorim Cork Flooring, S.A.**
S. Paio de Oleiros – Portugal
- 76 Amorim Cork Flooring, S.A.**
Lourosa – Portugal
- 77 Amorim Deutschland GmbH**
Delmenhorst – Alemanha
- 78 Cortex Korkvertriebs GmbH**
Nürnberg – Alemanha
- 79 Amorim Flooring Austria GmbH**
Viena – Áustria
- 80 Timberman Denmark A/S**
Hadsund – Dinamarca
- 81 Amorim Flooring North America, Inc.**
Hanover, MD – EUA
- 82 Amorim Benelux B.V.**
Tholen – Holanda
- 83 Dom Korkowy, Sp. Zo.o**
Cracóvia – Polónia
- 84 Amorim Flooring Rus, LLC**
Moscovo – Rússia
- 85 Amorim Flooring Sweden AB**
Mölnadal – Suécia
- 86 Amorim Flooring (Switzerland) AG**
Zug – Suíça
- 87 Korkkitrio Oy.**
Tampere - Finlândia
- 88 Amorim Flooring Canada**
Toronto - Canada

ISOLAMENTOS
Amorim Cork Insulation, S.A.

- 89 Amorim Cork Insulation, S.A.**
Mozelos – Portugal
- 90 Amorim Cork Insulation, S.A.**
Silves – Portugal
- 91 Amorim Cork Insulation, S.A.**
Vendas Novas – Portugal



© Iwan Bann, 2021

PRINCIPAIS EVENTOS

01

Nove anos depois, completando o equivalente a um ciclo de crescimento da cortiça, o Serpentine Summer Pavilion 2020/21 apresentou de novo a cortiça como material de eleição, num projeto da autoria do estúdio de arquitetura sul-africano Counterspace.

Naturity e Xpür: as tecnologias anti-TCA mais inovadoras, ecológicas e eficientes do mundo

A Corticeira Amorim apresentou ao mercado a Naturity e a Xpür, as tecnologias anti-TCA mais inovadoras, ecológicas e eficientes do mundo. A empresa estendeu, assim, o desempenho de TCA não detetável quer a rolhas naturais, quer a rolhas técnicas de cortiça. Depois de robustos investimentos financeiros, aturada Investigação & Desenvolvimento, e resiliência, dedicação e tempo, a Corticeira Amorim iniciou a nova década com a sensação de dever cumprido, redefinindo o futuro da indústria da cortiça. A Naturity baseia-se nos princípios da dessorção térmica através de uma utilização exclusiva e não sequencial de pressão, temperatura, água purificada e tempo. A Xpür aprimora a aplicação convencional desenvolvida há várias décadas de CO₂ supercrítico, atualizando, reformulando e reestruturando o conceito com tecnologia do século XXI.

Amorim Cork Composites leva cortiça até Marte

A sonda Perseverance da NASA aterrou em Marte em fevereiro de 2021, levando na bagagem cortiça da Amorim. Concretamente, compósitos de cortiça da unidade norte-americana da Amorim Cork Composites. O objetivo da missão espacial da NASA é recolher amostras do planeta vermelho e trazê-las de volta à Terra, em 2031. Para concretizar a meta conta, então, com o apoio deste material incrível, a cortiça, que reveste a cápsula c TPS e que terá de suportar as desafiantes condições da viagem de regresso ao nosso planeta. Sublinhe-se que esta viagem ao espaço não é uma novidade nem para a cortiça, nem para a Corticeira Amorim. Há 60 anos que a Amorim desenvolve projetos e soluções na área das tecnologias aeroespaciais.

Corticeira Amorim lança novo website corporativo (www.amorim.com)

Acompanhando a acelerada transformação digital que o mundo vivencia atualmente, o renovado portal oferece uma experiência de utilização fácil, intuitiva e imediata. Otimizado para os diferentes dispositivos, *desktop*, *tablet* e *mobile*, o site da Corticeira Amorim está orientado para responder às necessidades e expectativas dos diversos *stakeholders* tais como clientes, parceiros, fornecedores, investidores e jornalistas. Totalmente redesenhado para responder *on time* aos mais distintos desafios hoje colocados pela digitalização da atividade empresarial, o novo website tem um *look & feel* impactante que vive de originais imagens, grafismos, ilustrações, animações e vídeos *inline*. Características às quais junta uma forte componente editorial que alia inovação, natureza e pessoas.



A Corticeira Amorim estendeu o desempenho de TCA não detetável quer a rolhas naturais, quer a rolhas técnicas de cortiça.



Há 60 anos que a Corticeira Amorim desenvolve soluções para a indústria aeroespacial.



Solução MD Fachada da Amorim Cork Insulation reveste pavilhão português em exposição de horticultura na China.



As rolhas de cortiça da Amorim Cork têm certificado de balanço de carbono negativo.

ASPORTUGUESAS lançam aplicação de realidade aumentada

ASPORTUGUESAS, conceito de calçado que utiliza a cortiça como matéria-prima de base na sua produção, lançou a aplicação AR try-on. A tecnologia, que reforça a presença da marca 100% portuguesa no universo digital, permite ao cliente calçar todos os produtos através de Realidade Aumentada. O aplicativo IOS pretende, assim, oferecer uma experiência real, efetiva e *on time* aos consumidores, procurando ao mesmo tempo mitigar as diferenças entre compras *online* e *offline*.

Amorim Cork Flooring conquista certificação Investors in People

Após ter alcançado a acreditação standard da Investors in People: We Invest in People em 2020, a Amorim Cork Flooring anunciou com orgulho que esta certificação foi estendida às suas unidades de negócio espalhadas pelo mundo no ano de 2021. A distinção é um marco quer na história da empresa, quer no processo de transformação interna que coloca as pessoas em primeiro lugar. Pois conseguir a acreditação Investors in People: We Invest in People significa que estamos perante um lugar de trabalho de alto desempenho, para além de realçar um claro compromisso com a sustentabilidade.

Amorim Top Series distinguida pelos Luxury Packaging Awards

A Amorim Top Series venceu a categoria Fornecedor Sustentável do Ano dos Luxury Packaging Awards. Reconhecendo o firme compromisso e as práticas consistentes com os princípios da sustentabilidade, corroborados pelos rigorosos estudos independentes sobre o balanço de carbono dos seus produtos, a Amorim Top Series é, assim, «cada vez mais valorizada pelos produtores de bebidas espirituosas como uma empresa de confiança para atingir metas rigorosas de CO₂». Até porque, ao incorporarem as rolhas Top Series, os produtores de bebidas espirituosas podem mitigar as emissões de carbono de outros componentes da sua cadeia de valor, tais como garrafas de vidro ou componentes metálicos de acondicionamento.

Amorim Cork nomeada para o The Golden Vines Innovation Award

A nomeação valida as inovações revolucionárias lançadas pela empresa nos últimos anos, bem como o seu compromisso histórico para com a Investigação & Desenvolvimento e a sustentabilidade. Os Golden Vines Awards, votados por mais de 150 especialistas e *sommeliers* de renome internacional, são concedidos aos principais membros da indústria do vinho.

Corkeen instalado no Parque Natural de Monsanto

O Parque Florestal de Monsanto, em Lisboa, foi o primeiro recinto em Portugal a receber o sistema Corkeen, uma solução revolucionária de superfícies amortecedoras de impacto para espaços de jogo, lazer e recreio. Produzido com cortiça, uma matéria-prima 100% natural, reciclável e renovável, o inovador piso Corkeen alia credenciais de segurança, acessibilidade e sustentabilidade, combinando harmoniosamente os conceitos

comunidade, natureza e planeta.. A instalação do sistema Corkeen, associada à reformulação ecológica do Parque Infantil do Centro de Interpretação de Monsanto, integrou o programa Lisboa Capital Verde Europeia 2020.

Pavilhão de Portugal em cortiça na Yangzhou International Horticulture Expo

Mais de 230 m² de cortiça da Amorim Cork Insulation cobriram o pavilhão de Portugal na Exposição Internacional de Horticultura de Yangzhou 2021. Sob o tema «Live Green, Live Better», o evento tinha como foco a relação das pessoas com a natureza e a importância da preservação do meio ambiente para o crescimento económico sustentável. Além do edifício em cortiça, a instalação nacional contou ainda com um jardim, que celebrava o melhor da criatividade e design portugueses e realçava a economia verde.

A Corticeira Amorim é a empresa mais atrativa para trabalhar em Portugal no setor da indústria

A Corticeira Amorim foi eleita a empresa mais atrativa para trabalhar em Portugal no setor da indústria. A distinção resultou do «Employer Brand Research 2021», o estudo da Randstad que, em Portugal, contou com a participação de mais de 5 mil pessoas. Além do 1.º lugar no setor da indústria, a Corticeira Amorim arrecadou ainda um lugar no top 20 das empresas mais atrativas para trabalhar em Portugal, ocupando a 13.ª posição. O «Employer Brand Research» é um estudo independente realizado à escala global, que fornece informações valiosas para ajudar os empregadores a moldar a sua marca. Os resultados da edição de 2021 contaram com a participação de mais de 190 mil pessoas, em 34 mercados, numa amostra que incluiu pessoas empregadas, desempregadas e estudantes.

Produtos da Amorim Cork com demonstração de balanço de CO₂ negativo

Atualmente, todas as famílias de produtos da Amorim Cork têm disponível uma demonstração do seu balanço de CO₂ negativo. Uma significativa vantagem competitiva face à concorrência. Os primeiros certificados CO₂ operation, que fornecem aos clientes informação sobre o balanço de carbono das rolhas de cortiça adquiridas à Amorim Cork, foram emitidos há seis anos, numa iniciativa sem precedentes na indústria, e apenas para os melhores clientes de rolhas naturais.

Amorim Cork Flooring expande-se para o Canadá com novos escritórios em Toronto

A Amorim Cork Flooring celebrou a constituição da Amorim Flooring Canada (AFCAN), a mais recente Unidade de Negócio situada em Mississauga, nas margens do Lago Ontário. Refletindo os valores de sustentabilidade da empresa mãe, a AFCAN aposta na gama Amorim Wise, a marca verde da Amorim Cork Flooring, que fornece soluções sustentáveis e sem PVC para pavimentos em cortiça, com balanço de carbono negativo. A empresa também reintroduz a sua marca Wicanders no mercado, apostando numa imagem renovada e em soluções práticas para o dia a dia.

Amorim Cork vence Prémio KAIZEN

A Amorim Cork foi distinguida com o prémio Excelência na Inovação (The Excellence in Innovation) na 10.ª edição dos prémios KAIZEN. Os prémios KAIZEN distinguem, desde 2011, entidades nacionais que se destacam na implementação de processos de melhoria contínua com obtenção de resultados e ganhos de rentabilidade e crescimento. A comissão de avaliação das candidaturas é composta quer por elementos do Kaizen Institute, quer de entidades parceiras.

Pavilhão de Portugal na Bienal de Arquitetura de Veneza usa cortiça Amorim

A Corticeira Amorim apoiou a representação portuguesa na Bienal de Arquitetura de Veneza. O projeto In Conflict (Em Confronto), proposta do coletivo português depA Architects, escolhido para liderar a curadoria do Pavilhão de Portugal (Palazzo Giustinian Lolin, da Fondazione Ugo e Olga Levi) na 17.ª edição do certame italiano, contou na sua estrutura com o suporte de cerca de 100 metros lineares de aglomerado técnico de cortiça. A cortiça e a Corticeira Amorim regressaram, assim, à cidade dos canais depois das bem-sucedidas passagens em 2013, 2017 e 2019.

Um SUBER Design com assinatura de Michele Lucchi

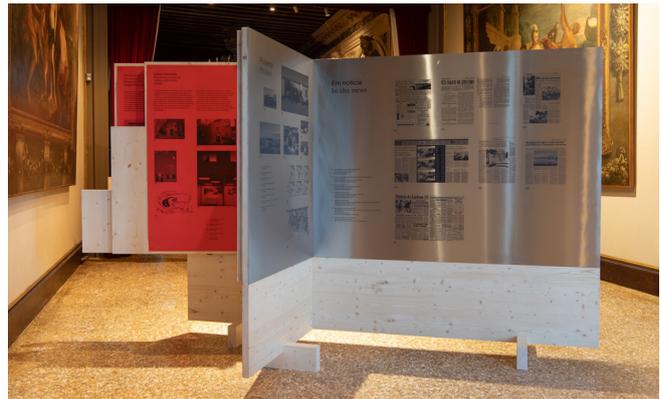
A 17.ª Bienal de Arquitetura de Veneza serviu de palco para a apresentação das mais recentes peças produzidas no âmbito da coleção SUBER Design. Uma iniciativa da Amorim Cork Italia que oferece, desde 2019, uma segunda vida às rolhas de cortiça recicladas, transformando-as num primeiro momento em pequenos grânulos que, depois de combinados com outros materiais, dão vida a novos objetos como sistemas de iluminação, mesas, bancos, porta guarda-chuvas ou cabides, etc. Desta vez, a criatividade do conceituado arquiteto transalpino Michele Lucchi resultou na produção de 16 bancos com um design distinto.

Corticeira Amorim apoiou a iniciativa Forest for Change – The Global Goals Pavilion da London Design Biennale 2021

A Corticeira Amorim foi o Material Partner oficial da iniciativa Forest for Change – The Global Goals Pavilion da London Design Biennale 2021. O pavilhão, concebido pela designer britânica Es Devlin OBE e dinamizado pela agência sem fins lucrativos Project Everyone, incluiu um núcleo central totalmente construído em cortiça. Espaço esse que acolheu uma instalação interativa onde os visitantes podiam conhecer os Objetivos de Desenvolvimento Sustentável (ODS) da ONU. Sobre a escolha da cortiça, referiu Jack Headford, associate designer do Es Devlin Studio: «durante o desenvolvimento do projeto, tornou-se óbvio que precisávamos trabalhar com materiais que transmitissem empatia e robustez dentro da floresta. A cortiça parecia a escolha óbvia com os seus tons de madeira e textura suave, juntamente com a sua natureza sustentável inerente, sendo um material renovável e biodegradável. A cortiça proporcionou também uma opção de pavimentação segura e resistente que combina bem com o solo da floresta, permitindo que os visitantes serpenteiem livremente entre as árvores». A London Design Biennale 2021 reuniu os mais imaginativos curadores, designers e artistas do mundo, que procuraram responder através das suas propostas criativas ao tema Resonance (Ressonância).



A Amorim Cork implementa processos de melhoria contínua tendo em vista ganhos de rentabilidade.



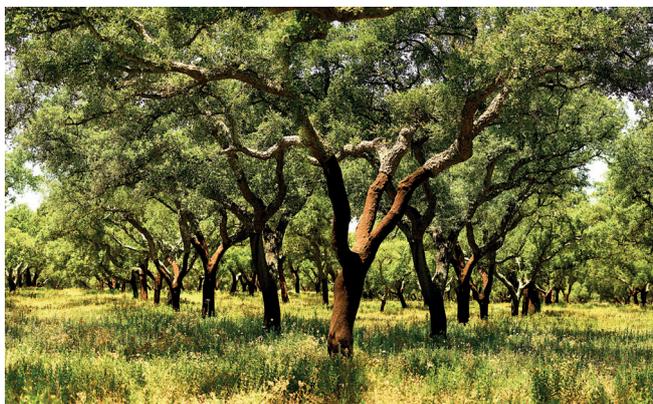
Depois das bem-sucedidas passagens em 2013, 2017 e 2019, a Corticeira Amorim voltou a associar-se à Bienal de Arquitetura de Veneza.



Bancos desenhados pelo arquiteto italiano Michele Lucchi a partir de rolhas de cortiça recicladas.



O núcleo central do The Global Goals Pavilion foi construído em cortiça, num projeto concebido pela designer britânica Es Devlin OBE.



A Herdade de Rio Frio, localizada no distrito de Setúbal, inclui milhares de hectares de floresta de sobreiro.

Corticeira Amorim compra 50% da Cold River's Homestead, S.A.

A Corticeira Amorim adquiriu 50% da sociedade Cold River's Homestead, S.A., detentora de um conjunto de ativos afetos à exploração agroflorestal que incluem uma parte (3300 hectares) da Herdade de Rio Frio, localizada no distrito de Setúbal. A intenção é melhorar a produtividade agroflorestal desta propriedade, designadamente através de adensamentos a implementar no montado, recorrendo aos processos testados em noutras herdades. A Corticeira Amorim tem, ainda, um acordo com a Parvalorem, S.A. para a aquisição dos restantes 50% da sociedade Cold River's Homestead, S.A., o qual está condicionado à verificação de determinados requisitos.



A Corticeira Amorim cedeu material à Porto Design Biennale que resulta das suas práticas de economia circular transversais a todas as suas unidades de negócio.

Corticeira Amorim: marca associada da Porto Design Biennale 2021

A parceria traduziu-se na cedência de material que resulta das práticas de economia circular, uma política implementada na empresa desde a década de sessenta. Promovida pelos municípios do Porto e de Matosinhos, a Porto Design Biennale 2021, sob o tema Alter-Realidades: Desenhar o Presente, incluiu mostras, exposições, conferências, workshops e publicações.

Serpentine Summer Pavilion 2020/21 apresentou de novo a cortiça como material de eleição

Fornecida pela Corticeira Amorim, a matéria-prima genuinamente portuguesa voltou, assim, ao lugar de destaque num dos programas de referência da arquitetura mundial. Foram 200 m² de cortiça que, neste caso, responderam ao desafio do estúdio sul-africano Counterspace de construir uma instalação com foco na sustentabilidade. Sumayya Vally (2021 TIME100 Next List), a mais jovem arquiteta escolhida para liderar o icónico programa de arquitetura da Serpentine, afirmou: «a cortiça foi escolhida devido às suas capacidades de moldação, maleabilidade, e flexibilidade e de recriar diversos espaços no pavilhão. Alinhando-se com os interesses do pavilhão em recuperar e reconfigurar o contexto, tanto local como material». Nesse pressuposto, e para além da cortiça que prima pelas suas credenciais de sustentabilidade únicas, uma matéria-prima 100% natural, ecológica, renovável, reciclável e reutilizável, na edificação do pavilhão foram utilizados outros materiais verdes, incluindo aço reciclado para os elementos estruturais.



A cortiça utilizada no Serpentine Summer Pavilion respondeu ao desafio do estúdio Counterspace de construir uma instalação temporária marcadamente ecológica.

© Iwan Bann, 2021



Brainless Figure in Cork, autorretrato de carácter escultórico do ativista chinês Ai Weiwei.

© Juliette Bayen, 2021

Ai Weiwei utiliza a cortiça da Amorim para a criação de obras originais

A cortiça foi um dos materiais escolhidos pelo artista chinês Ai Weiwei para a criação de obras originais em Portugal. Fornecida pela Corticeira Amorim, a matéria-prima corporizou Brainless Figure in Cork, um autorretrato de carácter escultórico do ativista. A peça, produzida pela Amorim Cork Composites a partir de aglomerado de cortiça de alta densidade, integrou a exposição Ai Weiwei – Rapture que esteve patente na Cordoaria Nacional, em Lisboa. Sublinhe-se que esta é a segunda vez que Ai Weiwei, um dos mais influentes artistas contemporâneos, trabalha cortiça da Corticeira Amorim. A primeira ocasião foi no âmbito do Serpentine Summer Pavilion 2012 – um projeto assinado, então, pelos arquitetos suíços Herzog & de Meuron e pelo artista chinês.

Cortiça Amorim na galardoada Bay Window Tower House

O edifício octogonal dos arquitetos japoneses Takaaki Fuji e Yuko Fuji, que esteve em todas as listas de premiações, com destaque para os Paris Design Awards 2021, foi revestido com uma solução de cortiça desenvolvida pela Amorim Cork Insulaton. Um material amigo do ambiente que cria as condições ideais para o isolamento, ao mesmo tempo que confere à habitação, localizada na cidade de Tóquio, uma estética diferenciadora.

Corticeira Amorim integra Associação Business Roundtable Portugal

Um Grupo constituído por 42 líderes das maiores empresas privadas a operar em Portugal aliaram-se para criar a Associação Business Roundtable Portugal (BRP). O propósito é contribuir para que Portugal cresça muito mais, valorizando e qualificando os portugueses, apoiando a criação, desenvolvimento e escala das empresas nacionais e melhorando o desempenho do Estado. O presidente e CEO da Corticeira Amorim, António Rios de Amorim, ocupa uma das cadeiras da vice-presidência desta associação.

Primeira loja física da Google com mobiliário em cortiça

A cortiça está em destaque na primeira loja física da Google de todo o mundo. Inaugurado no verão de 2021 em Nova Iorque, o novo espaço inclui mobiliário em cortiça criado em exclusivo pelo designer norte-americano Daniel Michalik, num projeto do gabinete de arquitetura Reddymade. A cortiça, um dos materiais mais sustentáveis à face da terra, com características únicas em termos de retenção de CO₂, produzida sob os princípios da circularidade, foi «a escolha natural», segundo Daniel Michalik. Mas não foram só as credenciais de sustentabilidade da cortiça a pesar na decisão. A sua beleza, o seu carácter humano e o facto de a cortiça surgir como «uma folha em branco», onde os «clientes podem projetar as suas ideias ou experiências do material, interagindo com ele num espaço único», justificaram a escolha.

Corticeira Amorim galardoada pelo terceiro ano consecutivo nos Prémios de Sustentabilidade da revista World Finance

A Corticeira Amorim foi a grande vencedora da categoria Wine products industry dos Prémios de Sustentabilidade da revista World Finance. Distinguida pelo terceiro ano consecutivo, foi, assim, reconhecida pela implementação dos princípios da economia circular, pela preservação do montado de sobro e dos serviços dos ecossistemas associados, pela promoção da formação, segurança, bem-estar, desenvolvimento pessoal, social e profissional dos seus colaboradores/as e pelo fomento, suporte e investimento em Investigação & Desenvolvimento + Inovação, assim como pelos ambiciosos objetivos e compromissos de médio e longo prazo que promovem a sua contínua evolução e asseguram o seu crescimento económico sustentado. Premissas que resultam num vasto *portfolio* de produtos, soluções e tecnologias de superior *performance* técnica combinado sempre com credenciais de sustentabilidade sem paralelo.



Moradia localizada em Tóquio que usa uma solução de cortiça foi distinguida nos Paris Design Awards 2021.

© Masao Nishikawa, s.d.



Mobiliário em cortiça criado em exclusivo pelo designer norte-americano Daniel Michalik para a loja da Google em Nova Iorque.

© Paul Warchol e © Daniel Michalik, s.d.



O designer britânico Tom Dixon alarga a sua Cork Collection com um conjunto de novas peças.



OMX-30 da MAZDA incorpora componentes de cortiça no interior.

© MAZDA, 2021

Alma Gémea apresenta renovada linha de produtos

A Alma Gémea, marca de artigos de consumo para a casa que funde a cortiça e a cerâmica, lançou uma nova linha de produtos.

A renovação da insígnia, que resulta da estreita parceria entre a Amorim Cork Composites e a Matcerâmica, firmada em 2009, intitula-se 5.º Elemento – o Balanço Perfeito, introduzindo novas cores, novas referências e quatro peças exclusivas.

Um total de 54 itens completa agora o catálogo da Alma Gémea.

A combinação da cortiça e da cerâmica, duas matérias-primas de forte cariz tradicional, de forma inovadora, exclusiva e distintiva, resulta numa coleção contemporânea, esteticamente apelativa e conceptualmente útil. O calor da cortiça e o frio da cerâmica unem-se com real valor acrescentado para o setor dos bens de consumo para a casa.

Corticeira Amorim desenvolve flutuador fotovoltaico com cortiça

O novo projeto de energia solar da EDP no Alqueva inclui flutuadores num novo compósito que mistura cortiça com polímeros reciclados (uma estrutura de mais de 11 mil painéis assentes em 25 mil flutuadores), um material inovador desenvolvido em parceria com a Corticeira Amorim e o fabricante espanhol Isigenere.

A solução, aperfeiçoada ao longo de 12 meses num intenso trabalho de colaboração entre as três empresas, e que tem a ambição de alcançar uma pegada de carbono neutra, junta inovação, tecnologia e sustentabilidade, três conceitos chave na imparável transição energética em curso. De resto, «das energias solar e eólica à mobilidade elétrica, a ambição passa por, a médio prazo, fazer deste setor [da energia] um dos principais pilares de crescimento da Corticeira Amorim na área dos materiais compósitos», sublinha António Rios de Amorim.

Corticeira Amorim assina manifesto pelo clima promovido pelo BCSD

A Corticeira Amorim foi uma das 82 organizações portuguesas que assinaram o Manifesto «Rumo à COP26», documento promovido pelo BCSD Portugal (Conselho Empresarial para o Desenvolvimento Sustentável) com 11 objetivos para travar as alterações climáticas. A assinatura do manifesto reforça o compromisso da empresa com a Agenda 2030 das Nações Unidas, reconhecendo não só a urgência da transição para uma economia de baixo carbono, mas também a importância de medidas de adaptação que tenham em conta a proteção das pessoas e dos ecossistemas. A estratégia da Corticeira Amorim está alinhada com 12 dos 17 Objetivos do Desenvolvimento Sustentável, comprometendo-se, entre outros, a reduzir o impacto ambiental das operações através da adoção de soluções renováveis, acessíveis e eficientes.

Corticeira Amorim é membro fundador da Sustainable Wine Roundtable

Global, independente e autossuficiente, a recém-criada estrutura pretende estabelecer um padrão de sustentabilidade universal para o vinho. Um propósito que conta com a colaboração de representantes de vários setores da cadeia de abastecimento da indústria vinícola.

Tom Dixon apresenta Cork Collection no London Design Festival 2021

O designer britânico Tom Dixon continua a explorar as quase ilimitadas potencialidades da cortiça, um «material de sonho» nas suas próprias palavras, tendo desenvolvido mais algumas peças de mobiliário da sua Cork Collection. Exibidos no London Design Festival 2021, os novos objetos destacam com as suas formas orgânicas a versatilidade da cortiça, ao mesmo tempo que apelam à natureza, à circularidade e à sustentabilidade, realidades incontornáveis na sociedade dos nossos dias. Traços contemporâneos, silhuetas arredondadas e contornos suaves expressam, pois, sem esforço a beleza natural da cortiça.

Rebranding da Amorim distinguido nos USA Graphis Design Awards

O projeto de *rebranding* da Corticeira Amorim, desenvolvido pelo Studio Eduardo Aires, foi distinguido com o prémio de prata nos prestigiados USA Graphis Design Annual 2020. Eduardo Aires, fundador do Studio portuense, explica que este é um prémio com um significado especial «por se tratar de um Grupo empresarial de referência, representativo do país à escala global». O presidente e CEO da Corticeira Amorim, António Rios de Amorim, afirma que «a nova logomarca traduz os valores de uma empresa profundamente comprometida com os desafios do presente e guiada por uma ambição de futuro».

Exposição SUG-HERO Metaforme: a cortiça como herói metamórfico

A cortiça como «herói» metamórfico foi o mote da exposição SUG-HERO – Metaforme, mostra promovida pela Amorim Cork Italia que contava uma história de inovação, tecnologia e sustentabilidade. O trajeto pelas várias salas da exposição, instalada num edifício histórico do centro de Conegliano, na região de Veneto, em Itália, começava por desmistificar a matéria-prima através de um caminho multisensorial desenhado no montado. Seguia-se o percurso da cortiça no mundo do vinho e, progressivamente, a exposição assumia, então, um caráter multidisciplinar, demonstrando o potencial de aplicação da cortiça em áreas como design, arquitetura, moda, mobilidade e desporto.

Novo carro 100% elétrico da MAZDA utiliza cortiça

Após a bem-sucedida parceria com a marca nipónica que integrou cortiça no interior do seu mais recente automóvel elétrico, a MAZDA trouxe a Portugal uma vasta comitiva de media internacionais para conhecer de perto a realidade empresarial da Corticeira Amorim. Durante três dias, mais de 40 jornalistas de países distintos, como Bélgica, França, Itália, Áustria, Alemanha, Holanda, República Checa, Inglaterra, Eslováquia, Finlândia, Noruega ou Roménia, visitaram as instalações da empresa, inteiraram-se de processos industriais, apreenderam as características únicas da cortiça, souberam das múltiplas aplicações do nosso singular material, tornaram-se verdadeiros embaixadores da casca do *Quercus suber* L. Integrada no revestimento da consola do MX-30, a cortiça foi selecionada pelo facto de se tratar de uma matéria-prima natural, sustentável e biodegradável, contribuindo, assim, para reduzir a pegada ambiental do novo modelo da insígnia japonesa.

Corkeen tem balanço de carbono negativo

O balanço de carbono do sistema Corkeen, solução revolucionária de superfícies amortecedoras de impacto para espaços de jogo, lazer e recreio, é de -102kg CO₂eq/m². Isto significa que o sistema Corkeen promove um sequestro de carbono no montado que é superior às emissões de CO₂ que resultam da sua produção. O estudo de pegada ambiental I conduzido pela consultora EY, segundo uma perspetiva de ciclo de vida, que considera também o sequestro da floresta do montado, baseou-se na abordagem *cradle-to-gate*, contemplando os impactos ambientais de todas as atividades, desde a extração da matéria-prima, passando pela produção de todos os componentes, até à porta da fábrica, e incluiu ainda as fases de expedição e de instalação (isto tendo presente que o sistema Corkeen é instalado *in situ* como um sistema de duas camadas).



O sistema Corkeen, solução revolucionária de superfícies amortecedoras de impacto para espaços de jogo, lazer e recreio também já está instalado em Portugal

António Rios de Amorim eleito CEO do Ano

O presidente e CEO da Corticeira Amorim, António Rios de Amorim, foi o vencedor do Prémio CEO na 33.ª edição dos Investor Relations and Governance Awards (IRGAwards). Iniciativa da Deloitte, os IRGAwards «procuram reconhecer e incentivar boas práticas no desenvolvimento do mercado de capitais e distinguir empresas, dirigentes e colaboradores/as, ou outras personalidades, que, em cada ano, mais e melhor tenham contribuído para tornar o mercado de capitais mais eficiente, transparente, socialmente responsável e útil à economia e à sociedade portuguesas», esclarece a consultora. Tendo como temática «Connect for impact with a human focus» (Conectar-se para ter impacto com enfoque humano), a edição 2021 dos IRGAwards contou também com as nomeações de Cristina Rios de Amorim, na categoria CFO em Investor Relations, e de Ana Matos, na categoria Investor Relations Officer.



A 33.ª edição dos Investor Relations and Governance Awards (IRGAwards) premiou o desempenho do CEO da Corticeira Amorim.

Amorim Top Series vence Pentawards

A Amorim Top Series venceu o Diamond Award 2021, o galardão máximo dos Pentawards. A distinção decorre do prémio atribuído ao design de embalagem do Eminente Reserva Rum, cujo luxuoso top de madeira foi desenvolvido e produzido pela Amorim Top Series. O Eminente Reserva é um famoso rum da Ron de Cuba/Moët Hennessy.



O luxuoso top da madeira da Amorim Top Series contribuiu para a distinção do design de embalagem do Eminente Reserva Rum.

MINI Strip utiliza cortiça Amorim no interior

A cortiça da Corticeira Amorim é utilizada no interior do novo MINI Strip. Integrada no tampo do tabliê, palas de sol e portas, a cortiça é uma matéria-prima natural, contribuindo, assim, para reduzir a pegada ambiental deste exemplar único feito à medida pelo construtor germânico, que conta com a assinatura do estilista britânico Paul Smith.



A cortiça contribui para diminuir a pegada ambiental do novo modelo da MINI que é assinado pelo estilista britânico Paul Smith.

Amorim Cork implementa norma de Responsabilidade Social (SA 8000)

Consciente de que são as pessoas o suporte fundamental para o crescimento e reforço da liderança, a Amorim Cork assumiu o compromisso de implementar a Norma SA 8000 garantindo a sua conformidade e o cumprimento de todos os seus requisitos. Trata-se de um referencial que ajudará a sistematizar a gestão



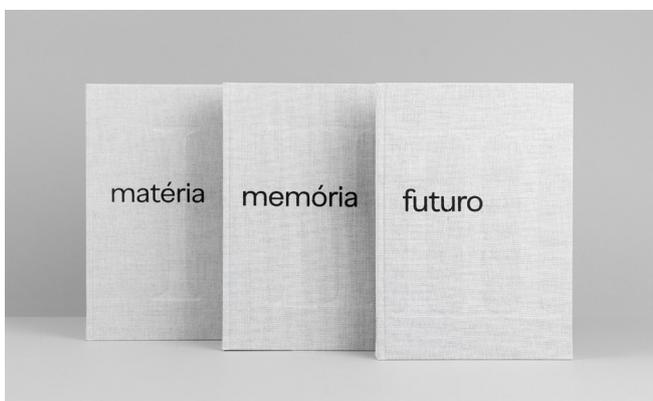
A implementação da norma SA 8000 na Amorim Cork resulta no reforço da cultura de responsabilidade de todos os colaboradores/as da empresa.



A plantação anual de sobreiros junta sempre mais de uma centena de colaboradores/as da Corticeira Amorim.



O Green Cork foi o primeiro programa estruturado de reciclagem de rolhas de cortiça em Portugal.



A Corticeira Amorim publicou uma obra dividida em três livros sobre os seus 150 anos de história.

da Responsabilidade Social, através da integração voluntária das preocupações sociais na interação com as partes interessadas: colaboradores/as, clientes, fornecedores, parceiros e comunidade envolvente. Um reforço da cultura de responsabilidade da organização que conta com o imprescindível envolvimento e compromisso de todos.

Colaboradores/as da Corticeira Amorim plantam milhares de árvores autóctones

A Corticeira Amorim juntou uma centena de colaboradores/as para a plantação de mais 2100 sobreiros. A iniciativa, levada a cabo em estreita parceria com a Quercus, decorreu no âmbito do Green Cork, programa impulsionado pela associação ambientalista portuguesa que promove quer a reciclagem de rolhas, quer o plantio de árvores autóctones. Desde 2011 que os colaboradores/as da empresa colaboram nesta atividade, tendo até ao momento contribuído para a plantação em Portugal de dezenas de milhares de árvores.

Reciclar para Reflorestar: uma nova campanha de recolha de rolhas de cortiça

A Corticeira Amorim, a associação ambientalista Quercus e a Missão Continente juntaram-se para lançar a iniciativa Reciclar para Reflorestar, uma nova campanha de recolha de rolhas de cortiça. Dirigida às escolas, comunidades de escutismo e IPSS – Instituições Particulares de Solidariedade Social portuguesas, a ação teve como objetivo, então, recolher rolhas de cortiça, enviá-las para reciclagem e, deste modo, promover a matéria-prima, disseminar a política dos 3 R e financiar a reflorestação do país através do projeto Floresta Comum da Quercus. A campanha Reciclar para Reflorestar surge ao abrigo do Green Cork, projeto lançado pela Quercus em 2008, e entendido como o primeiro programa estruturado de reciclagem de rolhas em território nacional, que conta desde sempre com o apoio da Corticeira Amorim.

1870 AMORIM 2020: Matéria, Memória, Futuro

A Corticeira Amorim publicou «1870 AMORIM 2020», uma edição dedicada aos 150 anos de história empresarial da família Amorim. Dividida em três volumes, «Matéria», «Memória» e «Futuro», a obra traça o percurso de projetos, desafios e conquistas de quatro gerações da família. Sob o lema «nem um só mercado, nem um só cliente, nem uma só divisa, nem um só produto», o Grupo Amorim ultrapassou barreiras geográficas, crises económicas, regimes políticos, convulsões sociais e condicionalismos industriais transformando-se num dos principais *players* do ecossistema empresarial nacional com relevante projeção internacional. Posição atualmente consolidada em dezenas de empresas espalhadas pelos cinco continentes, na exportação de diversos produtos para mais de 100 países e no papel de líder global do setor da cortiça. A matéria-prima que une quotidianamente mais de 4400 colaboradores/as em todo o mundo.



RELATÓRIO CONSOLIDADO DE GESTÃO

02

A Corticeira Amorim está a introduzir na operação de descortiçamento uma máquina de precisão milimétrica que permite extrair a cortiça mais depressa, sem ferir o entrecasco do sobreiro e com um menor desgaste físico para o descortizador.

1 – EVOLUÇÃO MACROECONÓMICA EM 2021

1.1. ECONOMIA MUNDIAL

O ano de 2021 evidenciou oscilações acentuadas decorrentes do impacto e da gestão da crise pandémica por SARS-CoV-2. As vagas de contágio, as medidas de saúde pública e as restrições à mobilidade entretanto implementadas afetaram a evolução macro que, no entanto, foi claramente de recuperação económica. A vacinação, ainda que não abrangente a nível mundial, terá permitido a menor propagação da infeção, uma recuperação da confiança dos agentes económicos e, em última instância, um contexto menos desfavorável para a condução da atividade económica. A economia mundial terá passado de uma contração de 3,1%, em 2020, para uma expansão estimada em torno de 5,9%, em 2021. O ano foi caracterizado pela manutenção dos apoios públicos à economia e a segmentos e agentes económicos mais expostos, pelas diversas medidas de mitigação do risco pandémico, pela manutenção do estímulo monetário absolutamente extraordinário e pela “cicatrização de feridas” abertas pela pandemia. A economia mundial enfrentou o impacto do funcionamento descompassado das relações comerciais e económicas internacionais, na forma de escassez de bens intermédios, atrasos persistentes nas cadeias logísticas, indisponibilidade e incremento de custos nos transportes internacionais e subida generalizada de preços, nomeadamente da componente energética e bens intermédios. Os estrangulamentos na cadeia de produção mundial que vinham de 2020 e refletiam a procura acentuada de bens permaneceram e, em alguns casos, acentuaram-se. Em resumo, um desequilíbrio global entre procura e oferta que penalizou o crescimento e impulsionou os preços. O contexto económico mundial que se viveu em 2021 pode, e deve, ser caracterizado como um percurso de obstáculos sucessivos, alguns inesperados, que têm vindo a ser superados ou geridos com aparente sucesso, ainda que com custos acrescidos, permitindo que, no global, se tenham recuperado os níveis de *output* vigentes em 2019 (a recuperação não foi uniforme: China, Estados Unidos e um Grupo menor de economias terão atingido níveis de riqueza similares aos do último trimestre de 2019, mas a generalidade dos países ainda procura recuperar esse patamar). Refletindo todo este contexto - de estrangulamentos, mas também de medidas económicas expansionistas, adaptação constante dos agentes económicos e forte procura de bens, o comércio internacional terá registado um crescimento a um ritmo vigoroso e que se estima em torno de 9,3%.

As **economias avançadas** terão observado expansão em torno de 5,0%. A **zona euro** terá registado um crescimento próximo de 5,2%, após a queda de 6,5% observada no ano anterior, ano em que o bloco económico europeu foi profundamente afetado pela pandemia. A expansão europeia escondeu, ainda assim, uma diversidade significativa no comportamento das suas principais economias, com França a assumir-se como motor da recuperação europeia ao apresentar um crescimento acentuado em torno de 6,7% e a Alemanha, mais dependente da indústria e de cadeias de fornecimento globais, a surpreender pela fraqueza apresentada, ao registar um ritmo de expansão que se estima em 2,7%. Após ter registado, em 2020, a contração mais acentuada entre muitas economias, o **Reino Unido** percorreu o primeiro ano pós-Brexit em ritmo acelerado: deverá ter crescido em torno de 7,2%, a taxa mais elevada no seio das economias G7. 2021 foi um ano de recuperação

do valor perdido em 2020, mas estima-se que a economia ainda não tenha recuperado a dimensão que registava em 2019. A **Suécia**, uma economia com um grau elevado de abertura ao exterior, terá crescido 4,0%, enquanto na Europa de Leste, a **República Checa** terá evoluído à taxa de 3,8%.

Os **Estados Unidos** terão registado um ritmo de expansão económica em torno de 5,6%, após contração de 3,4% em 2020, também no seguimento dos constrangimentos colocados pela pandemia. O mercado de trabalho terá recuperado para um nível compatível com o pleno emprego (e, como tal, gerador de dinâmicas salariais), enquanto as pressões inflacionistas se mostraram, gradualmente, mais acentuadas e menos transitórias (o ano terminou com a inflação ao nível de 7,0%, o valor máximo dos últimos 40 anos) em face de disrupções nas cadeias de fornecimento – situação particularmente severa nos EUA –, congestionamento nos portos e nas infraestruturas logísticas em terra e forte procura de bens. A economia beneficiou de significativos apoios fiscais que, porque temporários, e à medida que o ano foi avançando, foram expirando. O **Japão** terá registado uma expansão de 1,6%, um ritmo superior ao esperado e mais significativo ainda se atendermos à exposição que apresenta a cadeias de produção integradas e à forma como procedeu à gestão da COVID-19, enquanto a **Austrália** terá registado crescimento em torno de 3,5%.

As **economias emergentes e em desenvolvimento** registaram, em 2021, uma expansão económica em torno de 6,5%. A **China** terá crescido de forma expressiva (estima-se que em torno de 8,1%), mas este incremento reflete sobretudo a reação ao choque e alteração do padrão observado em 2020, desde o colapso da atividade no início do ano, à incerteza acentuada em relação a algo desconhecido em termos de mitigação e tratamento, até ao retomar da atividade em modo acelerado face à especialização produtiva que o país apresentava e que os restantes procuravam. Desta forma, os ganhos em cadeia, em 2021, foram sucessivamente menores (o crescimento de 2021 foi, sobretudo, marcado pelo excelente desempenho no primeiro trimestre do ano) e refletindo obstáculos diversos, como a política rígida de contenção dos casos de COVID-19, os desequilíbrios no mercado imobiliário chinês, as interrupções na produção industrial motivadas por quebras de fornecimento de energia, medidas regulatórias não antecipadas e opções económicas estruturais. A Índia, por sua vez, terá observado uma recuperação em ritmo elevado, algo em torno de 9,0%. A América Latina terá observado crescimento de 6,8%, com o **Brasil** a recuperar ao ritmo de 4,7%, enquanto o **México**, estima-se, terá crescido em torno de 5,3%. O **Chile**, em processo de alteração política e constitucional, terá recuperado de forma muito acentuada, estimando-se que a economia tenha evoluído ao ritmo de 11%, superando os 7,5% apontados para a **Argentina**. A **África do Sul**, a braços com momentos de contestação social a meio do ano, terá observado uma expansão de cerca de 4,6%; por seu turno, a **Rússia**, beneficiando de um perfil exportador assente em bens energéticos, terá registado uma recuperação ao ritmo de 4,5%. Ainda a nível das economias emergentes, a **Hungria** terá observado um crescimento de 7,6% em 2021, o ritmo mais vivo em três décadas.

Depois de, em 2019, a normalização monetária ter sido revertida, dando lugar a uma gestão ponderada e gradual do contexto e de, em 2020, face às repercussões da pandemia, as condições monetárias terem passado a hiperexpansionistas, em 2021, sobretudo a partir de junho, e com sinais cada vez mais abrangentes de pressão sobre preços, a Reserva Federal norte-americana procedeu a uma mudança de postura e os temas da normalização de taxas e reversão de medidas monetárias não ortodoxas passaram a dominar o pensamento e debate a nível dos bancos centrais. Esta modificação

conduziu a alterações de discurso e à implementação de medidas em ritmo acelerado em algumas geografias, sobretudo em economias emergentes. Não obstante, permanece a preocupação sobre se eventuais desequilíbrios e exageros terão sido gerados por atuação tardia na reversão de políticas cuja aplicabilidade e racional se encontravam fortemente dependentes do caráter absolutamente excecional da conjuntura pandémica.

1.2 PORTUGAL

Portugal terá crescido em torno de 4,9% em 2021, recuperando um pouco mais de metade do *output* que havia perdido na contração acentuada de 2020. A pandemia condicionou e caracterizou o contexto económico – os diferentes ritmos e fases da propagação da doença conduziram a diferentes medidas de saúde pública, assim afetando a mobilidade, a confiança dos agentes económicos e, em última instância, o perfil da evolução económica. Os segundo e terceiro trimestres terão sido os mais favoráveis em termos de expansão económica, suportados pelo consumo privado (*pent-up demand*) e exportações. Estima-se que as componentes investimento e exportações de bens tenham já recuperado para níveis pré-pandemia; as exportações de serviços (especificamente o turismo) recuperaram acentuadamente na segunda metade do ano, mas encontravam-se ainda aquém dos níveis de 2019, dadas as restrições a viagens internacionais que ainda perduravam no final de 2021. As contas públicas terão evidenciado o impacto da pandemia e das medidas adotadas em termos de apoios e saúde pública (o conjunto das medidas covid terá representado 2,6% do PIB, peso superior ao registado em 2020), mas também a recuperação económica, tendo o défice orçamental ficado nos 2,8% do PIB (5,8% em 2020). A balança corrente e de capitais terá registado um saldo positivo em percentagem do PIB, assim revertendo a evolução preocupante registada no ano anterior e traduzindo um reforço da capacidade de financiamento da economia. À medida que se foi progredindo no ano, foram sendo registados sinais (moderados) de evolução altista dos preços a nível do consumo, antecipando-se que a inflação (IHPC) tenha registado, em 2021, uma taxa em torno de 0,9%, o ritmo mais elevado desde 2018. No caso particular da energia, enquanto as famílias terão estado relativamente salvaguardadas do aumento do preço da eletricidade por alterações regulamentares e práticas de mercado, estima-se que os preços a nível da produção tenham refletido um incremento acentuado desta componente, gerando, por sua vez, efeitos significativos a jusante. O desemprego terá mantido a tendência de decréscimo que observava desde final de 2020, atingindo uma taxa de 6,6%; por seu turno, o emprego terá evoluído muito favoravelmente, a um ritmo de 2,5%, estima-se, atingindo valores superiores ao observados pré-pandemia no segundo trimestre de 2021.



O sobreiro floresce pela primavera e a frutificação estende-se até julho.
Os frutos do sobreiro - landes, bolotas ou boletas - vão amadurecendo até ao final do ano.
Nas zonas que lhe são razoavelmente favoráveis, e até mesmo em certas ocasiões adversas, com as bolotas a germinarem nos solos, o sobreiro tem uma regeneração natural.

2 – NOVO MODELO DE GOVERNANCE

Em 2021, o Conselho de Administração propôs à Assembleia Geral a adoção pela Corticeira Amorim de um modelo de governo societário de referência das melhores práticas internacionais, mais moderno, participado e, por isso, adequado ao continuado desenvolvimento da Sociedade e aos desafios que enfrentará no futuro, potenciando o seu crescimento e a sua rentabilidade a longo prazo, em harmonia e em confluência com os interesses de todos os seus *stakeholders*.

Assim, na reunião da Assembleia Geral de acionistas, realizada em 23 de abril de 2021, sob proposta do Conselho de Administração, foi aprovada a adoção do modelo de governo societário anglo-saxónico – composto por um Conselho de Administração alargado, que inclui uma Comissão de Auditoria, bem como uma dupla fiscalização por essa mesma Comissão (fiscalização/supervisão) e pelo Revisor Oficial de Contas (fiscalização financeira).

Foram também constituídas comissões internas especializadas, presididas por um administrador independente e compostas maioritariamente por membros de órgãos da Sociedade, às quais se atribuíram funções de âmbito societário, formalizadas através dos respetivos regulamentos internos de funcionamento¹, nomeadamente de assessorar o Conselho de Administração nas áreas de especialização dessas comissões:

Comissão de Riscos: acompanhamento e monitorização das atividades de gestão de riscos da Corticeira Amorim;

Comissão de E.S.G. (Environmental, Social & Governance): acompanhamento, supervisão e orientação estratégica da Corticeira Amorim no domínio de matérias de governo societário, responsabilidade social, ambiente e ética;

Comissão de Nomeações, Avaliação e Remunerações: preparação de planos de sucessão e recomendações de perfil para os membros dos órgãos sociais da Corticeira Amorim; avaliação do desempenho global do Conselho de Administração, dos seus membros executivos, da Comissão de Auditoria e das comissões internas; e acompanhamento e apoio das designações dos principais quadros dirigentes da Corticeira Amorim.

Adicionalmente, e em linha com as melhores práticas internacionais, os administradores independentes elegeram o seu Independent Lead Director.

Com a ativa participação e aconselhamento das referidas Comissões, foi realizado um importante processo de formalização das culturas empresarial do Grupo e profissional dos seus colaboradores/as, vertendo-as em políticas e regulamentos, devidamente apreciados nas Comissões da respetiva área de intervenção, aprovadas pelo Conselho de Administração, disseminadas pelo Grupo Corticeira Amorim e publicamente disponíveis no site corporativo (<https://www.amorim.com/pt/investidores/governo-societario/estatutos-regulamentos-e-politicas/>).

De destacar:

- A revisão do Código de Ética Empresarial e Conduta Profissional;
- O aperfeiçoamento do Procedimento de Comunicação de Irregularidades (*Whistleblowing*);
- A atualização do Regulamento sobre Transações com Partes Relacionadas;
- O Plano para a Igualdade 2022;
- A formalização de políticas corporativas: Política Geral de Sustentabilidade; Política de Direitos Humanos; Política de Energia, Ambiente e Biodiversidade; Política de Compras; Política para com a Comunidade/Sociedade; Política Fiscal; Política relativa ao Combate à Corrupção; Política de Segurança de Consumidores; Política de Recursos Humanos; Política de Privacidade para Gestores e Colaboradores/as; Política de Privacidade da Empresa;
- O trabalho desenvolvido que permitiu aprovar, já no início de 2022, a formalização das seguintes políticas corporativas: Política de Gestão de Risco; Política Geral de Cibersegurança; Política de Diversidade para Gestores e Colaboradores/as; Política de Nomeações.

Este modelo, plenamente implementado, propicia:

- Maior agilidade, maior proximidade e melhor acompanhamento e, assim, também maior eficácia e eficiência no exercício das funções de administração e fiscalização interna da Sociedade, fruto da integração da Comissão de Auditoria no Conselho de Administração;
- Maior diversidade (formação académica, competências, género, idades, experiências profissionais) no Conselho de Administração e nas comissões internas especializadas e, sobretudo, visões independentes com capacidade para apreciar o negócio por novos prismas, contribuindo para a criação de valor e para a sustentabilidade da Corticeira Amorim.

No final de 2021 é, pois, possível constatar uma notável evolução das políticas e práticas de *governance*, em linha com as Recomendações do Código do Governo Societário do Instituto Português de Corporate Governance (código usado pela Corticeira Amorim como referencial de reporte anual formal do seu governo societário) e com o que os vários *stakeholders* da Sociedade, em particular os seus acionistas, investidores e empresas de *rating* ESG, avaliam como melhores práticas de *governance*.

¹ Disponíveis para consulta em: <https://www.amorim.com/pt/investidores/governo-societario/estatutos-regulamentos-e-politicas/>

3 – ATIVIDADES OPERACIONAIS POR UNIDADES DE NEGÓCIO (UN)

As empresas que integram o perímetro da Corticeira Amorim encontram-se estruturadas por Unidades de Negócio (UN), com referência às quais se dá conta dos aspetos mais relevantes ocorridos durante o exercício de 2021.

3.1. MATÉRIAS-PRIMAS

O EBITDA da UN Matérias-Primas atingiu 19,4 milhões de euros (M€) em 2021, uma subida de 25% face ao atingido no ano anterior. Ao nível das vendas, registou um aumento de 11,5 M€, fruto sobretudo do crescimento da atividade das granuladoras e que obrigou mesmo à ativação da trituração da Corksor em maio.

A margem bruta passou de 22%, em 2020, para 25%, em 2021. Esta melhoria resultou da redução do preço de compra de amadia na campanha de 2020, da redução do preço de adjudicação de compra de cortiça em Marrocos em 2021, da estabilidade na campanha de compra de desperdícios (face aos anos anteriores) e do impacto da nova tecnologia instalada, sobretudo na fabricação de discos, que resultou numa redução do consumo específico da matéria-prima delgados.

A evolução dos FSE não foi tão favorável em 2021, tendo-se registado um aumento de 4,0 M€ (um acréscimo de 18% face a um aumento de atividade de 6%) decorrente essencialmente de duas causas:

- O impacto não antecipado do aumento do preço de energia elétrica no segundo semestre (1,4 M€);
- O aumento de 0,7 M€ nos custos de conservação e reparação, como consequência do arranque da Corksor, cujos equipamentos se encontravam com algumas limitações, e pela modernização dos processos de preparação e produção de discos, que têm vindo a introduzir cada vez mais operações automatizadas, e do aumento do número de operações, sobretudo para tratamento de discos. Embora com um impacto menor, para o aumento desta rubrica há também a realçar a inflação nos materiais de manutenção (componentes eletrónicos, telas e ferro).

Para o resultado de 2021, destaca-se, também, o contributo de 0,7 M€ na sequência do parecer favorável do AICEP ao projeto de expansão produtiva da Amorim Florestal de 2015, que incluiu a aquisição de inovações tecnológicas ao nível dos equipamentos e a sua implantação. Estes equipamentos permitiram aumentar a capacidade produtiva, com menores custos de produção (maior automatização), melhorar a qualidade dos produtos da Empresa e aumentar a eficiência de produção.

Ao nível da operação, destaca-se a capacidade da UN Matérias-Primas de fornecer, de forma contínua, a cadeia de valor do Grupo, assegurando não só a entrega de cortiça para rolhas naturais, como o fornecimento de discos, granulados e cortiça para triturar. A consolidação dos projetos da nova fabricação de discos e das linhas de escolha automática das unidades industriais de Salteiros e

Coruche foram, também, marcos importantes para a modernização dos processos da Unidades de Negócios.

Também em 2021, registou-se a consolidação do tratamento de 100% dos discos em sistema misto (Corknova + Estufas), com impacto muito positivo na erradicação dos problemas sensoriais dos discos, tanto para rolha de champanhe como para Twin Top, com *performances* próximas de 100%. Destaca-se, ainda em 2021, a evolução na escolha de classes, permitindo reduzir de forma significativa os defeitos em discos com impacto no rebentamento das rolhas.

Para a campanha de compras de amadia na Península Ibérica em 2021, os objetivos traçados foram alcançados, com uma quantidade comprada superior à meta inicialmente definida, acompanhada de uma ligeira redução do preço.

Nesta campanha, é de destacar, ainda, a inovação dos processos implementada, mantendo a aposta na máquina de extração e na utilização de prensas para otimização das operações de extração e transporte de cortiça do mato, com uma boa recetividade por parte dos produtores florestais e das equipas de trabalho de campo. Foi também introduzido, em 2021, um novo modelo de carregamento e transporte de cortiça através de utilização de um *gripper* que permite movimentar cortiças mais fracas de forma mecanizada.

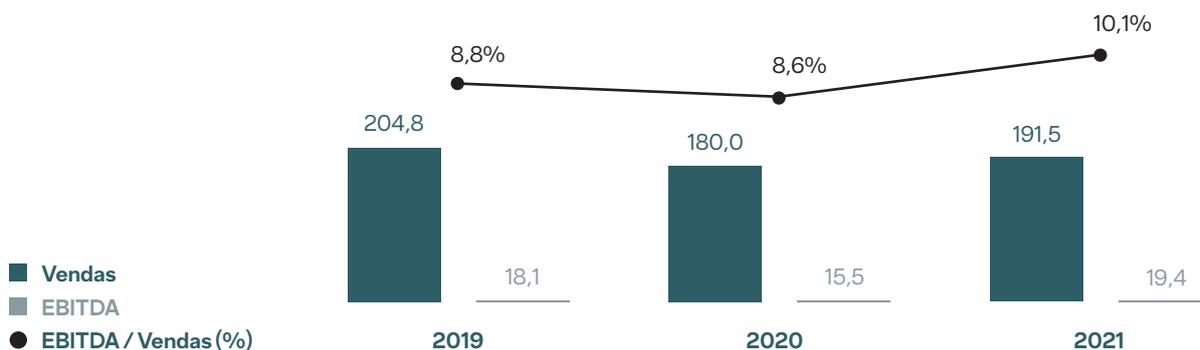
A compra de cortiça nos países de norte de África correu já de forma normal, em 2021, permitindo recuperar as adjudicações que não tinham sido efetuadas em 2020 fruto da pandemia de COVID-19. A compra efetuada em 2021 permitiu recuperar o nível de atividade normal destas unidades, contribuindo também para a melhoria do EBITDA e para a redução do preço de compra em Marrocos.

O Projeto de Intervenção Florestal continuou a ser uma forte aposta da UN, mantendo, em 2021, os seus três grandes eixos, desenvolvidos no ponto 3 deste relatório. No eixo da gestão florestal é de salientar a aquisição de 50% da Cold River's Homestead, detentora de uma parte da denominada Herdade de Rio Frio, tendo sido assinado um acordo para a aquisição dos restantes 50%, o qual esperamos que venha a ser concretizado em breve.

A Herdade de Rio Frio é eminentemente florestal, com uma mancha de montado que cobre cerca de 80% do seu total. Dando seguimento ao objetivo estratégico da Unidade de aumentar as áreas próprias de produção de cortiça com rega assistida, o projeto que se pretende instalar nesta exploração visa manter as características ecológicas da espécie, aumentando a sua rentabilidade através do adensamento da área de montado existente.

A forma de aumentar a sua rentabilidade e produção é elevar o sucesso e viabilidade das plantações auxiliando-as nos períodos críticos resultantes das alterações climáticas, cada vez mais evidentes, através de instalação de rega gota a gota. Em paralelo, a introdução deste sistema irá permitir um retorno económico mais cedo, uma vez que poderá possibilitar a antecipação da primeira extração de cortiça, respeitando o perímetro estipulado por lei para a desboia e sem danos para a árvore. Os ciclos de extração seguintes respeitarão os limites da legislação vigente.

UN Matérias-Primas Vendas & EBITDA



3.2. ROLHAS

Estima-se que a produção mundial de vinho, em 2021, se tenha situado entre 247,1 e 253,5 milhões de hectolitros, um valor extremamente baixo, ligeiramente acima da produção historicamente baixa de 2017.

O volume previsto para o ano 2021 terá diminuído 4% face a 2020, que já estava abaixo da média, e é 7% inferior à média dos últimos 20 anos, resultado das condições climáticas desfavoráveis que afetaram consideravelmente os principais países vitivinícolas da Europa. O hemisfério sul e os Estados Unidos parecem ser exceções a este quadro global negativo e tendem a equilibrar o declínio do volume registado na União Europeia. Podemos dizer definitivamente que 2021 foi um bom ano para a indústria do vinho dos EUA.

Este é o terceiro ano consecutivo em que a produção mundial de vinho está abaixo da média. No entanto, o impacto desta redução no setor vitivinícola global é de difícil avaliação, devido ao contexto atual em que a pandemia de COVID-19 continua a gerar um grau relativamente elevado de volatilidade e incerteza.

Na União Europeia, as condições meteorológicas não favoreceram os produtores de uvas: em 2021, a produção de vinho está estimada em 145 milhões de hectolitros, uma diminuição de 13% face a 2020. O ano de 2021 revelou-se penalizador para a produção de vinho nos três maiores países produtores da União Europeia (Itália, Espanha e França), que, no seu conjunto, representam 45% da produção mundial de vinho e 79% da produção vitivinícola da União Europeia. Esta situação deveu-se principalmente às geadas tardias do início de abril. Por outro lado, os outros países da União Europeia esperam um crescimento positivo em relação ao ano passado. Por exemplo, a Alemanha, o quarto maior produtor de vinho da Europa, tem um volume de produção estimado de 8,8 milhões de hectolitros, mais 4% do que em 2020, apesar do episódio de geadas tardias que afetaram significativamente alguns dos países vizinhos. Portugal, com 6,5 milhões de hectolitros, deverá registar um volume de produção de vinho ligeiramente acima do nível de 2020 (+1%).

No hemisfério sul, onde a colheita terminou no primeiro trimestre de 2021 e após uma queda acentuada na produção de vinho, no ano anterior, causada por condições meteorológicas desfavoráveis, registou-se um aumento notável entre os principais países

produtores. A produção de vinho no hemisfério sul em 2021 registou um recorde de 59 milhões de hectolitros, um aumento de 19% em relação a 2020.

Em termos de consumo, 2021 foi um ano interessante para a indústria de vinhos, tendo aumentado cerca de 9% quando comparado com 2020. Este facto contribuiu de forma importante para a indústria de rolhas de cortiça e, em particular, para a Corticeira Amorim. Um dos pontos positivos de 2020 e 2021 foi a grande e rápida viragem do setor para o comércio eletrónico em resposta à pandemia de COVID-19. Embora o vinho tenha apenas 14% de participação no mercado global de bebidas, teve uma participação de 40% nas vendas *online*. Outro elemento positivo em 2021 foi a recuperação do enoturismo global: os números estão a aproximar-se rapidamente da normalidade, depois de terem caído 70% durante o primeiro ano da pandemia.

A indústria do vinho está a emergir de mais um ano caótico de negócios, no meio de uma pandemia global e de eventos climáticos catastróficos (incluindo incêndios florestais na Califórnia, geadas devastadoras em abril em França e Itália e inundações no oeste da Alemanha), interrupções na cadeia de abastecimento global, além da crescente ameaça de inflação de preços. De facto, a instabilidade, muitas vezes, tem sido a única constante.

Em relação a tendências futuras de mercados, destacam-se as seguintes:

- **Cadeia de abastecimento e inflação de preços.** Entre os profissionais do vinho em todos os setores da indústria, existe consenso: os problemas da cadeia de abastecimento continuarão a ter implicações em todos os aspetos do comércio em 2022, causando inflação inevitável de preços e escassez de marcas e produtos conhecidos. Embora já se tenha verificado o impacto destas questões no mercado do champanhe, a indústria não é diferente de outras que foram impactadas por dificuldades na cadeia de abastecimento, levando ao ajustamento de preços no mercado final já a partir de 2022. Espera-se a entrada num momento interessante no que diz respeito à gestão de custos e da estrutura de margem: perante o aumento dos preços e atrasos no envio de um *stock* limitado, os compradores serão cada vez mais forçados a olhar para além das opções usualmente testadas e comprovadas.

- **E-commerce, o novo desafio e oportunidade.** As vendas *online* de vinhos permaneceram fortes, mesmo após a “reabertura do mundo”. No entanto, o futuro do setor de comércio eletrônico enfrenta, agora, um desafio importante: como encontrar maneiras criativas de impulsionar o compromisso digital e reter a sua base de clientes recém-adquirida? Qual a chave para manter esse crescimento? Convencer os clientes de que comprar vinho *online* pode ser tão gratificante quanto procurar recomendações de um comerciante de vinhos confiável do bairro. As plataformas digitais desfrutaram de uma vantagem: um “tesouro” de dados para personalizar a experiência do consumidor. Capitalizar essas capacidade e possibilidade, será a motivação no futuro para o espaço de comércio eletrônico. Os verdadeiros vencedores neste espaço de comércio, nos próximos 5 a 10 anos, serão aqueles que se concentrarem fortemente no aspeto da personalização.
- **Sustentabilidade em todos os sentidos.** A sustentabilidade deverá ser uma das maiores tendências da indústria do vinho em 2022. Tem-se vindo a observar um sentido proativo de responsabilidade no âmbito da sustentabilidade, não só por parte dos produtores, mas também dos consumidores. Mais do que nunca, observa-se que os consumidores de vinho optam por apoiar marcas que partilham os mesmos valores que os seus – desde o que vestem até ao que colocam nos seus corpos – e esta, será cada vez mais uma tendência de mudança coletiva, e menos de meros atos isolados. A Corticeira Amorim, por inerência dos seus produtos e práticas, está alinhada e partilha este movimento virtuoso. Comprar vinho está a tornar-se mais pessoal e seletivo, prevendo-se um aumento no interesse por marcas e empresas que são ambientalmente conscientes e investem no bem-estar dos seus funcionários/as e na sustentabilidade dos seus produtos e processos.
- **Priorizar a inovação.** As marcas vão tornar-se mais inovadoras, ver-se-á a indústria vinícola a inovar para atingir um público mais jovem, especialmente porque o vinho perde quota de mercado para destilados e alternativas não alcoólicas. Os produtores de vinho atualizarão a sua abordagem para alcançar o consumidor de vinho mais jovem, e irão fazê-lo através de opções de entrega, plataformas *online*, *marketing* e muito mais.
- **O vinho espumante finalmente torna-se um item básico do dia a dia.** Nas vendas *off-premise*, a categoria de vinhos espumantes cresceu mais de 13% nos últimos dois anos – um impulso ascendente que não mostra sinais de diminuir. As vendas de champanhe dominaram o setor *premium* do mercado de espumantes, com vendas a aumentarem 12% em relação a 2020. No entanto, as opções baseadas em valor alimentaram grande parte do aumento de popularidade desta categoria: à medida que os consumidores gravitam em direção a essas formas mais acessíveis de “efervescência”, finalmente tiram o espumante da categoria dos “feriados e ocasiões especiais” e recuperam as bolhas como parte do repertório diário de bebidas.
- **Vinho tinto – evolução.** O vinho tinto deverá continuar a ter declínios moderados em favor do branco, espumante e rosé. O comportamento pandémico irá continuar, assim como, o interesse pela “efervescência” e momentos

de celebração. Neste contexto, o consumo de vinhos efervescentes continuará a crescer de forma assinalável. Também vemos os consumidores a beber rosé e branco durante todo o ano. Seguramente, será um grande ano para o espumante, o rosé e os brancos.

A UN Rolhas considerava, em 2020, que “o tempo é essencial para a UN que se esforça para combater o impacto imediato da COVID-19, e, ao mesmo tempo, estabelecer as bases para um futuro robusto”. Esse momento passou, e, perante a nova ordem económica de incerteza e de disrupção, as estratégias de aproximação ao mercado, às fontes de abastecimento e aos fatores de produção teve que mudar e adaptar-se a este novo mundo ainda em construção.

As regras estratégicas fundamentais ainda se aplicam, mas a UN Rolhas não subestimou o poder de fazer movimentos ousados à medida que procura inovação e crescimento. A resiliência, talvez a atitude e a palavra mais presentes em 2021, permitiu responder em um ano claramente com várias velocidades e com falta de visibilidade do lado da procura, nas várias geografias onde atua.

O ano de 2021 foi caracterizado por um início ainda em quebra de atividade, face a 2020, mas por um crescimento acentuado a partir do segundo trimestre, mantendo-se até ao final do ano. Este crescimento, vindo de todos os mercados e segmentos de produto, refletiu, quer o aumento do consumo pós-pandemia, quer a reposição dos níveis de *stock* para valores normais, junto aos clientes.

Embora ainda abaixo dos níveis de confiança do período pré-pandemia, o ano 2021 foi de forte crescimento de atividade da UN Rolhas. No entanto, é importante destacar algumas tendências que caracterizaram a envolvente e a Organização:

- Apesar do menor impacto da pandemia, o teletrabalho e a videoconferência (o “novo normal”) ainda representaram desafios importantes associados à manutenção do funcionamento habitual da UN e da relação com os seus clientes. A organização do trabalho em chão de fábrica, determinante para garantir o abastecimento ao mercado, obrigou a uma constante adaptação da estrutura e da forma de suprir lacunas. A resposta responsável, presente e atenta da Organização foi determinante para assegurar o forte crescimento da procura;
- A transformação digital, a bom ritmo e em fase de estabilização, permitiu assegurar um controlo atempado sobre os processos de negócio e foi fundamental no suporte à decisão e à operacionalização da atividade das diversas equipas. Estamos seguros do enorme salto qualitativo nesta área;
- Forte crescimento e oportunidades de parcerias, colocaram desafios de reorganização da Empresa e às estruturas de decisão;
- Foi um ano de consolidação das questões sensoriais e de abertura para novos desafios estratégicos de crescimento e valor.

As questões ambientais e da sustentabilidade ganharam uma relevância determinante, tendências de mudança coletiva, que estão na agenda estratégica da UN Rolhas como prioritárias e determinantes para a continuidade do negócio.

Em 2021, destacam-se os seguintes factos relevantes:

- Consolidação dos processos Xpür® e Naturity®, que passam a integrar o portefólio de produtos da UN Rolhas;
- *Roll-out* do SAP às empresas fora de Portugal, com principal destaque para a implementação na Francisco Oller (Catalunha). Importante para a homogeneização de processos de negócio, gestão e modelo de informação;
- Evolução importante na clarificação da segmentação de produtos, em sintonia com as necessidades dos clientes;
- Forte compromisso e trabalho em parceria com os clientes, desenvolvido de forma sustentada e sistematizada. Embora possa parecer contraditório, 2021 foi um ano de maior proximidade com o cliente, numa relação de parceria, muito para além da tradicional relação comercial;
- Com a competência digital mais desenvolvida, continuou-se a tirar partido e a intensificar a comunicação com o mercado, dotando toda a cadeia de mais e melhor informação sobre os produtos, processos e novos desenvolvimentos;
- Disrupção da cadeia logística, com forte impacto nos níveis de serviço ao mercado e de capital investido das empresas de distribuição da UN. Tempos de trânsito colocaram forte pressão na distribuição e na estrutura de produção. Impacto importante ao nível de custos de transporte, agravado pelo recurso a transporte aéreo e expresso;
- Forte incremento do custo de matérias-primas não cortiça, com especial incidência nos produtos químicos que integram o processo produtivo;
- Grande volatilidade do preço da energia ao longo do ano, com forte aumento e impacto direto no custo dos produtos. Tendo sido, de certa forma, inesperada, levou à antecipação de projetos de eficiência energética, com reflexos a médio e longo prazo;
- Decisão e implementação massiva de energia fotovoltaica, alinhada com o pilar da Sustentabilidade e da Eficiência Operacional;
- Forte compromisso com a melhoria dos indicadores de capital investido, sobretudo associados a clientes e *stocks*, com resultados acima do esperado ao nível do *free cash-flow*.

Em 2021, a UN Rolhas teve um forte aumento de vendas (+12,5%), depois de um ano dominado pelo receio pandémico, com um valor de mais 66 M€ *versus* o período homólogo, correspondendo a mais 516 milhões de unidades vendidas (+9,7%). A UN reforçou a estrutura produtiva, suportada pelo seu plano estratégico, e foi ajustando, em equipa, a capacidade produtiva ao incremento acentuado da procura.

De uma forma geral, verificaram-se impactos positivos em todos os mercados, com especial referência aos mercados francês, que representa 31% do crescimento total em valor. O mercado italiano representou 25,5% do crescimento e o espanhol 8%.

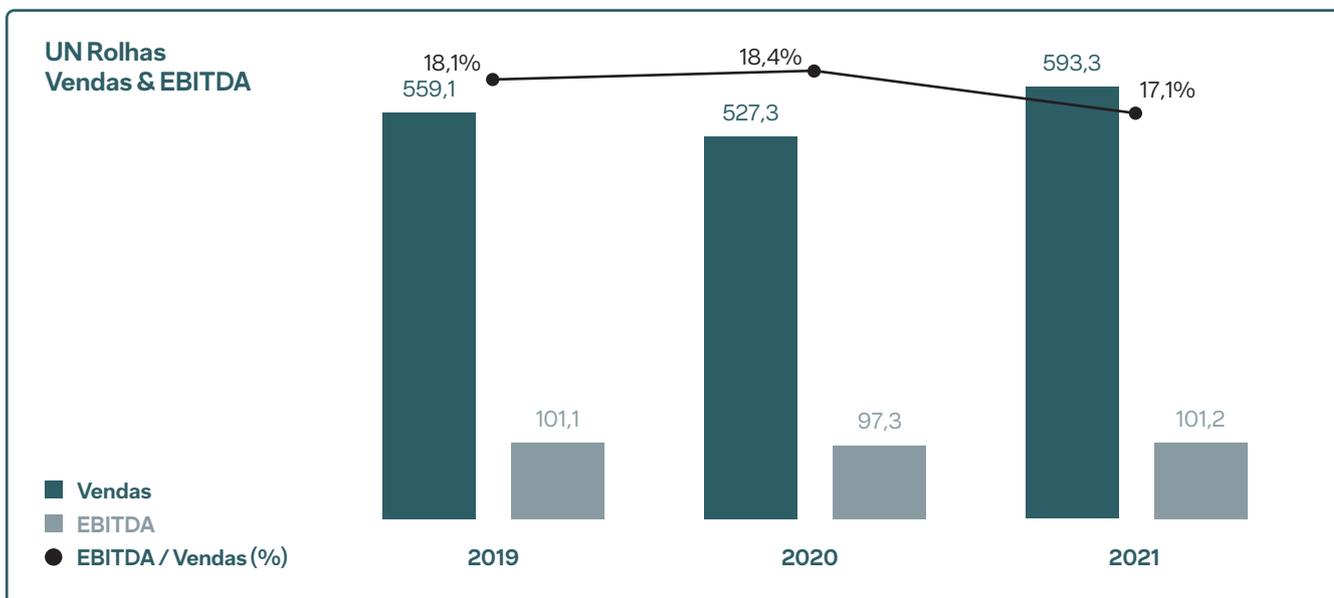
Os Estados Unidos, sendo o terceiro mercado da UN, não apresentaram crescimento, tendo sido penalizados pela evolução cambial (impacto cambial negativo nas vendas de 3,6 M€).

O **segmento vinhos tranquilos** com um aumento de 5,6%, representa 29,0% do aumento total da UN. Foi um ano de consolidação dos processos Xpür® e Naturity®, e de reforço das vantagens competitivas. Observaram-se ganhos relevantes nos mercados de França, Itália, Espanha, Portugal, Argentina e Chile, e perdas na Austrália (por razões políticas com a China) e nos EUA (por questões cambiais). De referir, também, a alteração do *mix* de produtos, que privilegia maior valor e qualidade. De destacar ainda o crescimento de 3,4% da rolha natural em valor, reforçando a aposta num segmento *high-end* de acordo com a necessidade dos clientes de referência no mercado vinícola mundial. Os avanços ao nível de processos (Xpür® e Naturity®) foram determinantes para o crescimento deste segmento.

No **segmento dos espirituosos**, depois de um ano 2020 de medo e incerteza, voltaram os momentos de socialização em bares e restaurantes e, mesmo, de simples celebração. O aumento neste segmento foi de 31,8% em valor (em 2020, diminuiu 5% em valor). Para além do aumento da procura, assistiu-se, também, à reposição do nível de *stocks* na cadeia de abastecimento, fruto de expectativas de vendas associadas à saída do período tenebroso que foi o ano 2020. França, Estados Unidos e Reino Unido, mercados tradicionais, regressaram ao normal, representando 75% do crescimento neste segmento.

No **segmento de espumosos**, assistiu-se a um crescimento de 19% em valor. Para além do regresso dos momentos de celebração, os vinhos espumosos passaram a fazer parte dos hábitos quotidianos de consumo. A presença incontornável da Corticeira Amorim no mercado mundial, com argumentos de serviço, disponibilidade e qualidade de produto, levou a um forte crescimento em Itália, França e Espanha.

A margem bruta registou um aumento de 7,8% face ao período homólogo, inferior ao efeito volume observado. O custo dos produtos químicos, com forte impacto negativo, representou 71% da quebra de margem bruta percentual. A alteração de *mix* de produtos, a levar modificações no processo de produção de granulados, com alguma perda de rendimento, justificou a restante quebra de margem percentual.



Os custos operacionais tiveram um aumento de 10% face a período homólogo, com destaque para o aumento da energia em 6,2 M€, dos quais 5,4 M€ explicados pelo efeito preço. Devido à disrupção da cadeia logística, registou-se um forte aumento do custo de transportes, em cerca de 1,7 M€. Apesar dos aumentos absolutos, assistiu-se à melhoria da produtividade em 3,8 M€.

O EBITDA apresentou um crescimento de 4,1%, situando-se nos 101,2 M€. Contudo, registamos uma perda no rácio de EBITDA sobre vendas (17,1% versus os 18,4% de 2020), fortemente impactado pelo aumento dos produtos de incorporação não cortiça, dos transportes e da energia.

3.3. REVESTIMENTOS

Em 2021, as vendas totais da UN Revestimentos registaram uma evolução favorável em 10%, face a 2020, com especial ênfase nos produtos *trade*. O aumento de vendas em produtos fabricados foi suportado na geração de produtos Amorim WISE, linha com um importante *upgrade* técnico durante 2021, capitalizada em definitivo pelo balanço negativo de carbono, contando já com um peso de 17% nas vendas de produtos fabricados da UN. Adicionalmente, o lançamento com sucesso da nova categoria de produtos SPC, como linha de entrada, permitiu um alargamento na cobertura dos segmentos de mercado mais sensíveis ao preço, representando um considerável contributo adicional de vendas.

Após um ano 2020 marcado negativamente pela incerteza resultante do fenómeno pandémico, assistiu-se, em 2021, às consequências económicas da pandemia, sobretudo quanto às dificuldades das cadeias de abastecimento, que alimentaram fenómenos inflacionistas nas componentes de matérias-primas e de transportes. Como resposta à crise, o posicionamento da União Europeia, com o mecanismo NextGeneration, no suporte à recuperação económica antecipa o reforço na confiança e no retomar do crescimento.

Na Europa, o início de 2021 foi ainda largamente penalizado pelos *lockdowns* decorrentes da pandemia, sobretudo na Alemanha. A recuperação foi lenta e diferente por zona geográfica, ao ritmo da intensidade das ondas pandémicas, das medidas restritivas e da cobertura da vacinação. A Escandinávia, particularmente a Dinamarca, registou valores históricos de vendas na linha de produtos *trade*, apresentando um crescimento acima dos 30% em 2021.

Fora da Europa, a Rússia teve um efeito muito negativo perante o *lockdown*, que atingiu o segmento de retalho onde a presença local da UN Revestimentos é forte. Pela positiva, realça-se a evolução dos Estados Unidos com um notável crescimento no ano de 2021, com uma abordagem dirigida ao desenvolvimento do ponto de venda. Adicionalmente, foi lançada uma nova empresa no Canadá, como resposta às necessidades de presença física no mercado, para alavancar os segmentos de prescrição.

No plano do *marketing*, a UN Revestimentos adaptou-se ao novo contexto, usando o digital como forma de promover a interação com os clientes e fomentar a atratividade para os consumidores, versus as tradicionais formas de contato físico no ponto de venda. Foi lançado o programa *Walk on Amazing*, designado por “Marte”, para promoção da cortiça, nas componentes de design, conforto e sensações. Esta campanha revolucionou a apresentação da cortiça como solução de *flooring*, desafiando o interesse pela experiência e pela diferença, alavancando todas as vantagens de uma solução de *flooring* com cortiça.

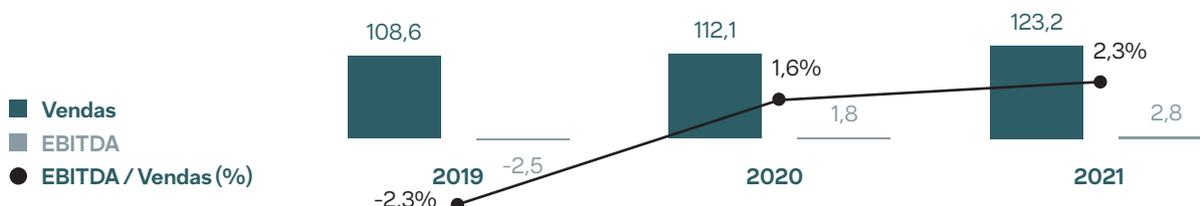
Em 2021, a UN Revestimentos consolidou definitivamente a utilização do CRM (*Customer Relationship Management*), potenciando a integração de atividades, o acompanhamento da execução comercial, a segmentação dos clientes e a comunicação quer pela plataforma *e-business*, quer pelo portal B2B.

Ao nível industrial, registou-se uma clara melhoria no índice de rejeições e uma forte aposta na qualidade dos produtos, com especial destaque para a nova versão Hydrocork Plus e para o *upgrade* ao Amorim WISE 2.0. Destaca-se, pela positiva, o reconhecimento do esforço na procura da excelência operacional, obtido pela certificação dos sistemas de qualidade, ambiente e energia. O dimensionamento dos lotes de fabrico, fruto da alteração do modelo de abastecimento de *stocks* e da racionalização do portefólio de produtos, permitiu melhorias significativas na produtividade.

Ao nível dos sistemas de informação, foi lançado o programa de transformação digital, dirigido à melhoria da interação com os clientes e ao controlo do fluxo da cadeia de abastecimento.

A sua ambição assenta no conceito de produtos green, traduzido na promoção de produtos *plastic free* e na orientação para técnicas de impressão digital avançadas, posicionando os produtos desta classificação em segmentos *premium*.

UN Revestimentos Vendas & EBITDA



Não obstante o forte impacto negativo proveniente do preço das matérias-primas, transportes e energia, bem como atrasos na receção de matérias-primas que originaram penalizações contratuais, o EBITDA aumentou mais de 50%, continuando o percurso de melhoria da rentabilidade.

3.4. AGLOMERADOS COMPÓSITOS

No ano de 2021, o EBITDA da UN Aglomerados Compósitos ascendeu a 10,0 M€, o que representa uma variação positiva de 20% face ao exercício anterior.

O crescimento muito significativo do volume de negócios foi o principal motor por detrás deste desempenho, tendo sido registado um crescimento de 23%, face a 2020, para um total de 116,7 M€. Esta evolução das vendas centrou-se, essencialmente, no efeito volume, tendo havido ainda um contributo positivo, relativamente pequeno, do efeito preço. Já o contexto cambial de 2021 acabou por penalizar as vendas em cerca de 1,4 M€.

A margem bruta percentual evidenciou uma redução face ao ano anterior, tendo contribuído decisivamente para este desfecho, para além do já referido efeito cambial negativo, o agravamento muito significativo dos custos de aquisição das principais matérias-primas não cortiça (com particular relevo para os aglutinantes), não tendo estes impactos sido passados na mesma magnitude para o mercado.

Os custos operacionais registaram um aumento significativo, essencialmente devido ao acréscimo de atividade, mas também à subida muito marcante da fatura de energia elétrica no segundo semestre do ano e ainda dos transportes. Também as depreciações evidenciaram um aumento expressivo, decorrente dos fortes investimentos realizados nos últimos anos.

No que respeita à atividade desenvolvida e execução estratégica, o exercício de 2021 caracterizou-se pela continuidade/ extensão relativamente ao projetado para 2020 e que não fora possível concretizar, então, de forma cabal, dadas as restrições e impactos da pandemia de COVID-19.

Neste sentido, a carteira de iniciativas e projetos estratégicos foi composta, em grande medida, por temas transitados de 2020:

- Projetos de crescimento orgânico orientados para a expansão geográfica generalista ou para a transposição para novas geografias de sucessos obtidos num dado país em segmentos específicos (*cross-selling*);
- Identificação e conquista de novos clientes;
- Recuperação de negócio reduzido ou mesmo perdido num passado recente;
- Desenvolvimento e promoção das gamas de produtos mais diferenciados, considerando materiais e tecnologias inovadoras disponíveis na UN;
- Continuação do programa plurianual de transformação da área de Operações, com novos recursos, capacidades, competências e métodos de trabalho, comunicação e alinhamento;
- Implementação de um conjunto de medidas de otimização e redução de custos operacionais;
- Continuação do Programa de Sustentabilidade, promovendo este atributo central da proposta de valor da UN, suportado em certificações de produtos e em práticas internas cada vez mais exemplares;
- Continuação da implementação da *ACC Academy*, como garante de um conjunto de competências *core*;
- Atualização dos sistemas de informação, tendo em vista uma maior eficiência, integração e visibilidade, com particular destaque para capacidades de planeamento e sequenciamento de operações industriais e ainda de *Business Intelligence*.

Adicionalmente, verificou-se uma atividade igualmente relevante em duas áreas decisivas:

- Início do ajustamento de preços de venda em função da nova realidade de custos acrescidos nos fatores de produção;
- Foco em setores prioritários de mercado, com natural repercussão na organização interna e afetação de recursos nas áreas comerciais, de inovação, gestão de produto e marketing.

O estabelecimento de parcerias é um dos mecanismos privilegiados pela UN Aglomerados Compósitos para potenciar o crescimento da utilização dos seus materiais nos diferentes segmentos e aplicações. Esta política de promoção ativa de parcerias permitiu constituir três novas parcerias em 2021.

Duas delas pretendem replicar na América do Norte os modelos existentes na Europa para os segmentos de superfícies desportivas (Amorim Sports North America) e de pavimentos para parques infantis (Corkeen North America). A terceira *joint-venture* constituída em 2021 está relacionada com um segmento novo, o de brinquedos sustentáveis feitos em cortiça – e representa o compromisso da Corticeira Amorim e do Grupo alemão HAPE em desenvolver em conjunto uma oportunidade de mercado através da KORKO – Made by Nature, Lda.

A grande maioria dos mercados geográficos evidenciou variações positivas em volume de negócios. Em todo o caso, o mercado norte-americano, o mais afetado pelo efeito cambial desfavorável, registou um crescimento inferior à média global (em 2020, este mercado também registou uma quebra menos significativa que os restantes países).

Enquanto fornecedor de materiais baseados em cortiça, a UN tem identificado atualmente um portefólio de 29 segmentos de atividade dos seus clientes. Estes segmentos vinham a ser agrupados em três *clusters* (Indústria, Retalho e Construção), mas, durante o ano de 2021, no âmbito de uma iniciativa de focalização e priorização, foi implementada uma visão do negócio assente em setores, que continuam a ser agrupamentos de segmentos, mas mais homogêneos e especializados do que os *clusters*.

Todos os setores registaram crescimentos de vendas no ano de 2021. O setor de **Pavimentos (Componentes e Acessórios)** foi o mais representado no volume de negócios da UN em 2021, com um peso total de 33% (2020: 36%), tendo obtido um crescimento das vendas de 11%. O principal motor do crescimento foi o segmento de *Distributors of Flooring & Related Products*. Já o *Construction Specialty Retail* contribuiu negativamente para a evolução das vendas, designadamente nos Estados Unidos, devido a dificuldades operacionais sentidas na fábrica local com algum impacto no nível de serviço ao cliente.

O setor da **Indústria** obteve um desempenho excepcional, apresentando uma variação positiva de 48% das vendas relativamente ao ano 2020, reforçando o seu peso no volume de negócios totais para 23%. Esta evolução foi impulsionada de forma decisiva pelo segmento de *Footwear*. Dentro deste setor, apenas o segmento de *Industrial Packaging* não acompanhou o movimento generalizado de crescimento.

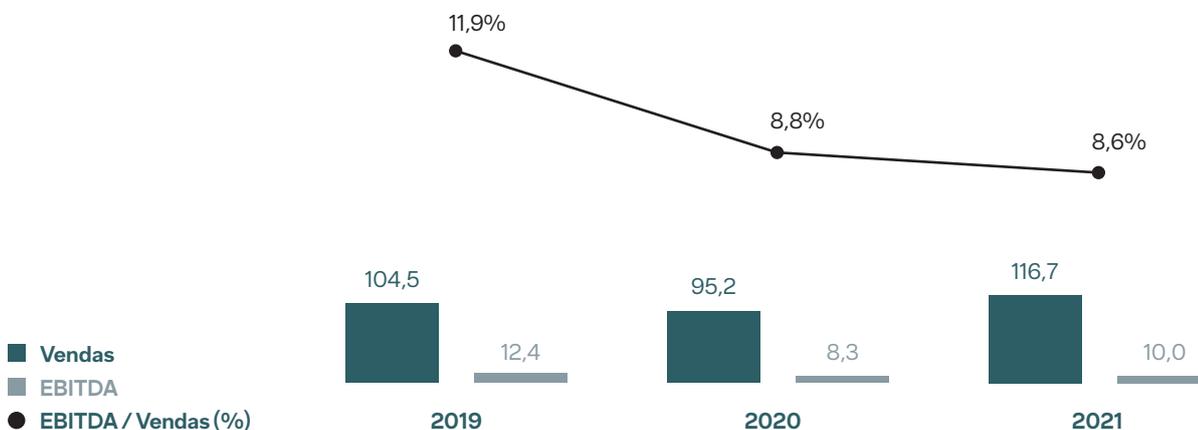
Na área da **Selagem**, com três segmentos de mercado, todos eles com uma evolução favorável em termos de volume de atividade, o maior destaque vai para o segmento de *Multi-purpose Seals & Gaskets*, que registou uma subida de 21%. Este setor representou aproximadamente 15% das vendas de 2021.

O setor da **Construção** aumentou a sua expressão no *mix* de negócios da UN para 9% do total, muito fruto do notável registo alcançado pelo segmento de *Heavy Construction*, que se saldou por +43% no período em análise, face ao ano anterior.

No que diz respeito ao setor de **Bens para Casa, Escritório e Lazer**, o seu desempenho foi, em muito, marcado pelo extraordinário contributo do segmento de *Furnishing*, cujas vendas triplicaram, face a 2020. Sem este efeito, a evolução da globalidade do setor não teria sido significativa, tendo em conta os decréscimos de vendas nos segmentos de *Office Products, Broadline Retail e Home & Office Specialty Retail*. O sector continua a representar cerca de 8% das vendas totais.

Os restantes setores representam os mesmos 12% das vendas que em 2020, tendo obtido um crescimento global de 19%. Merece particular realce a evolução da CORKEEN – focada em superfícies de parques infantis – cujas vendas duplicaram relativamente ao ano anterior.

UN Aglomerados Compósitos Vendas & EBITDA



3.5. ISOLAMENTOS

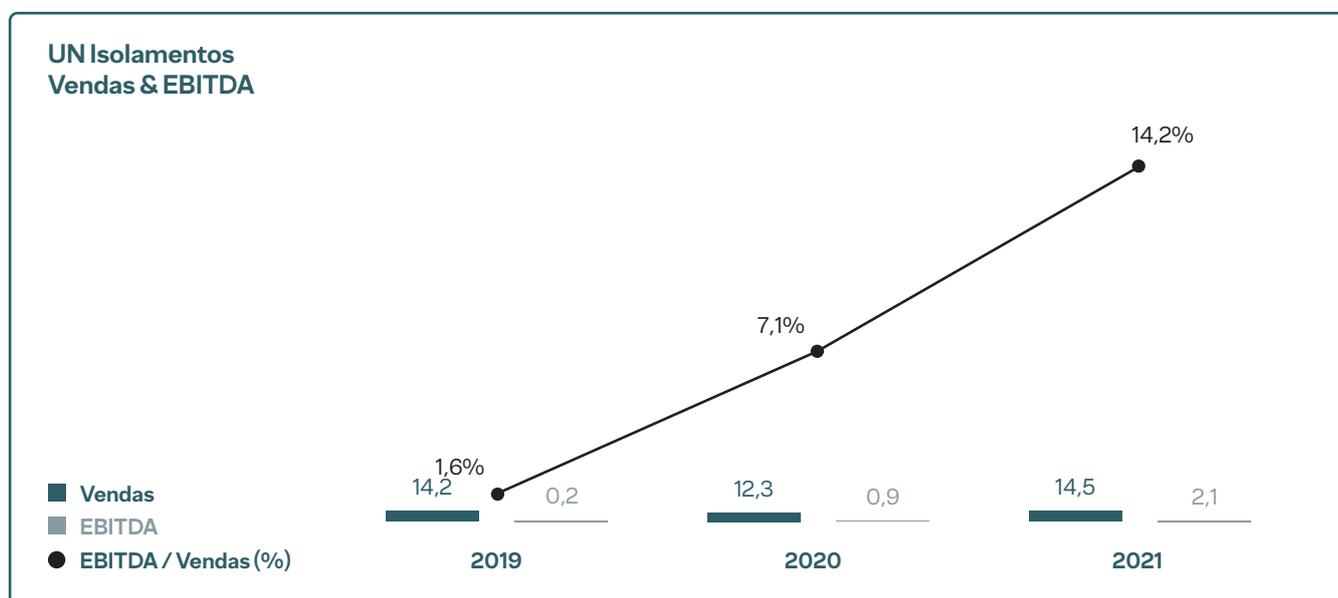
A UN Isolamentos apresentou, no exercício de 2021, vendas de 14,5 M€, o que representa um aumento de cerca de 17,9% face ao ano anterior. Excluindo as vendas destinadas a outras UN do Grupo, o aumento foi de 22,3%. Apesar de os efeitos da pandemia de COVID-19 ainda se notarem no mercado, a UN teve uma evolução bastante positiva das vendas, que ultrapassaram os níveis registados no ano 2019.

O EBITDA teve também uma evolução muito positiva (2,1 M€ em 2021, face a 0,9 M€ em 2020), beneficiando do aumento do volume de negócios, da diminuição do preço de consumo da matéria-prima cortiça e das melhorias operacionais realizadas ao longo dos últimos anos traduzidas numa maior eficiência industrial.

No que respeita à eficiência das operações industriais da UN, foram realizados novos investimentos com vista a uma maior otimização a nível industrial e logístico, sobretudo na unidade industrial de Silves, com a renovação de equipamentos fabris antigos com o intuito de potenciar a sua *performance* futura.

Devido à pandemia de COVID-19, a UN não desenvolveu, em 2021, como aconteceu nos anos pré-pandemia, as atividades planeadas para realçar as soluções do aglomerado de cortiça expandida. No entanto, e apesar das condicionantes, foram realizadas as seguintes iniciativas:

- Participação no evento organizado pelo Centro Cultural de Belém (julho a setembro de 2021), apresentando cortiça da UN Isolamentos para o projeto da autoria do arquiteto Ricardo Bak Gordon;
- Participação na Bienal de Seoul (Coreia do Sul), onde foi apresentada uma torre de cortiça de aglomerado expandido da UN, da responsabilidade do arquiteto Matthew Barnett Howland (RIBA) e do engenheiro de estrutura Oliver Wilton (Arup).



4 – PROJETO DE INTERVENÇÃO FLORESTAL

Ao longo das últimas décadas, tem-se assistido à perda de vitalidade dos sobreiros (*Quercus suber*), atribuída, entre outros, a más práticas de gestão, ocorrência de agentes bióticos nocivos e alterações climáticas. A preservação do sobreiro e do ecossistema montado é imprescindível para que se possa continuar a usufruir não só da cortiça produzida, mas também de muitos outros serviços dos ecossistemas valiosos para as populações da bacia do Mediterrâneo.

De forma a minorar o desequilíbrio entre a oferta e a procura de cortiça, assim como a crescente preocupação com a redução de produtividade dos povoamentos existentes, a Corticeira Amorim criou o Projeto de Intervenção Florestal (PIF), que visa a preservação e o desenvolvimento sustentável da floresta de sobreiro. Sob o mote “cuidar do presente, construir o futuro”, o PIF teve início em 2013 como projeto de investigação que procurou um novo modelo de subercultura através da rega. É ambição da Corticeira Amorim ser um centro de excelência na investigação do sobreiro e fazer investigação aplicada sobre os impactos da rega, fertilização, nutrição e solo, bem como sobre a seleção dos sobreiros mais adaptados aos cenários climáticos através de um programa de melhoramento do sobreiro.

Em 2021, a Unidade de Negócio Matérias-Primas deu uma nova dinâmica ao Projeto de Intervenção Florestal, através da criação de um plano focado em três áreas fundamentais:

- Gestão Florestal, com o objetivo de coordenar novas plantações e dar aos proprietários apoio técnico na área florestal. Os trabalhos realizados até ao momento visam recolher e compilar o conhecimento existente sobre diversos temas e produzir documentação de apoio e suporte com aplicação prática, quer nos montados existentes, quer em novas plantações. O gabinete de gestão florestal pretende, ainda, dar consultoria aos produtores florestais sobre temas tão diversos como tratamentos para pragas, fertilização e podas;
- I&D Florestal Aplicada, que pretende ser um centro de excelência na investigação do sobreiro e fazer investigação aplicada sobre quais os impactos da rega, fertilização, nutrição e solo no sobreiro. Até ao momento, foram realizadas várias instalações de sobreiro onde estão a ser estudados os métodos de regadio em profundidade e à superfície, o efeito e a eficácia de fertilizantes em diferentes quantidades no crescimento de sobreiros, a avaliação da produtividade e a valorização e viabilidade económica e a técnica de povoamentos de sobreiro sujeitos a rega. Esta ação permitirá, no futuro, definir o melhor protocolo a seguir para a instalação de sobreiros;
- I&D Florestal Fundamental, que pretende produzir sobreiros *plus* (mais adaptados aos emergentes cenários climáticos, a pragas e a doenças), através de um programa de melhoramento do sobreiro. Foram selecionados fenotipicamente exemplares de sobreiros *plus* provenientes de diferentes origens e condições edafoclimáticas para se estabelecer um programa de multiplicação e melhoramento. Paralelamente, estão a ser identificados marcadores moleculares associados a características fenotípicas de interesse, como sejam o crescimento rápido e a qualidade da cortiça que, no futuro, permitirão identificar, selecionar e produzir sobreiros adaptados a diferentes condições, maximizando a sua produtividade e resiliência.

5 – INOVAÇÃO, INVESTIGAÇÃO E DESENVOLVIMENTO DE PRODUTO

A génese da Corticeira Amorim encontra-se profundamente ligada ao negócio da cortiça, que constitui o seu *core business*. Atualmente o Grupo surge como líder destacado no setor da cortiça a nível mundial, oferecendo um leque alargado de produtos deste material destinados a um conjunto diversificado de setores de atividade.

Na trajetória de crescimento e de expansão da atividade económica da Corticeira Amorim, e decorrente, particularmente, da estratégia de negócio proativa orientada para o investimento contínuo em investigação e desenvolvimento e inovação (I&D+I), cada uma das Unidades de Negócios da Corticeira Amorim desenvolveu, ao longo do tempo, competências próprias de I&D, em paralelo com as promovidas num polo aglutinador de competências da componente I&D, incorporado na Amorim Cork Research.

5.1. MATÉRIAS-PRIMAS

Ao nível de I&D de processos industriais, a UN Matérias-Primas manteve o foco em duas áreas fundamentais de intervenção: qualidade do produto e eficiência de processos industriais e florestais.

Na qualidade do produto, a ação foi centrada na consolidação da erradicação de TCA e outros defeitos sensoriais em discos de cortiça, como parte integrante da proposta de valor global das rolhas na Corticeira Amorim. Nesse sentido, foi solidificado industrialmente o projeto CORKNOVA em conjunto com o processo SUPER ROSA. Este processo é atualmente aplicado a 100% dos discos produzidos e garantiu, em 2021, 99,95% de discos com TCA não detetável.

Em relação à eficiência dos processos industriais e florestais, foram implementados em escala industrial os seguintes projetos inovadores:

- Automatização do processo de escolha da preparação, com recurso a tecnologias de visão ótica e *laser*. A UN instalou, nas suas unidades de preparação de matéria-prima, linhas automatizadas que permitem estandardizar processos de escolha da cortiça por calibre e classe, diminuindo, desta forma, a subjetividade inerente a essas operações. As soluções robotizadas incluem automatização da movimentação de pranchas, do corte da aparas, do traçamento por calibre (substituindo o corte tradicional do traçador) e da classificação por qualidade. A junção destas tecnologias, assente em sistemas de visão artificial e algoritmos de *machine learning*, permite potenciar a valorização da cortiça, bem como aumentar o foco na valorização da matéria-prima;
- Em relação a processos florestais, foram desenvolvidos esforços no aperfeiçoamento de uma máquina de extração de cortiça, permitindo introduzir tecnologia de ponta num processo manual e tradicional. Os resultados obtidos foram muito positivos, permitindo, em 2021, desenvolver ações para aumentar a implementação deste equipamento no mercado da produção florestal;

- Para melhorar a eficiência no carregamento de cortiça no mato, processo até ao momento feito de forma totalmente manual, foram testadas e utilizadas no terreno prensas que permitem com menor esforço e de forma mais simples embalar a cortiça no mato, facilitando o seu transporte para o estaleiro e a utilização de *grippers* que permitem o carregamento de cortiças mais fracas recorrendo exclusivamente a máquinas, sem necessidade de acondicionar manualmente a cortiça.

Foi desenvolvido, em 2021, um projeto de transformação digital, programa que permitiu refletir sobre processos atuais, conhecer casos de aplicação prática de novas tecnologias e, assim, lançar um conjunto de ideias sobre como acelerar a adoção do digital nos diferentes processos, operações e atividades da Unidades de Negócios. Deste programa resultaram um novo modelo de governo, um conjunto de iniciativas e um *road map* que permitirão acompanhar estes temas de forma mais próxima, simplificar processos e automatizar operações.

5.2. ROLHAS

As tecnologias para a resolução do problema de TCA em rolhas naturais e microaglomeradas, recentemente implementadas na UN Rolhas, nomeadamente o NDtech, Naturity® e Xpür®, estiveram em produção plena durante todo o ano de 2021, tendo sido objeto de vários projetos de otimização do seu desempenho. Entre eles, destacam-se:

- NDtech: introdução de *Data Science*, com o desenvolvimento de algoritmos para autocontrolo dos equipamentos; projetos que visaram a redução dos custos de manutenção, o que foi conseguido com enorme sucesso;
- Naturity® e Xpür®: projetos que visaram o aumento de produtividade dos equipamentos, melhorias da eficácia e redução de custos de produção. Como exemplos, destacam-se a implementação de sistemas de monitorização baseados na indústria 4.0, a adaptação de sistemas de bombagem mais eficientes e a otimização dos sistemas de carga e descarga.

A tecnologia para a resolução do problema de TCA em rolhas para vinhos espirituosos, designada Baco, esteve em fase final de testes em protótipo, tendo sido decidido avançar com a sua implementação industrial em 2021 e adjudicada a construção dos equipamentos. Prevê-se a instalação industrial no primeiro trimestre de 2022.

O papel do vedante na evolução do vinho em garrafa é objeto de particular atenção na UN Rolhas, que tem projetos de colaboração com universidades e clientes no sentido de conseguir caracterizar a evolução do vinho em função do tipo de vedante. Estes projetos têm vindo a ter maior aceitação, havendo cada vez mais pedidos para a sua realização. O grande objetivo é conseguir diferenciar a proposta comercial das rolhas em função do tipo de vinho que o enólogo pretende obter. Publicações científicas sobre este tema foram conseguidas e outras estão em preparação.

Paralelamente, ensaios de engarrafamento com diferentes tipos de vedantes e com vinhos de diferentes potenciais de óxido-redução foram realizados para monitorização da sua evolução, no sentido de determinar quais os vinhos que permitem uma escolha mais ampla de vedantes ou aqueles que, pela sua menor resistência, apenas permitem o uso de vedantes com menor transferência de oxigénio.

Outros ensaios de engarrafamento para avaliação do desempenho do produto foram realizados em 2021, entre os quais se destacam aqueles cujo objetivo foi o de avaliar as melhores práticas de engarrafamento, as boas condições de armazenamento e a influência de alguns parâmetros do produto.

Numa perspetiva de futuro, e tendo noção da importância que o conhecimento científico da cortiça tem para novos desenvolvimentos na área das rolhas, a UN financia um doutoramento em colaboração com uma universidade que vai no terceiro ano de trabalhos. Os resultados são promissores e certamente irão contribuir para novas soluções num futuro não longínquo. Como consequência deste projeto, estão em preparação dois artigos científicos que serão enviados para revistas da especialidade.

Na área dos vinhos espumosos, houve importantes desenvolvimentos em 2021. Foram implementados novos sistemas de descontaminação de TCA para os granulados usados nas rolhas; novas soluções para *tirage* estão em curso e com boas perspetivas de validação; rolhas com novas formulações e granulados submetidos a diferentes tratamentos foram produzidas, analisadas e engarrafadas, estando a evolução dos vinhos a ser monitorizada ao longo do tempo para conseguir a validação daquelas soluções; finalmente, estudos com vista à deteção precoce de defeitos críticos nos discos usados nas rolhas foram realizados em 2021 e prosseguirão em 2022.

Apesar de, nos últimos dois anos, as atenções do setor das embalagens para bebidas espirituosas estarem voltadas para os efeitos da pandemia e para a sustentabilidade, a falsificação de álcool continua a ser um dos maiores problemas enfrentados por este segmento. Embora já existam alguns desenvolvimentos, os *bartops* com rolha ainda não são uma solução de referência no combate ao problema da contrafação. Uma das formas mais eficientes de combater este problema é utilizar um vedante inviolável que impeça a abertura do produto antes da compra e que, assim, o cliente tenha a certeza de que é o primeiro a abrir a garrafa. A Amorim Top Series mantém-se na vanguarda do desenvolvimento de soluções inovadoras e lançou a nova versão da rolha Tap Series com sistema de evidência de violação – TAP SERIES 2.0. Antes de abrir a garrafa, o sistema informará o consumidor final que o vedante é autêntico e seguro, ou seja, que o vedante nunca foi manuseado por ninguém. Após a primeira abertura, o sistema alerta o consumidor que a garrafa já foi aberta. Esta invenção foi patenteada.

O programa de formação técnica, continuado em 2021, já contou com 14 formadores, 15 diferentes conteúdos e a participação de um grande número de colaboradores/as das empresas em Portugal e das filiais no estrangeiro, levando a um volume de formação de 2610 (horas de formação x n.º de formandos). De destacar, a formação em análise sensorial, com a realização de 3 cursos com 2 sessões em 2021.

5.3. REVESTIMENTOS

O lançamento do programa INNOP25 em 2021 foi um importante passo no desenvolvimento de novos produtos disruptivos e sustentáveis. Este programa prevê a combinação da cortiça com outros materiais 100% renováveis, que possam gerar sinergias entre si e conferir um elevado grau de conforto e *performance* aos pavimentos.

A gama Amorim Wise é um excelente exemplo de sustentabilidade e responsabilidade ambiental que permite já hoje à UN Revestimentos ter um produto no mercado com um balanço de carbono negativo, feito à base de um compósito de cortiça e materiais reciclados. Em

2021, foram realizados melhoramentos do produto, conferindo-lhe maior estabilidade e durabilidade, de modo a fazer face a condições climáticas extremas.

Este foi também o ano de lançamento da coleção Origem Capsule Collection, que capta a essência das cores do montado. A coleção é composta por oito novas cores para o pavimento e duas novas cores para os revestimentos de parede. Origem reflete os tons laranja e verde da natureza, adicionando amarelo vibrante e cinzento como elementos contrastantes.

Em 2021, foi também desenvolvida uma nova versão do Dekwall, um pavimento de parede de base de cortiça com elevada resistência ao fogo, cumprindo as exigentes normas em vigor para espaços comerciais.

Na gama Wicanders, é de destacar o lançamento do novo Hydrocork Plus com o encaixe 2G (lado longo) e *pressfit* (lado curto) que garante um bom balanço entre força do encaixe, estabilidade de produto e facilidade de instalação. O Hydrocork Plus é uma solução flutuante resistente à água e de baixa espessura, que combina desempenho extremo com conforto da cortiça.

Em 2022, dar-se-á continuidade ao programa INNOP25, dedicado ao desenvolvimento de novos produtos disruptivos e sustentáveis, que venham a ser uma referência no setor dos pavimentos quer em termos de eficiência/*performance*, quer de impacto ambiental. Serão também realizados investimentos na capacidade produtiva, com tecnologia de ponta que permitirá obter elevados níveis de realismo através da impressão digital.

5.4. AGLOMERADOS COMPÓSITOS

O ano de 2021 teve como principais focos de atividade de inovação na UN Aglomerados Compósitos:

- O desenvolvimento de novos materiais compósitos com base em materiais circulares;
- O desenvolvimento de novas aplicações, destacando-se os brinquedos sustentáveis produzidos com cortiça.

As duas primeiras áreas de intervenção permitiram prototipar e desenvolver um conjunto de novos materiais compósitos, centrados nas características intrínsecas da cortiça, mas associando-a a outros materiais naturais ou sintéticos, *prime* ou provenientes de outros subprodutos industriais. A UN Aglomerados Compósitos tem vindo a reforçar a sua pegada sustentável e a economia verde, neste caso, recorrendo a sinergias industriais e da economia circular, respondendo simultaneamente às exigências de mercado para materiais sustentáveis.

A possibilidade de trabalhar a cortiça com outros materiais é um esforço de desenvolvimento que permitirá encontrar novas aplicações, evoluir a *performance* dos materiais atuais no contexto da aplicação e responder às crescentes necessidades de mercado no que respeita à substituição do plástico, constituindo-se como um eixo prioritário de desenvolvimento da UN.

Em termos concretos e entre os diferentes setores em que a UN Aglomerados Compósitos atua, destacam-se os seguintes projetos:

1. **Mobilidade:**
Componentes para interiores
Componentes estruturais
2. **Home, office and leisure goods:**
Foram desenvolvidos, durante o ano de 2021, três novos produtos e lançados para teste comercial num grande retalhista da área da decoração e artigos domésticos. Alicerçados em designs únicos e novas tecnologias, encontram-se em *pipeline* de desenvolvimento mais cinco produtos distintos a finalizar durante 2022.
Destaque para o desenvolvimento de brinquedos de cortiça, no caso, um conjunto de *building blocks*, produzidos em colaboração com o Grupo alemão HAPE (um especialista do setor), e que recorreu a novas tecnologias de produção como a moldação e a compressão.
3. **Energia:**
Novas aplicações nesta área começaram a ser ativamente exploradas pela UN em 2021. Do ponto de vista de novos produtos, iniciaram-se projetos em temas de proteção e isolamento para automóveis elétricos. Na área da energia fotovoltaica, desenvolveram-se compósitos para a produção de painéis flutuantes ou, ainda na área das novas energias, sistemas de proteção para tanques de hidrogénio.
4. **Flooring:**
Destaque para os projetos que possibilitam expandir o portefólio de bases de pavimento, assegurando uma alternativa técnica para cada tipologia de pavimento final, mas também na expansão do portefólio relacionado com componentes de pavimentos, nomeadamente para pisos laminados ou LVT, com alternativas mais sustentáveis e de melhor *performance* acústica.

Estes projetos representam uma amostra de um *pipeline* de cerca de 30 projetos, numa amplitude larga de aplicações para corresponder à missão da UN em termos de valorização da cortiça e ampliação do portefólio de materiais e aplicações.

A gestão do ciclo de vida dos produtos, os compósitos à base de cortiça e as novas tecnologias continuarão a ser prioritários, assim como a procura de novas aplicações rentáveis e sustentáveis para a UN.

5.5. ISOLAMENTOS

No ano de 2021, a UN Isolamentos deu continuidade aos ciclos de desenvolvimento iniciados nos anos anteriores, relativos a projetos de I&D em consórcio. Estes projetos enquadram-se na estratégia de desenvolvimento e inovação para a cortiça, através da criação de novas aplicações de valor acrescentado para a matéria-prima cortiça.

No ano em apreço, foi concluído o projeto Evaporcork, desenvolvido em parceria com o IteCons, que é particularmente relevante no contexto atual de alterações climáticas, procurando-se dar resposta ao aumento das necessidades de arrefecimento dos edifícios, sem limitar o crescimento urbano. Este projeto baseia-se no desenvolvimento de um sistema de arrefecimento passivo, capaz de promover o resfriamento de fachadas revestidas com aglomerado de cortiça expandida, permitindo ainda mitigar

o fenómeno de calor em cidades com climas quentes e secos, alargando a oferta de oportunidades de valorização de revestimentos em ICB.

O EvaporCork compreende uma solução construtiva inovadora e a integração da cortiça em aplicações de maior valor acrescentado, visando em particular:

- O desenvolvimento de um sistema evaporativo que, sem integrar equipamentos mecânicos de ventilação, é capaz de promover o arrefecimento de fachadas revestidas com aglomerado de cortiça expandida para isolamento;
- A integração de um sistema de irrigação e sensores para controlo e automação que garanta um correto humedecimento da cortiça em função das condições ambientais e climáticas;
- A incorporação do sistema de recolha de águas pluviais (sujeitas a filtragem), bem como de um sistema de recolha de água excedentária para a respetiva recirculação;
- O estudo de viabilidade de este sistema integrar sensores com vista à deteção e mitigação de incêndios.

6 – AMORIM CORK VENTURES

A Amorim Cork Ventures (ACV), a incubadora de negócios da Corticeira Amorim, tem vindo a acompanhar o crescente interesse pelo desenvolvimento de produtos com cortiça por parte dos empreendedores e *startups*, através das propostas de negócio recebidas nos meios que disponibiliza para o efeito.

Desde a sua constituição, em 2014, ACV recebeu cerca de 400 candidaturas, apoiou mais de 20 projetos (dez dos quais permanecem ativos), oito pedidos de patente e de modelos de utilidade submetidos, com duas *startups* a permanecerem no portefólio de investimentos da ACV.

Nos últimos anos, os recursos da empresa têm-se concentrado no desenvolvimento das *startups* que permanecem no seu portefólio, para que as mesmas possam prosperar. No ano de 2021, há a destacar a venda da totalidade da participação detida pela ACV na Grôwancork, sendo o comprador uma empresa portuguesa líder no fabrico de equipamentos de refrigeração, que reconheceu a oportunidade de investimento nesta *startup* dedicada à produção de chassis isolados com cortiça para equipamentos de refrigeração.

As duas participadas que permanecem no portefólio da ACV ultrapassaram, em 2021, os 3 M€ de vendas, um aumento de quase 80% face a 2020, com mais de 85% para fora de Portugal.

Para além da focalização da ACV no seu atual portefólio de participadas, a empresa completa a sua atividade com a alocação parcial dos recursos às *joint-ventures* da UN Aglomerados Compósitos. Tendo esta UN reconhecido o potencial de crescimento de determinados negócios e o modelo de *joint-ventures* (com sócios especialistas do segmento) como o mais adequado para desenvolver todo o potencial e rentabilidade desses negócios, identificou-se na ACV um conjunto de valências que importa alocar à gestão das *joint-ventures*. O ano de 2021 veio confirmar como acertada esta opção do Grupo, com o desempenho conseguido por *joint-ventures* como a Corkeen Europe ou a Amorim Sports, assim como pela constituição de uma nova empresa (KORKO – Made by Nature) dedicada ao negócio de brinquedos com cortiça.

6.1. ASPORTUGUESAS

A marca de calçado ASPORTUGUESAS (da *startup* Ecochic Portuguesa) registou um aumento significativo da atividade, com crescimentos importantes nos principais mercados e penetração em novos mercados, registando assim um desempenho muito acima da do setor do calçado português (e mundial).

A crescente recetividade e preferência dos consumidores por calçado mais *eco-friendly*, tornou-se óbvia em 2020. Esta proposta de valor d'ASPORTUGUESAS é o principal elemento diferenciador, que permitiu à marca registar um crescimento de vendas em torno dos 80%, face ao ano anterior.

7 – ABORDAGEM À SUSTENTABILIDADE

7.1. ESTRATÉGIA

Ao promover a extração cíclica da cortiça, sem danificar as árvores, a Corticeira Amorim garante que o montado de sobre é um recurso viável, natural e renovável, com inúmeros benefícios ambientais, económicos e sociais.

A visão da empresa traça a sua ambição de sucesso, garante a sustentabilidade a longo prazo e reflete a firme convicção de que a cortiça é um material único fornecido pela natureza. A Corticeira Amorim pretende ser sustentável, remunerando adequadamente o capital investido, na promoção da equidade social e da salvaguarda ambiental e com fatores de diferenciação ao nível do produto e do serviço. A missão é simples: acrescentar valor à cortiça, de forma competitiva, diferenciada e inovadora, em perfeita harmonia com a Natureza, propondo-se combinar a tecnologia e a inovação com um material natural tradicional, promovendo um equilíbrio sustentável entre os dois e oferecendo valor acrescentado para todos os *stakeholders* e para o planeta.

As prioridades estratégicas da empresa para o desenvolvimento sustentável estão refletidas na matriz de materialidade e alinham-se com a missão e valores fundamentais, incorporam preocupações económicas, ambientais e sociais e levam em consideração os resultados da consulta aos seus *stakeholders*, a análise de *benchmarking*, os compromissos e políticas internas e os Objetivos de Desenvolvimento Sustentável das Nações Unidas (ODS).

Para receber feedback de terceiros sobre o desempenho do Grupo, a Corticeira Amorim realiza consultas aos seus *stakeholders*. A última consulta generalizada ocorreu em 2018, tendo sido realizada uma revisão à matriz de materialidade em 2021.

Compete ao Conselho de Administração da Corticeira Amorim, presidido pelo CEO & Chairman e que integra o *Chief Sustainability Officer* (CSO), a promoção dos temas ESG (*Environmental, Social and Governance*) no negócio, bem como a aprovação dos objetivos estratégicos, iniciativas estratégicas e ações prioritárias.

Cabe à Comissão Executiva a supervisão da governança dos temas da sustentabilidade e de integrar as questões ESG no negócio. Pelo menos duas vezes por ano, a Comissão Executiva reúne sobre a abordagem aos temas ESG, a definição de metas, a *performance* e revisão do relato. A Comissão de E.S.G. faz recomendações ao Conselho de Administração quanto ao acompanhamento, supervisão e orientação estratégica da Corticeira Amorim nestas questões. A Comissão E.S.G. é presidida por um administrador não-executivo independente e é maioritariamente composta por membros dos órgãos sociais.

A gestão dos temas ESG no dia a dia está sob a liderança do CSO e a coordenação do *Head of Corporate Sustainability*, juntamente com as outras áreas de suporte e os responsáveis de sustentabilidade das cinco Unidades de Negócio (UN). Cada UN tem o seu próprio responsável de sustentabilidade, que reporta diretamente ao CEO da UN e que detém, entre outros, os encargos de sugerir e implementar iniciativas e ações necessárias ao cumprimento dos objetivos definidos, monitorizar e reportar a *performance*.

Todos os colaboradores/as da Corticeira Amorim são responsáveis por contribuir para a concretização das prioridades definidas, quer através da defesa e observância dos princípios de boa governação, vertidos também no Código de Ética e de Conduta Profissional da Empresa, quer através de funções diretas nos temas da sustentabilidade.

7.2. ESTATUTOS, REGULAMENTOS E POLÍTICAS

A Corticeira Amorim rege-se por um sólido e coeso conjunto de regulamentos internos e políticas que, associado aos Estatutos da Sociedade e ao código de ética empresarial e de conduta profissional, permite o alinhamento dos interesses de todos os seus *stakeholders*, fomenta uma gestão equilibrada e prudente e a posição da Empresa em relação ao desenvolvimento sustentável.

A Corticeira Amorim comunica aos colaboradores/as as atualizações que ocorrem e promove a sua divulgação e sensibilização. A Comissão Executiva, em conjunto com a administração das Unidades de Negócio, é responsável por avaliar os riscos associados à corrupção e suborno em mercados onde a Corticeira Amorim atua, de acordo com as características de cada um. A monitorização destes riscos é ainda complementada por auditorias de processo de controlo interno, cuja função é analisar a conformidade dos processos e identificar ineficiências.

7.3. SUSTENTÁVEL POR NATUREZA

Com vista a orientar a atuação sobre os temas materiais, a Corticeira Amorim concebeu e implementa o programa Sustentável por natureza, que estabelece a ambição para 2030:

- Pilares fundamentais:
 - Promover a transparência e a responsabilidade;
 - Promover as características ambientais do produto e do montado;
 - Promover o desenvolvimento, a segurança e o bem-estar das pessoas;
 - Promover o I&D+I e alavancar o desempenho económico;
- Prioridades estratégicas:
 - **Ética e Transparência:** Atuar de forma adequada e ética, com transparência e responsabilidade, em prol da competitividade e da criação de valor de longo prazo;
 - **Cadeia de Valor:** Reforçar a produção e o consumo responsáveis e selecionar preferencialmente fornecedores que adotem boas práticas de ESG;
 - **Montado:** Preservar o montado e os serviços dos ecossistemas através do aumento do conhecimento, mobilização de recursos e proposta de medidas;
 - **Alterações Climáticas:** Reduzir o impacto ambiental das operações através da adoção de soluções renováveis, acessíveis e eficientes;
 - **Economia Circular:** Aplicar os princípios da economia circular por meio da redução dos resíduos, prolongar a vida dos materiais e a regeneração dos sistemas naturais;
 - **Produtos Verdes:** Manter um papel proativo no desenvolvimento do já vasto campo de aplicação da cortiça, sustentado pelas características inatas do material;

- **Desenvolvimento:** Promover desenvolvimento pessoal e profissional para todos;
- **Segurança, saúde e bem-estar:** Assegurar a segurança, a saúde e o bem-estar físico e psicológico dos trabalhadores/as, promovendo ambientes de trabalho adequados;
- **Comunidade/ Sociedade:** Alavancar o crescimento económico de forma sustentável e inclusiva, garantindo uma produção eficiente e trabalho digno para todos.
- **Inovação:** Apoiar e promover a investigação, desenvolvimento e inovação e fomentar soluções sustentáveis.

A Corticeira Amorim leva muito a sério a medição do plano de sustentabilidade e tem definidos objetivos quantitativos, indicadores de desempenho e procedimentos de controlo que garantem, com níveis comparáveis de rigor e integridade, o reporte das suas prioridades e progresso nestas matérias.

Para 2030, foram aprovados os seguintes objetivos para a Corticeira Amorim:

- Zero pegada de carbono (emissões 1 e 2);
- 100% de eletricidade de fontes renováveis;
- Zero impacto no *packaging*;
- 100% de taxa de recuperação de resíduos
- 100% de trabalhadores/as que recebem formação;
- Zero discriminação;
- Zero acidentes.

7.4. SISTEMAS DE GESTÃO

As empresas da Corticeira Amorim possuem um Sistema de Gestão Integrado (SGI), onde se inclui o sistema de gestão das práticas rotineiras, da qualidade, do ambiente, da energia, da segurança alimentar, dos produtos florestais e de custódia, da segurança e higiene no trabalho e da responsabilidade social. No SGI são avaliados indicadores de qualidade, ambientais e de segurança, e identificam-se possíveis ações de melhoria de recursos e necessidades associadas. Os sistemas de gestão são auditados interna e externamente, de acordo com o calendário definido para cada sistema. Além disso, é também feita uma auditoria anual de verificação de conformidade. A transversalidade das certificações não ocorre em todas as empresas e unidades industriais / de distribuição devido às diferentes características entre elas, implementando-se o modelo que se adequa aos riscos não financeiros associados ou às oportunidades emergentes nos mercados em que operam. Em todos os estabelecimentos não abrangidas por certificações externas, existem mecanismos de avaliação e indicadores definidos para cada um dos sistemas. Apresenta-se, de seguida, um quadro resumo com esses sistemas de gestão, que não dispensa a consulta dos respetivos certificados.

7.5. INFORMAÇÃO SOBRE SUSTENTABILIDADE

Mais detalhes sobre o desempenho e iniciativas desenvolvidas pela Corticeira Amorim relativamente a cada um dos pilares estratégicos estão disponíveis no Relatório de Sustentabilidade de 2021 e no *website* (<https://www.amorim.com/pt/sustentabilidade/overview/>).

Empresa (País)	Práticas Rolheiras			Qualidade	Ambiente	Energia	Segurança Alimentar		
	Base	Premium	Excellence	ISO9001	ISO14001	ISO50001	ISO 22000	FSSC 22000	HACCP
UN Matérias-Primas									
Amorim Florestal (Portugal)		x(10)		x(15)	x(5)				
Amorim Florestal Espanha (Espanha)		x(18)							
Comatral (Marrocos)	x								
S.N.L.- Société Nouvelle du Liège (Tunisia)	x								
UN Rolhas									
All Closures In (Portugal)			x				x		
Amorim Australasia (Austrália)									x
Amorim Champcork (Portugal)			x	x		x		x	
Amorim Cork (Portugal)		x(19)	x(2)	x(1)	x(6)	x(7)	x(8)	x(6)	
Amorim Cork América (EUA)									x
Amorim Cork Deustchland (Alemanha)				x					x
Amorim Cork Italia (Itália)			x	x					
Amorim Cork South Africa (África do Sul)									
Amorim France (França)			x(16)	x(3)			x(16)		x(16)
Amorim Top Series (Portugal)			x	x		x	x		
Amorim Top Series France (França)			x						x
Biocape (Portugal)									
Corchos de Argentina (Argentina)									
Francisco Oller (Espanha)			x	x	x			x	
Hungarokork Amorim (Hungria)				x					
Industria Corchera (Chile)									
Korken Schiesser (Áustria)									x
Portocork France (França)									
Portocork Itália (Itália)									
Socori (Portugal)			x						
Trefinos (Espanha)			x	x	x		x		
Victor & Amorim (Espanha)								x	
S.A.S. Ets Christian Bourassé (França)									
UN Revestimentos									
Amorim Cork Flooring (Portugal)				x	x				
UN Aglomerados Compósitos									
Amorim Cork Composites (Portugal)				x	x	x			
Amorim Cork Composites (EUA)	x			x					
Corticeira Amorim France (França)									
Korko - Made by Nature (Portugal)									
UN Isolamentos									
Amorim Cork Insulation (Portugal)				x(4)					

UI - Unidades Industriais;

UD - Unidades Distribuição

1) UI-Lamas, UD-Amorim Distribuição, UI-De Sousa, UI-Portocork, UI-Equipar, UI-VL;

2) UD-Amorim Distribuição, UI-Portocork, UI-Equipar;

3) UD-Eysines; 4) UD-Mozelos, UI-Silves;

5) UI-Coruche;

6) UD-Amorim Distribuição;

7) UI-Lamas, UI-De Sousa, UI-Equipar;

8) UI-De Sousa, UI-Equipar, UI-Portocork;

9) UD-Mozelos, UI-Vendas Novas;

10) UI-Ponte Sôr, UI-Coruche, UI-Salteiros;

11) UI-SV Alcantara;

12) UI-Lamas, UI-Portocork, UI-De Sousa, UI-Equipar;

15) UI-Ponte Sôr, UI-Coruche;

16) UD-Eysines, UD-Champleury;

18) UI-SV Alcantara, UI Algeciras;

19) UI-Lamas, UI-De Sousa, UI-VL;

13) Em progresso

Segurança Alimentar (contín.)				Produtos Florestais Cadeia de Custódia		Segurança e Higiene no Trabalho	Responsabilidade Social		
IFS Standard PAC Secure	IFS Broker	BBEEE	BRC	FSC	PEFC	ISO 45001	SA 8000	Inventors in People	Family Audit
				x(10)		x(15)			
				x(11)					
				x					
				x			x(13)		
				x(12)			x(13)		
				x					
			x	x					x
	x		x						
				x(16)					
				x			x(13)		
			x						
				x					
x									
				x					
	x		x	x					
				x					
			x	x					
				x					
				x					
						x		x	
				x	x	x			
				x	x				
				x					
				x(9)					



Espalhada por todo o mundo, a equipa da Corticeira Amorim pauta a sua conduta por levados padrões profissionais e éticos, tal como preconiza o Código de Ética Empresarial e Conduta Profissional da empresa. Um documento que traduz a cultura empresarial do Grupo num conjunto de princípios e valores que norteiam o relacionamento interno e externo.

8 – GESTÃO DE PESSOAS

A Gestão de Pessoas na Corticeira Amorim é, cada vez mais, marcada pela sua estratégia de ESG (*Environmental, Social and Governance*). Reforça-se, a cada ano, a influência desta abordagem como base das relações da Empresa com os seus *stakeholders* (colaboradores/as, clientes, fornecedores e comunidade em geral). Assim, e no que se refere aos colaboradores/as, os pilares da estratégia da dimensão social influenciam as decisões e as atividades ligadas ao recrutamento, ao desenvolvimento e progressão de colaboradores/as, bem como às suas condições de trabalho.

Outros fatores decisivos afetaram a conjuntura de gestão de pessoas: um incremento da atividade das empresas, um mercado de trabalho especialmente desafiante e o estado de pandemia, que influenciaram decisivamente a disponibilidade de recursos e a organização do trabalho, determinando rapidez na tomada de decisão e atuação.

8.1. PERFIL DEMOGRÁFICO

A Corticeira Amorim contava, em final de 2021, com 4.642 colaboradores/as, dos quais cerca de 29% (1.324) trabalhavam nas diferentes filiais no estrangeiro. Os restantes 3.318 estavam localizados nas diferentes unidades em Portugal, onde se encontram as maiores unidades de transformação de cortiça e a grande parte dos colaboradores/as ligados diretamente às operações de produção. Este número final de colaboradores/as representa um aumento de mais de 200 efetivos, face ao período homólogo em 2020, estando essencialmente distribuídos pelas UN Rolhas, Florestal e Aglomerados Compósitos.

No final de 2021, a estrutura de funções da Corticeira Amorim encontrava-se repartida do seguinte modo

Grupo Funcional	Percentagem
Administradores	1%
Diretores	2%
Chefes de departamento	3%
Comerciais	2%
Técnicos de suporte à gestão	6%
Supervisores de equipa	2%
Administrativos	6%
Técnicos de manutenção, qualidade e logística	10%
Operadores de produção	67%

A idade média dos colaboradores/as era de 42 anos (redução de 1 ano face ao ano transato), sendo 75% do género masculino e 25% do género feminino. A antiguidade média da força de trabalho era de 15 anos.

8.2. GARANTIR SEGURANÇA, SAÚDE E BEM-ESTAR

Um dos pilares fundamentais na estratégia social da Corticeira Amorim é garantir a segurança e a saúde e bem-estar dos seus colaboradores/as.

Nos últimos quatro anos, a empresa tem vindo a implementar um plano para a redução da sinistralidade e, pelo quarto ano consecutivo, foi reduzido o número de acidentes de trabalho de um índice global de frequência de acidentes de 24,19 (2017) para 10,77 (2021). Os dias perdidos por acidente (índice de gravidade) foram também reduzidos em cerca de 35%. Todas as UN têm um plano de ações específicas neste domínio, que passam por investimentos em tecnologia, alteração de equipamentos e condições de trabalho e, em grande medida, por ações de sensibilização e formação, que visam conduzir a uma verdadeira transformação cultural nos comportamentos e nas atitudes face à segurança no trabalho.

Cada vez mais, as preocupações centram-se também na promoção de ambientes de trabalho seguros e saudáveis, quer de um ponto de vista físico quer psicológico. Num ano de pandemia, as rotinas de prevenção e proteção da saúde dos colaboradores/as foram-se interiorizando e tornaram-se hábitos. A disponibilização de instalações seguras, as atividades de higienização, de distanciamento social e de proteção passaram a fazer parte da vida de trabalho. O objetivo foi evitar situações de contágio nas instalações das empresas, o que foi conseguido totalmente.

A questão das doenças profissionais foi um tema endereçado pela quase totalidade das empresas. Destaque para os programas de ginástica laboral levados a cabo diariamente pela generalidade das Unidades Industriais, bem como para o programa piloto da UN Aglomerados Compósitos no âmbito da fisioterapia a colaboradores/as com doença profissional decorrente de lesão por esforço repetitivo.

Mas os ambientes de trabalho têm também uma dimensão psicológica, e a saúde mental é, cada vez, mais um objetivo a alcançar. A Corticeira Amorim iniciou em 2021, o diagnóstico de riscos psicossociais na UN Aglomerados Compósitos, um processo a estender às restantes empresas do Grupo.

8.3. RECRUTAR

O ano de 2021 foi de forte atividade na generalidade das empresas da Corticeira Amorim. O recrutamento foi intenso devido à variação de produção, aos efeitos da COVID-19 no absentismo (7% de absentismo global; cerca de 1% devido à COVID-19) e à abertura de novas posições. Um esforço grande na captação de talento, devido a um mercado de trabalho que esteve em baixa na generalidade dos países no que diz respeito à disponibilidade de recursos.

As empresas da Corticeira Amorim admitiram, ao longo de 2021, entre contratações diretas e trabalhadores temporários, mais de 700 novos colaboradores/as.

8.4. FORMAR E DESENVOLVER

Uma prioridade, manifestada de diferentes formas: desde a necessidade de formar novos colaboradores/as dando, neste caso, a máxima prioridade à formação sobre normas e práticas de segurança no posto de trabalho e ao desenvolvimento de novas competências. Destaque, igualmente, para os esforços na valorização das pessoas e na reconversão de qualificações para poder fazer face às necessidades colocadas pelos desenvolvimentos tecnológicos e organizacionais. De salientar o investimento nos profissionais ligados à manutenção industrial e às áreas de suporte às operações industriais, bem como o desenvolvimento das diferentes Academias das Unidades de Negócio.

O desenvolvimento dos colaboradores/as passou, ainda, por um conjunto de iniciativas mais específicas, como o início dos programas de Desenvolvimento de Líderes nas UN Revestimentos e Aglomerados Compósitos e a continuação dos Programas Pensar Cliente na UN Rolhas. Destaque ainda para a realização, em 2021, da quinta edição do *Knowledge For Growth*, uma parceria da Corticeira Amorim com a Católica Porto Business School, que visa o desenvolvimento de competências de gestão de Quadros do Grupo.

Mantiveram-se os Programas de *Coaching e Mentoring* nas diferentes UN, bem como os Programas de Jovens Talentos, o *Cork Potential* na ACC e o *Cork Talent* na UN Rolhas.

A Corticeira Amorim definiu como sua prioridade no domínio da formação garantir que, em 2024, 100% dos seus colaboradores/as terão acesso a formação. Em 2021, mais de 79% dos colaboradores/as tiveram acesso a formação, que culminou num volume total de formação de mais de 53.000 horas.

8.5. PROMOVER A DIVERSIDADE

Um dos objetivos fundamentais da estratégia ESG da Corticeira Amorim e que ganhou expressão e amplitude no ano 2021 foi o das questões ligadas à diversidade e à igualdade de género. No âmbito do Plano da Igualdade (elaborado pelo terceiro ano consecutivo), foi constituído um Grupo Executivo para a Igualdade de Género (GEIC) responsável pela condução e implementação do plano que, entre outras ações, realizou reuniões com vista à informação e sensibilização à gestão de topo.

O objetivo global de aumentar o número de mulheres em cargos de chefia (25% em 2024) foi expresso nas ações de recrutamento, nomeadamente exigindo que, em qualquer *short list* estivesse sempre garantida a presença de um elemento do género sub-representado nesse Grupo funcional. Decorreram também ações de formação internas para os Técnicos de Recrutamento sobre vieses inconscientes no recrutamento.

Ao nível das remunerações, iniciou-se um trabalho de análise sobre equidade.

Foram definidas novas metas, mais exigentes, para 2024, nomeadamente a de promoção do equilíbrio de género na Corticeira Amorim – objetivo de 30% de mulheres no universo de colaboradores/as e igual percentagem em cargos de chefia.

9 – PERFORMANCE BOLSISTA

Atualmente, o capital social da Corticeira Amorim cifra-se em 133 M€, representado por 133 milhões de ações ordinárias de valor nominal de 1 euro, que conferem direito a dividendos. A admissão das ações da Sociedade (então denominada Corticeira Amorim, S.A.) à cotação na BVLP – Bolsa de Valores de Lisboa e Porto ocorreu em 18 de abril de 1988, integrando o sistema de negociação contínuo nacional desde 11 de dezembro de 1991.

Nos termos e para os efeitos da Lei n.º15/2017, de 3 de maio, e do Decreto-Lei n.º123/2017, de 25 de setembro, o Conselho de Administração da Corticeira Amorim deliberou a conversão das ações ao portador representativas do capital da Sociedade (código

ISIN: PTCOR0AE0006) em ações nominativas; a respetiva conversão no sistema centralizado de negociação ocorreu em 26 de outubro.

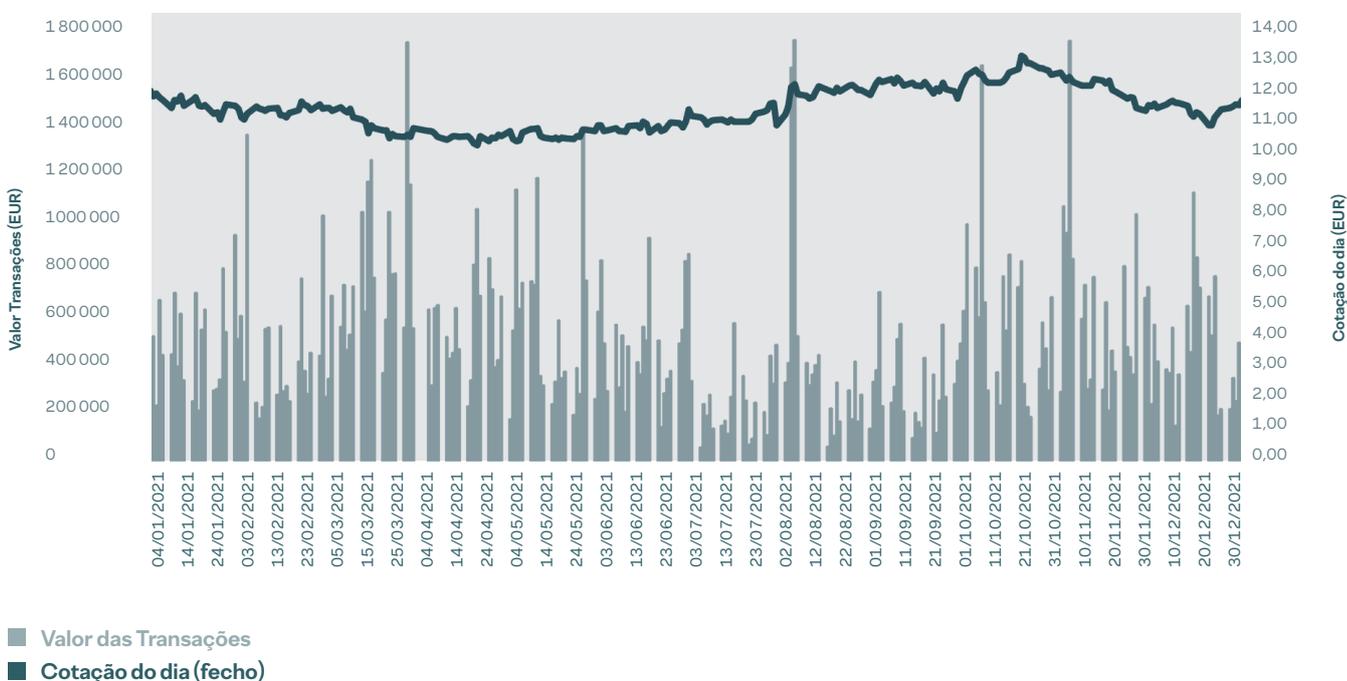
No final do ano em apreço, a cotação das ações da Corticeira Amorim atingia os 11,28 euros, o que representa uma desvalorização de 2,8% face ao fecho de 2020. Foram transacionadas no mercado regulamentado Euronext Lisbon cerca de 11,5 milhões de ações em mais de 49 mil negócios que ascenderam, no seu conjunto, a aproximadamente 125,4 M€.

Em 2021, a cotação média de transação foi de 11,03 euros por ação; a máxima atingida foi de 12,70 euros por ação, e registou-se no dia 20 de outubro; a mínima foi de 9,86 euros por ação e ocorreu no dia 22 de abril; a amplitude percentual cifrou-se em 28,8%.

Os próximos gráficos ilustram a performance bolsista da Corticeira Amorim.

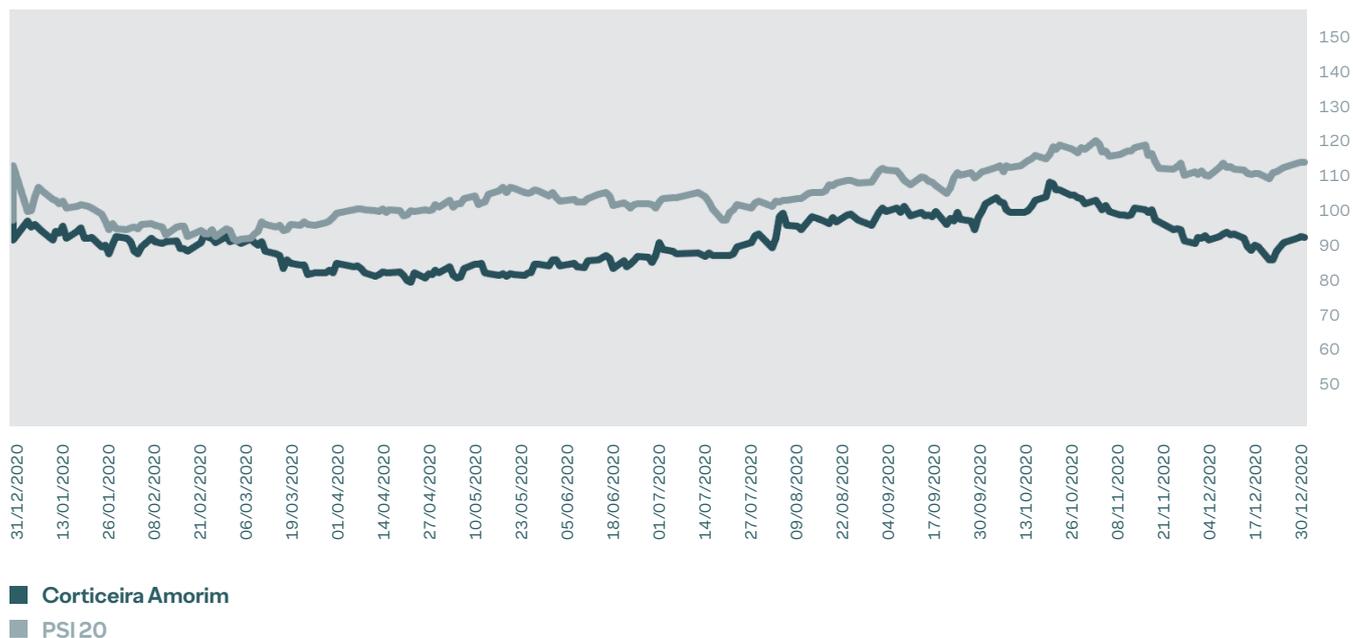
Transação e cotação em mercado regulamentado (2021)

Fonte: Euronext



Evolução da cotação da Corticeira Amorim versus PSI20 (2021)

Fonte: Euronext



Evolução de indicadores bolsistas

Fonte: Euronext

	2014	2015	2016	2017	2018	2019	2020	2021
Quantidade de ações transacionadas	3 481 685	12 693 424*	10 801 324	19 290 907	14 884 614	9 481 944	13 353 226	351 955
Cotações (€):								
Máxima	3,650	6,290	9,899	13,300	12,000	11,520	11,780	12,800
Média	2,850	4,340	7,303	11,067	10,604	10,062	9,990	11,030
Mínima	2,200	2,990	5,200	8,180	8,370	8,710	7,480	9,860
De fecho do ano	3,020	5,948	8,500	10,300	9,000	11,300	11,600	11,280
Frequência Negocial	96,10%	98,80%	100%	100%	100%	100%	100%	100%
Capitalização bolsista no fecho do ano (milhões €)	401,7	791,1	1 130,5	1 369,90	1 197,0	1 502,9	1 542,8	1 500,2

*inclui 7 399 262 ações transacionadas em execução de ABB

PRINCIPAIS ANÚNCIOS DA CORTICEIRA AMORIM EM 2021:

19 de janeiro

Tecnologias inovadoras para erradicar o TCA detetável

24 de fevereiro

Resultados consolidados da atividade desenvolvida no exercício de 2020

Resiliência das Vendas (-5,2%), apesar do contexto global adverso e efeito cambial desfavorável, destacando-se:

- Rácio EBITDA/Vendas sobe para 16,6%, evidenciando a evolução positiva do EBITDA face à queda das vendas;
- Desvalorização cambial com impacto negativo na atividade;
- Dívida remunerada líquida desce 50,4 M€ para 110,7 M€;
- Resultado Líquido de 64,3 M€, um decréscimo de 4,8% (excluindo gastos não recorrentes e o efeito extraordinário positivo da US Floors em 2019).

31 de março

Proposta de alteração do modelo de governo societário (aprovada pela Assembleia Geral de 23 de abril, comunicada ao mercado nessa mesma data)

23 de abril

Dividendo bruto de 0,185 euros por ação

6 de maio

Resultados consolidados da atividade desenvolvida no primeiro trimestre de 2021

Vendas caem 2%, penalizadas por efeito cambial e contexto global desfavorável, destacando-se:

- Vendas estáveis, excluindo impacto negativo da desvalorização cambial;
- Comparativo com vendas do primeiro trimestre de 2020 não afetadas pela COVID-19;
- Redução dos custos operacionais, apesar da subida significativa das despesas com transporte;
- Amorim Cork Flooring apresenta melhoria da rentabilidade, após recuperação iniciada em 2020;
- Redução de 35 M€ da dívida remunerada líquida para 76 M€.

24 de junho

Aquisição de uma participação de 50% na Cold River's Homestead, S.A., a sociedade proprietária da Herdade de Rio Frio (Portugal)

13 de julho

Informação sobre participação qualificada – alteração de título de imputação de direitos de voto

14 de julho

Transação de ações por entidades estreitamente relacionadas com dirigentes

3 de agosto

Resultados consolidados da atividade desenvolvida no primeiro semestre de 2021

Lucro consolidado sobe 15%, atividade acima do período pré-pandemia, destacando-se:

- Crescimento de vendas de 11%, apesar do efeito cambial desfavorável;
- Regresso aos níveis de atividade pré-pandemia, superando vendas do primeiro semestre de 2019 (+5%);
- EBITDA sobe 17%, com expansão significativa do rácio EBITDA/Vendas;
- Resultado líquido cresce para 39 M€;
- Redução da dívida remunerada líquida para 53 M€.

5 de agosto

Programa de Emissões de Papel Comercial *Sustainability Linked* de 20 M€ (2021-24)

4 de novembro

Resultados consolidados da atividade desenvolvida no terceiro trimestre de 2021

Vendas sobem 12%, com crescimento robusto de todas as UN, destacando-se:

- Crescimento de 16% do EBITDA e melhoria do rácio EBITDA/Vendas;
- Redução de 81 M€ na dívida remunerada líquida para 30 M€;
- Proposta de repartição de reservas distribuíveis aos acionistas, no montante de 0,085 euros por ação.

3 de dezembro

Dividendo bruto extraordinário de 0,085 euros por ação

20 de dezembro

Programa de Papel Comercial Verde de 11,6 M€

23 de dezembro

Divulgação do Plano para a Igualdade - 2022

10 – RESULTADOS CONSOLIDADOS

10.1. SUMÁRIO DA ATIVIDADE

Conforme foi sendo exposto ao longo deste relatório, o resultado da Corticeira Amorim foi impactado pela retoma da atividade ainda em contexto da pandemia de COVID-19. Essa retoma teve como comparativo o ano de 2020, o mais penalizado pela questão da pandemia. A redução verificada na rentabilidade medida pelo rácio EBITDA/Vendas fez-se sentir essencialmente nos últimos meses do ano fruto do crescente impacto do aumento dos preços das matérias não cortiça, dos transportes e da energia. De salientar que, nas contas de setembro, o rácio EBITDA/Vendas era de 17,3%, o que compara com 16,6% de 9M20.

As vendas da Corticeira Amorim, no final de 2021, totalizaram 837,8 M€, um aumento de 97,7 M€ face a igual período do ano passado. De salientar que, face a 2019, as vendas tiveram um aumento de 7,3%. Este aumento reflete a redução das medidas restritivas implementadas por diferentes países para conter a propagação da pandemia de COVID-19, que tiveram consequências profundas nas economias e padrões de consumo globais. Não se deve descurar, no entanto, o contexto de diversas incertezas que ainda permanece relativamente à pandemia. O aumento do nível de infetados, que se verificou no final de 2021 e no início de 2022, veio confirmar a necessidade de se manter uma atitude prudente no que se refere às perspetivas do retorno à atividade sem restrições dos diversos setores da economia. O contexto da invasão da Ucrânia é outro fator a deixar em sobressalto as eventuais perspetivas ótimas para 2022.

É de sublinhar que, no final do primeiro trimestre, existia uma redução de vendas de 2,0%, face a 2020. De lembrar, também, que os últimos nove meses de 2021 foram aqueles que tiveram como comparativo um período completo impactado pelas consequências da pandemia de COVID-19.

O efeito cambial (principalmente associado à desvalorização do dólar) penalizou as vendas; excluindo este efeito, o aumento das vendas teria sido de 4,2%. De salientar que, no último trimestre do ano, o impacto cambial foi parcialmente revertido.

O EBITDA consolidado da Corticeira Amorim atingiu os 134,4 M€, um aumento de 9,7% face ao ano anterior, mas inferior ao aumento das vendas (+13,2%). O rácio EBITDA/Vendas diminuiu para 16,0% (2020: 16,6%). A melhoria de resultados decorrente do aumento do nível da atividade foi condicionada pelas crescentes pressões inflacionistas, particularmente de matérias-primas não cortiça, transportes e energia. Este efeito foi particularmente visível no último trimestre do ano.

No final do ano, a dívida remunerada líquida ascendeu a 48,1 M€ (2020: 110,7 M€), o nível mais baixo desde junho de 2017. Os gastos financeiros do período cifraram-se em 1,6 M€, uma redução face aos 2,1 M€ do período homólogo, decorrendo essa variação da diminuição do nível de endividamento médio.

Os resultados não recorrentes (líquidos) incluem o efeito do reconhecimento da mais-valia da alienação do imóvel da Indústria Corchera e o reconhecimento de gastos de reestruturação e de perdas de imparidade no *goodwill*. O efeito dos itens não recorrentes no resultado líquido foi de aproximadamente -0,2 M€ (ao câmbio atual).

O resultado líquido consolidado da Corticeira Amorim atingiu os 74,8 M€, representando um aumento de 16,2% relativamente ao ano anterior.

Em virtude da posição financeira bastante positiva, a Corticeira Amorim distribuiu dividendos em cerca de 35,9 M€, valor que correspondeu a 0,27 euros por ação.

10.2. PERÍMETRO DE CONSOLIDAÇÃO

Não tendo havido alterações materiais no universo das empresas que compõem a Corticeira Amorim, as demonstrações financeiras referentes ao exercício de 2021, são comparáveis com as de 2020.

10.3. RESULTADOS CONSOLIDADOS

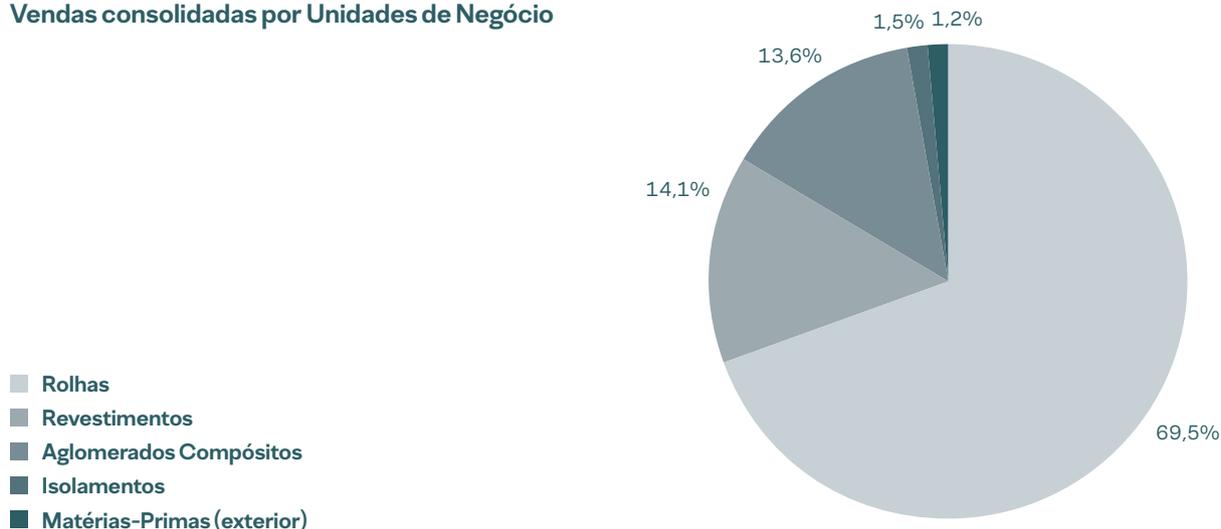
As vendas consolidadas atingiram os 837,8 M€, representando um aumento de 13,2% relativamente a 2020, cujas vendas foram de 740,1 M€. Todas as Unidades de Negócio (UN) registaram crescimentos significativos das vendas, tendo as vendas consolidadas superado os níveis de pré-pandemia de 2019 em 7,3%. Em 2021, as vendas foram penalizadas por uma evolução cambial desfavorável – excluindo este efeito, teriam subido 13,7%.

A UN Matérias-Primas apresentou um crescimento de vendas (+6,4%) face a 2021. Este crescimento só ocorreu no segundo semestre (+13,6%), sendo as vendas do primeiro semestre praticamente iguais às de 2020. Num contexto de um significativo crescimento das UN a jusante, e após o realinhamento dos níveis de inventário nessas UN, o crescimento de vendas da UN Matérias-Primas seria expectável. De salientar a recuperação da atividade no Norte de África, cujas adjudicações tinham sido anteriormente adiadas.

Todas as UN apresentaram aumento de vendas, com destaque para os da UN Rolhas (+12,5%), Revestimentos (+9,9%), Aglomerados Compósitos (+22,6%) e Isolamentos (+17,9%), que conseguiram reverter a tendência de diminuição das vendas verificadas no final de 2020, apresentando crescimentos robustos da sua atividade.

O peso relativo das vendas de cada UN no total do Grupo manteve-se estável, sendo que a maior variação reflete o aumento do peso da UN Aglomerados Compósitos, refletindo uma maior recuperação de vendas desta UN.

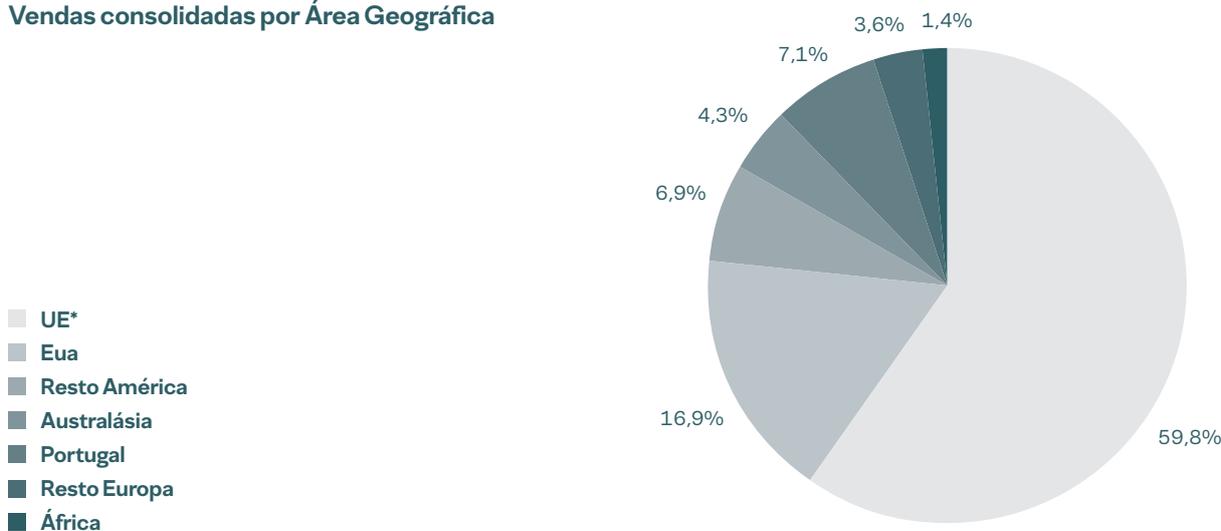
Vendas consolidadas por Unidades de Negócio



Em termos geográficos, o principal mercado de destino das vendas do Grupo voltou a ser a França, país que tinha sido ultrapassado pelos Estados Unidos em 2020. O impacto cambial acabou por penalizar o desempenho do mercado deste último país. França voltou a ocupar o primeiro lugar, sendo de salientar o aumento das vendas na UN Rolhas, com destaque para o segmento dos vinhos espumosos.

Itália manteve-se como terceiro mercado de destino das vendas, aumentando o peso no total de vendas da Corticeira Amorim. As posições seguintes são ocupadas pela Alemanha, Espanha e Portugal. Em termos relativos, o mercado espanhol ocupou a posição anteriormente ocupada pelo mercado português.

Vendas consolidadas por Área Geográfica



*exclui Portugal; inclui Suíça e Noruega.

A margem bruta sobre as vendas atingiu os 49,6%, o que corresponde a uma descida de 1,3 pontos percentuais face a 2020. A diminuição deveu-se essencialmente ao aumento de preço das matérias-primas não cortiça e dos transportes (alocados à valorização do produto). A variação de produção teve um registo negativo de cerca de 12 M€, com um contributo mais relevante da UN Rolhas, refletindo essencialmente a redução das quantidades para fazer face ao aumento das vendas.

Ao nível dos gastos operacionais verificou-se um aumento de 10,9%. Os fornecimentos e serviços externos aumentaram 15,7%, sendo de salientar o aumento da eletricidade (83%) e dos transportes (17%) no contexto inflacionista atual. De salientar, ainda, que o aumento da eletricidade se verificou essencialmente no segundo semestre.

O aumento de cerca de 8 M€ (+5,8%) nos gastos com o pessoal foi essencialmente explicado pelo aumento do número médio de colaboradores/as. Considerando a remuneração média por colaborador/a, o aumento verificado foi de 3,9%.

O aumento das depreciações (+11,5%) refletiu o aumento nos investimentos que se verificou nos últimos anos.

A rubrica de imparidades refletiu uma recuperação das mesmas no valor de 2,2 M€ o que compara com uma recuperação das imparidades no valor de 0,6 M€ em 2020. Da mesma forma que em 2020, a recuperação das imparidades deste ano foi mais significativa na UN Rolhas.

Noutros ganhos e gastos operacionais, a variação foi negativa em 1,8M€. O efeito das diferenças cambiais dos ativos a receber e dos passivos a pagar e as respetivas coberturas de risco cambial traduziram-se numa perda de 0,2M€; em 2020, a perda ascendeu a 0,4M€. A variação da rubrica foi essencialmente explicada pela redução dos rendimentos suplementares (-0,7M€) e dos outros proveitos (-0,8M€).

O EBITDA consolidado totalizou 134,4M€, um crescimento de cerca de 10% face ao ano anterior, suportado sobretudo pelos maiores níveis de atividade. O rácio EBITDA/Vendas cifrou-se em 16,0% (2020:16,6%).

Conforme divulgado no Relato por Segmentos, apesar de todas as UN terem aumento de EBITDA em valor absoluto, as UN Revestimentos e Isolamentos foram as únicas a apresentar crescimento do rácio EBITDA/Vendas. O rácio EBITDA/Vendas das UN Matérias-Primas e Rolhas atingiu os 20,0% (em 2020, 21,2%): a fraqueza do dólar, os aumentos dos preços de algumas matérias-primas não cortiça, os aumentos nos gastos de transporte e energia e menores rendimentos de trituração explicaram a diminuição deste rácio.

A margem EBITDA da UN Revestimentos passou de 1,6% para 2,3%. A redução dos custos operacionais, decorrente dos esforços de reestruturação, permitiu a melhoria da rentabilidade da UN. Contudo, o agravamento significativo dos custos de transporte e energia e a subida de algumas matérias-primas não cortiça continuam a pressionar a rentabilidade.

Na UN Aglomerados Compósitos, a margem EBITDA manteve-se estável, face a 2020 (8,6% vs. 8,8% em 2020). Apesar do aumento da atividade, o contexto cambial desfavorável (a câmbios constantes, a margem EBITDA teria aumentado para 9,4%) e a subida significativa do custo de algumas matérias-primas não cortiça e dos gastos em transportes e energia fizeram com que a margem EBITDA tivesse diminuído, face ao período homólogo.

A margem EBITDA da UN Isolamentos cifrou-se em 14,2% (2020: 7,1%). Adicionalmente ao impacto pontual do fecho de pilhas, de entre os restantes fatores que ajudaram a explicar este crescimento é de salientar a otimização da utilização da cortiça e a maior eficiência industrial.

EBITDA/Vendas por Unidades de Negócio:

EBITDA/Vendas (%)	2019	2020	2021
Matérias Primas + Rolhas	20,5%	21,2%	20,0%
Revestimentos	-2,3%	1,6%	2,3%
Aglomerados Compósitos	11,9%	8,8%	8,6%
Isolamentos	1,6%	7,1%	14,2%
Consolidado	16,0%	16,6%	16,0%



valores em M€

O EBIT ascendeu a 93,7 M€, um aumento de 9,0% face ao ano anterior. As depreciações aumentaram em 11,5%, em resultado do aumento de investimentos que ocorreu nos últimos anos, penalizando o crescimento do EBIT.

Os resultados não recorrentes totalizaram 6,4 M€. Estes incluem a mais-valia da alienação das instalações da Industria Corchera (+11,7 M€), sendo parte das entradas de fundo utilizada para a construção das novas instalações. Em gastos não recorrentes estão incluídos a imparidade do *goodwill* no valor de 3,9 M€ e o reflexo de medidas de reestruturação da UN Revestimentos, Rolhas e Aglomerados Compósitos que totalizaram 1,0 M€. De salientar que o efeito líquido dos resultados não recorrentes (impacto nas linhas de resultados não recorrentes, imposto sobre o exercício e interesses que não controlam) foi positivo em aproximadamente 0,3 M€. Este efeito líquido decorre, essencialmente, do facto de a subsidiária Industria Corchera ser detida a 50%.

Os gastos financeiros decresceram face ao ano anterior, refletindo a redução do endividamento médio.

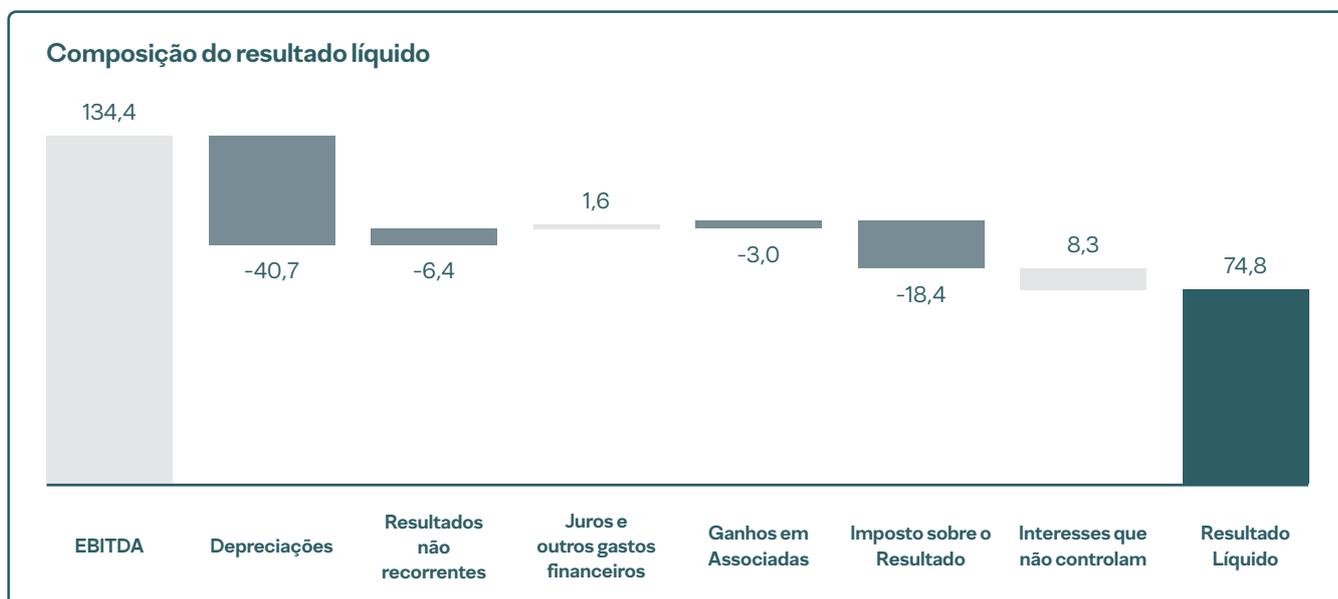
Em termos de ganhos em associadas, o valor dos lucros apropriados pela Corticeira Amorim nas empresas em que não detém a maioria do capital social e/ou direitos de voto atingiu os 3,0 M€. O aumento face ao período homólogo deveu-se, essencialmente, à melhoria dos resultados da Vinolok, passando de um contributo positivo de 1,2 M€, em 2020, para 2,5 M€, em 2021. A associada Trescases também melhorou o seu contributo de 0,7 M€ para 0,8 M€. A Corchos de Argentina continuou a ser penalizada pela evolução da taxa de câmbio e pela aplicação do normativo das economias hiperinflacionárias. Neste exercício, o contributo para o resultado foi negativo em 0,6 M€ o que compara com um contributo positivo de 0,2 M€ em 2020.

De salientar que, em termos de atividade operacional, a empresa apresentou resultados positivos, mas o impacto da hiperinflação faz com que o contributo do resultado seja negativo.

Em 2021, a taxa efetiva de imposto [Imposto sobre o rendimento / (Resultados antes de imposto - Ganhos em associadas)] aumentou para os 18,2%, o que compara com os 14,4% de 2020. A contribuir para este aumento esteve a mais-valia do imóvel no Chile, sendo a taxa de tributação do Chile superior à média da Corticeira Amorim em 2020. O facto de a imparidade do *goodwill* não ter impacto fiscal também contribuiu para esse aumento da taxa efetiva. De salientar também que em 2020 verificou-se a reversão de provisões para impostos, sem que esta tenha implicado saídas significativas de tesouraria da Corticeira Amorim. O efeito do apuramento dos benefícios fiscais ao investimento (SIFIDE – Sistema de Incentivos Fiscais à I&D Empresarial e RFAI – Regime Fiscal de Apoio ao Investimento), em comparação com as provisões revertidas sobre o benefício (mantendo a Corticeira Amorim a política de reconhecimento condicionada à realização futura de objetivos), teve um impacto positivo no resultado que se deverá manter nos próximos exercícios.

O aumento dos interesses que não controlam deveu-se essencialmente ao impacto da mais-valia da venda do imóvel no Chile, cuja quota-parte dos resultados foi apropriada pelos interesses que não controlam.

Após uma estimativa de imposto sobre o rendimento de 18,4 M€, e da apropriação de 8,3 M€ de resultados para interesses que não controlam, o resultado líquido consolidado da Corticeira Amorim elevou-se aos 74,8 M€, um aumento de 16,2% face aos 64,3 M€ de 2020.



valores em M€

11 – DEMONSTRAÇÃO CONSOLIDADA DA POSIÇÃO FINANCEIRA

Ao nível da posição financeira, o total do ativo ficou nos 1081 M€, registando um aumento de aproximadamente 76 M€. Nas variações, é de salientar a aquisição de 50% da Cold River (Herdade de Rio Frio) com impacto de 16 M€ na linha de associadas. Conforme previsto no contrato de aquisição, em 2020 ocorreu a compra da terceira tranche de 10% que fez elevar a participação financeira na Bourrassé de 80% para 90%. No próximo ano, irá ocorrer a compra de tranche equivalente e a participação na Bourrassé atingirá os 100%. Em termos da posição financeira, uma vez que o passivo para aquisição de interesses que não controlam já estava reconhecido desde o momento da aquisição, o principal impacto foi ao nível da diminuição dos interesses que não controlam, por contrapartida de reservas.

Para além da rubrica de associadas, as rubricas que mais contribuíram para o aumento do ativo foram o caixa e equivalentes (aumento de 39 M€), os clientes (21 M€ em resultado do aumento de vendas) e os outros devedores (aumento de 18 M€). A redução das rubricas de inventários (-24 M€ no contexto do aumento significativo do volume de vendas) compensou os aumentos do total do ativo.

Ao nível do capital próprio, a variação de 47 M€ decorre essencialmente dos resultados do período (74,8 M€) e da distribuição de dividendos (35,9 M€).

No passivo, o aumento de 28 M€ resulta essencialmente do aumento de fornecedores (50 M€) compensado pela redução da dívida remunerada (23 M€). Em 31 de dezembro, a dívida remunerada líquida atingiu os 48,1 M€, uma redução de 62,6 M€ face ao ano anterior. Esta variação é explicada pela redução do fundo de maneiro (redução de 49,5 M€ devido essencialmente à diminuição de inventários e ao aumento dos saldos de fornecedores) e pelo EBITDA gerado. Os investimentos (44,0 M€), dividendos pagos (35,9 M€) e aquisições [20,3 M€, devido essencialmente à aquisição de 50% da Cold River (Herdade do Rio Frio) e 10% da Bourrassé] contrabalançaram a redução da dívida.

Ao nível do financiamento, a Corticeira Amorim reafirmou o seu compromisso com a aplicação dos princípios e melhores práticas ESG e alinhamento com os Objetivos de Desenvolvimento Sustentável, com a concretização, em agosto, de um programa de Emissões de Papel Comercial *Sustainability Linked* (montante de 20 M€, maturidade até 2024) e, em dezembro, de um programa de Emissões de Papel Comercial Verde (montante nominal máximo de 11,6 M€, maturidade até 2026). A 31 de dezembro, os instrumentos de financiamento sustentável emitidos representavam 39% da dívida total bruta da Corticeira Amorim.

O rácio da autonomia financeira ficou nos 57,7%, apresentando um ligeiro aumento face ao ano anterior.

12 – PRINCIPAIS INDICADORES CONSOLIDADOS

	2020	2021	Varição	4T20	4T21	Varição
Vendas	740 113	837 820	13,2%	168 693	200 688	19,0%
Margem bruta – Valor	376 364	415 817	10,5%	85 599	99 821	16,6%
Margem bruta / Vendas	50,9%	49,6%	-122,1 b.p.	50,7%	49,7%	-100,3 b.p.
Gastos operacionais correntes	290 399	322 153	10,9%	67 386	85 426	26,8%
EBITDA corrente	122 512	134 399	9,7%	27 626	24 087	-12,8%
EBITDA/Venda	16,6%	16,0%	-51,2 b.p.	16,4%	12,0%	-437,4 b.p.
EBIT corrente	85 965	93 664	9,0%	18 213	14 395	-21,0%
Resultado líquido	1) 64 326	74 755	16,2%	15 815	16 724	5,7%
Resultado por ação	0,484	0,562	16,2%	0,119	0,126	5,7%
Dívida remunerada líquida	110 717	48 072	-62 645	-	-	-
Dívida remunerada líquida/EBITDA (x)	2) 0,90	0,36	-0,55 x	-	-	-
EBITDA/Juros líquidos (x)	3) 105,7	167,7	62,01 x	83,1	84,3	1,20 x

1) Resultado líquido inclui os resultados não recorrentes. Em 2021, os resultados não recorrentes referem-se essencialmente à mais-valia da alienação do imóvel da Industria Corchera e a perdas de imparidade no goodwill. O efeito dos itens não recorrentes no resultado líquido é de aproximadamente -0,2 M€ (ao câmbio atual).

2) Considerou-se o EBITDA corrente dos quatro últimos trimestres.

3) Juros líquidos incluem o valor dos juros suportados de empréstimos deduzidos dos juros de aplicações (exclui I Selos e comissões).



Os colaboradores/as da Corticeira Amorim plantaram em dez anos dezenas de milhares de sobreiros em Portugal, tendo contribuído para a reflorestação do país, para a manutenção dos ecossistemas e para a preservação da biodiversidade. Iniciativas de educação ambiental e atividades de responsabilidade social são outros dois esteios de uma política sustentável colocada em prática pela empresa, tendo em vista o desejado equilíbrio entre as pessoas, a economia e o planeta.



Os montados de sobreiro (florestas de sobreiros) regulam ciclos hidrológicos, protegem contra a erosão dos solos, fomentam uma biodiversidade de relevância, diminuem o risco de desertificação, e são barreiras contra incêndios, importantes sumidouros naturais de CO₂ e motores de desenvolvimento económico, ambiental e social.

13 – ATIVIDADE DESENVOLVIDA PELOS MEMBROS NÃO EXECUTIVOS DO CONSELHO DE ADMINISTRAÇÃO DA CORTICEIRA AMORIM

Ao longo do exercício em apreço os membros não executivos do Conselho de Administração participaram regularmente nas reuniões do Conselho de Administração, que, com uma periodicidade mensal, deliberaram e analisaram a evolução de todas as matérias indelegáveis e de todos os assuntos cuja relevância, materialidade e/ou criticidade tornaram pertinente a sua inclusão na agenda de trabalhos do Conselho.

A organização administrativa das reuniões permitiu a todos os membros do Conselho – executivos e não executivos – uma preparação prévia adequada, fomentando-se a participação ativa de todos os membros no debate, análise e gizar de ações em prol da produtividade das reuniões e da eficiência da Organização. O calendário das reuniões ordinárias do Conselho de Administração foi acordado no final de 2019, para que todos os seus membros pudessem estar presentes. Até ao segundo dia útil anterior à realização de cada reunião, qualquer administrador, incluindo os não executivos, teve oportunidade de solicitar a inclusão de pontos/ assuntos a analisar em Conselho.

Encontra-se devidamente implementado um sistema de reporte da Comissão Executiva ao Conselho de Administração, que garante o alinhamento das suas atuações e o tempestivo conhecimento por todos os membros do Conselho de Administração da forma como se desenvolve a atividade da Comissão Executiva.

Assim, além das matérias que, por lei ou pelos Estatutos, são da exclusiva competência do Conselho de Administração, os membros não executivos conheceram e acompanharam:

- A evolução da atividade operacional e dos principais indicadores económico-financeiros de todas as UN que compõem a Corticeira Amorim;
- A informação relevante sobre a função financeira consolidada: financiamento, investimento, autonomia financeira e responsabilidades extrapatrimoniais;
- A atividade desenvolvida pelas várias áreas de suporte e respetivo impacto na Organização;
- A evolução das atividades de I&D+I;
- O processo de aquisição e/ou de constituição de novas empresas;
- As atividades desenvolvidas pelas comissões internas especializadas da Sociedade;
- A formalização das várias políticas corporativas do Grupo Corticeira Amorim;
- O calendário de eventos e anúncios ao mercado e a divulgação de informação ao mercado;
- O calendário dos principais eventos da Corticeira Amorim e das suas UN.

14 – PERSPETIVAS FUTURAS

14.1. ENVOLVENTE MACROECONÓMICA

14.1.1. APRECIÇÃO GLOBAL

O ano de 2022 deverá ser mais um ano marcado pelos efeitos da pandemia, ainda que de forma menos acentuada face ao que foi testemunhado em 2020 e 2021. Será, ainda assim, um ano de menor crescimento esperado, com a economia mundial em posição menos forte do que ainda há poucos meses era projetado, essa revisão refletindo, sobretudo, a diminuição das expectativas relativamente às duas maiores economias mundiais, Estados Unidos e China. A evolução evidenciará o impacto da aceleração da Inflação desde a segunda metade de 2021, e já em 2022, e a atuação monetária prudencial em curso. A propagação acelerada da variante ómicron no final de 2021 e início de 2022 terá como consequência, receia-se, um menor crescimento económico no início do ano; ano que deverá contar ainda com outro desafio conhecido, na forma de menor fiabilidade nas cadeias de fornecimento global e escassez de bens intermédios. Por outro lado, as tensões geopolíticas em torno da Ucrânia que têm marcado as semanas mais recentes podem persistir e agravar-se, traduzindo-se em maior aversão ao risco, incremento da volatilidade nas variáveis e mercados financeiros e impacto económico, eventualmente mais acentuado na Europa do que nos Estados Unidos pelas ligações comerciais e financeiras existentes e, sobretudo, pela dependência energética (uma parte substancial do gás natural e do petróleo importado pela Europa tem origem na Rússia). É o mais recente obstáculo que o ciclo económico enfrenta, é significativo, mas pode não ser o único a afetar 2022. A economia mundial deverá registar um crescimento económico em torno de 4,4%, em desaceleração face a 2021 como antes exposto, com as economias desenvolvidas a registar uma evolução em torno de 3,9% e as emergentes em torno de 4,8%. As pressões inflacionistas deverão abrandar apenas paulatinamente e os bancos centrais deverão manter a postura de normalização monetária em curso – os bancos centrais enfrentarão, receia-se, um desafio crítico na procura do melhor equilíbrio entre impedir que as expectativas inflacionistas saiam fora de controlo e o impacto negativo do aperto monetário, sendo que uma parte substancial das pressões inflacionistas decorre de fatores do lado da oferta e não de uma evolução acentuada da procura. Os preços das *commodities*, sobretudo energéticas, deverão seguir suportados (o petróleo encontra-se à data da elaboração desta apreciação em máximos desde 2014), denotando reação a fatores altistas pontuais, como os *stocks* baixos de gás natural na Europa e a reposição gradual da produção petrolífera da OPEP+, riscos geopolíticos, mas também questões estruturais como as alterações climáticas, a transição energética e os efeitos da queda no investimento de reposição das fontes de combustíveis fósseis. Esta evolução apenas moderadamente será contrabalançada pela diminuição esperada do crescimento económico e pela normalização monetária. Antecipa-se um ajustamento paulatino dos desequilíbrios e constrangimentos nas cadeias internacionais de fornecimento. O desemprego mundial, por seu turno, deverá manter a tendência de diminuição, a par de ajustamentos mais estruturais no mercado laboral, decorrentes de novas formas e práticas de trabalho, do reposicionamento da população ativa e da população em idade ativa (o fenómeno designado por *the great resignation ou big quit*).

A **zona euro** deverá registar, em 2022, um crescimento em torno de 3,9%, ainda que o ano tenha iniciado com restrições à mobilidade e, assim também, à atividade económica, a ponto de se antecipar

contração de atividade no motor da economia europeia, a Alemanha. Prevê-se que a recuperação da situação pandémica permita acelerar o crescimento já a partir do segundo trimestre, a par da implementação de projetos e medidas com base no Fundo de Recuperação e Resiliência Europeu. Aguarda-se, com antecipação, a reforma do quadro fiscal europeu após a suspensão das regras do Pacto de Estabilidade e Crescimento em reação à crise pandémica. As condições monetárias e financeiras deverão permanecer muito favoráveis, apesar da predisposição do BCE em considerar o início da normalização monetária. As projeções apontam para uma aceleração da Inflação para 3,2% em 2022, uma evolução muito determinada pela componente energética e onde residem os riscos para a conjuntura económica e para a condução da política monetária. Num cenário extremo de redução significativa do fornecimento de gás russo à Europa, a hipótese de estagflação não poderá ser descartada.

O **Reino Unido** deverá evidenciar um contexto macroeconómico desafiante, com pressões inflacionistas elevadas, impacto significativo no rendimento disponível, constrangimentos nas cadeias de fornecimento e diminuição dos apoios fiscais, todos conjugando-se para afetar a procura. De todo este enquadramento deverá resultar um crescimento económico em torno de 4,7%, uma significativa perda de *momentum* face aos doze meses anteriores. O tema Brexit aparenta não se encontrar ainda devidamente ancorado. A **Suécia** deverá crescer em torno de 3,4%, beneficiando da recuperação da confiança dos agentes económicos após as restrições COVID-19 e da diminuição dos constrangimentos das cadeias internacionais de fornecimento que, em virtude do seu perfil exportador, aí tiveram maior repercussão; por seu turno, a **República Checa**, outra economia que evidencia um elevado grau de abertura ao exterior e com um forte setor industrial exportador, deverá encontrar suporte adicional na evolução do consumo privado e nos elevados níveis de emprego, e observar, projeta-se, expansão em torno de 4,5%.

Os **Estados Unidos** deverão crescer em 2022 ao ritmo de 4,0%, um ritmo expressivo, mas que compara desfavoravelmente com o desempenho de 2021 e, sobretudo, com as projeções que ainda em outubro passado o FMI avançava para a maior economia mundial – uma revisão em baixa de 1,2%, justificada pelo insucesso em concretizar a iniciativa fiscal *Build Back Better* e por disrupções nas cadeias de fornecimento e escassez de bens intermédios. Em termos políticos, destaque para as eleições intercalares que ocorrerão em novembro, antecipando-se um cenário menos favorável à Administração Biden, com a perda da maioria no Senado. A polarização política e da sociedade mantém-se presente e representa um sério desafio estrutural à evolução económica. A FED deverá embarcar num ciclo acelerado, mas curto, de subida de taxas juro, em face da garantia de ter alcançado o objetivo de pleno emprego (a diminuição do desemprego estará a ser acompanhada por um crescimento salarial sustentado) e perante a persistência de pressões inflacionistas abrangentes. O **Japão** deverá crescer 3,3% em 2022, o dobro do observado em 2021. A **Austrália**, por seu lado, deverá acelerar para um crescimento em torno de 4,1%.

Estima-se que as **economias emergentes e em desenvolvimento** registem uma desaceleração económica para algo em torno de 4,8%, uma revisão em baixa face a projeções do último trimestre de 2021, e que comparará com uma expansão de 6,5% em 2021. A **China** deverá crescer 4,8%, um ritmo substancialmente inferior ao registado no ano anterior, e que evidencia os desafios colocados pela gestão dos excessos do setor imobiliário residencial (receia-se uma moderação no investimento imobiliário), a evolução demográfica adversa e o impacto da política de zero casos de COVID-19. A **Índia**, por seu turno, deverá manter o ritmo de 9,0%. O **Brasil**, a maior economia sul-americana, deverá registar crescimento marginal, sofrendo uma

acentuada revisão de perspetivas em face da resposta monetária dirigida a conter as pressões inflacionistas e que deverá limitar a procura doméstica; o **México**, por seu lado, deverá evidenciar o impacto da menor procura proveniente dos Estados Unidos e a quebra no investimento pela retórica nacionalista e crescer 2,8%, praticamente metade do que terá registado em 2021. **Chile** e **Argentina** deverão crescer em torno de 2,5%, com o Chile a registar, receia-se, uma diminuição mais acentuada no ritmo de atividade após a surpresa positiva de 2021, ano em que beneficiou de uma acentuada expansão fiscal. A **África do Sul**, a braços com problemas estruturais de fornecimento de energia elétrica e quebra nas intenções de Investimento, será outra das economias a desacelerar de forma notória, por comparação com 2021, prevendo-se que cresça em torno de 1,9%. Em face dos desenvolvimentos recentes, a **Rússia** poderá enfrentar uma vaga adicional de sanções, cujo alcance e impacto são ainda difíceis de estimar, apenas contrabalançado pela alta de preços de algumas das suas exportações, desde petróleo e metais até aos bens agrícolas. Prevê-se que cresça 2,8%, mas em face do contexto geopolítico e da atuação do banco central russo, procurando reverter as pressões inflacionistas, os riscos surgem profundamente enviesados em baixa. As projeções apontam para um crescimento de 5,1% na **Hungria**.

A nível internacional, a política monetária deverá seguir o processo de normalização iniciado em 2021, com destaque para a Reserva Federal norte-americana e para o Banco de Inglaterra, e que contemplará, assume-se, a anulação gradual das medidas extraordinárias de injeção de liquidez (fim do *quantitative easing*), um ciclo de subida de taxas de juro e a diminuição dos ativos no balanço dos bancos centrais (*quantitative tightening*). Também o BCE se mostra sensível a ajustamentos graduais. Nas economias emergentes, com a exceção da China, que tem vindo a relaxar as condições monetárias, o processo de ajustamento monetário evidencia seguir um ritmo mais acelerado, procurando reverter as pressões inflacionistas. As projeções assumem a persistência das pressões inflacionistas a nível mundial, a ênfase colocada na evolução altista dos fatores energéticos (*higher for longer*), apesar de o rebalanceamento projetado da procura, em detrimento de bens e em favor de serviços, contribuir para a moderação das mesmas – as economias desenvolvidas deverão registar um aumento generalizado de preços no consumo em torno de 3,9%, enquanto as economias emergentes uma aceleração de ritmo de incremento de preços de 5,9%. A nível da política fiscal, antecipa-se que esta venha a tornar-se gradualmente menos expansionista pela expiração dos estímulos definidos durante a fase aguda da pandemia, o que representará, a par do impacto do aperto monetário nos Estados Unidos nos fluxos financeiros internacionais, um desafio para as economias emergentes pelos elevados níveis de endividamento que acumularam, especialmente nos dois últimos anos. E, contudo, no preciso momento em que se elabora esta análise, surge a dúvida sobre se a degradação do contexto económico, devido à instabilidade geopolítica, não conduzirá os Estados a reforçar a política fiscal expansionista.

14.1.2. PORTUGAL

Doze meses decorridos, Portugal voltou a iniciar um exercício económico com a imposição de restrições à mobilidade e/ou imposição de medidas de confinamento em face do elevado grau de propagação da variante ómicron. Na altura em que se elabora esta análise, é possível perspetivar a entrada numa fase pandémica diferente e que, eventualmente, venha a refletir uma vivência mais normal e próxima de doença endémica. Antecipa-se que a atividade económica registe um início de ano menos favorável, mas que Portugal consiga regressar e superar os níveis de riqueza que evidenciava antes da pandemia no fecho do segundo trimestre. As projeções indicam que Portugal deverá crescer em

torno de 5,8% em 2022, acelerando face ao ritmo de 2021, e em franco contraste com as previsões de andamento da generalidade das economias desenvolvidas. Portugal deverá assim regressar à convergência com a média europeia. Não obstante, impõe-se uma nota de prudência em face dos riscos descendentes decorrentes da instabilidade geopolítica em torno da Ucrânia. Tal como na zona euro, a aplicação do Plano de Recuperação e Resiliência deverá contribuir para acelerar a expansão, reforçando a Procura Doméstica, nomeadamente o Investimento. O consumo encontrará suporte no recurso à poupança acumulada durante os períodos de confinamento e na evolução favorável do sentimento dos agentes económicos. A nível da procura externa, a perspetiva de recuperação do turismo (Portugal é um dos países com maior nível de vacinação) deverá traduzir-se num contributo positivo para o crescimento da economia e permitir mitigar a diminuição da procura externa dirigida à economia nacional. Não obstante a não aprovação da Proposta de Orçamento do Estado para 2022 e a delonga na tomada de posse do novo Executivo, antecipa-se a manutenção do esforço de diminuição do défice e do endividamento públicos. Em 2022, a balança corrente e de capital deverá apresentar novo saldo positivo, superior ao registado em 2021, estimando-se que atinja 1,8% do PIB. Para essa evolução, muito contribuirá o desagrevamento do saldo deficitário da balança de bens e serviços via recuperação do turismo, por um lado, e o aumento do excedente da balança de rendimentos e capitais via maior entrada de fundos europeus, por outro. Em virtude das medidas de apoio à preservação das relações laborais, o mercado de trabalho encontrava-se em recuperação nos últimos meses do ano transato, antecipando-se que esta tendência persista em 2022, a par da diminuição das restrições e recuperação da atividade económica. Assim, estima-se que a taxa de desemprego diminua para 6,1% em 2022 e que alcance níveis inferiores aos que evidenciava antes da pandemia. As expectativas de evolução de preços no consumo passam por andamento altista, não só pelo impacto recente da subida dos fatores energéticos no processo económico (atente-se ao incremento homólogo de 13,2% nos preços da energia a nível do consumo nos últimos três meses de 2021), mas também pelos diversos incrementos observáveis a nível dos preços da produção, despoletando um efeito de contágio para jusante e que, receia-se, venha a ter impacto num leque abrangente de produtos e serviços a nível do consumo. Como tal, prevê-se que a Inflação supere 2,3% em 2022, mas com risco de enviesamento em alta. Ainda assim, e comparativamente à zona euro, o diferencial de evolução dos preços deverá ser negativo.

14.2. ATIVIDADES OPERACIONAIS

14.2.1. MATÉRIAS-PRIMAS

Espera-se que o EBITDA de 2022 supere o registado no ano anterior, refletindo o aumento da atividade prevista e a redução do preço de compra na campanha de 2021. A estabilização da pandemia e a consolidação dos projetos de eficiência operacional instalados nos últimos anos deverão ser também fatores determinantes para esta evolução.

Os maiores receios e incertezas estão ao nível do aumento de preços generalizados de todas as matérias-primas não cortiça, com consequência nos preços dos transportes, energia, ferramentas ou materiais usados para a conservação e reparação de equipamentos.

Para combater este efeito, estão em curso planos de redução de custos que pretendem atingir este objetivo através da implementação de novos modelos de trabalho, do recurso a materiais e fornecedores alternativos, do investimento em projetos que levem à redução do consumo energético e da instalação em todas as unidades em Portugal de painéis fotovoltaicos.

A campanha de compras de 2022 já arrancou e tem corrido a um bom ritmo. Espera-se adquirir uma quantidade superior de amadia em Portugal e Espanha, face a 2021, aumentando a autonomia do Grupo, e ainda reforçar a compra de cortiça para triturar no mercado secundário.

Durante a extração da cortiça, a ocorrer nos meses de verão, irá ser reforçada a aposta em novos modelos de trabalho no campo com recurso a tecnologia, nomeadamente no processo de extração de cortiça, reforçando o número de equipamentos disponíveis para esta campanha, e no transporte da cortiça, através do aperfeiçoamento das tecnologias já usadas em 2021, nomeadamente o *grippere* e as prensas do mato. Pretende-se, com estes novos modelos, reduzir a dependência de mão de obra especializada (escassa) e os custos operacionais.

O desenvolvimento de novos processos, seja para a melhoria da eficiência operacional ou para a melhoria do produto, continuará a ser uma aposta da UN, mantendo ativa a intenção de evoluir as linhas de escolha automática quer de estaleiro, quer da preparação, desenvolver um novo modelo de pré-escolha de discos, concluir projeto para uma nova máquina de rebaixe, melhorar processo de fabricação de discos através da introdução de tecnologia que permita a redução de custos e o maior aproveitamento de delgados e avançar com os projetos para a melhoria da escolha de discos, introduzindo em produção novos processos de escolha, mais tecnológicos e que permitam mitigar problemas mecânicos (prego e ano seco/encascado).

No âmbito do Projeto de Intervenção Florestal, mantém-se a implementação do Plano de Melhoria do Sobreiro, com o objetivo de ter sobreiros *plus* até ao final do ano, e a continuidade do trabalho de estudo e investigação, com o objetivo de ser reconhecido pela produção florestal como Centro de Excelência de Conhecimento, tanto no entendimento de técnicas de combate a Pragas e Doenças do Sobreiro como na implantação de modelos de silvicultura de rega assistida.

Para o desenvolvimento do conhecimento em modelos de silvicultura de rega assistida, serão desenvolvidos os projetos das explorações da Venda Nova, Baliza e Rio Frio.

14.2.2. ROLHAS

Espera-se que 2022 seja mais um ano de crescimento acima da média, suportado pela acumulação da poupança das famílias durante a pandemia, pela reposição de *stocks* esgotados e pelo apoio contínuo da política monetária.

A disrupção na cadeia logística deverá começar a abrandar e o fluxo de mercadorias deverá voltar, em meados do ano, ao normal. Não se espera o abrandamento imediato da pressão inflacionista, mas apenas em meados de 2022. A questão energética, incerta, obrigará a tomar medidas de racionalização e procura de alternativas. Alguns milhões de trabalhadores/as deverão retornar ao mercado de trabalho, aumentando o rendimento disponível, mas a escassez de mão de obra provavelmente persistirá. Os custos deverão continuar a aumentar e as soluções inovadoras para a indústria emergirão como duradoras e eficazes.

A nova ordem mundial, saída da pandemia, e os últimos movimentos geopolíticos trazem à UN Rolhas enormes desafios, com impactos positivos do lado da procura e críticos do lado dos fatores de produção.

A Estratégia para o triénio 2022-2024, assente em quatro pilares, privilegiará as seguintes linhas de atuação:

- Adotar uma estrutura mais proativa e flexível, com capacidade de resposta mais ajustada a um mercado mais instável;
- Adequar a capacidade produtiva ao mercado e à estratégia da empresa;
- Incrementar vendas, priorizando a adequação do *mix* e a valorização dos produtos;
- Aumentar a rentabilidade e o EBIT;
- Melhorar o nível de serviço;
- Concretizar a implementação das medidas de eficiência operacional, com foco na automação de processos de mão de obra intensiva;
- Desenvolver digitalização, *data science* e análise preditiva;
- Intensificar as práticas de sustentabilidade e realçar as vantagens da cortiça face a outros vedantes;
- Melhorar o rendimento e aproveitamento da matéria-prima;
- Otimizar o capital investido e priorizar investimentos.

14.2.3. REVESTIMENTOS

O ano de 2022 deverá continuar a ser marcado pela forte pressão de preços dos fatores de produção. Após um ano de 2021 com um forte impacto negativo, o início do ano é marcado pela manutenção dos preços altos ao nível das matérias-primas, transportes e energia.

A agenda da UN Revestimentos contempla a procura de uma cultura de excelência, baseada em processos de melhoria contínua, na rentabilidade do negócio e na crescente garantia de fiabilidade dos produtos. O uso de standards internacionais de *best in class*, com recurso às metodologias presentes nos programas Investors in People, no desenvolvimento de competências e no modelo EFQM, continuará a marcar uma viragem significativa no suporte ao seu posicionamento estratégico.

Ao nível das vendas, é esperado um crescimento de vendas nos produtos fabricados, assente em três pilares: continuar a apostar nas vendas das novas soluções Amorim WISE (*upgrade 2.0*), a retoma da gama Hydrocork (versão *plus*) e a alavancagem pela linha SPC para segmentos sensíveis ao preço.

No que diz respeito à margem bruta, espera-se uma forte pressão, decorrente sobretudo da subida de preços das matérias-primas, quer de abastecimento doméstico, quer importadas da Ásia. Ao nível dos transportes usados para a importação de componentes da Ásia, existe um risco evidente de manutenção das altas tarifas atuais, estando a ser monitorizadas medidas preventivas que minimizem este efeito, considerando-se nomeadamente alternativas para fornecimentos e a implementação de um adicional no preço de venda aos clientes, dado que este efeito afeta grande parte da indústria do *flooring*.

No quadro da inovação, a UN Revestimentos continua a execução do seu programa de médio prazo – INNOP25 – cujo objetivo é desenvolver novas soluções de pisos a apresentar em 2025, alinhadas com a missão da UN, com a continuada aposta na sustentabilidade e garantindo a competitividade dos produtos. Como primeiro passo, foi lançado o projeto Go4Green, assente em novas técnicas de impressão digital texturada e num novo acabamento de superfície, enquadrado nas exigências dos segmentos de mercado para os quais dirigimos estas soluções.

14.2.4. AGLOMERADOS COMPÓSITOS

O ano de 2021, para além do forte crescimento, foi marcado por uma escalada inflacionista que afetou de forma negativa as margens de rentabilidade.

A perspetiva de carácter meramente temporário destes movimentos, que afetaram a generalidade das matérias-primas, bem como os custos da energia elétrica e transportes, é algo cada vez menos consensual. Deste modo, é absolutamente imperativo passar para o mercado uma parte dos impactos sofridos e que teimam em subsistir. Este reposicionamento, sendo essencial, será feito de forma ajustada, tendo em conta as especificidades dos mercados, segmentos e produtos em causa.

Por outro lado, nos diferentes setores prioritários, começarão a ser executadas ações concretas associadas às apostas estratégicas definidas, o que deverá alavancar o crescimento em áreas de maior valor acrescentado e com recurso a novas tecnologias.

Com efeito, o investimento em novas tecnologias e o desenvolvimento de novos produtos serão grandes e reforçados temas em 2022, com a instalação de novas linhas dedicadas à moldação, extrusão e aglomeração, que aportarão eficiência e sobretudo novas características à oferta de materiais e produtos da UN Aglomerados Compósitos.

O aumento de capacidade, para responder às novas oportunidades de crescimento rentável, e o ajustamento dos preços de mercado, para preservar o valor gerado no negócio atual, deverão ser os elementos centrais da atuação estratégica em 2022.

Não obstante, outras iniciativas conexas terão lugar, em áreas como a comunicação, sustentabilidade, competências internas e sistemas de informação, sem descuidar a diretriz estratégica de eficiência, que continuará a ser decisiva, com particular destaque para medidas destinadas à melhoria da produtividade na fábrica localizada nos Estados Unidos.

14.2.5. ISOLAMENTOS

Apesar do contexto mundial ainda de incerteza decorrente da pandemia da COVID-19, a UN Isolamentos perspetiva que 2022 seja um ano de continuidade em termos de volume de vendas e de crescimento. As medidas estratégicas implementadas ao longo dos últimos anos e o investimento que ainda decorre maioritariamente na unidade industrial de Silves permitem encarar com confiança a *performance* global da UN no ano.

A UN Isolamentos continuará a apostar na fidelização dos mercados atuais, assim como no alargamento para novas geografias, potenciando o argumento real da sustentabilidade num mercado global cada vez mais sensibilizado para a utilização de produtos naturais e de eficiência técnica.

14.3. RESULTADOS CONSOLIDADOS

O ano de 2021 ficou marcado pela gradual saída da pandemia de COVID-19, apesar dos seus efeitos ainda se fazerem sentir no início de 2022. O arranque de 2022 fica marcado pela guerra na Ucrânia, sendo a sua duração e impactos difíceis de perspetivar. A disrupção e a incerteza da extensão dos impactos diretos e indiretos a que já se assistia ao nível do fornecimento das matérias-primas, transportes e energia ficam, neste contexto, ainda mais difíceis de avaliar.

Adicionalmente, a variação do EUR/USD é uma outra fonte de incerteza que condiciona as perspetivas para a *performance* da Corticeira Amorim em 2022.

Em 2022, espera-se que o efeito do aumento das matérias-primas não cortiça, dos transportes e da energia continue a refletir-se nas contas. A Corticeira Amorim terá de ajustar os seus preços de venda e aumentar a eficiência para não condicionar a sua rentabilidade. Em termos do preço de compra da cortiça, também devem existir pressões inflacionistas, sendo necessária especial atenção aos preços no mercado secundário; é importante manter a revisão das condições de comercialização dos produtos e soluções e, internamente, as medidas de eficiência operacional.

Em 2021, um ano recorde em termos de vendas, os resultados da Corticeira Amorim retomaram a tendência de crescimento que vinha dos anos anteriores. Contudo, verificou-se uma redução da rentabilidade medida pelo rácio EBITDA/Vendas. Ao nível daquela que é a atividade regular da Corticeira Amorim, a condicionante do aumento do preço de consumo das matérias-primas obrigou a um contínuo aumento da eficiência operacional e à procura de novos mercados, diversificando as soluções que são disponibilizadas para ir ao encontro às necessidades dos clientes. Esses ganhos, além de serem mantidos, continuaram a ser perseguidos pela Organização.

Na UN Rolhas, o contexto da pandemia provocou uma alteração nos canais tradicionais de venda, com importante reflexo no *mix* de produto. Uma das grandes questões é saber se a desaceleração no consumo de vinho, espumantes e espirituosos se mantém. A UN Rolhas irá procurar crescer acima do mercado dos vinhos com as apostas no Naturity® e Xpür®. Existem mercados relevantes nos espirituosos que ainda estão por explorar e os condicionamentos aos vedantes de plástico abrem portas às alternativas apresentadas pela Corticeira Amorim. A integração do Grupo SACI, em que foi adquirida uma participação de 50% no início de 2022, é outro desafio importante para este ano. A UN vai continuar a apostar no crescimento de vendas e na melhoria da eficiência operacional.

A UN Aglomerados Compósitos continuará a apostar no crescimento orgânico, apesar das limitações ao nível do aumento de preços de venda. O desafio para manter os níveis de vendas e de rentabilidade da UN será significativo. Isto obrigará a uma grande disciplina na obtenção de rendimento das triturações, porque o mercado terá uma capacidade limitada de absorver o aumento de preços.

A UN Revestimentos, após alguma melhoria da rentabilidade e do volume de negócios em 2021, ainda tem um longo caminho a percorrer, mas dispõe atualmente de todas as condições necessárias para continuar o caminho do crescimento. Será importante o aumento das vendas, sendo que a equipa comercial está preparada para alcançar os objetivos de vendas que permitam garantir o *break-even* da UN.

A UN Isolamentos continua o seu caminho de melhoria da *performance*. As medidas de eficiência produtiva, os argumentos de sustentabilidade e o crescimento de vendas (se possível alargando a novas geografias) são orientações para o caminho a ser seguido pela UN.

15 – RISCOS E INCERTEZAS DO NEGÓCIO

Ao longo dos seus mais de 150 anos de história, a Corticeira Amorim enfrentou com sucesso várias transformações sociais profundas. A pandemia de COVID-19, ainda em curso, e a invasão da Ucrânia pela Rússia são os mais recentes destes desafios que, como sempre, a Empresa enfrenta com determinação e resiliência.

A atividade da Corticeira Amorim está exposta a uma variedade de riscos financeiros: risco de mercado (incluindo risco cambial e risco de taxa de juro), risco de crédito, risco de liquidez e risco de capital. Nos termos da alínea e) do número 5, do artigo 508.º-C do Código das Sociedades Comerciais, os objetivos e as políticas da Sociedade em matéria de gestão destes riscos, incluindo as políticas de cobertura de cada uma das principais categorias de transações previstas para as quais é utilizada a contabilização de cobertura, e a exposição aos riscos de preço, de crédito, de liquidez e de fluxos de caixa encontram-se devidamente expostos na Nota Gestão do Risco Financeiro incluída nas Notas às Contas Consolidadas.

Adicionalmente, o capítulo III. Controlo interno e gestão de riscos do Relatório do Governo Societário 2021 expõe o modelo de gestão de risco implementado na Corticeira Amorim, incluindo a identificação e descrição dos principais riscos a que a Sociedade se expõe no exercício da sua atividade, bem como as medidas de mitigação apropriadas para minimizar a probabilidade da ocorrência e/ou o impacto dos riscos.

16 – VALORES MOBILIÁRIOS PRÓPRIOS

Não se registaram quaisquer operações com ações próprias pelo que, no final do exercício em apreço, a Corticeira Amorim não detinha ações próprias.

17 – PROPOSTA DE APLICAÇÃO DE RESULTADOS

Tendo em conta o resultado líquido positivo, apurado segundo as contas individuais no final do exercício de 2021, no valor de € 31 695 069,08 (trinta e um milhões, seiscentos e noventa e cinco mil, sessenta e nove euros e oito cêntimos), o Conselho de Administração da Corticeira Amorim propõe que os Senhores Acionistas deliberem aprovar que o referido resultado líquido positivo, no valor de € 31 695 069,08 (trinta e um milhões, seiscentos e noventa e cinco mil, sessenta e nove euros e oito cêntimos), tenha a seguinte aplicação:

- Para Dividendos: € 26 600 000,00 (vinte e seis milhões e seiscentos mil euros), correspondente a um valor de € 0,20 (vinte cêntimos) por ação;
- Para Reservas Livres: € 5 095 069,08 (cinco milhões, noventa e cinco mil, sessenta e nove euros e oito cêntimos).

18 – AVALIAÇÃO ANUAL DE DESEMPENHO

O Conselho de Administração, no âmbito da avaliação anual de desempenho do *governance* da Sociedade, reconhece e realça atuação profissional, diligente, criteriosa e proativa de todos os membros do **Conselho de Administração da Corticeira Amorim, da sua Comissão Executiva, dos seus Membros Não Executivos, da Comissão de Auditoria, da Comissão de Risco, da Comissão de E.S.G. (Environmental, Social & Governance) e da Comissão de Nomeações, Avaliação e Remunerações**, em prol de:

- Definição, implementação e cumprimento da estratégia da Sociedade, garantindo elevados níveis de desempenho a curto, médio e longo prazo;
- Definição, implementação e monitorização da estratégia das políticas e práticas de gestão de risco que permitem antecipar, prevenir e mitigar os riscos;
- Um relacionamento próximo e colaborante quer entre os vários membros que ocupam os referidos cargos, quer entre os demais órgãos e áreas funcionais da Sociedade;
- Um desenvolvimento sustentável da Sociedade e da criação de valor para os seus *stakeholders*.

Destaca ainda:

1. A relevante contribuição da **Comissão de Nomeações, Avaliação e Remunerações** para a adoção de políticas e práticas em matérias de nomeação, avaliação e remuneração adequadas, alinhadas com as melhores práticas e tendências ESG nacionais e internacionais, assim potenciando elevados níveis de desempenho e profissionalismo, em prol do desenvolvimento da estratégia de crescimento sustentável da Corticeira Amorim;
2. A efetiva contribuição da **Comissão de E.S.G. (Environmental, Social & Governance)**, assessorando o Conselho de Administração no acompanhamento, supervisão e orientação estratégica da Corticeira Amorim no domínio de matérias de governo societário, responsabilidade social, ambiente e ética, potenciando análises abrangentes e fundamentadas dos referidos temas;
3. A atuação da **Comissão de Riscos** em prol do robustecimento da cultura de risco do Grupo Corticeira Amorim, contribuindo para a sua formalização e implementação consistente, tendo em vista auxiliar o Conselho de Administração na supervisão da execução da estratégia de risco, emitindo pareceres e recomendações sobre estratégias de risco;
4. A efetiva e eficiente atuação e fiscalização da **Comissão de Auditoria** e de todos os seus membros, em prol (i) da promoção e da fiscalização da eficácia do sistema de auditoria interna, incluindo dos planos de atividade quer da auditoria interna, quer da externa; e (ii) da apreciação

e de deliberações mais fundamentadas e independentes, nomeadamente na avaliação da independência do auditor externo, dos negócios com partes interessadas e no tratamento das comunicações de irregularidades.

Esta atuação, profissional, comprometida e diligente, vem garantindo o bom desempenho da Sociedade e, é convicção do Conselho de Administração, continuará a fomentar um desempenho adequado a longo prazo, daí advindo um relevante contributo para os *stakeholders* e comunidade em geral, conforme espelham as Demonstrações Financeiras Consolidadas e o capítulo 5.3. Comunidade/Sociedade, subcapítulo 5.3.1. Equilíbrio Social do Relatório de Sustentabilidade.

19 – DECLARAÇÃO DE RESPONSABILIDADE

Em cumprimento do estabelecido na alínea c) do número 1 do artigo 29º-G, nº 1, alínea c) do Código dos Valores Mobiliários, os membros do Conselho de Administração declaram que, tanto quanto é do seu conhecimento, as contas anuais e demais documentos de prestação de contas, foram elaborados em conformidade com as normas contabilísticas aplicáveis, dando uma imagem verdadeira e apropriada do ativo e do passivo, da situação financeira e dos resultados da Corticeira Amorim, S.G.P.S., S.A. e das empresas incluídas no perímetro de consolidação. Declaram ainda que o relatório de gestão expõe fielmente a evolução dos negócios, do desempenho e da posição da Corticeira Amorim, S.G.P.S., S.A. e das empresas incluídas no perímetro de consolidação, contendo o referido relatório um capítulo especial onde se expõem os principais riscos e incertezas do negócio.

20 – EVENTOS SUBSEQUENTES

Conforme comunicação ao mercado de 11 de janeiro de 2022, a Corticeira Amorim, através da sua subsidiária Amorim Cork, S.G.P.S., S.A., chegou a um acordo para a aquisição de 50% do capital social da SACI S.r.l. (“Grupo SACI”), sediada em Ivrea (perto de Turim), por um valor de 48,7 M€. O Grupo SACI era detido, em partes iguais, pelas famílias Getto e Perlich, sediadas em Itália e na Alemanha, respetivamente. O Grupo é constituído por 17 empresas que se movem em diversos setores, tendo como principal atividade a produção e a comercialização de *muselets*, com uma equipa de cerca de 340 colaboradores/as e presença em mais de 30 países.

No seguimento do conflito militar entre a Rússia e a Ucrânia e das consequências desse conflito sob a forma de sanções económicas, os mercados globais, as cadeias logísticas e a evolução económica em geral têm sido significativamente afetados. A situação atual, juntamente com as potenciais flutuações dos preços das matérias-primas, as taxas de câmbio, as restrições às importações e exportações, a disponibilidade de materiais e serviços locais e o acesso aos recursos locais terão impacto na Corticeira Amorim, que tem operações e transações na Rússia, na Ucrânia e na Bielorrússia.

Tratando-se de um evento subsequente não ajustável as seguintes divulgações permitem perceber o grau de exposição que a Corticeira Amorim tem aos principais mercados afetados pelo conflito:

- o Grupo tem duas subsidiárias na região (Amorim Cork Composites LLC e Amorim Flooring Russia LLC) com um total de 11 colaboradores/as;
- as vendas em 2021 para os três países referidos representaram 1,5% do total de vendas consolidadas da Corticeira Amorim;
- a 31 de dezembro de 2021 o contributo total dos ativos daquelas subsidiárias para os ativos consolidados ascendia a 2,1 M€, e os passivos a 0,5 M€;
- o total de saldos a receber de terceiros dos três países, no final de março de 2022, era de 2,6 M€.

Face à atual situação de grande constrangimento económico e financeiro exercido sobre a Rússia, o risco de incobrabilidade aumentou, bem como a volatilidade cambial acrescida, a que acresce uma acentuada redução da liquidez, corroborado com a potencial manutenção de boicote organizado por parte das sociedades ocidentais sobre produtos originários da Rússia. A nível de operações financeiras para cobrir o risco cambial, genericamente não há restrições às transações cambiais em rublos. Contudo, há uma acentuada redução de liquidez e uma volatilidade acrescida, o que torna as transações particularmente difíceis de executar.

As instituições financeiras europeias (a par das instituições dos países que impuseram sanções sobre a Rússia) estão a processar os fluxos da Rússia/Bielorrússia com particular demora. Necessitam de validar se estes fluxos estão conformes ou se colidem com sanções e práticas prudenciais desde o ordenante ao banco emissor, ao fluxo em si mesmo.

A Corticeira Amorim continuará a monitorizar o evoluir da situação de forma a tomar as decisões que considera adequadas para a sua atividade que, à presente data, não são possíveis de estimar com razoável grau de confiança.

Para além destes eventos e até à data de emissão deste relatório, não ocorreram outros factos relevantes que possam vir a afetar materialmente a posição financeira e os resultados futuros da Corticeira Amorim e do conjunto das empresas filias incluídas na consolidação.

21 – AGRADECIMENTOS

O Conselho de Administração aproveita esta oportunidade para expressar o seu reconhecimento:

- Aos Acionistas e Investidores, pela confiança inequívoca que têm manifestado;
- Às Instituições de Crédito, pela importante colaboração prestada; e
- À Comissão de Auditoria e ao Revisor Oficial de Contas pelo rigor e qualidade das suas atuações.

A todos os Colaboradores/as, cujo profissionalismo, disponibilidade e empenho contribuem para o desenvolvimento e crescimento das empresas participadas pela Corticeira Amorim, aqui lhes expressamos o nosso apreço.

Mozelos, 4 de abril de 2022

O Conselho de Administração
da Corticeira Amorim, S.G.P.S., S.A.

Presidente:
António Rios de Amorim

Vice-Presidente:
Nuno Filipe Vilela Barroca de Oliveira

Vogais:
Fernando José de Araújo dos Santos Almeida
Cristina Rios de Amorim Baptista
Luisa Alexandra Ramos Amorim
Juan Ginesta Viñas
José Pereira Alves
Marta Parreira Coelho Pinto Ribeiro
Cristina Galhardo Vilão
António Lopes Seabra



Herdade da Venda Nova, junto à aldeia de Palma, em Alcácer do Sal, onde a Corticeira Amorim plantou, em finais de 2019, os primeiros 251 hectares de sobreiros ao abrigo do Projeto de Intervenção Florestal.



RELATÓRIO DO GOVERNO SOCIETÁRIO

03

As pranchas de cortiça, que necessitam de espaço para estabilizar, ficam em média um ano nos estaleiros, enquanto decorre esse obrigatório processo de repouso.

Desde 1999, data em que a Comissão de Mercado de Valores Mobiliários (CMVM) publicou as primeiras recomendações relativas ao governo das sociedades cotadas, visando o aperfeiçoamento dos mecanismos de tutela dos investidores nos mercados de valores mobiliários, a Corticeira Amorim vem analisando o seu governo societário, comparando-o quer, por um lado, com o que se consideram as melhores práticas, quer, por outro lado, com as circunstâncias da sua atividade e os desafios a que tem de dar resposta. Nessa sequência, vem implementando um conjunto de medidas que, globalmente, têm tido como principais objetivos reforçar os sistemas internos de controlo e de fiscalização, ampliar a transparência, fomentar a participação dos acionistas na vida da Sociedade e garantir a criação sustentada de valor para o acionista.

O presente documento descreve as políticas e as práticas em matéria de governo societário adotadas pela Sociedade, fornecendo ainda uma avaliação qualitativa das mesmas por comparação com as boas práticas elencadas no Código do Governo Societário do Instituto Português de Corporate Governance (IPCG).

No ponto 8. deste relatório, inclui-se também a informação prevista no artigo 447.º do Código das Sociedades Comerciais, na alínea r) e no artigo 5.º da Lei n.º 62/2017, de 1 de agosto (representação equilibrada entre mulheres e homens nos órgãos de administração e de fiscalização).

A Lei n.º 50/2020, de 25 de agosto transpôs para a ordem jurídica nacional a Diretiva (UE) n.º 2017/828, relativa a direitos dos acionistas de sociedades cotadas no que concerne ao seu envolvimento a longo prazo, implicou a revogação da Lei n.º 28/2009, de 19 de junho, que anteriormente regulava o dever de apresentação de uma política de remuneração e, simultaneamente, a introdução no Código dos Valores Mobiliários de regras relativas i) à aprovação da política de remuneração dos membros dos órgãos de administração e de fiscalização dos emittentes de ações admitidas à negociação em mercado regulamentado e ii) ao relatório sobre remunerações. Tendo a aprovação da política de remunerações, nos termos previstos na referida Lei n.º 50/2020, ocorrido na Assembleia Geral de 23 de abril de 2021, para o mandato 2021-2023, a Corticeira Amorim, nos termos do n.º 8 do artigo 26º-G do Código dos Valores Mobiliários, inclui no presente Relatório um capítulo dedicado ao Relatório sobre Remunerações reportado a 2021.

PARTE I

INFORMAÇÃO OBRIGATÓRIA SOBRE ESTRUTURA ACIONISTA, ORGANIZAÇÃO E GOVERNO DA SOCIEDADE

A – ESTRUTURA ACIONISTA

I. ESTRUTURA DE CAPITAL

1. Estrutura de capital (capital social, número de ações, distribuição do capital pelos acionistas, etc.), incluindo indicação das ações não admitidas à negociação, diferentes categorias de ações, direitos e deveres inerentes às mesmas e percentagem de capital que cada categoria representa.

O capital social da Corticeira Amorim cifra-se em 133 milhões de euros, representado por 133 milhões de ações ordinárias, nominativas, de valor nominal de 1 euro, que conferem direito a dividendos.

Está admitida à negociação na Euronext Lisbon – Sociedade Gestora de Mercados Regulamentados, S.A. a totalidade das ações emitidas pela Sociedade.

Distribuição do capital pelos acionistas

Acionista	Ações Detidas (quantidade)	Participação (%)	Direitos de Voto (%)
Participações Qualificadas:			
Amorim Investimentos e Participações, S.G.P.S., S.A.	67 830 000	51,000%	51,000%
A Porta da Lua, S.A.	8 290 767	6,234%	6,234%
API – Amorim Participações Internacionais, S.A.	2 717 195	2,043%	2,043%
Vintage Prime – S.G.P.S., S.A.	2 717 195	2,043%	2,043%
Amorim, Soc. Gestora de Participações Sociais, S.A.	13 414 387	10,086%	10,086%
Freefloat*	38 030 456	28,594%	28,594%
Total	133 000 000	100,000%	100,000%

* inclui 3 045 823 ações (2,29%) detidas pelos fundos sob gestão do Santander Asset Management, S.A., S.G.I.I.C. (comunicação recebida pela Sociedade em 6 de junho de 2019)

2. Restrições à transmissibilidade das ações, tais como cláusulas de consentimento para a alienação ou limitações à titularidade de ações.

Não existem restrições à transmissibilidade das ações.

3. Número de ações próprias, percentagem de capital social correspondente e percentagem de direitos de voto a que corresponderiam as ações próprias.

A 31 de dezembro de 2020, a Corticeira Amorim não detinha ações próprias nem efetuou quaisquer transações ao longo de 2021, pelo que, a 31 de dezembro de 2021, a Sociedade não detinha ações próprias.

4. Acordos significativos de que a sociedade seja parte e que entrem em vigor, sejam alterados ou cessem em caso de mudança de controlo da sociedade na sequência de uma oferta pública de aquisição, bem como os efeitos respetivos, salvo se, pela sua natureza, a divulgação dos mesmos for seriamente prejudicial para a sociedade, exceto se a sociedade for especificamente obrigada a divulgar essas informações por força de outros imperativos legais.

A Sociedade não celebrou quaisquer acordos nos termos descritos neste parágrafo, exceto as normais cláusulas de *change of ownership* incluídas em alguns contratos de financiamento celebrados no âmbito do decurso do normal financiamento das operações e que, caso a caso, foram analisadas e a sua contratualização considerada adequada ao interesse da Sociedade.

A 31 de dezembro de 2021 existiam cláusulas de manutenção de controlo acionista da Corticeira Amorim em contratos cujos financiamentos perfaziam 80 milhões de euros (31-12-2020: 65 milhões de euros). Em caso de alteração do controlo acionista, os contratos geralmente preveem a possibilidade – mas não a obrigação – de ser solicitado o reembolso antecipado dos montantes utilizados. Acresce que a Sociedade detém reservas de liquidez significativas, como se detalha nas Notas às contas consolidadas (Nota 22). Concretamente, a 31 de dezembro de 2021, existiam 206,2 milhões de euros de linhas de crédito contratualizadas e não utilizadas (31-12-2020: 260,9 milhões de euros).

Esta circunstância não se afigura suscetível de prejudicar a livre apreciação pelos acionistas do desempenho dos membros do Conselho de Administração.

5. Regime a que se encontre sujeita a renovação ou revogação de medidas defensivas, em particular aquelas que prevejam a limitação do número de votos suscetíveis de detenção ou de exercício por um único acionista, de forma individual ou em concertação com outros acionistas.

Os Estatutos da Sociedade não contemplam medidas deste tipo e, tanto quanto é do conhecimento da Corticeira Amorim, não existem quaisquer outras disposições e/ou medidas com idêntico objetivo.

6. Acordos parassociais que sejam do conhecimento da sociedade e possam conduzir a restrições em matéria de transmissão de valores mobiliários ou de direitos de voto.

Tanto quanto é do conhecimento da Corticeira Amorim, não existem quaisquer acordos parassociais que possam conduzir às mencionadas restrições.

II. PARTICIPAÇÕES SOCIAIS E OBRIGAÇÕES DETIDAS

7. Identificação das pessoas singulares ou coletivas que, direta ou indiretamente, são titulares de participações qualificadas, com indicação detalhada da percentagem de capital e de votos imputável e da fonte e causas de imputação.

Acionista	N.º de ações	% Capital social com direito de voto
Amorim Investimentos e Participações, S.G.P.S., S.A. (a)		
Diretamente	67 830 000	51,000%
Total imputável	67 830 000	51,000%

(a) As ações com direito de voto na Amorim Investimentos e Participações, S.G.P.S., S.A. são integralmente detidas por três sociedades, a Amorim Holding Financeira, S.G.P.S., S.A. (11,392%), a Amorim Holding II, S.G.P.S., S.A. (38,608%) e a Amorim - Sociedade Gestora de Participações Sociais, S.A. (50%) sem que nenhuma delas tenha participação de domínio na Sociedade, terminando nesta, a cadeia de imputação, nos termos do artigo 20.º do Código dos Valores Mobiliários. O capital social e os direitos de voto das três sociedades referidas, por seu turno, são detidos, respetivamente, no caso das duas primeiras, direta e indiretamente (através da Imoouro S.G.P.S., S.A. e da Oil Investment, B.V.) por Maria Fernanda Oliveira Ramos Amorim e filhas, e, no caso da terceira, por António Ferreira de Amorim, mulher e filhos.

Acionista	N.º de ações	% Capital social com direito de voto
Amorim, Sociedade Gestora de Participações Sociais, S.A. (b)		
Diretamente	13 414 387	10,086%
Total imputável	13 414 387	10,086%

(b) O capital da Amorim, Sociedade Gestora de Participações Sociais, S.A. é detido por António Ferreira de Amorim, mulher e filhos, não detendo qualquer deles uma participação de domínio da Sociedade.

Acionista	N.º de ações	% Capital social com direito de voto
A Porta da Lua, S.A. (c)		
Diretamente	8 290 767	6,234%
Total imputável	8 290 767	6,234%

Maria Fernanda Oliveira Ramos Amorim	N.º de ações	% Capital social com direito de voto
Diretamente	-	-
Através da acionista A Porta da Lua, S.A. (c)	8 290 767	6,234%
Total imputável	8 290 767	6,234%

(c) O capital social da sociedade A Porta da Lua, S.A. é integralmente detido por Maria Fernanda Oliveira Ramos Amorim.

Acionista	N.º de ações	% Capital social com direito de voto
API – Amorim Participações Internacionais, S.A. (d)		
Diretamente	2 717 195	2,043%
Total imputável	2 717 195	2,043%

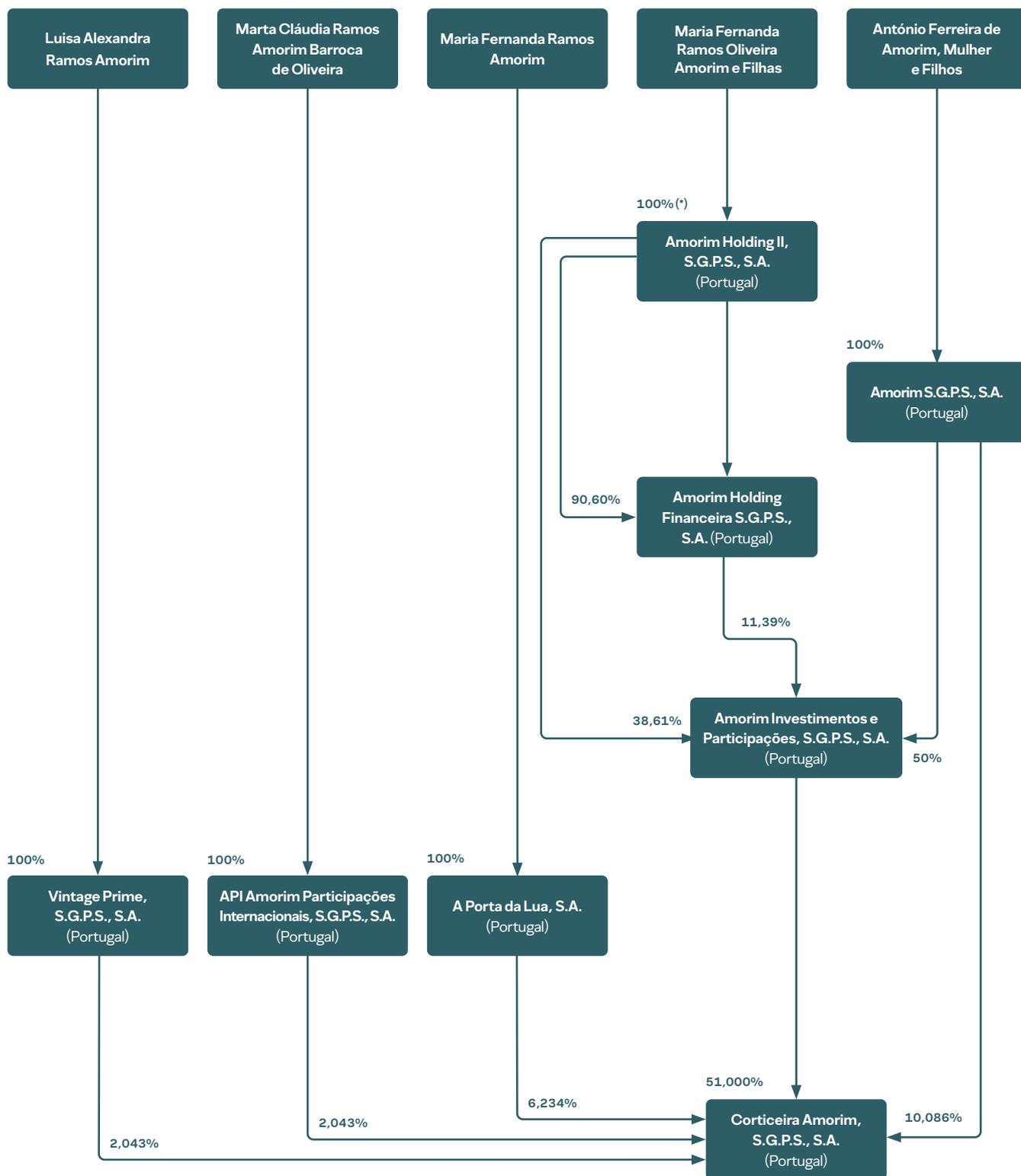
Marta Cláudia Ramos Amorim Barroca de Oliveira	N.º de ações	% Capital social com direito de voto
Diretamente	-	-
Através da acionista API – Amorim Participações Internacionais, S.A. (d)	2 717 195	2,043%
Total imputável	2 717 195	2,043%

(d) O capital social da sociedade API – Amorim Participações Internacionais, S.A. é integralmente detido por Marta Cláudia Ramos Amorim Barroca de Oliveira.

Acionista	N.º de ações	% Capital social com direito de voto
Vintage Prime – S.G.P.S., S.A. (e)		
Diretamente	2 717 195	2,043%
Total imputável	2 717 195	2,043%

Luisa Alexandra Ramos Amorim	N.º de ações	% Capital social com direito de voto
Diretamente	-	-
Através da acionista Vintage Prime – S.G.P.S., S.A. (e)	2 717 195	2,043%
Total imputável	2 717 195	2,043%

(e) O capital social da sociedade Vintage Prime – S.G.P.S., S.A. é integralmente detido por Luisa Alexandra Ramos Amorim.



(*) Detidos direta e indiretamente através das sociedades Imoeuro, S.G.P.S., S.A. e Oil Investments, B.V.

8. Indicação sobre o número de ações e obrigações detidas por membros dos órgãos de administração e de fiscalização.

a) Ações da Corticeira Amorim detidas e/ou transacionadas diretamente pelos membros do Conselho de Administração e pelos membros do Órgão de Fiscalização da Sociedade:

- i. Durante o exercício de 2021, os membros dos órgãos sociais não transacionaram qualquer título representativo do capital social da Sociedade. A 31 de dezembro de 2021, não detinham ações da Corticeira Amorim.

b) Ações da Corticeira Amorim transacionadas por sociedades nas quais os membros dos órgãos sociais da Sociedade exerçam funções de administração ou de fiscalização:

- i. Durante o exercício de 2021, não houve transações nos termos previstos nesta nota.

c) Outras alterações de titularidade direta de ações da Corticeira Amorim em sociedades nas quais os membros dos órgãos sociais da Sociedade exerçam funções de administração ou de fiscalização:

- i. No dia 1 de julho de 2021, foi deliberado o encerramento por liquidação da sociedade Great Prime, S.A. – em Liquidação, que detinha 13725157 ações representativas de 10,32% do capital social e dos direitos de voto da Corticeira Amorim, S.G.P.S., S.A. Na sequência, as referidas ações foram distribuídas, em 13 de julho de 2021, pelos acionistas da Great Prime, S.A., incluindo as seguintes sociedades nas quais membros de órgãos sociais da Corticeira Amorim, S.G.P.S., S.A. exercem funções de administração:

- a Vintage Prime – S.G.P.S., S.A. passou a deter diretamente 2717195 ações representativas de 2,043% do capital social e dos direitos de voto da Corticeira Amorim, S.G.P.S., S.A.

Luisa Alexandra Ramos Amorim, vogal do Conselho de Administração da Corticeira Amorim, S.G.P.S., S.A. detém integralmente o capital social da Vintage Prime – S.G.P.S., S.A., sociedade onde exerce o cargo de presidente do Conselho de Administração;

- a API – Amorim Participações Internacionais, S.A. passou a deter diretamente 2717195 ações representativas de 2,043% do capital social e dos direitos de voto da Corticeira Amorim, S.G.P.S., S.A.

Nuno Filipe Vilela Barroca de Oliveira, vice-presidente do Conselho de Administração da Corticeira Amorim, S.G.P.S., S.A., exerce o cargo de vogal do Conselho de Administração da API – Amorim Participações Internacionais, S.A.

d) Ações da Corticeira Amorim detidas por sociedades nas quais os membros dos órgãos sociais da Sociedade exerçam funções de administração ou fiscalização:

- i. A sociedade Amorim Investimentos e Participações, S.G.P.S., S.A. é titular de 67830000 ações representativas de 51% do capital social e dos direitos de voto da Corticeira Amorim, S.G.P.S., S.A.

António Rios de Amorim (presidente do Conselho de Administração da Corticeira Amorim), Nuno Filipe Vilela Barroca de Oliveira (vice-presidente do Conselho de Administração da Corticeira Amorim), Cristina Rios de Amorim Baptista e Luisa Alexandra Ramos Amorim (vogais do Conselho de Administração da Corticeira Amorim) são, respetivamente, vogal, vogal, vice-presidente e vogal do Conselho de Administração da Amorim Investimentos e Participações, S.G.P.S., S.A.

- ii. A sociedade Vintage Prime – S.G.P.S., S.A. é titular de 2717195 ações representativas de 2,043% do capital social e dos direitos de voto da Corticeira Amorim, S.G.P.S., S.A.

Luisa Alexandra Ramos de Amorim, vogal do Conselho de Administração da Corticeira Amorim, exerce o cargo presidente do Conselho de Administração da Vintage Prime – S.G.P.S., S.A.

- iii. A sociedade API – Amorim Participações Internacionais, S.A. é titular de 2717195 ações representativas de 2,043% do capital social e dos direitos de voto da Corticeira Amorim, S.G.P.S., S.A.

Nuno Filipe Vilela Barroca de Oliveira, vice-presidente do Conselho de Administração da Corticeira Amorim, exerce o cargo vogal do Conselho de Administração da API – Amorim Participações Internacionais, S.A.

- iv. A sociedade Amorim – Sociedade Gestora de Participações Sociais, S.A. é titular de 13414387 ações representativas de 10,086% do capital social e dos direitos de voto da Corticeira Amorim, S.G.P.S., S.A.

António Rios de Amorim e Cristina Rios de Amorim Baptista (respetivamente, presidente e vogal do Conselho de Administração da Corticeira Amorim) exercem o cargo de administradores da Amorim – Sociedade Gestora de Participações Sociais, S.A.

A titularidade registada a 31 de dezembro de 2021, referida nos pontos i., ii., iii. e vi. permanece inalterada à data da emissão deste relatório.

e) Transações de dirigentes e/ou entidades estreitamente relacionadas com dirigentes:

Para além das alterações de titularidade direta de ações da Corticeira Amorim referidas na anterior alínea c), que consubstanciam transmissão de ações por entidades estritamente relacionadas com dirigentes, nos termos descritos na referida alínea, no ano 2021, não foram realizadas outras transações de ações da Corticeira Amorim por entidades relacionadas com os seus dirigentes.

Não houve transação de instrumentos financeiros relacionados com a Corticeira Amorim, quer pelos seus dirigentes, quer pelas sociedades que dominam a Corticeira Amorim, quer pelas pessoas estritamente relacionadas com aqueles.

f) Relação dos acionistas titulares de mais de um décimo do capital social da empresa:

- i. A sociedade Amorim Investimentos e Participações, S.A. é titular de 67 830 000 ações da Corticeira Amorim, correspondentes a 51% do capital social e a 51% dos direitos de voto;
- ii. A sociedade Amorim – Sociedade Gestora de Participações Sociais, S.A. é titular de 13 414 387 ações da Corticeira Amorim, correspondentes a 10,086% do capital social e a 10,086% dos direitos de voto. A titularidade referida em i. e ii. registava-se a 31 de dezembro de 2021, mantendo-se inalterada à data da emissão deste relatório.

9. Poderes especiais do órgão de administração, nomeadamente no que respeita a deliberações de aumento do capital, com indicação, quanto a estas, da data em que lhe foram atribuídos, prazo até ao qual aquela competência pode ser exercida, limite quantitativo máximo do aumento do capital social, montante já emitido ao abrigo da atribuição de poderes e modo de concretização dos poderes atribuídos.

Compete ao Conselho de Administração da Corticeira Amorim o controlo efetivo e a orientação da atividade da Sociedade, sendo o órgão competente para a tomada de decisões de natureza estratégica (definição da estratégia e das principais políticas; organização e coordenação da estrutura empresarial; matérias de especial relevância que, pelo seu montante, risco, *timing* ou características especiais, são estratégicas para a Sociedade, sendo também o órgão onde é realizado o acompanhamento dos aspetos mais importantes e relevantes da atividade, incluindo as matérias relevantes decididas, ou simplesmente analisadas, em sede de Comissão Executiva, assim se garantindo que a totalidade dos membros do Conselho de Administração tem efetiva capacidade de conhecer as medidas adotadas na sequência de decisões tomadas por este Conselho, bem como acompanhar a respetiva operacionalização e resultados.

Tal como preconiza o Código das Sociedades Comerciais, compete ao Conselho de Administração gerir as atividades da Sociedade e deliberar sobre qualquer assunto da administração da mesma, subordinando-se às deliberações da Assembleia Geral ou às intervenções da Comissão de Auditoria, nos casos em que a lei ou os Estatutos o determinarem. No âmbito da sua competência de direção, define e assegura a implementação de mecanismos que, por sua vez, garantam que todo o Grupo Corticeira Amorim atue de forma consentânea com os seus objetivos, executando os planos estratégicos e as políticas aprovadas em Conselho de Administração.

Dessas competências constam, entre outras:

- a. Escolha do seu presidente;
- b. Cooptação de administradores;
- c. Pedido de convocação de Assembleias Gerais;
- d. Elaboração dos relatórios e contas anuais;
- e. Aquisição, alienação e oneração de bens imóveis;
- f. Prestação de cauções e garantias pessoais ou reais pela Sociedade;
- g. Abertura ou encerramento de estabelecimentos ou de partes importantes destes;
- h. Extensões ou reduções importantes da atividade da Sociedade;
- i. Modificações importantes na organização da empresa;

- j. Estabelecimento ou cessação de cooperação duradoura e importante com outras empresas;
- k. Mudança de sede;
- l. Projetos de fusão, de cisão e de transformação de Sociedade;
- m. Qualquer outro assunto sobre o qual algum administrador requiera deliberação do Conselho de Administração.

Os Estatutos da Sociedade¹ atribuem ao Conselho de Administração as seguintes competências: o exercício de todos os poderes de direção, gestão, administração e representação da Sociedade e, em especial:

- a. Transferir a sede da Sociedade para qualquer outro local permitido por lei;
- b. Criar, em qualquer parte do território nacional ou no estrangeiro, delegações, agências, sucursais, filiais, dependências, escritórios ou outras formas locais de representação da Sociedade;
- c. Adquirir, alienar e onerar, por qualquer forma, ações e títulos de dívida próprios da Sociedade e quaisquer direitos, bem como fazer sobre umas e outros as operações que forem julgadas convenientes;
- d. Adquirir, alienar, permutar e locar bens imobiliários para as finalidades admitidas na lei, bem como onerá-los;
- e. Exercer e promover o exercício dos direitos da Sociedade nas sociedades em que participe;
- f. Adquirir, alienar, permutar, locar e onerar por qualquer forma bens mobiliários;
- g. Negociar com instituições de crédito operações de financiamento, ativas ou passivas, nos termos, condições e formas que reputar convenientes;
- h. Movimentar contas bancárias, depositar e levantar dinheiros, emitir, aceitar, subscrever e endossar cheques, letras, livranças, extratos de fatura e outros títulos de crédito;
- i. Confessar, desistir ou transigir em quaisquer ações, bem como comprometer-se em arbitragem;
- j. Desempenhar as demais funções previstas neste contrato e na lei.

Nos termos do Regulamento do Conselho de Administração da Corticeira Amorim, cujo processo de formalização foi concluído em 23 de fevereiro de 2022, o Conselho de Administração é responsável pela administração e representação da Corticeira Amorim, nos termos previstos nas normas legais e estatutárias aplicáveis, competindo-lhe gerir os negócios da Sociedade e praticar todos os atos e operações relativos ao objeto social que não caibam na competência dos demais órgãos sociais, assim como estabelecer a orientação estratégica das sociedades que com esta se encontrem em relação de domínio ou de Grupo nos termos do artigo 21.º do Código dos Valores Mobiliários (o “Grupo Corticeira Amorim”), em conformidade com as normas legais aplicáveis, em particular as respeitantes aos setores de atividade em que atue cada sociedade do Grupo Corticeira Amorim. No exercício das suas competências cabe ao Conselho de Administração, nomeadamente:

- a. Definir a estratégia e aprovar as políticas gerais do Grupo Corticeira Amorim, bem como dos códigos necessários ao seu bom governo;
- b. Definir a estrutura organizacional da Sociedade e do Grupo Corticeira Amorim, designadamente a organização por *sub-holdings* das diversas Unidades de Negócio que o compõem;
- c. Dar instruções vinculantes às administrações das Unidades de Negócio, sempre que entenda útil ou necessário, designadamente, no âmbito das matérias aqui elencadas;
- d. Aprovar o plano de negócios e o plano de investimentos, anuais ou plurianuais, e acompanhar a sua execução;

- e. Aprovar as alienações de ativos e/ou direitos, os investimentos e a oneração, a efetuar pela Sociedade ou sociedades do Grupo Corticeira Amorim;
- f. Representar a Sociedade em juízo e fora dele, ativa e passivamente, podendo desistir, transigir e confessar em quaisquer pleitos e, bem assim, celebrar convenções de arbitragem;
- g. Constituir sociedades e subscrever, adquirir, onerar ou alienar participações sociais;
- h. Deliberar a contração de dívida no mercado financeiro nacional ou internacional, incluindo através da emissão de obrigações ou de quaisquer outros valores mobiliários;
- i. Deliberar que a Sociedade preste apoio técnico e financeiro às sociedades em que seja, direta ou indiretamente, titular de ações, quotas ou outras participações sociais, concedendo-lhes, nomeadamente, empréstimos e prestando garantias em seu benefício;
- j. Propor à Assembleia Geral a aquisição e a alienação de ações próprias, obrigações próprias ou outros valores mobiliários próprios, dentro dos limites fixados na lei;
- k. Aprovar os sistemas de controlo interno, de gestão de riscos e de auditoria interna da Sociedade;
- l. Deliberar sobre as matérias previstas no artigo 406º do Código das Sociedades Comerciais;
- m. Exercer as demais competências que lhe sejam atribuídas por lei, pelos Estatutos da Corticeira Amorim e pela Assembleia Geral.

O Conselho de Administração pode delegar as seguintes competências² num ou em mais de um dos seus membros ou numa Comissão Executiva, por meio de decisão registada em ata:

- a. A execução das decisões do próprio Conselho;
- b. A gestão corrente da Sociedade;
- c. A competência para determinadas matérias de administração.

Compete ao Conselho de Administração fixar os limites da delegação de competências referidas no parágrafo anterior bem como definir o regime de funcionamento da Comissão Executiva.

O Conselho de Administração não delega poderes no que respeita à definição da estratégia e das principais políticas da Sociedade; à organização e coordenação da estrutura empresarial; à decisão sobre matérias que, devido ao seu montante, risco, *timing* ou características/circunstâncias especiais, são consideradas estratégicas.

Assim, nos termos da lei, não são objeto de delegação na Comissão Executiva os seguintes poderes:

- a. De escolha do presidente da Comissão Executiva;
- b. De cooptação de administradores;
- c. De pedido de convocação de assembleias gerais da Sociedade;
- d. De aprovação de relatórios de gestão e contas anuais;
- e. De prestação de cauções e de garantias pessoais ou reais pela Sociedade;
- f. Mudança de sede e aumentos de capital, nos termos previstos nos Estatutos da Sociedade;
- g. Projetos de fusão, de cisão e de transformação da Sociedade.

Para além das matérias previstas no Código das Sociedades Comerciais, não são considerados poderes de gestão corrente da Sociedade, não sendo assim delegados na Comissão Executiva, os seguintes:

- Aprovação do plano anual de investimentos/desinvestimentos da Sociedade e das sociedades

- dominadas direta ou indiretamente pela Sociedade e de alterações de montante superior a 10 (dez) por cento do valor global do plano anual de investimentos/desinvestimentos aprovado;
- Aquisição, alienação ou oneração de bens imóveis da Sociedade e das sociedades dominadas direta ou indiretamente pela Sociedade não relacionados com as atividades operacionais prosseguidas pelas sociedades dominadas direta ou indiretamente pela Sociedade;
- Constituição ou participação, nomeadamente através da aquisição direta ou indireta de participações, em sociedades de montante superior a €2 500 000,00 (dois milhões e quinhentos mil euros);
- Aprovação e modificação dos planos estratégicos e metas anuais da Sociedade e do Grupo Corticeira Amorim;
- Aprovação e modificação das principais políticas da Sociedade e do Grupo Corticeira Amorim;
- Transações da Sociedade, ou das sociedades direta ou indiretamente dominadas pela Sociedade, com entidades relacionadas ou com quaisquer acionistas da Sociedade;
- Aprovação e modificação da estrutura organizacional da Sociedade e do Grupo Corticeira Amorim;
- Emissão de obrigações ou outros instrumentos de dívida da Sociedade;
- Celebração pelas sociedades dominadas pela Sociedade, de contratos de subordinação e contratos de Grupo paritário.

No que concerne especificamente a operações de aumento de capital, o Conselho de Administração pode, nos termos do artigo 8.º dos Estatutos da Sociedade, por resolução tomada por dois terços dos seus membros, decidir aumentar o capital social, por uma ou mais vezes, nas modalidades permitidas por lei, até ao montante de 200 milhões de euros, competindo-lhe fixar os respetivos termos e condições, bem como a forma e os prazos de subscrição e realização. No exercício em apreço, o Conselho de Administração não deliberou qualquer aumento de capital da Sociedade.

1. Os Estatutos da Sociedade preveem que, por resolução tomada por dois terços dos membros integrantes deste órgão, o Conselho de Administração possa deliberar sobre aumentos de capital, por uma ou mais vezes, nas modalidades permitidas por lei, até ao montante de 200 milhões de euros, competindo-lhe ainda deliberar sobre os respetivos termos, condições, forma e prazos de subscrição e realização.
Esta atribuição de poderes ao Conselho de Administração foi dada pela Assembleia Geral de 23 de abril de 2021, com a deliberação de alteração do artigo 8º, n.º 1, dos Estatutos; o artigo 8º, n.º 1 do Pacto Social não indica o prazo para o exercício dos poderes. O artigo 456º, n.º 1, b) do Código das Sociedades Comerciais estipula que os Estatutos devem fixar o prazo, não excedente a cinco anos, durante o qual os poderes podem ser exercidos, sendo que, na falta de indicação, o prazo é de cinco anos; o n.º 4 do mesmo artigo 456º refere que a Assembleia Geral. Em 2021 não foram emitidos aumentos de capital ao abrigo dos poderes atribuídos ao Conselho de Administração em abril de 2021.
2. Relativamente ao mandato em curso (2021-2023), o Conselho de Administração deliberou delegar competências numa Comissão Executiva, nos termos do respetivo Regulamento, disponível em: <https://www.amorim.com/pt/investidores/governo-societario/estatutos-regulamentos-e-politicas/>

10. Informação sobre a existência de relações significativas de natureza comercial entre os titulares de participações qualificadas e a sociedade.

A Sociedade não realizou qualquer negócio ou operação com titulares de participação qualificada ou entidades que com eles estejam em qualquer relação nos termos do artigo 20.º do Código de Valores Mobiliários fora das condições normais de mercado, enquadrando-se tais negócios na atividade corrente das partes contratantes. Os procedimentos aplicáveis a estas transações estão descritos nos pontos 89. a 91. deste relatório.



Anualmente, entre meados de maio e meados de agosto, homens e mulheres percorrem as florestas de sobre alentejanas passando por todos os sobreiros com a marcação que indica estarem novamente prontos para a extração da sua casca. Um processo ancestral exigente, reservado apenas a quem conhece profundamente a prática, e técnica e o *know-how* que permitem executar o especializado trabalho sem ferir a árvore.

B – ÓRGÃOS SOCIAIS E COMISSÕES

A Corticeira Amorim é a *holding* de um Grupo económico com sede em Portugal, solidamente implantado internacionalmente, através de sociedades subsidiárias, participadas e *joint ventures*. O vastíssimo portefólio de produtos e soluções que continuamente desenvolve responde a mercados e consumidores diversos.

Respondendo aos desafios que decorrem deste enquadramento, o governo da Corticeira Amorim preconiza uma política de diversidade na composição dos seus órgãos sociais e comissões internas especializadas, em particular do Conselho de Administração e do Comissão de Auditoria, como forma de:

- Promover a diversidade na composição do respetivo órgão;
- Potenciar o desempenho de cada membro e, no conjunto, de cada órgão;
- Estimular análises abrangentes, equilibradas e inovadoras; e, consequentemente, permitir processos de decisão e de controlo fundamentados e ágeis;
- Contribuir para o incremento da inovação e autorrenovação da Sociedade, para o seu desenvolvimento sustentável e criação de valor para os acionistas e demais *stakeholders* no longo prazo.

A Corticeira Amorim reconhece, pois, a necessidade de promover continuamente a diversidade nos seus órgãos sociais e demais dirigentes, em particular no Conselho de Administração e na Comissão de Auditoria, nomeadamente nos seguintes aspetos:

- Habilitações académicas adequadas e experiência profissional relevante para o exercício do cargo societário específico e que, no conjunto do respetivo órgão social, permitam reunir as competências necessárias ao cabal desempenho das funções desse mesmo órgão;
- Inclusão de membros de faixas etárias diferentes, combinando o saber e a experiência de membros mais seniores com a inovação e a criatividade de membros mais jovens, por forma a permitir ao respetivo órgão orientar-se para uma visão inovadora do negócio e uma gestão prudente dos riscos;
- Promoção da diversidade de género e, consequentemente, um adequado balanceamento de sensibilidades e de estilo de tomada de decisão dentro do respetivo órgão.

No que concerne ao Conselho de Administração e à Comissão de Auditoria, verifica-se a observância da política tal como evidenciado nos pontos 19. (Conselho de Administração) e 33. (Comissão de Auditoria) deste relatório. Em particular, destaca-se que, o Conselho de Administração integra 40% pessoas do género sub-representado (feminino) e que a Comissão de Auditoria tem uma composição paritária em termos de género.

Conforme detalhado no ponto 15. deste relatório, a Sociedade adota o modelo de governação anglo-saxónico, que preconiza a existência de um conselho de administração que inclui uma comissão de auditoria, isto é, integrando no mesmo órgão a administração e o controlo, mantendo-se dois níveis de fiscalização: a exercida pela comissão de auditoria (supervisão) e a exercida pelo revisor oficial de contas (financeira).

I. ASSEMBLEIA GERAL

a) Composição da Mesa da Assembleia Geral

11. Identificação e cargo dos membros da mesa da assembleia geral e respetivo mandato (início e fim).

A Mesa da Assembleia Geral é constituída por um presidente e um secretário, cargos ocupados por:

Presidente: Paulo de Tarso da Cruz Domingues

Secretário: Rui Paulo Cardinal Carvalho

Início do primeiro mandato: 26 de junho de 2020

Data do termo do mandato em curso (2021-2023): 31 de dezembro de 2023, mantendo-se em funções até nova eleição nos termos legais.

Qualificações profissionais e outros elementos curriculares relevantes nos membros da Mesa da Assembleia Geral:

Paulo de Tarso da Cruz Domingues (presidente)

Licenciado pela Faculdade de Direito da Universidade Católica Portuguesa (Porto), em 1987; mestre em Direito, pela Faculdade de Direito da Universidade de Coimbra, na área de Ciências Jurídico-Empresariais, com a tese *Do Capital Social – Noção, Princípios e Funções*, em 1997; doutor em Direito pela Faculdade de Direito da Universidade do Porto, em Ciências Jurídico-Civilísticas (na área de Direito Comercial), com a tese *Variações sobre o Capital Social*, em 2009.

Professor associado na Faculdade de Direito da Universidade do Porto, onde leciona a disciplina de Direito Comercial, desde 1998; diretor e presidente do Conselho Científico da Faculdade de Direito da Universidade do Porto, desde fevereiro de 2019. Professor convidado/visitante em diversas universidades portuguesas e estrangeiras. Participação em diversas palestras, conferências, seminários, cursos de pós-graduação e cursos de mestrado, essencialmente na área do Direito das Sociedades. Orientação e arguição de diversas teses de mestrado e doutoramento, em diferentes faculdades. Presidente da Associação Direito das Sociedades em Revista. Membro do IDET – Instituto do Direito das Empresas e do Trabalho, da Faculdade de Direito da Universidade de Coimbra; membro do CIJE – Centro de Investigação Jurídico Económica, da Faculdade de Direito da Universidade do Porto; membro da comissão de redação da revista *Direito das Sociedades em Revista*; membro da comissão de redação da revista *RED – Revista Eletrónica de Direito*; membro do conselho editorial da Revista *Ab Instantia*, da responsabilidade do IAB – Instituto do Conhecimento da Abreu Advogados e editada pela Almedina; membro do conselho editorial da RJLB – Revista Jurídica Luso-Brasileira; membro da APA – Associação Portuguesa de Arbitragem.

Tem mais de 80 publicações e artigos, especialmente sobre Direito Societário, destacando-se, entre outros, a sua colaboração no manual *Estudos de Direito das Sociedades*, de autores vários (coordenação de Coutinho de Abreu 13.ª edição, Almedina, Coimbra, 2017), e no Código das Sociedades em *Comentário* (vols. I – VII, Almedina, 2010-2017).

Árbitro e jurisconsulto. Atualmente, é também presidente da Mesa da Assembleia Geral das seguintes sociedades: Abreu & Associados – Sociedade de Advogados, RL e Coimbra Aparthotel, S.A.

Género: Masculino • Idade: 57

Rui Paulo Cardinal Carvalho (secretário)

Licenciado em Direito pela Faculdade de Direito da Universidade de Coimbra. É advogado associado na Abreu Advogados desde 2019. Participa, como secretário, em diversos processos arbitrais. Género: Masculino • Idade: 28

b) Exercício do direito de voto

12. Eventuais restrições em matéria de direito de voto, tais como limitações ao exercício do voto dependente da titularidade de um número ou percentagem de ações, prazos impostos para o exercício do direito de voto ou sistemas de destaque de direitos de conteúdo patrimonial.

Não existem regras estatutárias que prevejam a existência de ações que não confirmem o direito de voto ou que estabeleçam que não sejam contados direitos de voto acima de certo número, quando emitidos por um só acionista ou por acionistas com ele relacionados. Os Estatutos não preveem mecanismos que visem provocar um desfazamento entre o direito ao recebimento de dividendos ou à subscrição de novos valores mobiliários e o direito de voto de cada ação ordinária.

A cada ação corresponde um voto, sendo o número total de ações de cento e trinta e três milhões.

Tem direito a participar na Assembleia Geral e aí discutir e votar quem, na data de registo, correspondente às 0 horas (GMT) do 5º dia de negociação anterior ao da realização da Assembleia, for titular de ações que lhe confirmem, segundo a lei o contrato de Sociedade, pelo menos um voto. Caso a sessão seja suspensa, a sessão da Assembleia Geral que vier a ser convocada será constituída pelos acionistas que, com idêntica antecedência, façam idêntica prova.

Os Estatutos da Sociedade consagram a possibilidade de emissão de voto por correspondência, rececionado na Sociedade até ao terceiro dia útil anterior ao da Assembleia Geral. Os votos transmitidos por correspondência valem como votos negativos relativamente a propostas apresentadas posteriormente à data em que esses votos tenham sido emitidos. A presença do acionista na Assembleia Geral revoga o voto por este dado por correspondência.

Os Estatutos da Corticeira Amorim preveem a admissibilidade do voto por meios eletrónicos desde que se encontrem reunidas as condições técnicas que permitam assegurar a verificação da autenticidade das declarações de voto e garantir a integridade e a confidencialidade do seu conteúdo. O voto transmitido por meios eletrónicos deve ser rececionado na Sociedade até ao terceiro dia útil anterior ao da Assembleia Geral, ficando este último sujeito à verificação pelo presidente da Mesa da Assembleia Geral, previamente à convocação da Assembleia Geral, da existência de meios técnicos e de comunicação que garantam a segurança e a fiabilidade do voto emitido. Caso o presidente da Mesa conclua que se encontram reunidos os requisitos técnicos para o exercício do voto por meios eletrónicos, incluirá tal informação no Aviso Convocatório – o que não se verificou durante o ano 2021. Os votos transmitidos por meios eletrónicos valem como votos negativos relativamente a propostas apresentadas posteriormente à data em que esses votos tenham sido emitidos. A presença do acionista na Assembleia Geral revoga o voto por este dado por correspondência ou por meio eletrónico.

Tendo em conta a crise sanitária vivida em todo o mundo, a Corticeira Amorim implementou um conjunto alargado de medidas para proteger e salvaguardar a saúde e bem-estar dos seus *stakeholders*, incluindo dos seus acionistas e membros dos órgãos sociais. Assim, acompanhando também as recomendações emitidas pela CMVM, a Corticeira Amorim decidiu, dado não existir qualquer disposição estatutária que o proibisse, realizar a Assembleia Geral de Acionistas de 23 de abril de 2021 exclusivamente por meios telemáticos, nos termos do preceituado no artigo 377.º, n.º 6, alínea b) do Código das Sociedades Comerciais, sendo o direito de voto exercido por correspondência eletrónica prévia, nos termos do artigo 384.º, n.ºs 8 e 9 do Código das Sociedades Comerciais e do artigo 22.º do Código dos Valores Mobiliários. No final do ano, tendo em conta a evolução francamente positiva da situação pandémica, a Corticeira Amorim decidiu realizar a Assembleia Geral Extraordinária de Acionistas de 3 de dezembro de 2021 em modo presencial, na sua sede social, salvaguardando todas as medidas e procedimentos necessários a que a mesma se realizasse com segurança para todos os participantes, podendo o direito de voto ser exercido por correspondência eletrónica, nos termos do artigo 384.º, n.ºs 8 e 9 do Código das Sociedades Comerciais e do artigo 22.º do Código dos Valores Mobiliários.

A Corticeira Amorim disponibiliza aos acionistas, na sua sede social (Rua Comendador Américo Ferreira Amorim, n.º 380 – 4535-186 Mozelos) e no sítio de Internet (www.corticeiraamorim.com), um modelo para o exercício do direito de voto por correspondência. A solicitação do acionista, a Sociedade poderá ainda facultar tal documento por *e-mail*.

13. Indicação da percentagem máxima dos direitos de voto que podem ser exercidos por um único acionista ou por acionistas que com aquele se encontrem em alguma das relações do n.º 1 do artigo 20.º.

Os Estatutos não preveem qualquer limitação do número de votos que podem ser detidos ou exercidos por um único acionista, individualmente ou em concertação com outros acionistas.

14. Identificação das deliberações acionistas que, por imposição estatutária, só podem ser tomadas com maioria qualificada, para além das legalmente previstas, e indicação dessas maiorias.

Os Estatutos da Sociedade consagram requisitos específicos relativamente a quóruns constitutivos/deliberativos para as seguintes situações:

- a. Iguais aos da lei geral:
 - Destituição do membro do Conselho de Administração eleito ao abrigo das regras especiais do artigo 392.º do Código das Sociedades Comerciais – a destituição não produzirá os seus efeitos caso, contra a deliberação de destituição tomada independentemente da invocação de justa causa que a justifique, tenham votado acionistas que representem, pelo menos, 20% do capital social;
- b. Superiores aos da lei geral:
 - Limitação ou supressão do direito de preferência nos aumentos de capital – necessidade da presença na Assembleia Geral de acionistas que representem, pelo menos, 50% do capital social realizado;
 - Exercício do direito de voto – a necessidade de possuir pelo menos uma ação com a antecedência mínima de cinco dias úteis sobre a data designada para a Assembleia Geral;

- Para que a Assembleia Geral convocada a requerimento de acionistas possa deliberar – a necessidade da presença de acionistas detentores de ações que totalizem, no mínimo, o valor exigido por lei para legitimar o pedido de convocação da reunião;
- Alteração da composição do Conselho de Administração – a necessidade de deliberação por maioria de acionistas correspondente a dois terços do capital social;
- Dissolução da Sociedade – a necessidade de deliberação de acionistas que detenham ações correspondentes a, pelo menos, 85% do capital social realizado.

II. ADMINISTRAÇÃO E SUPERVISÃO

a) Composição

15. Identificação do modelo de governo adotado.

No seguimento de uma ampla reflexão sobre o modelo de governo da Corticeira Amorim, e considerando a evolução da estrutura acionista, atualmente mais internacional, da Sociedade, e várias alterações organizativas que foram sendo implementadas ao longo dos anos (nomeadamente através da estruturação da atividade em diferentes Unidades de Negócios, dirigidas por equipas executivas profissionais e independentes), o Conselho de Administração entendeu oportuno propor à Assembleia Geral a adoção pela Corticeira Amorim do modelo de governo societário de referência das melhores práticas internacionais, mais moderno, participado e por isso adequado ao continuado desenvolvimento da Sociedade e aos desafios que enfrentará no futuro.

Assim, na reunião da Assembleia Geral de Acionistas, realizada em 23 de abril de 2021, sob proposta do Conselho de Administração, foi aprovada a adoção do modelo de governo societário anglo-saxónico – com um Conselho de Administração alargado, que inclui uma Comissão de Auditoria, no atual mandato, composta integralmente por membros independentes, bem como uma dupla fiscalização, pela Comissão de Auditoria (fiscalização/supervisão) e pelo Revisor Oficial de Contas (fiscalização financeira).

Na opinião do Conselho de Administração, este novo modelo, plenamente implementado, promove efetivamente:

- Maior agilidade, maior proximidade e melhor acompanhamento e assim também maior eficácia e eficiência da Sociedade e do exercício das funções de administração e fiscalização interna da mesma e, fruto da integração da Comissão de Auditoria no Conselho de Administração;
- Maior diversidade (formação académica, competências, género, idades, experiências profissionais) no Conselho de Administração e, sobretudo, visões independentes com capacidade para apreciar o negócio por novos prismas, contribuindo para a criação de valor e para a sustentabilidade da Corticeira Amorim.

Adicionalmente, foram constituídas comissões internas especializadas, presididas por um administrador independente e compostas maioritariamente por membros de órgãos da Sociedade, às quais se atribuíram funções de âmbito societário: a Comissão de Riscos, a Comissão de ESG (*Environmental, Social & Governance*) e a Comissão de Nomeações, Avaliação e Remunerações.

Entende o Conselho de Administração que a adoção deste novo modelo de governo na Corticeira Amorim potencia o seu crescimento e a sua rentabilidade no longo prazo, em harmonia e em confluência com os interesses de longo prazo de todos os seus *stakeholders*.

É, pois, convicção do Conselho de Administração de que, ponderando a situação específica da Corticeira Amorim, o modelo de governo adotado é adequado, na medida em que:

- Consubstancia uma estrutura de regras societárias e de boas práticas, propiciadoras, respetivamente, de maior transparência e de elevados níveis de profissionalismo e competência;
- Promove a diversidade na composição dos órgãos sociais, potenciando o desempenho de cada membro e, no conjunto, de cada órgão;
- Permite processos de decisão e de controlo fundamentados e ágeis;
- Incentiva a participação dos acionistas na vida da Sociedade;
- Fomenta a eficiência e a competitividade da Corticeira Amorim;
- Contribui para o incremento da inovação e da autorrenovação da Sociedade, para seu o desenvolvimento sustentável e para a criação de valor para os acionistas e demais *stakeholders* no longo prazo.

A Corticeira Amorim promove a reflexão interna sobre as estruturas e práticas de governo societário adotadas, comparando o seu grau de eficiência com eventuais mais-valias de implementação de outras práticas e/ou medidas preconizadas quer pelo Código do Governo Societário do Instituto Português de Corporate Governance (IPCG), que toma por referência, quer por outros organismos.

Em sede de Comissão Executiva, este é um tema analisado juntamente com as questões do desenvolvimento orgânico da Corticeira Amorim. A reflexão sobre a estrutura societária propriamente dita é realizada quer em Comissão Executiva, quer em Conselho de Administração que, nesta matéria, é assessorado pela Comissão de ESG (*Environmental, Social & Governance*).

16. Regras estatutárias sobre requisitos procedimentais e materiais aplicáveis à nomeação e substituição dos membros do Conselho de Administração.

As regras aplicáveis à **designação e substituição** dos membros do órgão de administração são as previstas na Lei com as seguintes especificidades previstas nos Estatutos da Sociedade:

A eleição é realizada em listas, com especificação do cargo que competir a cada membro, sendo a votação feita em duas fases:

Primeira: procede-se à eleição isolada de um administrador entre pessoas propostas em listas subscritas por Grupos de acionistas que reúnam entre 10% e 20% do capital social. Cada lista deve propor pelo menos duas pessoas elegíveis por cada um dos cargos a preencher, não podendo o mesmo acionista subscrever mais de uma das listas. Se, nesta eleição isolada, forem apresentadas listas por mais de um Grupo de acionistas, a votação incidirá primeiro sobre o conjunto das listas, e, depois, sobre as pessoas indicadas na lista vencedora. As listas podem ser apresentadas até ao início da discussão, na Assembleia Geral, do ponto da ordem de trabalhos relativo à eleição dos membros do Conselho de Administração;

Segunda: a Assembleia Geral procede à eleição dos demais administradores, podendo participar na respetiva deliberação todos os acionistas presentes, tenham ou não subscrito ou votado qualquer das listas da primeira fase. A Assembleia Geral não pode proceder à eleição dos restantes administradores enquanto não tiver sido eleita uma das pessoas propostas nas listas da primeira fase, salvo se não tiver sido proposta qualquer lista.

O mandato dos membros do Conselho de Administração dura por três anos civis. Findo o mandato, os acionistas procedem obrigatoriamente à eleição dos membros do Conselho de Administração, que podem ser reeleitos uma ou mais vezes.

A Assembleia Geral Anual, aquando da votação do relatório de gestão, das contas do exercício e da aplicação dos resultados, pode deliberar a destituição dos membros do Conselho de Administração, sem que haja lugar ao pagamento de qualquer indemnização ou compensação aos administradores assim destituídos, independentemente de, para justificação de tal destituição, ter ou não sido invocada justa causa. No entanto, este mecanismo não produzirá os seus efeitos quanto ao membro do Conselho de Administração eleito ao abrigo das regras especiais de eleição descritas na primeira fase acima descrita, caso, contra a deliberação de destituição tomada independentemente da invocação de justa causa que a justifique, tenham votado acionistas que representem, pelo menos, 20% do capital social.

Faltando definitivamente um administrador, e não havendo suplentes, deve proceder-se à sua substituição por cooptação, salvo se os administradores em exercício não forem em número suficiente para o conselho poder funcionar. Não havendo cooptação dentro de 60 dias a contar da falta, a Comissão de Auditoria designa o substituto. A cooptação e a designação pela Comissão de Auditoria devem ser submetidas a ratificação na primeira Assembleia Geral seguinte.

Faltando o administrador eleito ao abrigo das regras especiais da primeira fase, e não havendo suplente respetivo, procede-se a nova eleição, à qual se aplicam, com as necessárias adaptações, as regras especiais da primeira fase.

A designação e a substituição dos membros do Conselho de Administração e da Comissão de Auditoria têm também em conta a Política de Promoção da Diversidade dos Órgãos Sociais da Sociedade (disponível para consulta em: <https://www.amorim.com/pt/investidores/governo-societario/orgaos-sociais/>) transcrita no comentário à Recomendação I.2.1. deste relatório visando os objetivos aí referidos. A efetiva diversidade na sua composição (de idade, género, habilitações e antecedentes profissionais) encontra-se detalhada no ponto 19. deste relatório.

17. Composição do Conselho de Administração, com indicação do número estatutário mínimo e máximo de membros, duração estatutária do mandato, número de membros efetivos, data da primeira designação e data do termo de mandato de cada membro.

De acordo com os Estatutos da Sociedade, a administração da Sociedade é exercida por um Conselho de Administração (que compreende uma Comissão de Auditoria) composto por um presidente, um vice-presidente e um a nove vogais. No mandato em curso (2021-2023), o Conselho de Administração é composto por um presidente, um vice-presidente e oito vogais, todos efetivos. A duração estatutária do mandato do Conselho de Administração é de três anos civis³.

Composição do Conselho de Administração (dez membros efetivos):

Presidente: António Rios de Amorim

Data da primeira designação para o Conselho de Administração: 29 de março de 1990
Data da primeira designação para presidente do Conselho de Administração: 31 de março de 2001
Data do termo do mandato em curso (2021-2023): 31 de dezembro de 2023, mantendo-se em funções até nova eleição nos termos legais.

Vice-presidente: Nuno Filipe Vilela Barroca de Oliveira

Data da primeira designação para o Conselho de Administração: 28 de março de 2003
Data do termo do mandato em curso (2021-2023): 31 de dezembro de 2023, mantendo-se em funções até nova eleição nos termos legais.

Vogal: Fernando José de Araújo dos Santos Almeida

Data da primeira designação para o Conselho de Administração: 31 de julho de 2009
Data do termo do mandato em curso (2021-2023): 31 de dezembro de 2023, mantendo-se em funções até nova eleição nos termos legais.

Vogal: Cristina Rios de Amorim Baptista

Data da primeira designação para o Conselho de Administração: 20 de julho de 2012
Data do termo do mandato em curso (2021-2023): 31 de dezembro de 2023, mantendo-se em funções até nova eleição nos termos legais.

Vogal: Luisa Alexandra Ramos Amorim

Data da primeira designação para o Conselho de Administração: 28 de março de 2003
Foi eleita para Vogal do Conselho de Administração na Assembleia Geral de acionistas realizada em 4 de abril de 2013
Data do termo do mandato em curso (2021-2023): 31 de dezembro de 2023, mantendo-se em funções até nova eleição nos termos legais.

Vogal: Juan Ginesta Viñas

Data da primeira designação para o Conselho de Administração: 20 de julho de 2012
Data do termo do mandato em curso (2021-2023): 31 de dezembro de 2023, mantendo-se em funções até nova eleição nos termos legais.

Vogal: José Pereira Alves

Data da primeira designação para o Conselho de Administração: 23 de abril de 2021
Data do termo do mandato em curso (2021-2023): 31 de dezembro de 2023, mantendo-se em funções até nova eleição nos termos legais.

Vogal: Marta Parreira Coelho Pinto Ribeiro

Data da primeira designação para o Conselho de Administração: 23 de abril de 2021
Data do termo do mandato em curso (2021-2023): 31 de dezembro de 2023, mantendo-se em funções até nova eleição nos termos legais.

Vogal: Maria Cristina Galhardo Vilão

Data da primeira designação para o Conselho de Administração: 23 de abril de 2021

Data do termo do mandato em curso (2021-2023): 31 de dezembro de 2023, mantendo-se em funções até nova eleição nos termos legais.

Vogal: António Lopes Seabra

Data da primeira designação para o Conselho de Administração: 23 de abril de 2021

Data do termo do mandato em curso (2021-2023): 31 de dezembro de 2023, mantendo-se em funções até nova eleição nos termos legais.

3. A Assembleia Geral Anual, aquando da votação do relatório de gestão, das contas do exercício e da aplicação dos resultados, pode deliberar a destituição dos membros do Conselho de Administração, sem que haja lugar ao pagamento de qualquer indemnização ou compensação aos administradores assim destituídos, independentemente de, para justificação de tal destituição, ter ou não sido invocada justa causa. No entanto, este mecanismo não produzirá os seus efeitos quanto ao membro do Conselho de Administração eleito ao abrigo das regras especiais de eleição descritas na primeira fase acima, caso, contra a deliberação de destituição tomada independentemente da invocação de justa causa que a justifique, tenham votado acionistas que representem, pelo menos, 20% do capital social.

18. Distinção dos membros executivos e não executivos do Conselho de Administração e, relativamente aos membros não executivos, identificação dos membros que podem ser considerados independentes.

Considerando a composição do Conselho de Administração da Corticeira Amorim referida no ponto anterior (dez membros efetivos), este órgão delegou a administração executiva numa Comissão Executiva composta por quatro membros:

Membros executivos:

Presidente:	António Rios de Amorim
Vice-presidente:	Nuno Filipe Vilela Barroca de Oliveira
Vogal:	Fernando José de Araújo dos Santos Almeida
Vogal:	Cristina Rios de Amorim Baptista

Membros não executivos:

Vogal:	Luisa Alexandra Ramos Amorim
Vogal:	Juan Ginesta Viñas
Vogal:	José Pereira Alves (Independent Lead Director)
Vogal:	Marta Parreira Coelho Pinto Ribeiro (Independente)
Vogal:	Maria Cristina Galhardo Vilão (Independente)
Vogal:	António Lopes Seabra (Independente)

Considera o Conselho de Administração que a referida delegação de poderes preconiza o interesse da Sociedade, nomeadamente a agilidade na sua tomada de decisão, mantendo um número de membros não executivos (seis, representando 60% do Conselho de Administração) e de membros independentes (quatro, representando 40% do Conselho de Administração e 66,7% dos membros não executivos) que considera adequado às funções que exercem e à dimensão da Sociedade.

A dimensão, as competências reunidas e a diversidade na composição do Conselho de Administração, conjugadas com a disponibilidade de todos os membros, que se reflete também na assiduidade (pontos 23. e 29.), são adequadas à dimensão da Sociedade e à complexidade dos riscos inerentes à sua atividade, assegurando o exercício cabal, eficiente e diligente das funções que estão cometidas a este órgão e a cada um dos seus membros, sejam executivos ou não executivos.

19. Qualificações profissionais e outros elementos curriculares relevantes de cada um dos membros do Conselho de Administração.

António Rios de Amorim Presidente do Conselho de Administração e da Comissão Executiva

Degree of Commerce pela Faculty of Commerce and Social Sciences da Universidade de Birmingham (1989) e, complementarmente, frequência do *Executive Program in Business Administration: Managing the Enterprise* da Columbia University Graduate School of Business (1992), do *Managerial Skills for International Business* do INSEAD (2001) e do *Executive Program in Strategy and Organization* da Graduate School of Business Stanford University (2007). Foi administrador-delegado da Amorim & Irmãos (1996-2001), administrador da Sociedade Figueira Praia (1993-2006), responsável operacional da Amorim – Empreendimentos Imobiliários – promotora dos projetos Torres de Lisboa e Arrábida Shopping (1993-1995), administrador Executivo da Amorim Hotéis, S.A., com responsabilidade no desenvolvimento das cadeias Ibis e Novotel em Portugal. Foi associado da European Round Table of Industrialists – único Grupo empresarial português a integrar esta associação (1991-1995). Foi ainda presidente da Associação Portuguesa da Cortiça (2002-2012) e da Confédération Européenne du Liège (desde 2003). Em fevereiro de 2006, foi distinguido, por Sua Excelência o Senhor Presidente da República, com a Comenda de Grande-Oficial da Ordem de Mérito Agrícola, Comercial e Industrial. Em 2018, foi distinguido pela EY como *Entrepreneur of the Year – Portugal*. Integra órgãos consultivos de associações empresariais e de centros de saber: COTEC Portugal (Conselho Geral), ATEC – Associação de Formação para a Indústria (Conselho Consultivo), Faculdade de Economia e Gestão da Universidade Católica Portuguesa (Conselho Consultivo), IB-S – Instituto de Ciência e Inovação para a Bio-Sustentabilidade da Universidade do Minho (Conselho Estratégico) e da Associação das Empresas Familiares (vice-presidente do Conselho Superior). Integra também, em representação da Corticeira Amorim, a Associação Business Roundtable Portugal. É, desde 2014, cônsul honorário da República da Bulgária em Santa Maria da Feira, com jurisdição nos distritos do Porto, Aveiro e Braga. Nacionalidade: Portuguesa • Género: Masculino • Idade: 54 anos

Nuno Filipe Vilela Barroca de Oliveira Vice-presidente do Conselho de Administração e membro da Comissão Executiva

Licenciado em Administração e Gestão de Empresas pela Universidade Católica Portuguesa. Tem experiência profissional na área dos seguros (Ocidental Seguros, 1993), de *assets investment* (Merril Lynch, 1995) e de banca privada (Banco Comercial Português, 1996), especializado em Análise Financeira e Investimento Privado. Administrador não executivo da Corticeira Amorim, desde março de 2003 até setembro de 2005, passou a exercer funções executivas a partir desta data; atualmente é vice-presidente do Conselho de Administração.

É administrador não executivo de diversas empresas do Grupo Amorim (a partir de 2000). Foi administrador executivo da Barrancarnes (2000-2005). É cônsul honorário da Noruega no Porto. Nacionalidade: Portuguesa • Género: Masculino • Idade: 51 anos

Fernando José de Araújo dos Santos Almeida
Vogal do Conselho de Administração e membro da Comissão Executiva

Licenciado em Economia pela Faculdade de Economia da Universidade do Porto (1983/1984). Especialização profissional e formação complementar nas áreas de *Balance Scorecard*, Gestão Estratégica, Controlo de Gestão, Avaliação de *Performance* e Sistemas de Suporte à Decisão. Em 1991 iniciou a sua atividade na Corticeira Amorim, desempenhando diversas funções em várias sociedades do Grupo. Em 2002 assumiu o cargo de Diretor de Desenvolvimento Organizativo e Planeamento e Controlo de Gestão da Corticeira Amorim. É, desde 2009, administrador da Corticeira Amorim. Intervém regularmente como orador convidado nos cursos de especialização e pós-graduação em Controlo de Gestão do Overgest (ISCTE – Lisboa) e em sessões de apresentação a experiência da Corticeira Amorim na implementação do *Balanced Scorecard*. Nacionalidade: Portuguesa • Género: Masculino • Idade: 60 anos

Cristina Rios de Amorim Baptista
Vogal do Conselho de Administração e membro da Comissão Executiva

Licenciada em Economia pela Faculdade de Economia da Universidade do Porto em 1991, tendo concluído o MBA em *International Banking and Finance* da Universidade de Birmingham (Reino Unido) em 1992. Em 2001 realizou uma pós-graduação em Gestão Internacional na Universidade Católica Portuguesa. Iniciou a atividade profissional em 1992, exercendo funções em instituições internacionais como a S. G. Warburg España (*Corporate Finance*) em Madrid (1992), a N. M. Rothschild & Sons Limited (*Corporate Finance*) em Londres (1993), a Rothschild Asset Management Limited (Gestão de Ativos) em Londres (1993) e a Soserfin, S.A. (área de Direção de Estudos Económicos e de Research) em 1994. Exerceu o cargo de vogal do Conselho de Administração da Fundação Casa da Música (de 2006 a março de 2013) e da Fundação AEP (de 2009 a abril de 2013). Integrou os quadros do Grupo Amorim em 1994, sendo atualmente vice-presidente e CFO do Grupo. Em 1997 assumiu o cargo de Representante para as Relações com o Mercado (IRO) da Corticeira Amorim, S.G.P.S., S.A.. (cargo ocupado até final de 2017), tendo sido *Best Investor Relations Officer* nos IRG Awards 2016 (Deloitte). Em julho de 2012, assumiu o cargo de vogal do Conselho de Administração da Corticeira Amorim. Exerce, desde 2017 o cargo de vogal não executivo do Conselho de Administração do Banco BPI, S.A. Integra também a Comissão de Riscos do Banco (2017-2020: vogal; desde dezembro de 2020: presidente) e a Comissão de Nomeações, Avaliações e Remunerações (desde dezembro de 2020: vogal). É, desde 2014, membro do Conselho Geral da AEM – Associação das Empresas Emitentes de Valores Cotados em Mercado; e, desde 2016, membro da Direção do BCSD Portugal – Conselho Empresarial para o Desenvolvimento Sustentável. Nacionalidade: Portuguesa • Género: Feminino • Idade: 53 anos

Luisa Alexandra Ramos Amorim
Vogal do Conselho de administração

Licenciada em Marketing pelo ISAG e Hotelaria pela EHTE e EHTP, completando diversas áreas de formação em Hotelaria pelo Centre International de Glion, em *Marketing* pela UCI Communication – Estados Unidos e Gestão na EGP Porto. Administradora da Amorim – Investimentos e Participações (desde 2002), da Quinta Nova – Nossa Senhora do Carmo (desde 2006), da Amorim Negócios Internacionais (desde 2016) e, mais recentemente, da Taboadella (desde 2018). Foi diretora executiva da Natureza, S.G.P.S. (2002-2006), diretora de *marketing* da J. W. Burmester (2000-2002) e membro da Direção Hoteleira na Amorim Hotéis e Serviços e na Sociedade Figueira Praia (1996-1997), altura em que iniciou funções no Grupo Amorim. Desempenhou funções no âmbito de consultadoria de gestão na Deloitte & Touche, Porto (1998-2000). Além da atividade empresarial é fundadora e presidente da Associação Bagos d’Ouro (desde 2010), membro da Direção da ACIBEV (desde 2020) e membro do Conselho Geral da Universidade Nova de Lisboa (desde 2018). Exerceu o cargo de vogal do Conselho de Administração da Fundação Museu do Douro (2006-2011). É cônsul honorária da Hungria no Porto. Nacionalidade: Portuguesa • Género: Feminino • Idade: 48 anos

Juan Ginesta Viñas
Vogal do Conselho de Administração

Contando com uma vasta e ampla experiência profissional na área empresarial, desempenhou funções relevantes nas sociedades International Harvester (diretor comercial), DEMAG EO (diretor comercial), Hunter Douglas (diretor geral e responsável pelas unidades industriais do Brasil, da Argentina e do Chile) e Torras Domenech (administrador-delegado e presidente), entre outras. É administrador da sociedade Trefinos, SL desde 1996. Nacionalidade: Espanhola • Género: Masculino • Idade: 80 anos

José Pereira Alves:
Vogal do Conselho de Administração, presidente da Comissão de Auditoria e lead independent Director

Licenciado em Economia pela Faculdade de Economia da Universidade do Porto. Iniciou a atividade profissional em 1984 como técnico de auditoria na firma internacional de auditoria Coopers & Lybrand. Em 1990, após exame de qualificação profissional, é revisor oficial de contas. Em 1993 torna-se sócio da sociedade de Revisores Oficiais de Contas Bernardes, Sismeiro & Associados, SROC. A 1 de Janeiro de 1994, assume o cargo de sócio da PricewaterhouseCoopers (PwC), tendo sido responsável, ao longo de mais de 22 anos, pela coordenação de trabalhos de auditoria e revisão de contas de vários Grupos, nomeadamente, Amorim, RAR, Salvador Caetano, Nors, Ibersol, TAP, CTT, Semapa e Jerónimo Martins, entre outros. Integrou, entre 2001 e 2015, por diversas vezes, o Territory Leadership Team, órgão de gestão da PwC em Portugal, tendo, entre 1 de julho de 2011 e 30 de junho de 2015, assumido a liderança da firma em Portugal, enquanto *territory senior partner* (presidente). Em 30 de junho de 2016 deixou de ser sócio da PwC Portugal. É presidente do Conselho Fiscal da SFS – Gestão de Fundos, S.G.O.I.C., S.A., presidente do Conselho Fiscal da The Fladgate Partnership, S.A., presidente do Conselho Fiscal da Galp Energia, S.G.P.S., S.A. e presidente do Conselho Fiscal da NOS, S.G.P.S., S.A. Nacionalidade: Portuguesa • Género: Masculino Idade: 60 anos • Independente

Marta Parreira Coelho Pinto Ribeiro
Vogal do Conselho de Administração e vogal
da Comissão de Auditoria

Licenciada em Economia e mestre em Economia pela Faculdade de Economia da Universidade do Porto e doutorada em Economia (especialidade de Economia Comportamental) pela London School of Economics and Political Science (LSE) em 2004. Desde 2004, é membro do staff da LSE. Entre 2004 e 2014, foi responsável pela disciplina de Negociação e tornou-a numa disciplina de referência na LSE. Desde 2017, é membro do *staff* da Universidade de Oxford, Said Business School, no curso de Negociação para executivos. Neste curso desempenha funções letivas e também de *coaching* de executivos. Em termos de investigação, dedica-se, essencialmente, ao estudo do excesso de otimismo e excesso de confiança dos agentes económicos e implicações de tais desvios na tomada de decisões económicas (nomeadamente decisões relacionadas com empreendedorismo). Os temas da sua investigação são temas centrais na área da Economia Comportamental, como se comprova pela referência ao seu trabalho pelo prémio nobel de Economia Daniel Kahneman, no seu livro *Thinking Fast and Slow*. Paralelamente às funções letivas e de investigação, desempenhou e desempenha funções de consultoria. Entre outras funções de consultoria, nomeadamente na área de Negociação, participou em estudos sobre a reforma de preços na indústria farmacêutica em Portugal e estudos de desenvolvimento económico regional. No sentido de desenvolver as suas competências de comunicação, em setembro de 2019 fez um curso nessa área. Na Universidade de Oxford, tem sido regularmente convidada para dar palestras sobre estilos de negociação.

Nacionalidade: Portuguesa • Género: Feminino

Idade: 51 anos • Independente

Maria Cristina Galhardo Vilão
Vogal do Conselho de Administração e vogal
da Comissão de Auditoria

Licenciada em Direito pela Faculdade de Direito da Universidade de Lisboa, com mestrado (LL.M) pela McGill University, Montreal, Canadá. A sua carreira profissional tem-se concentrado na advocacia, onde tem trabalhado na área financeira, do mercado de capitais e da assessoria às empresas, entre outras áreas do Direito. Após um período inicial como assessora do Governo de Macau na área jurídico-económica, a que se seguiu o mestrado na McGill University (Canadá), exerceu advocacia na sociedade de advogados Barros, Sobral, G. Gomes & Associados, com presença em Portugal, Brasil e Londres, onde trabalhou sobretudo nas áreas do mercado de capitais, financeira e societária, com grande pendor internacional. Esteve temporariamente destacada em Londres, na Clifford Chance, onde contactou de perto com a realidade das sociedades de advogados globais. Ingressou em 1997 na Belarmino Martins & Associados, sociedade de advogados correspondente da Price Waterhouse, a qual acabou por integrar na Oliveira, Martins, Moura, Esteves & Associados, membro de Landwell, *correspondent law firms of PricewaterhouseCoopers*. Nesse período, trabalhou em contacto próximo com auditores e clientes na área financeira e bancária, bem como no assessoria empresarial e societária. Em 2000, fundou juntamente com Manuel Anselmo Torres, a sociedade de advogados Galhardo Vilão Torres (GVT), dedicada ao Direito Fiscal, Financeiro e Empresarial. Desde então, tem exercido a sua atividade profissional como sócia da GVT, onde coordena e assiste clientes da área tecnológica, industrial, imobiliária, hoteleira e da distribuição. Presta também aconselhamento a clientes individuais, em casos especiais, sobretudo quanto a aspetos patrimoniais. A sua atividade continua a ter grande pendor internacional, sendo a maior parte dos seus clientes estrangeiros ou portugueses com atividade multinacional.

Nacionalidade: Portuguesa • Género: Feminino

Idade: 57 anos • Independente

António Lopes Seabra
Vogal do Conselho de Administração e vogal
da Comissão de Auditoria

Licenciado em Engenharia Eletrotécnica pela Faculdade de Engenharia da Universidade do Porto, em 1973, tendo completado programas de pós-graduação em Gestão no INSEAD (França) em 1991, 2000 e 2015. Foi vice-presidente da Continental Tires (The Americas), com sede em Fort Mill, S.C., EUA, de 2015 a 2017, vice-presidente executivo da Continental AG na BU Tires APAC, com sede em Xangai, China, de 2012 a 2015, e presidente do Conselho de Administração da Continental Mabor – Indústria de Pneus S.A., com sede em Lousado, Portugal, de 2000 a 2011. Em acumulação, foi gerente da Continental de Mexico, S.A. de C.V., com sede em San Luis Potosí, México. De 2000 a 2011 foi administrador na Continental Pneus (Portugal), presidente da Direção da Continental-Lemmerz e presidente da Direção da APIB (Associação Portuguesa da Indústria da Borracha). Foi o representante de Portugal no BLIC (Bureau de Liaison des Industries du Caoutchouc) / ETRMA (European Tire and Rubber Manufacturers Association) de 2000 a 2008. De 2006 a 2011, foi membro do Conselho Consultivo em Engenharia e Gestão no Instituto Superior Técnico e Membro do Conselho de Fundadores da Casa da Música, onde, de 2008 a 2011, foi também membro do Conselho de Administração da fundação com o mesmo nome. No período de 1990 a 2000, desempenhou na Continental Mabor, S.A. sucessivamente as funções de diretor de Aprovisionamentos, diretor de Materiais e Distribuição e diretor de Operações e Logística. Foi diretor de Aprovisionamentos na Mabor - Manufatura Nacional de Borracha, S.A., de 1989 a 1980. De 1984 a 1987 e de 1987 a 1989, integrou os quadros da EDP, E.P., onde desempenhou as funções de engenheiro de Normalização e de assessor de Normalização e de Planeamento de Redes. Exerceu o cargo de diretor da Divisão de Planeamento, Projeto e Construção das Redes de BT/MT/AT na Companhia de Eletricidade de Macau, de 1997 a 1989. Foi docente no Instituto Superior Técnico (Lisboa) e, simultaneamente, membro de equipa de investigação do INIC, de 1976 a 1979. Iniciou a atividade profissional como engenheiro de projeto e construção de redes elétricas MT e BT na Federação de Municípios do Ribatejo (Santarém), em 1973 e 1974.

Nacionalidade: Portuguesa • Género: Masculino

Idade: 70 anos • Independente

20. Relações familiares, profissionais ou comerciais, habituais e significativas, dos membros do Conselho de Administração com acionistas a quem seja imputável participação qualificada superior a 2% dos direitos de voto.

Sociedades detentoras ou às quais são imputáveis participação qualificada superior a 2% dos direitos de voto da Corticeira Amorim, cujo órgão de administração integra administradores em exercício da Corticeira Amorim:

- O Conselho de Administração da Amorim Investimentos e Participações, S.G.P.S., S.A. integra António Rios de Amorim, Nuno Filipe Vilela Barroca de Oliveira, Cristina Rios de Amorim Baptista e Luisa Alexandra Ramos Amorim;
- O Conselho de Administração da Amorim – Sociedade Gestora de Participações Sociais, S.A. integra António Rios de Amorim e Cristina Rios de Amorim Baptista.
- Luisa Alexandra Ramos Amorim é presidente do Conselho de Administração da Vintage Prime – S.G.P.S., S.A.;
- Nuno Filipe Vilela Barroca de Oliveira é vogal do Conselho de Administração da API – Amorim Participações Internacionais, S.A.

Maria Fernanda Oliveira Ramos Amorim é mãe de Luisa Alexandra Ramos Amorim e sogra de Nuno Filipe Vilela Barroca de Oliveira. António Ferreira de Amorim é pai de António Rios de Amorim e de Cristina Rios de Amorim Baptista.

Não existem relações comerciais habituais e significativas entre os membros do Conselho de Administração e os acionistas a quem seja imputável participação qualificada.

Nos termos do Regulamento de funcionamento do Conselho de Administração, os seus membros devem:

- informar pontualmente o seu presidente sobre os factos que possam constituir ou dar causa a um conflito entre os seus interesses e o interesse da Corticeira Amorim ou do Grupo Corticeira Amorim;
- informar o seu presidente prontamente sobre todas e quaisquer circunstâncias, alterações e/ou transações que possam de alguma forma criar dúvidas quanto a um potencial conflito ou que, genericamente, possam conflitar com os seus deveres para com a Corticeira Amorim ou do Grupo Corticeira Amorim;
- em caso de conflito de interesses, o membro do Conselho de Administração em causa não pode votar nem interferir no respetivo processo de decisão, sem prejuízo do dever de prestação de informações e esclarecimentos solicitados.

21. Organogramas ou mapas funcionais relativos à repartição de competências entre os vários órgãos sociais, comissões e/ou departamentos da sociedade, incluindo informação sobre delegações de competências, em particular no que se refere à delegação da administração quotidiana da sociedade.

Os Estatutos da Corticeira Amorim preveem e atualmente encontram-se em exercício os seguintes órgãos:

Mesa da Assembleia Geral

Composição e mandato conforme descritos no ponto 11. deste relatório.

Compete ao presidente da Mesa da Assembleia Geral:

- Convocar as reuniões de Assembleia Geral – preparando a convocatória e promovendo a sua publicitação;
- Receber requerimentos de inclusão de assuntos na ordem do dia e, no caso de os deferir, publicitar os assuntos incluídos na ordem do dia pela mesma forma usada para a convocação;
- No caso de assembleias gerais virtuais (ciber-assembleias, assembleias on-line e assembleias por teleconferência), assegurar a autenticidade das declarações e a segurança das comunicações;
- Escolher o local de realização da Assembleia Geral dentro do território nacional, desde que as instalações da sede não permitam a reunião em condições satisfatórias;
- Presidir à Assembleia Geral, dirigir e orientar os trabalhos, nomeadamente, verificar as presenças e o quórum, organizar a lista de presenças, declarar aberta a reunião, permitir, limitar ou recusar o uso da palavra, apresentar os votos por correspondência, apurar a totalidade dos votos e anunciar o resultado;
- Autorizar a presença na Assembleia Geral de terceiros estranhos à Sociedade, podendo a Assembleia revogar essa autorização;
- Suspender os trabalhos da Assembleia Geral, fixando logo o seu recomeço para data que não diste mais de 90 dias, não podendo a mesma sessão ser suspensa duas vezes;
- Encerrar a sessão, promover a redação da ata e assiná-la.

Compete ao secretário da Mesa da Assembleia Geral:

- Ajudar o presidente da Mesa na condução dos trabalhos, nomeadamente, na verificação das presenças e do quórum, e na organização da lista de presenças;
- Ler a ordem do dia constante da convocatória e os documentos remetidos à Mesa durante a sessão;
- Tomar apontamentos para realização da ata;
- Proceder à contagem dos votos;
- Redigir a ata e assiná-la.

Conselho de Administração ⁴

Composição e mandato conforme descrito no ponto 17. deste relatório; competências conforme descrito no ponto 9. deste relatório.

Comissão Executiva

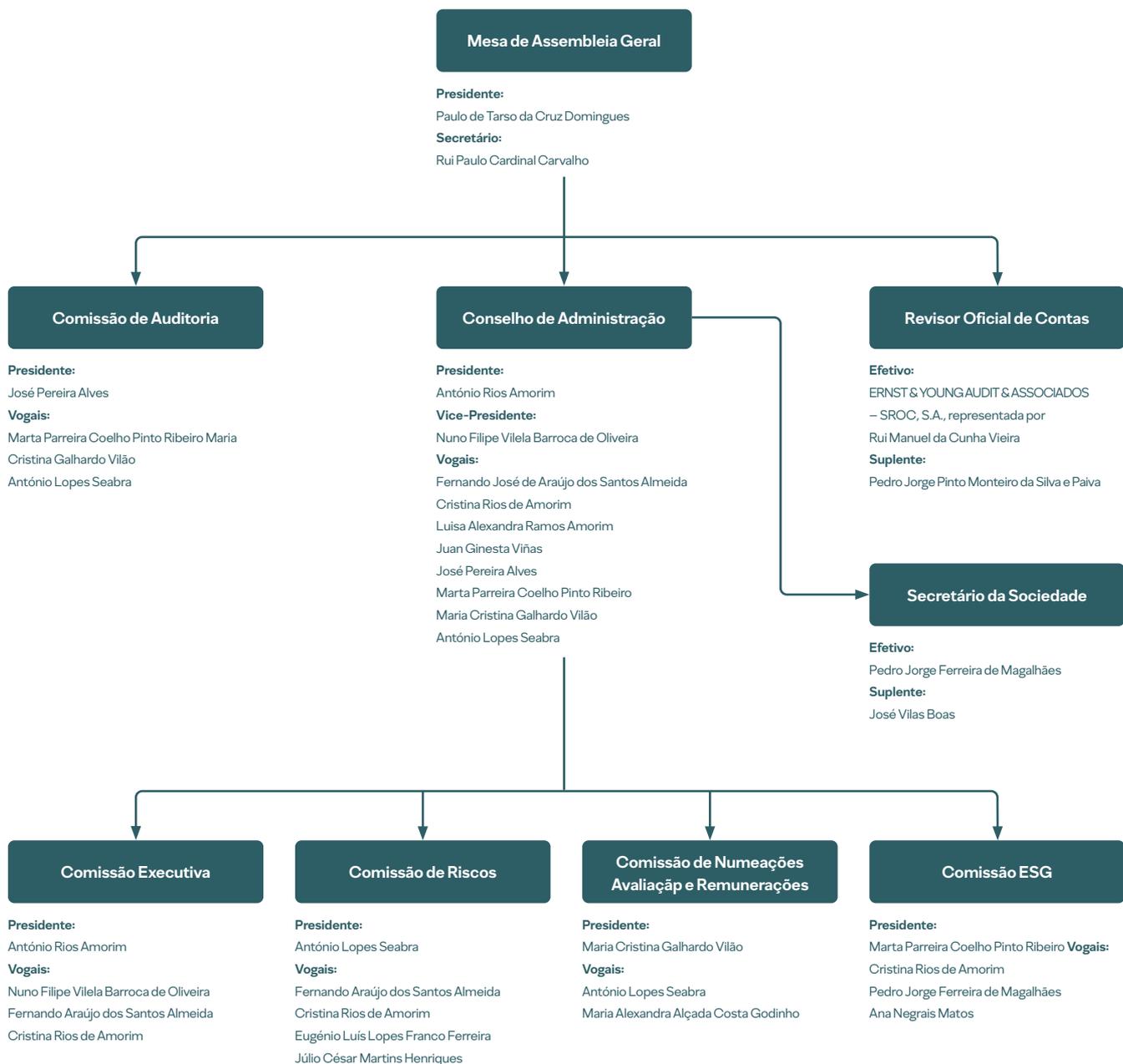
Composição e mandato conforme descrito no ponto 28. deste relatório; competências conforme descrito no ponto 29. deste relatório.

Comissão de Auditoria

Composição e mandato conforme descrito no ponto 31. deste relatório; competências conforme descrito nos pontos 37. e 38. deste relatório.

Revisor Oficial de Contas

Composição, mandato e competências conforme descrito no ponto 39. deste relatório.



Estrutura de Gestão do Negócio

Tal como detalhadamente explicitado no ponto 9., compete ao Conselho de Administração gerir as atividades da Sociedade e deliberar sobre qualquer assunto da administração da mesma, subordinando-se às deliberações da Assembleia Geral ou às intervenções da Comissão de Auditoria, nos casos em que a lei ou os Estatutos o determinarem, sendo ainda coadjuvado pelas comissões internas especializadas criadas com atribuições em áreas específicas: Risco, ESG (*Environmental, Social & Governance*) e Nomeações, Avaliação e Remunerações. Conforme previsto na lei e nos Estatutos, o Conselho de Administração delegou a gestão corrente numa Comissão Executiva, conforme descrito nos pontos 28. e 29. deste relatório.

Os membros não executivos do Conselho de Administração participam assiduamente nas reuniões do Conselho de Administração, que, com uma periodicidade mensal, deliberam e analisam a evolução de todas as matérias indelegáveis e de todos os assuntos cuja relevância, materialidade e/ou criticidade torna pertinente a sua inclusão na agenda de trabalhos do Conselho.

As reuniões são organizadas pelo secretário da Sociedade, Pedro Jorge Ferreira de Magalhães, presente em todas as reuniões. Pedro Magalhães reúne um conjunto abrangente de qualificações académicas e profissionais⁵, nomeadamente nas áreas de *Environmental, Social and Corporate Governance* (ESG) e de *Compliance*, que são uma mais-valia relevante no apoio à tomada de decisão do órgão de administração.

A organização administrativa das reuniões garante a todos os membros do Conselho – executivos e não executivos – uma preparação prévia adequada, fomentando-se a participação ativa de todos os membros no debate, análise e gizar de ações em prol da produtividade das reuniões e da eficiência da Organização. O calendário das reuniões ordinárias do Conselho de Administração é acordado no início de cada exercício económico, de forma a que todos os seus membros possam estar presentes. Até ao segundo dia útil anterior à realização de cada reunião, qualquer administrador, incluindo os não executivos, tem oportunidade de solicitar a inclusão de pontos/assuntos a analisar em Conselho.

Sempre que se analisam e ou/deliberam matérias em que um ou mais membros do Conselho de Administração tenham interesses particulares que possam conflitar com o interesse da Sociedade, o(s) membro(s) em conflito informam o Conselho dessa circunstância, prestando toda a informação necessária, mas abstendo-se de votar tais matérias.

Encontra-se devidamente implementado um sistema de reporte da Comissão Executiva ao Conselho de Administração que garante o alinhamento das suas atuações e o tempestivo conhecimento de todos os membros do Conselho de Administração da forma como se desenvolve a atividade da Comissão Executiva. A Comissão Executiva presta, em tempo útil e de forma adequada ao pedido, todas as informações solicitadas por outros membros dos órgãos sociais e que se afigurem necessárias no âmbito das competências respetivas.

No âmbito do desempenho das suas competências, o Conselho de Administração tem acesso tempestivo a toda a informação, documentos e colaboradores/as, quer da Sociedade quer das suas principais subsidiárias tendo em vista o acompanhamento dos negócios, a avaliação do desempenho e das perspetivas de desenvolvimento e o cabal esclarecimento de qualquer assunto que julgue pertinente.

Assim, além das matérias que, por lei ou pelos Estatutos, são de exclusiva competência do Conselho de Administração, os membros não executivos conhecem e acompanham:

- A evolução da atividade operacional e dos principais indicadores económico-financeiros de todas as Unidades de Negócio que compõem a Corticeira Amorim;
- A informação relevante sobre a função financeira consolidada: financiamento, investimento, autonomia financeira e responsabilidades extrapatrimoniais;
- A atividade desenvolvida pelas várias áreas de suporte e respetivo impacto na Organização;
- A evolução das atividades de investigação, desenvolvimento e inovação (IDI);
- O calendário dos principais eventos da Corticeira Amorim e suas Unidades de Negócio, sendo a Organização muitas vezes representada em eventos internacionais, tais como missões empresariais, por um ou mais membros não executivos do Conselho de Administração.

A atividade operacional da Corticeira Amorim está estruturada em cinco Unidades de Negócio

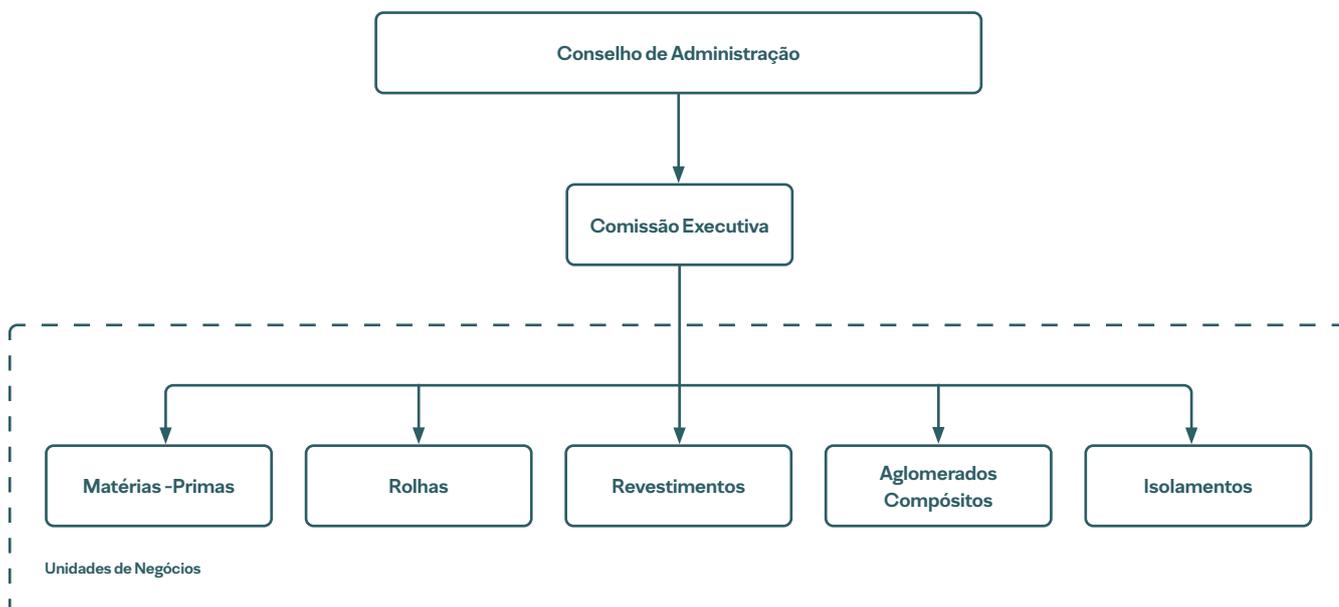
Assumindo um modelo de gestão assente num conceito de *holding* estratégico-operacional, as Unidades de Negócio são coordenadas pela Comissão Executiva da Corticeira Amorim.

Cada Unidade de Negócio dispõe de um Conselho de Administração próprio, composto por membros não executivos e por membros executivos, sendo o órgão competente para a decisão de todas as matérias consideradas relevantes.

Cada Unidade de Negócio dispõe de uma Direção Executiva, composta integralmente por quadros altamente qualificados, independentes, que reúnem as competências técnicas e profissionais adequadas à condução dos negócios e à gestão dos desafios específicos da atividade desenvolvida e perspetivada. Nas Unidades de Negócio a direção executiva compete exclusivamente a gestores profissionais independentes, ou seja, o presidente do Conselho de Administração não assume a direção executiva da mesma, que compete ao CEO da própria Unidade de Negócio. No caso da Unidade de Negócio Rolhas, atendendo à complexidade do negócio, existem dois co-CEO profissionais independentes.

O alinhamento estratégico de toda a Organização é potenciado pela utilização da metodologia de *balanced scorecard* na Corticeira Amorim e nas suas Unidades de Negócio. Neste âmbito, compete ao Conselho de Administração da Corticeira Amorim a aprovação dos objetivos e iniciativas estratégicas transversais a toda a Organização e específicas da Corticeira Amorim.

O esquema abaixo apresenta a forma como atualmente se encontra organizada a estrutura de gestão do negócio

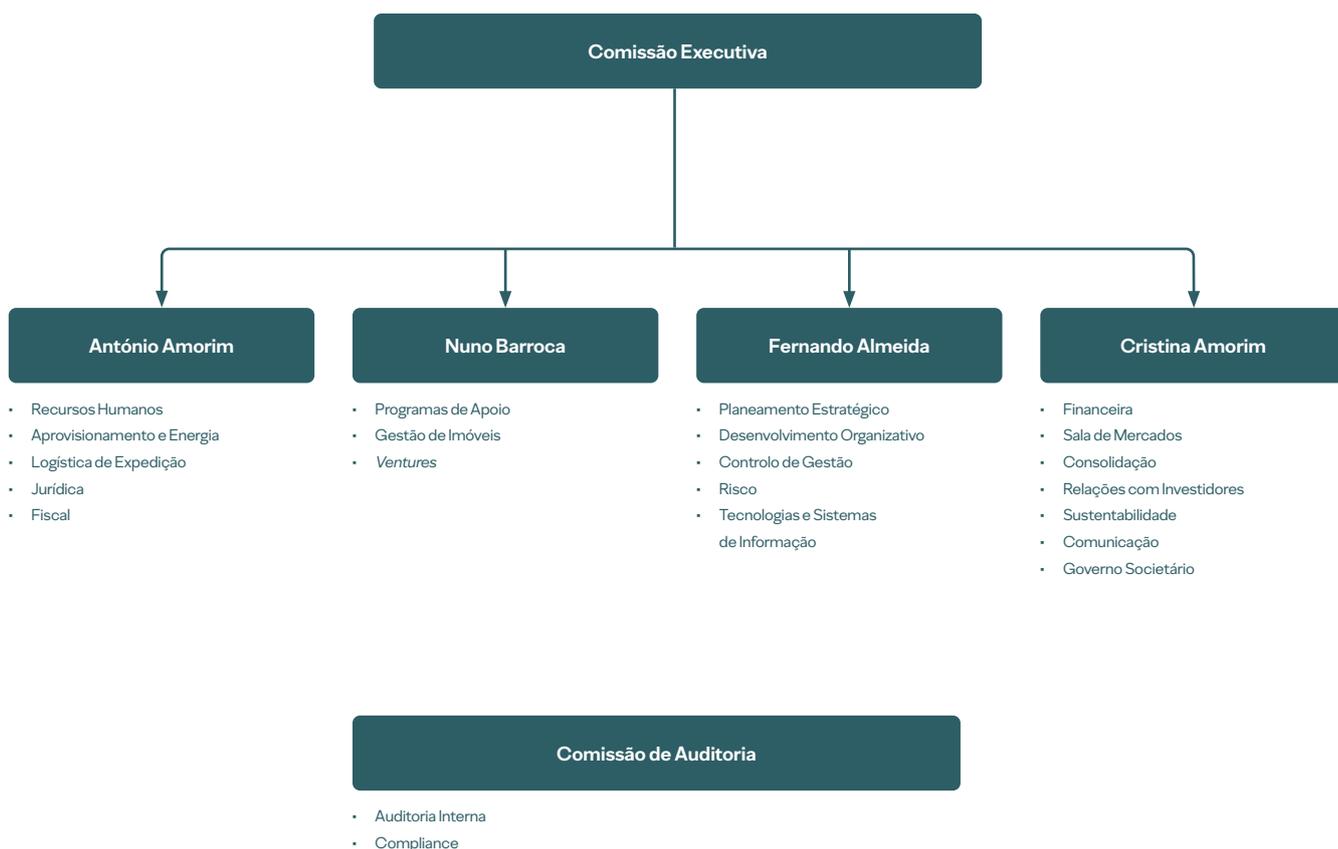


As **áreas de suporte** estão orientadas para o acompanhamento e coordenação da atividade das Unidades de Negócio e das respetivas áreas funcionais, competindo à Comissão Executiva o respetivo acompanhamento.

À exceção das áreas de Auditoria Interna e de *Compliance*, que reportam à Comissão de Auditoria, as atividades das restantes áreas de suporte são reportadas periodicamente à Comissão Executiva, sendo a sua atividade acompanhada por um administrador executivo, conforme ilustra o mapa abaixo.

Com a frequência julgada conveniente/adequada, quer o responsável pelo acompanhamento da área de suporte, quer a Comissão Executiva, quer o próprio Conselho de Administração podem suscitar – e fazem-no efetivamente – a inclusão da análise da atividade desenvolvida pelas áreas de suporte, analisando-se em Conselho a necessidade/oportunidade de novas atribuições ou estratégias.

4. A Assembleia Geral Anual, aquando da votação do relatório de gestão, das contas do exercício e da aplicação dos resultados, pode deliberar a destituição dos membros do Conselho de Administração, sem que haja lugar ao pagamento de qualquer indemnização ou compensação aos administradores assim destituídos, independentemente de, para justificação de tal destituição, ter ou não sido invocada justa causa. No entanto, este mecanismo não produzirá os seus efeitos quanto ao membro do Conselho de Administração eleito ao abrigo das regras especiais de eleição descritas na primeira fase acima, caso, contra a deliberação de destituição tomada independentemente da invocação de justa causa que a justifique, tenham votado acionistas que representem, pelo menos, 20% do capital social.
5. Além de secretário da Sociedade, Pedro Magalhães é o diretor do Departamento Jurídico da Corticeira Amorim, responsável pela coordenação da área jurídica, advogado de empresa, assessor jurídico com a responsabilidade das várias Unidades de Negócio cortiça (Matérias-Primas, Rolhas, Aglomerados Compositos, Revestimentos e Isolamentos), bem como de áreas de suporte transversais: financeira, informática, comunicação, aprovisionamento (inclui energia, químicos e seguros) e transportes. Licenciado em Direito (1992, Universidade Católica Portuguesa), mestre em Direito – Ciências Jurídico-Privatísticas (2012, Faculdade de Direito da Universidade do Porto) e doutorado em Direito (2018, Faculdade de Direito da Universidade do Porto). É revisor externo da RED – Revista Eletrónica de Direito do CIJE – Centro de Investigação Jurídico-Económica da Faculdade de Direito da Universidade do Porto e autor do livro *Governo Societário e a Sustentabilidade da Empresa – Stakeholders Model versus Shareholders Model* (2019, Livraria Almedina). Incluído na *Legal 500's General Counsel Powerlit Iberia: Portugal Teams* desde 2017. É, ainda, associado do IPGC – Instituto Português de Corporate Governance, associado fundador da associação Casa Comum da Humanidade e da ZERO – Associação Sistema Terrestre Sustentável.



b) Funcionamento

22. Existência e local onde podem ser consultados os regulamentos de funcionamento do Conselho de Administração.

O funcionamento do Conselho de Administração da Corticeira Amorim respeita escrupulosamente todas as regras a que se encontra sujeito, nomeadamente as previstas no Código das Sociedades Comerciais, nos Estatutos da Sociedade, nas normas regulamentares emanadas pela CMVM e no Código de Ética Empresarial e Conduta Profissional da Sociedade.

O regulamento de funcionamento encontra-se disponível em: <https://www.amorim.com/pt/investidores/governo-societario/estatutos-regulamentos-e-pol%C3%ADticas/>

23. Número de reuniões realizadas e grau de assiduidade de cada membro do Conselho de Administração às reuniões realizadas.

Nos termos dos Estatutos da Sociedade, o Conselho de Administração reúne-se quando e onde o interesse social o exigir. Ao longo do exercício de 2021 realizaram-se 11 reuniões do Conselho de Administração (2020: 13 reuniões), com a presença (ou representação) da totalidade dos membros deste Conselho, à exceção da reunião de dezembro, na qual não participou Juan Ginesta Viñas. A assiduidade global foi de 99% e a individual foi de 90% relativamente ao Sr. Juan Ginesta Viñas e de 100% relativamente aos demais administradores.

24. Indicação dos órgãos da sociedade competentes para realizar a avaliação de desempenho dos administradores executivos.

Nos termos dos Estatutos da Sociedade, compete à Assembleia Geral ou a uma comissão eleita por aquela deliberar sobre a avaliação de desempenho dos administradores, incluindo os executivos.

Até 23 de abril de 2021, encontrava-se em exercício a Comissão de Remunerações eleita pela Assembleia Geral de Acionistas, a quem competia realizar a avaliação referida neste ponto, fazendo-a efetivamente. Na referida data, os acionistas da Corticeira Amorim, reunidos em Assembleia Geral e sob proposta do Conselho de Administração, deliberaram aprovar a adoção de um novo modelo de governo que não inclui uma comissão eleita pela Assembleia Geral com a competência referida neste ponto.

Assim, compete ao Conselho de Administração, deliberar sobre a avaliação dos administradores executivos. Nesta matéria, o Conselho de Administração é coadjuvado pela Comissão de Nomeações, Avaliação e Remunerações (CNAR), uma comissão interna especializada permanente, cujas atribuições incluem aconselhar o Conselho de Administração no seu processo de autoavaliação anual, incluindo a avaliação dos membros da Comissão Executiva. A CNAR é composta por uma maioria de administradores não executivos independentes, não integrando nenhum administrador executivo.

25. Critérios predeterminados para a avaliação de desempenho dos administradores executivos.

Nos termos da declaração sobre a política de remunerações a atribuir ao Conselho de Administração aprovada na Assembleia Geral de acionistas de 23 de junho de 2021, sob proposta do Conselho de Administração da Sociedade (ponto 69.), sempre que seja adequado e exequível, a remuneração deverá ser composta essencialmente por uma remuneração fixa atribuível a membros executivos e não executivos, à qual acresça uma remuneração variável atribuível aos membros executivos sob a forma de prémio de desempenho/bónus pelo atingimento de metas a um ano das empresas do Grupo Corticeira Amorim e a três anos pelo atingimento de metas da Sociedade.

A atribuição da componente variável da remuneração prevista no ponto anterior deverá corresponder a um prémio, que resultará da avaliação da *performance* de curto prazo e do contributo do desempenho anual para a sustentabilidade a médio/longo prazo da Organização.

O montante efetivo da retribuição variável dependerá sempre da avaliação a realizar anualmente por uma comissão interna criada especialmente para o efeito (Comissão de Nomeações, Avaliação e Remunerações, composta maioritariamente por administradores não executivos independentes), sobre o desempenho dos membros do Conselho de Administração, analisando o respetivo contributo quer para os resultados obtidos no exercício económico em apreço quer para o cumprimento das metas e a implementação das estratégias definidas pela Sociedade a médio/longo prazo: a evolução dos resultados e o nível de concretização dos objetivos estratégicos de inovação, sustentabilidade, desenvolvimento organizativo e segurança, competitividade, crescimento, solidez financeira e criação de valor.

O pagamento da componente variável da remuneração, se existir, poderá ter lugar, no todo ou em parte, após o apuramento das contas de exercício correspondentes a um triénio, havendo, portanto, a possibilidade de limitação da remuneração variável, no caso de os resultados evidenciarem uma deterioração relevante do desempenho da Sociedade no último exercício apurado ou quando esta seja expectável no exercício em curso.

26. Disponibilidade de cada um dos membros do Conselho de Administração, com indicação dos cargos exercidos em simultâneo em outras empresas, dentro e fora do Grupo, e outras atividades relevantes exercidas pelos membros daqueles órgãos no decurso do exercício.

António Rios de Amorim (presidente)

Empresa	Cargo Exercido
Grupo Corticeira Amorim	
Amorim Bartop – Investimentos e Participações, S.A.	Presidente do Conselho de Administração
Amorim Champcork, S.A.	Presidente do Conselho de Administração
Amorim Cork Composites, S.A.	Presidente do Conselho de Administração
Amorim Cork Flooring, S.A.	Presidente do Conselho de Administração
Amorim Cork Insulation, S.A.	Presidente do Conselho de Administração
Amorim Cork Research, Lda.	Gerente
Amorim Cork Services, Lda.	Gerente
Amorim Cork, S.A.	Presidente do Conselho de Administração
Amorim Cork, S.G.P.S., S.A.	Presidente do Conselho de Administração
Amorim Florestal España, S.L.	Presidente do Conselho de Administração
Amorim Florestal II, S.A.	Presidente do Conselho de Administração
Amorim Florestal III, S.A.	Presidente do Conselho de Administração
Amorim Florestal, S.A.	Presidente do Conselho de Administração
Amorim Industrial Solutions – Imobiliária, S.A.	Presidente do Conselho de Administração
Amorim Natural Cork, S.A.	Presidente do Conselho de Administração
Amorim Subertech, S.A.	Presidente do Conselho de Administração
Amorim Top Series, S.A.	Presidente do Conselho de Administração
Chapius, S.L.	Presidente do Conselho de Administração
Comatral – Compagnie Marrocaïne de Transformation du Liège, S.A.	Presidente do Conselho de Administração e Presidente da Mesa da Assembleia Geral
Compruss – Investimentos e Participações, Lda.	Gerente
Cosabe – Companhia Silco-Agrícola da Beira, S.A.	Presidente do Conselho de Administração
Dom Korkowy, Sp. Zo.o	Vogal do Conselho de Administração
Equipar – Participações Integradas, S.G.P.S., Lda.	Gerente
ETS Christian Bourrassé, S.A.	Vogal do Conselho de Administração
Francisco Oller, S.A.	Vogal do Conselho de Administração
Korken Schiesser GmbH	Presidente do Conselho de Administração
Olimpíadas Barcelona 92, S.L.	Presidente do Conselho de Administração
SIBL – Sociéte Industrielle Bois Liège, S.A.R.L.	Gerente
Sociéte Nouvelle des Bouchons Trescasses, S.A.	Diretor
Vinolock, A.S.	Administrador
Outras sociedades	
Amorim – Investimentos e Participações, S.G.P.S., S.A.	Vogal do Conselho de Administração
Amorim – Serviços e Gestão, S.A.	Presidente do Conselho de Administração
Amorim – Sociedade Gestora de Participações Sociais, S.A.	Vogal do Conselho de Administração
Amorim – Viagens e Turismo, Lda.	Gerente
Amorim Desenvolvimento – Investimentos e Serviços, S.A.	Presidente do Conselho de Administração
Amorim Global Investors, S.G.P.S., S.A.	Presidente do Conselho de administração
Montinho das Ferrarias de Baixo – Sociedade Agroflorestal, S.A.	Administrador único
Montinho, S.G.P.S., S.A.	Administrador único
OSI – Sistemas Informáticos e Electrotécnicos, Lda.	Gerente
Pimpolho, S.G.P.S., S.A.	Administrador único
QM1609 – Investimentos Imobiliários, S.A.	Presidente do Conselho de Administração
Quinta do Monte 2020, S.G.P.S., S.A.	Administrador único
Quinta Nova de Nossa Senhora do Carmo, S.A.	Vogal do Conselho de Administração
Taboadella, S.A.	Vogal do Conselho de Administração

Nuno Filipe Vilela Barroca de Oliveira (vice-presidente)

Empresa	Cargo Exercido
Grupo Corticeira Amorim	
Amorim Cork, S.A.	Vice-presidente do Conselho de Administração
Amorim Cork, S.G.P.S., S.A.	Vogal do Conselho de Administração
Amorim Cork Composites, S.A.	Vogal do Conselho de Administração
Corecochic – Corking Shoes Investments, Lda.	Gerente
Amorim Florestal, S.A.	Vogal do Conselho de Administração
Amorim Florestal II, S.A.	Vogal do Conselho de Administração
Amorim Florestal III, S.A.	Vogal do Conselho de Administração
Amorim Industrial Solutions – Imobiliária, S.A.	Vogal do Conselho de Administração
Amorim Cork Insulation, S.A.	Vogal do Conselho de Administração
Amorim Natural Cork, S.A.	Vogal do Conselho de Administração
Amorim Cork Flooring, S.A.	Vogal do Conselho de Administração
Amorim Cork Ventures, Lda.	Gerente
Cosabe – Companhia Silvo-Agrícola da Beira, S.A.	Vogal do Conselho de Administração
Outras sociedades	
Amorim – Investimentos e Participações, S.G.P.S., S.A.	Vogal do Conselho de Administração
Amaroka, Lda.	Gerente
Atitlan Real Estates Porto Imóveis, S.A.	Vogal do Conselho de Administração
ARESPT Real Estate, S.A.	Vogal do Conselho de Administração
API – Amorim Participações Internacionais, S.G.P.S., S.A.	Vogal do Conselho de Administração
Casa das Heras – Empreendimentos Turísticos, S.A.	Vogal do Conselho de Administração
Imobis – Empreendimentos Imobiliários Amorim, S.A.	Vogal do Conselho de Administração
Mosteiro de Grijó – Empreendimentos Turísticos e Imobiliários, S.A.	Vogal do Conselho de Administração
OSI – Sistemas Informáticos e Electrotécnicos, Lda.	Gerente
Paisagem de Alqueva, S.A.	Vogal do Conselho de Administração
Quinta Nova de Nossa Senhora do Carmo, S.A.	Vogal do Conselho de Administração
Sombralicante – Unipessoal, Lda.	Gerente
Taboadella, S.A.	Vogal do Conselho de Administração

Fernando José de Araújo dos Santos Almeida (vogal)

Empresa	Cargo Exercido
Grupo Corticeira Amorim	
Amorim Cork Services, Lda.	Gerente
Amorim Cork Flooring, S.A.	Vogal do Conselho de Administração
Vatrya – Consultoria e Marketing, Lda.	Gerente
Outras sociedades	
Kaizen Tech, S.A.	Presidente do Conselho de Administração
OSI – Sistemas Informáticos e Electrotécnicos, Lda.	Gerente

Cristina Rios de Amorim Baptista (vogal)

Empresa	Cargo Exercido
Outras sociedades	
Amorim – Investimentos e Participações, S.G.P.S., S.A.	Vice-presidente Não Executivo do Conselho de Administração
Amorim – Sociedade Gestora de Participações Sociais, S.A.	Vogal Não Executivo do Conselho de Administração
Banco BPI, S.A.	Vogal Não Executivo do Conselho de Administração
Outras instituições	
BCSD Portugal – Conselho Empresarial para o Desenvolvimento Sustentável	Membro da Direção
AEM - Associação de Empresas Emitentes de Valores Cotados em Mercado	Membro do Conselho Geral, em representação da Corticeira Amorim, S.G.P.S., S.A.

Luisa Alexandra Ramos Amorim (vogal)

Empresa	Cargo Exercido
Outras sociedades	
Amorim – Investimentos e Participações, S.G.P.S., S.A.	Vogal do Conselho de Administração
Amorim – Serviços e Gestão, S.A.	Vogal do Conselho de Administração
Amorim – Viagens e Turismo, Lda.	Gerente
Amorim Desenvolvimento – Investimentos e Serviços, S.A.	Vogal do Conselho de Administração
Amorim Global Investors, S.G.P.S., S.A.	Vogal do Conselho de Administração
Amorim Negócios Internacionais, S.A.	Presidente do Conselho de Administração
Amorim Negócios II, S.G.P.S., S.A.	Presidente do Conselho de Administração
Buozal – Investimentos Imobiliários e Turísticos, Lda.	Gerente
Dreaming Fix, Lda.	Gerente
Época Global, S.G.P.S., S.A.	Presidente do Conselho de Administração
Folha da Fonte – Agropecuária, Lda.	Gerente
Herdade Aldeia de Cima do Mendro – Sociedade Comercial, Agrícola e Turística, Lda.	Gerente
LUYNES – Investimentos, S.A.	Presidente do Conselho de Administração
Mercado Prime – S.G.P.S., S.A.	Presidente do Conselho de Administração
Mercado Urbano – Gestão de Imobiliária, S.A.	Presidente do Conselho de Administração
OSI – Sistemas Informáticos e Electrotécnicos, Lda.	Gerente
Quinta Nova de Nossa Senhora do Carmo, S.A.	Presidente do Conselho de Administração
Vintage Prime, S.G.P.S., S.A.	Vogal do Conselho de Administração
Taboadella, S.A.	Presidente do Conselho de Administração
Outras instituições	
Associação Bagos D’Ouro – IPSS	Presidente da Direção

Juan Ginesta Viñas (vogal)

Empresa	Cargo Exercido
Grupo Corticeira Amorim	
Trefinos, S.A.	Presidente do Conselho de Administração
Outras sociedades	
Les Finques, S.A.	Administrador Único

José Pereira Alves (vogal)

Empresa	Cargo Exercido
Outras sociedades	
Galp Energia, S.G.P.S., S.A.	Presidente do Conselho Fiscal
NOS, S.G.P.S., S.A.	Presidente do Conselho Fiscal
SFS – Gestão de Fundos, S.G.O.I.C., S.A.	Presidente do Conselho Fiscal
The Fladgate Partnership, S.A.	Presidente do Conselho Fiscal

Marta Parreira Coelho Pinto Ribeiro (vogal)

Doutorada em Economia pela London School of Economics and Political Science (LSE) em 2004, é, desde então membro do *staff* da LSE; desde 2017 é também membro do *staff* da Universidade de Oxford, Saïd Business School, no curso Negociação para executivos. Além das atividades letivas e de *coaching*, dedica-se também à investigação e a funções de consultoria. Não exerce outros cargos sociais em outras empresas, dentro ou fora do Grupo Corticeira Amorim.

Cristina Galhardo Vilão

Empresa	Cargo Exercido
Outras sociedades	
Galhardo Vilão, Torres e Associados, Sociedade de Advogados, R.L.	Sócia e administradora
Hexagen, S.A.	Presidente da Mesa da Assembleia Geral
Hotel Santa Marta, S.A.	Presidente da Mesa da Assembleia Geral
Inspira Santos, S.A.	Presidente da Mesa da Assembleia Geral
Investoc, S.G.P.S., S.A.	Presidente da Mesa da Assembleia Geral
Osório de Castro – Investimentos Imobiliários, S.A.	Presidente da Mesa da Assembleia Geral

António Lopes Seabra (vogal)

Não exerce cargos sociais em outras sociedades.

c) Comissões no seio do órgão de administração

27. Identificação das comissões criadas no seio, consoante aplicável, do Conselho de Administração, do Conselho Geral e de Supervisão e do Conselho de Administração Executivo, e local onde podem ser consultados os regulamentos de funcionamento.

O Conselho de Administração delegou competências numa Comissão Executiva e constituiu três comissões internas especializadas: Comissão de Riscos; Comissão de Nomeações, Avaliação e Remunerações; e Comissão de ESG (*Environmental, Social & Governance*). Os regulamentos destas comissões estão disponíveis em: <https://www.amorim.com/pt/investidores/governo-societario/estatutos-regulamentos-e-politicas/>.

28. Composição da comissão executiva.

A Comissão Executiva é composta por quatro membros, um presidente e três vogais:

Presidente:	António Rios de Amorim
Vogal:	Nuno Filipe Vilela Barroca de Oliveira
Vogal:	Fernando José de Araújo dos Santos Almeida
Vogal:	Cristina Rios de Amorim Baptista

O mandato da Comissão Executiva coincide com o do Conselho de Administração.

29. Indicação das competências de cada uma das comissões criadas e síntese das atividades desenvolvidas no exercício dessas competências.

I. Comissão Executiva

A **Comissão Executiva** resulta da delegação de competências do Conselho de Administração – nos precisos termos previstos nos Estatutos e na lei, conforme descrito no ponto 9. deste relatório –, feita em proveito de uma maior agilização da administração e do acompanhamento mais próximo e contínuo, quer das várias estruturas da Sociedade (de gestão, operacionais ou de suporte), quer das próprias atividades operacionais e dos negócios.

Nos termos dos Estatutos da Corticeira Amorim, são competências da Comissão Executiva a execução das decisões do Conselho de Administração e a gestão corrente da Sociedade, assistindo-lhe também competência para matérias de administração. O Conselho de Administração fixa, através de Regulamento interno (disponível

em: <https://www.amorim.com/pt/investidores/governo-societario/estatutos-regulamentos-e-politicas/>), os poderes delegados na Comissão Executiva:

- a. A execução das deliberações do Conselho de Administração e a gestão corrente da Sociedade
- b. Determinar a composição dos conselhos de administração das *sub-holdings* da Sociedade, os quais serão necessariamente constituídos por, pelo menos, dois membros da Comissão Executiva;
- c. Através da emissão de instruções vinculativas, a gestão corrente das sociedades direta e indiretamente dominadas pela Sociedade, com os seguintes limites:
 - Nos termos da lei, não são objeto de delegação na Comissão Executiva os seguintes poderes:
 - i. De escolha do presidente da Comissão Executiva;
 - ii. De cooptação de administradores;
 - iii. De pedido de convocação de assembleias gerais da Sociedade;
 - iv. De aprovação de relatórios de gestão e contas anuais;
 - v. De prestação de cauções e de garantias pessoais ou reais pela Sociedade;
 - vi. Mudança de sede e aumentos de capital, nos termos previstos nos Estatutos da Sociedade;
 - vii. Projetos de fusão, de cisão e de transformação da Sociedade.
 - Não são considerados poderes de gestão corrente da Sociedade, não sendo assim delegados na Comissão Executiva, os seguintes:
 - i. Aprovação do plano anual de investimentos/desinvestimentos da Sociedade e das sociedades dominadas direta ou indiretamente pela Sociedade e de alterações de montante superior a 10 (dez) por cento do valor global do plano anual de investimentos/desinvestimentos aprovado;

- ii. Aquisição, alienação ou oneração de bens imóveis da Sociedade e das sociedades dominadas direta ou indiretamente pela Sociedade não relacionados com as atividades operacionais prosseguidas pelas sociedades dominadas direta ou indiretamente pela Sociedade;
- iii. Constituição ou participação, nomeadamente através da aquisição direta ou indireta de participações, em sociedades de montante superior a € 2.500.000,00 (dois milhões e quinhentos mil euros);
- iv. Aprovação e modificação dos planos estratégicos e metas anuais da Sociedade e do Grupo Corticeira Amorim;
- v. Aprovação e modificação das principais políticas da Sociedade e do Grupo Corticeira Amorim;
- vi. Transações da Sociedade, ou das sociedades direta ou indiretamente dominadas pela Sociedade, com entidades relacionadas ou com quaisquer acionistas da Sociedade;
- vii. Aprovação e modificação da estrutura organizacional da Sociedade e do Grupo Corticeira Amorim;
- viii. Emissão de obrigações ou outros instrumentos de dívida da Sociedade;
- ix. Celebração pelas sociedades dominadas pela Sociedade, de contratos de subordinação e contratos de Grupo paritário.

Sempre que se analisam e/ou deliberam matérias em que um ou mais membros da Comissão Executiva tenham interesses particulares que possam conflitar com o interesse da Sociedade, o(s) membro(s) em conflito informam o Conselho dessa circunstância, prestando toda a informação necessária, mas abstendo-se de votar tais matérias. No âmbito do desempenho das suas competências, a Comissão Executiva tem acesso tempestivo a toda a informação e colaboradores/as quer da Sociedade, quer das suas principais subsidiárias, tendo em vista o acompanhamento dos negócios, a avaliação do desempenho e das perspetivas de desenvolvimento. Neste âmbito, a Comissão Executiva recebe convocatórias, ordens de trabalho e documentação de suporte a todas as reuniões em que se analise e/ou delibere sobre a estratégia, a implementação de ações e a avaliação de resultados das várias Unidades de Negócio da Corticeira Amorim; participa nas reuniões de direção dessas Unidades de Negócio e tem amplo acesso a quaisquer documentos ou colaboradores/as adequados aos esclarecimentos que julgue pertinentes.

Encontra-se devidamente implementado um sistema de reporte desta Comissão ao Conselho de Administração que garante o alinhamento das suas atuações e o tempestivo conhecimento de todos os membros do Conselho de Administração da forma como se desenvolve a atividade da Comissão Executiva.

O presidente da Comissão Executiva, simultaneamente presidente do Conselho de Administração, remete, em tempo, ao presidente da Comissão de Auditoria as atas das respetivas reuniões.

Síntese da atividade desenvolvida em 2021:

Em 2021 a atividade da Comissão Executiva desenvolveu-se no quadro destas competências, tendo em vista:

- A gestão corrente da Sociedade;
- A implementação das decisões tomadas em Conselho de Administração;
- O alinhamento da atividade das várias Unidades de Negócio que constituem a Sociedade, e análise do *reporting* respetivo;
- As estimativas orçamentais e a definição de metas e objetivos;
- Ao nível dos recursos humanos: análise da evolução de indicadores, política e prioridades de formação, avaliação de desempenho, política salarial;
- O acompanhamento da evolução de fatores críticos de negócio, definição e implementação de medidas de gestão desses fatores (evolução dos preços dos principais *inputs*, taxas de juro e de câmbio);
- O acompanhamento e decisão sobre investimentos, financiamentos e assunção de responsabilidades;
- A definição do plano de atividades de auditoria interna e de controlo interno e reporte das principais conclusões;
- A definição da política e decisão sobre as ações prioritárias em matéria de Investigação, Desenvolvimento e Inovação;
- O acompanhamento da ação da Corticeira Amorim: transações efetuadas, evolução da cotação, estimativas de analistas;
- A análise e reflexão sobre o modelo de governo societário e sua adequabilidade à Sociedade e respetivos objetivos.

A Comissão Executiva reuniu-se 17 vezes ao longo de 2021 (2020: 15), a assiduidade foi de 100% (em termos globais e individuais).

II. Comissão de Riscos

A **Comissão de Riscos** é uma comissão interna especializada permanente, que tem por missão assessorar o Conselho de Administração no acompanhamento e monitorização das atividades de gestão de riscos na Corticeira Amorim. As atribuições da Comissão de Riscos incidirão sobre a Corticeira Amorim e sobre as diversas Unidades de Negócio e englobando todas as participadas em que detenha controlo.

A Comissão de Riscos é composta por cinco membros, nomeados pelo Conselho de Administração da Corticeira Amorim, presidida por um administrador independente e composta maioritariamente por membros de órgãos da Sociedade. O cargo de presidente da Comissão de Riscos será, necessariamente, atribuído a um administrador da Comissão de Auditoria da Corticeira Amorim.

A convite da Comissão de Riscos podem ser convidadas a participar, de forma permanente, mas sem direito de voto, outras pessoas tendo em atenção o seu conhecimento especializado na área de intervenção da Comissão de Riscos. A Comissão de Riscos pode, ainda, solicitar a participação, em reuniões específicas da Comissão de Riscos, outros elementos, internos ou externos à Corticeira Amorim, cujos conhecimentos sejam relevantes para os temas em discussão. A Comissão de Riscos designa, de entre os seus membros, um coordenador para atuar, sempre que necessário, como interlocutor com as *sub-holdings* que encabeçam as diferentes Unidades de Negócio, em matérias atribuídas à Comissão de Riscos. A Comissão de Riscos pode solicitar ao Conselho de Administração, à Comissão de Auditoria, à Comissão Executiva, ou a qualquer outra comissão interna do Conselho de Administração e áreas de suporte,

bem como, através do coordenador designado, aos conselhos de administração e às direções executivas das *sub-holdings* que encabeçam as diferentes Unidades de Negócio toda a informação, documentação e assistência necessárias ao exercício das suas competências.

A Comissão de Riscos foi designada pelo Conselho de Administração em 3 de maio de 2021, para o mandato 2021-2023, com a seguinte composição:

Presidente:	António Lopes Seabra (administrador não executivo independente)
Vogal:	Fernando José de Araújo dos Santos Almeida
Vogal:	Cristina Rios de Amorim
Vogal:	Eugénio Luís Lopes Franco Ferreira
Vogal:	Júlio César Martins Henriques

Nos termos do respetivo regulamento (disponível em <https://www.amorim.com/pt/investidores/governo-societario/estatutos-regulamentos-e-politicas/>) estão atribuídas à Comissão de Riscos as seguintes competências:

- Aconselhar o Conselho de Administração sobre a política de riscos da Corticeira Amorim e, nesse quadro, sobre a apetência de riscos gerais, atuais e futuros;
- Avaliar e monitorar os principais riscos inerentes à atividade da Corticeira Amorim, bem como o nível de exposição ao risco e a sua potencial evolução;
- Informar a Comissão de Auditoria sobre os riscos a que a Corticeira Amorim se encontra sujeita e eficácia dos respetivos planos de mitigação, promovendo as recomendações e os reportes que o Conselho de Administração e/ou a Comissão de Auditoria solicitem;
- Auxiliar o Conselho de Administração na supervisão da execução da estratégia de risco;
- Discutir e emitir os pareceres e recomendações ao Conselho de Administração que entenda adequados sobre estratégias de risco a nível agregado e por tipo de risco;
- Propor a criação de mecanismos que assegurem a implementação de processos que promovam o respeito pelas políticas de riscos aprovadas;
- Rever anualmente as políticas e procedimentos de riscos e dirigindo o resultado dessa revisão ao Conselho de Administração.

Nas atribuições da Comissão de Riscos inclui-se, ainda, auxiliar a Comissão de Auditoria na avaliação do funcionamento do modelo de controlo interno, da Corticeira Amorim, compreendendo as funções de gestão de riscos, *compliance* e auditoria interna.

Síntese da atividade desenvolvida em 2021:

Esta Comissão reuniu três vezes ao longo de 2021, a assiduidade foi de 100% (em termos globais e individuais), tendo desenvolvido as seguintes atividades, apreciado e colaborado ativamente nos seguintes processos:

- Apreciação da gestão de risco na Corticeira Amorim: riscos identificados; estrutura, processos e procedimentos implementados nas empresas;
- Sistema integrado de gestão de risco: elaboração e implementação de plano de ação com vista à formalização

de um sistema integrado de gestão de risco na Corticeira Amorim, incluindo as suas Unidades de Negócio, alinhado com os normativos mais usuais, a ISO31000 e o *Enterprise Risk Management – Integrated Framework* do COSO; posteriormente enviado para obtenção de parecer na CAU e subsequente aprovação pelo Conselho de Administração;

- Política de Gestão de Risco: apoio e acompanhamento regular na elaboração da Política de Gestão de Risco na Corticeira Amorim S.G.P.S. S.A., sua discussão e aprovação, bem como no processo da sua apreciação/aprovação, nomeadamente, no âmbito do seu dever de colaboração com os demais órgãos da Sociedade, promoveu uma reunião com a Comissão de Auditoria para apresentação da referida Política de Gestão de Risco, visando a apreciação e parecer da referida Comissão, para posterior aprovação pelo Conselho de Administração;
- Apreciação da formalização de várias políticas corporativas cujo objetivo é, também, mitigar riscos: Sustentabilidade; Direitos Humanos; Energia Ambiente e Biodiversidade; Compras; Comunidade / Sociedade; Fiscal; Combate à Corrupção; Segurança dos Consumidores; Recursos Humanos; Privacidade para Gestores e Colaboradores/as; Privacidade da Empresa.

III. Comissão de E.S.G. (*Environmental, Social & Governance*)

A **Comissão de E.S.G. (*Environmental, Social & Governance*)** é uma comissão interna especializada permanente, que tem por missão assessorar o Conselho de Administração no acompanhamento, supervisão e orientação estratégica da Corticeira Amorim no domínio de matérias de governo societário, responsabilidade social, ambiente e ética. As atribuições da Comissão de E.S.G. incidem sobre a Corticeira Amorim e sobre as diversas Unidades de Negócio e englobando todas as participadas em que detenha o controlo.

A Comissão de E.S.G. é composta por quatro membros, nomeados pelo Conselho de Administração da Corticeira Amorim, presidida por um administrador independente e composta maioritariamente por membros de órgãos da Sociedade. O cargo de presidente da Comissão de E.S.G. está, necessariamente, atribuído a um administrador da Comissão de Auditoria da Corticeira Amorim.

A convite da Comissão de E.S.G. podem ser convidadas a participar, de forma permanente, mas sem direito de voto, outras pessoas tendo em atenção o seu conhecimento especializado na área de intervenção da Comissão de E.S.G., podendo ainda solicitar a participação, em reuniões específicas da Comissão de E.S.G., de outros elementos, internos ou externos à Corticeira Amorim, cujos conhecimentos sejam relevantes para os temas em discussão. A Comissão de E.S.G. pode solicitar ao Conselho de Administração, à Comissão de Auditoria, à Comissão Executiva, ou a qualquer outra comissão interna do Conselho de Administração, bem como aos conselhos de administração das *sub-holdings* que encabeçam as diferentes Unidades de Negócio, toda a informação, documentação e assistência necessárias ao exercício das suas competências.

A Comissão de E.S.G. foi designada pelo Conselho de Administração em 3 de maio de 2021, para o mandato 2021-2023, com a seguinte composição:

Presidente:	Marta Parreira Coelho Pinto Ribeiro (administrador não executivo independente)
Vogal:	Cristina Rios de Amorim
Vogal:	Pedro Jorge Ferreira de Magalhães
Vogal:	Ana Negrais Matos

Nos termos do respetivo regulamento (disponível em <https://www.amorim.com/pt/investidores/governo-societario/estatutos-regulamentos-e-politicas/>), estão atribuídas à Comissão de E.S.G. as seguintes competências

Em geral:

- Discutir e emitir os pareceres e recomendações ao Conselho de Administração que entenda adequados sobre qualquer assunto de ESG;
- Propor ao Conselho de Administração um Plano Plurianual de ESG para a Corticeira Amorim;
- avaliar a consistência das políticas de ESG com a legislação aplicável e com as melhores práticas, propondo alterações, sempre que entenda adequado;
- Rever e emitir parecer para o Conselho de Administração sobre o Relatório Anual de Sustentabilidade da Corticeira Amorim;

Em matéria de ambiente:

- Avaliar a sustentabilidade ambiental dos modelos de negócios da Corticeira Amorim;
- Desenvolver e propor ao Conselho de Administração uma estratégia de sustentabilidade ambiental transversal a todas as Unidades de Negócio, que seja integrante e coerente com a estratégia global da Corticeira Amorim;

Em matéria de responsabilidade social:

- Pronunciar-se, por sua iniciativa ou a solicitação do Conselho de Administração, sobre as políticas de solidariedade social, educação, ciência, inovação e mecenato cultural prosseguidas pela Corticeira Amorim;
- Acompanhar e pronunciar-se sobre a configuração de iniciativas concretas a desenvolver no quadro das políticas identificadas na alínea anterior;
- Acompanhar e pronunciar-se sobre a evolução dos índices de Higiene e Segurança no Trabalho, com especial atenção à sinistralidade no âmbito das unidades industriais da Corticeira Amorim;
- Acompanhar e pronunciar-se sobre a promoção da formação, da igualdade e do bem-estar dos colaboradores/as da Corticeira Amorim;

Em matéria de governo societário:

- Acompanhar, rever e avaliar a adequação do modelo de governo da Corticeira Amorim e a sua consistência com a legislação aplicável e com as melhores práticas, propondo alterações do modelo, sempre que entenda adequado;
- Acompanhar, rever e avaliar a articulação entre os órgãos sociais e as comissões internas;
- Preparar e acompanhar a tomada de decisões dos órgãos sociais e comissões relevantes em matérias de ESG, designadamente as que possam dar origem a eventuais conflitos de interesses;
- Acompanhar as ações de supervisão conduzidas pela CMVM relativas a matérias de governo societário;
- Formular recomendações sobre a eficiência do papel dos membros não-executivos do Conselho de Administração;
- Rever e propor ao Conselho de Administração o Relatório Anual de Governo Societário da Corticeira Amorim;
- Acompanhar as avaliações da Corticeira Amorim nos diversos *ratings* de ESG, bem como nos *ratings* com especial relevo no governo societário;

Em matéria de ética:

- Propor ao Conselho de Administração as medidas que considere adequadas ao desenvolvimento de uma cultura de ética empresarial e deontologia profissional no seio da Corticeira Amorim e à sua disseminação por todos os níveis hierárquicos das sociedades pertencentes à sua esfera;
- Avaliar e propor ao Conselho de Administração quaisquer alterações e/ou revisões do código interno de ética empresarial e conduta profissional;
- Aconselhar a Comissão de Auditoria sobre procedimentos de denúncias de inconformidades dos códigos internos ética empresarial e conduta profissional.

Síntese da atividade desenvolvida em 2021:

Esta Comissão reuniu três vezes ao longo de 2021, a assiduidade foi de 100% (em termos globais e individuais), tendo analisado, apreciado e, sempre que adequado, emitido opiniões e/ou recomendações sobre:

No âmbito da missão e das atribuições que lhe foram concedidas pelo Conselho de Administração a Comissão de E.S.G. apreciou e colaborou ativamente nos seguintes processos, tendo analisado, apreciado e, sempre que adequado, emitido opiniões e/ou recomendações sobre:

- Sustentabilidade: matriz de materialidade e estratégia (revisão em 2021); *road map* 2024/2030: definição de *targets* em matérias sociais e ambientais;
- Circularidade e reciclagem: relevância e plano de ação;
- ESG *ratings*: relevância e notação atribuída à Corticeira Amorim pelas várias empresas de E.S.G. *ratings* que a analisam; apreciação das práticas preconizadas por estas empresas e sua adequabilidade à Corticeira Amorim;

- Promoção da diversidade: análise da evolução, objetivos, ações e metas; Plano para a Igualdade de Género para o ano 2022;
- Relações com investidores: atividade do ano e principais *findings*/tendências em matérias ESG;
- Governo societário: o novo modelo de *governance* da Corticeira Amorim, a evolução das estruturas internas especializadas, a formalização da cultura do Grupo Corticeira Amorim (Códigos, Políticas e Regulamentos) e respetivo impacto no grau de adoção do Código de Governo Societário do Instituto Português de Corporate Governance; desenvolvimentos futuros;
- Ética: apreciação dos planos de ação que visam garantir a adoção das práticas previstas no Código de Ética Empresarial e Conduta Profissional da Corticeira Amorim;
- Política de remunerações: recomendação à Comissão de Nomeações, Avaliação e Remunerações no sentido da inclusão/consideração de objetivos ESG na próxima Política de Remunerações a submeter à Assembleia Geral;
- Apreciação de iniciativas de adesão voluntária da Corticeira Amorim que testemunham o seu compromisso com a adoção das melhores práticas ESG (exemplo: Global Compact Network Portugal).

IV. Comissão de Nomeações, Avaliação e Remunerações

A Comissão de Nomeações, Avaliação e Remunerações (CNAR) é uma comissão interna especializada permanente que tem por missão assessorar o Conselho de Administração (i) na preparação de planos de sucessão e recomendações de perfil para os membros dos órgãos sociais da Corticeira Amorim S.G.P.S., S.A.; e (ii) na avaliação do desempenho global do próprio Conselho de Administração, dos seus membros executivos, da Comissão de Auditoria e das comissões internas. A CNAR deve, ainda, acompanhar e apoiar o Conselho de Administração nas designações dos principais quadros dirigentes da Corticeira Amorim S.G.P.S., S.A. As atribuições da CNAR incidirão sobre os órgãos sociais e principais quadros dirigentes da Corticeira Amorim S.G.P.S., S.A.

A CNAR é composta por três membros, nomeados pelo Conselho de Administração da Corticeira Amorim, com maioria de membros não executivos independentes desse Conselho. O cargo de presidente da CNAR é, necessariamente, atribuído a um administrador independente que integre a Comissão de Auditoria da Corticeira Amorim.

A convite da CNAR, podem participar, de forma permanente, mas sem direito de voto, outras pessoas tendo em atenção o seu conhecimento especializado na área de intervenção da CNAR que pode, ainda, solicitar a participação, em reuniões específicas da CNAR, de outros elementos, internos ou externos à Corticeira Amorim, cujos conhecimentos sejam relevantes para os temas em discussão. Dentro das limitações orçamentais fixadas pelo Conselho de Administração, a CNAR pode decidir livremente a contratação, pela Sociedade, dos serviços de consultadoria necessários ou convenientes para o exercício das suas funções, devendo assegurar que tais serviços são prestados com independência e que os respetivos prestadores não serão contratados para a prestação de quaisquer outros serviços à própria Sociedade ou a outras que com ela se encontrem em relação de domínio ou de Grupo sem autorização expressa.

A CNAR foi designada pelo Conselho de Administração em 3 de maio de 2021, para o mandato 2021-2023, com a seguinte composição:

Presidente:	Maria Cristina Galhardo Vilão (administrador não executivo independente)
Vogal:	António Lopes Seabra (administrador não executivo independente)
Vogal:	Maria Alexandra Alçada Costa Godinho

Nos termos do respetivo regulamento (disponível em <https://www.amorim.com/pt/investidores/governo-societario/estatutos-regulamentos-e-politicas/>) estão atribuídas à CNAR as seguintes competências:

Em matéria de nomeações:

- Apoiar e aconselhar o Conselho de Administração na escolha dos administradores a designar para a Comissão Executiva do Conselho de Administração (CECA) e para as comissões internas;
- Apoiar e aconselhar o Conselho de Administração na identificação e seleção de potenciais candidatos para o preenchimento de vagas ocorridas nos órgãos sociais e nos principais quadros da Corticeira Amorim S.G.P.S., S.A.;
- Sempre que ocorra qualquer vaga ou um novo mandato nos órgãos sociais referidos na alínea b) supra, elaborar parecer fundamentado para o Conselho de Administração, identificando as pessoas, em seu entender, com perfil mais adequado ao preenchimento dessa vaga;
- Os pareceres da CNAR referidos na alínea c) supra serão acompanhados (i) de fundamentação a respeito da adequação do perfil, conhecimentos e currículo à função a desempenhar por cada candidato; e (ii) dos termos de referência utilizados pela CNAR. Estes pareceres serão elaborados individualmente sobre cada um dos candidatos a membros e/ou sobre o coletivo de cada órgão, devendo a CNAR induzir, na medida das suas competências, processos de seleção transparentes que incluam mecanismos efetivos de identificação de potenciais candidatos, e que sejam escolhidos para proposta os que apresentem maior mérito, melhor se adequem às exigências da função e promovam, dentro da organização, uma diversidade adequada incluindo de género;
- Elaborar recomendações critérios e requisitos relativos ao perfil de novos membros dos órgãos societários referidos na alínea b) supra adequados à função a desempenhar, sendo que, além de atributos individuais (como competência, independência, integridade, disponibilidade e experiência), esses perfis devem considerar requisitos de diversidade, dando particular atenção ao do género, que possam contribuir para a melhoria do desempenho do órgão e para o equilíbrio na respetiva composição;
- Rever e avaliar as incompatibilidades e a independência dos membros dos órgãos sociais;

Em matéria de avaliações e remunerações:

- g. Aconselhar o Conselho de Administração no seu processo de autoavaliação anual, incluindo a avaliação dos membros da CECA, da Comissão de Auditoria e das comissões internas;
- h. Aconselhar o Conselho de Administração na fixação dos objetivos individuais e remuneração fixa e variável dos primeiros responsáveis (não-administradores) das funções de controlo interno (Gestão de Riscos, Auditoria e *Compliance*);
- i. Aconselhar o Conselho de Administração na proposta dos critérios a utilizar no processo anual de avaliação e fixação da retribuição variável dos membros da CECA;
- j. Rever e propor ao Conselho de Administração a Política de Remunerações e o Relatório Anual de Remunerações da Corticeira Amorim, nos termos previstos na Lei nº 50/2020, de 25 de agosto, e emitir parecer sobre as propostas aprovadas pelo Conselho de Administração para apresentação à apreciação da Assembleia Geral anual ordinária da Corticeira Amorim S.G.P.S., S.A.;
- k. Desempenhar outras competências ou responsabilidades que venham a ser delegadas na CNAR pelo Conselho de Administração no âmbito das suas funções.

A CNAR não tem qualquer competência no que toca à definição da remuneração dos órgãos sociais da Corticeira Amorim, S.G.P.S., S.A. ou dos seus principais quadros dirigentes, mas a avaliação efetuada por esta Comissão e o parecer sobre Política de Remunerações dos Órgãos Sociais e dos Demais Dirigentes da Corticeira Amorim poderão, potencial e indiretamente, ter impacto nas referidas remunerações.

Síntese da atividade desenvolvida em 2021:

Esta Comissão realizou contactos e trabalhos preparatórios, após o que reuniu no dia 26 de novembro de 2021 (por via telemática), com a presença e participação de todos os seus membros (assiduidade de 100%, em termos globais e individuais), tendo analisado, apreciado e, sempre que adequado, emitido opiniões e/ou recomendações sobre:

- A política e práticas atuais da Sociedade no que respeita a remunerações e avaliações, tendo também analisado o preconizado pelo Código do Governo Societário do IPCG, concluindo pela pertinência de ajustar a Política de Remunerações àquelas recomendações, sempre que possível e aplicável;
- No âmbito da análise das atuais práticas remuneratórias da Sociedade quanto aos membros executivos do Conselho de Administração, foi feita uma recomendação ao Conselho de Administração transmitida na reunião do Conselho de Administração de 6 de dezembro de 2021;
- Analisou a recomendação da Comissão de E.S.G. no sentido da “inclusão/consideração de objetivos ESG na próxima Política de Remunerações a submeter à Assembleia Geral”, tendo sido confirmado à CESG que, no âmbito da preparação da revisão da Política de Remunerações da Sociedade, a CNAR pretende contemplar o estabelecimento de critérios para a remuneração variável dos administradores executivos que permitam o alinhamento com os interesses a longo prazo da empresa e dos acionistas, e com uma atuação sustentável e relacionada com a responsabilidade social da empresa;
- Realizou trabalhos preparatórios relativos às políticas de nomeações e de remunerações, com vista à sua elaboração/ revisão e discussão nos primeiros meses de 2022 para proposta ao Conselho de Administração e posterior apreciação pela Assembleia Geral;

- Participou nos trabalhos preparatórios de uma nova Política de Diversidade para gestores e colaboradores/as e de alteração da atual Política de Recursos Humanos, para proposta ao Conselho de Administração;
- Analisou a proposta sobre o Plano de Formação para o Conselho de Administração no ano 2022.

III. FISCALIZAÇÃO

a) Composição

30. Identificação do órgão de fiscalização correspondente ao modelo adotado.

A Sociedade adota o modelo de governação anglo-saxónico, com uma dupla fiscalização composta pela Comissão de Auditoria e pelo Revisor Oficial de Contas.

31. Composição do órgão de fiscalização, com indicação do número estatutário mínimo e máximo de membros, duração estatutária do mandato, número de membros efetivos, data da primeira designação e data do termo de mandato de cada membro.

Os Estatutos determinam que a Comissão de Auditoria pode ser composta por três ou quatro membros efetivos, a maioria dos quais independente, podendo ter um suplente.

Em 23 de abril de 2021, a Assembleia Geral de acionistas elegeu uma Comissão de Auditoria composta por quatro membros efetivos, todos independentes, para o exercício de funções no mandato de 2021-2023:

José Pereira Alves (presidente)

Data da primeira designação para presidente da Comissão de Auditoria: 23 de abril de 2021

Data do termo do mandato em curso: 31 de dezembro de 2023, mantendo-se em funções até nova eleição nos termos legais.

Marta Parreira Coelho Pinto Ribeiro (vogal)

Data da designação para suplente do Conselho Fiscal: 12 de abril de 2019

Data da primeira designação para vogal efetivo do Conselho Fiscal: 18 de junho de 2019

Data da primeira reeleição para vogal do Conselho Fiscal: 26 de junho de 2020 (mandato 2020-2022)

Data da primeira designação para vogal da Comissão de Auditoria: 23 de abril de 2021

Data do termo do mandato em curso: 31 de dezembro de 2023, mantendo-se em funções até nova eleição nos termos legais.

Maria Cristina Galhardo Vilão (vogal)

Data da designação para suplente do Conselho Fiscal: 26 de junho de 2020 (mandato 2020-2022)

Data da designação para vogal efetivo do Conselho Fiscal: 23 de dezembro de 2020

Data da primeira designação para vogal da Comissão de Auditoria: 23 de abril de 2021

Data do termo do mandato em curso: 31 de dezembro de 2023, mantendo-se em funções até nova eleição nos termos legais.

António Lopes Seabra (vogal)

Data da primeira designação para vogal da Comissão de Auditoria: 23 de abril de 2021

Data do termo do mandato em curso: 31 de dezembro de 2023, mantendo-se em funções até nova eleição nos termos legais.

Todos os membros que, à data de emissão este relatório, integram a Comissão de Auditoria são independentes.

Aplica-se à Comissão de Auditoria a Política de Promoção da Diversidade nos Órgãos Sociais transcrita no comentário à Recomendação I.2.1. deste relatório (disponível para consulta em: <https://www.amorim.com/pt/investidores/governo-societario/orgaos-sociais/>), visando os objetivos aí referidos. A efetiva diversidade na sua composição (de idade, género, habilitações e antecedentes profissionais) encontra-se detalhada no ponto 33. deste relatório.

A dimensão, as competências reunidas e a diversidade na composição da Comissão de Auditoria, conjugadas com a disponibilidade de todos os membros, são adequadas à dimensão da Sociedade e à complexidade dos riscos inerentes à sua atividade, assegurando o exercício cabal, eficiente e diligente das funções que estão acometidas a este órgão.

32. Identificação dos membros do órgão de fiscalização que se considerem independentes, nos termos do artigo 414.º, n.º 5 CSC.

Tanto quanto é do conhecimento da Sociedade, todos os membros da Comissão de Auditoria são independentes, cumprindo os critérios de independência previstos no n.º 5 do artigo 414.º, bem como as regras de incompatibilidade previstas no n.º 1 do artigo 414.º-A, ambos do Código das Sociedades Comerciais.

33. Qualificações profissionais de cada um dos membros do órgão de fiscalização e outros elementos curriculares relevantes.

Conforme descrito no ponto 19.

b) Funcionamento

34. Existência e local onde podem ser consultados os regulamentos de funcionamento do órgão de fiscalização.

O regulamento de funcionamento da Comissão de Auditoria pode ser consultado em: <https://www.amorim.com/pt/investidores/governo-societario/estatutos-regulamentos-e-politicas/>.

35. Número de reuniões realizadas e grau de assiduidade às reuniões realizadas de cada membro do órgão de fiscalização.

A Comissão de Auditoria reúne sempre que for convocado pelo presidente ou por outros dois membros do Conselho e, pelo menos, bimensalmente nos termos do artigo 11.º do regulamento deste órgão.

Durante o ano 2021 realizaram-se sete reuniões do órgão de fiscalização (2020: 7): duas reuniões do Conselho Fiscal, em exercício de funções até 23 de abril de 2021; e cinco reuniões da Comissão de Auditoria, em exercício desde 23 de abril de 2021. A assiduidade global e individual foi de 100%.

36. Disponibilidade de cada um dos membros da Comissão de Auditoria, com indicação dos cargos exercidos em simultâneo em outras empresas, dentro e fora do Grupo, e outras atividades relevantes exercidas pelos membros daqueles órgãos no decurso do exercício.

Conforme descrito no ponto 26.

c) Competências e funções

37. Descrição dos procedimentos e critérios aplicáveis à intervenção do órgão de fiscalização para efeitos de contratação de serviços adicionais ao auditor externo.

Compete à Comissão de Auditoria monitorizar a independência do Revisor Oficial de Contas, designadamente no tocante à prestação de serviços adicionais.

Sujeitos a aprovação prévia expressa do órgão de fiscalização (até 23 de abril de 2021: Conselho Fiscal; depois, Comissão de Auditoria), foram contratados serviços distintos dos serviços de revisão legal de contas ao Revisor Oficial de Contas. Tais serviços encontram-se descritos e quantificados no ponto 47.

38. Outras funções do órgão de fiscalização.

À Comissão de Auditoria, nos termos da lei e do respetivo Regulamento de funcionamento (disponível <https://www.amorim.com/pt/investidores/governo-societario/estatutos-regulamentos-e-politicas/>) compete:

- a. Fiscalizar a administração da Sociedade;
- b. Vigiar pela observância da lei e do contrato de Sociedade;
- c. Elaborar anualmente relatório sobre a sua ação fiscalizadora e dar parecer sobre o relatório, contas e propostas apresentadas pela administração;
- d. Convocar a Assembleia Geral, quando o presidente da Mesa o não faça, devendo fazê-lo;
- e. Apreciar e dar parecer prévio sobre as transações com partes relacionadas, nos termos do regulamento próprio de acordo com a lei aplicável;
- f. Atestar se o relatório sobre a estrutura e as práticas de governo societário divulgado inclui os elementos referidos no artigo 29º-H do Código de Valores Mobiliários;
- g. Contratar a prestação de serviços de peritos que coadjuvem um ou vários dos seus membros no exercício das suas funções, devendo a contratação e a remuneração dos peritos ter em conta a importância dos assuntos a ele cometidos e a situação económica da Sociedade, devendo previamente comunicar ao Conselho de Administração o âmbito e as condições da prestação de serviços a contratar;
- h. Cumprir as demais atribuições constantes da lei ou do contrato de sociedade.
- i. Verificar a regularidade dos livros, registos contabilísticos e documentos que lhe servem de suporte;
- j. Verificar, quando o julgue conveniente e pela forma que entenda adequada, a extensão da caixa e das existências de qualquer espécie de bens ou valores pertencentes à Sociedade ou por ela recebidos em garantia, depósito ou outro título;
- k. Verificar a exatidão dos documentos de prestação de contas;

- l. Verificar se as políticas contabilísticas e os critérios valorimétricos adotados pela Sociedade conduzem a uma correta avaliação do património e dos resultados;
- m. Assegurar-se, com independência e de forma diligente, de que o órgão de administração cumpre as suas responsabilidades na escolha de políticas e critérios contabilísticos apropriados e no estabelecimento de sistemas adequados para o reporte financeiro, para a gestão de riscos, para o controlo interno e para a auditoria interna.
- n. Fiscalizar a adequação do processo de preparação e de divulgação de informação financeira pelo órgão de administração, incluindo a adequação das políticas contabilísticas, das estimativas, dos julgamentos, das divulgações relevantes e sua aplicação consistente entre exercícios, de forma devidamente documentada e comunicada, bem como apresentar recomendações ou propostas para garantir a sua integridade;
- o. Fiscalizar e avaliar a adequação da estrutura e a eficácia do sistema de controlo interno compreendendo as funções de gestão de riscos, *compliance* e auditoria interna, devendo, ainda, pronunciar-se sobre: (i) as linhas estratégicas e a política de risco, previamente à sua aprovação final pelo órgão de administração; e (ii) os planos de trabalho e os recursos afetos aos serviços do sistema de controlo interno, incluindo as funções de gestão de riscos, *compliance* e auditoria interna, podendo propor os ajustamentos que se mostrem necessários;
- p. Propor e implementar mecanismos e procedimentos de: (i) controlo e avaliação periódicos com vista a garantir que os riscos efetivamente incorridos pela Sociedade são consistentes com os objetivos fixados pelo órgão de administração; (ii) ajustamento do sistema de controlo interno, incluindo uma avaliação anual do grau de cumprimento interno e do desempenho desse sistema, bem como da perspectiva de alteração do quadro de risco anteriormente definido;
- q. Receber as comunicações de irregularidades apresentadas por acionistas, colaboradores/as da Sociedade ou outros;
- r. Analisar as comunicações de irregularidades recebidas, solicitando aos restantes órgãos sociais e estruturas da Sociedade os esclarecimentos necessários às situações reportadas, dando-lhes o tratamento adequado;
- s. Sugerir, na sequência da análise referida na alínea anterior, medidas acauteladoras da ocorrência dessas irregularidades e dar conhecimento delas ao Conselho de Administração e às entidades, internas ou externas, que cada situação concreta justifique, garantindo-se sempre a não divulgação da identidade dos comunicadores, exceto se estes expressamente o não pretenderem;
- t. Suspender administradores quando:
- As suas condições de saúde os impossibilitem temporariamente de exercer as funções;
 - Outras circunstâncias pessoais obstem a que exerçam as suas funções por tempo presumivelmente superior a 60 dias e solicitem à comissão de auditoria a suspensão temporária
- ou este entenda que o interesse da Sociedade a exige; Declarar o termo das funções de administradores quando ocorrer, posteriormente à sua designação, alguma incapacidade ou incompatibilidade que constitua impedimento a essa designação e o administrador não deixe de exercer o cargo ou não remova a incompatibilidade superveniente no prazo de 30 dias;
- u. Relativamente à prestação de contas, compete à Comissão de Auditoria:
- Acompanhar e fiscalizar a revisão de contas individuais e consolidadas, nomeadamente a sua execução, tendo em conta as eventuais constatações e conclusões da Comissão do Mercado de Valores Mobiliários;
 - Apreciar o relatório de gestão, as contas do exercício, a certificação legal das contas ou a declaração de impossibilidade de certificação, bem assim como o relatório adicional a preparar pelo Revisor Oficial de Contas nos termos do artigo 24.º da Lei 148/2015;
 - Se concordar com a certificação legal das contas ou com a declaração de impossibilidade de certificação, declará-lo expressamente no seu parecer;
 - Se discordar da certificação legal das contas ou da declaração de impossibilidade de certificação, consignar no relatório as razões da sua discordância;
 - Remeter o relatório e parecer ao Conselho de Administração, no prazo de quinze dias a contar da data em que tiver recebido os referidos elementos de prestação de contas;
 - Emitir, no seu relatório e parecer, uma declaração, subscrita por cada um dos seus membros, cujos nomes e funções devem ser claramente indicados, onde afirmem que, relativamente ao relatório de gestão, às contas anuais e demais documentos de prestação de contas exigidas por lei ou regulamento da CMVM, tanto quanto é do seu conhecimento, a informação foi elaborada em conformidade com as normas contabilísticas aplicáveis, dando uma imagem verdadeira e apropriada do ativo e do passivo, da situação financeira e dos resultados da Sociedade e das empresas incluídas no perímetro da consolidação, e que o relatório de gestão expõe fielmente a evolução dos negócios, do desempenho e da posição da Sociedade e das empresas incluídas no perímetro de consolidação, e contém uma descrição dos principais riscos e incertezas com que se defrontam.
- v. Relativamente ao Revisor Oficial de Contas, compete à Comissão de Auditoria:
- Selecionar os revisores oficiais de contas a propor à Assembleia Geral e recomendar justificadamente a preferência por um deles;
 - Acompanhar e fiscalizar, nos termos do regime legal aplicável, os procedimentos de fiscalização destinados a assegurar a independência do Revisor Oficial de Contas, incluindo a obtenção das confirmações escritas formais do revisor oficial de contas previstas nos artigos 63º e 78º do Estatuto da Ordem dos Revisores Oficiais de Contas e, em especial, verificar a adequação e aprovar a prestação de outros serviços para além dos serviços de auditoria;

- Assumir-se como principal interlocutor do revisor oficial de contas, competindo-lhe, designadamente, propor a respetiva remuneração e zelar para que sejam asseguradas, dentro da empresa, as condições adequadas à prestação dos serviços;
- Avaliar anualmente o trabalho realizado pelo revisor oficial de contas, a sua independência e adequação para o exercício das funções e propor ao órgão competente a sua destituição ou a resolução do contrato de prestação dos seus serviços sempre que se verifique justa causa para o efeito.
- Se as políticas contabilísticas e os critérios valorimétricos adotados pela Sociedade conduzem a uma correta avaliação do património e dos resultados;
- Comunicar, imediatamente, por carta registada, ao presidente do Conselho de Administração os factos de que tenha conhecimento e que considere revelarem graves dificuldades na prossecução do objeto da Sociedade, designadamente reiteradas faltas de pagamento a fornecedores, protestos de título de crédito, emissão de cheques sem provisão, falta de pagamento de quotizações para a segurança social ou de impostos. Requerer ao presidente do conselho, no caso de este não ter respondido à carta ou de a resposta ser considerada insatisfatória, a convocação do Conselho de Administração para reunir, com a sua presença, com vista a apreciar os factos e a tomar as deliberações adequadas. No caso de a reunião não se realizar ou se as medidas adotadas não forem consideradas adequadas à salvaguarda do interesse da Sociedade, requerer, por carta registada, que seja convocada uma Assembleia Geral para apreciar e deliberar sobre os factos constantes das citadas cartas registadas e da ata da reunião do conselho acima referida.

É garantido à Comissão de Auditoria o acesso a toda a documentação e colaboradores/as da Sociedade para obtenção regular de informação sobre a evolução da atividade em geral e, em particular das áreas que são da sua especial competência. Está igualmente implementado um sistema de reporte regular de informação que abrange, entre outros, os relatórios de auditoria interna e a listagem das transações com partes relacionadas.

IV. REVISOR OFICIAL DE CONTAS

39. Identificação do revisor oficial de contas e do sócio revisor oficial de contas que o representa.

O Revisor Oficial de Contas é composto por um membro efetivo e um suplente, qualquer deles revisor oficial de contas ou sociedade de revisores oficiais de contas.

A Assembleia Geral de acionistas, realizada em 23 de abril de 2021 reelegeu para o corrente mandato (2021-2023):

Revisor Oficial de Contas efetivo: ERNST & YOUNG AUDIT & ASSOCIADOS – SROC, S.A., representado por Rui Manuel da Cunha Vieira

Suplente: Pedro Jorge Pinto Monteiro da Silva e Paiva

Data da primeira eleição: 7 de abril de 2017 (mandato 2017-2019)

Data da primeira reeleição: 26 de junho de 2020 (mandato 2020-2022, interrompido em 2021 na sequência da alteração do modelo de governo da Sociedade e, consequentemente, de nova eleição para os órgãos sociais)

Data da segunda reeleição: 23 de abril de 2021 (mandato 2021-2023)

Data do termo do mandato em curso: 31 de dezembro de 2023, mantendo-se em funções até nova eleição nos termos legais.

Compete ao Revisor Oficial de Contas:

- Proceder a todos os exames e verificações necessários à revisão e certificação legal das contas da Sociedade, devendo designadamente verificar:
 - A regularidade dos livros, registos contabilísticos e documentos que lhe servem de suporte;
 - Quando o julgue conveniente e pela forma que entenda adequada, a extensão da caixa e as existências de qualquer espécie dos bens ou valores pertencentes à Sociedade ou por ela recebidos em garantia, depósito ou por outro título;
 - A exatidão dos documentos de prestação de contas;

40. Indicação do número de anos em que o revisor oficial de contas exerce funções consecutivamente junto da sociedade e/ou Grupo.

A ERNST & YOUNG AUDIT & ASSOCIADOS – SROC, S.A. foi eleita em 7 de abril de 2017 (mandato 2017-2019) e reeleita em 23 de abril de 2021 (mandato em curso: 2021-2023), sendo 2021 o quinto ano consecutivo de exercício de funções.

41. Descrição de outros serviços prestados pelo ROC à sociedade.

Durante o exercício em apreço, foram contratados à ERNST & YOUNG AUDIT & ASSOCIADOS – SROC, S.A., incluindo outras entidades pertencentes à mesma rede, pela Sociedade e sociedades que com esta se encontram em relação de domínio ou de Grupo, serviços de auditoria e revisão legal de contas e outros serviços sujeitos a apreciação e aprovação prévia do órgão de fiscalização em exercício (Conselho Fiscal: até 23 de abril de 2021; Comissão de Auditoria: de 23 de abril a 31 de dezembro de 2021), tais como a revisão de informação financeira intercalar e outros serviços de garantia de fiabilidade.

No ponto 47. divulga-se o montante total destes serviços.

V. AUDITOR EXTERNO

42. Identificação do auditor externo designado para os efeitos do artigo 8.º e do sócio revisor oficial de contas que o representa no cumprimento dessas funções, bem como o respetivo número de registo na CMVM.

A auditoria externa da Corticeira Amorim é feita pelo Revisor Oficial de Contas, cargo exercido pela A ERNST & YOUNG AUDIT & ASSOCIADOS – SROC, S.A., representada por Rui Manuel da Cunha Vieira (ROC).

43. Indicação do número de anos em que o auditor externo e o respetivo sócio revisor oficial de contas que o representa no cumprimento dessas funções exercem funções consecutivamente junto da sociedade e/ou do Grupo.

Conforme descrito no ponto 40 – cinco anos consecutivos.

44. Política e periodicidade da rotação do auditor externo e do respetivo sócio revisor oficial de contas que o representa no cumprimento dessas funções.

Nesta matéria, a Corticeira Amorim alinha as suas práticas com o previsto na Lei n.º140/2015, de 07 de setembro (Estatuto da Ordem dos Revisores Oficiais de Contas) para as entidades de interesse público:

- o mandato inicial para o exercício de funções de revisão legal de contas pelo auditor externo é, pelo menos, de dois anos;
- a renovação de mandatos do auditor externo está limitada ao cumprimento de um período máximo consecutivo de exercício de funções de 10 anos;
- o período máximo de exercício de funções pelo sócio revisor oficial de contas que representa o auditor externo é de sete anos, a contar da sua primeira designação.

45. Indicação do órgão responsável pela avaliação do auditor externo e periodicidade com que essa avaliação é feita.

Compete à Comissão de Auditoria avaliar anualmente o trabalho realizado pelo revisor oficial de contas, a sua independência e adequação para o exercício das funções.

46. Identificação de trabalhos, distintos dos de auditoria, realizados pelo auditor externo para a sociedade e/ou para sociedades que com ela se encontrem em relação de domínio, bem como indicação dos procedimentos internos para efeitos de aprovação da contratação de tais serviços e indicação das razões para a sua contratação.

Conforme descrito no ponto 41. (identificação de trabalhos) e no ponto 37. (procedimentos internos).

47. Indicação do montante da remuneração anual paga pela sociedade e/ou por pessoas coletivas em relação de domínio ou de Grupo ao auditor e a outras pessoas singulares ou coletivas pertencentes à mesma rede e discriminação da percentagem respeitante aos serviços.

A rubrica de Revisão de informação financeira intercalar e outros serviços de garantia de fiabilidade inclui a revisão limitada das demonstrações financeiras consolidadas para o período de seis meses findo em 30 de junho de 2021, revisão independente do relatório de sustentabilidade, revisão Independente do relatório de obrigações verdes e certificação de despesas incluídas no âmbito de projeto de investimento subsidiados.

A rubrica de Outros serviços inclui a realização de estudos de ciclo de vida e/ou de análise de pegada carbónica de vários produtos das Unidades de Negócios das Rolhas e dos Revestimentos.

Administradores	Auditoria e revisão legal de contas	Revisão de informação financeira intercalar e outros serviços de garantia de fiabilidade	Assessoria fiscal	Outros serviços	Total
EY SROC					
Corticeira Amorim	39 000	26 200	0	0	65 200
Entidades que integram o Grupo	158 550	3 710	0	13 050	175 310
Empresas da rede EY					
Corticeira Amorim	0	0	0	0	0
Entidades que integram o Grupo	116 860	0	0	0	116 860
Total	314 410	29 910	0	13 050	357 370
Corticeira Amorim	39 000	26 200	0	0	65 200
Entidades que integram o Grupo	275 410	3 710	0	13 050	292 170
Total	314 410	29 910	0	13 050	357 370
	88%	8%	0%	4%	100%

valores em euros



© Augusto Brázio, 2016

Após o descortiçamento, a comunicação dos tecidos vivos do sobreiro com o exterior faz-se através de células que, pela oxidação dos taninos, adquirem com o tempo a cor terrenta, rosada e avermelhada.

C – ORGANIZAÇÃO INTERNA

I. ESTATUTOS

48. Regras aplicáveis à alteração dos Estatutos da sociedade.

As regras aplicáveis à alteração dos Estatutos da Sociedade são as previstas na lei com a seguinte especificidade prevista nos seus Estatutos: a administração da Sociedade é exercida por um Conselho de Administração composto por um presidente, um vice-presidente e um a nove vogais, podendo esta disposição estatutária ser alterada apenas por deliberação de maioria de acionistas correspondente a dois terços do capital social.

II. COMUNICAÇÃO DE IRREGULARIDADES

49. Meios e política de comunicação de irregularidades ocorridas na sociedade.

A Corticeira Amorim dispõe de um Código de Ética Empresarial e Conduta Profissional, disponível para consulta em: <https://www.amorim.com/pt/investidores/governo-societario/estatutos-regulamentos-e-politicas/>, que formaliza o conjunto de regras e orientações que devem pautar as decisões e a atuação quotidiana do Grupo e dos seus colaboradores/as, seja nas relações internas (com demais colaboradores/as), seja nas relações externas com os demais parceiros de negócios (investidores, clientes, fornecedores de bens e serviços, instituições públicas e privadas, as comunidades locais e a sociedade em geral).

As infrações a este código por parte de colaboradores/as (incluindo membros dos órgãos sociais, diretores e trabalhadores/as) da Organização devem ser imediatamente corrigidas, devendo cessar imediatamente toda a prática contrária ao preconizado no código. Independentemente de outra responsabilidade em que o infrator possa incorrer, as infrações serão sancionadas de acordo com as leis e regulamentos laborais, bem como outras disposições legais que devam ser aplicadas. Nos termos da lei, as sanções disciplinares poderão incluir o término da relação laboral.

O Conselho de Administração garante a aplicação do código e, sempre que necessário (i) estabelece critérios de interpretação, enviando conclusões à Comissão de Auditoria e ao Departamento Jurídico, devendo tais interpretações ser divulgadas pelos mesmos meios que o código; (ii) adota quaisquer diretrizes e procedimentos apropriados para desenvolver as disposições do código, divulgando-os também pelos mesmos meios.

A Comissão de Auditoria é o órgão social a quem compete receber e dar o devido seguimento às comunicações de irregularidades, desta forma zelando também pela aplicação do código.

O Departamento de Auditoria Interna inclui no seu plano anual de atividades a recolha de informação sobre incidentes e/ou infrações ao Código de Ética Empresarial e Conduta Profissional, produzindo um relatório anual sobre o tema, que será submetido à Comissão de Auditoria para avaliação e aprovação. Uma vez aprovado pela Comissão de Auditoria, será comunicado ao Conselho de Administração.

Todos os indivíduos vinculados pelo Código de Ética Empresarial e Conduta Profissional devem cumprir e contribuir para a conformidade deste código ou de regulamentos, políticas ou princípios a ele associados. Para esse fim, encontra-se estabelecido um Procedimento de Comunicação de Irregularidades que permite que tanto os colaboradores/as vinculados pelo código como outros destinatários notifiquem confidencialmente qualquer violação dos princípios contidos neste código, sem receio de represálias. Esse procedimento encontra-se anexado ao código e publicado na *Intranet* da Sociedade e na página corporativa da Corticeira Amorim, também de forma autonomizada, para que todos os seus destinatários a ele possam ter acesso.

Conforme referido, compete à **Comissão de Auditoria** nos termos do respetivo Regulamento (disponível para consulta em: <https://www.amorim.com/pt/investidores/governo-societario/estatutos-regulamentos-e-politicas/>) receber as comunicações de irregularidades apresentadas por acionistas, por colaboradores/as da Sociedade ou por outras pessoas/entidades, dando-lhes o tratamento adequado.

As comunicações deverão ser dirigidas à:

Comissão de Auditoria da Corticeira Amorim, S.G.P.S., S.A.
Morada: Sede social da Sociedade: Rua Comendador Américo
Ferreira de Amorim, n.º 380
4535-186 MOZELOS
Telefone: 22 747 54 00 | E-mail: supervision@amorim.com

assegurando a Sociedade que o conteúdo das comunicações recebidas é, em primeiro lugar, do conhecimento da Comissão de Auditoria (a nenhum colaborador/a da Sociedade está autorizada a abertura de correspondência dirigida especificamente a este órgão social ou a qualquer um dos seus membros individualmente identificados).

Compete à Comissão de Auditoria, nos termos do respetivo Regulamento, analisar as comunicações recebidas, solicitar aos restantes órgãos sociais e estruturas da Sociedade os esclarecimentos necessários à situação reportada, sendo competente para, face a cada situação concreta:

- Sugerir medidas acauteladoras de ocorrência de irregularidades;
- Dar conhecimento das irregularidades efetivas ao Conselho de Administração e às entidades, internas ou externas, que cada situação concreta justifique.

Em todo o processo se garante a não divulgação da identidade dos comunicadores, exceto se estes expressamente não pretendam tal tratamento.

É convicção da Corticeira Amorim que (i) a atribuição de tal competência à Comissão de Auditoria – órgão integralmente constituído por membros independentes, garantindo assim a análise e tratamento imparcial de irregularidades que possam ser comunicadas, (ii) a não imposição da forma que deve assumir tal comunicação, deixando ao critério do declarante a utilização do suporte que julgue mais adequado a tal comunicação, (iii) a obrigação de se assegurar a proteção de dados (cumprindo escrupulosamente as indicações do declarante em matéria de confidencialidade) e de colaboradores/as, constituem medidas que, mantendo a simplicidade da comunicação, salvaguardam os direitos quer do declarante quer dos colaboradores/as da Organização e efetivamente promovem a investigação e o esclarecimento imparcial das situações declaradas.

Aqueles que solicitarem aconselhamento ou desejarem denunciar um incidente serão tratados com respeito e dignidade, de acordo com os seguintes princípios:

- **Confidencialidade:** os detalhes e as declarações feitas serão examinados com a maior confidencialidade em todas as fases da investigação., sendo garantida a máxima confidencialidade das informações transmitidas e da identidade do transmitente da informação, sempre que este o solicite.
- **Exaustiva:** as informações recebidas sobre violações potenciais do Código de Ética Empresarial e Conduta Profissional ou de Regulamentos, Políticas ou Princípios a ele associados, devem ser investigados em detalhe e de forma completa para determinar a veracidade da situação relatada.
- **Respeito e dignidade:** aqueles que solicitem aconselhamento ou que desejem denunciar um incidente serão tratados com o máximo respeito e dignidade, respeitando sempre os direitos fundamentais das pessoas envolvidas em possíveis violações. Antes de fazer avaliações sobre as informações e situações relatadas, os terceiros e/ou colaboradores/as afetados terão o direito de apresentar as razões e explicações que julgarem necessárias.
- **Fundamentos:** qualquer decisão deve ser adotada de forma razoável, proporcional e apropriada, considerando as circunstâncias e a configuração dos eventos.

A Organização assume o compromisso de não retaliação ou represálias contra quem reclama/denuncia, bem como o do tratamento justo de quem é visado. Em particular, o colaborador/a que comunicar a realização de atividades ilícitas de outrem, procedendo de boa-fé e de acordo com critérios de razoabilidade e prudência, não pode ser, por esse facto, alvo de qualquer procedimento disciplinar.

Tal compromisso não prejudica, no entanto, o direito a quaisquer ações legais, civis ou criminais, que possam corresponder à(s) parte(s) afetada(s), pelo que a Organização recomenda que: (i) o uso do procedimento de comunicação de irregularidades seja prudente, profissional e de acordo com os mais altos padrões de integridade; e (ii) a comunicação seja fundamentada e feita de boa-fé e não seja abusiva ou formulada com base em conjeturas ou suposições.

O comunicador poderá, ainda, se assim o entender, pedir previamente, ao Departamento Jurídico da Organização, um parecer sobre os riscos da comunicação e/ou sobre a razoabilidade dos fundamentos. Sempre que tal seja solicitado, o Departamento Jurídico assegura a não divulgação da identidade dos comunicadores e das informações por estes fornecidas, mantendo-se nestes últimos a decisão de avançar ou não com a comunicação. *Email* expressamente configurado para este fim: legal@amorim.com

Procedimento para comunicação de irregularidades disponível para consulta em: <https://www.amorim.com/pt/investidores/governo-societario/estatutos-regulamentos-e-politicas/>.

III. CONTROLO INTERNO E GESTÃO DE RISCOS

50. Pessoas, órgãos ou comissões responsáveis pela auditoria interna e/ou pela implementação de sistemas de controlo interno.

A responsabilidade pela auditoria interna e pela implementação de sistemas de controlo interno é do Conselho de Administração. Na sua operacionalização, existe uma área de suporte transversal, a Auditoria Interna, que reporta também à Comissão de Auditoria.

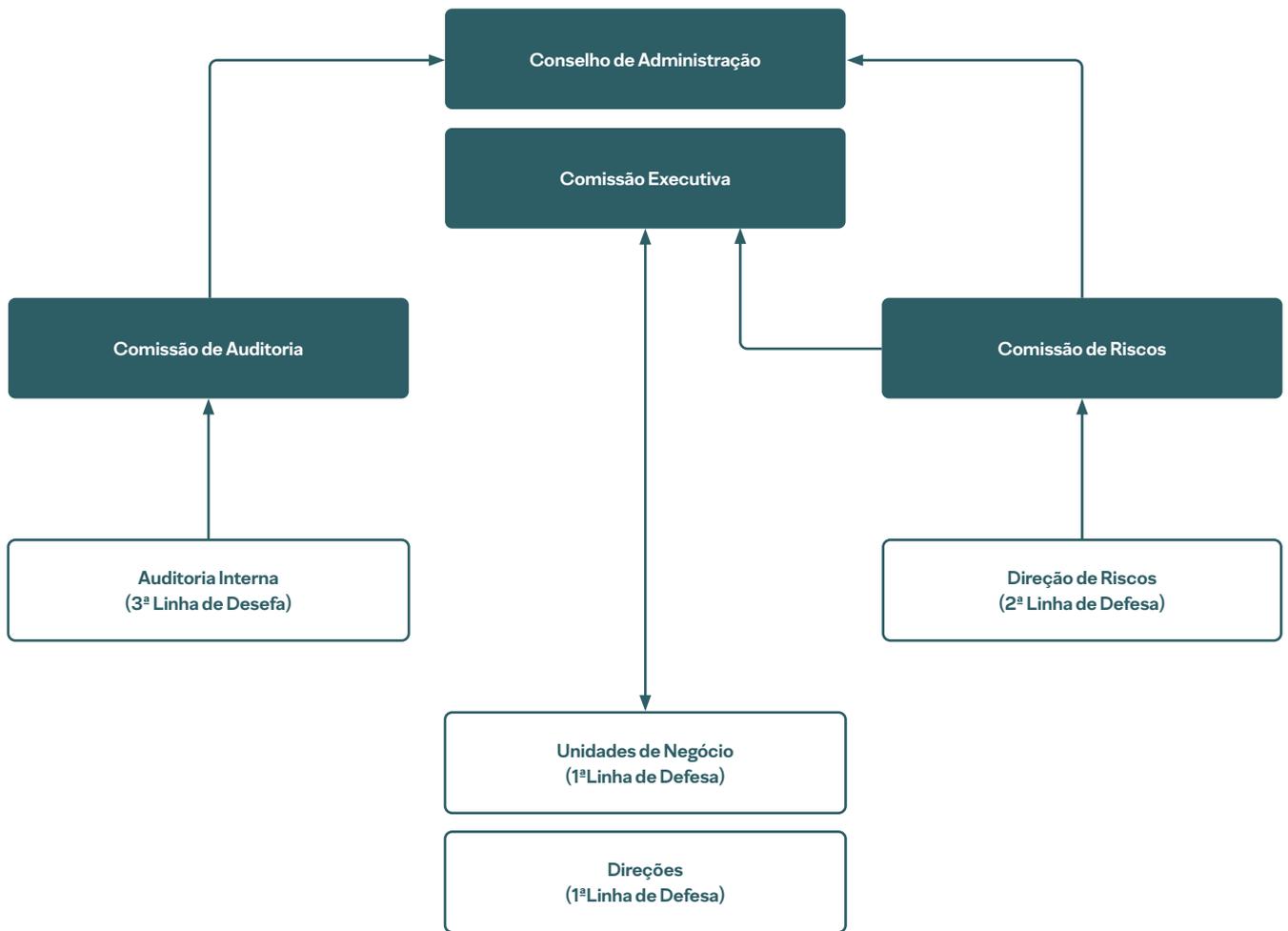
51. Explicitação, ainda que por inclusão de organograma, das relações de dependência hierárquica e/ou funcional face a outros órgãos ou comissões da sociedade.

Conforme referido nos pontos 50. e 52.

52. Existência de outras áreas funcionais com competências no controlo de riscos.

Ao nível do Conselho de Administração e da Comissão Executiva, o objetivo principal consiste na visão integrada dos fatores considerados críticos, pela rendibilidade e/ou riscos associados, para a criação sustentada de valor para a Sociedade e o acionista, competindo-lhe a definição da estratégia e das políticas de risco, bem como dos parâmetros de avaliação do risco considerado aceitável, com suporte da Comissão de Riscos (comissão interna especializada) e em ligação à Comissão de Auditoria.

A Corticeira Amorim apresenta um fluxo integrado de *governance* do processo de gestão de riscos, baseado no conceito de Linhas de Defesa.



Conselho de Administração:

- Fomentar a gestão do risco e promover a cultura de risco no Grupo;
- Aprovar a política de gestão do risco;
- Assegurar o funcionamento do processo de gestão dos riscos e supervisionar a execução da estratégia de risco;
- Apoiar a organização, dotando as Linhas de Defesa com recursos humanos, financeiros e de qualquer natureza para que possam desempenhar o seu papel no processo de gestão de risco de forma efetiva;
- Apreciar o Relatório Anual de Gestão de Riscos; e
- Atualizar e aprovar anualmente o Plano Plurianual de Riscos.

- Discutir e emitir os pareceres e as recomendações ao Conselho de Administração que entenda adequados sobre estratégias de risco a nível agregado e por tipo de risco;
- Propor a criação de mecanismos que assegurem a implementação de processos que promovam o respeito pelas políticas de riscos aprovadas;
- Rever anualmente as políticas e procedimentos de riscos, dirigindo o resultado dessa revisão ao Conselho de Administração; e
- Elaboração de um Relatório Anual de Gestão de Riscos dirigido ao Conselho de Administração e à Comissão de Auditoria, o qual deverá incluir uma **apreciação** sobre os seguintes temas:

Comissão de Risco:

- Aconselhar o Conselho de Administração sobre a política de riscos da Corticeira Amorim e, nesse quadro, sobre a apetência de riscos gerais, atuais e futuros;
- Avaliar e monitorar os principais riscos inerentes à atividade da Corticeira Amorim, bem como o nível de exposição ao risco e a sua potencial evolução;
- Informar a Comissão de Auditoria sobre os riscos a que a Corticeira Amorim se encontra sujeita e sobre a eficácia dos respetivos planos de mitigação, promovendo as recomendações e os reportes que o Conselho de Administração e/ou a Comissão de Auditoria solicitem;
- Auxiliar o Conselho de Administração na supervisão da execução da estratégia de risco;

- A estratégia de risco e a apetência de riscos gerais, atuais e futuros;
- A identificação dos principais riscos a que a Corticeira Amorim se encontra sujeita no desenvolvimento da sua atividade, a probabilidade de ocorrência dos mesmos e o respetivo impacto;
- O desempenho dos instrumentos e das medidas adotadas tendo em vista a respetiva mitigação de riscos;
- Os procedimentos de monitorização dos riscos e do grau de cumprimento interno da política de risco adotada;

devido incluir eventuais propostas de ajustamento da política de risco e/ou dos procedimentos de avaliação e fiscalização.

Comissão de Auditoria:

- Fiscalizar a eficácia do sistema de controlo interno, compreendendo as funções de gestão de riscos, *compliance* e auditoria interna;
- Avaliar e pronunciar-se sobre a política de gestão de risco previamente à sua aprovação final pelo Conselho de Administração;
- Avaliar e pronunciar-se sobre os níveis de apetite ao risco previamente à sua aprovação pelo Conselho de Administração.

Auditoria Interna (3.ª Linha de Defesa)

- Supervisionar e avaliar o cumprimento e a efetividade dos controlos implementados;
- Planear e realizar auditorias baseadas no risco; e
- Executar testes aos controlos para avaliação da efetividade da gestão e da prevenção de riscos.

Direção de Riscos (2.ª Linha de Defesa)

- Desenvolver e implementar as políticas, as metodologias, os processos e a infraestrutura para a gestão integrada de riscos;
- Propor alterações ao nível de materialidade a considerar;
- Planear e programar o ciclo anual do processo gestão do risco;
- Propor revisões da política de gestão de risco;
- Apoiar na coordenação do processo de identificação, análise e avaliação dos riscos e respetivas medidas de controlo;
- Garantir a formação e prestar o apoio necessário no processo de identificação dos riscos;
- Suportar a divulgação externa de informações oficiais referentes à gestão de riscos de negócio;
- Prestar o apoio necessário à Comissão de Risco;
- Preparar reporte regular com *follow-up* das medidas de mitigação dos riscos; e
- Consolidar a informação recolhida e reportar os resultados através de relatórios regulares para a Comissão Executiva, a Comissão de Riscos, a Comissão de Auditoria e o Conselho de Administração.

Unidades de Negócio / Direções (1.ª Linha de Defesa)

- Identificar, monitorizar e atualizar os riscos associados aos seus processos e negócios;
- Propor medidas de controlo ou de mitigação para os riscos identificados;
- Implementar as medidas de controlo ou de mitigação aprovadas;
- Acompanhar a efetividade das medidas de controlo ou de mitigação e reportar as deficiências identificadas; e
- Disponibilizar a informação necessária quanto à gestão dos riscos dos processos sob sua responsabilidade.

Assim, atendendo às especificidades do enquadramento e do modelo de negócio da Corticeira Amorim – em particular (i) o desenvolvimento de um negócio tendencialmente estável; (ii) o *know-how* e as competências acumuladas ao longo de 150 anos de atividade, incrementados continuamente através de programas de inovação, desenvolvimento e formação; (iii) a diversificação ao nível dos produtos, das moedas, dos mercados, da vasta carteira de clientes; (iv) a efetiva intervenção e acompanhamento dos fatores

críticos do negócio pelo Conselho de Administração e demais órgãos e funções relacionadas com gestão desses fatores; (v) os robustos sistemas de controlo implementados; e (vi) a dupla fiscalização societária (Comissão de Auditoria e Revisor Oficial de Contas) conclui-se que a gestão de risco e o controlo interno da Corticeira Amorim estão estruturados e dimensionados de forma adequada à sua atividade.

53. Identificação e descrição dos principais tipos de riscos (económicos, financeiros e jurídicos) a que a sociedade se expõe no exercício da atividade.

Em 2021, o Grupo Corticeira Amorim implementou um novo processo de identificação dos riscos que podem afetar a sua estratégia e desempenho através de um modelo de análise:

- *top-down* (para identificação de riscos de natureza mais estratégica-tática); e
- *bottom-up* (para identificação de riscos de natureza mais operacional/ transacional).

Para os riscos identificados estão definidas medidas de mitigação apropriadas para minimizar a probabilidade de ocorrência e/ou o impacto do risco, as quais se encontram compiladas em Catálogos de Risco. Estão também identificados indicadores ou medidores de risco para cada risco, que funcionam como instrumentos de monitorização e permitem antecipar mudanças ou desvios.

Matéria-prima – Cortiça (Risco estratégico e exógeno)

- Gestão das compras atendendo ao nível da qualidade da cortiça nas diversas geografias;
- Necessidade de fomentar novas plantações, para complementar a regeneração natural do montado que, por si só, não é suficiente para satisfazer a evolução estimada da procura da matéria-prima cortiça;
- Efeitos das alterações climáticas;
- Necessidade de corrigir práticas desadequadas de exploração do montado, por forma a mitigar algumas pragas e doenças;
- Disponibilidade de mão de obra qualificada para a gestão do Montado e para a extração da cortiça;
- Com o aumento do preço da cortiça, a seleção da sua aplicação deve atender à maximização do valor que a cortiça aporta aos produtos e soluções, garantindo a competitividade do portfolio e a rentabilidade da empresa.

Principais medidas de mitigação:

Atenta a criticidade, transversal a todas as Unidades de Negócio, deste fator, a gestão da compra, a armazenagem e a preparação da única variável comum a todas as atividades da Corticeira Amorim, que é a matéria-prima (cortiça), encontram-se reunidas na Unidade de Negócio Matérias-Primas, uma unidade autónoma, com direção executiva profissional e independente, o que permite:

- A especialização de uma equipa exclusivamente dedicada à matéria-prima;
- O aproveitamento de sinergias e a integração do processamento de todos os tipos de matéria-prima (cortiça) transformadas nas restantes unidades;
- Gestão das matérias-primas numa ótica multinacional;
- Reforço da presença junto dos países produtores;
- Promoção da certificação florestal, do aumento da qualidade técnica do produto e desenvolver parcerias nas áreas de investigação e desenvolvimento aplicadas à floresta;
- Desenvolver projetos de I&D florestal sobre a genética do sobreiro;

- Desenvolver ações de reciclagem que incrementam a circularidade e disponibilizam cortiça para aplicações não rolha;
- Assegurar o mix de matéria-prima mais adequado às necessidades do mercado de produtos finais;
- Assegurar, a prazo, a estabilidade desta variável crítica para a atividade da Corticeira Amorim;
- Preparar e propor ao Conselho de Administração a política de aprovisionamento plurianual a desenvolver.

Disrupção na cadeia de abastecimento e logística

(Risco operacional e exógeno)

A relevância do risco de disrupção na cadeia de abastecimento e logística deriva sobretudo do contexto atual marcadamente influenciado pelos efeitos da pandemia COVID-19 e, mais recentemente, pelas gravíssimas consequências do conflito armado entre a Rússia e a Ucrânia, nomeadamente:

- Em termos logísticos, na medida em que as vendas para o mercado externo são maioritariamente satisfeitas a partir de Portugal, o surgimento de entraves logísticos em fazer chegar as mercadorias a destinos relevantes para o Grupo representam um risco;
- Reduzido número de operadores logísticos em algumas localizações (transportes rodoviário, marítimo ou aéreo) e consequentes riscos de indisponibilidade e/ou de aumento de preços.

Principais medidas de mitigação

- Desenvolvimento de modelo logístico que permite assegurar as melhores soluções logísticas a curto e médio longo prazo;
- Identificar alternativas face às opções atuais para os principais destinos;
- Diversificação de fornecedores de transportes e logística;
- Seleção de fornecedores e procura de soluções em função da sua localização geográfica;
- Implementação de sistema de *tracking* dos transportes;
- Acompanhamento e atualização de planos de segurança/ planos de recuperação de perda de fornecedores relevantes.

Risco de preço transporte, energia e outros fornecimentos

(Risco operacional e exógeno)

A relevância deste risco deriva sobretudo do contexto atual marcadamente influenciado pelos efeitos da pandemia COVID-19 e, mais recentemente e de forma abrupta, a invasão da Ucrânia pela Rússia, nomeadamente:

- Pressão nos resultados decorrente do aumento do preço de transportes, de energia e outros;
- Indisponibilidade de contentores para realização dos transportes com impacto também no aumento do preço, em particular no que diz respeito à Ásia (compras) e EUA (vendas);
- Falta de alternativas/ reduzido número de operadores logísticos em algumas localizações (transportes rodoviário, marítimo ou aéreo) e consequente risco de aumento de preços;
- Novos contratos de energia com potenciais aumentos relevantes de custo.

Principais medidas de mitigação

- Monitorização contínua dos preços de mercado, realização de concursos de fornecimento, pedidos de cotação regulares a um conjunto diversificado de fornecedores;
- Parte relevante das necessidades energéticas satisfeita com base em pó de cortiça em biomoassa adquirida;

- Revisão da estratégia de contratação do cabaz de energia (contratação a mais longo prazo, aumento da exploração da cogeração e investimentos fotovoltaicos);
- Otimização do processo produtivo para obtenção de maior eficiência energética.

Risco de preço (outras matérias-primas)

(Risco operacional e exógeno)

- Aumento dos preços de outras matérias-primas, nomeadamente da borracha, matérias subsidiárias e materiais de embalagem;
- Reduzidas alternativas competitivas de fornecimento de algumas matérias-primas.

Principais medidas de mitigação

- Monitorização contínua dos preços de mercado, realização de concursos de fornecimento, pedidos de cotação regulares junto dos fornecedores;
- Acompanhamento de toda a cadeia de fornecimento;
- Equipa especializada e exclusivamente dedicada ao *procurement*;
- I&D de novas matérias-primas, com avaliação de risco dos potenciais fornecedores;
- Verticalização da produção: incorporação das fases intermédias de transformação em instalações próprias.

Cibersegurança

(Risco operacional e exógeno)

- Ataques de engenharia social direcionados para indisponibilidade de serviços e/ou exfiltração de dados e/ou execução de transações financeiras fraudulentas;
- Ataques cibernauticos nas empresas do Grupo dispersas pelo mundo;
- Acessos não planeados aos sistemas de informação/ informação por parte de prestadores de serviços;
- Divulgação ou partilha não autorizada de dados corporativos e/ou dados pessoais;
- Ciberataques direcionados para a disrupção de serviços críticos;
- Perda de receita por interrupção das fábricas ou disrupção de serviços críticos;
- Elevados custos para recuperação de dados ou sistemas.

Principais medidas de mitigação:

- Definição de modelo corporativo de governo de Cibersegurança;
- Implementação de processo de gestão e políticas de segurança com entidades terceiras;
- Ações regulares de formação e sensibilização de Cibersegurança;
- Auditorias pontuais e testes dirigidos a testar as fragilidades do sistema todos os anos;
- Plano de resposta a incidentes de Cibersegurança;
- Plataforma de gestão de entidades;
- Gestão de acessos de dispositivos e monitorização de acessos privilegiados;
- Gestão e remediação de vulnerabilidades,
- Registo e controlo de ativos IT/OT;
- Desenvolvimento de plano de cibersegurança transversal a todas as geografias.

Renovação tecnológica/ infraestruturas.

(Risco operacional e endógeno)

- Obsolescência de instalações e equipamentos devido ao aparecimento de novas tecnologias;
- Instalações fabris e equipamentos de características técnicas específicas, o que pode dificultar o surgimento de inovações tecnológicas no mercado, obrigando a um maior investimento por parte do Grupo na procura de novas soluções;
- Elevada necessidade de investimento para renovação tecnológica das fábricas e instalações.

Principais medidas de mitigação:

- Implementação de um plano de investimento em CAPEX mínimo para objetivos de melhoria contínua e I&D tecnológico;
- Investimento em I&D:
 - Programa de I&D Flooring, combinando tecnologia, formatos e formas de instalação, com base em novos compósitos a partir de matérias-primas sustentáveis;
 - Programa de economia circular, pretendendo recolher e reutilizar subprodutos industriais;
 - Programa de desenvolvimento tecnológico, recorrendo a novas tecnologias, desenvolver conhecimento e novos compósitos a partir de matérias-primas prime;
- Otimização e automatização de processos fabris;
- Digitalização e otimização de processos de suporte ao negócio;
- Fomentar aproximação a ecossistema de start-ups/empreendedores.

Alterações climáticas

(Risco estratégico e exógeno)

- Alterações de leis e regulamentos de natureza ambiental poderão obrigar a alterações aos produtos, aos processos produtivos e à adoção de novas tecnologias;
- Redução da matéria-prima disponível, na medida em que as alterações climáticas podem levar a um desequilíbrio no ecossistema que alberga o sobreiro, nomeadamente devido à ocorrência de secas severas, dificultando a sua propagação e crescimento;
- Estratégia de desenvolvimento de produtos verdes (sem plásticos na sua composição).

Principais medidas de mitigação:

- Estratégia a longo prazo sustentada em novas plantações de sobreiros que incorporem novas latitudes geográficas e novos modelos de silvicultura;
- Divulgação e promoção junto do mercado do contributo dos produtos de cortiça para a mitigação das alterações climáticas, quer pela sua capacidade de reter carbono quer pelo facto de substituírem produtos alternativos mais intensivos do ponto de vista energético;
- Promoção de uma nova equação de valor para o Montado que, além da valorização industrial da cortiça, incorpore como fontes complementares de receitas, a biodiversidade e externalidades positivas, nomeadamente a retenção de carbono;
- Plano de diversificação do montado (zona geográfica, densidade e tipo de plantação);
- Reforçar o plano de sustentabilidade nas Unidades de Negócio;
- Perspetivar como oportunidade o facto da cortiça e do sobreiro se encontrarem positivamente conotados nas

tendências futuras de combate às alterações climáticas através do consumo de produtos com melhor pegada de carbono e através da plantação de mais árvores que contribuam para os objetivos de neutralidade carbónica.

Risco cambial

(Risco operacional e exógeno)

- Volatilidade das taxas de câmbio é um fator de potencial erosão das margens do negócio;
- Volatilidade da reserva de conversão cambial relativa ao investimento líquido em subsidiárias/ associadas.

Principais medidas de mitigação:

- Política ativa de substituição das moedas de faturação, procurando aumentar a percentagem de faturação em euros;
- Política de cobertura do risco de câmbio, seja por cobertura natural, seja por contratação de instrumentos financeiros adequados;
- Monitorização regular dos cash-flows previsionais de forma a assegurar a existência de liquidez necessária para cumprir as obrigações em moeda estrangeira;
- Monitorização contínua e prospetiva da evolução cambial, através da Sala de Mercados, e cumprimento das políticas de contratação cambial definidas pelo Conselho de Administração.

Surgimento de novas pandemias

(Risco operacional e exógeno)

Perceção de um aumento da probabilidade de aparecimento de novas pandemias ou propagação de doenças infecciosas e dos impactos que um cenário pandémico tem para o Grupo, nomeadamente:

- Ao nível da saúde dos colaboradores/as;
- No aumento das taxas de absentismo por infeção ou isolamento profilático;
- Na capacidade produtiva do Grupo;
- Numa potencial disrupção da cadeia de abastecimento e distribuição;
- Redução da procura e conseqüente redução das vendas;
- A necessidade de reorganizar as formas de trabalho, nomeadamente o teletrabalho e trabalho à distância;
- Pressão sobre os sistemas de informação do Grupo em função da imposição de teletrabalho.

Principais medidas de mitigação:

- Plano de Contingência Específico para responder a um cenário de nova pandemia.

Risco de desenvolvimento de vedantes alternativos

(Risco estratégico e exógeno)

- Surgimento de novos materiais alternativos à cortiça
- Aumento da concorrência de vedantes alternativos, nomeadamente os *screwcaps*.

Principais medidas de mitigação:

- Investimento e monitorização contínua da qualidade e fiabilidade das rolhas de cortiça e da qualidade da matéria-prima cortiça;
- Reforço contínuo da perceção pelo mercado da origem natural das rolhas de cortiça;
- Reforço das campanhas de comunicação para promover os atributos dos produtos de cortiça;
- Investimento de promoção da rolha de cortiça enquanto “produto enológico”;

- Investimento contínuo em I&D e desenvolvimento de novas soluções e compósitos para a rolha de cortiça;
- Cumprimento de certificações e requisitos tanto das matérias adquiridas como dos produtos produzidos.

Alterações de padrões de consumo (sector vinícola)

(Risco estratégico e exógeno)

- Impacto das alterações nos padrões e hábitos de consumo de vinho;
- Variação de volumes e consumo de vinho
- Crescimento de produtos alternativos ao vinho, nomeadamente pelas gerações mais novas;
- Campanhas contra consumo de álcool;
- Introdução de impostos/tarifas adicionais aos vinhos com impacto nos preços e redução de consumo e outras alterações de leis e regulamentos que afetem as regras de consumo.

Principais medidas de mitigação:

- Equipa especializada e exclusivamente dedicada ao acompanhamento contínuo dos clientes, das tendências de mercado, e à promoção da qualidade do produto;
- Portfólio de produtos personalizáveis em função das especificações solicitadas pelos clientes;
- Diversificação para outros segmentos de bebidas alcoólicas
- Reforço contínuo da sustentabilidade da rolha de cortiça;
- Promoção da “imagem premium” na utilização de rolha de cortiça
- Promoção e credibilidade dos vedantes naturais.

Risco reputacional

(Risco estratégico e exógeno)

- Risco de eventos internos ou externos causarem danos na perceção do Grupo por parte de *stakeholders* como clientes, fornecedores, investidores, colaboradores/as, analistas financeiros, meios de comunicação, órgãos públicos ou o mercado como um todo;
- Impacto negativo nos resultados, decorrente de uma perceção negativa da imagem pública do Grupo, fundada ou não.

Principais medidas de mitigação:

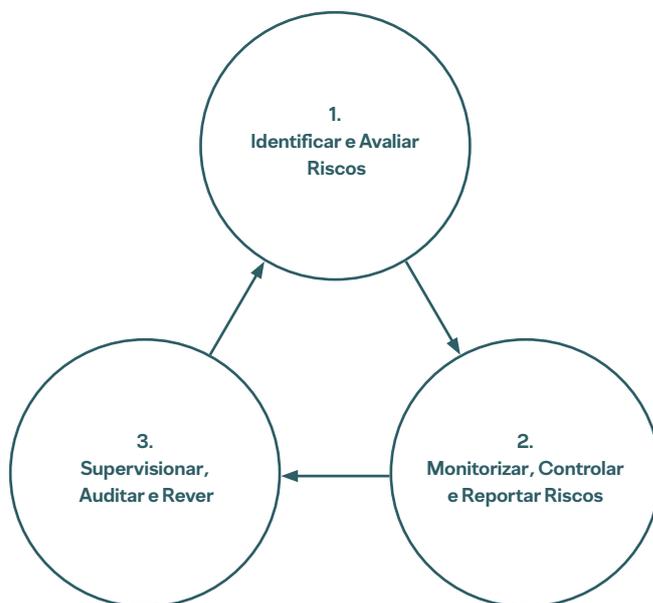
- Implementação de mecanismos regulares de auscultação dos *stakeholders*, tais como *surveys* ou outros
- Reforço das campanhas de comunicação para promover os atributos dos produtos de cortiça e a credibilidade dos vedantes naturais;
- Investimento contínuo na notoriedade da marca Corticeira Amorim, na conformidade da atuação ética e profissional de toda a organização, e na adequada comunicação sobre as práticas do Grupo;
- Realização de estudos de mercado que demonstrem as vantagens das rolhas de cortiça e dos produtos e soluções que incorporam cortiça e divulgação dos benefícios de utilização destes produtos;
- Reforço contínuo da perceção pelo mercado da origem natural da cortiça e, conseqüentemente, da origem natural dos produtos que constituem o *portfólio* da Corticeira Amorim, em particular a rolha de cortiça;
- Cumprimento de certificações e requisitos tanto das matérias adquiridas como dos produtos produzidos.

54. Descrição do processo de identificação, avaliação, acompanhamento, controlo e gestão de riscos.

O sistema de controlo interno, de gestão de riscos e de prevenção/deteção de irregularidades atualmente implementado na Sociedade resulta de um profundo e contínuo processo de aperfeiçoamento e reflexão interna na Sociedade, envolvendo quer o Conselho de Administração, em particular a sua Comissão Executiva, quer a Comissão de Riscos, quer as várias áreas de suporte – nomeadamente as áreas de Gestão de Riscos e de Desenvolvimento Organizativo e de Planeamento Estratégico, quer, quando pertinente, o apoio de consultores externos especializados. Por forma a assegurar o cumprimento dos objetivos estratégicos, o Conselho de Administração formalizou em 2021 a Política de Gestão de Riscos do Grupo Corticeira Amorim que inclui a definição de objetivos, processos e responsabilidades que garantem uma sólida estrutura de gestão de risco.

A Política de Gestão de Riscos (i) estabelece os princípios, diretrizes e responsabilidades para uma adequada identificação, análise e avaliação, tratamento e resposta aos riscos, (ii) assegura a convergência da gestão de risco com o planeamento estratégico, (iii) estabelece, de forma sistematizada e transversal, os procedimentos e medidas de controlo e/ou mitigação para fazer face aos principais riscos do Grupo.

É adotado um modelo integrado de gestão de riscos, suportado numa abordagem abrangente de gestão de riscos que segue um processo baseado em três atividades fundamentais



1. Identificar e Avaliar Riscos:

- Utilizando fontes internas e externas, o Grupo Corticeira Amorim desenvolve um processo de identificação dos riscos que podem afetar a sua estratégia e desempenho através de um modelo de análise:
 - Top-down* (para identificação de riscos de natureza mais estratégico-tática); e
 - Bottom-up* (para identificação de riscos de natureza mais operacional/ transacional);
- Este processo permite avaliar a incerteza e impacto dos riscos sobre os Resultados Líquidos Consolidados do Grupo Corticeira Amorim;
- Os riscos são hierarquizados e mapeados numa matriz de risco e são identificadas medidas de mitigação apropriadas para minimizar a probabilidade de ocorrência e/ou o impacto do risco, as quais são compiladas em catálogos de riscos;
- A matriz de risco permite categorizar e classificar por ordem de importância os riscos e apoiar a tomada de decisão na definição da priorização de ações adicionais para além dos controlos existentes;
- Tendo em conta a subjetividade na atribuição dos critérios de impacto/ probabilidade de determinados riscos são identificados indicadores ou medidores de risco (KPI/ KRI) para cada risco, que funcionam como instrumentos de alerta e permitem antecipar mudanças ou desvios, os quais são mapeados nos catálogos de riscos;
- De forma a operacionalizar a gestão do apetite e tolerância ao risco, é definida a materialidade global para monitorização dos riscos e bandas de variação para os KPI/ KRI associados a cada risco, em função do apetite/ tolerância ao risco definida pelo Conselho de Administração;
- A magnitude da exposição ao risco é avaliada através de métodos quantitativos e qualitativos, que consideram as distribuições individuais de risco e as correlações entre os riscos;
- Este processo é revisto anualmente ou sempre que se justifique por alguma alteração de negócio ou de contexto, sendo o processo formalizado no Plano Plurianual de Riscos.

2. Monitorizar, Controlar e Reportar Riscos:

- As 1.ª, 2.ª e 3.ª Linhas de Defesa monitorizam continuamente a evolução dos principais riscos e respetivos KPI/ KRI (*key performance indicator/ key risk indicator*);
- Sempre que necessário, são definidas novas ações de mitigação a serem implementadas pelas Unidades de Negócio;
- A Direção de Riscos prepara um reporte periódico com *follow-up* das medidas de mitigação dos riscos e da evolução dos KPI/ KRI.

3. Supervisionar, Auditar e Rever:

- Através de auditorias anuais ao Processo de Gestão de Riscos, e em reuniões trimestrais, respetivamente, a Direção de Auditoria Interna, a Comissão de Riscos e a Comissão de Auditoria, monitorizam o processo de gestão de riscos, contribuindo com sugestões de melhorias ou alterações aos riscos, medidas de mitigação ou KPI/ KRI; Esta monitorização e revisão também inclui a avaliação da cultura de risco da empresa, bem como do alinhamento entre a gestão de riscos e as demais atividades da empresa.

O processo e as responsabilidades pelas principais funções do processo de gestão de risco podem ser resumidos no quadro seguinte

Tarefa/ função	Responsabilidade
Identificação / revisão anual dos riscos	<i>Bottom-up</i> : Unidades de Negócio/ Direções <i>Top-down</i> : Conselho de Administração (coordenação da Direção de Riscos)
Definição das medidas de mitigação	Unidades de Negócio/ Direções (coordenação da Direção de Riscos)
Atualização da matriz de riscos e dos catálogos de riscos	Direção Geral de Riscos Comissão de Risco Conselho de Administração (aprovação)
Definição da materialidade	Direção de Riscos Comissão de Risco Conselho de Administração (aprovação)
Atualização do <i>dashboard</i> de monitorização dos riscos	Direção de Riscos Comissão de Risco Conselho de Administração (aprovação)
Gestão operacional dos riscos	Unidades de Negócio/ Direções
Monitorização de riscos	Unidades de Negócio/ Direções (1ª Linha de Defesa) Direção Geral de Riscos (2ª Linha de Defesa) Auditoria Interna (3ª Linha de Defesa) Comissão de Risco
Reporte periódico com acompanhamento de planos de mitigação (KPI/ KRI)	Direção de Riscos Comissão de Risco
Plano plurianual de riscos	Direção de Riscos Comissão de Risco Conselho de Administração (aprovação)

55. Principais elementos dos sistemas de controlo interno e de gestão de risco implementados na sociedade relativamente ao processo de divulgação de informação financeira.

Relativamente à **preparação e divulgação de informação financeira – incluindo a consolidada**, a Sociedade promove a cooperação estreita entre todos os intervenientes no processo, de forma a que a produção, o tratamento e a divulgação de informação sejam adequados e rigorosos, nomeadamente que:

- A sua execução, preparação e tratamento obedecem a todos os preceitos legais em vigor e às melhores práticas de transparência, relevância e fiabilidade;
- A sua verificação seja efetiva, quer por análise interna, quer por análise dos órgãos de fiscalização;
- A sua aprovação seja realizada pelo órgão social competente;
- A sua divulgação pública cumpra todos os requisitos legais e recomendatórios, nomeadamente os da CMVM, garantindo a seguinte ordem de divulgação: em primeiro lugar, no Sistema de Difusão de Informação da CMVM (www.cmvm.pt); em segundo, no sítio da Sociedade (www.corticeiraamorim.com); em terceiro, por uma vasta lista de contactos da comunicação social, portuguesa e estrangeira; em quarto, a quadros da Corticeira Amorim e aos contactos constantes da base de dados de acionistas, investidores, analistas e outros *stakeholders*.

O processo de execução, preparação e tratamento da informação financeira, incluindo a consolidada, está dependente dos intervenientes no processo de registo das operações e dos sistemas de suporte. Existe um Manual de Procedimentos de Controlo Interno e um Manual Contabilístico implementados ao nível do Grupo. Estes manuais contêm um conjunto de políticas, regras e procedimentos destinados a (i) garantir que, no processo de preparação da informação financeira, são seguidos princípios homogêneos e (ii) a assegurar a qualidade e fiabilidade da informação financeira.

A implementação das políticas contabilísticas e dos procedimentos de controlo interno relacionados com a preparação da informação financeira é alvo de avaliação pela atividade da auditoria interna e externa.

Todos os trimestres, a informação financeira consolidada por Unidade de Negócio é avaliada, validada e aprovada pela Administração da Unidade de Negócio respetiva, procedimento consistentemente adotado por todas as Unidades de Negócio da Corticeira Amorim.

Antes da sua divulgação, a informação financeira consolidada da Corticeira Amorim é aprovada pelo Conselho de Administração e apresentada à Comissão de Auditoria.

Realça-se ainda que o referido Manual de Procedimentos de Controlo Interno contém um conjunto de regras destinadas a garantir que o processo de divulgação de informação financeira, incluindo a informação consolidada, garante a qualidade, transparência e equidade na disseminação da informação.

IV. APOIO AO INVESTIDOR

56. Serviço responsável pelo apoio ao investidor, composição, funções, informação disponibilizada por esses serviços e elementos para contacto.

A Corticeira Amorim assegura, através do representante para as Relações com o Mercado, a existência de um permanente contacto com o Mercado de Capitais, promovendo a comunicação de informação relevante e atualizada à comunidade financeira. A sua atividade é pautada pelos princípios de transparência, rigor e integridade, respeitando o princípio da igualdade de acionistas e prevenindo as assimetrias no acesso à informação por parte dos investidores, analistas financeiros e entidades reguladoras. O representante para as Relações com o Mercado reúne e coordena a colaboração de profissionais de outros departamentos (Consolidação, Controlo de gestão, Jurídico-fiscal, Administrativo, Financeiro, Sustentabilidade, Risco, *Governance*, Comunicação) da Corticeira Amorim em prol de uma resposta objetiva e tempestiva a todas as solicitações de investidores (acionistas ou não).

Funções:

O Representante para as Relações com o Mercado da Corticeira Amorim desenvolve, designadamente, as seguintes funções:

- Divulgação periódica de análise da evolução da atividade da Sociedade e dos resultados obtidos, incluindo a coordenação e preparação da sua apresentação pública anual realizada a partir da sede da Sociedade (presencial ou em sistema de audioconferência);
- Divulgação de informação privilegiada;
- Divulgação de comunicações sobre participações qualificadas;
- Receção e centralização de todas as questões formuladas pelos investidores e esclarecimentos facultados;
- Participação em conferências, *roadshows* e reuniões com investidores e analistas.

Das **ações desenvolvidas em 2021**, no âmbito do contacto com investidores, destacam-se as seguintes:

- A apresentação da atividade e dos resultados anuais e semestrais, em sistema de audioconferência, fomentando assim a interação na divulgação daquela informação;
- Reuniões *one-on-one* com investidores e analistas financeiros;
- Participação em *roadshows*, tanto em Portugal como no estrangeiro;
- Realização de conferências telefónicas e de videoconferências com investidores;
- Participações em conferências, tanto em Portugal como nos principais centros financeiros europeus, realizadas maioritariamente em formato virtual.

As ações acima descritas tiveram, sempre que possível e adequado, o envolvimento da equipa de gestão, quer da Corticeira Amorim quer das várias Unidades de Negócio.

A Corticeira Amorim tem vindo a utilizar as tecnologias de informação de que dispõe para divulgação periódica de informação económico-financeira, nomeadamente dos relatórios de análise da evolução da atividade e dos resultados obtidos, bem como na resposta a questões específicas levantadas pelos investidores.

Tipo de informação disponibilizada (em português e em inglês):

- A firma, a sede e os demais elementos mencionados no artigo 171.º do Código das Sociedades Comerciais;
- Estatutos;
- Identidade dos titulares dos órgãos sociais e do representante para as relações com o mercado;
- Composição do Gabinete de Apoio ao Investidor, respetivas funções e meios de acesso;
- Documentos de prestação de contas, incluindo relatório sobre as estruturas e práticas do governo societário;
- Calendário semestral de eventos societários, divulgado no início de cada semestre;
- Convocatórias para a realização de Assembleia Geral, durante os 21 dias anteriores à data da Assembleia Geral;
- Propostas apresentadas para discussão e votação em Assembleia Geral, durante os 21 dias anteriores à data da Assembleia Geral; deliberações tomadas e ata respetiva;
- Modelo para exercício de voto não presencial;
- Modelo de procuração para representação dos acionistas em Assembleia Geral;
- Informação anual, semestral e trimestral da atividade desenvolvida pela Sociedade;
- Principais indicadores financeiros e de atividade;
- Evolução da cotação;
- Comunicados divulgados: resultados, informação privilegiada, participações qualificadas no capital da Sociedade;
- Apresentações da atividade efetuadas a analistas e investidores.

Elementos para contacto:

O acesso a este Departamento pode ser feito pelo telefone 22 747 54 00, pelo fax 22 747 54 07 ou pelo endereço de correio eletrónico corticeira.amorim@amorim.com.

57. Representante para as relações com o mercado.

A representante para as Relações com o Mercado da Corticeira Amorim é Ana Negrals de Matos.

58. Informação sobre a proporção e o prazo de resposta aos pedidos de informação entrados no ano ou pendentes de anos anteriores.

A proporção de resposta aos pedidos de informação é de 100%; o prazo de resposta é, em média, de 24 horas (dias úteis), salvo casos de elevada complexidade (prazo de resposta médio de cinco dias úteis) que exigem a consulta a recursos externos à Sociedade e, portanto, dependentes dos prazos de resposta de tais recursos. Em 2021, estes casos representaram menos de 5% do total de pedidos de informação recebidos; no final do ano, não havia solicitações passíveis de resposta pendentes.

V. SÍTIO DE INTERNET

59. Endereço.

A Corticeira Amorim disponibiliza no sítio www.amorim.com um vasto conjunto de informação sobre a sua estrutura societária, sobre a sua atividade e sobre a evolução dos seus negócios.

60. Local onde se encontra informação sobre a firma, a qualidade de sociedade aberta, a sede e demais elementos mencionados no artigo 171.º do Código das Sociedades Comerciais.

Informação disponível em <https://www.amorim.com/pt/investidores/governo-societario/modelo-de-governo/>.

61. Local onde se encontram os Estatutos e os regulamentos de funcionamento dos órgãos e/ou comissões.

Informação sobre Estatutos, Políticas Corporativas, Regulamentos de Funcionamento dos órgãos sociais e comissões internas especializadas, Código de Ética Empresarial e Conduta Profissional (incluindo Procedimento de Comunicação de Irregularidades) disponível em: <https://www.amorim.com/pt/investidores/governo-societario/Estatutos-regulamentos-e-politicas/>.

62. Local onde se disponibiliza informação sobre a identidade dos titulares dos órgãos sociais, do representante para as relações com o mercado, do Gabinete de Apoio ao Investidor ou estrutura equivalente, respetivas funções e meios de acesso.

Informação sobre titulares dos órgãos sociais, representante para as relações com o mercado e gabinete de apoio ao investidor, funções e meios de acesso – disponível em: <https://www.amorim.com/pt/investidores/governo-societario/orgaos-sociais/>

63. Local onde se disponibilizam os documentos de prestação de contas, que devem estar acessíveis pelo menos durante cinco anos, bem como o calendário semestral de eventos societários, divulgado no início de cada semestre, incluindo, entre outros, reuniões da assembleia geral, divulgação de contas anuais, semestrais e, caso aplicável, trimestrais.

Documentos de prestação de contas disponíveis em: <https://www.amorim.com/pt/investidores/informacao-financeira/relatorios-anuais/>; <https://www.amorim.com/pt/investidores/informacao-financeira/outros-relatorios/>; Calendário semestral de eventos societários disponível em: <https://www.amorim.com/pt/investidores/calendario-de-eventos/>

64. Local onde são divulgados a convocatória para a reunião da assembleia geral e toda a informação preparatória e subsequente com ela relacionada.

<https://www.amorim.com/pt/investidores/assembleia-geral/>

65. Local onde se disponibiliza o acervo histórico com as deliberações tomadas nas reuniões das assembleias gerais da sociedade, o capital social representado e os resultados das votações, com referência aos 3 anos antecedentes.

<https://www.amorim.com/pt/investidores/assembleia-geral/>

D – REMUNERAÇÕES

I. COMPETÊNCIA PARA A DETERMINAÇÃO

66. Indicação quanto à competência para a determinação da remuneração dos órgãos sociais, dos membros da comissão executiva ou administrador delegado e dos dirigentes da sociedade.

Nos termos do artigo 19º, n.º 4 dos Estatutos da Corticeira Amorim, compete à Assembleia Geral ou a uma Comissão eleita por aquela deliberar sobre as remunerações dos membros dos órgãos sociais da Sociedade.

Até 23 de abril de 2021, esteve em exercício uma Comissão de Remunerações eleita pela Assembleia Geral a quem competia a determinação das remunerações dos membros dos órgãos sociais⁶. Nesta data, a Assembleia Geral de Acionistas aprovou uma alteração de estatutos que permitiu a adoção do modelo de governo societário conhecido por anglo-saxónico e que procedeu à eleição dos órgãos sociais para o mandato 2021-2023 assim concretizando a adoção do referido modelo de governo. Assim, os Estatutos passaram a possibilitar a designação pelo Conselho de Administração de comissões internas especializadas, incluindo em matéria de remunerações. Não tendo a Assembleia Geral eleito uma comissão de remunerações, esta matéria passa a ser da competência de:

- Assembleia Geral da Corticeira Amorim, no que concerne à fixação das remunerações a atribuir aos membros do Conselho de Administração, que integra a Comissão de Auditoria, fixando ainda a remuneração a atribuir aos membros da Mesa da Assembleia Geral e do Revisor Oficial de Contas, nos termos dos Estatutos da Sociedade;
- Conselho de Administração da Corticeira Amorim, no que concerne à fixação das remunerações fixas e variáveis a atribuir aos seus dirigentes e demais colaboradores/as, nos termos da lei geral.

Conforme descrito no ponto 29.IV, o Conselho de Administração designou a Comissão de Nomeações, Avaliação e Remunerações, uma comissão interna especializada permanente, que tem por missão assessorar o Conselho de Administração também em matéria de avaliações e remunerações, designadamente aconselhar o Conselho de Administração:

- No seu processo de autoavaliação anual, incluindo a avaliação dos membros da CECA, da Comissão de Auditoria e das comissões internas;
- Na fixação dos objetivos individuais e remuneração fixa e variável dos primeiros responsáveis (não administradores) das funções de controlo interno (Gestão de Riscos, Auditoria e *Compliance*);
- Na proposta dos critérios a utilizar no processo anual de avaliação e fixação da retribuição variável dos membros da CECA;
- Na revisão e proposta ao Conselho de Administração da Política de Remunerações e do Relatório Anual de Remunerações da Corticeira Amorim, nos termos previstos na Lei n.º 50/2020, de 25 de agosto, e na emissão de parecer sobre as propostas aprovadas pelo Conselho de Administração para apresentação à apreciação da Assembleia Geral anual ordinária da Corticeira Amorim, S.G.P.S., S.A.

A CNAR não tem qualquer competência no que toca à definição da remuneração dos órgãos sociais da Corticeira Amorim, S.G.P.S., S.A. ou dos seus principais quadros dirigentes, mas a avaliação efetuada por esta Comissão e o parecer sobre Política de Remunerações dos Órgãos Sociais e dos Demais Dirigentes da Corticeira Amorim e o consequente Relatório de Remunerações poderão, potencial e indiretamente, ter impacto nas referidas remunerações.

6. Até 23 de abril de 2021, a Assembleia Geral de acionistas vinha nomeando uma Comissão de Remunerações, ponderando a possibilidade e a capacidade efetiva que os respetivos membros reuniam para, a todo o tempo do respetivo mandato, exercerem de forma independente as funções que lhe estão atribuídas, isto é, definição de políticas de remuneração dos membros dos órgãos sociais que promovam, numa perspetiva de médio e longo prazos, o alinhamento dos respetivos interesses com os da Sociedade.

A adoção da metodologia *balanced scorecard*, que pondera indicadores financeiros e não financeiros para a avaliação do desempenho, permitia à Comissão de Remunerações aferir em cada exercício o grau de cumprimento objetivo dessas metas. Fundamentava, também, a elaboração das declarações da Comissão de Remunerações e do Conselho de Administração sobre a política de remunerações, respetivamente dos órgãos de administração e fiscalização, bem como dos demais dirigentes, que anualmente eram submetidas à apreciação da Assembleia Geral de acionistas.

- À Comissão de Remunerações eleita pela Assembleia Geral de Acionistas da Corticeira Amorim fixar as remunerações fixas e variáveis a atribuir aos membros do Conselho de Administração, fixando ainda a remuneração a atribuir aos membros dos restantes órgãos sociais;
- Ao Conselho de Administração da Corticeira Amorim fixar as remunerações fixas e variáveis a atribuir aos seus dirigentes.!

II. COMISSÃO DE REMUNERAÇÕES

67. Composição da comissão de remunerações, incluindo identificação das pessoas singulares ou coletivas contratadas para lhe prestar apoio e declaração sobre a independência de cada um dos membros e assessores.

A Comissão de Nomeações, Avaliação e Remunerações (CNAR), designada pelo Conselho de Administração em 3 de maio de 2021⁷, em funções desde então, é composta por:

Presidente:	Maria Cristina Galhardo Vilão (administrador não executivo independente)
Vogal:	António Lopes Seabra (administrador não executivo independente)
Vogal:	Maria Alexandra Alçada Costa Godinho (quadro superior do Grupo, não integra o Conselho de Administração)

A CNAR pode decidir a contratação de serviços de consultadoria que julgue convenientes e adequados ao cabal exercício das suas funções devendo assegurar que a seleção dos respetivos prestadores obedeça a critérios de competência e independência. No exercício em apreço não foram contratadas pessoas singulares ou coletivas para prestar apoio a esta Comissão.

Em 2021, a CNAR reuniu uma vez com a presença e participação de todos os membros que a integram (a Comissão de Remunerações, em exercício até 23 de abril de 2021, reuniu duas vezes, com uma assiduidade global e individual de 100%).

68. Conhecimentos e experiência dos membros da comissão de remunerações em matéria de política de remunerações.

Os membros desta Comissão foram selecionados tendo em conta a sua larga experiência em gestão de recursos humanos, no acompanhamento e *benchmarking* das políticas e de práticas de outras sociedades nestas matérias e o conhecimento da legislação laboral e das boas práticas remuneratórias.

Qualificações académicas e profissionais de cada um dos membros da Comissão de Nomeações, Avaliação e Remunerações e outros elementos curriculares relevantes:

Presidente: Maria Cristina Galhardo Vilão

Qualificações académicas e profissionais, conforme descrito no ponto 19, sendo ainda de destacar que, no âmbito da sua prática como advogada, tem experiência no aconselhamento e acompanhamento de contratações de administradores e quadros superiores de empresas, e das políticas retributivas, de incentivos e outras ligadas à gestão de recursos humanos nessas empresas, tendo conhecimento da legislação laboral e societária relevante neste contexto.

Vogal: António Lopes Seabra

Qualificações académicas e profissionais, conforme descrito no ponto 19., sendo ainda de destacar que a sua atividade profissional inclui o exercício de funções de administração e de alta direção em grandes empresas, tanto nacional como internacionalmente, o que inclui, entre outras, a liderança de áreas de recursos humanos, conferindo-lhe conhecimentos e experiência relevantes na definição de métricas de análise e de avaliação de desempenho e na definição e implementação de programas de incentivos e de retenção de talento.

Vogal: Maria Alexandra Alçada Costa Godinho

Licenciada em Psicologia, área da Psicologia Social do Trabalho e das Organizações pela Faculdade de Psicologia da Universidade do Porto. Detentora também de certificação em Coaching (nível 2) pela Escola Europeia de Coaching.

Iniciou a sua carreira profissional em 1990 na Renault Portuguesa, como técnica de Recursos Humanos nas áreas de recrutamento, *assessments*, formação e compensação e benefícios, tendo assumido posteriormente a responsabilidade do Serviço de Formação e do Sistema de Sugestões. Em 1998, na AXA Seguros Portugal, assumiu a responsabilidade pela condução e participação em projetos de desenvolvimento de Recursos Humanos de âmbito nacional e internacional. Em 2001 integrou o Grupo Sonae, como responsável de desenvolvimento de recursos humanos da SonaeCom e *pivot* de recursos humanos na Optimus Telecomunicações. Em 2003, assumiu o cargo de diretora corporativa de Recursos Humanos da Corticeira Amorim, S.G.P.S., S.A., com responsabilidade na definição/atualização de políticas e pela condução de projetos de desenvolvimento de Recursos Humanos, assegurando a coordenação funcional das áreas de Recursos Humanos das diferentes Unidades de Negócio.

Lecionou (2012-14) o módulo de Gestão Estratégica de Recursos Humanos na Pós-Graduação em Recursos Humanos da Universidade Católica do Porto e participou (2014-16) como mentora, no Projeto de *Mentoring* da Universidade Católica do Porto. Possui experiência consolidada de políticas e práticas de remuneração e retribuição de diferentes empresas e setores pelo exercício de funções técnicas

e de assessoria ligadas à gestão salarial e de benefícios (análise e qualificação de funções, análises e inquéritos salariais, *benchmarking* retributivo) e, posteriormente, de implementação de políticas e de práticas retributivas e de sistemas de gestão do desempenho ao nível global das organizações em que prestou funções.

Nacionalidade: Portuguesa • Género: Feminino • Idade: 56 anos

7 Até 23 de abril de 2021 esteve em exercício a Comissão de Remunerações eleita na Assembleia Geral de acionistas realizada em 26 de junho de 2020, composta pelos seguintes membros:

Presidente: José Manuel Ferreira Rios
Vogal: Jorge Alberto Guedes Peixoto
Vogal: Abdul Rehman Omarmiã Mangá

A Comissão de Remunerações reuniu duas vezes em 2021, com uma assiduidade global de 100%.

Formalmente os membros que constituíam esta Comissão de Remunerações da Corticeira Amorim não deveriam ser considerados independentes (embora nenhum deles integre o Conselho de Administração da Sociedade). Era convicção geral – nomeadamente da Assembleia Geral de acionistas que os elegeu para os respetivos cargos e funções – de que, além de reunirem competências técnicas adequadas, acumulam uma experiência, uma ponderação e uma ética que lhes permitiam zelar cabalmente pelos interesses que lhes estão cometidos.

III. ESTRUTURA DAS REMUNERAÇÕES

Este capítulo “III. Estrutura das remunerações” e o capítulo seguinte “IV. Divulgação das remunerações” integram a informação prevista no n.º 1 e no n.º 2 do artigo 26º-G do Código dos Valores Mobiliários, pelo que, nos termos do previsto no n.º 8 do mesmo artigo, substituem o relatório de remunerações.

69. Descrição da política de remuneração dos órgãos de administração e de fiscalização a que se refere o artigo 2.º da Lei n.º 28/2009, de 19 de junho.

Sob proposta apresentada pelo Conselho de Administração da Sociedade, a Assembleia Geral de acionistas realizada em 23 de abril de 2021 aprovou a seguinte política de remunerações:

- Os membros da Mesa da Assembleia Geral devem auferir exclusivamente uma remuneração fixa, paga doze vezes por ano, alinhada com a prática de mercado, com as responsabilidades inerentes aos cargos desempenhados e com as credenciais técnicas e profissionais evidenciadas;
- A remuneração do Revisor Oficial de Contas reveste a forma de prestação de serviços, devendo ser fixada anualmente, tendo em conta as características da Sociedade e as práticas de mercado;
- Os membros do Conselho de Administração, que inclui uma Comissão de Auditoria, devem ser remunerados tomando em consideração:
 - O estipulado nos acordos remuneratórios celebrados entre a Sociedade e cada membro do Conselho de Administração;
 - A observância de princípios de equidade interna e de competitividade externa, tomando também em consideração o que os principais Grupos económicos portugueses vêm divulgando relativamente às respetivas políticas e práticas remuneratórias;
 - Sempre que tal seja adequado e exequível, tal remuneração deverá ser composta essencialmente por uma remuneração fixa atribuível a membros executivo e não executivos, à qual acresça uma remuneração variável

- atribuível aos membros executivos sob a forma de prémio de desempenho/bónus pelo atingimento de metas a um ano das empresas do Grupo Corticeira Amorim, e a três anos pelo atingimento de metas da Sociedade;
- A atribuição da componente variável da remuneração prevista no ponto anterior deverá corresponder a um prémio, que resultará da avaliação da *performance* de curto prazo e do contributo do desempenho anual para a sustentabilidade económica, social e ambiental a médio/ longo prazo da Organização;
 - O montante efetivo da retribuição variável dependerá sempre da avaliação a realizar anualmente por uma comissão interna criada especialmente para o efeito (Comissão de Nomeações, Avaliação e Remunerações, composta maioritariamente por administradores não executivos independentes), sobre o desempenho dos membros do Conselho de Administração, analisando o respetivo contributo quer para os resultados obtidos no exercício económico em apreço quer para o cumprimento das metas e implementação das estratégias definidas pela Sociedade a médio/ longo prazo: a evolução dos resultados e o nível de concretização dos objetivos estratégicos de inovação, sustentabilidade, desenvolvimento organizativo e segurança, competitividade, crescimento, solidez financeira e criação de valor;
 - O pagamento da componente variável da remuneração, se existir, poderá ter lugar, no todo ou em parte, após o apuramento das contas de exercício correspondentes a um triénio, havendo, portanto, a possibilidade de limitação da remuneração variável, no caso de os resultados evidenciarem uma deterioração relevante do desempenho da Sociedade no último exercício apurado ou quando esta seja expectável no exercício em curso;
 - Os membros **não** executivos do Conselho de Administração que integram a Comissão de Auditoria devem auferir exclusivamente uma remuneração fixa, paga doze vezes ao ano, alinhada com a prática de mercado, com as responsabilidades inerentes aos cargos desempenhados e com as credenciais técnicas e profissionais evidenciadas;
 - Aos membros do Conselho de Administração está vedada a possibilidade de celebrar contratos, quer com a Sociedade, quer com as suas subsidiárias e/ou participadas, que possam mitigar o risco inerente à variabilidade da remuneração que lhes for fixada pela Sociedade.
4. Os pagamentos decorrentes da cessação de funções dos membros de qualquer órgão ou comissão da Sociedade são os que decorrem da lei geral, estando vedada à Sociedade a possibilidade de estabelecer acordos específicos que determinem o pagamento de outras compensações.
5. Os demais colaboradores/as da Sociedade devem ser remunerados tomando em consideração:
- Os colaboradores/as da Corticeira Amorim estão enquadrados pelo contrato coletivo da indústria corticeira, celebrado pela APCOR – Associação Portuguesa da Cortiça e pelas estruturas sindicais do setor, que enquadrará também o quadro remuneratório mínimo obrigatório:
 - Relativamente aos Grupos profissionais ligados a funções industriais que requerem tipos de mão-de-obra direta, indireta e administrativa, os referenciais de remuneração base (fixa) funcionam – e devem continuar a funcionar – como limites mínimos de remuneração fixa. A Corticeira Amorim complementa estas remunerações com prémios variáveis ligados ao grau de cumprimento determinados objetivos (individuais e de equipa). O objetivo é diferenciar e ampliar cada vez mais estas práticas, fomentando entre os colaboradores/as deste segmento uma lógica de objetivos e de equipa, e deve continuar a consubstanciar-se num pacote remuneratório que inclui salário base mensal (fixo), subsídios indexados ao tempo de trabalho (turno, trabalho noturno) e prémios ligados ao cumprimento dos objetivos de equipa;
 - Relativamente aos dirigentes, quadros superiores e quadros médios, a Sociedade pratica – e deve continuar a praticar – uma remuneração com uma componente fixa, em equilíbrio com as práticas remuneratórias de mercado, e um sistema de remuneração variável ligado a objetivos a um ano e três anos, privilegiando o atingimento de metas individuais e coletivas, mas com um peso superior no atingimento de resultados da Sociedade. O seu montante será determinado em função da contribuição, objetiva e mensurável, através do Sistema de Gestão de Desempenho – Gestão de Objetivos, dos dirigentes, quadros superiores e quadros médios, em termos individuais e/ou coletivos, para o desenvolvimento sustentável da atividade e para a rentabilidade a médio/ longo prazo da Sociedade: a evolução dos resultados e o nível de concretização dos objetivos estratégicos de inovação, sustentabilidade, desenvolvimento organizativo e segurança, competitividade, crescimento, solidez financeira e criação de valor;
 - Esta política e alinhamento de incentivos pretende garantir a atração e retenção de profissionais com as competências requeridas, reforçando uma cultura interna em que o desempenho individual é colocado ao serviço de um bem coletivo maior, e deve continuar a consubstanciar-se num pacote remuneratório que inclui uma remuneração fixa anual na mediana do mercado e uma remuneração variável a um ano e diferida (três anos) dependente da concretização de metas individuais e de equipa.
6. A remuneração variável a atribuir nos termos previstos nos pontos 3. e 5. não deve ultrapassar 65% da remuneração fixa anual.
7. Não é política da Sociedade remunerar os membros dos seus órgãos sociais mediante a atribuição de:
- Planos de atribuição de ações e/ou de opções de aquisição de ações a Sociedade ou com base nas variações do preço das suas ações;
 - Sistema de benefícios de reforma.
- Esta Política de Remunerações alicerça-se em princípios de simplicidade, clareza e transparência, estando alinhada com as melhores práticas e tendências do mercado, visando assegurar também que a remuneração total e a respetiva estrutura (componentes fixa e variável e, dentro desta, componente de curto e de médio prazo) são competitivas face às práticas do mercado global potenciadoras de elevados níveis de desempenho e profissionalismo, em prol do desenvolvimento da estratégia de crescimento sustentável do Grupo Corticeira Amorim.

70. Informação sobre o modo como a remuneração é estruturada de forma a permitir o alinhamento dos interesses dos membros do órgão de administração com os interesses de longo prazo da sociedade, bem como sobre o modo como é baseada na avaliação do desempenho e desincentiva a assunção excessiva de riscos.

É adotada a política de remunerações aprovada em Assembleia Geral e descrita no ponto 69.

71. Referência, se aplicável, à existência de uma componente variável da remuneração e informação sobre eventual impacto da avaliação de desempenho nesta componente.

É adotada a política de remunerações aprovada em Assembleia Geral e descrita no ponto 69. Os membros executivos do Conselho de Administração auferem de uma componente variável da remuneração, sob a forma de prémio/bónus pelo atingimento de metas a um ano das empresas do Grupo Corticeira Amorim e a três anos pelo atingimento de metas da Sociedade. A atribuição da componente variável da remuneração corresponde a um prémio que resulta da avaliação da *performance* de curto prazo e do contributo para o desempenho anual para a sustentabilidade a médio/longo prazo da Organização.

O montante efetivo da retribuição variável a atribuir aos membros executivos do Conselho de Administração dependerá da avaliação a realizar anualmente pela Comissão de Nomeações, Avaliação e Remunerações sobre o respetivo desempenho, analisando o respetivo contributo quer para os resultados obtidos no exercício económico em apreço quer para o cumprimento das metas e implementação das estratégias definidas pela Sociedade a médio/longo prazo.

72. Diferimento do pagamento da componente variável da remuneração, com menção do período de diferimento.

É adotada a política de remunerações aprovada em Assembleia Geral e descrita no ponto 69. Nesses termos, o pagamento da componente variável da remuneração, se existir, poderá ter lugar, no todo ou em parte, após o apuramento das contas de exercício correspondentes a todo o mandato, havendo, portanto, a possibilidade de limitação da remuneração variável, no caso de os resultados evidenciarem uma deterioração relevante do desempenho da Sociedade no último exercício apurado ou quando esta seja expectável no exercício em curso. De igual forma, havendo remuneração variável cujo apuramento definitivo ocorre apenas no final do mandato, a remuneração variável é passível de correção (incluindo restituição) até ao final desse mandato. No caso de a remuneração variável ter sido atribuída indevidamente, mesmo estando paga, pode ser demandada a sua restituição, estando ou não o beneficiário ao serviço da Sociedade.

No exercício em apreço, não se verificou diferimento do pagamento de qualquer componente variável.

73. Critérios em que se baseia a atribuição de remuneração variável em ações bem como sobre a manutenção, pelos administradores executivos, dessas ações, sobre eventual celebração de contratos relativos a essas ações, designadamente contratos de cobertura (hedging) ou de transferência de risco, respetivo limite, e sua relação face ao valor da remuneração total anual.

Não existe atribuição de remuneração variável em ações nos termos deste ponto.

74. Critérios em que se baseia a atribuição de remuneração variável em opções e indicação do período de diferimento e do preço de exercício.

Não existe atribuição de remuneração variável em opções nos termos deste ponto.

75. Principais parâmetros e fundamentos de qualquer sistema de prémios anuais e de quaisquer outros benefícios não pecuniários.

Para além do exposto nos pontos anteriores, não existem outros sistemas de prémios anuais ou outros benefícios não pecuniários.

76. Principais características dos regimes complementares de pensões ou de reforma antecipada para os administradores e data em que foram aprovados em assembleia geral, em termos individuais.

Não existem regimes complementares de pensões ou de reforma nos termos deste ponto.

Conforme referido no ponto 69, o Conselho de Administração da Corticeira Amorim submeteu à apreciação da Assembleia de acionistas realizada em 23 de abril de 2021 (que a aprovou) a política de remunerações dos membros do Conselho de Administração, a qual expressamente refere não ser política de remuneração a atribuição dos benefícios referidos nesta nota.

Apesar de, à data deste relatório, não existirem sistemas de benefícios de reforma como os referidos nesta nota, entende a Sociedade que, a propor-se a sua implementação, a Assembleia Geral deve apreciar as características dos sistemas adotados e vigentes no exercício em causa (tal como apreciou a sua não atribuição).

IV. DIVULGAÇÃO DAS REMUNERAÇÕES

77. Indicação do montante anual da remuneração auferida, de forma agregada e individual, pelos membros do órgão de administração da sociedade, proveniente da sociedade, incluindo remuneração fixa e variável e, relativamente a esta, menção às diferentes componentes que lhe deram origem.

No exercício de 2021, o conjunto de todos os membros do Conselho de Administração (seis membros até abril, inclusive; dez membros a partir de maio, inclusive, integrando uma Comissão de Auditoria) auferiu remunerações ilíquidas provenientes da Corticeira Amorim que ascenderam a 769 126,60 euros, correspondendo a 707 126,60 euros de remunerações fixas e 61 650,00 euros de remunerações variáveis.

Remuneração total discriminada pelos diferentes componentes (alínea a), n.º 2, artigo 26.º-G do Código dos Valores Mobiliários)

Administradores	Cargo	Notas	Remunerações Pagas	
			Componente Fixa	Componente Variável (f)
Executivos:				
António Rios Amorim	Presidente		239 309,10	500,00
Nuno Filipe Vilela Barroca de Oliveira	Vice-presidente		169 309,10	500,00
Fernando José de Araújo dos Santos Almeida	Vogal		144 109,10	60 150,00
Cristina Rios de Amorim Baptista	Vogal	(a)	154 749,30	500,00
Não executivos:				
Luisa Alexandra Ramos Amorim	Vogal		-	-
Juan Ginesta Viñas	Vogal		-	-
José Pereira Alves	Vogal	(b)	22 666,64	-
Marta Parreira Coelho Pinto Ribeiro	Vogal	(c)	14 666,64	-
Cristina Galhardo Vilão	Vogal	(d)	14 666,64	-
António Lopes Seabra	Vogal	(e)	14 666,64	-

Valores em euros

- Remunerações auferidas desde maio de 2021, inclusive, no seguimento da sua designação para integrar a Comissão Executiva da Corticeira Amorim. Até maio de 2021, integrava o Conselho de Administração da Sociedade como vogal não executivo, sem remuneração.
- Remunerações auferidas desde abril de 2021, inclusive, no seguimento da sua eleição para membro não executivo independente do novo Conselho de Administração da Corticeira Amorim, que integra uma Comissão de Auditoria da qual José Pereira Alves é presidente. A remuneração é auferida pelo conjunto dos cargos/funções exercidos na Sociedade.
- Remunerações auferidas desde abril de 2021, inclusive, no seguimento da sua eleição para membro não executivo independente do novo Conselho de Administração da Corticeira Amorim, que integra uma Comissão de Auditoria da qual Marta Coelho Pinto Ribeiro é membro. A remuneração é auferida pelo conjunto dos cargos/funções exercidos na Sociedade. Adicionalmente, e pelo exercício do cargo de vogal do Conselho Fiscal (em funções de 1 de janeiro a 23 de abril de 2021), auferiu 3 200,00 euros.
- Remunerações auferidas desde abril de 2021, inclusive, no seguimento da sua eleição para membro não executivo independente do novo Conselho de Administração da Corticeira Amorim, que integra uma Comissão de Auditoria da qual Cristina Galhardo Vilão é membro. A remuneração é auferida pelo conjunto dos cargos/funções exercidos na Sociedade. Adicionalmente, e pelo exercício do cargo de vogal do Conselho Fiscal (em funções de 1 de janeiro a 23 de abril de 2021), auferiu 3 200,00 euros.
- Remunerações auferidas desde abril de 2021, inclusive, no seguimento da sua eleição para membro não executivo independente do novo Conselho de Administração da Corticeira Amorim, que integra uma Comissão de Auditoria da qual António Lopes Seabra é membro. A remuneração é auferida pelo conjunto dos cargos/funções exercidos na Sociedade.
- Inclui uma gratificação excepcional de 500,00 euros atribuída a todos os administradores executivos, que foi também atribuída a todos os colaboradores/as admitidos até 30 de setembro de 2021 em empresas nacionais e internacionais totalmente detidas pelo Grupo Corticeira Amorim.

Proporção relativa da remuneração fixa e da remuneração variável (alínea a), n.º 2, artigo 26º-G do Código dos Valores Mobiliários)

Administradores	Cargo	Remunerações Pagas	
		Componente Fixa	Componente Variável
Executivos:			
António Rios Amorim	Presidente	99,79%	0,21%
Nuno Filipe Vilela Barroca de Oliveira	Vice-presidente	99,71%	0,29%
Fernando José de Araújo dos Santos Almeida	Vogal	70,55%	29,45%
Cristina Rios de Amorim Baptista	Vogal	99,68%	0,32%
Não executivos:			
Luisa Alexandra Ramos Amorim	Vogal	-	-
Juan Ginesta Viñas	Vogal	-	-
José Pereira Alves	Vogal	100,00%	-
Marta Parreira Coelho Pinto Ribeiro	Vogal	100,00%	-
Cristina Galhardo Vilão	Vogal	100,00%	-
António Lopes Seabra	Vogal	100,00%	-

Valores em euros

Variação anual da remuneração, do desempenho do Grupo Corticeira Amorim e da remuneração média dos trabalhadores em termos equivalentes a tempo inteiro da Sociedade Corticeira

Amorim, excluindo os membros dos órgãos de administração e de fiscalização, durante os últimos cinco exercícios ((alínea c), n.º 2, artigo 26º-G do Código dos Valores Mobiliários):

Variação anual da remuneração dos membros do Conselho de Administração

Administradores	Cargo	Componente	ANO				
			2017	2018	2019	2020	2021
Executivos:							
António Rios Amorim	Presidente	Fixa	239 239,20	239 256,15	239 274,90	239 284,50	239 309,10
		Variável	110 600,00	120 500,00	120 400,00	1 000,00	500,00
		Variação (%)	23,05%	2,83%	-0,02%	-33,19%	-0,20%
Nuno Filipe Vilela Barroca de Oliveira	Vice-presidente	Fixa	169 239,20	169 256,15	169 274,95	169 284,50	169 309,10
		Variável	55 600,00	60 500,00	60 400,00	1 000,00	500,00
		Variação (%)	23,05%	2,83%	-0,02%	-33,19%	-0,20%
Fernando José de Araújo dos Santos Almeida	Vogal	Fixa	141 239,20	142 656,15	144 184,95	144 084,50	144 109,10
		Variável	59 885,00	111 650,00	66 850,00	8 715,00	60 150,00
		Variação (%)	8,34%	26,44%	-17,02%	-27,60%	33,68%
Cristina Rios de Amorim Baptista	Vogal	Fixa	N/A	N/A	N/A	N/A	154 749,30
		Variável	N/A	N/A	N/A	N/A	500,00
		Variação (%)	-	-	-	-	-
Não executivos:							
Luisa Alexandra Ramos Amorim	Vogal	(b)	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
Cristina Rios de Amorim Baptista	Vogal	(a)	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
Juan Ginesta Viñas	Vogal	(b)	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
José Pereira Alves	Vogal	Fixa (c)	N/A	N/A	N/A	N/A	22 664,64
Marta Parreira Coelho Pinto Ribeiro	Vogal	Fixa (c)	N/A	N/A	N/A	N/A	14 666,64
Cristina Galhardo Vilão	Vogal	Fixa (c)	N/A	N/A	N/A	N/A	14 666,64
António Lopes Seabra	Vogal	Fixa (c)	N/A	N/A	N/A	N/A	14 666,64

Valores em euros

- Remunerações auferidas desde maio de 2021, inclusive, no seguimento da sua designação para integrar a Comissão Executiva da Corticeira Amorim. Até maio de 2021, integrava o Conselho de Administração da Sociedade como vogal não executivo, sem remuneração.
- Administradores não executivos, não remunerados.
- Remunerações auferidas desde abril de 2021, inclusive, no seguimento da eleição para membros não executivos independentes do novo Conselho de Administração da Corticeira Amorim, que integra uma Comissão de Auditoria da qual estes membros fazem parte. A remuneração é auferida pelo conjunto dos cargos/funções exercidos na Sociedade.

Variação anual da remuneração média dos trabalhadores da Sociedade Corticeira Amorim

Colaboradores/as da Sociedade Corticeira Amorim	ANO				
	2017	2018	2019	2020	2021
Remuneração Total	45 541,00	46 824,00	48 420,00	40 173,00	41 885,00
Variação	-	2,82%	3,41%	-17,03%	4,26%

Valores em euros

Variação anual do desempenho do Grupo Corticeira Amorim

Desempenho do Grupo Corticeira Amorim		ANO				
		2017	2018	2019	2020	2021
Vendas	Valor	701 609	763 117	781 057	740 113	837 820
	Variação	9,39%	8,77%	2,35%	-5,24%	13,20%
EBITDA Corrente	Valor	133 594	133 984	124 724	122 512	134 399
	Variação	9,19%	0,29%	-6,91%	-1,77%	9,70%
EBITDA/Vendas	Percentagem	19,00%	17,60%	16,00%	16,60%	16,00%
Resultado Líquido	Valor	73 027	77 389	74 947	64 326	74 755
	Variação	-28,89%	5,97%	-3,16%	-14,17%	16,21%
Dívida Remunerada Líquida	Valor	92 784	139 009	161 091	110 717	48 072
	Variação	158,53%	49,82%	15,89%	-31,27%	-56,58%

Valores em euros

78. Montantes a qualquer título pagos por outras sociedades em relação de domínio ou de Grupo ou que se encontrem sujeitas a um domínio comum.

No exercício de 2021 nenhum dos membros do Conselho de Administração auferiu remunerações provenientes de outras sociedades associadas ou participadas que consolidam na Corticeira Amorim.

79. Remuneração paga sob a forma de participação nos lucros e/ou de pagamento de prémios e os motivos por que tais prémios e/ou participação nos lucros foram concedidos.

Em 2021, a componente variável da remuneração dos membros executivos do Conselho de Administração correspondeu:

- A uma gratificação excepcional de 500,00 euros/administrador, que foi também atribuída a todos os colaboradores/as admitidos até 30 de setembro de 2021 em empresas nacionais e internacionais totalmente detidas pelo Grupo Corticeira Amorim. Esta gratificação foi concedida atendendo empenho de toda a organização num ano difícil e de contornos muito adversos devido à pandemia por COVID-19, no qual o Grupo manteve, ainda assim, um desempenho relevante;
- Apesar de não terem sido atingidos os objetivos de desempenho para a remuneração variável dos administradores executivos, o administrador executivo Fernando José de Araújo dos Santos Almeida teve um prémio de desempenho atribuído em 2021, pelo atingimento de objetivos individuais estabelecidos para 2020.

Os valores atribuídos aos membros do Conselho de Administração nos termos desta nota encontram-se referidos no ponto 77.

80. Indemnizações pagas ou devidas a ex-administradores executivos relativamente à cessação das suas funções durante o exercício.

Não foram pagas nem são devidas quaisquer indemnizações a ex-administradores relativamente à cessação das suas funções no exercício de 2021.

81. Indicação do montante anual da remuneração auferida, de forma agregada e individual, pelos membros do órgão de fiscalização da sociedade, para efeitos da Lei n.º 28/2009, de 19 de junho.

O conjunto de todos os membros do **Conselho Fiscal** (em exercício até abril de 2021) auferiu retribuições totais que ascenderam a 10 400,00 euros (Eugénio Luís Lopes Franco Ferreira: 4000,00 euros; Marta Parreira Coelho Pinto Ribeiro: 3200,00 euros; Maria Cristina Galhardo Vilão: 3200,00 euros). Os membros do Conselho Fiscal não auferiram, nos termos da política de remunerações descrita, retribuição variável.

Os membros da Comissão de Auditoria auferem uma remuneração global pelo exercício do conjunto de cargos na Corticeira Amorim (Conselho de Administração, Comissão de Auditoria, comissões internas especializadas), cujo valor está descrito no ponto 77.

82. Indicação da remuneração no ano de referência do presidente da mesa da assembleia geral.

O presidente e o secretário da Mesa da Assembleia Geral auferiram retribuições totais que ascenderam a 9000,00 e 3000,00 euros, respetivamente.

V. ACORDOS COM IMPLICAÇÕES REMUNERATÓRIAS

83. Limitações contratuais previstas para a compensação a pagar por destituição sem justa causa de administrador e sua relação com a componente variável da remuneração.

Não existem limitações contratuais nos termos deste ponto.

84. Referência à existência e descrição, com indicação dos montantes envolvidos, de acordos entre a sociedade e os titulares do órgão de administração e dirigentes, que prevejam indemnizações em caso de demissão, despedimento sem justa causa ou cessação da relação de trabalho na sequência de uma mudança de controlo da sociedade.

Não existem acordos nos termos deste ponto. A Sociedade não celebrou quaisquer acordos com titulares do Conselho de Administração ou dirigentes que prevejam o pagamento de indemnizações em situações não exigidas por lei.

Nos termos da Política de Remunerações referida no ponto 69., em caso de cessação de funções dos membros de qualquer órgão ou comissão da Sociedade, os pagamentos decorrentes de tal cessação são os que estão previstos na lei geral, estando vedada à Sociedade a possibilidade de estabelecer acordos específicos que determinem o pagamento de outras compensações.

VI. PLANOS DE ATRIBUIÇÃO DE AÇÕES OU OPÇÕES SOBRE AÇÕES (*STOCK OPTIONS*)

85. Identificação do plano e dos respetivos destinatários.

Na Sociedade não existem planos de atribuição de ações ou opções sobre ações.

86. Caracterização do plano (condições de atribuição, cláusulas de inalienabilidade de ações, critérios relativos ao preço das ações e o preço de exercício das opções, período durante o qual as opções podem ser exercidas, características das ações ou opções a atribuir, existência de incentivos para a aquisição de ações e/ou o exercício de opções).

Nos termos da política de remunerações aprovada em Assembleia Geral e, conforme referido no ponto 85., na Sociedade não existem planos de atribuição de ações ou opções sobre ações.

Entende a Sociedade que, a propor-se a implementação de planos deste tipo, a Assembleia Geral deverá apreciar as características dos planos a adotar, bem como a sua concretização em cada exercício.

87. Direitos de opção atribuídos para a aquisição de ações (*stock options*) de que sejam beneficiários os trabalhadores e colaboradores/as da empresa.

Na Sociedade não existem direitos de opção deste tipo.

88. Mecanismos de controlo previstos num eventual sistema de participação dos trabalhadores no capital na medida em que os direitos de voto não sejam exercidos diretamente por estes.

Na Sociedade não existem mecanismos de controlo deste tipo.

E – TRANSAÇÕES COM PARTES RELACIONADAS

I. MECANISMOS E PROCEDIMENTOS DE CONTROLO

89. Mecanismos implementados pela sociedade para efeitos de controlo de transações com partes relacionadas.

Quando não expressamente proibidas por lei⁸, as transações com partes relacionadas obedecem ao disposto no Regulamento sobre Transações com Partes Relacionadas disponível para consulta em:

<https://www.amorim.com/pt/investidores/governo-societario/Estatutos-regulamentos-e-politicas/>.

As transações realizadas entre a Sociedade ou qualquer subsidiária⁹ e qualquer parte relacionada¹⁰, deverão, em regra, ser realizadas no âmbito da atividade corrente da Sociedade ou da subsidiária e em condições normais de mercado; as transações que não preencham estes requisitos são objeto de deliberação do Conselho de Administração ou da Comissão Executiva, precedida de um parecer da Comissão de Auditoria.

A avaliação a realizar no âmbito dos procedimentos de autorização e parecer prévio aplicáveis a transações com partes relacionadas deve ter em conta, entre outros aspetos relevantes em função do caso concreto, o princípio do igual tratamento dos acionistas e demais *stakeholders*, a prossecução do interesse da Sociedade e, bem assim, o impacto, materialidade, natureza e justificação de cada transação.

No âmbito dos mecanismos de controlo interno de transações com partes relacionadas, encontram-se implementados os seguintes procedimentos e critérios, considerados adequados à garantia de transparência do processo decisório e determinação das transações sujeitas a divulgação:

- a. Até ao final do mês subsequente ao termo de cada trimestre, o Conselho de Administração ou a Comissão Executiva, verificam e dão conhecimento à Comissão de Auditoria do valor e natureza das transações realizadas no trimestre anterior com cada parte relacionada, particularizando aquelas que tenham sido objeto de aprovação específica por qualquer daqueles órgãos;
- b. A realização de transações com partes relacionadas será submetida a parecer prévio da Comissão de Auditoria seguida de deliberação específica do Conselho de Administração nos seguintes casos:
 - i. Transações cujo valor por transação exceda um milhão de euros ou cujo valor acumulado no exercício exceda três milhões de euros;
 - ii. Transações com um impacto significativo na atividade da Sociedade e/ou das suas subsidiárias em função da sua natureza ou importância estratégica, independentemente do respetivo valor;

- iii. Transações realizadas fora do âmbito da atividade corrente da Sociedade ou de qualquer subsidiária.

Para efeitos da apreciação da transação em causa e emissão do parecer pela Comissão de Auditoria, o Conselho de Administração ou a Comissão Executiva, no âmbito da respetiva delegação de competências, facultam àquele órgão a informação necessária e uma justificação fundamentada.

A avaliação a realizar no âmbito dos procedimentos de autorização e parecer prévio aplicáveis às transações com Partes Relacionadas deve ter em conta, entre outros aspetos relevantes em função do caso concreto, o princípio do igual tratamento dos acionistas e demais *stakeholders*, a prossecução do interesse da Sociedade e, bem assim, o impacto, materialidade, natureza e justificação de cada transação.

Nos termos da lei, dos Estatutos da Sociedade e do Regulamento de Transações com Partes Relacionadas, em todas as transações verificadas, apreciadas, sujeitas a parecer prévio da Comissão de Auditoria e/ou aprovação pelo Conselho de Administração, os membros dos referidos órgãos que sejam, na transação concreta ou projetada, partes relacionadas devem prestar todas as informações e esclarecimentos tendo em vista a cabal compreensão da referida transação, estando-lhes, contudo, vedada a participação na deliberação e/ou na votação respetiva.

Cabe à Comissão Executiva (i) estabelecer mecanismos (sujeitos a apreciação prévia da Comissão de Auditoria) destinados a assegurar a identificação das transações com partes relacionadas realizadas pela Sociedade e pelas suas subsidiárias, e (ii) informar a Comissão de Auditoria com a devida antecedência sempre que a transação esteja sujeita a parecer prévio da mesma nos termos da alínea b) do número 1 deste artigo.

As transações com partes relacionadas realizadas ou pela Sociedade ou por qualquer uma das suas subsidiárias:

- (i) que não sejam realizadas no âmbito da atividade corrente ou em condições normais de mercado devem ser divulgadas ao mercado nos termos da legislação e/ou regras contabilísticas vigentes;
- (ii) cujo valor seja igual ou superior a 2,5% do ativo consolidado da Sociedade e que não preencham os requisitos referidos no ponto anterior, devem ser divulgadas publicamente, o mais tardar no momento em que forem realizadas. Tal divulgação deve incluir a identificação da parte relacionada e a natureza dessa relação, a data e o valor da transação, a fundamentação da transação e o sentido do parecer da Comissão de Auditoria.

Estes procedimentos não se aplicam a:

- i. transações realizadas entre a Sociedade e as suas subsidiárias, e nenhuma parte relacionada com a Sociedade tenha interesse nessa subsidiária;
- ii. transações relativas à remuneração dos administradores, ou a determinados elementos dessa remuneração;
- iii. transações propostas a todos os acionistas nos mesmos termos, assegurando-se a igualdade de tratamento de todos os acionistas e a proteção dos interesses da Sociedade.

O valor destas transações é divulgado anualmente no Relatório e Contas Consolidado da Corticeira Amorim (ponto 92. deste relatório).

O procedimento de verificação e envio trimestral, pelo Conselho de Administração ou pela Comissão Executiva, ao órgão de fiscalização, do valor e da natureza das transações realizadas com partes relacionadas encontra-se implementado.

-
8. O artigo 397º – Negócios com a Sociedade, do Código das Sociedades Comerciais determina, com força vinculativa que:
 1. É proibido à sociedade conceder empréstimos ou crédito a administradores, efetuar pagamentos por conta deles, prestar garantias a obrigações por eles contraídas e facultar-lhes adiantamentos de remunerações superiores a um mês.
 2. São nulos os contratos celebrados entre a sociedade e os seus administradores, diretamente ou por pessoa interposta, se não tiverem sido previamente autorizados por deliberação do conselho de administração, na qual o interessado não pode votar, e com o parecer favorável do conselho fiscal. [Comissão de Auditoria]
 3. O disposto nos números anteriores é extensivo a atos ou contratos celebrados com as sociedades que estejam em relação de domínio ou de Grupo com aquela de que o contraente é administrador.
 4. No seu relatório anual, o conselho de administração deve especificar as autorizações que tenha concedido ao abrigo do n.º 2 e o relatório do conselho fiscal [Comissão de Auditoria] deve mencionar os pareceres proferidos sobre essas autorizações.
 5. O disposto nos n.ºs 2, 3 e 4 não se aplica quando se trate de ato compreendido no próprio comércio da sociedade e nenhuma vantagem especial seja concedida ao contraente administrador.
 9. Sociedade em que a Corticeira Amorim detenha 50% e/ou o controlo de gestão (subsidiária).
 10. Na aceção das normas internacionais de contabilidade adotadas nos termos do regulamento (CE) n.º 1606/2002, do Parlamento Europeu e do Conselho, de 19 de julho (parte relacionada).

90. Indicação das transações que foram sujeitas a controlo no ano de referência.

No exercício em apreço não se realizaram transações que, nos termos dos procedimentos atrás descritos, exigissem parecer prévio do órgão de fiscalização (Conselho Fiscal: até 23 de abril de 2021; Comissão de Auditoria: de a partir de 23 de abril de 2021).

91. Descrição dos procedimentos e critérios aplicáveis à intervenção do órgão de fiscalização para efeitos da avaliação prévia dos negócios a realizar entre a sociedade e titulares de participação qualificada ou entidades que com eles estejam em qualquer relação, nos termos do artigo 20.º do Código dos Valores Mobiliários.

Conforme descrito no ponto 89.

II. ELEMENTOS RELATIVOS AOS NEGÓCIOS

92. Indicação do local dos documentos de prestação de contas onde está disponível informação sobre os negócios com partes relacionadas, de acordo com a IAS 24, ou, alternativamente, reprodução dessa informação.

Transações com partes relacionadas

Entidade	Outra Informação	31/12/2021	31/12/2020
i) Transações cujo valor por transação não excede 1 M€ ou o valor acumulado no exercício não excede 3 M€			
Transações de aquisição a:			
Amorim Serviços e Gestão, S.A.	Prestação de serviços	707,9	902,0
Quinta Nova N. Sra. do Carmo, Lda.	Compras e prestação de serviços	13,3	27,8
Amorim Viagens e Turismo, S.A.	Prestação de serviços	662,4	487,8
Taboadella, S.A.	Compras e prestação de serviços	4,6	2,5
Vendas e prestação de serviços:			
Amorim Serviços e Gestão, S.A.		52,0	50,4
Quinta Nova N. Sra. do Carmo, Lda.		41,4	31,7
Amorim Viagens e Turismo, S.A.		10,1	11,8
OSI – Sist. Informáticos e Electrotécnicos, Lda.		33,9	38,7
Taboadella, S.A.		19,6	2,0
Compras de cortiça:			
Caneicor – Sociedade Agro-Florestal, S.A.		-	161,6
Afaprom – Sociedade Agro-Florestal, S.A.		74,2	-
Montinho das Ferrarias de Baixo – Sociedade AgroFlorestal, S.A.		233,2	-
Soc. Agrícola de Cortiças Flocor, S.A.		143,0	271,3
Bomsobro – Sociedade Agro-Florestal, S.A.		-	-
Corunhal – Sociedade Agro-Florestal, S.A.		-	630,0
Agro-Pecuária do Mirante e Freires, S.A.		-	177,5
S.S.A. Sociedade de Serviços Agrícolas, S.A.		-	98,3
ii) Transações com impacto significativo na atividade, independentemente do respetivo valor:			
Não existiram			
iii) Transações realizadas excecionalmente fora das condições normais de mercado:			
Não existiram			
iv) Transações realizadas fora do âmbito da atividade corrente da Sociedade ou de qualquer Subsidiária:			
Não existiram			
v) Transações decorrentes de renovações contratuais ou de contratos de execução continuada (a):			
Aquisições a:			
OSI – Sist. Informáticos e Electrotécnicos, Lda.		10 484,2	10 471,8
vi) transações submetidas a parecer prévio:			
Não existiram.			
Total		12 479,7	13 365,2

Valores em milhares de euros

a. Nos termos do Regulamento de Transações com Partes relacionadas em vigor até 5 de julho de 2021



Atualmente, a Corticeira Amorim tem 1100 000 metros quadrados de parque de estaleiro distribuídos pela Península Ibérica, espaços onde tem início o processo de separação das pranchas de cortiça: cortiça destinada a rolhas naturais, cortiça para fabricação de discos e cortiça para granulado.



À primeira seleção de cortiça segue-se um processo de cozedura. As pranchas de cortiça são cozidas em tanques de aço inoxidável fechados e filtrados. O objetivo é permitir sobretudo que a cortiça atinja o teor de humidade correto para ser processada.

PARTE II

AVALIAÇÃO DO GOVERNO SOCIETÁRIO

1 – IDENTIFICAÇÃO DO CÓDIGO DE GOVERNO DAS SOCIEDADES ADOTADO

Em matéria de Governo Societário, a Corticeira Amorim encontra-se sujeita (i) às disposições da lei vigente em Portugal, nomeadamente ao estipulado no Código das Sociedades Comerciais, no Código dos Valores Mobiliários e nos Regulamentos emanados pela CMVM, podendo este conjunto de documentos ser consultado no sítio da CMVM, em www.cmvm.pt; (ii) aos seus próprios Estatutos Sociais, disponíveis para consulta no sítio da Sociedade, em <https://www.amorim.com/pt/investidores/governo-societario/estatutos-regulamentos-e-politicas/>. Acolhe também o Código de Governo Societário emanado pelo Instituto Português de Corporate Governance (IPCG), edição de 2018 com a revisão de 2020, e que, mesmo sendo apenas um quadro recomendatório, constitui um importante referencial de boas práticas, que também se encontra disponível em www.cgov.pt.

No presente relatório, a Corticeira Amorim avalia as suas práticas tendo por referência o referido Código de Governo Societário do IPCG, numa base de *comply or explain*, elaborando o presente relatório sobre as estruturas e práticas do seu Governo Societário por referência a todo o quadro normativo legal, estatutário e recomendatório a que se encontra sujeita.

2 – ANÁLISE DE CUMPRIMENTO DO CÓDIGO DE GOVERNO DAS SOCIEDADES ADOTADO

CAPÍTULO I – PARTE GERAL

I.1. Relação da sociedade com investidores e informação

I.1.1. A sociedade deve instituir mecanismos que assegurem, de forma adequada e rigorosa, a produção, o tratamento e a atempada divulgação de informação aos seus órgãos sociais, aos acionistas, aos investidores e demais *stakeholders*, aos analistas financeiros e ao mercado em geral.

Adotada. Pontos 55., 56., 57. e 58.

I.2. Diversidade na composição e funcionamento dos órgãos da sociedade

I.2.1. As sociedades devem estabelecer critérios e requisitos relativos ao perfil de novos membros dos órgãos societários adequados à função a desempenhar, sendo que, além de atributos individuais (como competência, independência, integridade, disponibilidade e experiência), esses perfis devem considerar requisitos de diversidade, dando particular atenção ao do género, que possam contribuir para a melhoria do desempenho do órgão e para o equilíbrio na respetiva composição.

Adotada. Parte I – Introdução ao Capítulo B, pontos 19. e 26. (Conselho de Administração e Comissão de Auditoria), ponto 11. (Mesa da Assembleia Geral).

A Corticeira Amorim adota políticas e práticas que visam a promoção da diversidade nos órgãos sociais <https://www.amorim.com/pt/investidores/governo-societario/orgaos-sociais/>.

A Corticeira Amorim é a *holding* de um Grupo económico com sede em Portugal, solidamente implantado internacionalmente, através de sociedades subsidiárias, participadas e *joint ventures*. O vastíssimo portefólio de produtos e soluções que continuamente desenvolve responde a mercados e consumidores diversos.

Respondendo aos desafios que decorrem deste enquadramento, o governo da Corticeira Amorim preconiza uma política de diversidade na composição dos seus órgãos sociais, em particular do Conselho de Administração e da Comissão de Auditoria, como forma de:

- Promover a diversidade na composição do respetivo órgão;
- Potenciar o desempenho de cada membro e, no conjunto, de cada órgão;

- Estimular análises abrangentes, equilibradas e inovadoras; e consequentemente permitir processos de decisão e de controlo fundamentados e ágeis;
- Contribuir para o incremento da inovação e autorrenovação da Sociedade, para seu o desenvolvimento sustentável e criação de valor para os acionistas e demais *stakeholders* no longo prazo.

A Corticeira Amorim reconhece, pois, a necessidade de promover continuamente a diversidade nos seus órgãos sociais, em particular no Conselho de Administração e na Comissão de Auditoria, nomeadamente nos seguintes aspetos:

- Habilitações académicas adequadas e experiência profissional relevante para o exercício do cargo societário específico e que, no conjunto do respetivo órgão social, permitam reunir as competências necessárias ao cabal desempenho das funções desse mesmo órgão;
- Inclusão de membros de faixas etárias diferentes, combinando o saber e a experiência de membros mais seniores com a inovação e a criatividade de membros mais jovens, por forma a permitir ao respetivo órgão orientar-se para uma visão inovadora do negócio e uma gestão prudente dos riscos;
- A promoção da diversidade de género e, consequentemente, um adequado balanceamento de sensibilidades e de estilo de tomada de decisão dentro do respetivo órgão.

O resultado da adoção destas políticas encontra-se espelhado na composição dos membros dos seus órgãos sociais, em particular os que são particularmente abrangidos por esta recomendação.

I.2.2. Os órgãos de administração e de fiscalização e as suas comissões internas devem dispor de regulamentos internos — nomeadamente sobre o exercício das respetivas atribuições, presidência, periodicidade de reuniões, funcionamento e quadro de deveres dos seus membros — divulgados na íntegra no sítio da Internet da sociedade, devendo ser elaboradas atas detalhadas das respetivas reuniões.

Adotada.

Estão formalizados e disponíveis para consulta regulamentos internos do Conselho de Administração, da Comissão de Auditoria, da Comissão Executiva e das comissões internas especializadas: Comissão de Riscos, Comissão de E.S.G. (*Environmental, Social & Governance*) e Comissão de Nomeações, Avaliação e Remunerações, que regulam, entre outras matérias, todas as referidas nesta nota. São elaboradas atas detalhadas das reuniões destes órgãos e comissões.

A informação pode ser consultada em: (<https://www.amorim.com/pt/investidores/governo-societario/estatutos-regulamentos-e-politicas/>).

I.2.3. A composição e o número de reuniões anuais dos órgãos de administração, de fiscalização e das suas comissões internas devem ser divulgados através do sítio Internet da sociedade.

Adotada. Pontos 17. e 23. (Conselho de Administração); pontos 28. e 29. (Comissão Executiva); ponto 29. (Comissão de Riscos, Comissão de ESG, Comissão de Nomeações, Avaliação e Remunerações); pontos 31. e 35. (Comissão de Auditoria).

A informação pode ser consultada em: <https://www.amorim.com/pt/investidores/governo-societario/orgaos-sociais/>.

I.2.4. Os regulamentos internos da sociedade devem prever a existência e assegurar o funcionamento de mecanismos de deteção e prevenção de irregularidades, bem como deve ser adotada uma política de comunicação de irregularidades (*whistleblowing*) que garanta os meios adequados para a comunicação e tratamento das mesmas com salvaguarda da confidencialidade das informações transmitidas e da identidade do transmitente, sempre que esta seja solicitada.

Adotada. Ponto 49. e Secção III – Controlo Interno e Gestão de Riscos do Capítulo C – Organização Interna, nomeadamente ponto 54.

I.3. Relação entre órgãos da sociedade

I.3.1. Os Estatutos ou outras vias equivalentes adotadas pela sociedade devem estabelecer mecanismos para garantir que, dentro dos limites da legislação aplicável, seja permanentemente assegurado aos membros dos órgãos de administração e de fiscalização o acesso a toda a informação e colaboradores/as da sociedade para a avaliação do desempenho, da situação e das perspetivas de desenvolvimento da sociedade, incluindo, designadamente, as atas, a documentação de suporte às decisões tomadas, as convocatórias e o arquivo das reuniões do órgão de administração executivo, sem prejuízo do acesso a quaisquer outros documentos ou pessoas a quem possam ser solicitados esclarecimentos.

Adotada. Conforme declarado neste Relatório e/ou previsto nos regulamentos internos de funcionamento e/ou por inerência do exercício de funções, está assegurado o integral acesso a toda a informação e demais elementos referidos nesta recomendação. Pontos 21., 29. e 38.

I.3.2. Cada órgão e comissão da sociedade deve assegurar, atempada e adequadamente, o fluxo de informação, desde logo das respetivas convocatórias e atas, necessário ao exercício das competências legais e estatutárias de cada um dos restantes órgãos e comissões.

Adotada. Pontos 21., 29. e 38. bem como nos termos do disposto nos Regulamentos internos de funcionamento dos órgãos e comissões (<https://www.amorim.com/pt/investidores/governo-societario/estatutos-regulamentos-e-politicas/>).

I.4. Conflitos de interesses

I.4.1. Por regulamento interno ou via equivalente, os membros dos órgãos de administração e de fiscalização e das comissões internas ficam vinculados a informar o respetivo órgão ou comissão sempre que existam factos que possam constituir ou dar causa a um conflito entre os seus interesses e o interesse social.

Adotada. Pontos 20. e 29. e conforme estipulam os Regulamentos internos do Conselho de Administração e da Comissão Executiva e, em termos gerais, o artigo 3.º do Regulamento de Transações com Partes Relacionadas (<https://www.amorim.com/pt/investidores/governo-societario/Estatutos-regulamentos-e-politicas/>). No que concerne à Comissão de Auditoria, cumpre salientar que, na Corticeira Amorim, este órgão é composto exclusivamente por membros independentes, portanto, não associados a qualquer Grupo de interesses específicos na Sociedade, nem se encontram em alguma circunstância suscetível de afetar a sua isenção de análise ou de decisão.

I.4.2. Deverão ser adotados procedimentos que garantam que o membro em conflito não interfere no processo de decisão, sem prejuízo do dever de prestação de informações e esclarecimentos que o órgão, a comissão ou os respetivos membros lhe solicitarem.

Adotada. Pontos 20. e 29. e conforme estipulam os Regulamentos internos do Conselho de Administração e da Comissão Executiva e, em termos gerais, o artigo 3.º do Regulamento de Transações com Partes Relacionadas (<https://www.amorim.com/pt/investidores/governo-societario/Estatutos-regulamentos-e-politicas/>).

I.5. Transações com partes relacionadas

I.5.1. O órgão de administração deve divulgar, no relatório de governo ou por outra via publicamente disponível, o procedimento interno de verificação das transações com partes relacionadas.

Adotada. Ponto 38., 89., 90. e 91 e conforme estipula o Regulamento de Transações com Partes Relacionadas (<https://www.amorim.com/pt/investidores/governo-societario/Estatutos-regulamentos-e-politicas/>).

I.5.2. O órgão de administração deve comunicar ao órgão de fiscalização os resultados do procedimento interno de verificação das transações com partes relacionadas, incluindo as transações objeto de análise, com periodicidade pelo menos semestral.

Adotada. Os negócios abrangidos pela Recomendação I.5.1. são comunicados ao órgão de fiscalização (até 23 de abril de 2021 Conselho Fiscal; após 23 de abril de 2021 Comissão de Auditoria) com periodicidade trimestral. O valor destas transações é divulgado anualmente no Relatório do Governo Societário (ponto 92.).

CAPÍTULO II — ACIONISTAS E ASSEMBLEIA GERAL

II.1. A sociedade não deve fixar um número excessivamente elevado de ações necessárias para conferir direito a um voto, devendo explicitar no relatório de governo a sua opção sempre que a mesma implique desvio ao princípio de que a cada ação corresponde um voto.

Adotada. Ponto 12.

II.2. A sociedade não deve adotar mecanismos que dificultem a tomada de deliberações pelos seus acionistas, designadamente fixando um quórum deliberativo superior ao previsto por lei.

Adotada prática que se considera equivalente à proposta nesta recomendação, ou seja, acautelando idênticos interesses. Ponto 14.

Conforme detalhado no ponto 14. os **Estatutos da Corticeira Amorim** consagram um quórum constitutivo/deliberativo superior ao previsto na lei nas seguintes situações:

- Limitação ou supressão do direito de preferência nos aumentos de capital – necessidade da presença na Assembleia Geral de acionistas que representem, pelo menos, 50% do capital social realizado (artigo 7.º);
- Destituição do membro do Conselho de Administração eleito ao abrigo das regras especiais do artigo 392.º do Código das Sociedades Comerciais – é necessário que contra a deliberação de destituição não tenham votado acionistas que representem, pelo menos, 20% do capital social (artigo 17.º);
- Assembleia Geral convocada a requerimento de acionistas – para que possa deliberar há necessidade da presença de acionistas detentores de ações que totalizem, no mínimo, o valor exigido por lei para legitimar o pedido de convocação da reunião (artigo 22.º);
- Alteração da norma estatutária sobre a composição do Conselho de Administração – necessidade de deliberação por maioria de acionistas correspondente a dois terços do capital social (artigo 24.º);
- Dissolução da Sociedade – necessidade de deliberação de acionistas que detenham ações correspondentes a, pelo menos, 85% do capital social realizado (artigo 33.º).

Como resulta do exposto, o não cumprimento da presente Recomendação e a imposição de quórum constitutivo/deliberativo superior ao previsto no Código das Sociedades confere aos acionistas, particularmente aos detentores de reduzidas frações de capital, um papel relevante num conjunto de decisões que afetam de forma substancial a vida da Sociedade (dissolução), o seu modelo de governo (destituição do administrador proposto pelos acionistas minoritários e alteração da composição do Conselho de Administração), os direitos patrimoniais dos acionistas (limitação ou supressão de direitos de preferência em aumentos de capital) e a adequada participação dos acionistas em reuniões da Assembleia Geral por estes convocadas.

Assim, considera-se que a manutenção destes requisitos se orienta para a promoção e proteção dos direitos e do papel dos acionistas na condução de questões societárias relevantes – valores que o Código do Governo das Sociedades pretende proteger.

II.3. A sociedade deve implementar meios adequados para participação dos acionistas na Assembleia Geral à distância, em termos proporcionais à sua dimensão.

Adotada prática que se considera equivalente à proposta nesta recomendação, ou seja, acautelando idênticos interesses. Os Estatutos da Corticeira Amorim não consagram a participação nas reuniões da Assembleia Geral de acionistas por meios telemáticos.

Tal como referido no ponto anterior, a Corticeira Amorim privilegia a participação presencial do acionista nas Assembleias Gerais, pelos motivos indicados. Os elevadíssimos índices de participação dos acionistas indicam ser esta, também, a forma que os acionistas privilegiam na sua interação com a Sociedade e com os membros dos seus órgãos sociais.

Assim, tendo esta realidade por base e tendo em consideração a complexidade associada à realização de assembleias gerais por meios telemáticos (em particular recursos materiais e meios técnicos, sistema de controlo e verificação da condição de acionista) bem como os riscos de adulteração informática e os custos associados, para ambas as partes, para evitar esses riscos, a Corticeira Amorim julga ser de manter a prática atual relativamente à realização e participação nas reuniões da Assembleia Geral de acionistas.

Este posicionamento e entendimento não obsta a que, ponderado o enquadramento concreto de marcação/realização da Assembleia Geral, não seja possível a participação à distância dos acionistas. Foi o que se verificou na Assembleia Geral realizada em 23 de abril de 2021, da pandemia por COVID-19 que levou à implementação de um conjunto de medidas sanitárias, entre as quais a redução de contactos entre pessoas ao mínimo indispensável e a redução ou mesmo proibição de deslocações internas e transfronteiriças. Assim, a Assembleia Geral Anual foi realizada exclusivamente através de meios telemáticos e, para assegurar as mais amplas condições para a manifestação de um voto esclarecido, o exercício do direito de voto e do direito à informação dos acionistas em Assembleia Geral puderam ser exercidos por correspondência eletrónica.

II.4. A sociedade deve ainda implementar meios adequados para o exercício do direito de voto à distância, incluindo por correspondência e por via eletrónica.

Adotada prática que se considera equivalente à proposta nesta recomendação, ou seja, acautelando idênticos interesses.
Ponto 12.

É admitido o voto por correspondência, rececionado na Sociedade até ao do terceiro dia útil anterior ao dia designado para a Assembleia Geral e nas demais condições expressamente publicitadas em cada Convocatória da Assembleia Geral.

Os Estatutos da Corticeira Amorim preveem a admissibilidade do voto por meios eletrónicos, rececionado na Sociedade até ao do terceiro dia útil anterior ao dia designado para a Assembleia Geral, ficando o mesmo sujeito à verificação pelo presidente da Mesa da Assembleia Geral, previamente à convocação da Assembleia geral, da existência de meios de comunicação que garantam a segurança e a fiabilidade do voto emitido. Caso o presidente da Mesa conclua que se encontram reunidos os requisitos técnicos para o exercício do voto por meios eletrónicos, incluirá tal informação no Aviso Convocatório.

A presença do acionista na Assembleia Geral revoga o voto emitido por correspondência ou por meio eletrónico.

Para a Corticeira Amorim, a Assembleia Geral de acionistas é um acontecimento de especial relevância para a Sociedade e para os seus acionistas, enquanto fórum privilegiado de comunicação entre a Sociedade (via os membros dos seus órgãos estatutários) e os seus acionistas, incentivando a transparência, a reflexão conjunta, a troca de ideias e argumentos e o alinhamento de interesses. Assim, a elevada participação ativa dos acionistas da Corticeira Amorim nas reuniões da Assembleia Geral motiva a Sociedade a manter o atual sistema de participação e votação (presencial e voto por correspondência) assegurando, por um lado, a participação de todos aqueles que não podem ou não pretendem participar presencialmente e, por outro, potenciar a tradicional participação presencial que ultrapassa largamente os 80% do total das ações emitidas.

Acresce que se considera que (i) para o acionista, a complexidade associada ao voto eletrónico seguro é desproporcional face ao voto por correspondência que também permite a participação não presencial, possível até de revogar pela presença do acionista, e que (ii) quer para o acionista, quer para a Sociedade, os custos decorrentes são materialmente relevantes.

Tal como referido no ponto anterior, este posicionamento e este entendimento não obsta a que, ponderado o enquadramento concreto de marcação/realização da Assembleia Geral, não seja possível o voto à distância. Foi o que se verificou em 2020. Em virtude dos motivos já referidos, para assegurar as mais amplas condições para a manifestação de um voto esclarecido, o direito de voto e o direito à informação dos acionistas em Assembleia Geral puderam ser exercidos por correspondência eletrónica.

II.5. Os Estatutos da sociedade que prevejam a limitação do número de votos que podem ser detidos ou exercidos por um único acionista, de forma individual ou em concertação com outros acionistas, devem prever igualmente que, pelo menos de cinco em cinco anos, seja sujeita a deliberação pela assembleia geral a alteração ou a manutenção dessa disposição estatutária – sem requisitos de quórum agravado relativamente ao legal – e que, nessa deliberação, se contam todos os votos emitidos sem que aquela limitação funcione.

Não aplicável. Ponto 5. Ponto 13.

Os Estatutos da Corticeira Amorim não preveem a limitação do número de votos que podem ser detidos ou exercidos por um único acionista, de forma individual ou em concertação com outros acionistas

II.6. Não devem ser adotadas medidas que determinem pagamentos ou a assunção de encargos pela sociedade em caso de transição de controlo ou de mudança da composição do órgão de administração e que se afigurem suscetíveis de prejudicar o interesse económico na transmissão das ações e a livre apreciação pelos acionistas do desempenho dos administradores.

Adotada. A Sociedade não celebrou quaisquer acordos que determinem pagamentos ou a assunção de encargos pela Sociedade em caso de transição de controlo ou de mudança da composição do Conselho de Administração, exceto as normais cláusulas de *change of ownership* incluídas em alguns contratos de financiamento celebrados no decurso do normal financiamento das operações e que, caso a caso, foram analisadas e a sua aceitação considerada a mais adequada ao interesse da Sociedade. A existência de uma avultada reserva de liquidez (linhas de crédito contratadas e não

utilizadas – ver ponto 4.) permite que, mesmo que tal cláusula fosse exercida, a Sociedade continue a poder financiar-se e/ou a cumprir tempestivamente o serviço da dívida.

Portanto, (i) sendo uma prática corrente de mercado que, entre outros, visa assegurar a obtenção de financiamento em condições mais vantajosas para a Sociedade; (ii) estando garantidos meios de financiamento imediatamente mobiliáveis em caso do exercício destas cláusulas; (iii) sendo esta informação divulgada anualmente nas contas da Sociedade, considera-se que a contratação/manutenção destas cláusulas não suscetível de colocar em causa a livre transmissibilidade das ações nem de prejudicar a livre apreciação pelos acionistas do desempenho dos membros do Conselho de Administração.

Não se encontram implementadas quaisquer medidas visando especificamente os efeitos descritos nesta recomendação.

Pontos 4. e 84.

CAPÍTULO III — ADMINISTRAÇÃO NÃO EXECUTIVA E FISCALIZAÇÃO

III.1. Sem prejuízo das funções legais do presidente do conselho de administração, se este não for independente, os administradores independentes devem designar entre si um coordenador (lead independent director) para, designadamente, (i) atuar, sempre que necessário, como interlocutor com o presidente do conselho de administração e com os demais administradores, (ii) zelar por que disponham do conjunto de condições e meios necessários ao desempenho das suas funções; e (iii) coordená-los na avaliação do desempenho pelo órgão de administração prevista na recomendação V.1.1.

Adotada. Os administradores independentes designaram, de entre si, José Pereira Alves para *lead independent director*, para que, nessa qualidade possa designadamente: (i) atuar, sempre que necessário, como interlocutor com o presidente do Conselho de Administração e com os demais administradores, (ii) zelar por que os administradores independentes disponham do conjunto de condições e meios necessários ao desempenho das suas funções; e (iii) coordená-los na avaliação do desempenho pelo órgão de administração prevista na recomendação V.1.1.

III.2. O número de membros não executivos do órgão de administração, bem como o número de membros do órgão de fiscalização e o número de membros da comissão para as matérias financeiras deve ser adequado à dimensão da sociedade e à complexidade dos riscos inerentes à sua atividade, mas suficiente para assegurar com eficiência as funções que lhes estão cometidas, devendo constar no relatório de governo a formulação deste juízo de adequação.

Adotada. Ponto 18. (Conselho de Administração) e ponto 31. (Comissão de Auditoria).

III.3. Em todo o caso, o número de administradores não executivos deve ser superior ao de administradores executivos.

Adotada. Ponto 18.

III.4. Cada sociedade deve incluir um número não inferior a um terço mas sempre plural, de administradores não executivos que cumpram os requisitos de independência. Para efeitos desta recomendação, considera-se independente a pessoa que não esteja associada a qualquer Grupo de interesses específicos na sociedade, nem se encontre em alguma circunstância suscetível de afetar a sua isenção de análise ou de decisão, nomeadamente em virtude de:

(i) Ter exercido durante mais de doze anos, de forma contínua ou intercalada, funções em qualquer órgão da sociedade;

(ii) Ter sido colaborador/a da sociedade ou de sociedade que com ela se encontre em relação de domínio ou de Grupo nos últimos três anos;

(iii) Ter, nos últimos três anos, prestado serviços ou estabelecido relação comercial significativa com a sociedade ou com sociedade que com esta se encontre em relação de domínio ou de Grupo, seja de forma direta ou enquanto sócio, administrador, gerente ou dirigente de pessoa coletiva;

(iv) Ser beneficiário de remuneração paga pela sociedade ou por sociedade que com ela se encontre em relação de domínio ou de Grupo para além da remuneração decorrente do exercício das funções de administrador;

(v) Viver em união de facto ou ser cônjuge, parente ou afim na linha reta e até ao 3.º grau, inclusive, na linha colateral, de administradores da sociedade, de administradores de pessoa coletiva titular de participação qualificada na sociedade ou de pessoas singulares titulares direta ou indiretamente de participação qualificada;

(vi) Ser titular de participação qualificada ou representante de um acionista titular de participações qualificadas.

Adotada. Ponto 19.

III.5. O disposto no parágrafo (i) da recomendação III.4 não obsta à qualificação de um novo administrador como independente se, entre o termo das suas funções em qualquer órgão da Sociedade e a sua nova designação, tiverem entretanto decorrido pelo menos três anos (*cooling-off period*).

Não aplicável relativamente a nenhum membro independente do Conselho de Administração eleito na Assembleia Geral de 23 de abril de 2021.

III.6. Com respeito pelas competências que lhe são conferidas por lei, o órgão de fiscalização avalia e pronuncia-se sobre as linhas estratégicas e a política de risco, previamente à sua aprovação final pelo órgão de administração.

Adotada. Pontos 38. e 52.

III.7. As sociedades devem dispor de comissões especializadas em matéria de governo societário, nomeações e avaliação de desempenho, separada ou cumulativamente. No caso de ter sido criada a comissão de remunerações prevista pelo artigo 399.º do Código das Sociedades Comerciais, e de tal não ser proibido por lei, esta recomendação pode ser cumprida mediante a atribuição a esta comissão de competência nas referidas matérias.

Adotada. Pontos 27. e 29.

CAPÍTULO IV — ADMINISTRAÇÃO EXECUTIVA

IV.1. O órgão de administração deve aprovar, através de regulamento interno ou mediante via equivalente, o regime de atuação dos executivos e do exercício por estes de funções executivas em entidades fora do Grupo.

Adotada. O Conselho de Administração fixa, através do Regulamento de funcionamento da Comissão Executiva (disponível em: <https://www.amorim.com/pt/investidores/governo-societario/estatutos-regulamentos-e-politicas/>) o regime de atuação dos executivos em entidades fora do Grupo Corticeira Amorim.

IV.2. O órgão de administração deve assegurar que a sociedade atua de forma consentânea com os seus objetivos e não deve delegar poderes, designadamente, no que respeita a: i) definição da estratégia e das principais políticas da sociedade; ii) organização e coordenação da estrutura empresarial; iii) matérias que devam ser consideradas estratégicas em virtude do seu montante, risco ou características especiais.

Adotada. Ponto 9. e Regulamento de funcionamento da Comissão Executiva (disponível em: <https://www.amorim.com/pt/investidores/governo-societario/estatutos-regulamentos-e-politicas/>)

IV.3. No relatório anual, o órgão de administração explicita em que termos a estratégia e as principais políticas definidas procuram assegurar o êxito a longo prazo da sociedade e quais os principais contributos daí resultantes para a comunidade em geral.

Adotada. Capítulo 17. Avaliação Anual de Desempenho do Relatório de Gestão Consolidado e Secção 5.3. Desempenho Económico do Relatório de Sustentabilidade.

CAPÍTULO V — AVALIAÇÃO DE DESEMPENHO, REMUNERAÇÕES E NOMEAÇÕES

V.1 Avaliação Anual de Desempenho

V.1.1. O órgão de administração deve avaliar anualmente o seu desempenho, bem como o desempenho das suas comissões e dos administradores delegados, tendo em conta o cumprimento do plano estratégico da sociedade e do orçamento, a gestão de riscos, o seu funcionamento interno e o contributo de cada membro para o efeito, e o relacionamento entre órgãos e comissões da Sociedade.

Adotada. Capítulo 17. do Relatório Consolidado de Gestão.

V.2 Remunerações

V.2.1. A sociedade deve constituir uma comissão de remunerações, cuja composição assegure a sua independência em face da administração, podendo tratar-se da comissão de remunerações designada nos termos do artigo 399.º do Código das Sociedades Comerciais.

Adotada. Pontos 29., 66., 67. e 68.

V.2.2. A fixação das remunerações deve competir à comissão de remunerações ou à assembleia geral, sob proposta daquela comissão.

Adotada. Pontos 66., 67. e 68.

V.2.3. Para cada mandato, a comissão de remunerações ou a assembleia geral, sob proposta daquela comissão, deve igualmente aprovar o montante máximo de todas as compensações a pagar ao membro de qualquer órgão ou comissão da sociedade em virtude da respetiva cessação de funções, procedendo-se à divulgação da referida situação e montantes no relatório de governo ou no relatório de remunerações.

Adotada.

Nos termos da Política de Remunerações aprovada pela Assembleia Geral de acionistas de 23 de abril de 2021 (disponível em: <https://www.amorim.com/pt/investidores/governo-societario/estatutos-regulamentos-e-politicas/>), os pagamentos decorrentes da cessação de funções dos membros de qualquer órgão ou comissão da Sociedade são os que decorrem da lei geral, estando vedada à Sociedade a possibilidade de estabelecer acordos específicos que determinem o pagamento de outras compensações.

V.2.4. A fim de prestar informações ou esclarecimentos aos acionistas, o presidente ou, no seu impedimento, outro membro da comissão de remunerações deve estar presente na assembleia geral anual e em quaisquer outras se a respetiva ordem de trabalhos incluir assunto conexo com a remuneração dos membros dos órgãos e comissões da sociedade ou se tal presença tiver sido requerida por acionistas.

Adotada.

É prática a Comissão de Remunerações estar presente ou representada nas reuniões da Assembleia Geral em que se apreciam temas relacionados com a remuneração dos órgãos sociais e comissões da Sociedade. Na Assembleia Geral de Acionistas de 23 de abril de 2021 esteve presente o presidente dessa Comissão.

V.2.5. Dentro das limitações orçamentais da sociedade, a comissão de remunerações deve poder decidir livremente a contratação, pela sociedade, dos serviços de consultoria necessários ou convenientes para o exercício das suas funções.

Adotada. Ponto 67. e Regulamento da Comissão de Nomeações, Avaliação e Remunerações (<https://www.amorim.com/pt/investidores/governo-societario/estatutos-regulamentos-e-politicas/>).

V.2.6. A comissão de remunerações deve assegurar que os serviços são prestados com independência e que os respetivos prestadores não serão contratados para a prestação de quaisquer outros serviços à própria sociedade ou a outras que com ela se encontrem em relação de domínio ou de Grupo sem autorização expressa da comissão.

Adotada. Ponto 67. e Regulamento da Comissão de Nomeações, Avaliação e Remunerações (<https://www.amorim.com/pt/investidores/governo-societario/estatutos-regulamentos-e-politicas/>).

V.2.7. Tendo em vista o alinhamento de interesses entre a sociedade e os administradores executivos, uma parte da remuneração destes deve ter natureza variável que reflita o desempenho sustentado da sociedade e não estimule a assunção de riscos excessivos.

Adotada. Pontos 69., 70. e 71.

V.2.8. Uma parte significativa da componente variável deve ser parcialmente diferida no tempo, por um período não inferior a três anos, associando-a, necessariamente, à confirmação da sustentabilidade do desempenho, nos termos definidos em regulamento interno.

Não adotada e em aperfeiçoamento. Pontos 69. e 72.

Apesar do pagamento da componente variável da remuneração, se existir, poder ter lugar, no todo ou em parte, após o apuramento das contas do exercício correspondente a todo o mandato, sendo o mandato de três anos, tal diferimento poderá não ser por um período não inferior a três anos, razão pela qual se considera não adotada esta recomendação.

V.2.9. Quando a remuneração variável compreender opções ou outros instrumentos direta ou indiretamente dependentes do valor das ações, o início do período de exercício deve ser diferido por um prazo não inferior a três anos.

Não aplicável.

Nos termos da declaração sobre política de remunerações aprovada em Assembleia Geral de acionistas, sob proposta da Comissão de Remunerações, não é política da Sociedade atribuir aos membros dos seus órgãos sociais planos de atribuição de ações e/ou de opções de aquisição de ações ou com base nas variações do preço da ação.

V.2.10. A remuneração dos administradores não executivos não deve incluir nenhuma componente cujo valor dependa do desempenho da sociedade ou do seu valor.

Adotada. Pontos 77. e 78.

V.3. Nomeações

V.3.1. A sociedade deve, nos termos que considere adequados, mas de forma suscetível de demonstração, promover que as propostas para eleição dos membros dos órgãos sociais sejam acompanhadas de fundamentação a respeito da adequação do perfil, conhecimentos e currículo à função a desempenhar por cada candidato.

Adotada parcialmente e em aperfeiçoamento.

As propostas à Assembleia Geral de acionistas para eleição dos membros dos órgãos sociais são acompanhadas de fundamentação a respeito da adequação dos candidatos à função, designadamente através do seu currículo académico e profissional, evidenciando as suas competências académicas e profissionais, o respetivo percurso profissional e cargos de relevo exercidos ou em exercício, que demonstrem a adequação do perfil, dos conhecimentos e do currículo à função a desempenhar na Sociedade.

Atenta a orientação da Nota Interpretativa nº 3 ao Código do Governo das Sociedades, a Comissão de Nomeações, Avaliação e Remunerações tem em curso a definição de uma Política de Nomeações dos membros dos órgãos de administração e fiscalização da Corticeira Amorim, estabelecendo, entre outros, procedimentos e responsabilidades pela seleção e nomeações,, bem como os requisitos de nomeação, em consonância com outras políticas e procedimentos **já em vigor em matérias relacionadas com a seleção e nomeações**, bem como com outros normativos internos, designadamente os estatutos da Sociedade, Código de Ética Empresarial e de Conduta Profissional da Corticeira Amorim, a Política de Diversidade e a Política de Recursos Humanos (disponíveis em: <https://www.amorim.com/pt/investidores/governo-societario/estatutos-regulamentos-e-politicas/>).

V.3.2. A não ser que a dimensão da sociedade o não justifique, a função de acompanhamento e apoio às designações de quadros dirigentes deve ser atribuída a uma comissão de nomeações.

Adotada. Ponto 29. IV.

V.3.3. Esta comissão inclui uma maioria de membros não executivos independentes.

Adotada. Ponto 29. IV.

V.3.4. A comissão de nomeações deve disponibilizar os seus termos de referência e deve induzir, na medida das suas competências, processos de seleção transparentes que incluam mecanismos efetivos de identificação de potenciais candidatos, e que sejam escolhidos para proposta os que apresentem maior mérito, melhor se adequem às exigências da função e promovam, dentro da organização, uma diversidade adequada incluindo de género.

Adotada prática que se considera equivalente à proposta nesta recomendação, ou seja, acautelando idênticos interesses.

Na Corticeira Amorim as direções de Recursos Humanos atuam de acordo com um conjunto de procedimentos estabelecidos internamente que preconizam e possibilitam:

- A identificação tempestiva e adequada dos perfis necessários/compatíveis com uma determinada função de direção;
- A condução dos processos de seleção que tomam por base a adequação do perfil à função a exercer e critérios de mérito profissional;
- A designação de quadros dirigentes respeitando a política de diversidade da Corticeira Amorim (Introdução da Secção B. na Parte I deste relatório).

Cumpre ainda destacar que, atendendo a que o Conselho de Administração designou a Comissão de Nomeações, Avaliação e Remunerações, composta maioritariamente por administradores não executivos independentes, e no sentido de acolher cabalmente esta recomendação, esta Comissão tem em curso a definição de uma Política de Nomeações dos membros dos órgãos de administração e fiscalização da Corticeira Amorim (conforme descrito na nota à recomendação V.3.1.) que permitirá reforçar as práticas preconizadas por esta recomendação.

CAPÍTULO VI — CONTROLO INTERNO

VI.1. O órgão de Administração deve debater e aprovar o plano estratégico e a política de risco da sociedade, que inclua a fixação de limites em matéria de assunção de riscos.

Adotada. Pontos 52. e 54.

VI.2. O órgão de fiscalização deve organizar-se internamente, implementando mecanismos e procedimentos de controlo periódico com vista a garantir que os riscos efetivamente incorridos pela sociedade são consistentes com os objetivos fixados pelo órgão de administração.

Adotada.

Os mecanismos de reporte e de controlo periódico implementados permitem ao órgão de fiscalização (até 23 de abril de 2021: Conselho Fiscal; após 23 de abril de 2021: Comissão de Auditoria) acompanhar estas matérias; os sistemas de controlo implementados pela Sociedade, considerados robustos pelo **órgão de fiscalização**, permitem garantir que os riscos incorridos são consistentes com os objetivos fixados, nomeadamente nas áreas consideradas mais

críticas, onde existem planos de monitorização/controlo e de mitigação perfeitamente estabelecidos/implementados (por exemplo, programa de intervenção florestal visando garantir a disponibilidade de matéria-prima cortiça, a evolução cambial). Acresce uma cultura robusta de controlo de gestão orçamental (que também funciona como *scoreboard* para a avaliação do desempenho dos quadros do Grupo).

VI.3. O sistema de controlo interno, compreendendo as funções de gestão de riscos, compliance e auditoria interna, deve ser estruturado em termos adequados à dimensão da sociedade e à complexidade dos riscos inerentes à sua atividade, devendo o órgão de fiscalização avaliá-lo e, no âmbito da sua competência de fiscalização da eficácia deste sistema, propor os ajustamentos que se mostrem necessários.

Adotada. Pontos 52. 53. e 54.

VI.4. O órgão de fiscalização deve pronunciar-se sobre os planos de trabalho e os recursos afetos aos serviços do sistema de controlo interno, incluindo as funções de gestão de riscos, *compliance* e auditoria interna, podendo propor os ajustamentos que se mostrem necessários.

Adotada. Pontos 38. e 50. a 52.

Conforme resulta dos pontos referidos, o sistema de controlo interno implementado na Corticeira Amorim conta com uma relevante e profícua interação com o **órgão de fiscalização** que, a todo o momento, pode solicitar esclarecimentos ou propor ajustamentos que, no seu entendimento, julgue necessários.

VI.5. O órgão de fiscalização deve ser destinatário dos relatórios realizados pelos serviços de controlo interno, incluindo as funções de gestão e riscos, *compliance* e auditoria interna, pelo menos quando estejam em causa matérias relacionadas com a prestação de contas, a identificação ou a resolução de conflitos de interesses e a deteção de potenciais irregularidades.

Adotada. Ponto 38.

VI.6. Tendo por base a sua política de risco, a sociedade deve instituir uma função de gestão de riscos, identificando

- (i) os principais riscos a que se encontra sujeita no desenvolvimento da sua atividade,**
- (ii) a probabilidade de ocorrência dos mesmos e o respetivo impacto,**
- (iii) os instrumentos e medidas a adotar tendo em vista a respetiva mitigação,**
- (iv) os procedimentos de monitorização, visando o seu acompanhamento.**

Adotada. Pontos 50., 52. e 54.

VI.7. A sociedade deve estabelecer procedimentos de fiscalização, avaliação periódica e de ajustamento do sistema de controlo interno, incluindo uma avaliação anual do grau de cumprimento interno do desempenho desse sistema, bem como da perspetiva de alteração do quadro de risco anteriormente definido.

Adotada. Ponto 54.

CAPÍTULO VII — INFORMAÇÃO FINANCEIRA

VII.1 Informação financeira

VII.1.1. O regulamento interno do órgão de fiscalização deve impor que este fiscalize a adequação do processo de preparação e de divulgação de informação financeira pelo órgão de administração, incluindo a adequação das políticas contabilísticas, das estimativas, dos julgamentos, das divulgações relevantes e sua aplicação consistente entre exercícios, de forma devidamente documentada e comunicada.

Adotada. Ponto 38.

VII.2 Revisão legal de contas e fiscalização

VII.2.1. Através de regulamento interno, o órgão de fiscalização deve definir, nos termos do regime geral aplicável, os procedimentos de fiscalização destinados a assegurar a independência do revisor oficial de contas.

Adotada. A Comissão de Auditoria tem instituído um procedimento interno que abrange estas matérias.

VII.2.2. O órgão de fiscalização deve ser o principal interlocutor do revisor oficial de contas na sociedade e o primeiro destinatário dos respetivos relatórios, competindo-lhe, designadamente, propor a respetiva remuneração e zelar para que sejam asseguradas, dentro da empresa, as condições adequadas à prestação dos serviços.

Adotada.

Compete à Comissão de Auditoria propor o Revisor Oficial de Contas e respetiva remuneração, no quadro da Política de Remunerações aprovada em Assembleia Geral de acionistas.

VII.2.3. O órgão de fiscalização deve avaliar anualmente o trabalho realizado pelo revisor oficial de contas, a sua independência e adequação para o exercício das funções e propor ao órgão competente a sua destituição ou a resolução do contrato de prestação dos seus serviços sempre que se verifique justa causa para o efeito.

Adotada. Pontos 38.

Mozelos, 4 de abril de 2022

O Conselho de Administração
da Corticeira Amorim, S.G.P.S., S.A



RELATÓRIO DE SUSTENTABILIDADE

04

Herdade de Rio Frio, localizada no distrito de Setúbal, propriedade onde a Corticeira Amorim pretende melhorar a produtividade através de adensamentos a implementar no montado.

MENSAGEM DA ADMINISTRADORA E DIRETORA DE SUSTENTABILIDADE



Caro stakeholder,

Na Corticeira Amorim, mais de 150 anos após a sua génese, num pequeno negócio familiar dedicado à manufatura e comercialização de rolhas, assumimos a mesma missão: a de acrescentar valor à cortiça, de forma competitiva, diferenciada e inovadora, em perfeita harmonia com a Natureza.

Desenvolvemos produtos e soluções de baixo carbono que contribuem para a mitigação das alterações climáticas; criamos valor através de um modelo de economia circular; promovemos um ecossistema que presta inúmeros serviços à humanidade e fomentamos uma cultura de segurança e desenvolvimento das nossas Pessoas. Estamos conscientes do nosso contributo positivo em toda a cadeia de valor, por isso continuamos a investir para reduzir o impacto ambiental das atividades e para promover o desenvolvimento sustentável em toda a nossa esfera de influência.

Em 2021, reforçámos significativamente o nosso referencial e as nossas práticas ESG (Environmental, Social & Governance). Adotamos uma estrutura de governo societário de tipo anglo-saxónico, um modelo acolhido pelas melhores práticas internacionais, mais moderno e participado, que propicia maior agilidade, maior proximidade e melhor acompanhamento, bem como visões independentes e mais diversas, e, assim, contribuindo para a criação de valor e para a sustentabilidade da Corticeira Amorim. Formalizámos um conjunto estruturado de políticas e de práticas corporativas, promovendo uma cultura empresarial de rigor, exigência e transparência.

Estabelecemos, também, a nossa ambição para 2030, vertendo-a no programa de ação Sustentável por natureza; definimos objetivos para os nossos principais impactos e monitorizamos a sua evolução; auscultamos os nossos *stakeholders* e mapeamos as megatendências que influenciam os nossos negócios, gizando linhas de atuação alinhadas com as expectativas dos primeiros e com a resposta proativa às segundas. A nossa estratégia empresarial promove quatro pilares de sustentabilidade: a transparência e a responsabilidade; as características ambientais do produto e do montado; o desenvolvimento, a segurança e o bem-estar das Pessoas; o investimento em IDI e o incremento do desempenho económico.

Reforçamos continuamente os nossos compromissos para com o desenvolvimento sustentável e prestamos contas: com materialidade e transparência, adotando padrões internacionais reconhecidos, como o GRI, e, pela primeira vez, de acordo com as obrigações resultantes do Regulamento da Taxonomia da União Europeia.

O Relatório de Sustentabilidade 2021 da Corticeira Amorim apresenta a evolução do nosso desempenho social, ambiental e económico, as muitas metas que atingimos e, sobretudo, o nosso propósito e o nosso compromisso em continuar a liderar com responsabilidade e sustentabilidade. Evidencia também que, mesmo neste ano tão exigente para os nossos negócios em todo o mundo, foi possível fortalecer a nossa posição a nível mundial, propondo e implementando soluções que respondem aos desafios sociais e do clima, promovendo o capital natural, potenciando o investimento numa economia mais circular e sustentável e fomentando a cooperação e a inovação tecnológica.

Continuamos determinados e resilientes, orgulhosos do excelente desempenho alcançado nos últimos anos, mas ainda há muito caminho a percorrer. Contamos, como sempre, com a dedicação das nossas Pessoas e o envolvimento dos nossos *stakeholders*, para continuarmos a construir um mundo melhor.

Acompanhamos com profunda consternação a gravíssima situação que se vive na Europa de leste, esperando que seja possível criar rapidamente condições para a paz e para a reconstrução das vidas e dos territórios afetados.

Cordiais cumprimentos,

Cristina Rios de Amorim
Administradora e Chief Sustainability Officer



A inovação, a melhoria da qualidade das rolhas e o aumento do conhecimento da sua interação com o vinho estão no centro das atenções do departamento de I&D+I da Amorim Cork.

SOBRE ESTE RELATÓRIO

A Corticeira Amorim reforça continuamente a sua ambição e compromisso de sustentabilidade, implementando diversas iniciativas e estratégias. A boa prática de reporte regular, realizada desde 2006, promove a transparência e potencia a adoção de princípios de sustentabilidade, quer na cadeia de valor, quer junto dos seus principais *stakeholders*.

Este Relatório de Sustentabilidade, que integra o Relatório Anual Consolidado da Corticeira Amorim, evidencia a abordagem e o compromisso da Corticeira Amorim para com os temas de sustentabilidade. Foi elaborado de acordo com as diretrizes da Global Reporting Initiative (GRI), as GRI Standards, para o nível core, dando resposta aos requisitos legais introduzidos pelo Decreto-Lei n.º 89/2017, de 28 de julho, sendo, nos termos do artigo 508.º-G do Código das Sociedades Comerciais, a Demonstração Não Financeira Consolidada da Corticeira Amorim, S.G.P.S., S.A.. Dá ainda cumprimento ao artigo 8º do Regulamento da Taxonomia e Artigo 10 (2) do artigo 8º do Ato Delegado.

Ao longo do relatório, destacam-se os temas materiais para a Corticeira Amorim, de acordo com a matriz de materialidade (2.2.4. Matriz de materialidade): transparência e comunicação, promoção do montado, biodiversidade e serviços dos ecossistemas associados; desempenho económico, investigação, desenvolvimento e inovação; eficiência energética e alterações climáticas; gestão de emissões; saúde e segurança no trabalho; economia circular e impacto ambiental do produto, onde se integram os temas responsabilidade e qualidade do produto e a satisfação do cliente. Dada a importância para a Organização, o tema formação e desenvolvimento é também considerado material para efeitos deste relatório.

Sendo a Corticeira Amorim um Grupo de empresas espalhadas pelo globo e dada a conseqüente dificuldade em implementar sistemas de recolha de informação uniformes, nomeadamente em empresas de menor dimensão, o âmbito do relatório não contempla a totalidade das empresas do Grupo Corticeira Amorim. Está em curso um plano para aumentar o número de empresas abrangidas por este relatório. Para o presente reporte, considerou-se as empresas que representam 80% das vendas mundiais consolidadas, empregam 82% do total de trabalhadores/as e englobam 93% das unidades industriais (UI).

A verificação da informação deste relatório esteve a cargo da Ernst & Young Audit & Associados, S.R.O.C., S.A.

Este documento está disponível em <https://www.amorim.com/pt/sustentabilidade/relatorios/>, podendo qualquer esclarecimento ser solicitado à Corticeira Amorim, através do formulário de contactos disponível em: <https://www.amorim.com/pt/contactos/>.



A redução dos impactos ambientais, através da adoção dos princípios da economia circular, utilizando todos os subprodutos resultantes da transformação da cortiça, combinando-os muitas vezes com subprodutos de outras indústrias, é apenas um entre inúmeros exemplos do compromisso da Corticeira Amorim em adicionar valor à cortiça de forma competitiva, diferenciadora e inovadora, mas sempre em harmonia com a Natureza.

2021 EM NÚMEROS

1. CORTICEIRA AMORIM

Modelo de negócio	Unidades de negócio	Presença mundial	Cortiça, sobreiro e montado
<ul style="list-style-type: none"> • #1 na transformação de cortiça do mundo • >150 anos de história • 837 820 000 € vendas consolidadas • 10 400 000 € investimento médio em IDI • 93% vendas fora de Portugal 	<ul style="list-style-type: none"> • 5 unidades de negócio • 1 150 000 m² de estaleiro de cortiça • 5 800 000 000 de rolnhas/ano • 10 000 000 m²/ano de capacidade instalada • 268 000 blocos • 48 000 cilindros/ano • 60 000 m³ de cortiça de isolamento/ano 	<ul style="list-style-type: none"> • 28 países onde está presente • 27 unidades industriais • 56 empresas de distribuição • 12 joint ventures • 4 642 trabalhadores/as • 71% trabalhadores/as em Portugal • 29 000 clientes em mais de 100 países 	<ul style="list-style-type: none"> • >2 100 000 ha na bacia do Mediterrâneo Ocidental • 200 anos tempo médio de vida de um sobreiro • 100 000 pessoas dependem do montado de sobreiro • > 1 300 €/ha/ano valor médio estimado dos serviços dos ecossistemas associado a um montado de sobreiro bem gerido • 1/36 hotspots biodiversidade • - 73t CO₂/1t cortiça produzida • Barreira contra incêndios • Regula o ciclo hidrológico • Protege o solo e diminui risco de desertificação

2. GOVERNAÇÃO DE SUSTENTABILIDADE

Ética e integridade	Stakeholders	Cadeia de valor
<ul style="list-style-type: none"> • 2006 data primeiro reporte de sustentabilidade • ZERO irregularidades reportadas • Código de Ética Empresarial e Conduta Profissional • Procedimento de comunicação de irregularidades • Regulamentos internos e políticas 	<ul style="list-style-type: none"> • 2018 última auscultação dos stakeholders • 2021 última revisão da materialidade • 8 principais Grupos de stakeholders • 89% dos stakeholders concorda que o Grupo apresenta uma visão clara das suas responsabilidades económicas, sociais e ambientais 	<ul style="list-style-type: none"> • 100% fornecedores não cortiça cobertos com programa de avaliação de fornecedores • 95% compras de cortiça e de produtos de cortiça de origem controlada • 64% UI com certificação FSC® na cadeia de custódia

3. PRIORIDADES E PROGRESSO

Alinhamento com os ODS	Objetivos
<ul style="list-style-type: none"> • 12/17 ODS alinhados com a estratégia 	<ul style="list-style-type: none"> • 10 objetivos estratégicos • 31 principais metas

4. PILAR AMBIENTAL

Montado	Alterações climáticas	Economia circular	Produtos verdes
<ul style="list-style-type: none"> • 251 ha propriedades florestais intervencionadas • 100 000 sobreiros instalados • - 15 anos redução do primeiro ciclo de extração de cortiça dos atuais 25 para 10/12 anos 	<ul style="list-style-type: none"> • 79% energia de fontes renováveis • 68% energia de fontes renováveis controladas • 3,8% eficiência energética • 86 111 tCO₂eq evitadas • 255 627 tCO₂eq emissões geradas pela atividade e cadeia de valor • - 5 200 000 tCO₂ sequestro aproximado promovido no montado de sobreiro (20 vezes mais que emissões geradas pela atividade e cadeia de valor) 	<ul style="list-style-type: none"> • 100% aproveitamento de cortiça • 88% materiais sustentáveis • 82% materiais renováveis • 801 t cortiça reciclada • 93% de taxa de valorização de resíduos (não cortiça) 	<ul style="list-style-type: none"> • 60% vendas consolidadas cobertas por análises de ciclo de vida (ACV) e contribuir para a mitigação das alterações climáticas • 1.ª alternativa para clientes que querem melhor qualidade e revestimentos com certificação qualidade do ar interior, seja TÜV-PROFICERTou A+, e contributos para certificações construção sustentável, LEED/BREEAM • > 500 aplicações desenvolvidas para vários setores de atividade tendo a inovação e a economia circular no seu epicentro • 0% de aditivos nos produtos de isolamento, que são simultaneamente 100% naturais, recicláveis, reutilizáveis e de grande longevidade sem perda de características

05. PILAR SOCIAL

Desenvolvimento	Segurança, saúde e bem-estar	Comunidade / Sociedade
<ul style="list-style-type: none"> • 94% colaboradores/as em Portugal abrangidos por contratos coletivos de trabalho • 25% de trabalhadoras • 25% trabalhadoras em cargos de chefia • 42 idade média dos trabalhadores/as 	<ul style="list-style-type: none"> • 67% trabalhadores/as abrangidos pelas certificações ISO 45001 ou SA 8000 • Zero acidentes em 2024 	<ul style="list-style-type: none"> • 120 000 árvores plantadas em parceria, > 1 300 000 desde 2008 • 2,17 multiplicador na produção nacional • > 1 000 000 000 €/ano valor total líquido adicionado à sociedade quando incorporado o impacto dos serviços dos ecossistemas do montado (> 7x valor direto)

6. FINANÇAS SUSTENTÁVEIS

Obrigações verdes	PPC Sustainability linked	PPC verde	Taxonomia europeia
<ul style="list-style-type: none"> • 40 000 000 € montante total • 2020-25 período • Gestão ambientalmente sustentável de recursos naturais vivos e uso da terra • Produtos, tecnologias e processos de produção baixos em carbono, ecoeficientes e/ou adaptados à economia circular • Gestão de resíduos e eficiência da utilização de recursos • Energia renovável e conversão de resíduos em energia 	<ul style="list-style-type: none"> • 20 000 000 € montante total • 2021-24 período • Consumo de energia proveniente de fontes renováveis controladas • Resíduos (não cortiça) enviados para valorização no total de resíduos (não cortiça) 	<ul style="list-style-type: none"> • 11 600 000 € montante total • 2021-26 período • Consumo de energia proveniente de fontes renováveis controladas 	<ul style="list-style-type: none"> • 2 / 6 objetivos verdes • 11% volume de negócios elegível • 14% capex elegível • 13% opex elegível

1 – CORTICEIRA AMORIM

A Corticeira Amorim, com origem em 1870, é um dos maiores e mais empreendedores Grupos de origem portuguesa, líder na transformação de cortiça a nível mundial. Sob o mote “Nem um só mercado, nem um só cliente, nem uma só divisa, nem um só produto”, a Empresa tem vindo a crescer e a reinventar-se através da apresentação de novos produtos e da entrada em novos mercados. Assentando a sua atuação em fortes credenciais de sustentabilidade, e desenvolvendo uma atividade com impacto positivo na regulação do clima, a Corticeira Amorim disponibiliza um conjunto de soluções, materiais e artigos para algumas das atividades mais tecnológicas, disruptivas e exigentes do globo, como serão exemplos as indústrias aeroespaciais, automóvel, da construção, do desporto, da energia, do design de interiores e dos vinhos, espumantes e espirituosos. Atualmente sob a liderança da quarta geração da família, que cultiva os valores da longevidade, ambição, orgulho, atitude e paixão, a Empresa investe milhões de euros anualmente em investigação, desenvolvimento e inovação (IDI) e registou, em 2021, 838 milhões de euros em vendas consolidadas, 93% das quais fora de Portugal.

1.1. MODELO DE NEGÓCIO

A atividade operacional da Corticeira Amorim está estruturada em cinco unidades de negócio (UN). O modelo de negócio implementado, assente em boas práticas de gestão, está também assente num processo integrado e verticalizado, fazendo uso dos princípios de economia circular como forma de minimizar os desperdícios criados. A cortiça, que está no centro das operações da Corticeira Amorim, provém de diversos produtores com os quais a Empresa mantém uma relação de proximidade e junto dos quais promove boas práticas de gestão florestal, potenciando, dessa forma, a produção contínua de matéria-prima de boa qualidade.

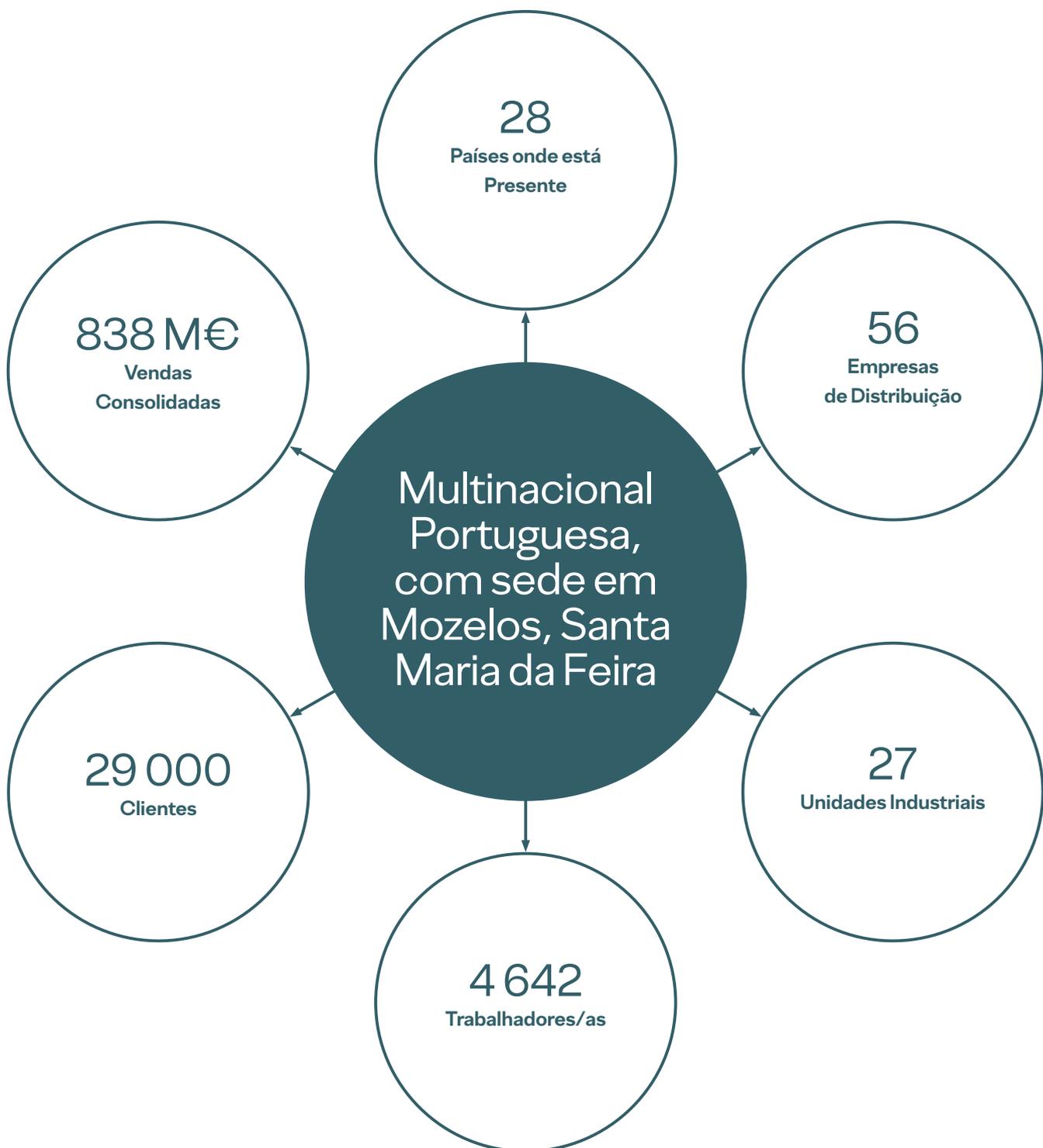
1.2. UNIDADES DE NEGÓCIO

A Corticeira Amorim conta com um vasto portefólio de produtos, destinados a diferentes mercados e objetivos, produzidos a partir de cortiça. Esta matéria-prima, de enorme relevância para a Empresa, tem sido alvo de um investimento consistente em IDI, de modo a promover o aproveitamento de todas as suas propriedades naturais e a diversificar o portefólio de produtos e aplicações. Graças a este investimento e à antecipação de tendências de mercado, a Empresa tem vindo a superar as expectativas de algumas das indústrias mais exigentes do mundo.

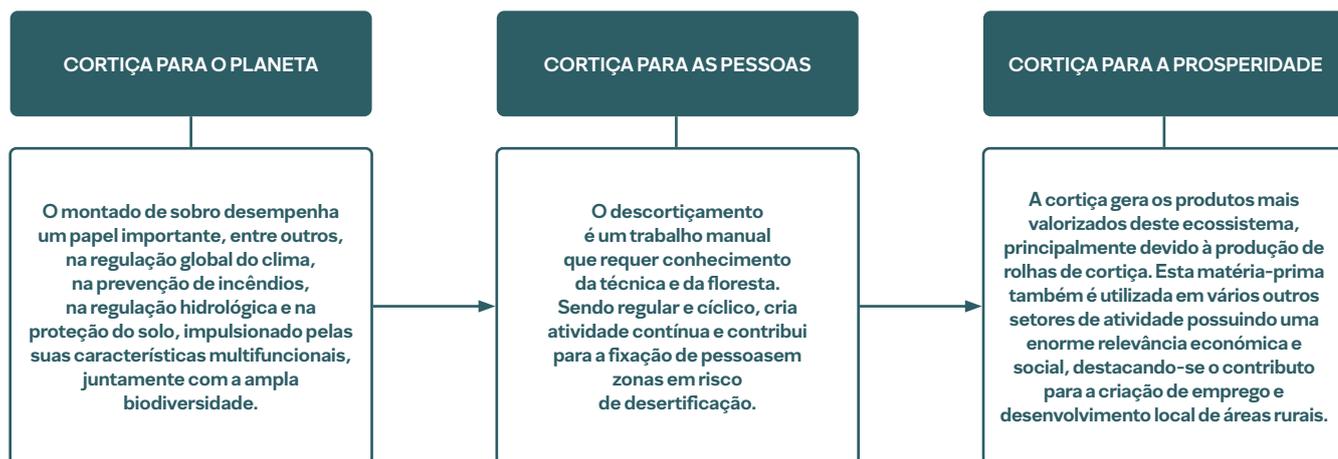
Unidades de negócio	Mercados	Principais Referências	Vendas
 <p>Matérias-Primas Responsável pela gestão global e integrada da cadeia de fornecimento de cortiça, é fundamental na promoção de sinergias entre as várias UN para garantir a otimização do fluxo e a qualidade da cortiça</p>	Cortiça	1150 000 m ² de estealeiro de cortiça	191,5 M€
 <p>Rolhas Líder mundial na produção e fornecimento de rolhas de cortiça, conta com uma rede de distribuição própria, que lhe confere uma posição única no fornecimento da rolha ideal para qualquer segmento de vinho e espirituosos, em qualquer parte do mundo</p>	Vinhos tranquilos, efervescentes, espirituosos, cerveja e cidra	5 800 000 000 de rolhas/ano	593,3 M€
 <p>Revestimentos Presente em cerca de 60 países, detém uma gama de pavimentos de alta qualidade e versáteis com credenciais de conforto e sustentabilidade, que promovem uma melhor qualidade de vida com um maior isolamento acústico e térmico</p>	Pavimentos e revestimentos	10 000 000 m ² /ano de capacidade instalada	123,2 M€
 <p>Aglomerados Compostos A inovação é a força motora desta UN que se propõe redesenhar o mundo de forma sustentável, reutilizando e reinventando materiais com aplicações nas mais diversas áreas</p>	Aeroespacial, mobilidade, energia, selagem, construção, superfícies desportivas e de recreio, pavimentos, bens para casa, escritório e lazer e calçado	268 000 blocos e 48 000 cilindros/ano	116,7 M€
 <p>Isolamentos Dedicada à produção de materiais de isolamento 100% naturais e de excelente desempenho técnico, junta durabilidade praticamente ilimitada sem perda de características, baixa energia incorporada, qualidade do ar interior A+ e isolamento térmico, acústico e antivibratório em simultâneo</p>	Construção / isolamento sustentável, design de interiores e exteriores	60 000 m ³ de cortiça de isolamento/ano	14,5 M€

1.3. PRESENÇA MUNDIAL

Com sede em Portugal, o Grupo Corticeira Amorim está presente nos cinco continentes, através das operações que desenvolve, sejam elas de produção, distribuição ou *joint ventures*, sejam através de agentes de mercado. As ações da Empresa estão cotadas na Euronext Lisbon.



1.4. CORTIÇA, SOBREIRO E MONTADO



Cortiça

Cortiça é o nome correntemente dado à casca ou à capa protetora que desempenha a função de epiderme no sobreiro (*Quercus suber* L.). É um material renovável, 100% natural e reciclável e com características verdadeiramente excecionais. As células da cortiça, agrupadas numa estrutura alveolar, em tudo idêntica a uma colmeia, estão preenchidas com uma mistura de gases muito semelhante ao ar, sendo as suas paredes maioritariamente revestidas por suberina (uma espécie de cera natural) e lenhina (uma macrocélula tridimensional de resistência a ataques microbiológicos). Polissacarídeos, ceroides e taninos, embora com menos expressão, são outros compostos que se encontram no sistema celular da cortiça.

Cada prancha de cortiça contém cerca de 60% de elementos gasosos, o que explica a sua extraordinária leveza. Estas pequenas almofadas concedem à cortiça uma compressibilidade notória, recuperando a sua forma original depois de comprimida. Sendo resiliente, a compressão não se converte em expansão noutra lugar do material, o que a torna uma matéria aplicável a vedantes, juntas e isolamentos térmicos, acústicos e antivibráticos. A elasticidade confere à cortiça um superior nível de tolerância às mudanças de temperatura e de pressão. A leveza e a inércia química fazem da cortiça um vedante ideal para vinhos, resiste à humidade e ao envelhecimento sem se deteriorar.



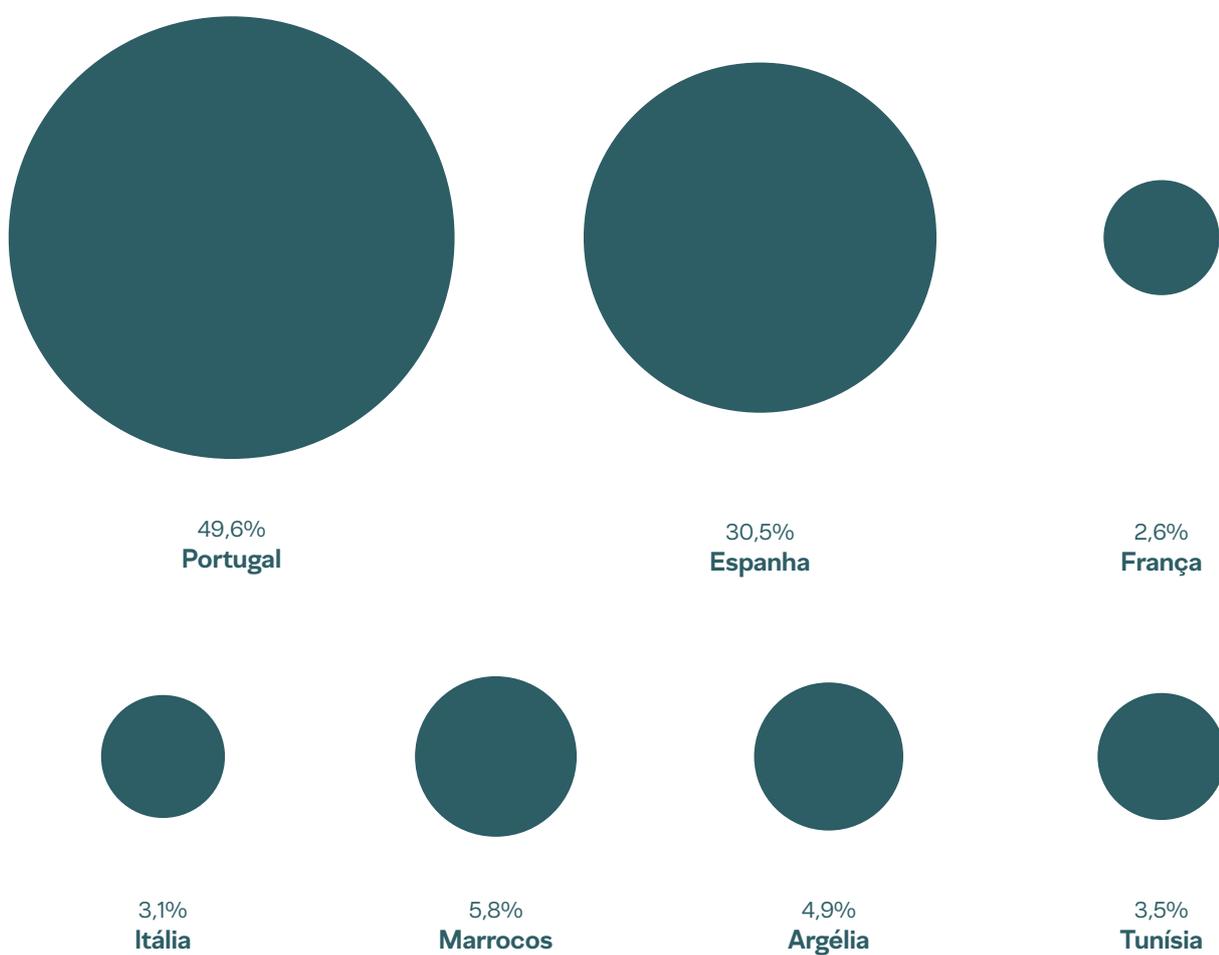
Sobreiro

O sobreiro (*Quercus suber* L.) é uma árvore da família do carvalho, de onde se extrai a cortiça. A sua valorização não se baseia apenas nos produtos extraídos da árvore, mas em todo o conjunto agronómico, florestal, silvo-pastoril e cinegético que gira em torno da cultura do sobreiro. A extração regular da cortiça é uma contribuição fundamental para a sustentabilidade ambiental, económica e social das áreas rurais da região mediterrânica onde o sobreiro pode ser encontrado.

O processo de extração da cortiça designa-se por descortiçamento e realiza-se durante a fase de maior atividade vegetativa: de meados de maio até ao final de agosto. O descortiçamento é um processo altamente especializado, que garante que a árvore não é danificada. O sobreiro é uma árvore de crescimento lento, que pode atingir os

200 anos, permitindo, em média, 16 descortiçamentos ao longo da vida. O primeiro descortiçamento só ocorre ao fim de 25 anos, quando o tronco da árvore atinge um perímetro de 70 cm. A cortiça retirada nessa primeira extração é denominada cortiça virgem; nove anos após, é extraída a cortiça secundária. Após estas duas extrações, a cada nove anos, é extraída a cortiça amadia, de estrutura regular, com superfícies internas e externas suaves, com as características e as qualidades adequadas à produção de rolhas.

Produção anual de cortiça



Montado

Os montados de sobro (florestas de sobreiros) ocupam uma área estimada de mais de 2,1 milhões de hectares na bacia do Mediterrâneo Ocidental. Portugal, Espanha, Marrocos e Argélia detêm cerca de 90% da área de distribuição da espécie. Extraem-se anualmente cerca de 200 mil toneladas de cortiça na extensão total de montado de sobro. Portugal, que detém um terço da área global de sobreiros, é o maior produtor de cortiça do mundo.

O montado é um ecossistema caracterizado pela sua multifuncionalidade, conjugada por uma variedade de sistemas integrados de produção florestal e agrícola. É caracterizado ainda pela qualidade dos produtos fornecidos e pelas práticas de gestão com um impacto reduzido no ambiente.

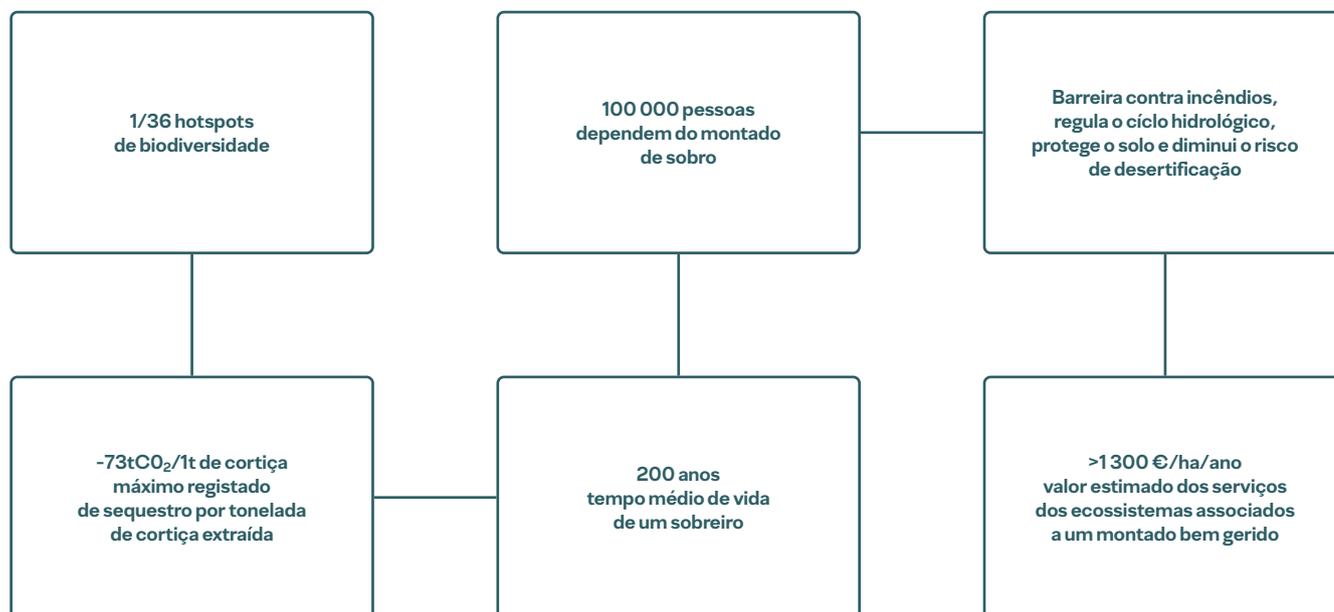
Este ecossistema florestal é composto maioritariamente por sobreiros (*Quercus suber*), em regiões onde a influência atlântica é maior, e por azinheiras (*Quercus rotundifolia ilex*), nas regiões mais interiores, caracterizadas pelas temperaturas altas e baixa precipitação. A biodiversidade vegetal deste ecossistema é composta por uma rica camada herbácea e por diversas espécies arbustivas, incluindo espécies aromáticas e medicinais, que têm um papel importante na nutrição de animais e de pessoas.

Neste tipo de floresta, também é possível encontrar uma grande diversidade de espécies animais, contribuindo para a elevada biodiversidade que caracteriza o ecossistema. O montado de sobro combina os elementos referidos acima com o cultivo agrícola e a produção de gado no mesmo espaço, tirando partido dos benefícios das interações biológicas entre eles.

É possível encontrar três tipos de paisagens distintas neste ecossistema: (i) floresta, cujo foco é a extração de cortiça; (ii) paisagem semelhante a uma savana, onde se desenvolvem múltiplas atividades como a agricultura, a gestão florestal e o pastoreio; (iii) e uma paisagem agro-silvo-pastoril, na qual se praticam, principalmente, atividades de pastoreio de gado e o cultivo de cereais.

O montado de sobro desempenha um papel importante na promoção de funções ecológicas, como a conservação do solo, o armazenamento de carbono e a retenção de água, devido à vasta biodiversidade existente e à exploração multifuncional que o caracteriza. Oferece ainda um conjunto de bens e de serviços económicos e ambientais, relacionados com atividades agro-silvo-pastoris e outras, como o ecoturismo, que contribui significativamente para a importância económica deste ecossistema.

A cortiça é o bem mais valorizado no ecossistema, principalmente devido à sua transformação em rolhas de cortiça. A cortiça também é utilizada para a produção de aplicações para vários outros sectores de atividade devido às suas variadas características. Como consequência, além do seu valor económico, tem uma enorme relevância social, porque cria emprego e promove o desenvolvimento local das zonas rurais.





Compósito de cortiça produzido na i.cork factory, fábrica de inovação fundada em 2018, no âmbito da Unidade de Negócio Aglomerados Compósitos, que integra múltiplos saberes, avançados meios e as mais diversas competências.

2 – GOVERNAÇÃO DA SUSTENTABILIDADE

A abordagem aos temas relacionados com a sustentabilidade tem o potencial de impactar o desempenho dos negócios, seja por meio de regulamentação, percepção das partes interessadas, seja por impactar diretamente a saúde e o bem-estar dos *stakeholders*. A Corticeira Amorim procura identificar e compreender estes temas, mitigar o seu impacto e responder aos principais desafios dos mercados onde opera.

A Corticeira Amorim tem definida uma política geral de sustentabilidade onde se compromete a:

- Agir em total conformidade com a legislação e a regulamentação vigentes nas regiões onde opera, bem como, a prestar às autoridades toda a colaboração ao seu alcance;
- Integrar a sustentabilidade no processo de tomada de decisão;
- Respeitar colaboradores/as, clientes, fornecedores, acionistas e demais *stakeholders*, relevantes para a sustentabilidade da Corticeira Amorim;
- Gerir riscos e oportunidades associados às atividades da Organização, de forma a evitar impactos negativos nas pessoas e no meio ambiente;
- Desenvolver a atividade de acordo com princípios de confiança, transparência e ética, estimulando canais de comunicação para informar, envolver e manter um diálogo contínuo com os *stakeholders*;
- Construir e fomentar um quadro de respeito pelos valores fundamentais dos Direitos Humanos (tal como proclamados pela Declaração Universal dos Direitos Humanos das Nações Unidas) e do Trabalho (tal como enunciados pela Organização Internacional do Trabalho);
- Incentivar o comércio livre, esforçando-se por privilegiar relações responsáveis e sustentáveis com os seus fornecedores e partilhando com eles os seus compromissos em prol do desenvolvimento sustentável;
- Retribuir o suporte das comunidades onde opera, contribuindo para o progresso, desenvolvimento económico e bem-estar dessas comunidades, estimulando PME e futuros empreendedores locais a obter resultados sustentáveis e, desta forma, impulsionar o empreendedorismo nacional.

2.1. ÉTICA E INTEGRIDADE

Objetivo	Principais metas
• Atuar de forma adequada e ética, com transparência e responsabilidade, em prol da competitividade e da criação de valor de longo prazo.	• Integrar medidas relacionadas com alterações climáticas; • Proteger os direitos do trabalho; • Fomentar a gestão equilibrada e prudente e a sustentabilidade; • Ser transparente e responsável; • Sustentar o crescimento económico.

A Corticeira Amorim alicerça a sua atuação em elevados padrões de ética, fomentando uma conduta adequada e ética em todas as relações com os seus *stakeholders*, proporcionando resultados que são fruto da sua visão de gestão, da eficiência dos seus processos, da contínua inovação, do profissionalismo e da competência da sua equipa, da competitividade da sua oferta e da sua reputação no mercado. Assim, assume um conjunto de compromissos voluntários em matérias de ética e de responsabilidade ambiental e social, através do desenvolvimento e da implementação de políticas e de princípios pelos quais rege a sua atividade. Atenta aos riscos a que está sujeita a sua atividade e os interesses dos seus *stakeholders*, estando ainda convicta da eficácia da sua prevenção e do controlo de risco, a Corticeira Amorim analisa regularmente estas matérias, promovendo a sua reflexão e a sua melhoria.

2.1.1. ESTATUTOS, REGULAMENTOS E POLÍTICAS

A Corticeira Amorim rege-se por um sólido e coeso conjunto de regulamentos internos e políticas que, associado aos estatutos da sociedade e ao Código de Ética Empresarial e Conduta Profissional, permitem o alinhamento dos interesses de todos os seus *stakeholders*, fomentam a gestão equilibrada e prudente e reforçam a posição da Corticeira Amorim em relação ao desenvolvimento sustentável. Os estatutos, regulamentos e políticas da Corticeira Amorim estão disponíveis em <https://www.amorim.com/pt/investidores/governo-societario/estatutos-regulamentos-e-politicas/>.

A Organização comunica tempestivamente aos colaboradores/as as atualizações ocorridas neste conjunto de diretrizes e promove a sua divulgação e adoção em toda a Organização.

A Comissão Executiva e a Direção de Riscos, em conjunto com a Direção Executiva das UN, são responsáveis por avaliar os riscos associados à corrupção e ao suborno em mercados onde a Corticeira Amorim atua, de acordo com as características de cada um. A monitorização destes riscos é ainda complementada pela atividade da Comissão de Riscos da Empresa e por auditorias de processo de controlo interno, cuja função é analisar a conformidade dos processos e identificar deficiências.

2.1.2. COMUNICAÇÃO DE IRREGULARIDADES

A comunicação de irregularidades identificadas é efetuada de acordo com um procedimento definido (dirigido à Comissão de Auditoria da sociedade), apresentada por acionistas, colaboradores/as, *stakeholders* da Organização ou por outras pessoas/entidades. Compete à Comissão de Auditoria, constituída integralmente por membros independentes, analisar as comunicações recebidas e dar-lhes a devida sequência, nos termos previstos no procedimento referido, incluindo sugerir medidas de mitigação para a prevenção e a ocorrência das mesmas.

A Organização assegura que o conteúdo das comunicações recebidas é, em primeiro lugar, do conhecimento da Comissão de Auditoria (a nenhum colaborador/a da Organização está autorizada a abertura de correspondência dirigida especificamente a este órgão social ou a qualquer um dos seus membros individualmente identificados).

Aqueles que solicitarem aconselhamento ou desejarem denunciar um incidente serão tratados com respeito e dignidade, de acordo com os seguintes princípios:

- **Confidencialidade:** os detalhes e as declarações feitas serão examinados com a maior confidencialidade em todas as fases da investigação, sendo garantida a máxima confidencialidade das informações transmitidas e da identidade do transmitente da informação, sempre que este o solicite. A comunicação anónima também será considerada, sendo importante ter em conta que esta opção pode limitar a capacidade de efetuar uma investigação;
- **Exaustiva:** as informações recebidas sobre violações potenciais do Código de Ética Empresarial e Conduta Profissional, ou de regulamentos, políticas ou princípios a ele associados, devem ser investigadas em detalhe e de forma completa para determinar a veracidade da situação relatada;
- **Respeito e dignidade:** aqueles que solicitem aconselhamento ou que desejem denunciar um incidente serão tratados com o máximo respeito e dignidade,

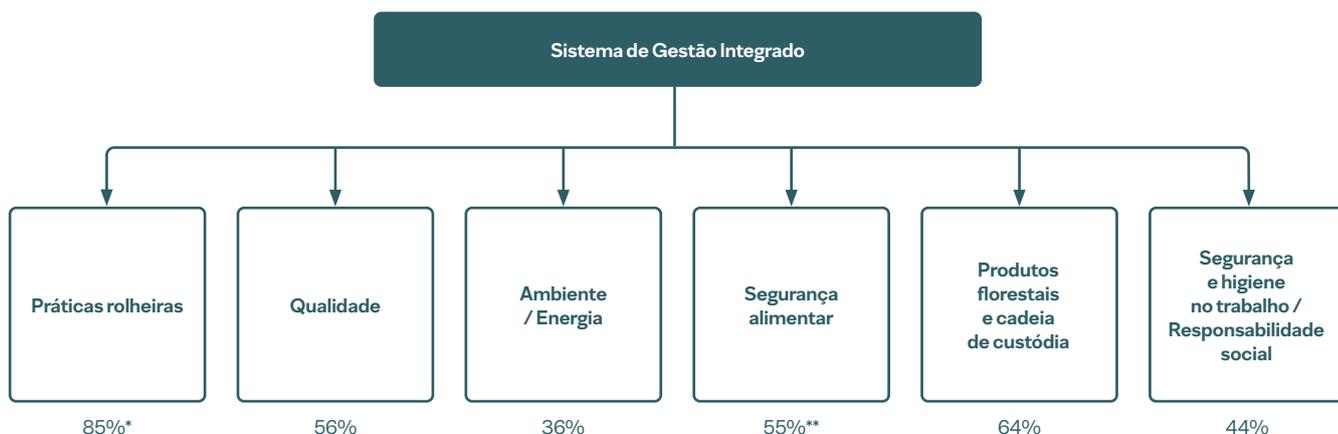
respeitando sempre os direitos fundamentais das pessoas envolvidas em possíveis violações. Antes de fazer avaliações sobre as informações e situações relatadas, os terceiros e / ou colaboradores/as afetados terão o direito de apresentar as razões e as explicações que julgarem necessárias.;

- **Fundamentos:** qualquer decisão deve ser adotada de forma razoável, proporcional e apropriada, considerando as circunstâncias e a configuração dos eventos.

Em 2021, não foi comunicada qualquer irregularidade através deste procedimento. Informação mais detalhada poderá ser consultada no capítulo C. Organização interna, II. Comunicação de irregularidades, do Relatório do Governo Societário.

2.1.3. SISTEMAS DE GESTÃO

As empresas do Grupo Corticeira Amorim possuem um sistema de gestão integrado (SGI), onde se inclui o sistema de gestão das práticas rolheiras, da qualidade, do ambiente, da energia, da segurança alimentar, dos produtos florestais e da cadeia de custódia, da segurança e higiene no trabalho e da responsabilidade social. Trata-se de uma ferramenta importante para obter a conformidade interna e externa com regras e regulamentos legais, bem como objetivos e práticas das empresas. No SGI, são monitorizados indicadores de qualidade, ambientais e de segurança, bem como se identificam possíveis ações de melhoria e necessidades de recursos associadas. Os sistemas de gestão são auditados internamente e externamente, de acordo com o calendário definido para cada sistema. Além disso, é também feita uma auditoria anual de verificação de conformidade. Devido às diferentes características das empresas e das unidades industriais/distribuição, implementa-se em cada uma delas o modelo que melhor se adequa aos riscos não financeiros associados ou às oportunidades emergentes nos mercados em que operam, razão que justifica a diversidade de certificações externas. Em todos os estabelecimentos não abrangidos por certificações externas, existem mecanismos de avaliação e indicadores definidos para cada um dos sistemas. Detalhe das certificações por estabelecimento encontra-se no capítulo 7 do Relatório Consolidado de Gestão.



UI com certificação / total UI da Corticeira Amorim (25 UI) (%)

Notas:

*Considera 20 UI pertencentes às UN Matérias-Primas e Rolhas.

**Considera 11 UI pertencentes à UN Rolhas.

2.2. ESTRATÉGIA E MODELO DE GESTÃO

Ao promover a extração cíclica da cortiça, sem danificar as árvores, a Corticeira Amorim contribui para que o montado de sobre seja um recurso viável, natural e renovável, com inúmeros benefícios ambientais, económicos e sociais.

A visão da Empresa traça a sua ambição de sucesso, garante a sustentabilidade a longo prazo e reflete, para além da sua firme convicção, o conhecimento de que a cortiça é um material único fornecido pela natureza. A visão da Empresa é ser sustentável, remunerando adequadamente o capital investido, na promoção da equidade social e da salvaguarda ambiental e com fatores de diferenciação ao nível do produto e do serviço. A missão alinha-se com o seu propósito de acrescentar valor à cortiça, de forma competitiva, diferenciada e inovadora, em perfeita harmonia com a natureza, propondo-se combinar a tecnologia e a inovação com um material natural secular, promovendo um equilíbrio sustentável, gerando valor acrescentado para todos os *stakeholders* e para o planeta.

As prioridades estratégicas da Empresa para o desenvolvimento sustentável estão alinhadas com a missão e valores fundamentais, incorporando preocupações económicas, ambientais e sociais e têm em consideração os resultados da consulta a seus *stakeholders*, análise de benchmarking, compromissos e políticas internas e alinhamento com os Objetivos de Desenvolvimento Sustentável das Nações Unidas (ODS).

Para compreender as expectativas dos *stakeholders* externos sobre o desempenho do Grupo, a Corticeira Amorim consulta regularmente as partes interessadas. A última consulta alargada ocorreu em 2018, tendo sido realizada uma revisão à matriz de materialidade em 2021. Com esta revisão pretendeu-se obter uma visão renovada sobre o contexto e tendências de sustentabilidade, assim como apresentar os principais temas materiais identificados e consequente análise e revisão da matriz de materialidade.

Compete ao Conselho de Administração da Corticeira Amorim, presidido pelo Presidente & CEO e que integra o Chief Sustainability Officer (CSO), a promoção dos temas ESG no negócio, bem como a aprovação dos objetivos estratégicos, das iniciativas estratégicas e das ações prioritárias.

Cabe à Comissão Executiva a supervisão da governação dos temas da sustentabilidade e da integração das questões ESG no negócio. Pelo menos por duas vezes por ano, a Comissão Executiva reúne para analisar a abordagem aos temas ESG, a definição de metas e a *performance* e revisão do relato.

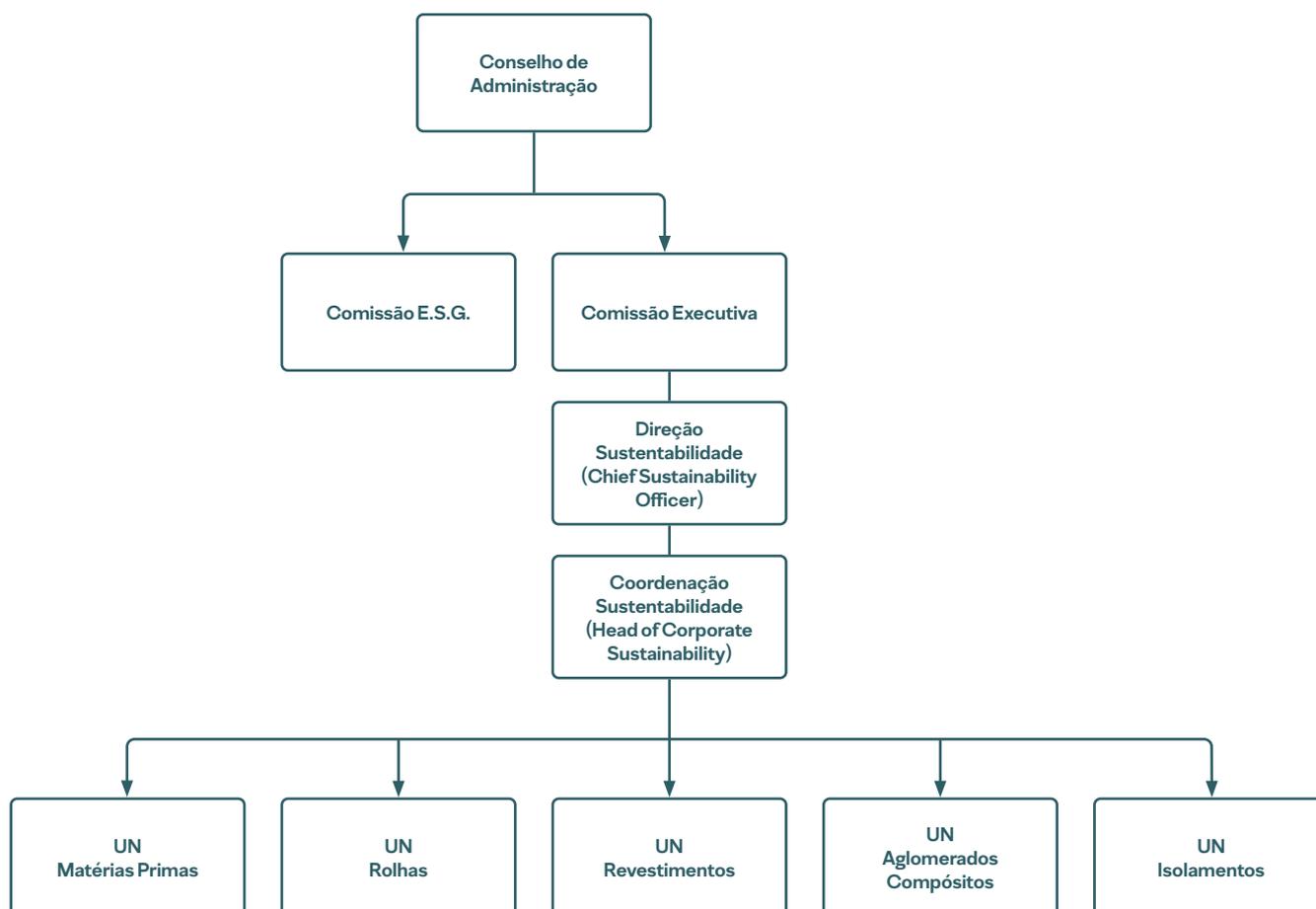
Em 2021, o Conselho de Administração deliberou constituir a comissão de E.S.G. (CESG) da Corticeira Amorim, uma comissão interna especializada permanente, com a missão de o assessorar no acompanhamento, supervisão e orientação estratégica da Corticeira Amorim no domínio de matérias de governo societário, responsabilidade social, ambiente e ética, fixando as suas atribuições no respetivo regulamento (disponível em: <https://www.amorim.com/pt/investidores/governo-societario/estatutos-regulamentos-e-politicas/>). A CESG é presidida por um membro independente do Conselho de Administração e é maioritariamente composta por membros dos órgãos sociais, incluindo a CSO e, como convidado permanente, a Head of Corporate Sustainability (HCS).

A gestão dos temas ESG no dia a dia está sob a liderança da CSO e coordenação da HCS, juntamente com as outras áreas de suporte e os responsáveis de sustentabilidade das cinco UN. Cada UN tem o seu próprio responsável de sustentabilidade, que reporta diretamente ao CEO da UN e que detém, entre outras, a responsabilidade de sugerir e de implementar iniciativas e ações necessárias ao cumprimento dos objetivos definidos, monitorizar e reportar a *performance*. Todos os colaboradores/as da Corticeira Amorim são responsáveis por contribuir para a concretização das prioridades definidas, quer através da defesa e da observância dos princípios de boa governação, vertidos também no Código de Ética Empresarial e Conduta Profissional da Empresa, quer através de funções diretas nos temas da sustentabilidade.

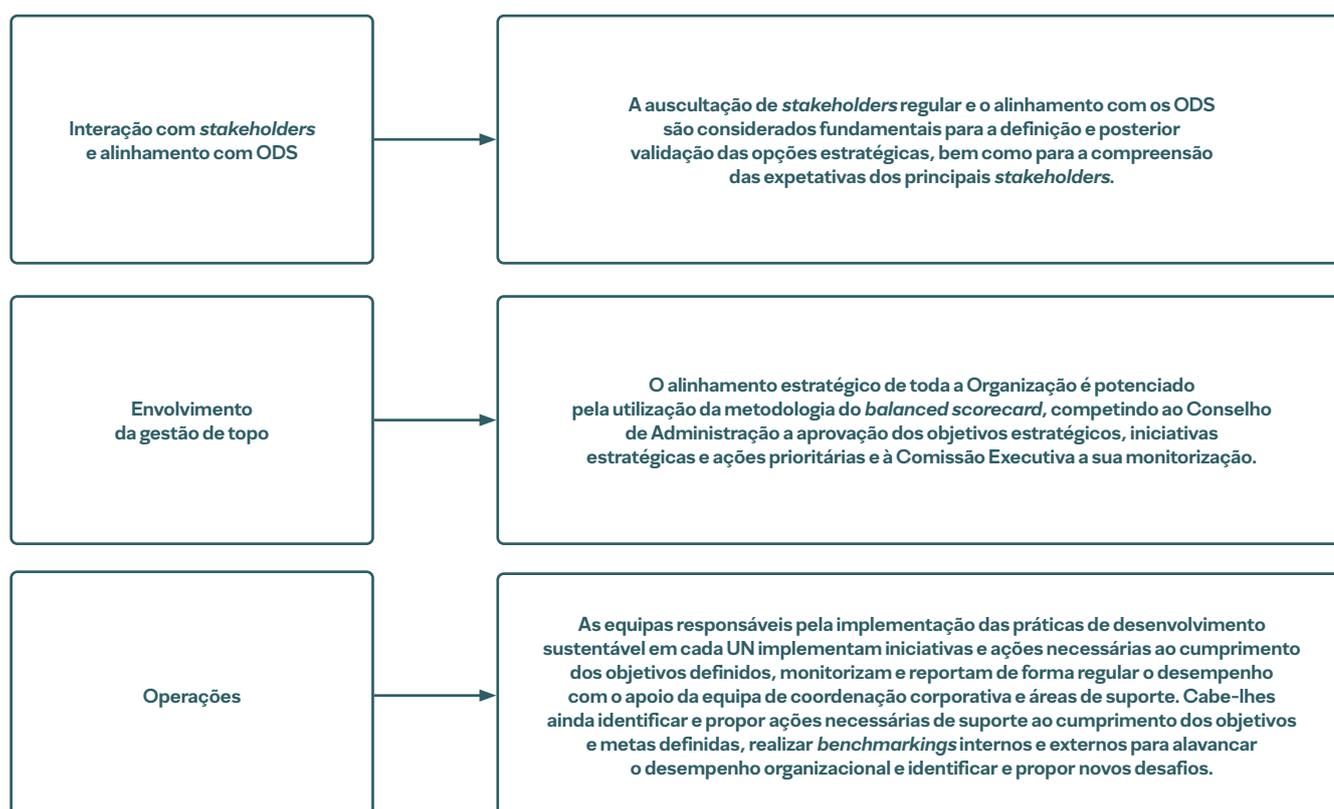
2.2.1. MISSÃO, VISÃO E VALORES



2.2.2. MODELO DE GESTÃO

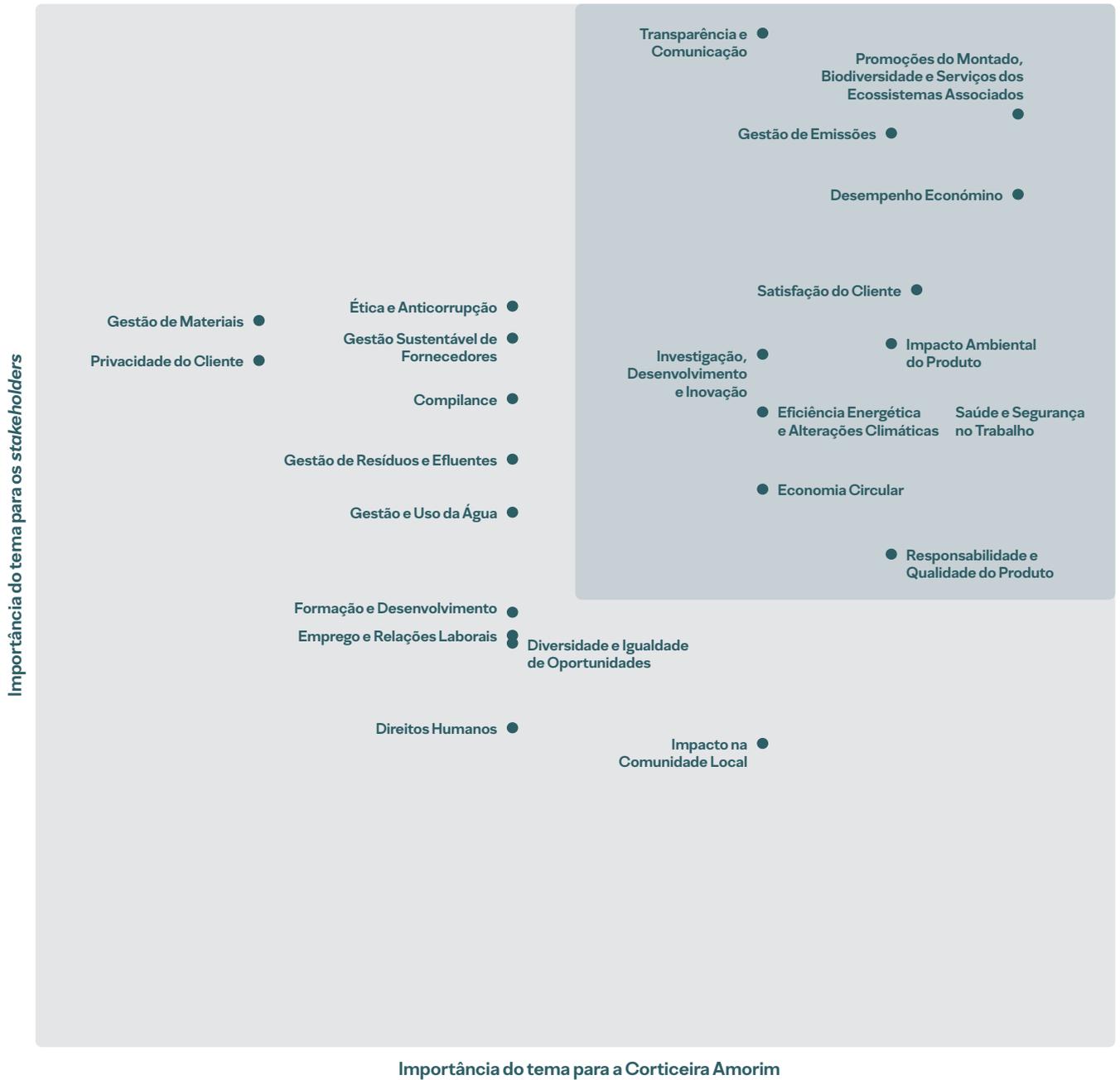


2.2.3. DEFINIÇÃO DA ESTRATÉGIA



2.2.4. MATRIZ DE MATERIALIDADE

Matriz de Materialidade - Corticeira Amorim



2.3. STAKEHOLDERS

A Corticeira Amorim acredita na importância dos seus *stakeholders* para a gestão sustentável das suas atividades e melhoria de desempenho do Grupo.

O trabalho de envolvimento com as partes interessadas é baseado na interação estruturada e ad hoc, bem como nos inquéritos regulares, constituindo um importante instrumento de gestão da Corticeira Amorim, na medida em que a compreensão das preocupações e das expectativas quanto às matérias a monitorizar e a comunicar é fundamental para a validação e a identificação das prioridades estratégicas.

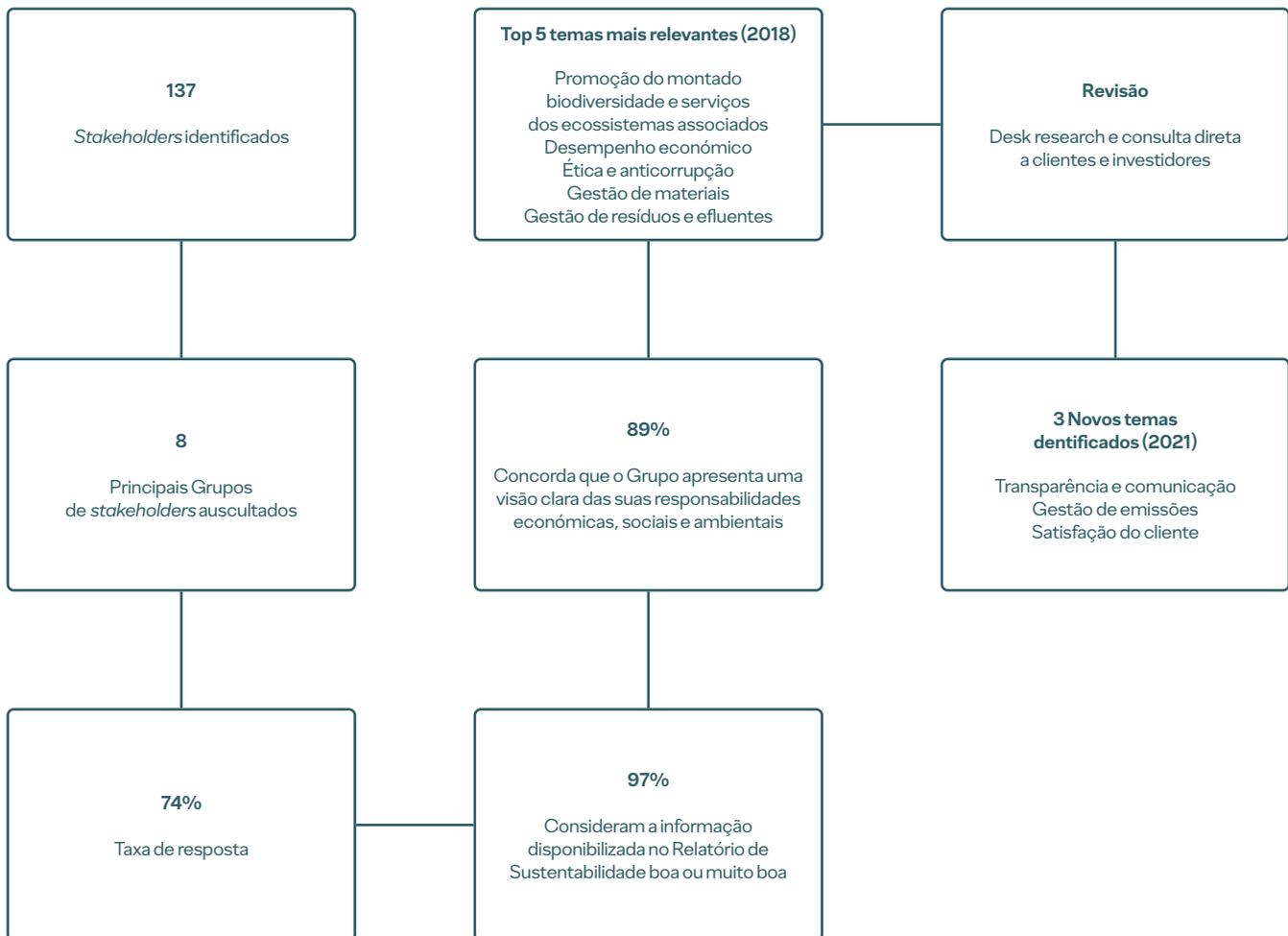
Todas as pessoas ou entidades que têm ou poderão vir a ter influência, dependência e/ou responsabilidade para com o Grupo são identificadas como *stakeholders* da Corticeira Amorim. De acordo com este critério de seleção, foram identificados oito Grupos principais de partes interessadas: acionistas e investidores, clientes, colaboradores/as, entidades oficiais e governamentais, fornecedores, media, ONG e comunidade, e parceiros e sociedade civil.

2.3.1. PRINCIPAIS RESULTADOS DA AUSCULTAÇÃO

Desde 2009 que a Corticeira Amorim tem realizado um processo de consulta e de envolvimento com os seus *stakeholders*, preocupando-se em promover a sua participação e contribuição para o modelo de negócio do Grupo.

O mais recente processo de auscultação alargada a *stakeholders* decorreu em 2018, tendo sido realizada uma revisão à matriz de materialidade e estratégia em 2021. O processo de revisão consistiu numa análise de benchmark, através de desk research e numa consulta direta a um conjunto de *stakeholders* pertencentes aos Grupos clientes e investidores, e resultou na identificação de três novos temas: transparência e comunicação, gestão de emissões e satisfação do cliente.

Novo website corporativo: a Corticeira Amorim apresentou em 2021 um novo website corporativo: www.amorim.com. Acompanhando a acelerada transformação digital que o mundo vivencia atualmente, o renovado portal oferece uma experiência de utilização fácil, intuitiva e imediata. Otimizado para os diferentes dispositivos, desktop, tablet e mobile, está orientado para responder às necessidades dos diversos *stakeholders*. Totalmente redesenhado e bilingue (português e inglês), alinha uma imagem impactante a uma forte componente editorial onde coabitam conteúdos sobre a génese e a evolução do Grupo Amorim, a cortiça e o montado, as várias UN, a inovação e a sustentabilidade, as iniciativas e os projetos, as aplicações e as soluções. Tudo sob o chapéu da visão, da missão e dos valores da Corticeira Amorim.



Os resultados das consultas aos *stakeholders* estão disponíveis nos Relatórios de Sustentabilidade dos anos 2009, 2011, 2013, 2015 e 2018: <https://www.amorim.com/pt/sustentabilidade/relatorios/>.

2.3.2. COMUNICAÇÃO COM OS STAKEHOLDERS

A gestão dos canais de comunicação promove um maior alinhamento com as necessidades e as expectativas das partes interessadas.

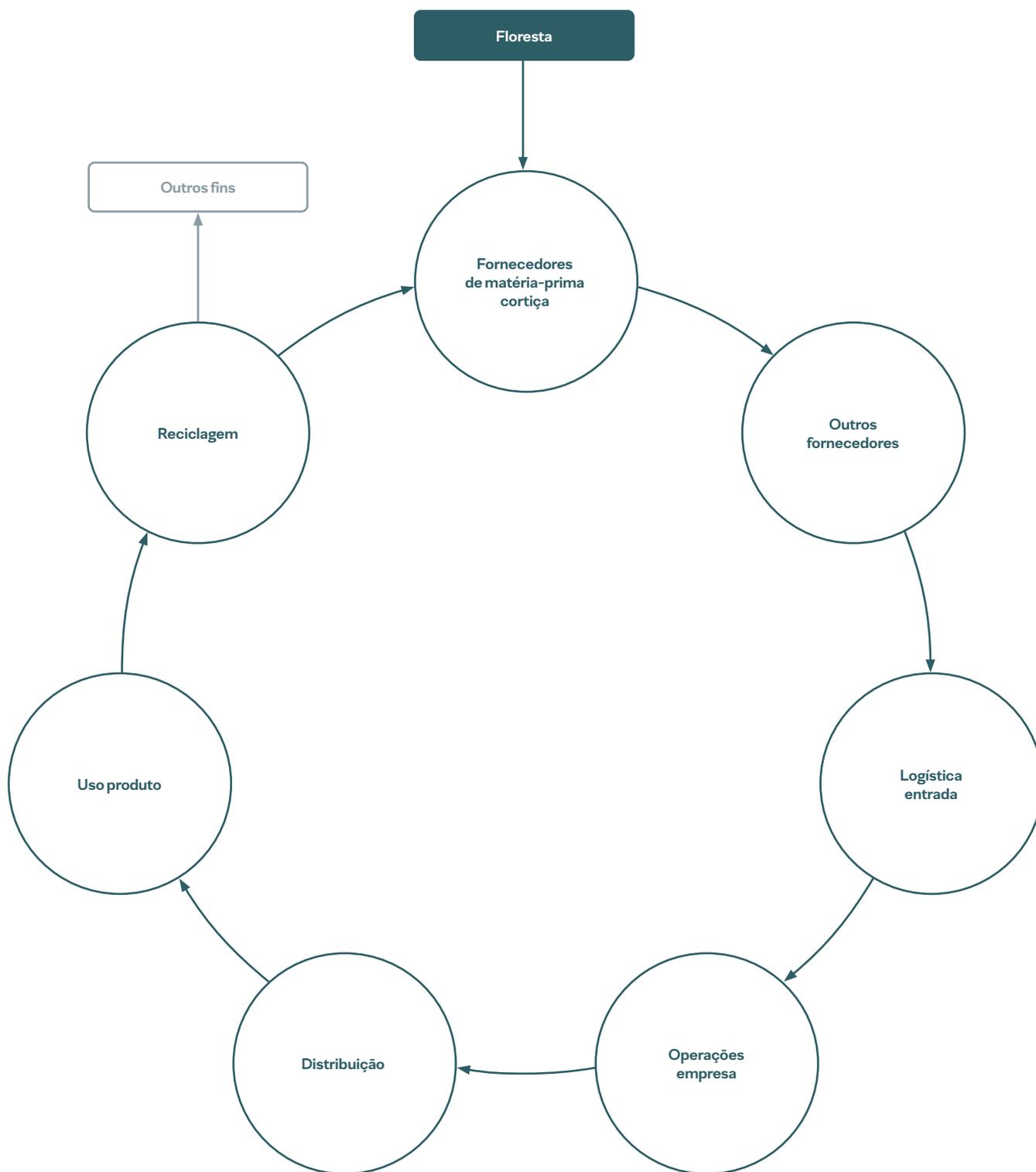
A Corticeira Amorim utiliza um conjunto diferenciado de meios de comunicação que são revistos regularmente e que permitem disponibilizar um conjunto vasto de informação aos seus *stakeholders*.

Acionistas e Investidores	Clientes	Colaboradores/as	Entidades Oficiais e Governamentais
<ul style="list-style-type: none"> • Assembleia geral de acionistas • Reuniões com investidores e analistas • Divulgação periódica da evolução da atividade • Relatório e contas • Relatório de sustentabilidade • Reuniões e contactos periódicos • Atendimento das solicitações externas • Visitas ao montado e à Corticeira Amorim • Website • Redes sociais • Newsletter e press releases • Brochuras informativas 	<ul style="list-style-type: none"> • Relatório de sustentabilidade • Ações de educação/sensibilização ambiental • Apoio a iniciativas/projetos • Inquéritos de satisfação • Participação em feiras e eventos setoriais • Programas de sensibilização e de apoio técnico • Protocolos de colaboração em matéria de IDI • Publicação de artigos técnicos • Grupos de trabalho • Reuniões e contactos periódicos • Seminários e workshops diversos • Atendimento das solicitações externas • Visitas ao montado e à Corticeira Amorim • Website • Redes sociais • Newsletter e press releases • Brochuras informativas 	<ul style="list-style-type: none"> • Relatório de sustentabilidade • Iniciativas de defesa do montado • Ações de educação/sensibilização ambiental • Apoio a iniciativas/projetos • Inquéritos de satisfação • Painéis informativos nas instalações • Procedimentos e políticas • Intranet • Sistemas de gestão de performance • Seminários e workshops diversos • Ações internas temáticas e de sensibilização • Atendimento das solicitações externas • Visitas ao montado e à Corticeira Amorim • Website • Redes sociais • Newsletter e press releases • Brochuras informativas • Reuniões periódicas de equipa • Linkepeople (ERP de recursos humanos) 	<ul style="list-style-type: none"> • Divulgação periódica da evolução da atividade • Relatório e contas • Relatório de sustentabilidade • Iniciativas de defesa do montado • Participação em feiras e eventos setoriais • Protocolos de colaboração em matéria de IDI • Publicação de artigos técnicos • Apoio a iniciativas/projetos • Inquéritos de satisfação • Programas de sensibilização e de apoio técnico • Grupos de trabalho • Reuniões e contactos periódicos • Reuniões gerais e setoriais • Seminários e workshops diversos • Atendimento das solicitações externas • Visitas ao montado e à Corticeira Amorim • Website • Redes sociais • Newsletter e press releases • Brochuras informativas

Fornecedores	Media	Comunidade	Parceiros e Sociedade Civil
<ul style="list-style-type: none"> • Relatório e contas • Relatório de sustentabilidade • Ações de educação/sensibilização ambiental • Apoio a iniciativas/projetos • Seleção e avaliação de fornecedores • Participação em feiras e eventos setoriais • Programas de sensibilização e de apoio técnico • Protocolos de colaboração em matéria de IDI • Publicação de artigos técnicos • Grupos de trabalho • Reuniões e contactos periódicos • Seminários e workshops diversos • Atendimento das solicitações externas • Visitas ao montado e à Corticeira Amorim • Website • Redes sociais • Newsletter e press releases • Brochuras informativas 	<ul style="list-style-type: none"> • Divulgação periódica da evolução da atividade • Relatório e contas • Relatório de sustentabilidade • Apoio a iniciativas/projetos • Participação em feiras e eventos setoriais • Publicação de artigos técnicos • Atendimento das solicitações externas • Visitas ao montado e à Corticeira Amorim • Website • Redes sociais • Newsletter e press releases • Brochuras informativas 	<ul style="list-style-type: none"> • Divulgação periódica da evolução da atividade • Relatório e contas • Relatório de sustentabilidade • Iniciativas de defesa do montado e do ambiente • Ações de educação/sensibilização ambiental • Iniciativas de envolvimento com a comunidade • Apoio a iniciativas/projetos • Participação em feiras e eventos setoriais • Protocolos de colaboração em matéria de IDI • Publicação de artigos técnicos • Grupos de trabalho • Reuniões e contactos periódicos • Reuniões gerais e setoriais • Seminários e workshops diversos • Atendimento das solicitações externas • Visitas ao montado e à Corticeira Amorim • Website • Redes sociais • Newsletter e press releases • Brochuras informativas 	<ul style="list-style-type: none"> • Relatório de sustentabilidade • Iniciativas de defesa do montado e do ambiente • Ações de educação/sensibilização ambiental • Iniciativas de envolvimento com a comunidade • Apoio a iniciativas/projetos • Participação em feiras e eventos setoriais • Protocolos de colaboração em matéria de IDI • Publicação de artigos técnicos • Grupos de trabalho • Reuniões e contactos periódicos • Reuniões gerais e setoriais • Seminários e workshops diversos • Atendimento das solicitações externas • Visitas ao montado e à Corticeira Amorim • Website • Redes sociais • Newsletter e press releases • Brochuras informativas

2.4. CADEIA DE VALOR

Objetivo	Principais metas
<ul style="list-style-type: none"> Reforçar a produção e o consumo responsáveis e dar preferência a fornecedores que adotem boas práticas de ESG. 	<ul style="list-style-type: none"> Erradicar o trabalho forçado e o trabalho infantil; Promover a gestão sustentável e o uso eficiente dos recursos; Reforçar parcerias para o desenvolvimento sustentável.



O modelo de negócio da Corticeira Amorim integra todas as fases da produção, desde a compra da matéria-prima, passando pelas operações, pela distribuição e pela comercialização de diversos produtos de cortiça, alcançando mais de 29 mil clientes e 93% de vendas feitas fora de Portugal, para mais de 100 países.

A Corticeira Amorim fomenta ativamente os compromissos de ética e da responsabilidade económica, ambiental e social a todos os níveis do negócio, como referido no subcapítulo 2.1. Ética e integridade. Neste sentido, a Empresa considera fundamental uma cadeia de fornecedores de matérias-primas, nomeadamente de cortiça e de serviços de transporte estável, que garanta boas práticas de sustentabilidade, tanto na origem, como nos processos de exploração.

A Corticeira Amorim tem uma política de compras, que está disponível em <https://www.amorim.com/pt//investidores/governo-societario/estatutos-regulamentos-e-politicas/> que estabelece, nomeadamente, os seguintes compromissos:

- Agir em total conformidade com a legislação e a regulamentação vigentes nas regiões onde opera, bem como prestar às autoridades toda a colaboração ao seu alcance;
- Relacionar-se com fornecedores de bens e serviços de maneira ética e legal, selecionando apenas fornecedores cujas práticas de emprego respeitem a dignidade humana, não violem a lei ou ponham em risco a reputação da Organização;
- Manter critérios de seleção de fornecedores – técnicos, económicos e éticos – claros, imparciais e predeterminados;
- Promover a observância pelos fornecedores das normas e práticas de segurança e da legislação laboral em vigor;
- Monitorizar a conduta ética dos fornecedores e adotar medidas nos casos em que esta seja incompatível com os princípios preconizados no Código de Ética Empresarial e Conduta Profissional;
- Exercer um controlo cuidadoso dos seus fornecedores, subcontratados/as e prestadores de serviços e se detetar que este(s) recorre(m) a qualquer forma de trabalho forçado, executado sob ameaça ou coação, o fornecedor, subcontratado/a ou prestador de serviço deverá cessar imediatamente qualquer relação com o mesmo;
- Não pactuar com tais práticas por parte de terceiros que lhe forneçam produtos ou prestem serviços, os quais terão de respeitar o limite mínimo de idade estabelecido na legislação de cada um dos países onde operam e, independentemente dessa legislação do país, nunca aceitar o trabalho de menores com idade inferior a 16 anos;
- Promover o cumprimento do Código das Práticas Rolheiras da CE Liège e a certificação florestal e manter uma relação próxima com os produtores de cortiça;
- Tomar todas as medidas para evitar qualquer ato de corrupção nos seus procedimentos, tanto de compras como de vendas.

2.4.1. PROCUREMENTE APROVISIONAMENTO DE CORTIÇA

A UN Matérias-Primas é responsável por preparar, debater e decidir a política de aprovisionamento plurianual da Empresa, garantindo a otimização do fluxo de todo o tipo de matérias-primas cortiça para serem utilizadas nas restantes UN para produção dos respetivos produtos e aplicações. A produção de cortiça ocorre na bacia do Mediterrâneo, nomeadamente: Portugal, Espanha, França, Itália, Marrocos, Tunísia e Argélia. É também nestas regiões que estão localizadas maioritariamente as operações da Corticeira Amorim, promovendo a necessidade de conservação e investimento social e económico nestas áreas. Nos últimos anos, foi desenvolvida uma estratégia para a diversificação das fontes de aprovisionamento, de forma a potenciar a extração de cortiça em todas as regiões de produção, assegurando a possibilidade de uma resposta rápida e eficiente a eventuais aumentos de consumo da matéria-prima.

Em 2021, a Corticeira Amorim efetuou compras de cortiça e produtos de cortiça que totalizaram 292 milhões euros, das quais 95% são de origem local, ou seja, de Portugal e Espanha. Estas são, também, regiões consideradas de origem controlada, ou seja, de baixo risco para todas as cinco categorias de fontes inaceitáveis sob o sistema de madeira controlada Forest Stewardship Council (FSC®) que abrange, também, a cortiça.

Proteção do montado

		2019	2020	2021
Compras de cortiça e produtos de cortiça de origem controlada (%)	GRI 204-1	93%	94%	95%
Compras de cortiça e produtos de cortiça locais (%)	GRI 204-1	93%	94%	95%
UI com certificação o FSC® na cadeia de custódia (%)	GRI 102-12	62%	60%	64%

Além da gestão do aprovisionamento de cortiça, a UN Matérias-Primas desenvolve um vasto conjunto de atividades visando o aumento do conhecimento do montado e da produção de cortiça de qualidade.

A Corticeira Amorim promove o cumprimento do Código das Práticas Rolheiras da CE Liège e a certificação florestal, nomeadamente a certificação FSC®, e mantém uma relação próxima com os produtores de cortiça. A Empresa conta com 64% das UI com certificação na cadeia de custódia de acordo com o FSC®, comprovando ao mercado o compromisso e a atuação na proteção da biodiversidade, dos direitos dos colaboradores/as, dos direitos dos povos indígenas e de áreas com importância ambiental e cultural significativa.

Enquanto líder do setor, a Corticeira Amorim reconhece a influência das suas atividades na valorização do montado de sobre e na implementação das melhores práticas de gestão. A forte aposta na investigação e desenvolvimento florestal e na inovação nos processos é uma linha de atuação constante e um fator determinante na competitividade do negócio. Com o intuito de melhorar a qualidade e a quantidade de produção de cortiça, têm sido implementadas novas técnicas de produção. Informação adicional pode ser consultada no subcapítulo 4.1. Montado

A Corticeira Amorim foi a primeira Empresa do mundo a alcançar o certificado FSC® na indústria da cortiça, em 2004.

Entre 2008 e 2015, a Corticeira Amorim foi responsável pela prestação de um serviço de aconselhamento técnico gratuito aos proprietários florestais sendo co-responsável por mais de 20 mil hectares de montado de sobro certificado em Portugal, no âmbito da adesão da Corticeira Amorim à iniciativa “Business and Biodiversity” da Comissão Europeia, através de um protocolo estabelecido em parceria com o Instituto de Conservação da Natureza e Florestas de Portugal (ICNF) e duas ONG: a World Wildlife Fund e a Quercus.

2.4.2. PROCUREMENTE APROVISIONAMENTO NÃO CORTIÇA

As áreas de suporte transversais Aprovisionamentos e Energia e Logística de Transporte da Corticeira Amorim são responsáveis pela gestão dos fornecedores e compras de todos os produtos não cortiça, serviços e empreitadas e transportes. A gestão, numa ótica global, é focada na procura da excelência dos bens adquiridos e dos serviços prestados, alinhada também com os objetivos estratégicos da Empresa, permitindo acrescentar cada vez mais valor ao Grupo em termos de sustentabilidade.

Qualificação de fornecedores

A aquisição de produtos não cortiça inclui uma pré-qualificação, qualificação e avaliação dos fornecedores. O objetivo é conhecer detalhadamente o comportamento e as práticas dos fornecedores, selecionando preferencialmente aqueles que oferecem as melhores condições de negociação e compartilham os princípios e compromissos da Corticeira Amorim em matérias ESG. Assim, os fornecedores qualificados deverão corresponder aos padrões de qualidade dos fornecimentos, dos prazos de entrega e dos índices de responsabilidade social e ambiental definidos pela Corticeira Amorim. Para tal, é aplicada uma metodologia definida pela Empresa, caracterizada por índices de responsabilidade social (IRSoc) e de responsabilidade ambiental (IRAmb) e que determinam que as empresas que pretendam fornecer a Corticeira Amorim devem assumir o compromisso de:

- Não violar a privacidade ou perder dados dos clientes, nomeadamente das empresas da Corticeira Amorim;
- Não recorrer a trabalho infantil;
- Não recorrer a trabalho forçado ou por obrigação;
- Não praticar qualquer tipo de discriminação;
- Reduzir os resíduos e os efluentes;
- Manusear químicos de forma ambientalmente segura;
- Manusear, armazenar e reencaminhar os resíduos perigosos de forma ambientalmente segura;
- Contribuir para a reciclagem e reutilização de materiais e produtos.

O IRSoc e IRAmb são calculados em função da percentagem de requisitos cumpridos pelo fornecedor. O IRSoc é aplicado a 100% caso o fornecedor seja certificado pela norma NP 4469. Caso o fornecedor seja certificado pela norma ISO 14001, terá 100% do IRAmb.

De acordo com o índice em análise, por cada requisito que o fornecedor não se comprometa a cumprir, ser-lhe-á retirado 25% ao IRSoc ou IRAmb. Caso o fornecedor não cumpra um ou mais requisitos constantes do seu compromisso, o IRSoc ou IRAmb será zero.

Os fornecedores selecionados são alvo de um programa de auditoria, que decorre anualmente sendo elaborado com base nos seguintes critérios:

- *Performance* do fornecedor no ano anterior;
- Criticidade dos produtos/serviços fornecidos; ou
- No caso de novos fornecedores, aspetos necessários de qualidade, ambientais e sociais.

Após cada auditoria, a *performance* dos fornecedores é avaliada, de forma a validar os critérios necessários para a qualificação e detetar não conformidades. Quando são identificadas não conformidades, é solicitado um plano de ação e, dependendo da criticidade das não conformidades detetadas, são efetuadas auditorias de acompanhamento e verificação de medidas de mitigação das não conformidades nas empresas do Grupo Corticeira Amorim. Além disso, poderá ainda haver a necessidade de colaborar com o fornecedor para resolver as não conformidades ou encontrar alternativas a esse fornecedor.

Em 2021, a Corticeira Amorim não efetuou substituição de fornecedores em resultado do processo de pré-qualificação, quantificação e avaliação de fornecedores.

Transportes

O transporte de produtos ao longo da cadeia de valor da Corticeira Amorim tem um impacto significativo no negócio, a nível económico e ambiental, sendo, portanto, uma prioridade garantir a sua gestão sustentável.

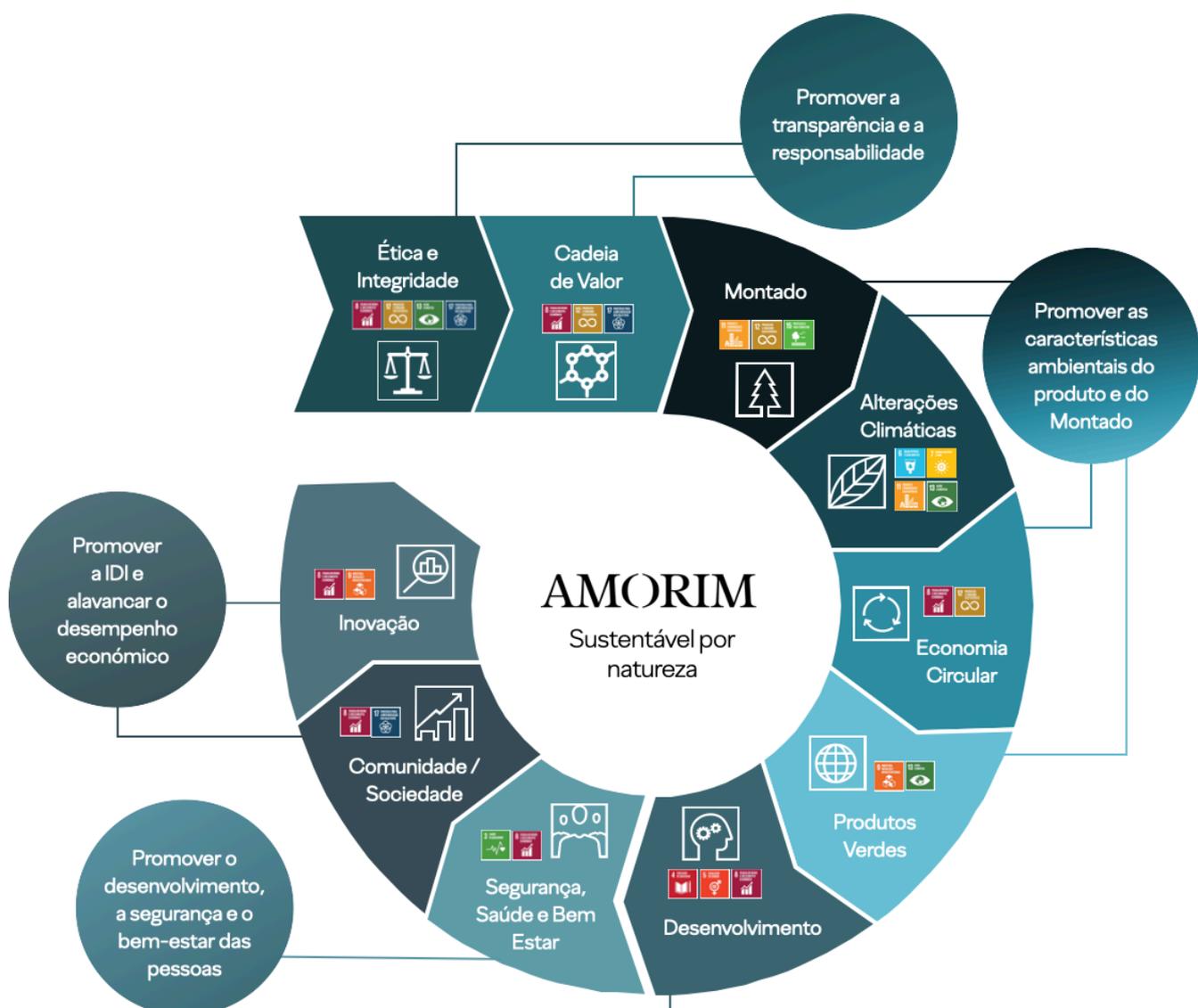
Neste âmbito, foi criada uma nova direção de Logística de Transporte na Corticeira Amorim, cujo objetivo será o da estruturação de uma plataforma integrada de prestação de serviços às UN, mantendo no desenvolvimento das suas atividades os valores de comprometimento, credibilidade, integridade (ética) e procura de excelência.

A Corticeira Amorim tem vindo a implementar novas formas de mitigar o impacto dos transportes, diferenciando-se positivamente na competitividade internacional do seu negócio. Um exemplo destas ações é a preferência pelo transporte marítimo. Além disso, vários projetos são desenvolvidos no âmbito da maximização da quantidade de produto transportado por unidade de embalagem ou redução do peso da embalagem, otimizando os fluxos de transporte de matérias-primas e produtos. Adicionalmente, foi criado o Grupo de Trabalho (GT) Sustainable Packaging que prevê atingir um packaging 100% sustentável em 2030 e que inclui nos eixos de atuação minorar o impacto ambiental no transporte a montante e a jusante. Mais informação sobre estes projetos está disponível no subcapítulo 4.2.3. Emissões – âmbito 3.

3 – PRIORIDADES E PROGRESSO

Em 2018, a Corticeira Amorim alinhou os objetivos da Empresa com os ODS e lançou as bases para o programa Sustentável por natureza que estabelece a ambição até 2030. Atualmente, estão definidos dez grandes objetivos que alinham a atuação de toda a Organização focando-se na ética e integridade, na cadeia e valor, no montado, nas alterações climáticas, na economia circular, nos produtos verdes, no desenvolvimento, na segurança, saúde e bem-estar e na comunidade/sociedade e na inovação.

A Corticeira Amorim promove a monitorização regular das ações previstas no plano de sustentabilidade, que inclui objetivos quantitativos, indicadores de desempenho e procedimentos de controlo que garantem, com níveis comparáveis de rigor e integridade, o reporte das suas prioridades e progresso nestas matérias e que se dá conta ao longo deste relatório.



3.1. OBJETIVOS 2030

A Corticeira Amorim continua a trabalhar no seu programa Sustentável por natureza, que estabelece a ambição para 2030. Depois de em 2018, 2019 e 2020 ter estabelecido a sua ambição, as principais áreas de intervenção e um plano para 2021-24, em 2021 estabeleceu os seguintes objetivos quantitativos para 2030:

- Zero pegada de carbono (emissões 1 e 2);
- 100% eletricidade de fontes renováveis;
- Zero impacto no packaging;
- 100% taxa de valorização de resíduos;
- 100% trabalhadores/as que recebem formação;
- Zero discriminação;

Ética e Integridade	Atuar de forma adequada e ética, com transparência e responsabilidade, em prol da competitividade e da criação de valor de longo prazo.	   	<ul style="list-style-type: none"> • Integrar medidas relacionadas com alterações climáticas; • Proteger os direitos do trabalho; • Fomentar a gestão equilibrada, prudente e a sustentabilidade; • Ser transparente e responsável; • Sustentar o crescimento económico.
Cadeia de Valor	Reforçar a produção e o consumo responsáveis e selecionar preferencialmente fornecedores que adotem boas práticas de ESG.	  	<ul style="list-style-type: none"> • Erradicar o trabalho forçado e o trabalho infantil; • Promover a gestão sustentável e o uso eficiente dos recursos; • Reforçar parcerias para o desenvolvimento sustentável.
Montado	Preservar o montado e os serviços dos ecossistemas através do aumento do conhecimento, mobilização de recursos e proposta de medidas.	  	<ul style="list-style-type: none"> • Fortalecer esforços para proteger e salvaguardar o património cultural e natural; • Promover a implementação da gestão sustentável das florestas e mobilizar recursos; • Integrar os valores dos ecossistemas e da biodiversidade.
Alterações Climáticas	Reduzir o impacto ambiental das operações através da adoção de soluções renováveis, acessíveis e eficientes.	   	<ul style="list-style-type: none"> • Aumentar a utilização de energias renováveis, atingindo 100% eletricidade de fontes renováveis; • Melhorar a eficiência energética; • Reduzir o impacto ambiental negativo e chegar à zero pegada de carbono (emissões 1 e 2); • Aumentar a eficiência no uso da água.
Economia Circular	Aplicar os princípios da economia circular por meio da redução dos resíduos, prolongar a vida dos materiais e regeneração dos sistemas naturais.	 	<ul style="list-style-type: none"> • Melhorar a eficiência dos recursos globais, alcançando a gestão sustentável; • Reduzir substancialmente a geração de resíduos, reduzindo, reciclando e reutilizando materiais, garantindo 100% de resíduos valorizados tendo em consideração a tecnologia existente; • Gerir de forma ambientalmente saudável a utilização de produtos químicos.
Produtos Verdes	Manter um papel proativo no desenvolvimento do já vasto campo de aplicação da cortiça, sustentado pelas características inatas do material.	 	<ul style="list-style-type: none"> • Reforçar a resiliência e a capacidade de mitigação e adaptação a riscos relacionados com o clima; • Modernizar as infraestruturas e reabilitar as indústrias para torná-las sustentáveis, utilizando 100% de packaging sustentável (100% de materiais recicláveis e 0% de materiais não renováveis virgens); • Reduzir o impacto ambiental negativo.
Desenvolvimento	Promover desenvolvimento pessoal e profissional para todos.	  	<ul style="list-style-type: none"> • Assegurar a formação para 100% dos trabalhadores/as; • Garantir a igualdade de acesso a oportunidades; • Acabar com todas as formas de discriminação, nomeadamente atingir um terço da população trabalhadora do género feminino e garantir que um terço dos cargos de chefia são ocupados por mulheres.
Segurança, Saúde e Bem Estar	Assegurar a segurança, a saúde e o bem-estar físico e psicológico dos trabalhadores/as, promovendo ambientes de trabalho adequados.	 	<ul style="list-style-type: none"> • Promover ambientes de trabalho seguros e protegidos para todos os trabalhadores/as; • Facultar o acesso a serviços de saúde essenciais de qualidade; • Reduzir o número de acidentes de trabalho e atingir zero acidentes.
Comunidade /Sociedade	Alavancar o crescimento económico de forma sustentável e inclusiva, garantindo uma produção eficiente e trabalho digno para todos.	 	<ul style="list-style-type: none"> • Sustentar o crescimento económico; • Reforçar a parceria global para o desenvolvimento sustentável.
Inovação	Apoiar e promover a investigação, desenvolvimento e inovação e fomentar soluções sustentáveis.	 	<ul style="list-style-type: none"> • Apoiar atividades produtivas, empreendedorismo, criatividade e inovação; • Fortalecer a investigação científica.

3.2. PLANO 2021-24

	Plano 2021 - 24	Desempenho
Montado	+ 3 000 ha de floresta intervencionada em 2024	● • 251 ha de floresta intervencionada
Alterações Climáticas	2% de eficiência energética /ano	● • 4% de eficiência energética
	≥ 2/3 de energia consumida fontes renováveis controladas /ano	● • 69,2% de energia consumida fontes renováveis controladas
	-1% de variação na intensidade do consumo de água/ano	● • -30% de variação na intensidade do consumo de água
	-5% do peso dos consumos dos materiais não renováveis virgens/ano	● • -6% do peso dos consumos dos materiais não renováveis virgens
Economia Circular	≥ 90% de taxa de valorização dos resíduos (não cortiça) /ano	● • 96% de taxa de valorização dos resíduos (não cortiça)
Desenvolvimento	95% dos trabalhadores/as com acesso a formação em 2024	● • 85% dos trabalhadores/as com acesso a formação
	25% das mulheres em cargos de chefia em 2024	● • 25% das mulheres em cargos de chefia
Segurança, Saúde e Bem Estar	Zero acidentes de trabalho em 2024	● • 54 acidentes de trabalho

(operações em Portugal)

- Cumprido
- Em curso
- Não cumprida

3.3. PRÉMIOS E RECONHECIMENTO

A cada ano, a Corticeira Amorim robustece as suas políticas e práticas ESG e amplia a sua comunicação e *engagement* com os seus *stakeholders*. Esta evolução é reconhecida pelas agências de rating ESG que frequentemente, classificam a Empresa como líder do seu setor e um modelo nas suas contribuições para a sustentabilidade. Abaixo divulgam-se algumas organizações que avaliam matérias de ESG com as quais a Corticeira Amorim colaborou em 2021 e dá-se destaque a alguns dos prémios e reconhecimentos obtidos.

S&P Global Corporate Sustainability Assessment (CSA)

O S&P Global Corporate Sustainability Assessment (CSA) é uma avaliação anual das práticas de sustentabilidade das empresas. Abrange mais de 10 mil empresas de todo o mundo.
<https://www.spglobal.com/esg/csa/>

CDP – Disclose Insight Action – Climate Change

O CDP – Disclosure Insight Action (anteriormente Carbon Disclosure Project) é uma organização sem fins lucrativos que incentiva investidores, empresas e cidades a medirem e a gerirem riscos e oportunidades relacionados com os impactos ambientais.
<https://www.cdp.net/en/>

MSCI

O MSCI ESG fornece classificações ESG para empresas numa escala de líder (AAA, AA), médio (A, BBB, BB) e retardatário (B, CCC).
<https://www.msci.com/our-solutions/esg-investing/esg-ratings>

Sustainalytics

Parte da Morningstar, é uma empresa independente líder em research, classificações e análises de governança corporativa e ESG que apoia investidores em todo o mundo com o desenvolvimento e a implementação de estratégias de investimento responsável.
<https://www.sustainalytics.com/>

EcoVadis

É uma das agências de classificação de sustentabilidade empresarial mais fiáveis do mundo, cujo propósito passa por ajudar empresas a assegurar a colaboração com parceiros socialmente responsáveis e éticos.
<https://ecovadis.com/pt/>

Randstad – “Employer Brand Research 2021”

Estudo da Randstad que, em Portugal, contou com a participação de mais de 5 mil pessoas. Além do 1º lugar no setor da indústria, a Corticeira Amorim arrecadou ainda um lugar no top 20 das empresas mais atrativas em Portugal, ocupando a 13ª posição.
<https://www.amorim.com/pt/media/noticias/a-corticeira-amorim-e-a-empresa-mais-atrativa-para-trabalhar-em-portugal-no-setor-da-industria/4515/>

World Finance sustainability awards 2021 – “Wine products industry”

Prémio atribuído pela revista World Finance que galardoou a Corticeira Amorim pelo terceiro ano consecutivo, reconhecendo a implementação dos princípios da economia circular, a preservação do montado de sobre e dos serviços dos ecossistemas associados, a promoção da formação, segurança, bem-estar, desenvolvimento pessoal, social e profissional dos seus colaboradores/ase fomento, suporte e investimento em Investigação & Desenvolvimento + Inovação, assim como os ambiciosos objetivos e compromissos de médio e longo prazo que promovem a sua contínua evolução e asseguram o crescimento económico sustentado.
<https://www.amorim.com/pt/media/noticias/corticeira-amorim-galardoada-pelo-terceiro-ano-consecutivo-nos-premios-de-sustentabilidade-da/4563/>

3.4. COMPROMISSOS VOLUNTÁRIOS

O Grupo Corticeira Amorim participa ativamente em reuniões de discussão com empresas nacionais e internacionais, integrando entidades e organizações com atividade de relevo em prol do desenvolvimento sustentável das regiões geográficas em que opera. Em vários casos, os representantes do Grupo fazem parte dessas entidades e associações, colaborando na dinamização das suas iniciativas, estimulando resultados significativos e proativos. As numerosas associações com as quais o Grupo participa incluem as seguintes:

UN Global Compact

Parte da rede Global Compact Internacional, o seu trabalho é de partilha de conhecimento e metodologias entre projetos, programas e ferramentas, de forma a contribuir para o aprofundamento da implementação dos Dez Princípios e criar oportunidades para que iniciativas intersectoriais se desenvolvam na ação, defesa e divulgação das metas das Nações Unidas.
<https://www.unglobalcompact.org/what-is-gc/participants/149253-Corticeira-Amorim-S-G-P-S-S-A>

APCOR – Associação Portuguesa da Cortiça

Associação empresarial do setor da cortiça que representa, promove, divulga e investe a indústria da cortiça portuguesa.
<http://www.apcor.pt>

BCSD Portugal

Associação empresarial, com ampla representação sectorial em Portugal, que integra a rede mundial do WBCSD – World Business Council for Sustainable Development, a maior organização internacional a trabalhar a área do desenvolvimento sustentável.
<https://www.bcsdportugal.org/>

CENTRO HABITAT

Conjunto de empresas, municípios, centros de investigação e desenvolvimento, associações empresariais e outras entidades que apostam na sustentabilidade enquanto mote para a inovação e competitividade.
<http://www.centrohabitat.net/pt>

SMART WASTE PORTUGAL

Associação que tem como objetivo contribuir para a produção e divulgação de conhecimento na área dos resíduos; dinamizar ações que valorizem a cooperação entre as entidades com atuação na área dos resíduos; promover e apoiar atividades e projetos dos seus associados que contribuam para a prossecução do objeto da associação.
<http://www.smartwasteportugal.com/pt/>

PTV – Plataforma Tecnológica del Vino

Plataforma destinada a todos os envolvidos na área de pesquisa, desenvolvimento tecnológico e inovação da indústria vinícola espanhola. <http://www.ptvino.com/en/>

IB-S (Institute of Science And Innovation for Bio-Sustainability)

Unidade de investigação da Universidade do Minho, dedicada à sustentabilidade do ambiente construído e natural.
<http://ib-s.uminho.pt/>

ACT4NATURE PORTUGAL

Iniciativa empresarial promovida pelo BCSD Portugal na qual empresas aderentes assumem compromissos comuns e individuais para a conservação da biodiversidade e dos serviços dos ecossistemas.
<https://www.bcsdportugal.org/act4nature-portugal>

CARTA DE PRINCÍPIOS DO PORTO PROTOCOL

Fundação internacional, com centenas de membros espalhados por toda a cadeia de valor do vinho e pelo mundo, que tem como missão construir uma rede de agentes de mudança e soluções viáveis, com o objetivo de tornar a resposta da indústria do vinho à emergência climática mais colaborativa, rápida e robusta.
<https://climatechange-porto.com/porto-protocol/>

CARTA DE PRINCÍPIOS DO BCSD PORTUGAL

Iniciativa promovida pelo BCSD Portugal que estabelece os compromissos fundamentais de sustentabilidade que as empresas subscritoras, voluntariamente, adotam para si próprias e que procuram estender à sua cadeia de valor, na esfera da sua influência.
https://bcsdportugal.org/wp-content/uploads/2017/12/Carta_Principios_BCSDPortugal.pdf

50 Sustainability & Climate Leaders

Projeto promovido pelo TBM Media Group, com conteúdos distribuídos pelo Grupo Bloomberg, tem como objetivo promover a troca de ideias sobre como alcançar uma maior sustentabilidade privilegiando soluções tecnológicas recentes, favorecendo a inovação disruptiva e fomentando lideranças socialmente responsáveis. Durante 2021, a Corticeira Amorim foi uma das empresas a participar no Vision 2045 submit que teve lugar em novembro, em Edimburgo e pretendeu criar condições para conversas frutíferas sobre como garantir a proteção do ambiente e facilitar os esforços cooperativos.
<https://www.50climateleaders.com/>

Sustainable Wine Roundtable

Coligação global e independente que pretende estabelecer um padrão de sustentabilidade universal para o vinho.
<https://swroundtable.org/>

BRP – Business Roundtable Portugal

Com representação dos maiores Grupos empresariais portugueses, tem um único propósito: acelerar o crescimento económico e social do país para garantir um Portugal mais justo, mais próspero e mais sustentável. <https://www.abrp.pt/>

Manifesto Rumo à COP26

Subscrito por 82 empresas e organizações portuguesas, apresenta onze objetivos para travar as alterações climáticas.
<https://bcsdportugal.org/manifesto-rumo-cop-26/>

Act4nature Portugal: a iniciativa lançada pelo BCSD Portugal pretende sensibilizar, mobilizar e incentivar as empresas a proteger, promover e restaurar a biodiversidade. Além da concretização dos 10 compromissos comuns do act4nature Portugal, a Corticeira Amorim reforça o seu empenho através de um conjunto de compromissos individuais SMART, entre eles: incluir a proteção da biodiversidade no Código de Ética Empresarial e Conduta Profissional; desenvolver ações para promoção das florestas de sobreiros, biodiversidade e serviços dos ecossistemas; expandir o conhecimento sobre o impacto ambiental dos produtos de cortiça e do ecossistema que suportam; promover a biodiversidade na cadeia de valor; incentivar a integração da biodiversidade no processo de produção; reduzir os impactos no processo de produção; aumentar a gestão eficiente dos recursos; manter um papel proativo no desenvolvimento do já vasto campo de aplicação da cortiça, por forma a garantir a sustentabilidade do montado de sobreiro e da biodiversidade associada; realizar iniciativas com vista a sensibilizar os colaboradores/as para o tema da biodiversidade; reportar publicamente o acompanhamento dos compromissos assumidos. Mais informação: https://bcsdportugal.org/wp-content/uploads/2020/12/Act4nature-Portugal_Compromissos-empresariais_VFF_compressed-1.pdf



Compósito que mistura cortiça e borracha destinado a aplicações desportivas.

4 – PILAR AMBIENTAL

A Corticeira Amorim desenvolve a atividade com base na bioeconomia e procura ter uma atividade com impacto positivo nos ecossistemas ao longo da cadeia de valor. De entre os benefícios mais relevantes para o planeta está o trabalho para a preservação do montado e os serviços dos ecossistemas, o desenvolvimento de processos eficientes com vista à redução do impacto das operações, a aplicação das práticas de economia circular e a oferta de produtos verdes que têm a cortiça no centro – um material 100% natural, renovável, reutilizável e reciclável, perfeitamente alinhado com a consciência ambiental da sociedade atual.

A Corticeira Amorim tem estabelecida uma política de energia, ambiente e biodiversidade, disponível em <https://www.amorim.com/pt/investidores/governo-societario/estatutos-regulamentos-e-politicas/>, que estabelece os princípios comuns a todas as UN e participadas e onde se incluem os seguintes compromissos:

- Cumprir a legislação ambiental que se aplica ao(s) setor(es) em que a Organização atua, bem como, compromissos adicionais aceites voluntariamente;
- Aplicar critérios ambientais e de uso racional de energia em todos os trabalhos de planeamento e tomada de decisões sobre questões que possam ter impacto no meio ambiente;
- Implementar as ferramentas necessárias para evitar a poluição e reduzir o consumo de energia, apostando em fontes de energia mais limpas e tecnologias mais ecológicas;
- Fazer uso racional dos recursos, minimizando o consumo de água, papel e energia, reduzindo a geração de resíduos e emissões, favorecendo a reciclagem e buscando soluções ecologicamente corretas;
- Promover boas práticas ambientais entre fornecedores e clientes, estimulando um consumo responsável e a economia circular por meio da redução dos resíduos, reduzindo a quantidade de matérias-primas utilizadas, limitando as embalagens e privilegiando os materiais reciclados e/ou recicláveis e matérias-primas “sustentáveis” (por exemplo, provenientes de florestas geridas de forma sustentável);
- Contribuir para a pesquisa e favorecer o desenvolvimento e a disseminação de tecnologias que respeitem o meio ambiente e a eficiência energética e que procurem a neutralidade carbónica;
- No caso de a sua atividade gerar resíduos, deve ser privilegiada a sua reutilização e/ou valorização, devendo os mesmos sempre ser supervisionados, controlados e processados na forma indicada pela legislação correspondente;
- Aumentar o conhecimento sobre o impacto ambiental dos produtos e dos ecossistemas que viabilizam, nomeadamente através de análises de ciclo de vida;
- Atuação proativa na discussão de políticas e proposta de medidas para a proteção das florestas e serviços dos ecossistemas, em particular do sobreiro, a preservação do montado, a promoção do setor da cortiça, a certificação de sistemas de gestão florestal e a remuneração dos serviços dos ecossistemas do montado;
- Cuidar e respeitar o meio ambiente e proteger a biodiversidade no desempenho diário de suas operações. Todas as políticas da Organização devem ter em consideração a transição para uma economia mais sustentável através da alocação dos recursos disponíveis à maximização da sua utilização eficiente, tendo como objetivo a descarbonização das suas atividades produtivas, procurando minimizar os riscos para o clima e a saúde humana e a biodiversidade;
- Dinamização de ações de sensibilização ambiental internas e externas.

4.1. MONTADO

Objetivo	Principais metas	Target 2021-2024
<ul style="list-style-type: none"> Preservar o montado e os serviços dos ecossistemas através do aumento do conhecimento, mobilização de recursos e proposta de medidas. 	<ul style="list-style-type: none"> Fortalecer esforços para proteger e salvaguardar o património cultural e natural; Promover a implementação da gestão sustentável das florestas e mobilizar recursos; Integrar os valores dos ecossistemas e da biodiversidade. 	<ul style="list-style-type: none"> + 3 000 ha de floresta de sobreiros intervencionada em 2024.

Face às atividades desenvolvidas pela Corticeira Amorim, assentes na utilização da cortiça, assume-se como de importância fundamental a promoção do montado, da biodiversidade e dos serviços dos ecossistemas associados.

São vários os compromissos assumidos pela Empresa refletidos através das políticas internas ou de compromissos externos, de que é exemplo a adesão, em setembro de 2020, ao act4nature Portugal.

A Corticeira Amorim desenvolve inúmeras ações para a preservação, desenvolvimento e valorização do montado de sobreiro, que estão assentes nos seguintes eixos:

- O aumento do conhecimento sobre o impacto ambiental dos produtos de cortiça e dos ecossistemas que estes viabilizam;
- A afirmação de soluções de cortiça e do desenvolvimento do montado enquanto garantes do ecossistema;
- A dinamização de ações de sensibilização internas e externas;
- A atuação proativa na discussão de políticas e na proposta de medidas para a proteção do sobreiro, a preservação do montado, a promoção do setor da cortiça, a certificação de sistemas de gestão florestal e a remuneração dos serviços ambientais do montado.

4.1.1. GESTÃO FLORESTAL RESPONSÁVEL

		2019	2020	2021
Compras de cortiça e produtos de cortiça de origem controlada (%)	GRI 204-1	93%	94%	95%
UI com certificação o FSC® na cadeia de custódia (%)	GRI 102-12	62%	60%	64%

A Corticeira Amorim integra a conservação da biodiversidade no seu modelo de gestão implementando anualmente diversas ações para manter e aumentar as áreas de montado de sobreiro, tendo a preocupação de promover a conservação dos respetivos valores naturais e socioculturais, como sendo os serviços dos ecossistemas, preservação das espécies, respeito pelos direitos dos trabalhadores /as e das comunidades locais.

Apesar de nenhuma árvore ser cortada para a obtenção da cortiça, a certificação da gestão florestal permite assegurar as melhores práticas ao nível da gestão florestal responsável. Por isso, a Corticeira Amorim investe em programas de certificação florestal, de segurança no trabalho, de formação técnica e de apoio aos proprietários florestais, muito para além das áreas florestais sob a sua gestão direta, ambicionando abranger um maior número de proprietários e incentivá-los a utilizar as melhores práticas na gestão e a investir na conservação do montado e dos seus serviços dos ecossistemas sejam a provisão de cortiça, a regulação climática, a prevenção de incêndios, a regulação hidrológica e proteção do solo ou a manutenção de habitats e da biodiversidade.

Compras em áreas controladas: a UN Matérias-Primas desenvolveu uma base de conhecimento e de georeferenciação que permite o acesso a dados muito fiáveis sobre a evolução quantitativa e qualitativa das várias áreas, regiões e países produtores de cortiça. Portugal e Espanha, como principais produtores mundiais, representam mais de 80% do aprovisionamento global. Em 2021, a Corticeira Amorim efetuou compras de cortiça e produtos de cortiça que totalizaram 292 milhões euros, dos quais 95% são de origem local, ou seja, de Portugal e Espanha. Estas são, também, regiões consideradas de origem controlada, ou seja, de baixo risco para todas as cinco categorias de fontes inaceitáveis sob o sistema de madeira controlada FSC® que abrange, também, a cortiça. A UN Matérias-Primas detém unidades de preparação e transformação primária também em Marrocos, Argélia e Tunísia, países onde o processo de venda é realizado pelo Estado, único produtor florestal nestes territórios, por leilão ou através de hasta pública.

Valorização da floresta certificada: todo o processo de compras da UN Matérias-Primas resulta do conhecimento histórico e da avaliação da cortiça no ano da extração ou no ano imediatamente anterior. Os responsáveis pela gestão das propriedades têm a possibilidade de certificarem as suas boas práticas, submetendo-as ao processo de certificação FSC® selo de garantia adicional em relação à proteção da biodiversidade, dos direitos dos colaboradores/as, dos direitos dos povos indígenas e de áreas com importância ambiental e cultural significativa. A Corticeira Amorim promove a certificação FSC® e mantém uma relação próxima com os produtores de cortiça. Para garantir o aprovisionamento e fornecimento responsável de cortiça, a Corticeira Amorim conta com 64% das UI com certificação na cadeia de custódia de acordo com o FSC® e foi a primeira Empresa do mundo a alcançar o certificado FSC® na indústria da cortiça, em 2004.

4.1.2. INTERVENÇÃO FLORESTAL

		2019	2020	2021
Áreas florestais intervencionadas sob gestão (ha)	GRI 304-1	251	251	251
Áreas florestais intervencionadas sob acompanhamento (ha)	GRI 304-2	154	168	230

Ao longo das últimas décadas, tem-se assistido à perda de vitalidade dos sobreiros (*Quercus suber*), atribuída a más práticas de gestão, ocorrência de agentes bióticos nocivos e alterações climáticas. A preservação do sobreiro e do ecossistema montado é imprescindível para que se possa continuar a usufruir não só da cortiça produzida, mas também de muitos outros serviços dos ecossistemas valiosos para as populações da bacia do Mediterrâneo. De forma a minorar o desequilíbrio entre a oferta e a procura de cortiça, assim como a crescente preocupação com a redução de produtividade dos povoamentos existentes, a Corticeira Amorim tem vindo a desenvolver o Projeto de Intervenção Florestal (PIF), que visa a preservação e o desenvolvimento sustentável da floresta de sobreiro.

Sob o mote “cuidar do presente, construir o futuro”, o PIF teve início em 2013 como projeto de investigação que procurou um novo modelo de subericultura através da rega à instalação. Esta técnica permite aumentar de forma muito assinalável o sucesso da plantação e, ao mesmo tempo, obter um maior crescimento inicial das plantas, reduzindo assim o seu primeiro ciclo de exploração dos atuais 25 anos para cerca de metade desse período. A rega à instalação será utilizada até à primeira extração da cortiça, altura a partir da qual será retirada e o sobreiro voltará ao seu crescimento normal, sendo a extração de cortiça realizada em ciclos de nove anos.

O PIF tem um plano focado em três áreas fundamentais:

- **Gestão florestal (Induzir)** – coordenar novas plantações e dar aos proprietários apoio técnico na área florestal. Atualmente, estão sob acompanhamento 230 ha de áreas de floresta que não pertencem ou não são geridas pela Corticeira Amorim. Os trabalhos realizados até ao momento visam recolher e compilar o conhecimento existente sobre diversos temas e produzir documentação de apoio e suporte com aplicação prática, quer nos montados existentes, quer em novas plantações. O gabinete de gestão florestal pretende ainda dar consultoria aos produtores florestais sobre temas tão diversos, como tratamentos para pragas, fertilização e podas.
- **I&D florestal aplicado (Intervir)** – fazer investigação aplicada sobre quais os impactos da rega, fertilização, nutrição e solo, no sobreiro. Até ao momento, foram realizadas várias instalações de sobreiro onde estão a ser estudados os métodos de regadio em profundidade e à superfície, o efeito e a eficácia de fertilizantes em diferentes quantidades no crescimento de sobreiros, a avaliação da produtividade e a valorização e viabilidade económica e técnica de povoamentos de sobreiro sujeitos a rega. Esta ação permitirá, no futuro, definir o melhor protocolo a seguir para instalação de sobreiros.
- **I&D florestal fundamental (Investigar)** – produzir sobreiros *plus* (mais adaptados aos emergentes cenários climáticos, a pragas e a doenças) através de um programa de melhoramento do sobreiro. Foram selecionados fenotipicamente exemplares de sobreiros

plus provenientes de diferentes origens e condições edafoclimáticas para estabelecer um programa de multiplicação e melhoramento. Paralelamente estão a ser identificados marcadores moleculares associados a características fenotípicas de interesse, como sejam o crescimento rápido e a qualidade da cortiça que, no futuro, permitirão identificar, selecionar e produzir sobreiros adaptados a diferentes condições, maximizando a sua produtividade e resiliência.

Intervenção em propriedades florestais: a crescente consciência da necessidade urgente de intervenção no montado levou a Corticeira Amorim a investir diretamente em propriedades florestais envolvendo sobreiros, onde será utilizado um sistema de rega à instalação. Atualmente estão sob gestão três projetos florestais que totalizam uma área de 6 326 hectares: Herdade da Baliza, Herdade da Venda Nova e Herdade de Rio Frio, tendo sido instalados cerca de 100 mil sobreiros em 251 hectares da Herdade da Venda Nova. A Corticeira Amorim pretende continuar e aumentar a participação ativa na intervenção em novas áreas de sobreiro através de compra de terrenos, arrendamento ou parcerias (adensamentos de áreas já existentes por meio de parcerias com proprietários florestais), tendo como meta intervir numa área de 3 mil hectares de floresta até 2024. O objetivo é fazer investigação aplicada sobre os impactos da rega, fertilização, nutrição e solo, no sobreiro e ajudar a promover e difundir a implementação de novas técnicas de plantação e gestão do montado de sobreiro português mais eficientes e resilientes aos cenários climáticos previstos.

Programa de melhoramento do sobreiro: o objetivo é produzir sobreiros mais adaptados aos emergentes cenários climáticos, a pragas e a doenças, maximizando a sua produtividade e resiliência. Para isto, foram selecionados exemplares de sobreiros *plus* provenientes de diferentes origens e condições edafoclimáticas para estabelecer um programa de multiplicação e melhoramento. Entre as ações em curso, está a identificação de marcadores moleculares associados a características fenotípicas de interesse, como sejam:

- **Crescimento rápido** - plantas com crescimento rápido entrarão em ciclo produtivo de cortiça mais cedo, o que permitirá iniciar a exploração mais rapidamente;
- **Resistência à seca** - plantas que sejam resistentes às alterações climáticas permitirão aumentar a taxa de sobrevivência em novas plantações, assim como serão mais tolerantes à escassez de água, o que resultará num desenvolvimento diferenciado;
- **Resistência à cobrilha** - a identificação, a seleção e a multiplicação de árvores naturalmente resistentes à cobrilha são fundamentais para manter a qualidade da cortiça e aumentar a disponibilidade de cortiça útil.

4.1.3. REMUNERAÇÃO DOS SERVIÇOS DOS ECOSSISTEMAS

Os serviços dos ecossistemas podem ser traduzidos como os contributos diretos e indiretos da natureza para o bem-estar humano. A perda de biodiversidade afeta de forma significativa o fornecimento de serviços dos ecossistemas, de que depende o ser humano, pois constitui a base de vários processos ecológicos. É consensual que a quantificação dos serviços dos ecossistemas em valores monetários e não monetários é uma ferramenta necessária para operacionalizar este conceito nas tomadas de decisão e para contribuir para um percurso alinhado com as estratégias de Biodiversidade, do Pacto Ecológico Europeu e com os ODS.

O montado de sobro tem um papel importante na promoção de funções ecológicas como a conservação do solo, o armazenamento de carbono e a retenção de água, potenciado pelas suas características multifuncionais e pela biodiversidade existente. Portugal possui a maior área mundial de floresta de sobreiro, sendo simultaneamente o maior produtor mundial de cortiça. A vitalidade do montado tem vindo a decrescer ao longo dos anos, enfraquecendo o seu potencial de providenciar serviços à sociedade.

A Corticeira Amorim é a maior produtora mundial de produtos de cortiça, tendo um papel importante na promoção da gestão sustentável da floresta e na criação de um conjunto de interconexões valiosas entre o montado, o negócio e as pessoas, bem como o aumento do conhecimento do montado e dos serviços dos ecossistemas que estes viabilizam. Neste sentido, começou a estudar o valor dos serviços dos ecossistemas há mais de 10 anos, assunto que já foi lançado para discussão pública por vários especialistas. Em 2019, promoveu um novo estudo, “O valor dos serviços ecossistemas do montado de sobro”, produzido pela EY, que conclui que ecossistemas mais rentáveis e biodiversos podem ser potenciados e perpetuados através de sistemas de produção mais sustentáveis, fomentando os serviços prestados, combatendo a perda de biodiversidade e contribuindo ainda para a neutralidade carbónica e para os ODS.

Considerando quatro casos de estudo, a EY conseguiu identificar os três Grupos principais de serviços do ecossistema prestados pelo montado. A análise quantitativa foi baseada na estimativa de custos evitados e demonstrou que a capacidade do montado em providenciar serviços à sociedade é bastante variável e depende fundamentalmente das práticas de gestão e das condições edafoclimáticas do território.

Provisão	Regulação	Cultural
<ul style="list-style-type: none"> • Cortiça • Madeira • Produtos animais • Plantas e ervas medicinais e aromáticas • Cogumelos • Mel 	<ul style="list-style-type: none"> • Regulação climática • Regulação de eventos extremos prevenção de incêndios • Regulação hidrológica e proteção do solo • Manutenção de habitats da biodiversidade • Polinização 	<ul style="list-style-type: none"> • Atividade de recreio turismo • Atividades científicas e educacionais • Identidade cultural e paisagem

Foram quantificados três dos serviços dos ecossistemas: regulação climática; regulação de eventos extremos – incêndios florestais; e regulação hidrológica e proteção do solo. Os outros serviços identificados foram avaliados com dados quantitativos sempre que possível, mas não foram monetizados.

O estudo concluiu que, em média, os serviços dos ecossistemas de um montado de sobro bem gerido proporcionam benefícios à sociedade superiores a 1300 €/ha/ano.



4.2. ALTERAÇÕES CLIMÁTICAS

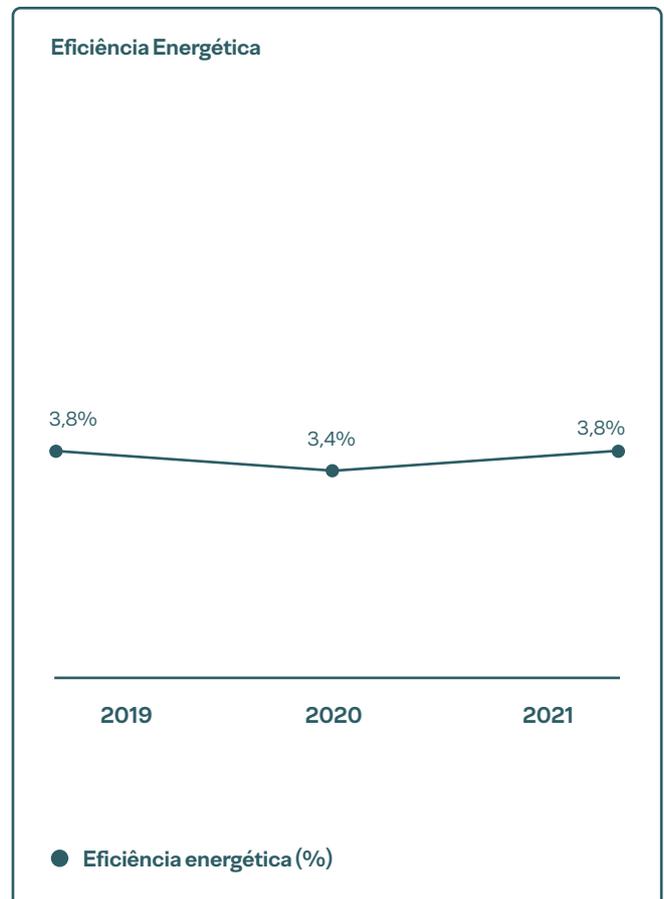
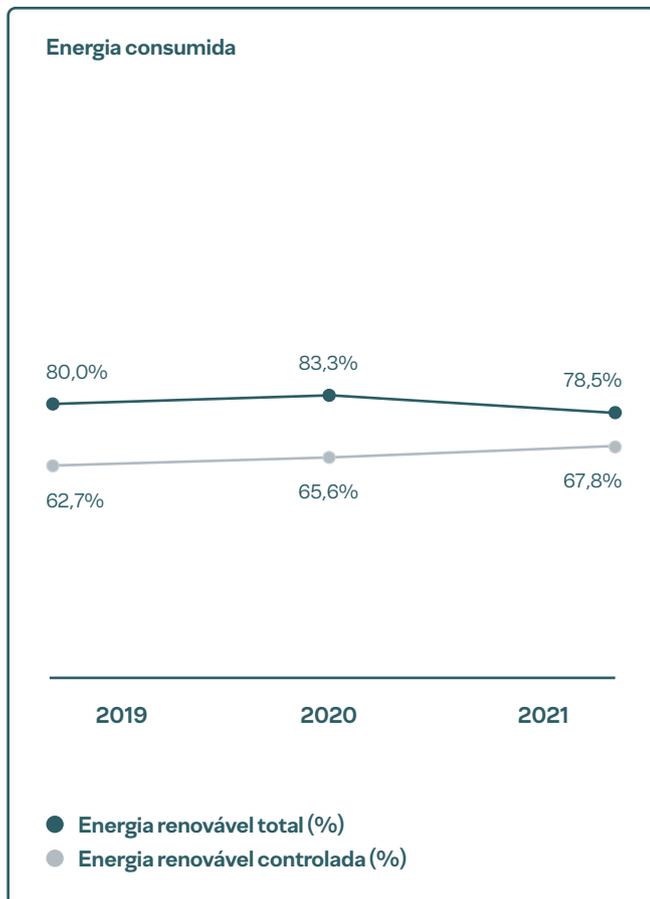
Objetivo	Principais metas	Target 2021-2024
<ul style="list-style-type: none"> • Reduzir o impacto ambiental das operações através da adoção de soluções renováveis, acessíveis e eficientes. 	<ul style="list-style-type: none"> • Aumentar a utilização de energias renováveis, atingindo 100% de eletricidade de fontes renováveis; • Melhorar a eficiência energética; • Reduzir o impacto ambiental negativo e chegar à zero pegada de carbono (emissões 1 e 2); • Aumentar a eficiência no uso da água. 	<ul style="list-style-type: none"> • +2% de eficiência energética/ano; • ≥2/3 energia consumida fonte renovável controlada/ano; • -1% intensidade do consumo de água/ano.

Como em qualquer outra atividade industrial, os processos de transformação da Corticeira Amorim têm associados impactos ambientais. De forma a minimizar estes impactos e em coerência com a política de energia, ambiente e biodiversidade, a Empresa implementa práticas sustentáveis ao longo da sua cadeia de valor – desde a produção da cortiça à transformação da mesma em produtos com baixo ou negativo impacto carbónico, até ao final da vida do produto – que estão assentes nos seguintes fundamentos:

- Garantir o cumprimento dos requisitos legais, bem como de outros requisitos que a organização subscreva, aplicáveis aos aspetos ambientais das suas atividades, produtos e serviços;
- Controlar os aspetos ambientais significativos, contribuindo para a prevenção da poluição;
- Atuar proativamente identificando, avaliando e colocando em prática as medidas preventivas adequadas à minimização dos impactos ambientais específicos de cada atividade, utilizando, sempre que viável, as melhores práticas e tecnologias disponíveis.

4.2.1. ENERGIA

		2019	2020	2021
Total de energia consumida (GJ)	GRI 302-1	1 577 074	1 638 115	1 929 864
Energia de fontes renováveis (%)	GRI 302-1	80%	83%	79%
Energia de fontes renováveis controladas (%)	GRI 302-1	63%	66%	68%
Intensidade energética (GJ / M€)	GRI 302-3	1 572	1 733	2 032
Energia poupada (GJ)	GRI 302-4	60 439	56 182	72 625
Eficiência energética (%)	GRI 302-4	3,8%	3,4%	3,8%



A energia consumida durante 2021 foi de 1930 mil GJ, sendo 79% com origem em fontes renováveis. A energia com origem em fontes renováveis controladas pelo Grupo representou 68%.

A intensidade energética teve um acréscimo de 17%, em resultado do aumento da atividade e dos vários projetos a decorrer de melhoria de eficiência dos processos e qualidade dos produtos. Várias ações têm sido tomadas para, por um lado, aumentar a eficiência energética e, por outro, aumentar a percentagem de energias renováveis.

A Corticeira Amorim pretende garantir até 2024, para as operações em Portugal, medidas de eficiência energética de 2% ao ano. Adicionalmente, pretende aumentar a utilização de energias renováveis e atingir, em 2030, 100% de eletricidade de fontes renováveis. Para o período 2021-2024, nas operações em Portugal, a meta é assegurar que mais de dois terços da energia consumida controlada pela Empresa é de origem renovável. Para isto, a Corticeira Amorim pretende manter o plano anual de iniciativas na área de energia e está a implementar um projeto de energia solar fotovoltaico. A energia produzida por este projeto será na totalidade para autoconsumo e representará cerca de 20% da energia elétrica consumida pelo Grupo.

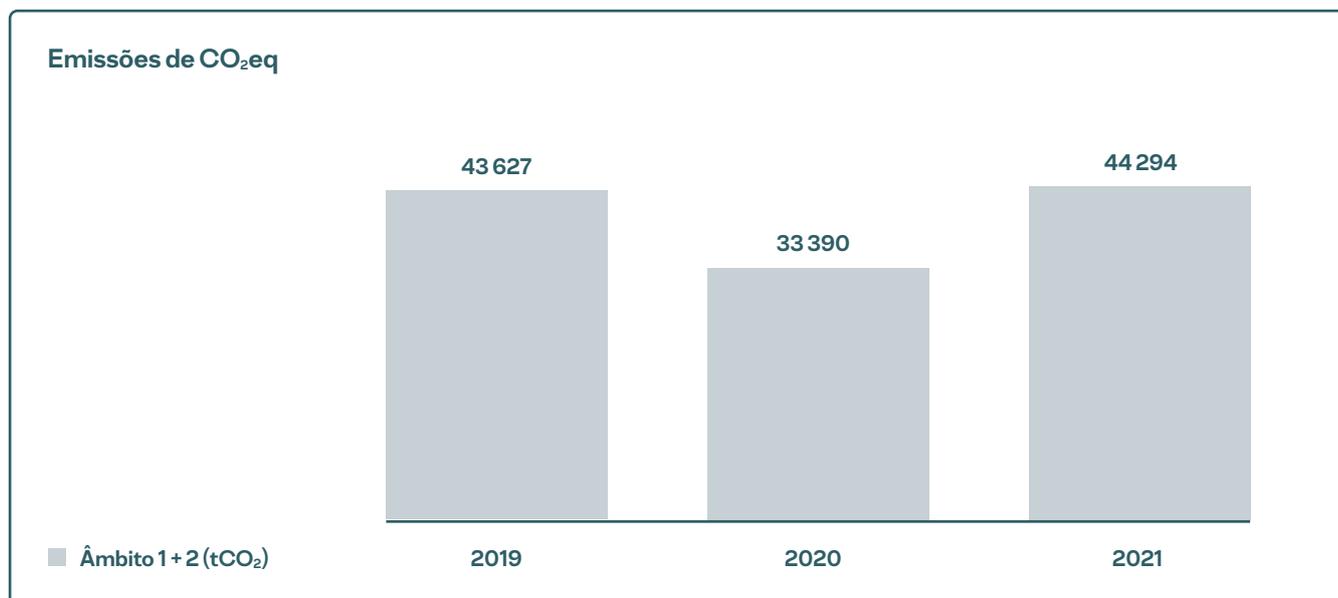
A aposta nas energias renováveis, e em outras boas práticas traduziu-se, em 2021, em 91 medidas de eficiência energética, que resultaram num investimento aproximado de 1,9 milhões de euros e numa poupança gerada de cerca de 73 mil giga Jules (GJ).

Fórum de eficiência energética: reunindo com periodicidade semestral, funciona como meio de partilha e de interação entre os diferentes responsáveis de energia. De entre outros objetivos, o fórum pretende: acompanhar o consumo dos recursos energéticos ao dispor nas fábricas (nomeadamente pó de cortiça, energia elétrica, gás natural e gás propano); manter o envolvimento e a premente adequação da tecnologia ao aumento produtivo e qualidade das unidades industriais; prever necessidades e apresentar cenários de consumo dos recursos de energia, com avaliação de cenários entre as necessidades e adaptação de tecnologia; motivar, realizar e controlar o desenvolvimento e desempenho das ações.

4.2.2. EMISSÕES – ÂMBITO 1 E 2

		2019	2020	2021
Emissões de âmbito 1 + 2 (tCO ₂ eq)	GRI 305-1 GRI 305-2	1 577 074	1 638 115	1 929 864
Emissões de âmbito 1 (tCO ₂ eq)	GRI 305-1	43 627	33 390	44 294
Emissões de âmbito 2 (tCO ₂ eq)*	GRI 305-2	38 291	26 958	38 397
Intensidade carbónica (tCO ₂ eq / M€)	GRI 305-4	43	35	47
Emissões evitadas (tCO ₂ eq)	GRI 305-5	62 092	71 374	86 111

*Método de mercado



Em 2021, as emissões de dióxido de carbono (CO₂) da atividade (âmbito 1 e 2) atingiram um total de 44 294 tCO₂eq, calculado pelo método de mercado, verificando-se um aumento de 33% face ao ano anterior. Esta evolução resultou, sobretudo, do aumento do consumo de energia fruto da atividade e de um fator de emissão menos favorável associado à energia elétrica adquirida. Por outro lado, aumentou a percentagem de energia renovável controlada pela Corticeira Amorim para 68% (2020: 66%) e o impacto das medidas de eficiência energética para 3,8% (2020: 3,4%). A maioria destas emissões (87%) referem-se a energia elétrica adquirida (âmbito 2) e 13% são emissões diretas (âmbito 1).

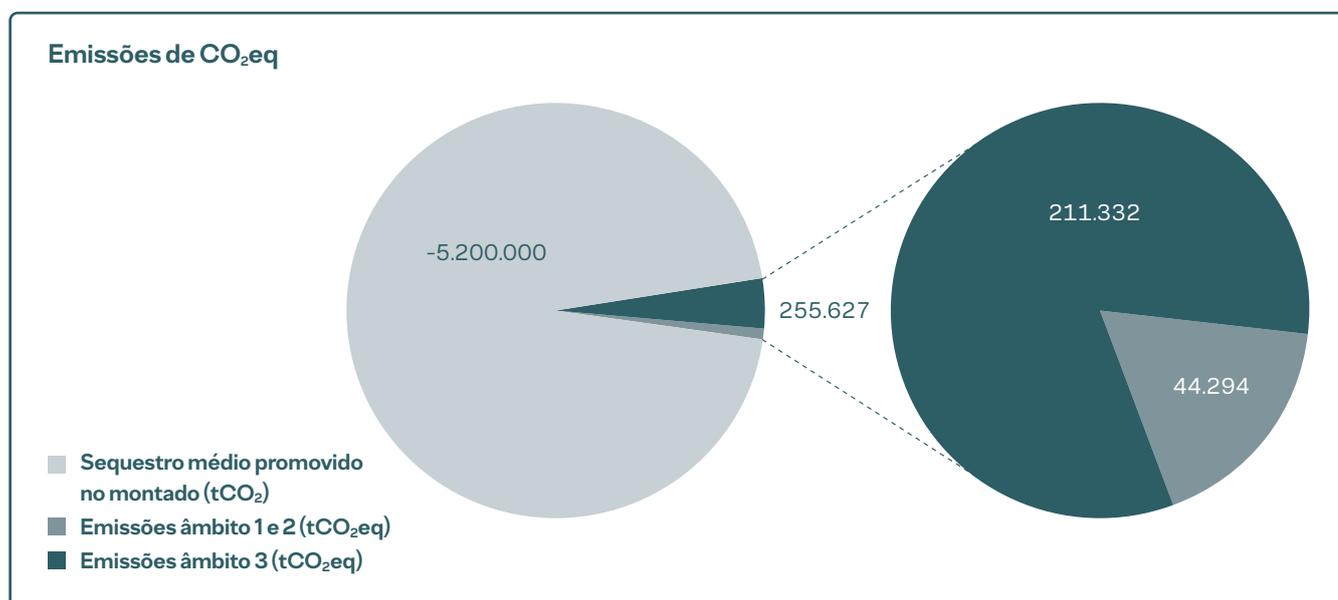
A Corticeira Amorim utiliza a energia renovável como a principal fonte de energia e a sua utilização não produz um aumento líquido das emissões. A maior parte da energia renovável resulta da queima de biomassa, na sua maioria pó de cortiça gerado endogenamente na produção. Outras fontes de energia renovável resultam da produção de eletricidade a partir de biomassa, painéis solares fotovoltaicos e energia elétrica comprada renovável. A aposta nas energias renováveis, e em outras boas práticas, traduziu-se, em 2021, em mais de 86 mil tCO₂eq evitadas.

Projetos de energias renováveis (biomassa): visam responder à redução da disponibilidade de pó de cortiça para aproveitamento ao nível energético que resulta da constante procura da otimização do rendimento da cortiça consumida no ciclo industrial. Entre estes projetos estão a otimização do rendimento do pó de cortiça para queima, a conversão de caldeiras para queima de outras biomassas (caroço de azeitona, casca de amêndoa ou paletes partidas) ou a aquisição de caldeiras novas mais eficientes, correspondendo a um investimento superior a 1,6 M€ em 2021.

Projeto fotovoltaico: a Corticeira Amorim está determinada em aumentar o consumo de energia proveniente de fontes renováveis, quer através da seleção dos fornecedores de energia em função do peso da energia renovável no seu mix, quer através do investimento direto em projetos fotovoltaicos. Com um investimento que ultrapassa os 11 milhões de euros, durante o período de 2021-24, serão instalados 22 mil KWp, com recurso a mais de 40 mil painéis solares colocados nas coberturas das fábricas. O objetivo é ter as principais unidades industriais com uma parte do seu consumo de energia a ser proveniente de energia fotovoltaica. A energia produzida será na totalidade para autoconsumo e representa 20% da energia elétrica consumida pelo Grupo e evitará a emissão de cerca de 14,6 mil tCO₂ eq por ano.

4.2.3. EMISSÕES - ÂMBITO 3

		2020	2021
Pegada de carbono (tCO ₂ eq)	GRI 305-1	231 692	255 627
	GRI 305-2		
	GRI 305-3		
Emissões de âmbito 1+2 (tCO ₂ eq)	GRI 305-1	33 390	44 294
	GRI 305-2		
Emissões de âmbito 3 (tCO ₂ eq)	GRI 305-3	198 301	211 332



A Corticeira Amorim é um importante promotor do montado de sobre contribuindo, dessa forma, para o sequestro positivo de CO₂ que ocorre neste ecossistema – uma relevante contribuição para a mitigação das alterações climáticas. Sendo o sobreiro uma espécie de crescimento lento, com um tempo de vida médio de 200 anos, este assume um importante papel na captura e armazenamento de CO₂, através da utilização das suas raízes, folhas, tronco e casca – a cortiça.

A Corticeira Amorim calcula emissões de CO₂eq associadas à cadeia de valor (âmbito 3) para seis categorias de acordo com Greenhouse Gas Protocol, do World Business Council for Sustainable Development e do World Resources Institute (compra de bens e serviços, transporte e distribuição a montante, transporte e distribuição a jusante, resíduos gerados nas operações, viagens de negócios, transporte de colaboradores/as) e estima estar a calcular 90% destas emissões, continuando a trabalhar para melhorar a metodologia do cálculo e a abrangência da mesma.

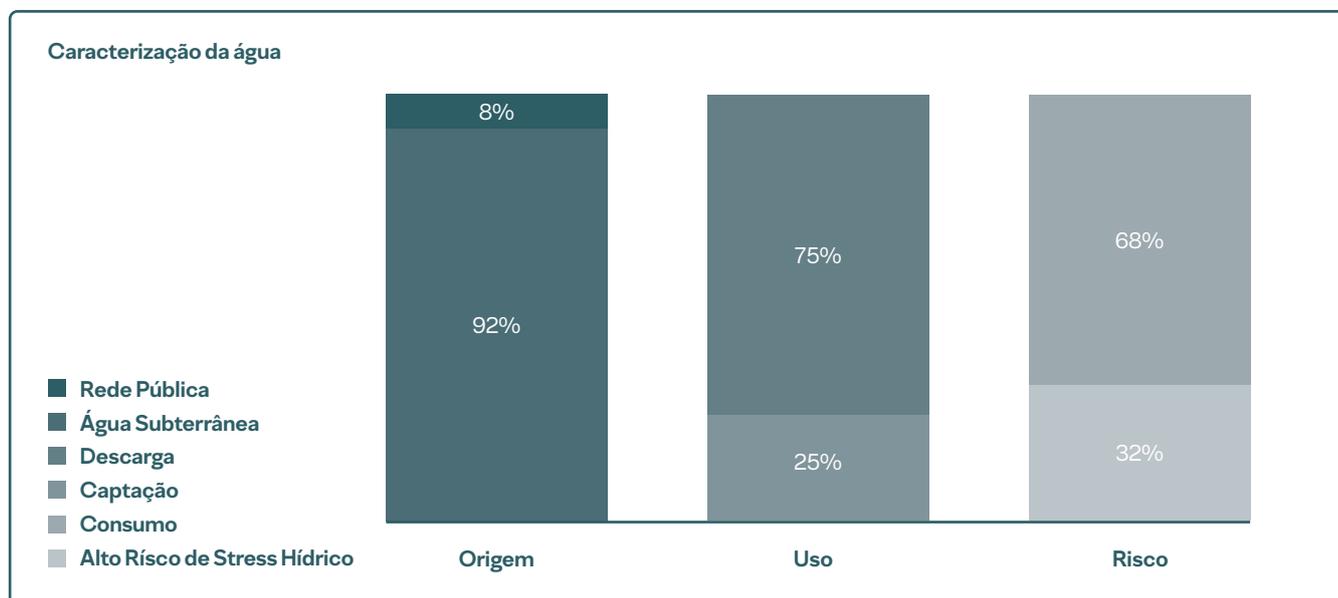
As emissões calculadas para o âmbito 3 cifraram-se em 211 332 tCO₂eq em 2021, registando um aumento de cerca de 7% face ao ano de 2020 verificado, sobretudo, na categoria compra de bens e serviços. Este aumento justifica-se por um crescimento significativo das vendas em todas as UN. No entanto, é de destacar a queda nos impactos nas categorias de transporte e distribuição a montante e transporte e distribuição a jusante que reflete a implementação de projetos que visam a otimização das rotas com benefícios na redução do peso do packaging, na redução das distâncias percorridas, no aumento da capacidade da carga e conseqüente redução no número de transportes.

Projeto packaging sustentável: a Corticeira Amorim pretende promover boas práticas ambientais entre fornecedores e clientes, estimulando um consumo responsável e a economia circular por meio da redução dos resíduos, reduzindo a quantidade de matérias-primas utilizadas, limitando as embalagens e privilegiando os materiais reciclados e/ou recicláveis e matérias-primas sustentáveis. Neste sentido, constituiu o Grupo de trabalho *sustainable packaging*, composto por representantes das UN Rolhas, Revestimentos, Aglomerados Compósitos e Isolamentos e dinamizado pela Sustentabilidade Corporativa, que tem como objetivo atingir um *packaging 100% sustentável* em 2030. Este Grupo tem, atualmente, quatro eixos de intervenção e duas metas:

- **Reciclar** - garantir que todos os materiais são recicláveis nos pós consumo;
- **Reduzir** - reduzir a quantidade consumida por packaging;
- **Repensar** - usar a melhor alternativa disponível em termos de materiais sustentáveis;
- **Reutilizar/ recondicionar** - minorar o impacto ambiental no transporte a montante e a jusante.
- **100% materiais recicláveis;**
- **0% materiais não renováveis virgens.**

4.2.4. ÁGUA E EFLUENTES

		2020	2021
Captação (m³)	GRI 303-3	770 116	654 309
Descarga (m³)	GRI 303-4	118 514	163 831
Consumo (m³)	GRI 303-5	651 602	490 478
Consumo de água (m³ / M€)	GRI 303	689,44	516,49



Em 2021, a captação de água atingiu os 654 309 m³. A maioria da água captada pela Corticeira Amorim é subterrânea (92%), sendo a restante (8%) obtida através da rede pública. Cerca de 25% da água foi devolvida ao ambiente e aproximadamente 75% foi consumida – integrada no produto ou na produção de vapor. A Corticeira Amorim não tem indicação de que as bacias hidrográficas onde ocorrem as captações de água se encontrem em *stress* hídrico. Para a caracterização das áreas em *stress* hídrico no âmbito deste relatório, foi usada a ferramenta do World Resources Institute, segundo a qual 68% das captações ocorrem em zona de baixo risco de *stress* hídrico.

Ciente da necessidade de preservar este recurso fundamental para o planeta, a Corticeira Amorim tem uma abordagem que assenta em três pilares: redução do consumo, tratamento e regulação hidrológica.

No que diz respeito ao consumo, está estabelecido para o período 2021-2024 um objetivo para as atividades em Portugal de diminuição em 1%/ano da intensidade do consumo de água, através de um conjunto de ações a implementar durante este período. Em 2021, foi dada continuidade às ações iniciadas em 2020, nomeadamente o desenvolvimento de um conjunto de procedimentos centrados, sobretudo, na monitorização. Foi realizada uma auditoria a todas as instalações em Portugal e definida uma metodologia comum para determinação dos consumos. Adicionalmente, foi elaborada uma lista com diversas ações de melhoria que teve por base as melhores práticas entre as UN. É já possível constatar um impacto positivo, verificando-se uma redução de 25% nos consumos. As iniciativas previstas para 2022 mantêm algumas ações com vista à melhoria da monitorização, mas incluem outras focadas na melhoria dos processos, nomeadamente a criação de indicadores de desempenho para os principais consumidores de água.

Ao nível do tratamento, as instalações industriais de maior dimensão fazem recolha e tratamento das águas residuais em estações próprias de tratamento de águas industriais (ETARI). O tratamento de efluentes está diretamente ligado à prevenção da poluição e envolve a remoção de impurezas geradas na fabricação dos produtos, através de tratamentos primário, secundário ou terciário, conforme o caso. O efluente tratado é descarregado em coletor municipal. Periodicamente são feitos controlos analíticos aos volumes e parâmetros das descargas e monitorização do meio recetor, de acordo com o estipulado na licença de descarga de águas residuais. A Corticeira Amorim investe continuamente para otimizar as ETARI. Em 2021, o investimento nestas atividades ultrapassou os 100 mil euros e centrou-se em projetos de adequação de layouts e aumentos de capacidade.

Relativamente à regulação hidrológica, um dos serviços dos ecossistemas prestados pelo montado é a capacidade de regulação do ciclo da água. A margem esquerda do Tejo-Sado possui cerca de 36% de área ocupada por sobreiros e é um dos sistemas aquíferos mais produtivos e profundos da Península Ibérica, sendo recarregado pela infiltração da água da chuva no solo. A interseção das águas da chuva pelos sobreiros é importante para proteger o solo da erosão hídrica, contribuindo para o combate à desertificação. Informação sobre a atuação da Corticeira Amorim em prol da proteção dos montados e dos seus serviços dos ecossistemas no subcapítulo 4.1. Montado.

Projeto zero desperdício de água: a Corticeira Amorim pretende continuar a reforçar os compromissos ao nível das métricas ambientais. Durante 2021, encetou uma auditoria a todas as instalações em Portugal com vista à aferição de uma metodologia comum para determinação dos consumos de água. Adicionalmente, foi elaborada uma lista com diversas ações que teve por base as melhores práticas entre as UN. Entre as ações está a introdução de melhorias no mapa da rede de água, com a inclusão da linha de abastecimento aos consumidores e da descarga dos consumidores até à ETARI ou saneamento. Outra ação tem que ver com a aquisição de sistemas de contadores automáticos, sobretudo nas instalações onde já existe um número elevado de contadores, com o objetivo de reduzir a possibilidade de erro na recolha da informação. Um outro exemplo, passa por adotar algumas boas práticas da norma ISO46001 - Sistemas de gestão da eficiência hídrica, nomeadamente criação e monitorização de indicadores de desempenho para os principais consumidores de água e listar as variáveis que influenciam o consumo de água por processo, sobretudo nas áreas de consumo intensivo.

Projeto Florestal

Com uma área de 251 hectares, o projeto da florestal da Venda Nova é atualmente o maior povoamento de sobreiros instalados, usando uma tecnologia de rega à instalação e enquadra-se no PIF que a Corticeira Amorim, sob coordenação da UN Matérias-Primas, tem em curso desde 2013 (informação adicional no subcapítulo 4.1. Montado). A rega à instalação, que será utilizada apenas até à primeira extração da cortiça, tem como objetivo garantir as condições ideais para a sobrevivência e o crescimento dos sobreiros assegurando uma mais rápida e eficaz ocupação do espaço florestal. Através da redução do período necessário para que ocorra a extração de cortiça em cerca de metade e do aumento do sucesso das instalações, pretende-se, por um lado, garantir maior rentabilidade e, por outro, maior disponibilidade futura de matéria-prima que assegure a sustentabilidade da indústria. Este projeto, pela sua dimensão, pretende mostrar o compromisso inequívoco da Corticeira Amorim para com o desenvolvimento da floresta de sobreiro e ser demonstrativo da validade dos novos processos.

Esta instalação conta com cerca de 100 mil sobreiros e uma charca de armazenamento de água com 30 mil m³. Dadas as características especiais do projeto, os aspetos relacionados com o tema da água não estão a consolidar com a informação reportada neste relatório. É intenção da Corticeira Amorim trabalhar para consolidar a metodologia utilizada para reporte dos aspetos ambientais relacionados com os projetos florestais.

4.2.5. QUALIDADE DO AR E POLUIÇÃO

		2020	2021
Partículas (t)	GRI 305-7	65	66
Oxido de azoto (NOx) (t)	GRI 305-7	122	125
Compostos orgânicos voláteis (COVs) (t)	GRI 305-7	59	56

A Corticeira Amorim dispõe de sistemas de gestão adequados a dar resposta aos requisitos legais, aos regulamentos internos e às políticas estabelecidas em matérias de emissões para a atmosfera e implementa medidas para mitigar os impactos específicos de cada unidade, nomeadamente através de:

- Cumprimento de todos os requisitos legais;
- Medições de ruído regulares e medidas ativas para o reduzir, como o encapsulamento de máquinas e motores;
- Controlos de emissões gasosas das chaminés e medidas específicas para evitar emissões de poeira ou partículas, como a aplicação de filtros;
- Formação a colaboradores/as e terceiros sobre as melhores práticas para evitar a ocorrência de derrames, tendo disponíveis kits de derrames;
- Procedimentos de resposta em vigor para emergências; Ações de mitigação para futuras ocorrências que incluem investigação detalhada da ocorrência, ações corretivas para evitar recorrência e comunicação das lições aprendidas.

No que diz respeito às emissões atmosféricas, estas resultam principalmente da queima em caldeira de combustíveis para gerar energia. As emissões incluem dióxido de carbono (CO₂), partículas finas, óxidos de azoto (NOx) e compostos orgânicos voláteis (COV) e não estão associados à emissão de gases odorosos. A Corticeira Amorim está empenhada em minimizar o seu impacto resultante das emissões atmosféricas. Assim, investe continuamente na modernização e adequação das caldeiras tendo ultrapassado os 1,6 M€ em 2021 em ações que incluem adequação de caldeiras e instalação de equipamentos de medição. Adicionalmente, monitoriza regularmente a emissões poluentes de gases ou partículas para a atmosfera utilizando, para isso, métodos baseados em normas existentes e aplicáveis valores limite de emissão (VLE) de acordo com a lei em vigor. Em 2021, as emissões de partículas finas ascenderam a 66 t, as emissões de NOx totalizaram 125 t e os COV atingiram 56 t.

4.3. ECONOMIA CIRCULAR

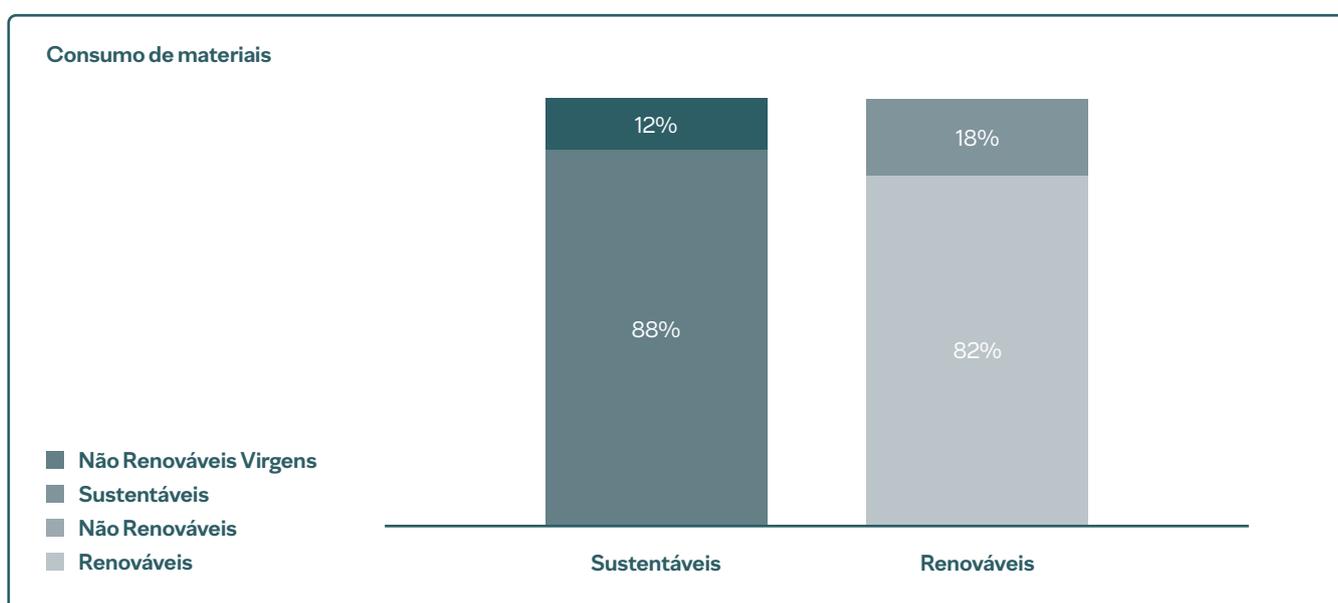
Objetivo	Principais metas	Target 2021-2024
• Aplicar os princípios da economia circular por meio da redução dos resíduos, prolongar a vida dos materiais e regeneração dos sistemas naturais.	• Melhorar a eficiência dos recursos globais, alcançando a gestão sustentável; • Reduzir substancialmente a geração de resíduos, reduzindo, reciclando e reutilizando materiais, garantindo 100% de resíduos valorizados tendo em consideração a tecnologia existente; • Gerir de forma ambientalmente saudável a utilização de produtos químicos.	• -5% peso dos consumos dos materiais não renováveis virgens/ano; • ≥ 90% taxa de valorização resíduos (não cortiça) / ano.

Sob o mote “nada se perde, tudo é valorizado”, ao longo do processo de produção na Corticeira Amorim, 100% da cortiça é aproveitada e até os mais pequenos grânulos são usados como importante fonte de energia. A Corticeira Amorim tem, assim, implementado um processo de produção integrado que desde 1963 permite e promove a reutilização de todos os subprodutos associados ao processamento de cortiça. Estas práticas são hoje uma das bandeiras do Grupo, estendem-se para outros materiais e focam-se nas seguintes linhas de atuação:

- Aplicar um processo de produção integrado que aproveita todos os subprodutos de cortiça;
- Reduzir a geração de resíduos e promover a sua valorização;
- Prolongar a vida útil dos materiais através de simbioses industriais;
- Reciclar produtos de cortiça no fim do ciclo de vida.

4.3.1. MATERIAIS

		2019	2020	2021
Peso global dos consumos dos materiais não renováveis virgens (%)	GRI 301-1	15%	13%	12%
Portugal (%)	GRI 301-1	16%	16%	15%
Resto do mundo (%)	GRI 301-1	12%	4%	2%



Para desenvolver a sua atividade, a Corticeira Amorim consome um conjunto de materiais, nomeadamente matérias-primas, matérias subsidiárias e materiais de packaging, incluindo cortiça, madeira, papel, plásticos e químicos. Do *design* do produto ao consumo responsável, a escolha dos materiais e a eficiência no seu uso é um tema muito relevante para a Corticeira Amorim.

Um dos impactos mais significativo das atividades das empresas sobre o meio ambiente está na forma de resíduos. O consumo de materiais reciclados ou materiais renováveis diminui o impacto ambiental geral do produto final e vai de encontro aos compromissos com desenvolvimento sustentável e compras sustentáveis. Na Corticeira Amorim, dos materiais consumidos, 88% são sustentáveis (renováveis ou reciclados) e apenas 12% são não renováveis virgens.

A Corticeira Amorim trabalha continuamente para reduzir o peso dos materiais não renováveis virgens visando concretizar a meta estabelecida para o período 2021-2024, de redução de 5% ao ano neste indicador nas suas operações em Portugal. O objetivo foi cumprido em 2021, verificando-se uma redução de 6% face a 2020.

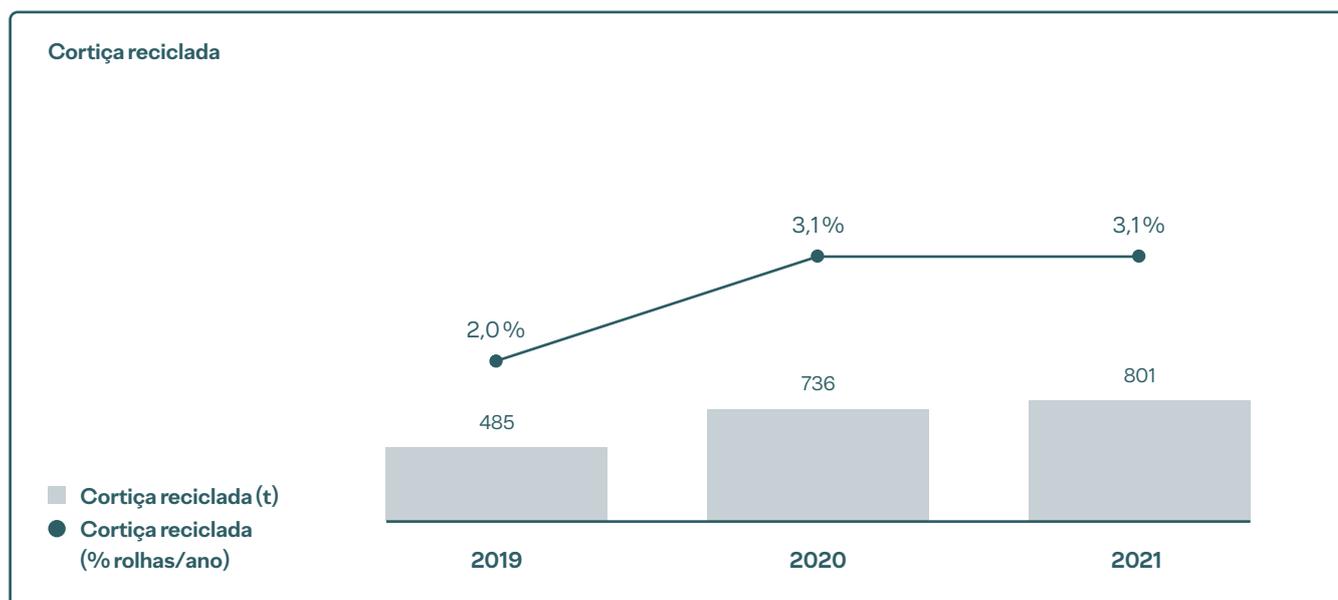
De entre as iniciativas de maior impacto está o consumo de materiais que resultam de simbioses industriais e que combinados com a cortiça incorporam um vasto leque de produtos como sendo revestimentos de solo e de parede, underlays e underscreeds. Em 2021, registou-se um aumento de 9% no consumo destes materiais no total dos consumos, somando mais de 30% de aumento desde 2019.

Destaque ainda ao ênfase que tem sido dado ao aumento do conhecimento sobre as características dos materiais de forma a conhecer melhor as possibilidades do seu uso e posterior recuperação e reutilização.

Projeto economia circular (2017-20): este projeto visou o desenvolvimento de novas tecnologias de processamento de cortiça não adequada à indústria de rolhas e de outros subprodutos industriais (simbioses industriais). Estas tecnologias têm como objetivo a produção de um leque mais alargado de aglomerados compósitos de/com cortiça em combinações, espessuras, densidades e larguras até então não utilizadas. Assim, será possível alargar a oferta ao mercado de produtos de economia circular, ajudando a reduzir a poluição e a reutilizar materiais que, de outra forma, seriam resíduos. Exemplos incluem a gama de produtos Amorim Wise Cork Inspire 700, uma solução para pavimentos à prova de água, sem PVC, adequados a todo o tipo de espaços e os underlays e underscreeds para aplicação no setor da construção. Desde 2019, a incorporação de produtos reciclados na produção teve um aumento de 30%. Em 2021, as vendas de produtos associados a este projeto ultrapassaram os 40 milhões de euros.

4.3.2. RECICLAGEM DE CORTIÇA

		2019	2020	2021
Cortiça reciclada (t)	GRI 301-3	485	736	801
Cortiça reciclada (% rolhas produzidas / ano)		2,0%	3,1%	3,1%



Desde a constituição, em 1963, de uma UI para a produção de aglomerados de cortiça a partir dos desperdícios da fabricação de rolhas, a Corticeira Amorim faz uma leitura atenta, pioneira e proactiva da importância estratégica da circularidade. A estratégia de valorização da cortiça motivou o desenvolvimento de iniciativas inéditas de reciclagem de rolhas. Estas iniciativas, contam já com a forte adesão nos cinco continentes.

Nas suas três unidades industriais, licenciadas no território português para a reciclagem de cortiça, a Corticeira Amorim recebe rolhas e outras aplicações de cortiça em fim de vida para tratamento e trituração. O material, após ser transformado em granulados, volta ao processo produtivo e, embora nunca mais possa ser utilizado para produção de rolhas, é incorporado em produtos das UN Aglomerados Compósitos e Isolamentos. Durante o ano de 2021, foram recicladas 801 toneladas de cortiça, o que representa um crescimento de 9% face ao ano de 2021 e de 65% face a 2019. Só em 2021, a cortiça reciclada equivale a 178 milhões de rolhas, um material que ganhou um novo propósito, prolongando o ciclo de vida de um recurso natural, aumentando o campo de possíveis aplicações e estendendo a retenção de carbono inerente à cortiça.

A consciência do trabalho realizado em pouco mais de uma década também vincula a ambição da Corticeira Amorim: se apenas 3% do total de rolhas de cortiça produzidas anualmente são recicladas, tem de se encontrar formas de elevar este número. Neste pressuposto,

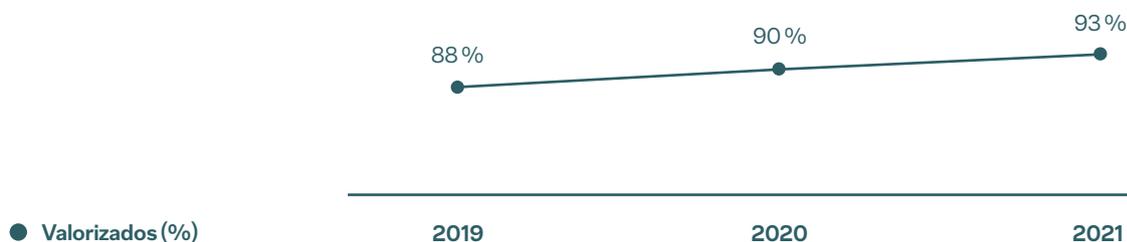
é animador verificar o envolvimento de conceituados *players* de diferentes indústrias, como é exemplo recente o Majestic, o maior retalhista especializado em vinhos do Reino Unido, que anunciou uma campanha nacional de recolha de rolhas de cortiça em mais de 200 das suas lojas, ou o lançamento do projeto “Rolha a Rolha semeia a recolha”, projeto piloto de recolha porta-a-porta de rolhas de cortiça promovido pela Quercus, LIPOR e Maiambinete que se vai focar nos cafés, cantinas e restaurantes do município da Maia, permitindo a recolha e posterior reciclagem em larga escala de rolhas de cortiça.

Projeto reciclagem de rolhas de cortiça: a Corticeira Amorim apoia diversas iniciativas de recolha seletiva e reciclagem de rolhas de cortiça nos cinco continentes. Em 2008, associou-se ao Green Cork, um programa organizado pela Quercus que impulsionaria um movimento global de reaproveitamento, recuperação e reciclagem favorecendo, ainda, a reflorestação com árvores autóctones. Iniciativas semelhantes foram implementadas em diversas geografias: Ecobouchon (França), Etico (Itália), Recork (América do Norte), Cork Life (África do Sul) e Cork2Cork (Bélgica, Alemanha, Holanda, Espanha, França e Itália, em parceria com a NH Hotels), gerando entusiasmo e uma grande adesão. Distribuídas pelo mundo, estas iniciativas geram um impacto significativo na comunidade, associando-se e suportando ações de reflorestação, iniciativas de educação ambiental e atividades de responsabilidade social. Mais exemplos: <https://www.amorim.com/pt/sustentabilidade/ambiental/reciclagem/4301/>. O destino desta matéria-prima é incomensurável desde equipamentos de automóveis, autocarros, comboios, barcos e aviões; componentes de satélites, foguetões e veículos espaciais; objetos de design, calçado e vestuário; materiais de desporto, como raquetes de ténis de mesa, pranchas de surf ou caiaques; pisos de espaços de jogo, lazer e recreio; produtos de isolamento para edifícios residenciais, privados e públicos; ou pavimentos para o setor da construção, entre outros. Um virtualmente infindável conjunto de soluções que resultam muitas vezes da combinação da segunda vida desta cortiça com desperdícios de indústrias como a automóvel, a do calçado ou a da colchoaria. A Corticeira Amorim poupa, assim, recursos naturais do planeta, reduz os custos associados à sua eliminação e oferece ao mercado uma vasta gama de produtos que contribuem para a regulação do clima.

4.3.3. RESÍDUOS

		2019	2020	2021
Resíduos industriais (t)	GRI 306-2	11 233	11 257	15 151
Valorizados (t)	GRI 306-2	9 858	10 163	14 090
Perigosos (t)	GRI 306-2	493	506	352

Resíduos industriais



A Corticeira Amorim respeita a hierarquia no que diz respeito aos resíduos de forma a evitá-los, reutilizá-los e reciclá-los o mais possível impedindo o seu envio para aterro. Os volumes de resíduos industriais produzidos são monitorizados por tipo e destino em todas as unidades. Os resíduos perigosos, que representam 2% dos resíduos, têm processos próprios para rotular, armazenar, manusear e transportar e são devidamente transportados e processados através de agentes autorizados.

Em 2021, foram geradas 15 mil toneladas de resíduos industriais, dos quais 93% foram valorizados. O objetivo é atingir 100% de valorização de resíduos não cortiça em 2030, fixando-se uma meta de manter a taxa de valorização dos resíduos nas operações em Portugal acima dos 90% no ciclo 2021-24. Assim, continuar-se-á a trabalhar com diferentes parceiros e a investir em diversas iniciativas para atingir este objetivo e suportar a economia circular, tanto nas operações internas como na cadeia de valor.

Projeto de aumento da eficiência: visa a realização de investimentos em diferentes fases do processo produtivo de rolhas, revestimentos e isolamentos para permitir uma melhor utilização da matéria-prima e reduzir a quantidade de resíduos gerados. As iniciativas deste projeto incluem Recupera, Recork e Recupera Wise, com um investimento total, desde 2017, de 826 mil euros que permitiu, através da micronização, a classificação por propriedades homogéneas, a reutilização de subprodutos de compósitos de cortiça criados na produção de pavimentos. Em 2021, este projeto da Amorim Cork Flooring recuperou, 1 529 toneladas de materiais para o processo produtivo.

4.4. PRODUTOS VERDES

Objetivo	Target 2021-2024
<ul style="list-style-type: none"> Manter um papel proativo no desenvolvimento do já vasto campo de aplicação da cortiça, sustentado pelas características inatas do material. 	<ul style="list-style-type: none"> Reforçar a resiliência e a capacidade de mitigação e adaptação a riscos relacionados com o clima; Modernizar as infraestruturas e reabilitar as indústrias para torná-las sustentáveis, utilizando 100% packaging sustentável (100% de materiais recicláveis e 0% de materiais não renováveis virgens); Reduzir o impacto ambiental negativo.

A procura por produtos sustentáveis tem vindo a crescer nos últimos anos. A atuação da Corticeira Amorim que visa garantir a qualidade, assente na melhoria contínua dos processos, produtos e serviços disponibilizados e na procura de soluções inovadoras apoiadas no desenvolvimento tecnológico, permite servir os clientes com soluções sustentáveis, de qualidade, diferenciadas, adaptadas às necessidades e que os ajudam a atingir os seus objetivos de sustentabilidade.

A cortiça é uma excelente alternativa renovável e reciclável a materiais de grande impacto e, num mundo em que a inovação e a ecologia andam de mãos dadas, desenvolver produtos com base nesta matéria-prima permite alavancar o crescimento económico da Corticeira Amorim ao mesmo tempo que permite suportar a transição para a economia circular e contribuir para a mitigação das alterações climáticas. Nos últimos anos, a atuação está orientada pelos seguintes princípios-chave:

- Desenvolver novos produtos e mercados para a cortiça, envolvendo os clientes nesse processo, mantendo a proximidade e convertendo-os em embaixadores da cortiça;
- Procurar novas soluções tecnológicas, a nível de produto, em parceria com clientes, fornecedores e outras entidades;
- Reforçar a notoriedade das suas marcas com evolução constante da oferta em resposta às novas tendências de mercado e de consumo;
- Promover uma cultura de inovação, através de um ambiente propício à criatividade, ao espírito crítico e à iniciativa dos seus colaboradores/as, fomentando o trabalho em equipa e entajuda transversal;
- Valorizar práticas inovadoras;
- Criar um ambiente de incentivo à ousadia, assumindo o risco e o insucesso como uma componente do processo de inovação;
- Providenciar formação contínua dos trabalhadores/as;
- Facilitar a comunicação, interna e externa, estabelecendo novos e melhorados canais para troca de informação;
- Procurar implementar as melhores práticas de gestão e monitorizar, de forma contínua, os seus processos, identificando oportunidades de melhoria.

PRODUTOS VERDES

Amorim Cork
1.ª alternativa para clientes que querem melhor qualidade e contribuir para a mitigação das alterações climáticas

Amorim Cork Flooring
100% de pavimentos e revestimentos com certificação da qualidade do ar interior seja TÜV-PROFICERT, A+ , e contributos para certificações de construção sustentável, LEED/BREEAM

Amorim Cork Composites
>500 aplicações desenvolvidas para vários setores de atividade tendo a inovação e a economia circular no seu epicentro

Amorim Cork Insulation
0% de aditivos nos produtos de isolamento que são simultaneamente 100% naturais, recicláveis, reutilizáveis e de grande longevidade sem perda de características

4.4.1. ANÁLISES DE CICLO DE VIDA

Amorim Cork
Vinhos tranquilos
-309 gCO ₂ eq por rolha natural
-392 gCO ₂ eq por rolha Neutrocork
-297 gCO ₂ eq por rolha Twin Top Evo
-322 gCO ₂ eq por rolha Twin Top
-328 gCO ₂ eq por rolha Advantec
-335 gCO ₂ eq por rolha Acquamark
Vinhos espirituosos
-96 gCO ₂ eq por rolha rolha natural com cápsula de madeira
-148 gCO ₂ eq por rolha neutro com cápsula de madeira
-87 gCO ₂ eq por rolha natural com cápsula de plástico
-138 gCO ₂ eq por rolha neutro com cápsula de plástico
Vinhos espumantes
-562 gCO ₂ eq por rolha de vinho espumante com dois discos
-540 gCO ₂ eq por rolha aglomerada de vinho espumante
Amorim Cork Flooring
-101 kg CO ₂ eq por m ² de pavimentos Amorim Wise cork Inspire 700
-93 kg CO ₂ eq por m ² de pavimentos Amorim Wise wood Inspire 700 SRT
-125 kg CO ₂ eq por m ² de pavimentos Amorim Wise cork pure PUPF 4mm
-186 kg CO ₂ eq por m ² de pavimentos Amorim Wise cork pure PUPF 6mm
-129 kg CO ₂ eq por m ² de pavimentos Amorim Wise cork pure UV 4mm
-193 kg CO ₂ eq por m ² de pavimentos Amorim Wise cork pure UV 6mm
Amorim Cork Composites
-39,3 kg CO ₂ eq por m ² de Top Layer NRT® 94
-14,2 kg CO ₂ eq por m ² de Underlay Fusion
-8,2kg CO ₂ eq por m ² de Footcork® Evolution
-102kg CO ₂ eq por m ² de Corkeen
-12,4kg CO ₂ eq por m ² de Underlay nature

Balanco de carbono quando considerado o sequestro de carbono do montado de sobreiro

A cortiça, é uma matéria-prima 100% natural, renovável, reciclável e reutilizável. Os sobreiros retêm o carbono ao longo de mais de 100 anos e a produção de cortiça suporta a manutenção do ecossistema. A cortiça, apresenta-se assim como uma excelente alternativa para a promoção de uma bioeconomia circular, que combata as alterações climáticas e minimize o desperdício.

Contribuir para a transição para uma economia de baixo carbono faz parte da ambição do Grupo.

A Corticeira Amorim desenvolveu, desde 2018, diversos estudos com vista à avaliação dos impactos ambientais/pegadas de carbono dos principais produtos e que concluíram, sem exceção, que o balanço de carbono é negativo quando considerado o sequestro das florestas de sobreiro e as emissões associadas à produção do produto.

Estes estudos, que abrangem produtos e soluções cujas vendas ultrapassam os 60% das vendas consolidadas do Grupo, fornecem informação relevante sobre a contribuição ambiental dos produtos de cortiça e facultam aos cerca de 29 mil clientes nacionais e internacionais da Corticeira Amorim informação quantificável sobre como reduzir a própria pegada de carbono dos seus produtos.

Numa altura em que a neutralidade carbónica se apresenta como um dos desafios da sociedade para garantir a preservação do planeta Terra, estes resultados ilustram o fator diferenciador entre cortiça e outros produtos florestais e atestam que a Corticeira Amorim desenvolve uma atividade com impacto positivo na regulação do clima.

4.4.2. SEGURANÇA DOS CONSUMIDORES

A Corticeira Amorim tem definida uma política de segurança dos consumidores onde estabelece a satisfação do cliente como objetivo principal e compromete-se, nomeadamente, a:

- Assegurar a prestação de serviços ou a venda de produtos no estrito cumprimento dos procedimentos internos e normas legais e regulatórias aplicáveis, designadamente as relativas à responsabilidade de produto;
- Respeitar os direitos dos clientes e os compromissos contratuais com eles assumidos, quer quanto à qualidade do produto ou do serviço prestado, quer quanto às garantias definidas legal ou voluntariamente;
- Prestar informações completas, relevantes, verdadeiras e rigorosas, em linguagem acessível e adaptada às necessidades, respondendo às solicitações, dúvidas e reclamações em prazos razoáveis;
- Melhorar continuamente o desempenho, bem como, a qualidade e a segurança dos seus produtos e serviços procurando, com sentido de serviço, satisfazer e superar as suas expectativas;
- Formular propostas comerciais honestas, transparentes e adaptadas às necessidades dos clientes, prestando aconselhamento personalizado quando solicitado pelo cliente;

- Agir em total conformidade com a legislação e a regulamentação vigentes nas regiões onde opera, bem como a prestar às autoridades toda a colaboração ao seu alcance;
- Comportar-se de forma adequada, transparente, honesta e ética em todas as suas relações com os seus clientes, no cumprimento do seu Código de Ética Empresarial e Conduta Profissional, sendo uma Organização confiável no relacionamento com os seus clientes e no cumprimento dos compromissos assumidos;
- Gerir a informação com o objetivo de assegurar a proteção da respetiva integridade e da confidencialidade dos assuntos dos seus clientes, comprometendo-se a não divulgar as informações pessoais dos seus clientes sem o seu consentimento prévio, salvo nos casos de obrigação legal ou no cumprimento de resoluções legais ou administrativas.

Envolvimento Com Os Clientes

O modelo de negócio preponderante na Corticeira Amorim é business to business (B2B), por isso os programas de envolvimento com os seus clientes são um aspeto fundamental na gestão da qualidade, visando, por um lado, compreender melhor as perceções do cliente em relação aos serviços e produtos e, por outro lado, adotar medidas de melhoria do negócio, para satisfazer todas as suas necessidades e expectativas.

Comprometida com a melhoria contínua, e com vista à uniformização de metodologias e critérios, a Corticeira Amorim tem vindo a trabalhar na implementação de um programa para avaliação global da satisfação dos seus clientes, através da aplicação de um questionário e procedimentos comuns a todas as UN do Grupo. Atualmente, as empresas de maior dimensão têm já implementados projetos de envolvimento com clientes. Um exemplo é a Amorim Cork Flooring, que tem um modelo misto de B2B e business to consumer (B2C) e realiza inquéritos de satisfação a clientes de dois em dois anos, tendo realizado o último em 2020.

Envolvimento com clientes: a Amorim Cork Flooring realiza inquéritos de satisfação a clientes de dois em dois anos, tendo realizado o último em 2020. Foram contactados 251 clientes, em diversas geografias, obtendo-se uma taxa de resposta de 45%, correspondendo a 112 questionários considerados válidos (84 por telefone e 28 por e-mail). Globalmente, concluiu-se que os clientes da Amorim Cork Flooring avaliam positivamente o desempenho da Empresa, obtendo uma pontuação total de 4 numa escala de 1 a 5, o que se traduz em 80%.

Garantias

De forma a assegurar que as operações e os produtos da Corticeira Amorim cumprem todas as garantias de qualidade, segurança e higiene a Corticeira Amorim dispõe de um conjunto de certificações externas que atestam o cumprimento dos requisitos específicos de diferentes setores e mercados. Entre estas, que podem ser consultadas com maior detalhe no subcapítulo 7 do Relatório de Gestão, inclui-se a certificação ISO 9001, presente em 56% das UI da Corticeira Amorim e as certificações de segurança alimentar, que abrangem 55% das UI da UN Rolhas. Além disso, os produtos da Corticeira Amorim são submetidos a testes e auditorias voluntárias e obrigatórias que garantem a manutenção de padrões elevados de qualidade e segurança. Os processos de produção e as características dos produtos são comunicados de forma clara a todos os *stakeholders*. Adicionalmente, assume-se o compromisso de gerir a informação com o objetivo de assegurar a proteção da respetiva integridade e da confidencialidade dos assuntos dos clientes, comprometendo-se a não divulgar as informações pessoais sem o seu consentimento prévio, salvo nos casos de obrigação legal ou no cumprimento de resoluções legais ou administrativas.

5 – PILAR SOCIAL

A atividade da Corticeira Amorim tem impacto na sociedade – é assim desde a sua fundação. É um motivo de orgulho trabalhar com uma matéria-prima extraordinária como a cortiça, que, além de ser natural e versátil, promove um património cultural, ambiental e social ímpar na bacia do Mediterrâneo. Mas são os colaboradores/as, de todos os continentes, e a sua determinação para fazer sempre mais, superando desafios, influenciando pelo exemplo e promovendo o bem-estar das comunidades que lhes são mais próximas, que suportam a estratégia de crescimento sustentável da Corticeira Amorim.

A Corticeira Amorim tem formalizada e implementada uma política de recursos humanos, disponível em <https://www.amorim.com/pt/investidores/governo-societario/estatutos-regulamentos-e-politicas/>, orientada para a promoção de um ambiente de trabalho seguro e estimulante, empenhando-se na formação e desenvolvimento profissional das pessoas e das equipas, incentivando a inovação e o desenvolvimento, promovendo a inclusão e a diversidade de género, idade, culturas, crenças e nacionalidades.

A gestão de colaboradores/as da Corticeira Amorim tem como base os seguintes eixos de orientação:

- Adotar e assumir o princípio da liberdade de associação;
- Promover um ambiente de trabalho físico, social e psicológico seguro e saudável, procurando continuamente evoluir através da adoção das melhores técnicas e práticas neste domínio;
- Fomentar a implementação dos princípios e a adoção dos comportamentos evocados no Código de Ética Empresarial e Conduta Profissional;
- Implementar práticas de gestão de pessoas no âmbito do recrutamento e do desenvolvimento de competências que promovem a não discriminação de qualquer natureza e a igualdade de oportunidades, construindo contextos de trabalho onde a pluralidade e a diferença sejam um fator de melhoria e inovação contínuas;
- Adotar práticas de liderança pelo exemplo, que valorizam a aprendizagem e a evolução, e práticas de reconhecimento e de compensação baseadas no mérito e isentas de juízos de natureza discriminatória.

Do universo de colaboradores/as representado neste relato, mais de 96% pertencem a empresas de base industrial. Os indicadores divulgados neste capítulo são, por isso, influenciados pela predominância de atividades de gestão operacional, devendo ser relativizados a esta expressão.

5.1. DESENVOLVIMENTO

Objetivo	Principais metas	Target 2021-2024
• Promover desenvolvimento pessoal e profissional para todos.	• Assegurar a formação para 100% dos trabalhadores/as; • Garantir a igualdade de acesso a oportunidades; • Acabar com todas as formas de discriminação, nomeadamente atingir um terço da população trabalhadora do género feminino e garantir que um terço dos cargos de chefia são ocupados por mulheres.	• 95% dos trabalhadores/as com acesso a formação em 2024; • 25% das mulheres em cargos de chefia em 2024.

5.1.1. DEMOGRAFIA DO EMPREGO

		2019	2020	2021
Total de trabalhadores/as*	GRI 102-8	4424	4357	4642
Portugal*	GRI 102-8	3164	3138	3318
Resto do mundo*	GRI 102-8	1260	1219	1324
Trabalhadores/as permanentes (%)	GRI 102-8	80%	79%	78%
Taxa de novas contratações (%)	GRI 401-1	15%	9%	12%
Taxa de rotatividade (%)	GRI 401-1	11%	12%	10%
Taxa de absentismo (%)	GRI 403-9	4,3%	5,0%	5,8%

* Perímetro total

Em 31 de dezembro de 2021, a totalidade das entidades incluídas nas demonstrações financeiras consolidadas da Corticeira Amorim contavam com 4642 trabalhadores/as, verificando-se um aumento de 7% face ao ano anterior, não tendo havido alteração considerável da percentagem da população trabalhadora em Portugal (71%). Em termos etários, a idade média era de 42 anos.

O compromisso de gerir pessoas com políticas que privilegiem a estabilidade e o compromisso de médio e longo prazo reflete-se no vínculo laboral estabelecido: 78% através de contratos de trabalho efetivo permanente.

A taxa de novas contratações fixou-se nos 12% e, à semelhança de outros anos, foi superior nos colaboradores/as de género masculino e na faixa etária abaixo dos 30 anos. A taxa de rotatividade desceu para 10% e foi maior nas faixas etárias abaixo dos 30 anos, sobretudo no género feminino.

O absentismo tem registado uma subida nos últimos anos, e o ano de 2021 não foi exceção. Tal como no ano anterior, no essencial, o aumento no ano de reporte explica-se pela situação da pandemia. O absentismo é um domínio de intervenção prioritária, com impactos bastante significativos e no qual a Corticeira Amorim pretende agir para melhorar nos próximos anos.

5.1.2. RESPEITO PELA LIBERDADE DE ASSOCIAÇÃO

		2019	2020	2021
Contratos coletivos de trabalho (%)	GRI 102-8	95%	94%	94%
Associativismo (%)	GRI 102-8	19%	18%	17%

Os contratos coletivos de trabalho abrangem 94% dos colaboradores/as e integram a regulamentação das condições de trabalho de colaboradores/as, que incluem, entre outros aspetos, horários, remunerações e acesso a formação.

Em função da dimensão, os colaboradores/as das empresas do Grupo elegem estruturas de representação de trabalhadores/as (comissões de trabalhadores/as e comissões sindicais), mandatadas pelos mesmos para os representarem. Existem, em cada empresa, delegados ou comissões sindicais ou comissões de trabalhadores/as (cada um destes órgãos com poderes e mandatos específicos). As direções de Recursos Humanos e Administrações das UN reúnem, em média, duas vezes por ano com estas estruturas para dialogar sobre os resultados da Empresa sobre temas gerais e transversais referentes à gestão da Empresa e dos seus colaboradores/as, nomeadamente reestruturações, alterações de horários, variação de atividade e assuntos conjunturais.

5.1.3. RELAÇÕES LABORAIS E CLIMA SOCIAL

Os programas de diagnóstico/promoção do vínculo e compromisso dos colaboradores/as para com a Empresa são ferramentas importantes para avaliar a experiência e desenvolver políticas para atrair, reter e desenvolver as competências dos colaboradores/as e identificar áreas de melhoria. Os diagnósticos de clima são uma prática regular das empresas da Corticeira Amorim e, normalmente, são realizados de dois em dois anos. Foi acordado que, a partir de 2022, as empresas iriam realizar em simultâneo os seus diagnósticos. Nestes inquéritos, todos os colaboradores/as são convidados/as a responder e são usados questionários anónimos em todas as UN. Os dados compilados (relativos à perceção dos colaboradores/as sobre comunicação, trabalho em equipa, liderança, práticas salariais, relações com colegas e chefias, diversidade e inclusão, avaliação do desempenho e evolução profissional, entre outros) permitem analisar matérias e temas suscetíveis de melhoria, possibilitando análises quer em termos globais, quer por intervalo de idades, género e categoria profissional, competindo a cada UN definir planos de ação específicos para evolução.

Programa de desenvolvimento do clima social: em 2021, destacam-se os estudos de clima organizacional promovidos pela UN Revestimentos e UN Matérias-Primas que envolveram um total de 855 colaboradores/as. A recolha dos questionários decorreu entre os meses de fevereiro e junho e obteve-se uma taxa de resposta acima dos 60% e um índice de satisfação dos colaboradores/as acima de 71%. Em relação às dimensões avaliadas, verifica-se que as classificações médias mais elevadas foram atribuídas à dedicação e empenho, à contribuição do trabalho diário para os objetivos globais, ao orgulho em pertencer à Empresa, às regalias e benefícios concedidos e à vontade de permanecer ligado à Organização. Alguns dos indicadores com avaliações mais reduzidas foram a participação na tomada de decisões; reconhecimento do trabalho, dedicação e esforço; obtenção regular de informação sobre o desempenho e o nível de remuneração justo e a satisfação com atividades desportivas, culturais e de convívio organizadas pela Empresa. Com base nos aspetos a melhorar, foi elaborado um plano de ações a implementar em várias áreas.

5.1.4. GESTÃO DA CARREIRA E PROMOÇÃO DA EMPREGABILIDADE

A Corticeira Amorim dispõe de vários programas e estratégias para o desenvolvimento de carreira e promoção da empregabilidade dos seus colaboradores/as.

Esta prioridade está patente nos recrutamentos de recém-formados, com vários programas de estágios e acordos de cooperação com universidades. Um destes programas (com a duração média de dois anos) prevê a rotação de jovens graduados em gestão pelas diferentes estruturas das empresas com o objetivo principal de promover a mobilidade e a rotação de funções no futuro.

Com objetivo semelhantes, mas destinados a todos os colaboradores/as, existe o programa Mobilidade+, um programa de mobilidade interna que, através da disponibilização de vagas de emprego interno, pretende contribuir para uma gestão de pessoas integrada, promovendo novos desafios e oportunidades de desenvolvimento de carreira.

Os investimentos na evolução tecnológica têm ditado necessidades de reconversão de profissionais nestas áreas e os programas que visam a requalificação e a valorização de competências nas áreas de manutenção e de suporte às operações industriais têm sido fundamentais para conseguir uma realocação de pessoas nestas áreas.

Em 2021 foi ainda desenvolvido um conjunto de iniciativas mais específicas, como o início dos programas de desenvolvimento de líderes na Amorim Cork Flooring e na Amorim Cork Composites e o programa Pensar Cliente na Amorim Cork, Amorim Champcork e Amorim Top Series. Destaque ainda para a realização da quinta edição do Knowledge For Growth (uma parceria da Corticeira Amorim com a Católica Porto Business School) que visa o desenvolvimento de competências de gestão de quadros do Grupo. Mantiveram-se os programas de *coaching* e mentoring nas diferentes empresas em Portugal, bem como os programas de jovens talentos, o Cork Potential na Amorim Cork Composites e o Cork Talent na Amorim Cork, Amorim Champcork e Amorim Top Series. De referir também que a Corticeira Amorim dispõe de um plano de sucessão estruturado, com pessoas identificadas para todos os postos-chave e para as posições de chefia de nível médio e superior, que inclui a definição de objetivos e ações de desenvolvimento profissional de curto e de médio prazo para estes quadros.

Programas de desenvolvimento de líderes: a Corticeira Amorim dispõe de programas de liderança que pretendem potenciar a qualidade da liderança e o seu impacto direto nos resultados e na *performance* da Organização. Concebidos para desenvolver, numa perspetiva de melhoria contínua, os princípios transversais da liderança, respeitando sempre a individualidade de cada um e os vários estilos de liderança, atendendo aos diferentes níveis organizacionais e aos diversos âmbitos funcionais, preparando os líderes para o futuro tendo em conta as múltiplas realidades internas, incluindo a gestão remota de equipas, a multiculturalidade e a diversidade geracional. De entre os objetivos, destaque para:

- Criar uma cultura de liderança nas empresas da Corticeira Amorim;
- Identificar os princípios de liderança que devem orientar o modo de atuar dos líderes da Organização;
- Clarificar e assegurar que cada uma das chefias conhece o que é esperado de si e integra na sua prática diária os comportamentos de líder;
- Transferir conhecimento e práticas de liderança para que os líderes sejam cada vez mais autónomos e eficientes no seu papel.

Em 2021, sublinha-se o lançamento do programa ACC LeadUp, na UN Aglomerados Compósitos, que arrancou com nove líderes. O programa prevê uma avaliação inicial individual, feedback e definição de plano de desenvolvimento pessoal, formação em sala (64 horas) e coaching individual ao longo do processo para suportar a concretização do plano.

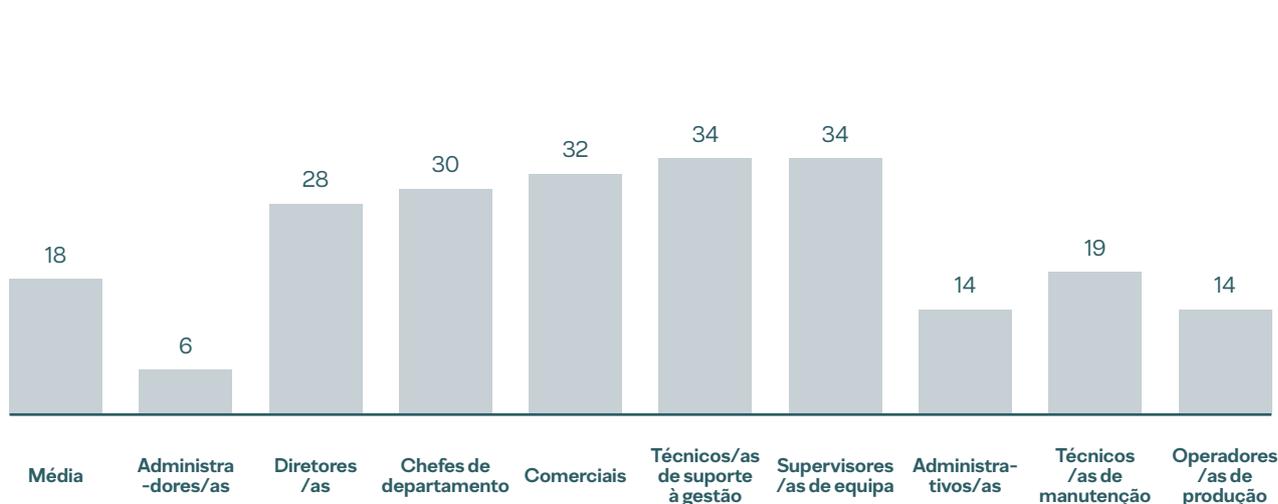
5.1.5. DESENVOLVIMENTO DE COMPETÊNCIAS E FORMAÇÃO

		2020	2021
Número total de horas de formação	GRI 404-1	56 870	67 094
Percentagem de trabalhadores/as que recebem formação	GRI 404-1	74%	79%

A Corticeira Amorim procura facultar a todos os seus trabalhadores/as o acesso a formação relevante e de qualidade, promovendo oportunidades de aprendizagem e o aperfeiçoamento de aptidões, não só técnicas como também de gestão e comportamentais. No ano de 2021, registou-se um total de 67094 horas de formação, que corresponde a uma média global de 18 horas de formação por trabalhador/a. As categorias profissionais com maior número médio de horas de formação foram as dos técnicos de suporte à gestão, supervisores de equipa, comerciais e chefes de departamento. Apesar da forte atividade de produção, que resultou numa ocupação suplementar de algumas áreas que tradicionalmente investem na formação, mantiveram-se os níveis de formação dos últimos anos. A acrescentar ainda o impacto da pandemia de COVID-19, que impossibilitou a realização de uma grande parte das sessões de formação presenciais. Embora em alguns casos tenha sido possível substituir por ações de formação à distância, nem todos os temas e conteúdos permitiram essa abordagem e, por isso, algumas ações previstas não foram realizadas.

Em 2021, 79% dos trabalhadores/as da Corticeira Amorim tiveram acesso a formação. É intenção da Empresa garantir que 95% do seu efetivo aceda anualmente a formação, até final de 2024 e 100% até 2030. Para isso, estão a ser projetadas diferentes abordagens e programas, incluindo em formato *e-learning* e misto (*e-learning* e presencial) que abrangerão diferentes populações em diferentes áreas da Empresa. A Corticeira Amorim acredita que estas iniciativas permitirão o acesso generalizado a conteúdos relevantes para o desenvolvimento profissional e pessoal dos trabalhadores/as.

Média de horas de formação por categoria profissional



Escola técnica de operadores na Amorim Cork: consciente da importância de capacitar as pessoas para desempenhar as funções em conformidade com os processos, instruções, práticas adotadas e em máxima segurança no posto de trabalho, a Amorim Cork desenvolveu este programa que representa um investimento na formação que começa mesmo antes da admissão dos seus colaboradores/as. O objetivo é assegurar o treino e certificação de formação base de operadores para uma qualificação posterior nos postos de trabalho, em operações de produção nas unidades industriais. O curso tem duração de três semanas e é composto por módulos teórico-práticos (40 horas) e por formação no posto de trabalho nas várias UI (80 horas), com vista à obtenção de perfis com maior polivalência. Em 2021, realizaram-se três edições, envolvendo 30 formandos/as e que representam 3600 horas de formação. Relativamente ao aproveitamento, 100% obtiveram uma certificação base para operador/a da Amorim Cork e 95% dos participantes foram admitidos na Empresa.

5.1.6. GESTÃO POR OBJETIVOS E AVALIAÇÃO DO DESEMPENHO INDIVIDUAL

		2020	2021
Trabalhadores/as com análises de desempenho e de desenvolvimento de carreira (%)	GRI 404-1	47%	55%

A Empresa tem um sistema de gestão de desempenho há vários anos. Combina a gestão por objetivos com a avaliação do desempenho (ao nível de cada UN, ao nível das áreas funcionais e ao nível individual), com o desenvolvimento de competências e com um sistema de incentivos. Atualmente abrange 55% dos trabalhadores/as.

Gradualmente, mas de uma forma sustentada, o sistema de gestão por objetivos tem-se vindo a alargar a segmentos populacionais distintos. A preocupação é garantir que é executada de uma forma fiável e alicerçada em sistemas de informação adequados.

Também a avaliação de desempenho, orientada para a concretização de objetivos e desenvolvimento de competências, tem vindo a abranger mais segmentos da população.

5.1.7. DIVERSIDADE, INCLUSÃO E NÃO DISCRIMINAÇÃO

		2019	2020	2021
Mulheres trabalhadoras (%)	GRI 405-1	25%	24%	25%
Mulheres no Conselho de Administração da Corticeira Amorim, S.G.P.S., S.A. (%)	GRI 405-1	33,3%	33,3%	40%
Mulheres em cargos de chefia (%)	GRI 405-1	20%	22%	25%
Rácio da remuneração entre mulheres e homens	GRI 405-2	0,79	0,86	0,88

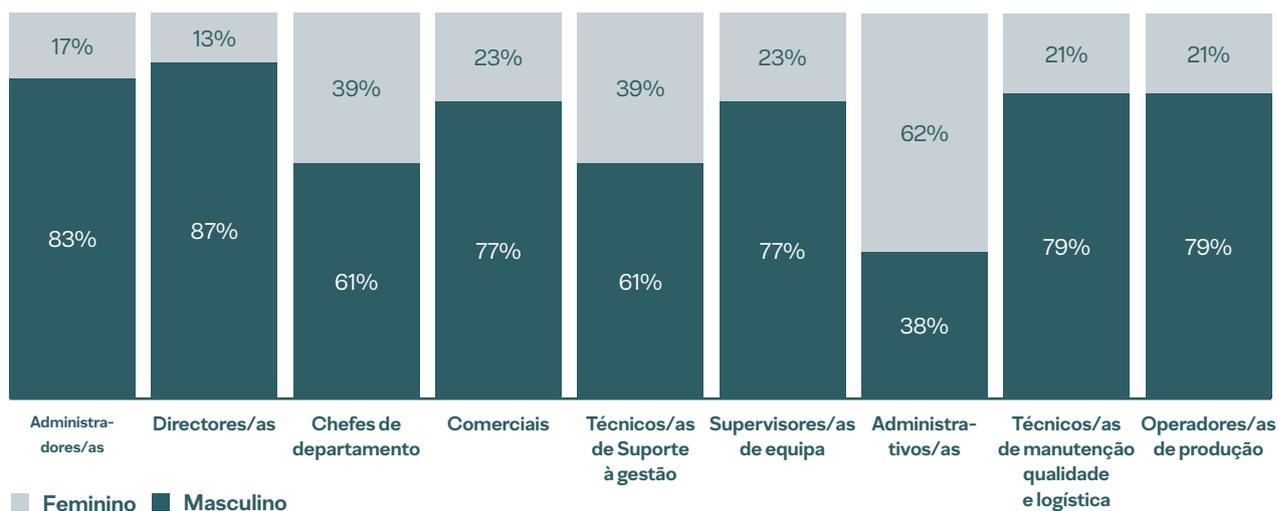
Em 2021 não se verificou uma variação considerável de género, mantendo-se a sub-representação do género feminino: 25% do total. A diferença na distribuição por género reflete-se sobretudo na categoria de administradores/as, diretores/as e operadores/as de produção, onde há maior prevalência do género masculino. A maior percentagem de mulheres face ao total da categoria verifica-se na área administrativa. Apesar, de a proporção de mulheres em cargos de chefia ainda ser diminuta em alguns Grupos funcionais, tem-se vindo a registar um aumento gradual, aproximando-se, na generalidade, à sua representatividade na população de colaboradores/as. O *gap* no salário fixo entre colaboradoras e colaboradores, no geral, observa uma evolução positiva. O mesmo se aplica ao rácio da remuneração (todas as componentes salariais) entre mulheres e homens.

Durante o exercício, foram reiterados e reforçados os compromissos em matéria de igualdade, diversidade e promoção de medidas contra o assédio, com o aperfeiçoamento e divulgação alargada de um procedimento específico para a denúncia de incumprimentos, formalizando o papel da Comissão de Auditoria nesses processos. De igual modo, a formalização de políticas da Corticeira Amorim, concretamente a política de direitos humanos e política de recursos humanos, robustece o compromisso da Empresa com princípios e práticas promotoras da não discriminação e da criação de ambientes de trabalho inclusivos, equilibrados e equitativos.

Foi ainda renovado, pelo terceiro ano consecutivo, o plano de igualdade de género, aplicado às empresas em Portugal, com novas metas, mais exigentes, nomeadamente a de atingir zero discriminação em 2030 - objetivo de um terço de mulheres no universo de trabalhadoras e igual percentagem em cargos de chefia. A informação detalhada sobre a abordagem, ações, metas e desempenho está disponível em: (<https://www.amorim.com/xms/files/Investidores/Comunicados/20211223CorticeiraAmorim-PlanoIgualdade2022PT.pdf>). O plano para a Igualdade de Género da Corticeira Amorim tem os seguintes eixos de intervenção:

- Compromisso interno e externo da Organização para as questões de equilíbrio de género, definição de objetivos e metas e assegurar a sua monitorização;
- Sensibilizar, envolver e formar a todos os trabalhadores/as para a temática da igualdade de género nas empresas, no sentido da evolução das práticas nesta matéria;
- Aumentar o número de mulheres em cargos de chefia;
- Aumentar o número de mulheres no universo de trabalhadores/as da Empresa.

Trabalhadores/as por género e categoria profissional



No que concerne especificamente à Corticeira Amorim, S.G.P.S., S.A., preconiza-se uma política de diversidade na composição dos seus órgãos sociais, em particular do Conselho de Administração e da Comissão de Auditoria, como forma de:

- Promover a diversidade na composição do respetivo órgão;
- Potenciar o desempenho de cada membro e, no conjunto, de cada órgão;
- Estimular análises abrangentes, equilibradas e inovadoras; e, conseqüentemente, permitir processos de decisão e de controlo fundamentados e ágeis;
- Contribuir para o incremento da inovação e autorrenovação da Sociedade, para o seu desenvolvimento sustentável e criação de valor para os acionistas e demais *stakeholders* no longo prazo.

Na alteração do modelo de governo societário e conseqüente eleição dos órgãos sociais em 23 de abril de 2021, a Assembleia Geral de Acionistas elegeu um Conselho de Administração com uma composição de 40% de mulheres e de 60% de homens, que integra uma Comissão de Auditoria com quatro elementos e composição paritária no que se refere ao género: duas mulheres e dois homens. Também a Comissão Executiva integra quatro membros elementos – uma mulher e três homens – quando anteriormente era constituída por três elementos do género masculino.

Projeto igualdade no acesso ao emprego: o objetivo global de aumentar o número de mulheres em cargos de chefia (25% em 2024) está expresso, nomeadamente, nas ações de recrutamento, tendo sido recomendado a todas as direções de recursos humanos em Portugal que, em qualquer lista final de recrutamento estivesse sempre garantida a presença de um elemento do género sub-representado nesse Grupo funcional. Decorreram também ações de formação internas para as direções de recursos humanos e técnicos/as de recrutamento sobre vieses inconscientes no recrutamento.

Projeto igualdade nas condições de trabalho: inclui o desenvolvimento de um conjunto de procedimentos, de forma a recolher informação e aplicação de eventuais medidas de correção. Assim, para além de se manter o acompanhamento regular dos indicadores rácio do salário entre mulheres e homens por categoria profissional e rácio das remunerações entre mulheres e homens por categoria profissional, está previsto a realização de um estudo, mais específico, de análise de funções e de comparação de salários. Prevê-se ainda introduzir nos inquéritos do clima questões sobre a satisfação em relação aos aspetos da igualdade e sugestões de ações a realizar nestes âmbitos.

5.2. SEGURANÇA, SAÚDE E BEM-ESTAR.

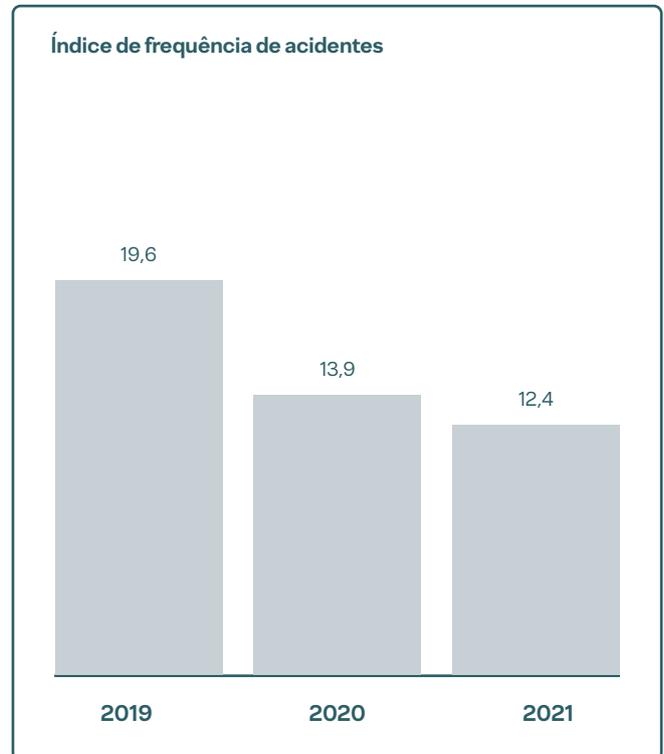
Objetivo	Principais metas	Target 2021-2024
<ul style="list-style-type: none"> Assegurar a segurança, a saúde e o bem-estar físico e psicológico dos trabalhadores/as, promovendo ambientes de trabalho adequados. 	<ul style="list-style-type: none"> Promover ambientes de trabalho seguros e protegidos para todos os trabalhadores/as; Facultar o acesso a serviços de saúde essenciais de qualidade; Reduzir o número de acidentes de trabalho e atingir zero acidentes. 	<ul style="list-style-type: none"> Zero acidentes de trabalho em 2024.

A Corticeira Amorim assume que as condições de trabalho são um dos fatores fundamentais para o sucesso de uma organização. A Corticeira Amorim promove e fomenta uma cultura de segurança entre todos os seus trabalhadores/as, garantindo um ambiente de trabalho que preserva a integridade física e psicológica, incentivando ainda um estilo de vida saudável e sustentável. No âmbito da saúde e segurança no trabalho (SST), a Corticeira Amorim definiu os seguintes objetivos para todas as suas empresas:

- Garantir condições de higiene e segurança no local de trabalho, verificando regularmente a conformidade das suas instalações com as normas vigentes, de acordo com os riscos específicos associados;
- Garantir condições de higiene e segurança no local de trabalho, verificando regularmente a conformidade das suas instalações com as normas vigentes, de acordo com os riscos específicos associados;
- Certificar-se de que as suas atividades não prejudicam a saúde e a segurança dos seus colaboradores/as e dos seus subcontratados/as, dos intervenientes na operação, das populações vizinhas e dos utilizadores dos seus produtos;
- Assegurar um ambiente de trabalho seguro e saudável para os colaboradores/as, subcontratados/as e intervenientes na operação, adotando todas as medidas adequadas à prevenção de riscos e acidentes laborais e garantindo o acesso a água potável e instalações limpas, incluindo as sanitárias;
- Cumprir e respeitar as regulamentações sobre prevenção de riscos laborais e fornecer os meios necessários para que os colaboradores/as realizem suas atividades profissionais com as devidas medidas de segurança e higiene, por forma a salvaguardar a vida, a saúde e a integridade física e psicológica dos colaboradores/as;
- Ter uma abordagem preventiva da segurança e saúde dos seus colaboradores/as, facultando-lhes formação regular sobre segurança e saúde no trabalho;
- Dar prioridade à segurança, à saúde e ao bem-estar dos colaboradores/as, assegurando o desenvolvimento de adequados sistemas de gestão da saúde e segurança ocupacional, através de técnicos qualificados nessas áreas e nas questões ambientais.

5.2.1. SEGURANÇA E SAÚDE

		2019	2020	2021
Número de acidentes de trabalho	GRI 403-9	119	82	76
Portugal	GRI 403-9	89	60	54
Resto do mundo	GRI 403-9	30	22	22
Índice de frequência	GRI 403-9	19,6	13,9	12,4
Índice de gravidade	GRI 403-9	494	551	554



A Corticeira Amorim promove o cumprimento de todos os requisitos, normas e procedimentos legais na área de SST, em todos os países onde desenvolve operações, através da aplicação de boas práticas, nomeadamente:

- Exames de medicina do trabalho regulamentares de admissão e periódicos;
- Disponibilização de equipamentos de proteção individual;
- Formação aos colaboradores/as e prestadores de serviço no âmbito da higiene e segurança adaptada às características específicas de cada posto de trabalho;
- Comissões de higiene e segurança, com participação de colaboradores/as e/ou seus representantes;
- Procedimentos específicos para manusear substâncias perigosas;
- Auditorias internas e externas.

A Corticeira Amorim assumiu o compromisso de atingir zero acidentes no ciclo de quatro anos (2021-2024). Durante o ano 2021, registou-se uma diminuição global de 11% na frequência de acidentes, sendo que o número de dias perdidos (índice de gravidade de acidentes de trabalho) permaneceu praticamente inalterado. Considera-se estes resultados bastante positivos, só possíveis pela execução dos planos de ação traçados em cada uma das UN nos últimos anos. Estes planos englobam ações de índole diversa desde investimentos em tecnologia, a alteração de equipamentos e de condições de trabalho, passando ainda por ações de sensibilização e formação que visam conduzir uma verdadeira transformação cultural nos comportamentos e nas atitudes face à segurança no trabalho.

A realização de um fórum de segurança no trabalho tem permitido manter a prioridade deste tema, bem como uma partilha e debate constantes de melhores práticas neste domínio. Num ano em que a preocupação fundamental foi a de criar um ambiente protegido relativamente a contágios por COVID-19, a atividade de saúde e segurança concentrou-se em garantir espaços de trabalho higienizados e desinfetados, respeitando distanciamentos físicos e normas de conduta adequadas. As situações laborais ligadas à COVID-19 vieram acentuar as questões de saúde e bem-estar relacionadas quer aos aspetos físicos, quer aos aspetos de saúde mental. Nesse âmbito, a Amorim Cork Composites realizou o primeiro diagnóstico de riscos psicossociais no Grupo. Outras empresas seguirão. Destaque também para as rotinas de ginástica laboral desenvolvidas na quase totalidade das UI, como forma de prevenção das lesões provocadas por esforços repetitivos.

O investimento nesta área passou também pela sensibilização e formação dos colaboradores/as, desde pequenas iniciativas focadas na sua consciencialização e formação técnica de suporte às competências até programas de atividade física e ginástica laboral, estes últimos muito vocacionados para a promoção da saúde ocupacional. De realçar ainda as iniciativas relacionadas com os rastreios de saúde habituais (doenças cardiovasculares, oftalmológicas) e campanhas de vacinação (gripe) levadas a cabo pelas áreas de saúde das empresas.

A certificação externa dos sistemas de gestão afigura-se cada vez mais como prioridade. A certificação segundo normas internacionais de segurança e higiene no trabalho / responsabilidade social, como a ISO 45001 e SA 8000, abrangem atualmente cerca de 67% dos colaboradores/as e 44% das UI.

Fórum segurança no trabalho: com uma periodicidade de quatro vezes por ano, é realizado com a presença de representantes de Saúde e Segurança, dos Diretores de Recursos Humanos, dos Diretores Gerais de todas as UN e impulsionado pelo Presidente da Corticeira Amorim. Trata-se de uma dinâmica que tem permitido manter este tema como prioritário, proporcionando uma partilha e debate constantes sobre as melhores práticas neste domínio, potenciando uma progressão muito significativa e adoção transversal de um conjunto de práticas.

Projeto de ginástica laboral: constata-se que um grande número de acidentes de trabalho registados nas empresas são do foro músculo-esquelético. Com os objetivos de prevenir lesões ligadas ao trabalho, melhorar a postura corporal, reduzir o absentismo, melhorar o clima organizacional, melhorar a atenção-concentração, promover atividade física e um estilo de vida saudável, traçou-se um plano de ação que envolveu a reestruturação de layout e dos processos, bem como da promoção da ginástica laboral. O projeto inicia-se com uma análise focada nas questões ergonómicas dos postos de trabalho e a condição física individual de cada trabalhador/a. Segue-se uma formação inicial aos facilitadores/as internos com foco nos temas das lesões músculo-esqueléticas ligadas ao trabalho (LMELT) mais comuns, comportamentos posturais de risco, enquadramento preventivo de exercício no local de trabalho, ferramentas para orientação de sessões de ginástica laboral, exercícios e seus fundamentos, estratégias de ensino e formação sobre o plano de exercícios. Inclui ainda a elaboração de propostas de melhoria tanto a nível ergonómico do posto de trabalho como na normalização de tarefas, treino postural individual para a elaboração das tarefas de trabalho com menor risco de lesão músculo-esquelética, implementação de programas de atividade física e ainda programas de recuperação ativa que visam o tratamento de patologias específicas, em Grupo. Em 2021, foram envolvidos nestes programas trabalhadores/as pertencentes às UN Matérias-Primas e Aglomerados Compósitos. Assim, os turnos iniciam (duas vezes ao dia) com uma reunião diária Kaizen seguida por uma atividade física de curta duração (5-10 minutos), orientada pelo responsável do setor. Tendo em conta os resultados positivos, também a UN Rolhas tem o intuito de implementar um projeto análogo.

Programa piloto de fisioterapia interna: no sentido de diminuir o grau de dor, prevenir doenças profissionais e reduzir o absentismo da Amorim Cork Composites, foi realizado um projeto com sessões de fisioterapia, com avaliação inicial aos respetivos participantes e uma avaliação pós intervenção, para comparação de resultados. As sessões ocorrem com uma periodicidade definida pela fisioterapeuta para cada trabalhador/a, tendo em conta as características da dor/estádio da doença, sendo realizada uma avaliação informal de follow-up em cada uma das sessões para monitorização da evolução. Até ao momento, foram envolvidos 35 trabalhadores/as. No que diz respeito aos resultados alcançados, os participantes apresentam menor grau de dor comparativamente ao início do projeto e o ano de 2021, comparativamente a 2020, apresentou valores mais baixos para absentismo por doença profissional.

5.2.2. BEM-ESTAR

Os colaboradores/as da Corticeira Amorim beneficiam de vários serviços, nomeadamente na aquisição de produtos e de serviços (próprios e resultantes de parcerias e protocolos), prémios salariais e apoios que fomentam a conciliação entre a vida pessoal e familiar e o trabalho, nomeadamente:

- Benefícios em serviços de saúde: em todas as empresas em Portugal é disponibilizado um seguro de internamento hospitalar; nas unidades maiores (ou sedes), são organizadas consultas de medicina curativa duas vezes por semana; existem protocolos com laboratórios de análises clínicas que realizam recolhas nas empresas e com farmácias que aceitam encomendas e entregam medicamentos nas instalações; regulamente, são realizados rastreios diversos (oftalmológicos, hipertensão, hábitos saudáveis) com vista à promoção da saúde; anualmente, realiza-se uma campanha de vacinação antigripal;
- Benefícios e iniciativas de reconhecimento e celebração ao longo do ano: oferta de cabazes no Natal e de brinquedos aos filhos dos colaboradores/as, prémios de antiguidade e prémios de reconhecimento diversos;
- Benefícios de apoio à vida quotidiana: acesso às cantinas da Empresa pelos familiares diretos dos colaboradores/as, permitindo ainda que o colaborador/a adquira refeições para levar para casa;
- Proteção da parentalidade: informação sobre legislação sobre a parentalidade, apoio na educação dos colaboradores/as e filhos, oferta de brinquedos aos filhos dos colaboradores/as.

Proteção da parentalidade: com o objetivo de garantir o direito ao gozo das licenças de parentalidade pelos trabalhadores/as, a Empresa criou e mantém atualizado um capítulo na rede interna – Linkepeople – referente à legislação sobre a parentalidade, que prevê, para a mãe, 120 dias e, para o pai, 20 dias úteis pagos a 100%. Adicionalmente, os colaboradores/as beneficiam de vários serviços e apoios com vista a reforçar a atuação da Empresa nestas matérias, nomeadamente:

- Apoio na educação dos colaboradores/as e seus filhos, com a atribuição de subsídio escolar, bolsas de mérito para filhos de colaboradores/as (atualmente a mais de 30 jovens por ano);
- Oferta de brinquedos aos filhos dos colaboradores/as.

5.3. COMUNIDADE/ SOCIEDADE E INOVAÇÃO

Objetivo	Target 2021-2024
<ul style="list-style-type: none">• Alavancar o crescimento económico de forma sustentável e inclusiva, garantindo uma produção eficiente e trabalho digno para todos;• Apoiar e promover a investigação, desenvolvimento e inovação e fomentar soluções sustentáveis.	<ul style="list-style-type: none">• Sustentar o crescimento económico;• Reforçar a parceria global para o desenvolvimento sustentável;• Apoiar atividades produtivas, empreendedorismo, criatividade e inovação;• Fortalecer a investigação científica.

A Corticeira Amorim tem uma política para com a Comunidade/ Sociedade que prevê:

- Agir em total conformidade com a legislação e a regulamentação vigentes nas regiões onde opera, bem como prestar às autoridades toda a colaboração ao seu alcance;
- Fazer parte da cadeia de valor que gera rendimento nos lugares onde está estabelecida, respeitando a cultura e as comunidades locais e fornecendo produtos de elevada qualidade e profundo compromisso com a sustentabilidade económica, social e ambiental;
- Fomentar a ambição de desenvolver, de forma continuada, novas soluções de cortiça que acrescentem valor ao mercado, face a soluções convencionais, e que combinam de forma singular desempenho técnico, fator premium e credenciais de sustentabilidade únicas;
- Minimizar o impacto negativo que as suas atividades, tenham ou possam vir a ter, junto das comunidades onde as desenvolve, mostrando abertura e honestidade, respeitando as culturas e tradições locais, apoiando e promovendo iniciativas de relação com as instituições, as populações e as comunidades locais em geral;
- Retribuir o suporte comunitário, contribuindo para o progresso, desenvolvimento económico e bem-estar das comunidades, estimulando PME e futuros empreendedores locais a obter resultados sustentáveis e, desta forma, impulsionar o empreendedorismo nacional;
- Ser sensível às necessidades das comunidades locais, ouvindo e procurando dar resposta às suas preocupações, de forma inclusiva, e garantindo que, no âmbito das operações da Organização, todos serão ouvidos, no sentido de perceber como se poderá minimizar o impacto negativo que estas possam causar;
- Dinamizar ações de sensibilização ambiental internas e externas.

Programas e iniciativas

A Corticeira Amorim investe uma parte significativa do valor económico gerado nos vários países onde tem operações. As estruturas de gestão dispõem de processos e ferramentas necessárias para reconhecer e gerir os impactos e entender as necessidades e interesses das comunidades, bem como identificar oportunidades de investimento de longo prazo nas comunidades locais. São priorizados programas relacionados com o equilíbrio social, a inovação e empreendedorismo, a cultura e saber, que se acredita fornecerem benefícios positivos de longo prazo.

EQUILIBRIO SOCIAL

INOVAÇÃO/
EMPREENDEDORISMO

CULTURA/SABER

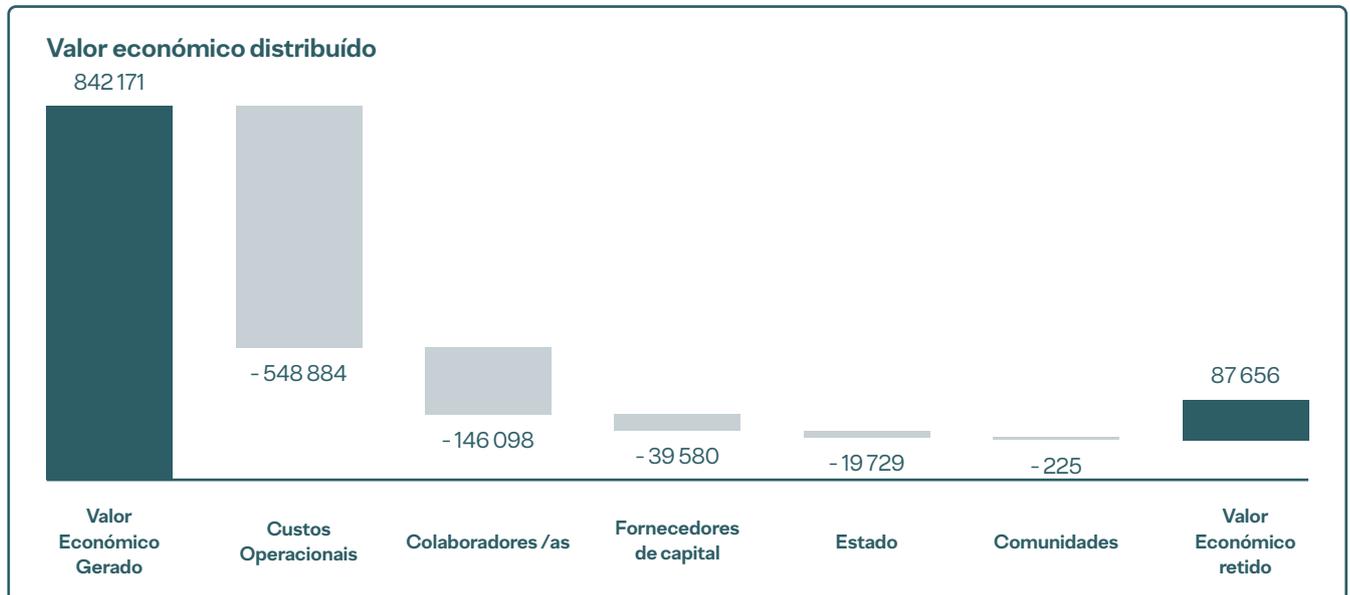
Estudo da EY, divulgado em 2020, calculou os impactos diretos, indiretos e induzidos da actividade da Corticeira Amorim em Portugal, uncluindo os impactos ambientais da sua actividade e os impactos dos serviços dos ecossistemas do montado viabilizados por esta, concluindo que as contribuições totais de valor líquido para a sociedade em geral são superiores a mil milhões de euros por ano (mais de sete vezes superior ao valor direto adicionado).

5.3.1. EQUILÍBRIO SOCIAL

A actividade da Corticeira Amorim gera valor económico para as comunidades onde está presente a nível internacional, nacional, regional e local, de forma direta, indireta e induzida. Os impactos diretos incluem salários pagos aos colaboradores/as, investimentos na comunidade e pagamentos ao governo sob a forma de impostos,

royalties e taxas, que podem ser reinvestidos em programas sociais e económicos que beneficiam as comunidades e regiões onde a Corticeira Amorim opera.

Em 2021, a Corticeira Amorim gerou um valor económico de 842 milhões de euros, tendo distribuído 755 milhões de euros pelos seus *stakeholders*.



Com o objetivo de reforçar o apoio à sua comunidade, a Corticeira Amorim tem vindo a alargar as intervenções habituais de âmbito social, humanitário e socorrista, através da colaboração com instituições de inserção social, de acolhimento de menores em risco e de apoio à terceira idade, corporações de bombeiros, a Liga Portuguesa Contra o Cancro, hospitais, organizações e instituições sociais.

De entre as associações onde o Grupo colabora mais ativamente, estão:

- Fundação Albertina Ferreira de Amorim – com o objetivo de promover a solidariedade e fomentar a valorização humana nas vertentes ética, religiosa, cultural e civilizacional, a fundação também tem uma vertente de apoio social e cultural, propondo-se igualmente impulsionar a investigação científica na área da preparação e tratamento da cortiça, estando mesmo prevista a concessão de prémios neste e noutros domínios. De destacar a contribuição regular para o desenvolvimento de respostas sociais a situações de maior fragilidade nas nossas comunidades locais, apoiando estruturas de acolhimento para idosos; de educação e formação de crianças e jovens, incluindo refugiados; de saúde e bem-estar, como hospitais; e de assistência, como corporações de bombeiros e organizações que respondem a situações de emergência social, incluindo alimentar;
- Associação Bagos D'Ouro – dedica-se a apoiar crianças e jovens carenciados da região do Douro, através do acompanhamento do seu percurso escolar e da criação de oportunidades para o desenvolvimento de projetos de vida de sucesso;
- Fundação Terras de Santa Maria – através dos cursos de licenciatura que disponibiliza, propõe-se criar e reforçar competências suscetíveis de impulsionar o desenvolvimento económico e social do país e, em particular, da região de Entre Douro e Vouga, em que se insere. A Corticeira Amorim é um dos dez fundadores desta instituição;
- Academie Amorim – organização sem fins lucrativos, composta por cientistas que se dedicam à pesquisa enológica, com o objetivo de otimizar a qualidade do vinho e permitir que o seu processo de envelhecimento decorra como esperado. Desde 1992 que esta instituição apoia o trabalho de investigadores nesta temática, premiando anualmente a melhor investigação ou trabalho científico submetido com uma bolsa de estudos, assim contribuindo para aumentar o conhecimento sobre o vinho.

5.3.2. INOVAÇÃO E EMPREENDEDORISMO

	2019	2020	2021
Investimento médio em IDI	8 004	9 792	10 363

milhares de euros

A inovação está no centro da estratégia da Corticeira Amorim, que tem como visão estender o conceito de inovação a todas as UN e melhorar áreas como a diversificação de portefólio, a eficiência e qualidade de processos e a economia circular. Atualmente, o investimento em IDI ronda os 10,4 milhões de euros por ano.

Cada UN possui um núcleo próprio de IDI. Porém, existe uma estrutura de inovação transversal a todo o Grupo, a Amorim Cork Research e a Amorim Cork Ventures (ACV), esta última, uma incubadora de empresas lançada em 2014. A Organização apoia, no presente, o desenvolvimento de duas empresas através da ACV: a Ecochic e a TDCork. A atividade neste domínio fica completa com a alocação parcial dos recursos às *joint ventures* da Amorim Cork Composites (ACC). Tendo a ACC identificado o potencial de crescimento de determinados negócios e o modelo de *joint ventures*

(com sócios especialistas do segmento) como o mais adequado para desenvolver todo o potencial e rentabilidade desses negócios, apresentou-se na ACV um conjunto de valências que importa alocar à gestão das *joint ventures*. O ano de 2021, com o desempenho conseguido por *joint ventures* como a Corkeen Europe ou a Amorim Sports e a constituição de uma nova empresa (Korko – made by nature) dedicada ao negócio de brinquedos com cortiça, veio a confirmar como acertada esta opção da Corticeira Amorim.

Devido ao investimento que realiza em IDI, a Corticeira Amorim dissemina conhecimento e inovação pela sociedade de forma direta (quando a Empresa cede voluntariamente acesso a conhecimento e a certas inovações) ou indireta, através da geração de externalidades positivas decorrentes da sua atividade, que incluem projetos de inovação em parceria com universidades e empresas especializadas, a compra de produtos a produtores locais, a indução da inovação em indústrias de suporte, o desenvolvimento de novas aplicações para a cortiça, a comunicação dos benefícios da cortiça e a disseminação de boas práticas de economia circular.

A promoção do empreendedorismo é outro impacto da atividade da Corticeira Amorim que é gerado por iniciativa direta, através da ACV, e tem um impacto significativo na promoção da inovação no setor, já que esta é a única incubadora de empresas relacionadas com a cortiça através da qual se estimulam e apoiam ideias e negócios inovadores. No mesmo sentido, é incentivada a criação de empresas por parte de antigos trabalhadores/as, o aparecimento de novas utilizações de cortiça e o surgimento de empresas de apoio à indústria da cortiça.

Amorim Cork Ventures: criada em 2014 com o objetivo de apoiar empreendedores com produtos, soluções e aplicações inovadores para o setor da cortiça. O principal propósito é fomentar o lançamento, crescimento e expansão de negócios ligados à cortiça, sobretudo orientados para os mercados externos. Um desafio que inclui o desenvolvimento de novas abordagens, caminhos e fórmulas para a cortiça no seu estado natural ou conjugada com outros materiais. Desde a sua constituição, a ACV analisou mais de 340 projetos de 25 países diferentes e organizou cinco programas de pré-aceleração de startups / empreendedores. Foram apoiados mais de 20 projetos (10 dos quais permanecem ativos) e submetidos oito pedidos de patente e de modelos de utilidade. Atualmente, duas startups permanecem no portefólio de investimentos da Empresa. <https://www.amorimcorkventures.com/>

i.cork factory: construída em 2018, é totalmente dedicada à investigação e desenvolvimento de novos e inovadores produtos que valorizam a cortiça, tendo como principal missão conceber novos materiais, bem como testar e explorar a aplicação de tecnologias ainda não industrializadas no setor. A i.cork factory funciona como um verdadeiro hub de inovação e criatividade para o desenvolvimento de novos produtos e novas fórmulas de fabrico de materiais compósitos com cortiça, desenvolvendo a sua atividade em sintonia com o mercado, procurando criar soluções para responder às necessidades de vários setores de atividade – sempre com a cortiça e processos de economia circular no epicentro do desenvolvimento. Dada a proximidade ao mercado, a fábrica de inovação funciona também como uma plataforma de cooperação e trabalho colaborativo, a partir da qual se desenvolvem sinergias com universidades, centros de investigação e clientes, em busca de soluções de alta performance e, muitas vezes, disruptivas. Além do contributo para a cultura de inovação presente no ADN da Amorim Cork Composites, a i.cork factory desempenha, também, um papel fundamental no alargamento do portefólio de produtos e na formação de técnicos, clientes e distribuidores. <https://amorimcorkcomposites.com/>

5.3.3. CULTURA E SABER

A Corticeira Amorim vem desenvolvendo um amplo plano de ações que põem à disposição da sociedade a cortiça, nas suas mais diversas formas, o *know-how* e a *expertise* técnica da equipa, incentivando ao seu conhecimento e possibilitando o desenvolvimento de projetos educativos, de investigação e artísticos dirigidos aos seus colaboradores/as e famílias, bem como à comunidade mais alargada.

Através de múltiplas iniciativas na área da educação - dos estágios curriculares aos protocolos com instituições académicas, da educação ambiental ao mecenato - o objetivo é criar impacto positivo. Tendo em consideração a situação de pandemia vivida em 2021, algumas das iniciativas foram suspensas ou tiveram de realizar-se em formatos alternativos. Foi o caso da iniciativa Porto Futuro, um projeto educativo da Câmara Municipal do Porto em que a Corticeira Amorim é parceira do Agrupamento de Escolas Leonardo Coimbra, cujas ações previstas para 2021 tiveram de ser canceladas. Também as iniciativas de educação ambiental junto das escolas não se realizaram em 2021.

Por outro lado, a ação de plantação, uma tradição entre voluntários da Corticeira Amorim e a Quercus, que, desde 2011, ao abrigo do programa Green Cork, plantam cerca de 2000 árvores autóctones por ano, regressou em 2021, reunindo mais de 100 voluntários da Corticeira Amorim na Herdade do Monte da Barca, em Coruche, propriedade da Santa Casa da Misericórdia local.

Ao nível cultural, a Corticeira Amorim prossegue a sua ambiciosa estratégia para posicionar a cortiça num patamar de destaque no mundo da arquitetura e do design mundial, promovendo a sua utilização por grandes referências da arquitetura, do design e das artes e a sua apresentação nos maiores palcos da criatividade mundial.

No corrente ano, destaque para as iniciativas abaixo:

- **Pavilhão de Portugal em cortiça na Yangzhou International Horticulture Expo:** mais de 230 m² de cortiça da Amorim Cork Insulation cobriram o pavilhão de Portugal na Exposição Internacional de Horticultura de Yangzhou 2021. Sob o tema: «Live Green, Live Better», o evento tinha como foco a relação das pessoas com a natureza e a importância da preservação do meio ambiente para o crescimento económico sustentável. Além do edifício em cortiça, a instalação nacional contou ainda com um jardim, que celebrava o melhor da criatividade e design portugueses e realçava a economia verde;
- **Pavilhão de Portugal na Bienal de Arquitetura de Veneza usa cortiça Amorim:** a Corticeira Amorim apoiou a representação portuguesa na Bienal de Arquitetura de Veneza. O projeto In Conflict (Em Confronto), proposta do coletivo portuense depA Architects, escolhido para liderar a curadoria do Pavilhão de Portugal (Palazzo Giustinian Lolin, da Fondazione Ugo e Olga Levi) na 17^a edição do certame italiano, contou na sua estrutura com o suporte de cerca de 100 metros lineares de aglomerado técnico de cortiça. A cortiça e a Corticeira Amorim regressaram, assim, à cidade dos canais depois das bem-sucedidas passagens em 2013, 2017 e 2019;
- **Forest for Change – The Global Goals Pavilion da London Design Biennale 2021:** a Corticeira Amorim foi o *material partner* oficial da iniciativa Forest for Change – The Global Goals Pavilion da London Design Biennale

2021. O pavilhão, concebido pela designer britânica Es Devlin OBE e dinamizado pela agência sem fins lucrativos Project Everyone, incluiu um núcleo central totalmente construído em cortiça. Espaço, esse, que acolheu uma instalação interativa onde os visitantes podiam conhecer os ODS. Sobre a escolha da cortiça, referiu Jack Headford, Associate Designer do Es Devlin Studio: «durante o desenvolvimento do projeto, tornou-se óbvio que precisávamos trabalhar com materiais que transmitissem empatia e robustez dentro da floresta. A cortiça parecia a escolha óbvia com os seus tons de madeira e textura suave, juntamente com a sua natureza sustentável inerente, sendo um material renovável e biodegradável. A cortiça proporcionou também uma opção de pavimentação segura e resistente que combina bem com o solo da floresta, permitindo que os visitantes serpenteiem livremente entre as árvores.» A London Design Biennale 2021 reuniu os mais imaginativos curadores, designers e artistas do mundo que procuraram responder através das suas propostas criativas ao tema Resonance (Ressonância);

- **Corticeira Amorim - marca associada da Porto Design Biennale 2021:** a parceria traduziu-se na cedência de material que resulta das práticas de economia circular, uma política implementada na empresa desde a década de sessenta. Promovida pelos municípios do Porto e de Matosinhos, a Porto Design Biennale 2021, sob o tema Alter-Realidades: Desenhar o Presente, incluiu mostras, exposições, conferências, workshops e publicações;
- **Serpentine Summer Pavilion 2020/21 apresentou de novo a cortiça como material de eleição:** fornecida pela Corticeira Amorim, a matéria-prima genuinamente portuguesa voltou, assim, ao lugar de destaque num dos programas de referência da arquitetura mundial. Foram 200 metros quadrados de cortiça que, neste caso, responderam ao desafio do estúdio sul-africano Counterspace de construir uma instalação com o foco na sustentabilidade. Sumayya Vally (2021 TIME100 Next List), a mais jovem arquiteta escolhida para liderar o icónico programa de arquitetura da Serpentine, afirmou: «a cortiça foi escolhida devido à sua capacidade de moldação, maleabilidade e flexibilidade, capaz de recriar diversos espaços no pavilhão. Alinhando-se com o interesse do pavilhão em recuperar e reconfigurar o contexto, tanto local como material.» Nesse pressuposto, e para além da cortiça que prima pelas suas credenciais de sustentabilidade únicas, uma matéria-prima 100% natural, ecológica, renovável, reciclável e reutilizável, na edificação do pavilhão foram utilizados outros materiais verdes, incluindo aço reciclado para os elementos estruturais;
- **Ai Weiwei utiliza a cortiça da Amorim para a criação de obras originais:** a cortiça foi um dos materiais escolhidos pelo artista chinês Ai Weiwei para a criação de obras originais em Portugal. Fornecida pela Corticeira Amorim, a matéria-prima corporizou Brainless Figure in Cork, um autorretrato de caráter escultórico do ativista. A peça, produzida pela Amorim Cork Composites, a partir de aglomerado de cortiça de alta densidade, integrou a exposição Ai Weiwei – Rapture que esteve patente na Cordoaria Nacional, em Lisboa. Sublinhe-se que esta é a segunda vez que Ai Weiwei, um dos mais influentes artistas contemporâneos, trabalha cortiça da Corticeira Amorim. A primeira ocasião aconteceu no âmbito

do Serpentine Summer Pavilion 2012 – um projeto assinado, então, pelos arquitetos suíços Herzog & de Meuron e pelo artista chinês;

- **Bpisbuchet 2021 - workshop Breaking the Waves com direção do coletivo de designers Envisions (Holanda):** sob a orientação dos visionários Emma Wessel e Tijs Gilde, este workshop proporcionou a designers emergentes a exploração da criação de superfícies lúdicas e estruturas disruptivas baseadas na cortiça, nas suas características e propriedades e nas suas capacidades infinitas de recriação e simbiose com outros materiais.

Plantação: há mais de uma década que a Corticeira Amorim, pela altura do dia da Floresta Autóctone, organiza a sua plantação anual. Em 2021 assinalou-se a 10ª edição e somam-se mais de 24500 árvores arvores plantadas exclusivamente por voluntários da Amorim. São cerca de 100 voluntários por ano, de todas as UN, que em parceria com a Quercus, numa ação do projeto Green Cork, participam nesta iniciativa que também pretende sensibilizar para a proteção das florestas e da biodiversidade.

No Poupar Está o Ganho: procurando contribuir para a formação dos mais jovens enquanto futuros consumidores responsáveis, a Corticeira Amorim apoia, há vários anos, o projeto No Poupar Está o Ganho, concebido e dinamizado pela Fundação Dr. António Cupertino de Miranda. O objetivo é promover a literacia financeira em temas como a poupança ou a gestão e importância do dinheiro. O programa, que em 11 anos, já chegou a 40 mil crianças de 40 municípios, decorre ao longo de cada ano letivo e culmina num concurso final anual. Em 2021, foram premiados cerca de 300 alunos de 14 turmas dos distritos de Braga, Porto, Viana do Castelo e Vila Real. Através de vídeo, aplicações ou jogos as turmas provaram ao júri do concurso não só os conhecimentos de educação financeira que adquiriram, mas também a sua criatividade e capacidade de trabalho em Grupo. Ao longo do ano letivo, o projeto chegou a 9000 alunos de 500 turmas. A Corticeira Amorim contribuiu para tornar ainda mais especial a entrega de prémios aos vencedores nacionais, através da oferta de objetos singulares em cortiça aos professores e aos alunos das turmas que alcançaram os primeiros, segundos e terceiros lugares do Ensino Pré-escolar ao Ensino Secundário.

6 – FINANÇAS SUSTENTÁVEIS

A Corticeira Amorim tem procurado integrar os compromissos e a aplicação das melhores práticas ESG no financiamento corporativo. Assim, tem concretizado diversas operações de financiamento verde e *sustainability linked*, contribuindo dessa forma para o desenvolvimento das finanças sustentáveis, isto é, financiamentos destinados a apoiar o crescimento económico, reduzindo simultaneamente as pressões sobre o ambiente e considerando os aspetos sociais e de governação.

6.1. OBRIGAÇÕES VERDES DA CORTICEIRA AMORIM

A Corticeira Amorim concretizou em 3 de dezembro de 2020 a sua primeira emissão de Obrigações Verdes, no montante de 40 milhões de euros, por subscrição particular, sem garantias e pelo prazo de cinco anos, vencendo semestralmente juros à taxa fixa e com reembolso escalonado (25% no final do 4.º ano e 75% na maturidade).

Este empréstimo destina-se a refinar um conjunto diversificado de investimentos verdes realizados em 2017, 2018, 2019 e 1.º semestre de 2020 por oito empresas pertencentes às cinco UN do Grupo Corticeira Amorim, nas seguintes categorias verdes elegíveis:

- Gestão ambientalmente sustentável de recursos naturais vivos e uso da terra;
- Produtos, tecnologias e processos de produção renováveis, baixos em carbono, ecoeficientes e/ou adaptados à economia circular;
- Gestão de resíduos e eficiência da utilização de recursos;
- Energia renovável e conversão de resíduos em energia.

A Sustainalytics (empresa especializada em research, ratings e informação ESG – www.sustainalytics.com) procedeu à revisão dos referidos investimentos e emissão da respetiva Second Party Opinion (SPO), confirmando o seu alinhamento com os Green Bond Principles (versão de junho de 2018) da ICMA – International Capital Markets Association.

A organização, montagem e garantia de subscrição foram asseguradas pelo Banco BPI, SA (www.bancobpi.pt), que assumirá ainda o serviço de agente pagador.

O relatório de alocação e impacto, referente ao ano de 2021, publicado em abril de 2022, teve verificação da informação a cargo da Ernst & Young Audit & Associados, S.R.O.C., S.A..

Mais informação: <https://www.amorim.com/pt/investidores/comunicados/>.

6.1.1. ALOCAÇÃO

Os recursos, no valor total de 40 milhões de euros, foram desembolsados e integralmente alocados uma vez que foram aplicados no refinanciamento de projetos individuais e de um portefólio de projetos enquadrados com as categorias verdes elegíveis apresentadas.

Apenas foram considerados elegíveis os projetos ou investimentos controlados e geridos pela Corticeira Amorim ou pertencentes a subsidiárias controladas pela Corticeira Amorim.

Categoria de Projeto Verde Elegível	Investimento	Objetivo Ambiental	ODS	Uso Do Encaixe
Gestão ambientalmente sustentável de recursos naturais vivos e uso da terra	6 124	Promover a implementação da gestão sustentável das florestas e mobilizar recursos	 	Refinanciar a aquisição, plantação, manutenção e gestão de montados de sobro com recurso a novos modelos de silvicultura baseados em rega à instalação
Produtos, tecnologias e processos de produção renováveis, baixos em carbono, ecoeficientes e/ou adaptados à economia circular	24 254	Reforçar a resiliência e a capacidade de adaptação a riscos relacionados com o clima	   	Refinanciar equipamentos e infraestruturas para aumentar a quantidade e a qualidade da produção de produtos renováveis, de baixo carbono e ecoeficientes, com o objetivo de substituir materiais de base fóssil e outros não renováveis por alternativas de base biológica e refinanciar a investigação, desenvolvimento, equipamentos e infraestruturas para o fabrico de produtos de economia circular
Gestão de resíduos e eficiência da utilização de recursos	6 077	Melhorar a eficiência dos recursos globais, alcançando a gestão sustentável		Refinanciar equipamentos e infraestruturas envolvidos na eficiência de recursos e/ou processos de redução, minimização e reutilização de resíduos nas operações da Corticeira Amorim
Energia renovável e conversão de resíduos em energia	3 462	Aumentar a utilização de energias renováveis		Refinanciar a manutenção e modernização de equipamentos e infraestruturas utilizados para produzir energia a partir de biomassa
Total*	40 000			

milhares de euros
*Inclui comissão bancária

6.1.2. IMPACTO

Com base nas ações já avaliadas, verificadas por uma entidade externa, a Corticeira Amorim calculou o seguinte impacto ambiental, em 2021, para os seus projetos verdes elegíveis nas Obrigações Verdes:

Categoria de Projeto Verde Elegível	Indicador	Impacto
Gestão ambientalmente sustentável de recursos naturais vivos e uso da terra	Novas plantações de montado de sobro intervencionado desde 2018 (ha)	251 ha de montado intervencionado
Produtos, tecnologias e processos de produção renováveis, baixos em carbono, ecoeficientes e/ou adaptados à economia circular	Vendas de produtos, tecnologias e processos de produção renováveis, baixos em carbono, ecoeficientes e/ou adaptados à economia circular	221 331 mil euros de vendas
Gestão de resíduos e eficiência da utilização de recursos	Recuperação de resíduos industriais de cortiça no processo produtivo (t)	8 234 t de cortiça recuperada
Energia renovável e conversão de resíduos em energia	Emissões de GEE evitadas (tCO ₂ eq)	672 tCO ₂ eq de emissões evitadas

6.2. PROGRAMA DE EMISSÕES DE PAPEL COMERCIAL SUSTAINABILITY LINKED

Em 2021, a Corticeira Amorim concretizou o primeiro Programa de Emissões de Papel Comercial *Sustainability Linked* no montante de 20 milhões de euros com maturidade até 2024.

A taxa de juro a ser praticada nas emissões ao abrigo do Programa está dependente da evolução dos dois seguintes indicadores ambientais:

- KPI1 - Consumo de energia proveniente de fontes renováveis controladas;
- KPI2 - Proporção de resíduos (não cortiça) enviados para valorização.

A Sustainalytics emitiu opinião confirmando o alinhamento do Programa de Emissões de Papel Comercial *Sustainability Linked* da Corticeira Amorim com as quatro componentes dos Sustainability Linked Loan Principles (versão 2020) da LMA – Loan Market Association.

O Caixa - Banco de Investimento, S.A. assumiu a organização e montagem do programa e, ainda, as funções de agente pagador e instituição registadora, cabendo à Caixa Geral de Depósitos, S.A. a garantia de subscrição.

6.2.1. IMPACTO

Com base nas ações já avaliadas, a Corticeira Amorim calculou o seguinte impacto nos indicadores associados ao Programa de Emissões de Papel Comercial *Sustainability Linked*:

KPI	Objetivo		Cálculo	Performance 2021
Consumo de energia proveniente de fontes renováveis controladas (G.J) no total do consumo de energia (G.J)	Pretende-se que o rácio do consumo das energias renováveis controladas pela empresa no total do mix energético seja, no mínimo, 66,67%	≥ 66,67% energia consumida fontes renováveis controladas / ano	Consumo de energia fonte renovável controlada (G.J) — consumo energia total (G.J)	69,2% de energia consumida fontes renováveis controladas
Resíduos (não cortiça) (t) enviados para valorização no total de resíduos (não cortiça) (t)	Pretende-se que o rácio dos resíduos enviados para valorização no total de resíduos não cortiça seja, no mínimo, 90%	≥90% taxa valorização resíduos / ano	resíduos (não cortiça) enviados valorização (ton) — resíduos (não cortiça) totais (ton)	96% de taxa de valorização dos resíduos (não cortiça)

Operações em Portugal

6.3. PROGRAMA DE EMISSÕES DE PAPEL COMERCIAL VERDE

A Corticeira Amorim concretizou um Programa de Emissões de Papel Comercial Verde com o montante nominal máximo de 11,6 milhões de euros e maturidade até 2026.

A Empresa está determinada a aumentar a utilização de energias renováveis. Assim, as emissões ao abrigo deste programa destinam-se a financiar a aquisição de painéis fotovoltaicos por diversas empresas do Grupo Corticeira Amorim no período de 2021 a 2024, que permitirão gerar mais 30 GWh, evitando a emissão de cerca de 14 600 tCO₂eq.

O Banco Bilbao Vizcaya Argentaria, S.A., sucursal em Portugal assumiu a organização, garantia de subscrição e, ainda, as funções de agente pagador, banco *dealer* e instituição registadora.

6.3.1. IMPACTO

Com base nas ações já avaliadas, a Corticeira Amorim calculou o seguinte impacto associado à aquisição de painéis fotovoltaicos:

		2021	2022	2023	2024
Energia painéis fotovoltaicos (G.J)	GRI 302-1	500	—	—	—

6.4. TAXONOMIA EUROPEIA

6.4.1. SOBRE A TAXONOMIA EUROPEIA

A taxonomia da União Europeia (UE) é um sistema de classificação que estabelece uma lista de atividades económicas ambientalmente sustentáveis. Tem como objetivo contribuir para a implementação do Pacto Ecológico Europeu, facilitar a transição ecológica sustentável e atingir a neutralidade carbónica até 2050.

Como ferramenta de classificação, a taxonomia procura esclarecer as empresas, mercados de capitais e emissores de políticas sobre quais as atividades económicas que mais contribuem para a realização dos objetivos ambientais da UE, de forma a melhorar o fluxo de fundos para essas atividades.

O Regulamento da Taxonomia estabelece que, para uma atividade económica se qualificar como ambientalmente sustentável, deve 1) contribuir para um dos seis objetivos ambientais listados (mitigação das alterações climáticas; adaptação às alterações climáticas; utilização sustentável e proteção dos recursos hídricos e marinhos; transição para uma economia circular; prevenção e o controlo da poluição; proteção e o restauro da biodiversidade e dos ecossistemas) e; 2) não prejudicar significativamente nenhum dos outros objetivos de natureza ambiental ou social estabelecidos no regulamento.

À data da emissão deste relatório, os critérios técnicos de avaliação para dois dos seis objetivos ambientais (mitigação das alterações climáticas e adaptação às alterações climáticas) já foram publicados. Também já foi adotado o Ato Delegado do Artigo 8º que determina quais os conteúdos, metodologia e informação que devem ser divulgados pelas empresas, conforme definido pela taxonomia da UE. Em especial, estas empresas devem divulgar indicadores de desempenho (KPI) associados a atividades económicas consideradas pela taxonomia da UE sustentáveis do ponto de vista ambiental.

São estes: a proporção do seu volume de negócios (KPI de volume de negócios), a proporção das suas despesas de capital (KPI de capex) e a proporção das suas despesas operacionais (KPI de opex).

Está previsto um período de introdução progressiva das obrigações de divulgação, o que significa que, entre 1 de janeiro e 31 de dezembro de 2022, as empresas não financeiras deverão divulgar apenas a proporção das atividades económicas elegíveis e não elegíveis, em relação àqueles três indicadores, bem como determinadas informações qualitativas.

As atividades elegíveis correspondem às atividades que estão descritas no Ato Delegado do Clima já adotado, independentemente de essas atividades económicas cumprirem algum ou todos os critérios técnicos de seleção estabelecidos no Ato Delegado. À data deste relatório, essas atividades económicas correspondem a cerca de 40% das empresas cotadas, em setores que são responsáveis por quase 80% das emissões diretas de gases com efeito de estufa na Europa. Inclui setores como a energia, a silvicultura, a indústria transformadora, os transportes e a imobiliária.

O ato delegado da UE relativo à taxonomia é um documento dinâmico, que continuará a evoluir ao longo do tempo à luz da evolução e do progresso tecnológico. Os critérios serão objeto de revisão periódica. Esse processo assegurará que novos setores e atividades, incluindo atividades de transição e atividades capacitantes, possam ser acrescentados à taxonomia ao longo do tempo.

6.4.2. DIVULGAÇÕES

De acordo com o art. 8 do Regulamento da taxonomia e Art. 10 (2) do art. 8º do Ato Delegado, a Corticeira Amorim examinou as atividades económicas relevantes elegíveis e não elegíveis (no âmbito da taxonomia) com base nas suas atividades enquanto maior Grupo de transformação de cortiça do mundo. Assim, a Corticeira Amorim apresenta o KPI de volume de negócios, o KPI de capex e o KPI de opex, para o período de reporte de 2021, que estão associadas a atividades económicas elegíveis para taxonomia relacionadas com os dois primeiros objetivos ambientais (mitigação das alterações climáticas e adaptação às alterações climáticas).

Atividades Económicas Não Elegíveis

A Corticeira Amorim é o maior Grupo de transformação de cortiça do mundo. A atividade de processamento de cortiça não está incluída no Ato Delegado do Clima e, portanto, foi considerada não elegível.

O volume de negócio da UN Rolhas representa cerca de 70% das vendas globais do Grupo Corticeira Amorim. É entendimento da Empresa que as rolhas de cortiça são um recurso inerentemente sustentável, têm um impacto positivo na descarbonização da indústria vitivinícola e, portanto, têm um impacto na mitigação das alterações climáticas. No subcapítulo 6.4.3 Divulgações voluntárias são divulgados voluntariamente os indicadores integrando a atividade de produção de rolhas de cortiça.

Atividades Económicas Elegíveis

No que diz respeito a atividades geradoras de receitas, a Corticeira Amorim identificou a fabricação de produtos de isolamento (atividade 3.5 - Fabricação de equipamentos de eficiência energética para edifícios) como elegível no âmbito da taxonomia:

Atividades económicas	Objetivo: Mitigação das Alterações Climáticas *
3.5. Fabrico de equipamentos dotados de eficiência energética para edifícios	✓

* Embora tenha sido determinado que as atividades económicas elegíveis para a taxonomia identificadas cumprem a descrição de acordo com os Anexos I e II do Ato Delegado, o cálculo dos KPI foi atribuído à mitigação das alterações climáticas, uma vez que a contribuição para a adaptação às alterações climáticas é de menor importância e a taxonomia não permite dupla contagem.

Adicionalmente, a Corticeira Amorim atua em vários setores da cadeia de valor dos seus produtos, que não são geradores de receitas, mas que resultam em ativos ou processos essenciais para a sua atividade geradora de receitas. As despesas de capital e operacionais também são incluídas no cálculo dos KPI de capex e opex, como elegíveis para a taxonomia, sempre que estejam associadas à aquisição de produção (outputs) de uma atividade elegível para a taxonomia ou sejam medidas individuais para melhorar a eficiência energética. Neste contexto, a Corticeira Amorim identificou ainda as seguintes atividades económicas como elegíveis:

Atividades económicas	Objetivo: Mitigação das Alterações Climáticas *
1.1 - Florestação	✓
1.3 - Gestão florestal	✓
4.1 - Produção de eletricidade a partir da tecnologia solar fotovoltaica	✓
4.20 - Cogeração de calor / frio e de eletricidade a partir de bioenergia	✓
4.24 - Produção de calor / frio a partir de bioenergia	✓
5.2 - Renovação de sistemas de captação, tratamento e abastecimento de água	✓
5.3 - Construção, ampliação e exploração de sistemas de recolha e de tratamento de águas residuais	✓
5.4 - Renovação de sistemas de recolha e de tratamento de águas residuais	✓
5.9 - Recuperação de materiais a partir de resíduos não perigosos	✓
6.5 - Transporte em motocicletas, veículos ligeiros de passageiros e veículos comerciais ligeiros	✓
6.6 - Serviços de transporte rodoviário de mercadorias	✓
6.10 - Transporte marítimo e costeiro de mercadorias, embarcações para operações de trabalho portuário e atividades auxiliares	✓
7.2 - Renovação de edifícios existentes	✓
7.3 - Instalação, manutenção e reparação de equipamentos dotados de eficiência energética	✓
7.4 - Instalação, manutenção e reparação de postos de carregamento de veículos elétricos montados em edifícios (e lugares de estacionamento associados a edifícios)	✓
7.5 - Instalação, manutenção e reparação de instrumentos e de dispositivos de medição, regulação e monitorização do desempenho energético dos edifícios	✓
7.6 - Instalação, manutenção e reparação de tecnologias de energia de fontes renováveis	✓
7.7 - Aquisição e propriedade de edifícios	✓
8.1 - Tratamento de dados, alojamento de informação e atividades conexas	✓
9.1 - Atividades de investigação, desenvolvimento e inovação próximas do mercado	✓

* Embora tenha sido determinado que as atividades económicas elegíveis para a taxonomia identificadas cumprem a descrição de acordo com os Anexos I e II do Ato Delegado, o cálculo dos KPI foi atribuído à mitigação das alterações climáticas, uma vez que a contribuição para a adaptação às alterações climáticas é de menor importância e a taxonomia não permite dupla contagem.

Cálculo dos KPI

Para o período de reporte de 2021, a Corticeira Amorim adotou um formato simplificado, uma vez que o artigo 10.^o, n.º 2 e o artigo 10.^o, n.º 3, do Ato Delegado de Divulgação não exigem a utilização dos modelos de reporte de informação de elegibilidade (consultar documento FAQ da Comissão Europeia, pergunta 5).

KPI	Total (milhares EUR)	Proporção de atividades elegíveis - taxonomia (%)	Proporção de atividades não elegíveis - taxonomia (%)
Volume de negócios	837 820	11%	89%
Capex	43 563	14%	86%
Opex *	23 962	13%	87%

* Nota: de acordo com o Anexo I do Ato Delegado de Divulgação, o Opex inclui os custos diretos não capitalizados relacionados com a investigação e desenvolvimento, medidas de renovação de edifícios, rendas de locações de curto prazo, manutenção e reparação e outras despesas diretas relacionadas com a manutenção diária de ativos, incluindo o pagamento de serviços a terceiros necessários para assegurar o funcionamento contínuo e eficaz de tais ativos.

Os valores de capex e opex considerados elegíveis e incluídos no numerador do KPI - categoria a) e c) estão apresentados na tabela abaixo:

KPI / Categoria	Numerador (milhares EUR)	Comentários
Capex - categoria a)	850	Capex relacionado com a atividade elegível da Corticeira Amorim
Capex - categoria c)	5 034	Capex decorrente da aquisição de outputs de uma atividade elegível ou de medidas individuais para melhorar a eficiência energética
Opex - categoria a) *	0	Opex relacionado com a atividade elegível da Corticeira Amorim
Opex - categoria c) *	3 146	Opex decorrente da aquisição de outputs de uma atividade elegível ou de medidas individuais para melhorar a eficiência energética

* Nota: de acordo com o Anexo I do Ato Delegado, o Opex inclui os custos diretos não capitalizados relacionados com a investigação e desenvolvimento, medidas de renovação de edifícios, rendas de locações de curto prazo, manutenção e reparação e quaisquer outras despesas diretas relacionadas com a manutenção diária de ativos, incluindo o pagamento de serviços a terceiros necessários para assegurar o funcionamento contínuo e eficaz de tais ativos.

Definições, Referências Cruzadas e Políticas de Contabilização

Ostês indicadores estão expressos em rácios, representando a proporção relativa dos valores totais da Corticeira Amorim para estas métricas:

- KPI de volume de negócios: é definido como a proporção do volume de negócios líquido de produtos e serviços associados a atividades económicas elegíveis para a taxonomia que, no caso da Corticeira Amorim, estão associados à atividade 3.5 - Fabricação de equipamentos de eficiência energética para edifícios (numerador) dividido pelo volume de negócios líquido (denominador) para o exercício financeiro de 1.1.2021 a 31.12.2021. O denominador deste KPI é baseado no volume de negócios consolidado de acordo com a IFRS 15, conforme detalhado na nota 8 das demonstrações financeiras consolidadas. Mais informação sobre as políticas contabilísticas da Corticeira Amorim relacionadas com o

volume de negócios está disponível na nota 2-M das demonstrações financeiras consolidadas.

- KPI de capex: é definido como capex elegível para a taxonomia (numerador), dividido pelo capex total (denominador). O capex total consiste nas adições aos ativos tangíveis e intangíveis durante o exercício, antes de depreciações, amortizações e quaisquer reavaliações, incluindo as resultantes de reavaliações e imparidades, bem como excluindo variações de justo valor. Inclui aquisições de ativos fixos tangíveis (IAS 16), ativos fixos intangíveis (IAS 38), ativos de direito de uso (IFRS 16), propriedades de investimento (IAS 40) e ativos biológicos (IAS 41). Incluem-se também as adições resultantes de combinações de negócios. No caso da Corticeira Amorim, o capex total corresponde aos aumentos de ativos fixos tangíveis corpóreos, ativos intangíveis, direitos de uso e propriedades de investimento conforme detalhado nas notas 9, 10, 11 e 12 das demonstrações financeiras consolidadas. Mais informação sobre as políticas contabilísticas da Corticeira Amorim relacionadas com estes ativos está disponível nas notas 2-C, 2-D, 2-F e 2-O das demonstrações financeiras consolidadas.
- KPI de opex: é definido como opex elegível para a taxonomia (numerador), dividido pelo opex total da Corticeira Amorim (denominador). O opex total consiste em custos diretos não capitalizados relacionados com investigação e desenvolvimento, medidas de renovação de edifícios, rendas de curto prazo, manutenção e reparação e outros gastos diretos relacionados com a manutenção diária de ativos, instalações e equipamentos. Esta definição de opex total segue uma abordagem restritiva que difere da noção tradicionalmente mais ampla de despesas operacionais, e inclui apenas alguns custos não capitalizáveis associados a ativos ou processos que podem fornecer informações relevantes em conjunto com o capex. No caso da Corticeira Amorim, o opex total inclui principalmente gastos relacionados com a manutenção de ativos tangíveis, apresentadas na demonstração de resultados principalmente nas rubricas “fornecimentos e serviços externos” e “custos com pessoal”, detalhadas nas notas 27 e 28 das demonstrações financeiras consolidadas. Trata-se, geralmente, de despesas relacionadas com a manutenção de ativos fixos tangíveis tais como custos com determinados serviços, custos com pessoal e custos com materiais para a manutenção diária, bem como para manutenções regulares e não planeadas e medidas de reparação. O total do opex da Corticeira Amorim inclui também, em menor escala, despesas de investigação e desenvolvimento e despesas com rendas de locações de curto prazo.

No que se refere ao numerador, do capex (ou do opex), este é igual à parte da despesa de capital (ou despesa operacional) incluída no denominador que seja qualquer um dos seguintes (não exaustivo): (a) relacionado a ativos ou processos que são associados a atividades económicas elegíveis à taxonomia; (b) parte de um plano para expandir as atividades económicas elegíveis para taxonomia ou para permitir que as atividades económicas elegíveis para taxonomia se tornem alinhadas com a taxonomia (plano CapEx); (c) relacionadas com a compra de produtos (outputs) de atividades económicas elegíveis para taxonomia e medidas individuais que permitam que as atividades-alvo se tornem hipocarbónicas ou conduzam a reduções de gases com efeito de estufa.

6.4.3. DIVULGAÇÕES VOLUNTÁRIAS

Portugal estabeleceu como meta a neutralidade carbónica até 2050. Neste contexto, Portugal reconhece a importância da floresta para atingir esse objetivo devido ao seu papel no sequestro de carbono. Sendo o montado de sobro um sumidouro de carbono, a produção de produtos de cortiça tem a capacidade de compensar as emissões de carbono. Por cada tonelada de cortiça produzida, o montado de sobro sequestra até 73 toneladas de CO₂. O balanço de carbono pode atingir os -309 g CO₂eq, quando se considera o sequestro de carbono dos montados de sobro e as emissões associadas à produção de uma rolha de cortiça natural.

A produção de cortiça é indiscutivelmente a principal atividade económica de um montado de sobro em atividade. Assim, as empresas transformadoras de cortiça são uma força motriz para a criação de interesse económico para os proprietários de florestas de sobro na manutenção da exploração. Adicionalmente, os factos de nenhum sobreiro ser cortado durante o descortiçamento, de a cortiça poder ser retirada do tronco do sobreiro a cada nove anos sem danificar a árvore e de o sobreiro poder viver, em média, 200 anos tornam a cortiça um produto naturalmente sustentável. Com base neste contexto, a Corticeira Amorim considera que a atividade de produção de rolhas de cortiça, incluindo as atividades de melhoria da eficiência na utilização desta matéria-prima e a investigação e desenvolvimento associados ao seu processo de fabrico, tem um impacto ambiental positivo e contribui para o objetivo de Portugal de transformação para uma economia de baixo carbono. A Corticeira Amorim realizou também vários estudos sobre rolhas de cortiça de vários segmentos (vinhos tranquilos, espumantes e vinhos espirituosos) e concluiu-se que 83% dos produtos avaliados têm uma pegada de carbono individual negativa, uma vez que as emissões diretas do processo de produção são inferiores do que o carbono contido no produto.

A futura estratégia florestal da UE promoverá a gestão das florestas para a sustentabilidade ambiental, social e económica. Portugal tem uma das classificações de risco de incêndios florestais mais elevadas da Europa, principalmente devido à falta de gestão florestal. Em 2017, foram queimados mais de 500 mil hectares, estabelecendo-se o recorde de mais terra ardida em Portugal. Florestas mal geridas e florestas com altos volumes de biomassa residual, que funcionam como combustível em climas excessivamente secos, representam um risco acrescido para a ocorrência de incêndios florestais, destacando-se a importância da gestão florestal sustentável. Para reduzir a probabilidade de incêndios florestais, os especialistas sugerem plantar espécies mais resistentes ao fogo, como é o caso do sobreiro (árvore perene da família das Fagáceas – *Quercus suber* –, a que também pertencem o castanheiro e o carvalho). Dada a natureza cíclica da produção de cortiça sem desflorestação, as plantações de sobreiros têm uma vida útil média de 200 anos e podem crescer com recursos mínimos ou inexistentes a fertilizantes, pesticidas ou podas. Neste sentido, o investimento na manutenção e gestão dos montados de sobro e no aumento da disponibilidade de cortiça tem potencial para contribuir para a redução do risco de incêndios florestais em Portugal.

A atividade de produção de rolhas de cortiça não está, atualmente, incluída como uma atividade económica elegível para a taxonomia. No entanto, é entendimento da Corticeira Amorim que estas atividades têm um contributo ambiental positivo para a sociedade, conforme descrito anteriormente no subcapítulo 6.4.2 Divulgações. A inclusão da produção de rolhas da Corticeira Amorim no cálculo dos indicadores da taxonomia teria um impacto considerável nos KPI.

A Corticeira Amorim realizou voluntariamente o exercício de cálculo dos indicadores da taxonomia com a inclusão da produção de rolhas de cortiça. Para este exercício, considerou-se que cerca de 100% da produção corresponde a atividades geradoras de receitas especificamente relacionadas com tecnologias de embalagem com baixa incorporação de energia, que prolongam a vida de prateleira e reduzem o desperdício, sendo a melhor alternativa para clientes que querem melhor qualidade e contribuir para a regulação do clima. A Corticeira Amorim utiliza em todo o seu portefólio de rolhas, tecnologias que visam melhorar a qualidade das rolhas através da deteção, redução ou erradicação do nível de TCA (tricloroanisol) e outros compostos responsáveis por sabores estranhos que podem levar à deterioração do vinho.

A inclusão dos valores da atividade de produção de rolhas de cortiça na avaliação de KPI relacionados com a taxonomia teria os seguintes resultados:

KPI	Total (milhares EUR)	Proporção de atividades elegíveis-taxonomia (%)	Proporção de atividades elegíveis + atividade produção de rolhas de cortiça (%)
Volume de negócios	837 820	11%	78%
Capex	43 563	14%	31%
Opex *	23 962	13%	56%

* Nota: de acordo com o Anexo I do Ato Delegado de Divulgação, o Opex inclui os custos diretos não capitalizados relacionados com a investigação e desenvolvimento, medidas de renovação de edifícios, rendas de locações de curto prazo, manutenção e reparação e outras despesas diretas relacionadas com a manutenção diária de ativos, incluindo o pagamento de serviços a terceiros necessários para assegurar o funcionamento contínuo e eficaz de tais ativos.

Durante 2022, a Corticeira Amorim continuará a acompanhar de perto as atualizações do Regulamento da taxonomia (nomeadamente os critérios técnicos de alinhamento relativos aos objetivos ambientais adicionais), potenciais extensões do Regulamento da taxonomia a outras atividades e implementação de orientações e esclarecimentos que possam ter um impacto significativo na classificação de elegibilidade e alinhamento no futuro. Adicionalmente, continuará a desenvolver procedimentos adequados para a recolha de dados, cálculo de alinhamento dos KPI e formação aos diferentes intervenientes no cálculo da taxonomia para melhorar as suas divulgações.

7 – EMPRESAS INCLUÍDAS NA CONSOLIDAÇÃO DE INDICADORES DE SUSTENTABILIDADE

O universo das empresas que compõem o perímetro considerado na consolidação de indicadores de sustentabilidade (perímetro de sustentabilidade) não se alterou significativamente face a 2020 e representam 80% das vendas mundiais consolidadas, empregam 82% do total de trabalhadores/as em todo o mundo e englobam 93% das UI.

Os indicadores ambientais das empresas da área florestal (Cosabe e Amorim Florestal III) não estão a consolidar com a informação reportada neste relatório, sendo prestada informação separada. É intenção da Corticeira Amorim trabalhar para fortalecer a metodologia utilizada para reporte dos aspetos ambientais relacionados com os projetos florestais.

O âmbito considerado no plano 2021-2024 corresponde às empresas em Portugal que consolidam no contexto deste relatório e abrangem a maioria das operações da Corticeira Amorim. O mesmo âmbito foi considerado na abordagem de gestão ao tópico saúde e segurança no trabalho – tabela GRI: Tópico material: GRI 403 – Saúde e segurança no trabalho 2018.

Na informação considerada no subcapítulo 5.3. Comunidade/Sociedade e Inovação, nomeadamente, referente ao valor económico distribuído, apresentam-se os valores consolidados da totalidade das entidades incluídas nas demonstrações financeiras consolidadas da Corticeira Amorim (perímetro total).

Empresa	Localização	País	2021	2020
Matérias-primas				
Amorim Natural Cork, S.A.	Vale de Cortiças – Abrantes	PORTUGAL	100%	100%
Amorim Florestal, S.A.	Ponte de Sor	PORTUGAL	100%	100%
Amorim Florestal III, S.A.	Ponte de Sor	PORTUGAL	100%	100%
Amorim Florestal España, S.L.	San Vicente Alcántara	ESPAÑA	100%	100%
Amorim Florestal Mediterrâneo, S.L.	Cádiz	ESPAÑA	100%	100%
Amorim Tunisie, S.A.R.L.	Tabarka	TUNÍSIA	100%	100%
Comatral – C. de Maroc. de Transf. du Liège, S.A.	Skhirat	MARROCOS	100%	100%
Cosabe – Companhia Silvo-Agrícola da Beira S.A.	Lisboa	PORTUGAL	100%	100%
Société Nouvelle du Liège, S.A. (SNL)	Tabarka	TUNÍSIA	100%	100%
Société Tunisienne d’Industrie Bouchonnière	Tabarka	TUNÍSIA	55%	55%
Rolhas				
Amorim Cork, S.G.P.S, S.A.	Santa Maria de Lamas	PORTUGAL	100%	100%
All Closures In, S.A.	Paços de Brandão	PORTUGAL	75%	75%
Amorim Cork, S.A.	Santa Maria de Lamas	PORTUGAL	100%	100%
Amorim Bartop, S.A.	Vergada	PORTUGAL	75%	75%
Amorim Champcork, S.A.	Santa Maria de Lamas	PORTUGAL	100%	100%
Amorim Top Series, S.A.	Vergada	PORTUGAL	75%	75%
Biocape – Importação e Exportação de Cápsulas, Lda.	Mozelos	PORTUGAL	60%	60%
Elferson & Co. AB	Paryd	SUÉCIA	75%	53%
Francisco Oller, S.A.	Girona	ESPAÑA	94%	94%
Portocork Internacional, S.A.	Santa Maria de Lamas	PORTUGAL	-	100%
Socori, S.A.	Rio Meão	PORTUGAL	80%	70%
Revestimentos				
Amorim Cork Flooring, S.A.	S. Paio de Oleiros	PORTUGAL	100%	100%
Amorim Benelux, BV	Tholen	HOLANDA	100%	100%
Amorim Deutschland, GmbH	Delmenhorts	ALEMANHA	100%	100%
Amorim Subertech, S.A.	S. Paio de Oleiros	PORTUGAL	100%	100%
Amorim Flooring (Switzerland) AG	Zug	SUIÇA	100%	100%
Amorim Flooring North America Inc.	Hanover – Maryland	E. U. AMÉRICA	100%	100%
Aglomerados Compósitos				
Amorim Cork Composites, S.A.	Mozelos	PORTUGAL	100%	100%
Amorim Cork Composites, Inc.	Trevor – Wisconsin	E. U. AMÉRICA	100%	100%
Amorim Sports, Lda.	Mozelos	PORTUGAL	70%	100%
Corkeen Europe	Mozelos	PORTUGAL	85%	-
Isolamentos				
Amorim Cork Insulation, S.A.	Vendas Novas	PORTUGAL	100%	100%
Holding Cortiça				
Corticeira Amorim, S.G.P.S., S.A.	Mozelos	PORTUGAL	100%	100%
Amorim Cork Research, Lda.	Mozelos	PORTUGAL	100%	100%
Amorim Cork Services, Lda.	Mozelos	PORTUGAL	100%	100%
Amorim Cork Ventures, Lda.	Mozelos	PORTUGAL	100%	100%



A Corticeira Amorim está a desenvolver ferramentas de carga mecanizadas com recurso a instrumentos que permitam retirar a intervenção humana no carregamento das prnchas de cortiça.

8 – TABELA GRI

GRI Ref	Descrição	Valor / Localização	ODS	
GRI 102 – DIVULGAÇÕES GERAIS 2016				
PERFIL ORGANIZACIONAL				
102-1	Nome da organização	1. Corticeira Amorim		
102-2	Atividades, marcas, produtos e serviços	1. Corticeira Amorim		
102-3	Localização da sede da organização	1.3. Presença Mundial		
102-4	Número de países nos quais a organização opera e nome dos países nos quais as suas principais operações estão localizadas e/ou que são especialmente relevantes para os tópicos de sustentabilidade abordados no relatório	Relatório Anual Consolidado 31-12-2021 – Presença no mundo		
102-5	Tipo e natureza legal de propriedade	1. Corticeira Amorim		
102-6	Mercados servidos	1.2. Unidades de Negócio		
102-7	Dimensão da organização	Relatório Anual Consolidado 31-12-2021 – Presença no mundo		
102-8	Número total de colaboradores/as, discriminados por contrato de trabalho e género	5.1.1. Demografia do emprego		
			2019 2020 2021	
	Trabalhadores/as	3608	3592	3796
	Portugal	3132	3135	3310
	Resto do mundo	476	457	486
	Trabalhadores, por contrato de trabalho e género:			
		2019 2020 2021		
	Contratos permanentes	2 875	2 841	2 976
	Feminino	748	726	759
	Masculino	2 127	2 115	2 217
	Portugal	2 435	2 432	2 577
	Resto do mundo	440	409	399
	Contratos termo certo	536	473	436
	Feminino	116	117	90
	Masculino	420	356	346
	Portugal	500	437	363
	Resto do mundo	36	36	73
	Trabalhadores/as temporários	197	278	384
	Feminino	ND	36	95
	Masculino	ND	242	289
	Portugal	ND	266	370
	Resto do mundo	ND	12	14
	Colaboradores/as por tipo de emprego:			
		2019 2020 2021		
	Tempo inteiro	3 379	3 301	3 395
	Feminino	855	837	835
	Masculino	2 524	2 464	2 560
	Portugal	2 929	2 869	2 933
	Resto do mundo	450	432	462
	Tempo parcial	32	13	17
	Feminino	9	6	8
	Masculino	23	7	9
	Portugal	6	0	7
	Resto do mundo	26	13	10

GRI Ref	Descrição	Valor / Localização	ODS																				
		Para efeitos de comparação com outras informações divulgadas pela Corticeira Amorim, apresenta-se o número de trabalhadores/as correspondente ao perímetro total:																					
		<table border="1"> <thead> <tr> <th></th> <th>2019</th> <th>2020</th> <th>2021</th> </tr> </thead> <tbody> <tr> <td>Trabalhadores/as – perímetro total</td> <td>4424</td> <td>4357</td> <td>4642</td> </tr> <tr> <td>Portugal</td> <td>3164</td> <td>3138</td> <td>3318</td> </tr> <tr> <td>Resto do mundo</td> <td>1260</td> <td>1219</td> <td>1324</td> </tr> </tbody> </table>		2019	2020	2021	Trabalhadores/as – perímetro total	4424	4357	4642	Portugal	3164	3138	3318	Resto do mundo	1260	1219	1324					
	2019	2020	2021																				
Trabalhadores/as – perímetro total	4424	4357	4642																				
Portugal	3164	3138	3318																				
Resto do mundo	1260	1219	1324																				
102-9	Cadeia de fornecedores da organização	2.4. Cadeia de Valor																					
102-10	Alterações significativas ocorridas no decorrer do período coberto pelo relatório em relação à dimensão, estrutura, participação acionista ou cadeia de fornecedores da organização	7. Empresas incluídas na consolidação de sustentabilidade Não houve alterações materiais no universo das empresas que compõem a Corticeira Amorim, nem no universo das empresas que compõem o perímetro de sustentabilidade, pelo que as demonstrações não financeiras referentes ao exercício de 2021 são comparáveis com 2020.																					
102-11	Abordagem ao princípio da precaução	Relatório do Governo Societário – C. Organização Interna																					
102-12	Cartas, princípios ou outras iniciativas desenvolvidas externamente de carácter económico, ambiental e social que a organização subscreve ou endossa	3.4. Compromissos voluntários O Grupo Corticeira Amorim participa ativamente em reuniões de discussão com empresas nacionais e internacionais, integrando entidades e organizações com atividade de relevo em prol do desenvolvimento sustentável das regiões geográficas em que operam e que se detalha no subcapítulo 3.4. Compromissos voluntários. Adicionalmente, as empresas do Grupo Corticeira Amorim possuem um Sistema de Gestão Integrado (SGI), que se encontra detalhado no subcapítulo 2.1.3. Sistemas de gestão.																					
		<table border="1"> <thead> <tr> <th></th> <th>2019</th> <th>2020</th> <th>2021</th> </tr> </thead> <tbody> <tr> <td>Unidades industriais (UI)</td> <td>26</td> <td>25</td> <td>25</td> </tr> <tr> <td>UI com certificações FSC® na cadeia de custódia</td> <td>16</td> <td>15</td> <td>16</td> </tr> <tr> <td>UI com certificações ISO 14001 ou ISO 50001</td> <td>7</td> <td>8</td> <td>9</td> </tr> <tr> <td>UI com certificações ISO 45001 ou SA 8000</td> <td>1</td> <td>2</td> <td>11</td> </tr> </tbody> </table>		2019	2020	2021	Unidades industriais (UI)	26	25	25	UI com certificações FSC® na cadeia de custódia	16	15	16	UI com certificações ISO 14001 ou ISO 50001	7	8	9	UI com certificações ISO 45001 ou SA 8000	1	2	11	
	2019	2020	2021																				
Unidades industriais (UI)	26	25	25																				
UI com certificações FSC® na cadeia de custódia	16	15	16																				
UI com certificações ISO 14001 ou ISO 50001	7	8	9																				
UI com certificações ISO 45001 ou SA 8000	1	2	11																				
		Para efeitos de comparação com os relatos de 2020 e de 2019, dá-se nota dos estabelecimentos com certificados na cadeia de custódia de acordo com o FSC® correspondente à totalidade das empresas que integram o Grupo Corticeira Amorim:																					
		<table border="1"> <thead> <tr> <th></th> <th>2019</th> <th>2020</th> <th>2021</th> </tr> </thead> <tbody> <tr> <td>Estabelecimentos com certificações FSC® na cadeia de custódia</td> <td>29</td> <td>29</td> <td>28</td> </tr> </tbody> </table>		2019	2020	2021	Estabelecimentos com certificações FSC® na cadeia de custódia	29	29	28													
	2019	2020	2021																				
Estabelecimentos com certificações FSC® na cadeia de custódia	29	29	28																				
102-13	Participação em associações e organizações nacionais ou internacionais de defesa	3.4. Compromissos voluntários																					
ESTRATÉGIA																							
102-14	Declaração do Presidente do Conselho de Administração sobre a relevância da sustentabilidade para a organização e a sua estratégia de sustentabilidade	Relatório Anual Consolidado 31-12-2021 – Mensagem do presidente																					
102-15	Principais impactos, riscos e oportunidades	Relatório Consolidado de Gestão – 15. Riscos e incertezas do negócio																					
ÉTICA E INTEGRIDADE																							
102-16	Valores, princípios, padrões e normas de comportamento da organização	2.1. Ética e integridade																					
102-17	Mecanismos para aconselhamento e preocupações sobre ética	2.1. Ética e integridade																					

GRI Ref	Descrição	Valor / Localização	ODS																												
GOVERNANCE																															
102-18	Estrutura de governo das organizações, incluindo comissões subordinadas ao órgão de governação hierarquicamente mais elevado	2.2. Estratégia e modelo de gestão Relatório do Governo Societário – B. Órgãos Sociais e Comissões																													
102-24	Processos de seleção e nomeação para o mais alto órgão de governação e seus comités, bem como os critérios adotados para selecionar e nomear os membros do mais alto órgão de governação	Relatório do Governo Societário – B. Órgãos Sociais e Comissões																													
ENVOLVIMENTO COM STAKEHOLDERS																															
102-40	Lista de Grupos de <i>stakeholders</i> da organização	2.3. <i>Stakeholders</i> A Corticeira Amorim identificou oito Grupos principais de partes interessadas: acionistas e investidores, clientes, colaboradores/as, entidades oficiais e governamentais, fornecedores, media, ONG e comunidade, e parceiros e sociedade civil.																													
102-41	Porcentagem de colaboradores/as abrangidos por acordos de contratação coletiva	5.1.2. Respeito pela liberdade de associação <table border="1"> <thead> <tr> <th></th> <th>2019</th> <th>2020</th> <th>2021</th> </tr> </thead> <tbody> <tr> <td>Colaboradores/as abrangidos por acordos de contratação coletiva</td> <td>3 227</td> <td>3 122</td> <td>3 200</td> </tr> <tr> <td>Portugal</td> <td>2 935</td> <td>2 869</td> <td>2 940</td> </tr> <tr> <td>Resto do mundo</td> <td>292</td> <td>253</td> <td>260</td> </tr> <tr> <td>Colaboradores/as que exercem liberdade de associação</td> <td>644</td> <td>586</td> <td>580</td> </tr> <tr> <td>Portugal</td> <td>457</td> <td>454</td> <td>443</td> </tr> <tr> <td>Resto do mundo</td> <td>187</td> <td>132</td> <td>137</td> </tr> </tbody> </table>		2019	2020	2021	Colaboradores/as abrangidos por acordos de contratação coletiva	3 227	3 122	3 200	Portugal	2 935	2 869	2 940	Resto do mundo	292	253	260	Colaboradores/as que exercem liberdade de associação	644	586	580	Portugal	457	454	443	Resto do mundo	187	132	137	8
	2019	2020	2021																												
Colaboradores/as abrangidos por acordos de contratação coletiva	3 227	3 122	3 200																												
Portugal	2 935	2 869	2 940																												
Resto do mundo	292	253	260																												
Colaboradores/as que exercem liberdade de associação	644	586	580																												
Portugal	457	454	443																												
Resto do mundo	187	132	137																												
102-42	Base para identificação e seleção de <i>stakeholders</i>	2.3. <i>Stakeholders</i> As partes interessadas da Corticeira Amorim foram identificadas no último exercício de consulta aos <i>stakeholders</i> , realizado em 2018, através de workshops internos, envolvendo membros da Comissão Executiva, Sustentabilidade Corporativa, áreas de suporte e UN. Todas as pessoas ou entidades que têm ou poderão vir a ter influência, dependência e/ou responsabilidade para o Grupo são identificadas como <i>stakeholders</i> da Corticeira Amorim. Não houve alteração ao longo do ano nas categorias identificadas.																													
102-43	Abordagem adotada para envolvimento com os <i>stakeholders</i> , inclusive a frequência do envolvimento por tipo e por Grupo	2.3. <i>Stakeholders</i> A Corticeira Amorim incentiva o diálogo regular e sistemático com uma vasta gama de partes interessadas. Para isto, utiliza um conjunto diferenciado de meios de comunicação que são revistos regularmente. Adicionalmente, dispõe de iniciativas de envolvimento específicas, baseadas em interação estruturada e ad hoc, bem como inquéritos regulares. Programas de diagnóstico/promoção do vínculo e compromisso dos colaboradores/as: prática regular das empresas da Corticeira Amorim e, normalmente são realizados de dois em dois anos. A partir de 2022, foi acordado que as empresas iriam realizar em simultâneo os seus diagnósticos. Programa de satisfação de clientes: a Corticeira Amorim tem vindo a trabalhar na implementação de um programa para avaliação global da satisfação dos seus clientes, através da aplicação de um questionário e procedimentos comuns em todas as UN do Grupo.																													
102-44	Principais questões e preocupações apontadas pelos <i>stakeholders</i> como resultado do processo de envolvimento e as medidas adotadas pela organização no tratamento das mesmas	2.3. <i>Stakeholders</i>																													

GRI Ref	Descrição	Valor / Localização	ODS		
PRÁTICAS DE REPORTE					
102-45	Totalidade das entidades incluídas nas demonstrações financeiras consolidadas	Notas às demonstrações financeiras – 6. Empresas incluídas na consolidação			
102-46	Processo adotado para definição do conteúdo do relatório e os limites dos tópicos	Sobre este relatório			
			2019	2020	2021
	Vendas – perímetro total (milhares de euros)	781 060	740 113	837 820	
	Vendas – perímetro sustentabilidade (milhares de euros)	643 253	617 700	674 402	
	Vendas – perímetro sustentabilidade (%)	82%	83%	80%	
			2019	2020	2021
	Número trabalhadores/as – perímetro total	4424	4357	4642	
	Número trabalhadores/as – perímetro sustentabilidade	3608	3592	3796	
	Número trabalhadores/as – perímetro sustentabilidade (%)	82%	82%	82%	
			2019	2020	2021
	Unidades industriais (UI) – perímetro total	29	28	27	
	Unidades industriais (UI) – perímetro sustentabilidade	26	25	25	
	Unidades industriais (UI) – perímetro sustentabilidade (%)	90%	89%	93%	
102-47	Tópicos materiais identificados no processo de definição do conteúdo do relatório	2.2.4. Matriz de materialidade			
102-48	Reformulações de informações fornecidas em relatórios anteriores e as razões para tais reformulações	Sobre este relatório			
102-49	Alterações significativas em relação a períodos cobertos por relatórios anteriores quanto ao âmbito e ao limite dos aspetos	7. Empresas incluídas na consolidação de indicadores de sustentabilidade Não houve alterações materiais no universo das empresas que compõem a Corticeira Amorim, nem no universo das empresas que compõem o perímetro de sustentabilidade, pelo que as demonstrações não financeiras referentes ao exercício de 2021 são comparáveis com 2020.			
102-50	Período coberto pelo relatório	1 de janeiro de 2021 a 31 de dezembro de 2021.			
102-51	Data do relatório anterior mais recente	Relatório de Sustentabilidade 2020, referente aos anos de 2020, 2019 e 2018			
102-52	Ciclo de emissão de relatórios	Sobre este relatório			
102-53	Contatos para questões sobre o relatório ou os seus conteúdos	Sobre este relatório			
102-54	Declaração feita pela organização, se tiver preparado o relatório de acordo com os Standards da GRI e qual a opção escolhida	Sobre este relatório			
102-55	Índice de conteúdo GRI	Presente tabela			
102-56	Descrição da política e práticas correntes adotadas pela organização para submeter o relatório a uma verificação externa	Sobre este relatório			

GRI Ref	Descrição	Valor / Localização	ODS																																
GRI 200 – DIVULGAÇÕES ECONÓMICAS 2016																																			
TÓPICO MATERIAL: 201 – DESEMPENHO ECONÓMICO 2016																																			
103 – Formas de Gestão 2016																																			
103-1	Explicação do tópico material e dos seus limites	Os temas materiais da Corticeira Amorim tiveram como base, o cruzamento dos resultados da auscultação de <i>stakeholders</i> com a perspectiva interna da Empresa e alinhamento com os ODS. Com relação direta com o desempenho económico, o tema “Desempenho económico” foi considerado um tema de materialidade elevada (2.2.4. Matriz de materialidade).																																	
103-2	A abordagem de gestão e respetivos componentes	A Corticeira Amorim tem promovido, ao longo dos anos, diversas iniciativas relacionadas com o desempenho económico (5.3. Comunidade/ Sociedade e Inovação).																																	
103-3	Avaliação da abordagem de gestão	A Corticeira Amorim realiza a medição e monitorização dos indicadores associados a este aspeto e reporta-os neste relatório (5.3. Comunidade/ Sociedade e Inovação).																																	
201-1	Valor económico direto gerado e distribuído	5.3. Comunidade/ Sociedade e Inovação	8,17																																
		<table border="1"> <thead> <tr> <th></th> <th>2019</th> <th>2020</th> <th>2021</th> </tr> </thead> <tbody> <tr> <td>Valor económico gerado</td> <td>785 010</td> <td>748 287</td> <td>842 171</td> </tr> <tr> <td>Custos operacionais</td> <td>527 652</td> <td>474 396</td> <td>548 884</td> </tr> <tr> <td>Colaboradores/as</td> <td>141 286</td> <td>138 054</td> <td>146 098</td> </tr> <tr> <td>Fornecedores de capital</td> <td>40 634</td> <td>28 550</td> <td>39 580</td> </tr> <tr> <td>Estado</td> <td>16 085</td> <td>15 321</td> <td>19 729</td> </tr> <tr> <td>Comunidades</td> <td>251</td> <td>381</td> <td>225</td> </tr> <tr> <td>Valor económico retido</td> <td>59 101</td> <td>91 585</td> <td>87 656</td> </tr> </tbody> </table> <p>Os valores apresentados dizem respeito ao perímetro total. As receitas correspondem ao somatório das seguintes rubricas: vendas e prestação de serviços, proveitos suplementares, subsídios à exploração, trabalhos para a própria empresa, outros proveitos operacionais, proveitos e ganhos financeiros e mais-valias com imobilizado (deduzidas das menos-valias). Os custos operacionais não incluem as amortizações. O investimento na comunidade inclui apenas o valor de donativos em dinheiro e não inclui contribuições e donativos em espécie.</p>		2019	2020	2021	Valor económico gerado	785 010	748 287	842 171	Custos operacionais	527 652	474 396	548 884	Colaboradores/as	141 286	138 054	146 098	Fornecedores de capital	40 634	28 550	39 580	Estado	16 085	15 321	19 729	Comunidades	251	381	225	Valor económico retido	59 101	91 585	87 656	
	2019	2020	2021																																
Valor económico gerado	785 010	748 287	842 171																																
Custos operacionais	527 652	474 396	548 884																																
Colaboradores/as	141 286	138 054	146 098																																
Fornecedores de capital	40 634	28 550	39 580																																
Estado	16 085	15 321	19 729																																
Comunidades	251	381	225																																
Valor económico retido	59 101	91 585	87 656																																
201-2	Implicações financeiras e outros riscos e oportunidades para a organização devido às alterações climáticas	Relatório Consolidado de Gestão – 15. Riscos e incertezas do negócio Relatório do Governo Societário – C. Organização Interna, III. Controlo interno e gestão de riscos.	8,9,13,17																																
201-3	Planos de benefícios oferecidos pela organização	Em todos os países em que opera, a Corticeira Amorim contribui para os regimes locais de segurança social, de acordo com os termos de legislação específica aplicável, que abrangem a totalidade dos seus colaboradores/as. Em 2021, o montante cifrou-se nos 22 722 mil euros.	8,17																																
		<table border="1"> <thead> <tr> <th></th> <th>2019</th> <th>2020</th> <th>2021</th> </tr> </thead> <tbody> <tr> <td>Contribuições para regimes locais de segurança social (milhares de euros)</td> <td>22 511</td> <td>22 321</td> <td>22 722</td> </tr> </tbody> </table>		2019	2020	2021	Contribuições para regimes locais de segurança social (milhares de euros)	22 511	22 321	22 722																									
	2019	2020	2021																																
Contribuições para regimes locais de segurança social (milhares de euros)	22 511	22 321	22 722																																
TÓPICO: GRI 204 – PRÁTICAS DE COMPRA 2016																																			
204-1	Proporção de despesas com fornecedores locais	2.4. Cadeia de valor	8,12,17																																
		<table border="1"> <thead> <tr> <th></th> <th>2019</th> <th>2020</th> <th>2021</th> </tr> </thead> <tbody> <tr> <td>Compras de cortiça e de produtos de cortiça total (milhares de euros)</td> <td>270 025</td> <td>246 589</td> <td>291 577</td> </tr> <tr> <td>Portugal e Espanha</td> <td>251 168</td> <td>231 153</td> <td>277 206</td> </tr> <tr> <td>Norte de África</td> <td>18 300</td> <td>14 845</td> <td>12 782</td> </tr> <tr> <td>Outras localizações</td> <td>557</td> <td>591</td> <td>1 588</td> </tr> </tbody> </table> <p>Para efeitos deste relatório considera-se de origem local as geografias de Portugal e Espanha e de origem controlada as regiões de baixo risco para todas as cinco categorias de fontes inaceitáveis sob o sistema de madeira controlada FSC®, que abrange, também, a cortiça, ou seja, as geografias de Portugal e Espanha.</p>		2019	2020	2021	Compras de cortiça e de produtos de cortiça total (milhares de euros)	270 025	246 589	291 577	Portugal e Espanha	251 168	231 153	277 206	Norte de África	18 300	14 845	12 782	Outras localizações	557	591	1 588													
	2019	2020	2021																																
Compras de cortiça e de produtos de cortiça total (milhares de euros)	270 025	246 589	291 577																																
Portugal e Espanha	251 168	231 153	277 206																																
Norte de África	18 300	14 845	12 782																																
Outras localizações	557	591	1 588																																

GRI Ref	Descrição	Valor / Localização	ODS																								
TÓPICO: GRI 205 – ANTI CORRUPÇÃO 2016																											
205-1	Operações avaliadas quanto a riscos relacionados com a corrupção	2.1. Ética e integridade	8,12,13,17																								
205-3	Incidentes confirmados de corrupção e ações tomadas	2.1. Ética e integridade	8,12,13,17																								
TÓPICO MATERIAL: INVESTIGAÇÃO, DESENVOLVIMENTO E INOVAÇÃO																											
103 – Formas de Gestão 2016																											
103-1	Explicação do tópico material e dos seus limites	Os temas materiais da Corticeira Amorim tiveram como base o cruzamento dos resultados da auscultação de <i>stakeholders</i> com a perspetiva interna da Empresa e alinhamento com os ODS. Com relação direta com a investigação, desenvolvimento e inovação, o tema "Investigação, desenvolvimento e inovação" foi considerado um tema de materialidade elevada (2.2.4. Matriz de materialidade).																									
103-2	A abordagem de gestão e respetivos componentes	A Corticeira Amorim tem promovido ao longo dos anos diversas iniciativas relacionadas com a investigação, desenvolvimento e inovação (4.4. Produtos verdes e 5.3. Comunidade/ Sociedade e Inovação).																									
103-3	Avaliação da abordagem de gestão	A Corticeira Amorim realiza a medição e monitorização dos indicadores associados a este aspeto e reporta-os neste relatório (4.4. Produtos verde e 5.3. Comunidade/ Sociedade e Inovação).																									
	Investimento médio anual em IDI	5.3.2. Inovação e empreendedorismo	8,9																								
GRI 300 – DIVULGAÇÕES AMBIENTAIS 2016																											
TÓPICO MATERIAL: GRI 301 - Materiais 2016																											
103 – Formas de Gestão 2016																											
103-1	Explicação do tópico material e dos seus limites	Os temas materiais da Corticeira Amorim tiveram como base o cruzamento dos resultados da auscultação de <i>stakeholders</i> com a perspetiva interna da Empresa e alinhamento com os ODS. Com relação direta com o aspeto materiais, o tema "Economia Circular" foi considerado um tema de materialidade elevada (2.2.4. Matriz de materialidade).																									
103-2	A abordagem de gestão e respetivos componentes	A Corticeira Amorim tem promovido, ao longo dos anos, diversas iniciativas relacionadas com o consumo de energia (4.3.1. Materiais).																									
103-3	Avaliação da abordagem de gestão	A Corticeira Amorim realiza a medição e monitorização dos indicadores associados a este aspeto e reporta-os neste Relatório (4.3.1. Materiais).																									
301-1	Consumo de materiais por peso	4.3.1. Materiais	8,12																								
301-2	Consumo de materiais provenientes de reciclagem	4.3.1. Materiais	8,12																								
301-3	Produtos e embalagens recuperados	4.3.2. Reciclagem	8,12																								
TÓPICO MATERIAL: GRI 302 – ENERGIA 2016																											
103 – Formas de Gestão 2016																											
103-1	Explicação do tópico material e dos seus limites	Os temas materiais da Corticeira Amorim tiveram como base o cruzamento dos resultados da auscultação de <i>stakeholders</i> com a perspetiva interna da Empresa e alinhamento com os ODS. Com relação direta com o aspeto energia, o tema "Eficiência energética e alterações climáticas" foi considerado um tema de materialidade elevada (2.2.4. Matriz de materialidade).																									
103-2	A abordagem de gestão e respetivos componentes	A Corticeira Amorim tem promovido, ao longo dos anos, diversas iniciativas relacionadas com o consumo de energia (4.2.1. Energia).																									
103-3	Avaliação da abordagem de gestão	A Corticeira Amorim realiza a medição e monitorização dos indicadores associados a este aspeto e reporta-os neste Relatório (4.2.1. Energia).																									
	Formas de gestão específicas	<p>No âmbito da estratégia nacional para a energia, algumas unidades da Corticeira Amorim em Portugal estão abrangidas pela regulamentação do Sistema de Gestão de Consumos Intensivos de Energia (SGCIE). Este sistema aplica-se às instalações em Portugal consumidoras intensivas de energia com consumos energéticos iguais ou superiores a 500 tep/ano.</p> <p>Os fatores de conversão utilizados em todo o relatório foram os considerados no decorrer das auditorias no âmbito do SGCIE, despacho 17313/2008:</p>																									
		<table border="1"> <thead> <tr> <th>Fonte de energia</th> <th>Unidade</th> <th>Fator de conversão</th> </tr> </thead> <tbody> <tr> <td>Gás natural</td> <td>GJ/1000 m3</td> <td>37,9</td> </tr> <tr> <td>Gás propano</td> <td>GJ/t</td> <td>46,65</td> </tr> <tr> <td>Gasóleo</td> <td>GJ/t</td> <td>42,8</td> </tr> <tr> <td>Gasolina</td> <td>GJ/t</td> <td>44,5</td> </tr> <tr> <td>Biomassa (pó de cortiça)</td> <td>GJ/t</td> <td>15,7</td> </tr> <tr> <td>Biomassa (outra)</td> <td>GJ/t</td> <td>11,6</td> </tr> <tr> <td>Eletricidade</td> <td>GJ/kWh</td> <td>0,0036</td> </tr> </tbody> </table>	Fonte de energia	Unidade	Fator de conversão	Gás natural	GJ/1000 m3	37,9	Gás propano	GJ/t	46,65	Gasóleo	GJ/t	42,8	Gasolina	GJ/t	44,5	Biomassa (pó de cortiça)	GJ/t	15,7	Biomassa (outra)	GJ/t	11,6	Eletricidade	GJ/kWh	0,0036	
Fonte de energia	Unidade	Fator de conversão																									
Gás natural	GJ/1000 m3	37,9																									
Gás propano	GJ/t	46,65																									
Gasóleo	GJ/t	42,8																									
Gasolina	GJ/t	44,5																									
Biomassa (pó de cortiça)	GJ/t	15,7																									
Biomassa (outra)	GJ/t	11,6																									
Eletricidade	GJ/kWh	0,0036																									

GRI Ref	Descrição	Valor / Localização	ODS								
		A energia com origem em fontes renováveis controladas considera a energia proveniente de biomassa (pó de cortiça), biomassa (outra), energia produzida através de painéis fotovoltaicos, produção de eletricidade a partir de biomassa e componente renovável da eletricidade adquirida.									
		A energia com origem em fontes renováveis considera a energia proveniente de biomassa (pó de cortiça), biomassa (outra), energia produzida através de painéis fotovoltaicos e produção de eletricidade a partir de biomassa.									
		Para a componente renovável da eletricidade adquirida, assumiu-se pouco material a energia consumida fora de Portugal (cerca de 5%). Assim, considerou-se a informação disponível à data de elaboração do reporte da parte do(s) fornecedor(es) de energia em Portugal, que considera uma média ponderada dos três primeiros trimestres do ano de 2021.									
		<table border="1"> <thead> <tr> <th></th> <th>2019</th> <th>2020</th> <th>2021</th> </tr> </thead> <tbody> <tr> <td>Fontes renováveis – fornecedor(es) (%)</td> <td>54%</td> <td>62%</td> <td>39%</td> </tr> </tbody> </table>		2019	2020	2021	Fontes renováveis – fornecedor(es) (%)	54%	62%	39%	
	2019	2020	2021								
Fontes renováveis – fornecedor(es) (%)	54%	62%	39%								

302-1	Consumo de energia dentro da organização	4.2.1. Energia	7, 11, 13																																																																												
		<table border="1"> <thead> <tr> <th></th> <th>2019</th> <th>2020</th> <th>2021</th> </tr> </thead> <tbody> <tr> <td>Energia total consumida (GJ)</td> <td>1 577 074</td> <td>1 638 115</td> <td>1 929 864</td> </tr> <tr> <td>Gás natural</td> <td>45 082</td> <td>54 878</td> <td>44 889</td> </tr> <tr> <td>Gás propano</td> <td>5 632</td> <td>8 309</td> <td>6 163</td> </tr> <tr> <td>Gasolina</td> <td>355</td> <td>304</td> <td>481</td> </tr> <tr> <td>Gasóleo</td> <td>27 929</td> <td>31 298</td> <td>34 979</td> </tr> <tr> <td>Biomassa</td> <td>988 375</td> <td>1 075 032</td> <td>1 301 858</td> </tr> <tr> <td>Eletricidade - fornecedor</td> <td>509 702</td> <td>468 294</td> <td>534 960</td> </tr> <tr> <td>Eletricidade - produção própria*</td> <td>0</td> <td>0</td> <td>6 534</td> </tr> <tr> <td>Portugal</td> <td>1 483 601</td> <td>1 570 140</td> <td>1 826 681</td> </tr> <tr> <td>Resto do mundo</td> <td>93 473</td> <td>67 975</td> <td>103 183</td> </tr> <tr> <td>Energia renovável total (GJ)</td> <td>1 262 187</td> <td>1 364 516</td> <td>1 515 412</td> </tr> <tr> <td>Energia renovável total (%)</td> <td>80%</td> <td>83%</td> <td>79%</td> </tr> <tr> <td>Energia renovável controlada (GJ)</td> <td>988 375</td> <td>1 075 032</td> <td>1 308 392</td> </tr> <tr> <td>Portugal</td> <td>954 047</td> <td>1 041 558</td> <td>1 264 969</td> </tr> <tr> <td>Resto do mundo</td> <td>34 328</td> <td>33 475</td> <td>43 423</td> </tr> <tr> <td>Energia renovável controlada (%)</td> <td>63%</td> <td>66%</td> <td>68%</td> </tr> <tr> <td>Portugal</td> <td>64%</td> <td>66%</td> <td>69%</td> </tr> <tr> <td>Resto do mundo</td> <td>37%</td> <td>49%</td> <td>42%</td> </tr> </tbody> </table>		2019	2020	2021	Energia total consumida (GJ)	1 577 074	1 638 115	1 929 864	Gás natural	45 082	54 878	44 889	Gás propano	5 632	8 309	6 163	Gasolina	355	304	481	Gasóleo	27 929	31 298	34 979	Biomassa	988 375	1 075 032	1 301 858	Eletricidade - fornecedor	509 702	468 294	534 960	Eletricidade - produção própria*	0	0	6 534	Portugal	1 483 601	1 570 140	1 826 681	Resto do mundo	93 473	67 975	103 183	Energia renovável total (GJ)	1 262 187	1 364 516	1 515 412	Energia renovável total (%)	80%	83%	79%	Energia renovável controlada (GJ)	988 375	1 075 032	1 308 392	Portugal	954 047	1 041 558	1 264 969	Resto do mundo	34 328	33 475	43 423	Energia renovável controlada (%)	63%	66%	68%	Portugal	64%	66%	69%	Resto do mundo	37%	49%	42%	
	2019	2020	2021																																																																												
Energia total consumida (GJ)	1 577 074	1 638 115	1 929 864																																																																												
Gás natural	45 082	54 878	44 889																																																																												
Gás propano	5 632	8 309	6 163																																																																												
Gasolina	355	304	481																																																																												
Gasóleo	27 929	31 298	34 979																																																																												
Biomassa	988 375	1 075 032	1 301 858																																																																												
Eletricidade - fornecedor	509 702	468 294	534 960																																																																												
Eletricidade - produção própria*	0	0	6 534																																																																												
Portugal	1 483 601	1 570 140	1 826 681																																																																												
Resto do mundo	93 473	67 975	103 183																																																																												
Energia renovável total (GJ)	1 262 187	1 364 516	1 515 412																																																																												
Energia renovável total (%)	80%	83%	79%																																																																												
Energia renovável controlada (GJ)	988 375	1 075 032	1 308 392																																																																												
Portugal	954 047	1 041 558	1 264 969																																																																												
Resto do mundo	34 328	33 475	43 423																																																																												
Energia renovável controlada (%)	63%	66%	68%																																																																												
Portugal	64%	66%	69%																																																																												
Resto do mundo	37%	49%	42%																																																																												

*Inclui energia de painéis fotovoltaicos (500 GJ) e cogeração (6034 GJ).

302-3	Intensidade energética	4.2.1. Energia	7, 11, 13												
		<table border="1"> <thead> <tr> <th></th> <th>2019</th> <th>2020</th> <th>2021</th> </tr> </thead> <tbody> <tr> <td>Energia (GJ / M€)</td> <td>1 572</td> <td>1 733</td> <td>2 032</td> </tr> <tr> <td>Energia (GJ / Trabalhadores/as)</td> <td>462</td> <td>456</td> <td>508</td> </tr> </tbody> </table>		2019	2020	2021	Energia (GJ / M€)	1 572	1 733	2 032	Energia (GJ / Trabalhadores/as)	462	456	508	
	2019	2020	2021												
Energia (GJ / M€)	1 572	1 733	2 032												
Energia (GJ / Trabalhadores/as)	462	456	508												
		A Corticeira Amorim calcula a intensidade energética considerando, no numerador, o total de energia consumida como indicado no GRI 302-1 e dois denominadores:													
		Indicador construído diretamente relacionado com as vendas individuais das empresas que integram o perímetro de sustentabilidade, em milhões de euros.													
		<table border="1"> <thead> <tr> <th></th> <th>2019</th> <th>2020</th> <th>2021</th> </tr> </thead> <tbody> <tr> <td></td> <td>1003</td> <td>945</td> <td>950</td> </tr> </tbody> </table>		2019	2020	2021		1003	945	950					
	2019	2020	2021												
	1003	945	950												
		– Número de colaboradores/as das empresas que integram o perímetro de sustentabilidade.													
		<table border="1"> <thead> <tr> <th></th> <th>2019</th> <th>2020</th> <th>2021</th> </tr> </thead> <tbody> <tr> <td></td> <td>3411</td> <td>3592</td> <td>3796</td> </tr> </tbody> </table>		2019	2020	2021		3411	3592	3796					
	2019	2020	2021												
	3411	3592	3796												

GRI Ref	Descrição	Valor / Localização	ODS																				
302-4	Redução do consumo de energia	4.2.1. Energia	7, 11, 13																				
		<table border="1"> <thead> <tr> <th></th> <th>2019</th> <th>2020</th> <th>2021</th> </tr> </thead> <tbody> <tr> <td>Número de medidas de eficiência energética / operacional</td> <td>117</td> <td>101</td> <td>91</td> </tr> <tr> <td>Investimento (milhares de euros)</td> <td>1 605</td> <td>2 113</td> <td>1 930</td> </tr> <tr> <td>Poupança de energia (GJ)</td> <td>60 439</td> <td>56 182</td> <td>72 625</td> </tr> <tr> <td>Eficiência energética (%)</td> <td>3,8%</td> <td>3,4%</td> <td>3,8%</td> </tr> </tbody> </table>		2019	2020	2021	Número de medidas de eficiência energética / operacional	117	101	91	Investimento (milhares de euros)	1 605	2 113	1 930	Poupança de energia (GJ)	60 439	56 182	72 625	Eficiência energética (%)	3,8%	3,4%	3,8%	
	2019	2020	2021																				
Número de medidas de eficiência energética / operacional	117	101	91																				
Investimento (milhares de euros)	1 605	2 113	1 930																				
Poupança de energia (GJ)	60 439	56 182	72 625																				
Eficiência energética (%)	3,8%	3,4%	3,8%																				
		A eficiência energética é medida através do peso das poupanças obtidas com medidas implementadas no total dos consumos anuais.																					
302-5	Redução nos requisitos energéticos de produtos e serviços	4.4. Produtos verdes	7, 11, 9, 13																				
TÓPICO MATERIAL: GRI 303 – ÁGUA E EFLUENTES 2018																							
103 – Formas de Gestão 2016																							
103-1	Explicação do tópico material e dos seus limites	Os temas materiais da Corticeira Amorim tiveram como base, o cruzamento dos resultados da auscultação de <i>stakeholders</i> com a perspetiva interna da Empresa e alinhamento com os ODS. Com relação direta com o aspeto água, o tema "Eficiência energética e alterações climáticas" foi considerado um tema de materialidade elevada (2.2.4. Matriz de materialidade).																					
103-2	A abordagem de gestão e respetivos componentes	A Corticeira Amorim tem promovido, ao longo dos anos, diversas iniciativas relacionadas com o consumo de energia (4.2.4. Água e efluentes).																					
103-3	Avaliação da abordagem de gestão	A Corticeira Amorim realiza a medição e monitorização dos indicadores associados a este aspeto e reporta-os neste Relatório (4.2.4. Água e efluentes).																					
	Abordagem de gestão específica	Toda a água captada pela Corticeira Amorim é água doce. A Corticeira Amorim não tem indicação de que as bacias hidrográficas onde ocorrem as captações de água reportadas se encontrem em stress hídrico. Para a caracterização das áreas em stress hídrico no âmbito deste relatório, foi usada a ferramenta do World Resources Institute – Aqueduct Water Risk Atlas, disponível no endereço https://www.wri.org/aqueduct .																					
303-1	Interações com a água como um recurso partilhado	A Corticeira Amorim está ciente da necessidade de preservar o recurso água e tem uma abordagem que assenta em três pilares: redução do consumo, tratamento e regulação hidrológica. A Empresa estabeleceu para o período até 2024 a redução na intensidade no consumo de água de 1% ao ano, nas suas atividades em Portugal. Adicionalmente, assume como estratégia a preservação do montado e dos seus serviços dos ecossistemas, entre os quais está a capacidade de regulação do ciclo da água. A margem esquerda do Tejo-Sado possui cerca de 36% de área ocupada por sobreiros e é um dos sistemas aquíferos mais produtivos e profundos da Península Ibérica, sendo recarregado pela infiltração da água da chuva no solo. A interceção das águas da chuva pelos sobreiros é importante para proteger o solo da erosão hídrica, contribuindo para o combate à desertificação.	6																				
303-2	Gestão dos impactos relacionados com a descarga de água	A Corticeira Amorim cumpre com a legislação em vigor que regulamenta esta matéria e os efluentes da Empresa são sujeitos a tratamento adequado, sobretudo tratamento secundário e terciário, antes de serem enviados para o meio recetor.	6																				
303-3	Captações de água	4.2.4. Água e efluentes	6																				
		<table border="1"> <thead> <tr> <th></th> <th>2020</th> <th>2021</th> </tr> </thead> <tbody> <tr> <td>Captação (m³)</td> <td>770 116</td> <td>654 309</td> </tr> <tr> <td>Água subterrânea</td> <td>724 140</td> <td>604 289</td> </tr> <tr> <td>Rede pública</td> <td>45 976</td> <td>50 020</td> </tr> <tr> <td>Alto risco de stress hídrico</td> <td>205 231</td> <td>209 938</td> </tr> <tr> <td>Baixo risco de stress hídrico</td> <td>564 885</td> <td>444 371</td> </tr> </tbody> </table>		2020	2021	Captação (m³)	770 116	654 309	Água subterrânea	724 140	604 289	Rede pública	45 976	50 020	Alto risco de stress hídrico	205 231	209 938	Baixo risco de stress hídrico	564 885	444 371			
	2020	2021																					
Captação (m³)	770 116	654 309																					
Água subterrânea	724 140	604 289																					
Rede pública	45 976	50 020																					
Alto risco de stress hídrico	205 231	209 938																					
Baixo risco de stress hídrico	564 885	444 371																					
303-4	Descarga de água	4.2.4. Água e efluentes	6																				
		<table border="1"> <thead> <tr> <th></th> <th>2020</th> <th>2021</th> </tr> </thead> <tbody> <tr> <td>Descarga (m³)</td> <td>118 514</td> <td>163 831</td> </tr> <tr> <td>Alto risco de stress hídrico</td> <td>25 670</td> <td>49 335</td> </tr> <tr> <td>Baixo risco de stress hídrico</td> <td>92 844</td> <td>114 496</td> </tr> </tbody> </table>		2020	2021	Descarga (m³)	118 514	163 831	Alto risco de stress hídrico	25 670	49 335	Baixo risco de stress hídrico	92 844	114 496									
	2020	2021																					
Descarga (m³)	118 514	163 831																					
Alto risco de stress hídrico	25 670	49 335																					
Baixo risco de stress hídrico	92 844	114 496																					

GRI Ref	Descrição	Valor / Localização	ODS
303-5	Consumo de água	4.2.4. Água e efluentes	6
		2020	2021
		Consumo (m³)	651 602
		Alto risco de stress hídrico	179 561
		Baixo risco de stress hídrico	472 041
		160 603	329 875

GRI Ref	Descrição	Valor / Localização	ODS
	Intensidade do consumo de água	4.2.4. Água e efluentes	6
		2020	2021
		Consumo de água (m³ / M€)	689
		Portugal	811
		Consumo de água (m³/ Trabalhadores/as)	181
		Portugal	198
		569	129
		140	140

A Corticeira Amorim calcula a intensidade do consumo de água considerando, no numerador, o total de água consumida como indicado no GRI 303-5 e dois denominadores:

– Indicador construído diretamente relacionado com as vendas individuais das empresas que integram o perímetro de sustentabilidade, em milhões de euros.

	2019	2020	2021
	1003	945	950

– Número de colaboradores/as das empresas que integram o perímetro de sustentabilidade.

	2019	2020	2021
	3411	3592	3796

TÓPICO MATERIAL: IMPACTO AMBIENTAL DO PRODUTO

103 – Formas de Gestão 2016

103-1	Explicação do tópico material e dos seus limites	Os temas materiais da Corticeira Amorim tiveram como base, o cruzamento dos resultados da auscultação de <i>stakeholders</i> com a perspetiva interna da Empresa e alinhamento com os ODS. Com relação direta com o aspeto impacto ambiental do produto, o tema "Impacto ambiental do produto", que envolve também a "Responsabilidade e qualidade do produto" e "Satisfação do cliente", foi considerado tema de materialidade elevada (2.2.4. Matriz de materialidade).	
103-2	A abordagem de gestão e respetivos componentes	A Corticeira Amorim tem promovido, ao longo dos anos, diversas iniciativas relacionadas com o impacto ambiental do produto (4.4. Produtos verdes).	
103-3	Avaliação da abordagem de gestão	A Corticeira Amorim realiza a medição e monitorização dos indicadores associados a este aspeto e reporta-os neste Relatório (4.4. Produtos verdes).	
	Desenvolvimento de produtos verdes	4.4. Produtos verdes	9, 13
	Vendas de produtos com análises de ciclo de vida	4.4. Produtos verdes	9, 13
		A Corticeira Amorim desenvolveu, desde 2018, diversos estudos com vista à avaliação dos impactos ambientais/pegadas de carbono dos principais produtos e que concluíram, sem exceção, que o balanço de carbono é negativo quando considerado o sequestro das florestas de sobre e as emissões associadas à produção do produto.	
		Estes estudos, que ultrapassam os 60% das vendas consolidadas do Grupo em 2021, fornecem informação relevante sobre a contribuição ambiental dos produtos de cortiça e facultam aos cerca de 29 mil clientes nacionais e internacionais da Corticeira Amorim informação quantificável sobre como reduzir a própria pegada de carbono dos seus produtos.	

GRI Ref	Descrição	Valor / Localização	ODS
TÓPICO MATERIAL: GRI 304 – BIODIVERSIDADE 2016			
103 – Formas de Gestão 2016			
103-1	Explicação do tópico material e dos seus limites	Os temas materiais da Corticeira Amorim tiveram como base o cruzamento dos resultados da auscultação de <i>stakeholders</i> com a perspetiva interna da Empresa e alinhamento com os ODS. Com relação direta com o aspeto biodiversidade, o tema “Promoção do montado, biodiversidade e serviços dos ecossistemas” foi considerado um tema de materialidade elevada (2.2.4. Matriz de materialidade).	
103-2	A abordagem de gestão e respetivos componentes	A Corticeira Amorim tem promovido, ao longo dos anos, diversas iniciativas relacionadas com a biodiversidade (4.1. Montado).	
103-3	Avaliação da abordagem de gestão	A Corticeira Amorim realiza a medição e monitorização dos indicadores associados a este aspeto e reporta-os neste Relatório (4.1. Montado).	
304-1	Localização e área dos terrenos pertencentes, arrendados ou administrados pela organização, no interior de zonas protegidas, ou a elas adjacentes, e em áreas de alto índice de biodiversidade fora das zonas protegidas	4.1. Montado De acordo com a classificação do Instituto de Conservação da Natureza e das Florestas (ICNF), as áreas onde a Corticeira Amorim desenvolve a sua atividade industrial não se localizam em zonas protegidas, pelo que não se conhece qualquer impacto significativo sobre a biodiversidade nas suas operações.	11, 12, 15
304-2	Impactos significativos das atividades, produtos e serviços da organização sobre a biodiversidade	4.1. Montado	11, 12, 15

TÓPICO MATERIAL: GRI 305 – EMISSÕES 2016

103 – Formas de Gestão 2016			
103-1	Explicação do tópico material e dos seus limites	Os temas materiais da Corticeira Amorim tiveram como base o cruzamento dos resultados da auscultação de <i>stakeholders</i> com a perspetiva interna da Empresa e alinhamento com os ODS. Com relação direta com o aspeto emissões, o tema “Eficiência energética e alterações climáticas” foi considerado um tema de materialidade elevada (2.2.4. Matriz de materialidade).	
103-2	A abordagem de gestão e respetivos componentes	A Corticeira Amorim tem promovido, ao longo dos anos, diversas iniciativas relacionadas com as emissões (4.2.2. Emissões – âmbito 1, 2 e 4.2.3. Emissões – âmbito 3 e 4.2.5. Qualidade do ar e poluição).	
103-3	Avaliação da abordagem de gestão	A Corticeira Amorim realiza a medição e monitorização dos indicadores associados a este aspeto e reporta-os neste Relatório (4.2.2. Emissões – âmbito 1, 2 e 4.2.3. Emissões – âmbito 3 e 4.2.5. Qualidade do ar e poluição).	

Formas de gestão específicas

Fonte de emissões	Unidade	Fator de emissão
Gás natural	kg CO ₂ /GJ	64,1
Gás propano	kg CO ₂ /GJ	63
Gasóleo	kg CO ₂ /GJ	74
Gasolina	kg CO ₂ /GJ	69,2
Biomassa (pó de cortiça)	kg CO ₂ /GJ	0
Biomassa (outra)	kg CO ₂ /GJ	0
Eletricidade – fornecedor – 2021	Kg CO ₂ /kwh	258,39
Eletricidade – fornecedor – 2020	Kg CO ₂ /kwh	207,24
Eletricidade – fornecedor – 2019	Kg CO ₂ /kwh	270,45
Eletricidade – Portugal	Kg CO ₂ /kwh	470,00

Para o cálculo das emissões de CO₂, foram considerados os fatores de conversão utilizados nas auditorias no âmbito do SGCIE, despacho 17313/2008. No caso das emissões associadas ao consumo de eletricidade, assumiu-se pouco material a energia consumida fora de Portugal (cerca de 5%). Assim, foi considerada a referência do SGCIE para o método de mercado e a informação disponível à data de elaboração do relatório do(s) fornecedor(es) de energia para o método de localização. Este último, considera uma média ponderada dos três primeiros trimestres do ano de 2021.

As emissões associadas à queima de biomassa são consideradas neutras, assumindo-se que o CO₂ que está a ser libertado (CO₂ biogénico) foi armazenado no passado pelo produto e não é mais do que uma emissão atrasada.

GRI Ref	Descrição	Valor / Localização	ODS																																				
305-1	Emissões indiretas de GEE (âmbito 1)	4.2.2. Emissões – âmbito 1 e 2	7, 11, 13																																				
		<table border="1"> <thead> <tr> <th></th> <th>2019</th> <th>2020</th> <th>2021</th> </tr> </thead> <tbody> <tr> <td>Emissões âmbito 1 (tCO₂eq)</td> <td>5 336</td> <td>6 432</td> <td>5 898</td> </tr> <tr> <td>Gás natural</td> <td>2 890</td> <td>3 518</td> <td>2 877</td> </tr> <tr> <td>Gás propano</td> <td>355</td> <td>523</td> <td>388</td> </tr> <tr> <td>Gasolina</td> <td>25</td> <td>21</td> <td>33</td> </tr> <tr> <td>Gasóleo</td> <td>2 067</td> <td>2 316</td> <td>2 588</td> </tr> <tr> <td>Outro</td> <td>0</td> <td>54</td> <td>10</td> </tr> <tr> <td>Biomassa (pó de cortiça)</td> <td>0</td> <td>0</td> <td>0</td> </tr> <tr> <td>Biomassa (outra)</td> <td>0</td> <td>0</td> <td>0</td> </tr> </tbody> </table>		2019	2020	2021	Emissões âmbito 1 (tCO ₂ eq)	5 336	6 432	5 898	Gás natural	2 890	3 518	2 877	Gás propano	355	523	388	Gasolina	25	21	33	Gasóleo	2 067	2 316	2 588	Outro	0	54	10	Biomassa (pó de cortiça)	0	0	0	Biomassa (outra)	0	0	0	
	2019	2020	2021																																				
Emissões âmbito 1 (tCO ₂ eq)	5 336	6 432	5 898																																				
Gás natural	2 890	3 518	2 877																																				
Gás propano	355	523	388																																				
Gasolina	25	21	33																																				
Gasóleo	2 067	2 316	2 588																																				
Outro	0	54	10																																				
Biomassa (pó de cortiça)	0	0	0																																				
Biomassa (outra)	0	0	0																																				
		<p>Para o cálculo das emissões de CO₂, foram considerados os fatores de conversão utilizados nas auditorias no âmbito do SGCIE, despacho 17313/2008, conforme detalhe nas formas de gestão específicas.</p> <p>As emissões associadas à queima de biomassa são consideradas neutras, assumindo-se que o CO₂ que está a ser libertado (CO₂ biogénico) foi armazenado no passado pelo produto e não é mais do que uma emissão atrasada.</p>																																					
305-2	Emissões indiretas de GEE (âmbito 2)	4.2.2. Emissões – âmbito 1 e 2	7, 11, 13																																				
		<table border="1"> <thead> <tr> <th></th> <th>2019</th> <th>2020</th> <th>2021</th> </tr> </thead> <tbody> <tr> <td>Emissões de âmbito 2 - método de mercado (tCO₂eq)</td> <td>38 291</td> <td>26 958</td> <td>38 397</td> </tr> <tr> <td>Emissões de âmbito 2 - método de localização (tCO₂eq)</td> <td>66 544</td> <td>61 138</td> <td>69 842</td> </tr> </tbody> </table>		2019	2020	2021	Emissões de âmbito 2 - método de mercado (tCO ₂ eq)	38 291	26 958	38 397	Emissões de âmbito 2 - método de localização (tCO ₂ eq)	66 544	61 138	69 842																									
	2019	2020	2021																																				
Emissões de âmbito 2 - método de mercado (tCO ₂ eq)	38 291	26 958	38 397																																				
Emissões de âmbito 2 - método de localização (tCO ₂ eq)	66 544	61 138	69 842																																				
		<p>No caso das emissões associadas ao consumo de eletricidade, assumiu-se pouco material a energia consumida fora de Portugal (cerca de 5%). Assim, foi considerada a referência do SGCIE para o método de mercado e a informação disponível à data de elaboração do relatório do(s) fornecedor(es) de energia para o método de localização, conforme detalhe nas formas de gestão específicas.</p>																																					
305-3	Outras emissões indiretas de GEE (âmbito 3)	4.2.2. Emissões – âmbito 3	7, 11, 13																																				
		<table border="1"> <thead> <tr> <th></th> <th>2020</th> <th>2021</th> </tr> </thead> <tbody> <tr> <td>Emissões âmbito 3 (tCO₂eq)</td> <td>198 301</td> <td>211 332</td> </tr> <tr> <td>Compra de bens e serviços</td> <td>119 451</td> <td>145 114</td> </tr> <tr> <td>Transporte e distribuição a montante</td> <td>30 642</td> <td>22 558</td> </tr> <tr> <td>Transporte e distribuição a jusante</td> <td>45 011</td> <td>39 834</td> </tr> <tr> <td>Resíduos gerados nas operações</td> <td>235</td> <td>288</td> </tr> <tr> <td>Viagens de negócios</td> <td>360</td> <td>307</td> </tr> <tr> <td>Transporte de colaboradores/as</td> <td>2 602</td> <td>3 231</td> </tr> </tbody> </table>		2020	2021	Emissões âmbito 3 (tCO ₂ eq)	198 301	211 332	Compra de bens e serviços	119 451	145 114	Transporte e distribuição a montante	30 642	22 558	Transporte e distribuição a jusante	45 011	39 834	Resíduos gerados nas operações	235	288	Viagens de negócios	360	307	Transporte de colaboradores/as	2 602	3 231													
	2020	2021																																					
Emissões âmbito 3 (tCO ₂ eq)	198 301	211 332																																					
Compra de bens e serviços	119 451	145 114																																					
Transporte e distribuição a montante	30 642	22 558																																					
Transporte e distribuição a jusante	45 011	39 834																																					
Resíduos gerados nas operações	235	288																																					
Viagens de negócios	360	307																																					
Transporte de colaboradores/as	2 602	3 231																																					
		<p>No caso do consumo de energia fora da Organização, e dado que ainda não existem fatores de conversão na bibliografia que permitam apurar estes dados com rigor, a Corticeira Amorim socorreu-se de alguns pressupostos no que diz respeito ao método de cálculo e fatores de emissão a considerar, quer em relação aos combustíveis, quer em relação aos produtos adquiridos. Por este motivo, o cálculo apresentado é uma estimativa, sendo propósito da Corticeira Amorim continuar a trabalhar para consolidar a metodologia utilizada.</p> <p>A Corticeira Amorim considera que estão representados os aspetos mais importantes da cadeia de valor da Organização, calculando que estão incluídas 90% das emissões totais de âmbito 3, considerando as categorias relevantes das empresas reportadas neste relatório.</p> <p>Foram consideradas seis atividades e os seguintes pressupostos:</p> <ul style="list-style-type: none"> • Compra de bens e serviços – foram consideradas as quantidades de produto comprado; fatores de emissão associados aos produtos ou categoria do produto; 																																					

GRI Ref	Descrição	Valor / Localização	ODS																																								
		<ul style="list-style-type: none"> Transporte e distribuição a montante e distribuição a jusante – foram consideradas as quantidades de produto comprada e vendida, que corresponde a 95% do total; fatores de emissão associados ao transporte dos produtos, por via marítima, aérea e/ou rodoviária; Resíduos gerados nas operações – foram considerados os totais de resíduos produzidos e os resíduos enviados para os respetivos destinatários; fatores de emissão associados ao transporte rodoviário por tonelada transportada; Viagens de negócios – valores das emissões apurados pela agência de viagens; Transporte de colaboradores/as – foi feita a aferição das distâncias percorridas pelos colaboradores/as; fator de emissão associado ao transporte rodoviário pela distância percorrida no trajeto casa-trabalho-casa. Não se efetuou qualquer ajuste em virtude do teletrabalho, por se considerar que não houve interrupções significativas na atividade. <p>Todos os fatores de emissão considerados tiveram como fonte de informação os fatores publicados pelo GHG Protocol e a Defra – Department for Environment, Food & Rural Affairs. Quando não disponível, utilizaram-se os fatores considerados no inventário de emissões de GEE 2018, realizado pela EY em 2019, e que tiveram por referência a "Ecoinvent database 3.5".</p>																																									
305-4	Intensidade de emissões de GEE	4.2.2. Emissões – âmbito 1 e 2	7, 11, 13																																								
		<p>A Corticeira Amorim calcula a intensidade energética considerando, no numerador, o total de energia consumida como indicado no GRI 302-1 e GRI 305-2 (método de mercado), e dois denominadores:</p> <p>Indicador construído diretamente relacionado com as vendas individuais das empresas que integram o perímetro de sustentabilidade, em milhões de euros.</p> <table border="1"> <thead> <tr> <th></th> <th>2019</th> <th>2020</th> <th>2021</th> </tr> </thead> <tbody> <tr> <td></td> <td>1003</td> <td>945</td> <td>950</td> </tr> </tbody> </table> <p>– Número de colaboradores/as das empresas que integram o perímetro de sustentabilidade.</p> <table border="1"> <thead> <tr> <th></th> <th>2019</th> <th>2020</th> <th>2021</th> </tr> </thead> <tbody> <tr> <td></td> <td>3411</td> <td>3592</td> <td>3796</td> </tr> </tbody> </table>		2019	2020	2021		1003	945	950		2019	2020	2021		3411	3592	3796																									
	2019	2020	2021																																								
	1003	945	950																																								
	2019	2020	2021																																								
	3411	3592	3796																																								
305-5	Redução de emissões de GEE	4.2.2. Emissões – âmbito 1 e 2 4.2.3. Emissões – âmbito 3	7, 11, 13																																								
305-7	Emissões de NOX, SOX e outras emissões atmosféricas significativas	4.2.5. Qualidade do ar e poluição																																									
TÓPICO MATERIAL: GRI 306 – EFLUENTES E RESÍDUOS 2016																																											
103 – Formas de Gestão 2016																																											
103-1	Explicação do tópico material e dos seus limites	Os temas materiais da Corticeira Amorim tiveram como base o cruzamento dos resultados da auscultação de <i>stakeholders</i> com a perspetiva interna da Empresa e alinhamento com os ODS. Com relação direta com o aspeto efluentes e resíduos, o tema "Economia circular" foi considerado um tema de materialidade elevada (2.2.4. Matriz de materialidade).																																									
103-2	A abordagem de gestão e respetivos componentes	A Corticeira Amorim tem promovido, ao longo dos anos, diversas iniciativas relacionadas com a gestão de efluentes e resíduos (4.3.3. Resíduos).																																									
103-3	Avaliação da abordagem de gestão	A Corticeira Amorim realiza a medição e monitorização dos indicadores associados a este aspeto e reporta-os neste Relatório (4.3.3. Resíduos).																																									
306-2	Resíduos produzidos, por tipo e por método de tratamento	4.3.3. Resíduos	8, 12																																								
		<table border="1"> <thead> <tr> <th></th> <th>2019</th> <th>2020</th> <th>2021</th> </tr> </thead> <tbody> <tr> <td>Resíduos industriais (t)</td> <td>11 233</td> <td>11 257</td> <td>15 151</td> </tr> <tr> <td>Portugal</td> <td>10 316</td> <td>10 331</td> <td>14 063</td> </tr> <tr> <td>Resto do mundo</td> <td>917</td> <td>926</td> <td>1 088</td> </tr> <tr> <td>Valorizados (t)</td> <td>9 858</td> <td>10 163</td> <td>14 090</td> </tr> <tr> <td>Portugal</td> <td>9 456</td> <td>9 697</td> <td>13 531</td> </tr> <tr> <td>Resto do mundo</td> <td>402</td> <td>466</td> <td>560</td> </tr> <tr> <td>Eliminados (t)</td> <td>1 375</td> <td>1 095</td> <td>1 060</td> </tr> <tr> <td>Não perigosos (t)</td> <td>10 740</td> <td>10 751</td> <td>14 799</td> </tr> <tr> <td>Perigosos (t)</td> <td>493</td> <td>506</td> <td>352</td> </tr> </tbody> </table>		2019	2020	2021	Resíduos industriais (t)	11 233	11 257	15 151	Portugal	10 316	10 331	14 063	Resto do mundo	917	926	1 088	Valorizados (t)	9 858	10 163	14 090	Portugal	9 456	9 697	13 531	Resto do mundo	402	466	560	Eliminados (t)	1 375	1 095	1 060	Não perigosos (t)	10 740	10 751	14 799	Perigosos (t)	493	506	352	
	2019	2020	2021																																								
Resíduos industriais (t)	11 233	11 257	15 151																																								
Portugal	10 316	10 331	14 063																																								
Resto do mundo	917	926	1 088																																								
Valorizados (t)	9 858	10 163	14 090																																								
Portugal	9 456	9 697	13 531																																								
Resto do mundo	402	466	560																																								
Eliminados (t)	1 375	1 095	1 060																																								
Não perigosos (t)	10 740	10 751	14 799																																								
Perigosos (t)	493	506	352																																								

GRI Ref	Descrição	Valor / Localização	ODS																																																																												
TÓPICO: GRI 307 – CONFORMIDADE AMBIENTAL 2016																																																																															
307-1	Incumprimento das leis e regulamentos ambientais	Não existem multas, nem sanções não-monetárias pelo não cumprimento das leis e regulamentos ambientais. Todas as não conformidades detetadas são monitorizadas e é implementado um plano de resposta e mitigação de futuras recorrências. Entre estas ações está a investigação detalhada da ocorrência, ações corretivas para evitar recorrência e comunicação das lições apreendidas.	6, 7, 8, 11, 12, 13																																																																												
TÓPICO MATERIAL: GRI 308 – AVALIAÇÃO DE FORNECEDORES EM MATÉRIA AMBIENTAL 2016																																																																															
103 – Formas de Gestão 2016																																																																															
103-1	Explicação do tópico material e dos seus limites	Os temas materiais da Corticeira Amorim tiveram como base o cruzamento dos resultados da auscultação de stakeholders com a perspetiva interna da Empresa e alinhamento com os ODS. Com relação direta com o aspeto fornecedores, o tema "cadeia de valor" foi considerado um tema de materialidade elevada (2.2.4. Matriz de materialidade).																																																																													
103-2	A abordagem de gestão e respetivos componentes	A Corticeira Amorim tem promovido, ao longo dos anos, diversas iniciativas relacionadas com os fornecedores (2.4. Cadeia de valor).																																																																													
102-3	Avaliação da abordagem de gestão	A Corticeira Amorim realiza a medição e monitorização dos indicadores associados a este aspeto e reporta-os neste Relatório (2.4. Cadeia de valor).																																																																													
	Formas de gestão específicas	O trabalho realizado na cadeia de fornecedores da Corticeira Amorim ocorre em conformidade com estruturas institucionais e jurídicas. As condições de trabalho na cadeia de fornecedores da Corticeira Amorim satisfazem a legislação laboral em vigor em cada geografia onde seja desenvolvida a atividade.																																																																													
308-2	Impactos ambientais negativos na cadeia de fornecedores e ações tomadas	2.4. Cadeia de Valor	8, 12, 17																																																																												
GRI 400 – DIVULGAÇÕES SOCIAIS 2016																																																																															
TÓPICO MATERIAL: GRI 401 – EMPREGO 2016																																																																															
103 – Formas de Gestão 2016																																																																															
103-1	Explicação do tópico material e dos seus limites	Os temas materiais da Corticeira Amorim tiveram como base o cruzamento dos resultados da auscultação de stakeholders com a perspetiva interna da Empresa e alinhamento com os ODS. Com relação direta com o aspeto emprego, o tema "Formação e desenvolvimento" foi considerado um tema de materialidade elevada (2.2.4. matriz de materialidade).																																																																													
103-2	A abordagem de gestão e respetivos componentes	A Corticeira Amorim tem promovido ao longo dos anos diversas iniciativas relacionadas com o emprego (5.1.1. Demografia do emprego).																																																																													
103-3	Avaliação da abordagem de gestão	A Corticeira Amorim realiza a medição e monitorização dos indicadores associados a este aspeto e reporta-os neste Relatório (5.1.1. Demografia do emprego).																																																																													
	Formas de gestão específicas	O trabalho realizado na cadeia de fornecedores da Corticeira Amorim ocorre em conformidade com estruturas institucionais e jurídicas. As condições de trabalho na cadeia de fornecedores da Corticeira Amorim satisfazem a legislação laboral em vigor em cada geografia onde seja desenvolvida a atividade.																																																																													
401-1	Número e taxa de novas contratações e taxa de rotatividade por faixa etária, género e região	5.1.1. Demografia do emprego	5, 8																																																																												
		<table border="1"> <thead> <tr> <th></th> <th>2019</th> <th>2020</th> <th>2021</th> </tr> </thead> <tbody> <tr> <td>Número de entradas</td> <td>524</td> <td>303</td> <td>410</td> </tr> <tr> <td>Taxa de novas contratações</td> <td>15%</td> <td>9%</td> <td>12%</td> </tr> <tr> <td><30</td> <td>41%</td> <td>28%</td> <td>35%</td> </tr> <tr> <td>30 a 50</td> <td>12%</td> <td>8%</td> <td>10%</td> </tr> <tr> <td>>50</td> <td>9%</td> <td>2%</td> <td>3%</td> </tr> <tr> <td>Feminino</td> <td>15%</td> <td>8%</td> <td>11%</td> </tr> <tr> <td>Masculino</td> <td>16%</td> <td>10%</td> <td>12%</td> </tr> <tr> <td>Portugal</td> <td>14%</td> <td>8%</td> <td>11%</td> </tr> <tr> <td>Resto do mundo</td> <td>24%</td> <td>15%</td> <td>21%</td> </tr> <tr> <td>Número de saídas</td> <td>392</td> <td>404</td> <td>341</td> </tr> <tr> <td>Taxa de rotatividade</td> <td>11%</td> <td>12%</td> <td>10%</td> </tr> <tr> <td><30</td> <td>19%</td> <td>19%</td> <td>17%</td> </tr> <tr> <td>30 a 50</td> <td>9%</td> <td>9%</td> <td>9%</td> </tr> <tr> <td>>50</td> <td>12%</td> <td>14%</td> <td>9%</td> </tr> <tr> <td>Feminino</td> <td>11%</td> <td>15%</td> <td>12%</td> </tr> <tr> <td>Masculino</td> <td>16%</td> <td>10%</td> <td>9%</td> </tr> <tr> <td>Portugal</td> <td>10%</td> <td>11%</td> <td>8%</td> </tr> <tr> <td>Resto do mundo</td> <td>21%</td> <td>22%</td> <td>20%</td> </tr> </tbody> </table>		2019	2020	2021	Número de entradas	524	303	410	Taxa de novas contratações	15%	9%	12%	<30	41%	28%	35%	30 a 50	12%	8%	10%	>50	9%	2%	3%	Feminino	15%	8%	11%	Masculino	16%	10%	12%	Portugal	14%	8%	11%	Resto do mundo	24%	15%	21%	Número de saídas	392	404	341	Taxa de rotatividade	11%	12%	10%	<30	19%	19%	17%	30 a 50	9%	9%	9%	>50	12%	14%	9%	Feminino	11%	15%	12%	Masculino	16%	10%	9%	Portugal	10%	11%	8%	Resto do mundo	21%	22%	20%	
	2019	2020	2021																																																																												
Número de entradas	524	303	410																																																																												
Taxa de novas contratações	15%	9%	12%																																																																												
<30	41%	28%	35%																																																																												
30 a 50	12%	8%	10%																																																																												
>50	9%	2%	3%																																																																												
Feminino	15%	8%	11%																																																																												
Masculino	16%	10%	12%																																																																												
Portugal	14%	8%	11%																																																																												
Resto do mundo	24%	15%	21%																																																																												
Número de saídas	392	404	341																																																																												
Taxa de rotatividade	11%	12%	10%																																																																												
<30	19%	19%	17%																																																																												
30 a 50	9%	9%	9%																																																																												
>50	12%	14%	9%																																																																												
Feminino	11%	15%	12%																																																																												
Masculino	16%	10%	9%																																																																												
Portugal	10%	11%	8%																																																																												
Resto do mundo	21%	22%	20%																																																																												
		As fórmulas consideradas são conforme segue:																																																																													
		• Taxa de novas contratações = Número de entradas/número total de colaboradores/as																																																																													
		• Taxa de rotatividade = Número de saídas/número total de colaboradores/as																																																																													

GRI Ref	Descrição	Valor / Localização	ODS
TÓPICO MATERIAL: GRI 402 – RELAÇÕES LABORAIS 2016			
103 – Formas de Gestão 2016			
103-1	Explicação do tópico material e dos seus limites	Os temas materiais da Corticeira Amorim tiveram como base o cruzamento dos resultados da auscultação de <i>stakeholders</i> com a perspectiva interna da Empresa e alinhamento com os ODS. Com relação direta com o aspeto relações laborais, o tema "Formação e Desenvolvimento" foi considerado um tema de materialidade elevada (2.2.4. Matriz de materialidade).	
103-2	A abordagem de gestão e respetivos componentes	A Corticeira Amorim tem promovido, ao longo dos anos, diversas iniciativas relacionadas com as relações laborais (5.1.3. Relações laborais e clima social).	
103-3	Avaliação da abordagem de gestão	A Corticeira Amorim realiza a medição e monitorização dos indicadores associados a este aspeto e reporta-os neste Relatório (5.1. Relações laborais e clima social).	
	Formas de gestão específicas	O trabalho realizado na cadeia de fornecedores da Corticeira Amorim ocorre em conformidade com estruturas institucionais e jurídicas. As condições de trabalho na cadeia de fornecedores da Corticeira Amorim satisfazem a legislação laboral em vigor em cada geografia onde seja desenvolvida a atividade.	
402-1	Prazos mínimos de aviso prévio em caso de alterações operacionais	Normativos com referência a avisos prévios relativos ao local de trabalho (em particular os que devem presidir à sua eventual alteração) cumpridos pela Corticeira Amorim.	8
TÓPICO MATERIAL: GRI 403 – SAÚDE E SEGURANÇA NO TRABALHO 2018			
103 – Formas de Gestão 2016			
103-1	Explicação do tópico material e dos seus limites	Os temas materiais da Corticeira Amorim tiveram como base o cruzamento dos resultados da auscultação de <i>stakeholders</i> com a perspectiva interna da Empresa e alinhamento com os ODS. Com relação direta com o aspeto saúde e segurança no trabalho, o tema "Saúde e Segurança no Trabalho" foi considerado um tema de materialidade elevada (2.2.4. Matriz de materialidade).	
103-2	A abordagem de gestão e respetivos componentes	A Corticeira Amorim tem promovido, ao longo dos anos, diversas iniciativas relacionadas com a saúde e segurança no trabalho (5.2. Segurança, saúde e bem-estar).	
103-3	Avaliação da abordagem de gestão	A Corticeira Amorim realiza a medição e monitorização dos indicadores associados a este aspeto e reporta-os neste Relatório (5.2. Segurança, saúde e bem-estar).	
	Formas de gestão específicas	O trabalho realizado na cadeia de fornecedores da Corticeira Amorim ocorre em conformidade com estruturas institucionais e jurídicas. As condições de trabalho na cadeia de fornecedores da Corticeira Amorim satisfazem a legislação laboral em vigor em cada geografia onde seja desenvolvida a atividade.	
403-1	Sistema de gestão de saúde e segurança do trabalho	A Corticeira Amorim promove o cumprimento de todos os requisitos, normas e procedimentos legais na área de Segurança e Saúde do Trabalho (SST), em todos os países das operações, através da aplicação de boas práticas, conforme se dá nota no subcapítulo 5.2. Segurança, saúde e bem-estar.	
403-2	Identificação de periculosidade, avaliação de riscos e investigação de incidentes	Os procedimentos de identificação de perigos e avaliação dos riscos aplicam-se a todas as tarefas e processos desenvolvidos na Empresa que impliquem risco para a SST. Incluem-se nestes as atividades de rotina, ocasionais e de emergência, desenvolvidas pelos colaboradores/as permanentes, temporários/as ou prestadores/as de serviços nas instalações da Empresa. É responsabilidade dos departamentos de SST assegurar a identificação dos perigos, apreciar o risco e propor/validar medidas corretivas, preventivas ou de oportunidade de melhoria. Os trabalhadores/as são envolvidos e consultados, através da procura do seu ponto de vista, no âmbito da identificação de perigos e da avaliação do risco, bem como da definição das medidas de controlo. Sempre que existam alterações substanciais nos perigos que possam alterar o risco, é promovida uma reavaliação do risco. Não havendo ainda um procedimento específico instituído, cada vez mais todos os incidentes ocorridos na Empresa são analisados por uma equipa multidisciplinar que integra elementos da equipa de SST, o(s) responsável(is) da área onde ocorreu o incidente e as áreas de suporte que possam ser relevantes na análise da ocorrência, bem como os próprios colaboradores/as da área, com vista a identificar a causa raiz do incidente e definir ações de eliminação ou controlo do risco. Os resultados da análise de incidentes são divulgados na Empresa.	3, 8
403-3	Serviços de saúde do trabalho	A Empresa disponibiliza a prestação dos serviços de medicina e enfermagem do trabalho bem como medicina curativa. Dependendo das unidades, estas áreas trabalham sob coordenação ou em articulação com o departamento de SST e visam assegurar o acompanhamento da aptidão dos colaboradores/as para as atividades a desenvolver, eventuais impactos do trabalho na saúde dos mesmos, bem como proporcionar cuidados médicos da saúde em geral.	3, 8

GRI Ref	Descrição	Valor / Localização	ODS
403-4	Participação dos trabalhadores, consulta e comunicação aos trabalhadores referentes a saúde e segurança do trabalho	Os trabalhadores/as são consultados através dos seus representantes para a SST no âmbito do funcionamento da comissão de SST. Compete à comissão de SST: <ul style="list-style-type: none"> Solicitar e apreciar sugestões dos trabalhadores/as sobre questões de relacionadas com segurança e saúde; Realizar visitas aos locais de trabalho para reconhecimento dos riscos para a segurança e saúde, e avaliação das medidas de prevenção adotadas; Propor iniciativas no âmbito da prevenção dos riscos para a segurança e saúde no trabalho, visando a melhoria das condições de trabalho e a correção de deficiências detetadas; Participar na definição de medidas a constar no plano de prevenção; Analisar os elementos disponíveis relativos aos acidentes de trabalho e doenças profissionais; Participar no desenvolvimento do programa anual do departamento de SST e fazer o acompanhamento do mesmo. 	3,8
403-5	Capacitação de trabalhadores/as em saúde e segurança do trabalho	No âmbito da SST é dada especial relevância à formação de acolhimento de novos colaboradores/as, assim como à formação de SST no posto de trabalho, a qual é mandatária sempre que o colaborador/a está perante o início de atividade num novo posto de trabalho. <p>Regularmente, procede-se à reciclagem de conteúdo de formação no âmbito de SST, por forma a garantir a atualização de conhecimentos e a sensibilização necessárias para as questões da saúde e da segurança no trabalho. Cada vez mais é dada a primazia ao desenvolvimento de formações de SST em contexto on job em detrimento da formação em sala, sempre com o objetivo de individualizar a formação e, por essa via, potenciar uma melhor transmissão do conhecimento de segurança junto dos colaboradores/as.</p>	3,8
403-6	Promoção da saúde do trabalhador/a	No âmbito do desenvolvimento da atividade da SST, e da componente da saúde do trabalhador/a, a Empresa disponibiliza junto dos seus colaboradores/as a prestação dos serviços de medicina do trabalho, medicina curativa e enfermagem do trabalho, por forma a assegurar o acesso dos seus colaboradores/as à prestação de cuidados de saúde. <p>Algumas unidades têm implementado programas mais específicos como a ginástica laboral, com vista à prevenção de lesões musculoesqueléticas.</p> <p>São realizados múltiplos rastreios e ações de formação no domínio da saúde ocupacional.</p>	3,8
403-7	Prevenção e mitigação de impactos de saúde e segurança do trabalho diretamente vinculados com relações de negócios	O trabalho realizado na cadeia de fornecedores da Corticeira Amorim ocorre em conformidade com estruturas institucionais e jurídicas. <p>As condições de trabalho na cadeia de fornecedores da Corticeira Amorim satisfazem a legislação laboral em vigor em cada geografia onde seja desenvolvida a atividade.</p>	3,8
403-8	Trabalhadores/as cobertos por um sistema de gestão de saúde e segurança do trabalho	A Empresa tem implementado um sistema de gestão de SST, o qual abrange todas as atividades desenvolvidas dos seus trabalhadores/as (colaboradores/as e trabalhadores/as temporários) e subcontratados/as. O sistema de gestão tem subjacente uma política e objetivos de melhoria do desempenho de SST, os quais estão suportados num plano de atividades e está disponível em várias línguas. Adicionalmente, cerca de 67% dos trabalhadores/as estão abrangidos por sistemas com certificação segundo a norma internacional ISO 45001 ou SA 8000, Informação sobre os sistemas de gestão com certificações externas está disponível no Relatório Consolidado de Gestão – 7. <p>Abordagem à sustentabilidade.</p>	3,8

GRI Ref	Descrição	Valor / Localização	ODS
403-9	Acidentes de trabalho	5.2. Segurança, saúde e bem-estar	3,8

Indicadores de sinistralidade dos trabalhadores:

	2019	2020	2021
Número de acidentes no local de trabalho	119	82	76
Feminino	11	15	10
Masculino	108	67	66
Portugal	89	60	54
Resto do mundo	30	22	22
Índice de frequência de acidentes	20	14	12
Feminino	8	11	7
Masculino	23	15	14
Portugal	17	12	10
Resto do mundo	38	29	29
Índice de gravidade	494	551	554
Feminino	527	551	555
Masculino	0	560	545
Portugal	445	548	412
Resto do mundo	813	573	1 561
Número de mortes	0	0	0
Feminino	0	0	0
Masculino	0	0	0
Portugal	0	0	0
Resto do mundo	0	0	0

Indicadores de sinistralidade dos colaboradores/as:

	2019	2020	2021
Número de acidentes no local de trabalho	107	76	68
Feminino	10	13	10
Masculino	97	63	58
Portugal	77	54	46
Resto do mundo	30	22	22
Índice de frequência de acidentes	19	14	12
Feminino	7	9	7
Masculino	23	15	14
Portugal	16	11	10
Resto do mundo	38	29	30
Índice de frequência de acidentes grande consequência	0,5	0,4	0,4
Feminino	0,0	0,0	0,0
Masculino	0,7	0,5	0,5
Portugal	0,2	0,4	0,0
Resto do mundo	2,5	0,0	2,7
Índice de gravidade	527	551	555
Feminino	347	507	689
Masculino	586	565	512
Portugal	479	546	394
Resto do mundo	820	580	1 588
Número de mortes	0	0	0
Feminino	0	0	0
Masculino	0	0	0
Portugal	0	0	0
Resto do mundo	0	0	0

GRI Ref	Descrição	Valor / Localização	ODS
---------	-----------	---------------------	-----

Indicadores de sinistralidade dos trabalhadores/as temporários:

	2019	2020	2021
Número de acidentes no local de trabalho	12	6	8
Feminino	1	2	0
Masculino	11	4	8
Índice de frequência de acidentes	31	17	14
Feminino	35	38	0
Masculino	31	13	17
Número de mortes	0	0	0
Feminino	0	0	0
Masculino	0	0	0

Taxa de absentismo:

	2019	2020	2021
Taxa de absentismo	4,3%	5,0%	5,8%
Feminino	5,4%	6,6%	6,7%
Masculino	3,9%	4,4%	5,5%
Portugal	4,3%	5,4%	5,1%
Resto do mundo	4,0%	2,3%	10,2%

O procedimento de cálculo do índice de frequência e da taxa de dias perdidos está de acordo com ILO Code of Practice. As fórmulas consideradas são conforme segue:

- Índice de frequência = Número de acidentes/Horas trabalhadas x 1 000 000;
- Índice de frequência de grande consequência = Número de acidentes de grande consequência/Horas trabalhadas x 1 000 000;
- Taxa de dias perdidos (índice de gravidade) = Número de dias perdidos/Horas trabalhadas x 1 000 000;
- Taxa de absentismo = Dias de ausência/Dias potenciais de trabalho.

No cálculo dos dias potenciais, não são contabilizados os feriados. Para o cálculo do índice de frequência, apenas se consideram os acidentes que dão origem a dias perdidos. Na determinação dos dias perdidos, considera-se o número de dias úteis e começa a contar-se no dia seguinte ao da ocorrência do acidente até ao regresso ao trabalho do acidentado/a.

403-10	Doenças profissionais	5.2. Segurança, saúde e bem-estar	3,8
--------	-----------------------	-----------------------------------	-----

	2019	2020	2021
Número de doenças ocupacionais	21	35	65
Feminino	6	22	34
Masculino	15	13	31
Portugal	18	34	64
Resto do mundo	3	1	1
Taxa de doenças ocupacionais	4	6	12
Feminino	4	16	25
Masculino	3	3	7
Portugal	4	7	13
Resto do mundo	4	1	1

O procedimento de cálculo da taxa de doenças ocupacionais está de acordo com ILO Code of Practice. A fórmula considerada é conforme segue:

- Taxa de doenças ocupacionais = Número de casos de doenças ocupacionais / Horas trabalhadas x 1 000 000;

GRI Ref	Descrição	Valor / Localização	ODS																																													
TÓPICO MATERIAL: GRI 404- FORMAÇÃO E EDUCAÇÃO 2016																																																
103 – Formas de Gestão 2016																																																
103-1	Explicação do tópico material e dos seus limites	Os temas materiais da Corticeira Amorim tiveram como base o cruzamento dos resultados da auscultação de <i>stakeholders</i> com a perspetiva interna da Empresa e alinhamento com os ODS. Com relação direta com o aspeto formação e educação, o tema "Formação e Desenvolvimento" foi considerado um tema de materialidade elevada (2.2.4. Matriz de materialidade).																																														
103-2	A abordagem de gestão e respetivos componentes	A Corticeira Amorim tem promovido, ao longo dos anos, diversas iniciativas relacionadas com a formação e educação (5.1.5. Desenvolvimento de competências e formação).																																														
103-3	Avaliação da abordagem de gestão	A Corticeira Amorim realiza a medição e monitorização dos indicadores associados a este aspeto e reporta-os neste Relatório (5.1.5. Desenvolvimento de competências e formação).																																														
404-1	Média de horas de formação anual por colaborador/a, género e categoria profissional	5.1.5. Desenvolvimento de competências e formação Número total de horas de formação por trabalhador/a e contrato de trabalho:	4, 5, 8																																													
		<table border="1"> <thead> <tr> <th></th> <th>2020</th> <th>2021</th> </tr> </thead> <tbody> <tr> <td>Número total de horas de formação</td> <td>56 870</td> <td>67 094</td> </tr> <tr> <td>Colaboradores/as</td> <td>44 385</td> <td>52 365</td> </tr> <tr> <td>Trabalhadores/as temporários</td> <td>12 485</td> <td>14 729</td> </tr> </tbody> </table>		2020	2021	Número total de horas de formação	56 870	67 094	Colaboradores/as	44 385	52 365	Trabalhadores/as temporários	12 485	14 729																																		
	2020	2021																																														
Número total de horas de formação	56 870	67 094																																														
Colaboradores/as	44 385	52 365																																														
Trabalhadores/as temporários	12 485	14 729																																														
		Média de horas de formação por contrato de trabalho, género e categoria profissional:																																														
		<table border="1"> <thead> <tr> <th></th> <th>2020</th> <th>2021</th> </tr> </thead> <tbody> <tr> <td>Média global</td> <td>16</td> <td>18</td> </tr> <tr> <td>Colaboradores/as</td> <td>13</td> <td>15</td> </tr> <tr> <td>Trabalhadores/as temporários</td> <td>45</td> <td>38</td> </tr> <tr> <td>Feminino</td> <td>15</td> <td>21</td> </tr> <tr> <td>Masculino</td> <td>12</td> <td>17</td> </tr> <tr> <td>Administradores/as</td> <td>9</td> <td>6</td> </tr> <tr> <td>Diretores/as</td> <td>25</td> <td>28</td> </tr> <tr> <td>Chefes de departamento</td> <td>18</td> <td>30</td> </tr> <tr> <td>Comerciais</td> <td>20</td> <td>32</td> </tr> <tr> <td>Técnicos/as de suporte à gestão</td> <td>29</td> <td>34</td> </tr> <tr> <td>Supervisores/as de equipa</td> <td>24</td> <td>34</td> </tr> <tr> <td>Administrativos/as</td> <td>15</td> <td>14</td> </tr> <tr> <td>Técnicos/as de manutenção, qualidade e logística</td> <td>14</td> <td>19</td> </tr> <tr> <td>Operadores/as de produção</td> <td>9</td> <td>14</td> </tr> </tbody> </table>		2020	2021	Média global	16	18	Colaboradores/as	13	15	Trabalhadores/as temporários	45	38	Feminino	15	21	Masculino	12	17	Administradores/as	9	6	Diretores/as	25	28	Chefes de departamento	18	30	Comerciais	20	32	Técnicos/as de suporte à gestão	29	34	Supervisores/as de equipa	24	34	Administrativos/as	15	14	Técnicos/as de manutenção, qualidade e logística	14	19	Operadores/as de produção	9	14	
	2020	2021																																														
Média global	16	18																																														
Colaboradores/as	13	15																																														
Trabalhadores/as temporários	45	38																																														
Feminino	15	21																																														
Masculino	12	17																																														
Administradores/as	9	6																																														
Diretores/as	25	28																																														
Chefes de departamento	18	30																																														
Comerciais	20	32																																														
Técnicos/as de suporte à gestão	29	34																																														
Supervisores/as de equipa	24	34																																														
Administrativos/as	15	14																																														
Técnicos/as de manutenção, qualidade e logística	14	19																																														
Operadores/as de produção	9	14																																														
404-3	Percentagem de Colaboradores/as que recebem, regularmente, análises de desempenho e de desenvolvimento de carreira	5.1.4. Gestão da carreira e promoção da empregabilidade	4, 5, 8																																													
		<table border="1"> <thead> <tr> <th></th> <th>2020</th> <th>2021</th> </tr> </thead> <tbody> <tr> <td>Trabalhadores/as com análises de desempenho e de desenvolvimento de carreira</td> <td>1688</td> <td>2084</td> </tr> <tr> <td>Trabalhadores/as com análises de desempenho e de desenvolvimento de carreira (%)</td> <td>47%</td> <td>55%</td> </tr> </tbody> </table>		2020	2021	Trabalhadores/as com análises de desempenho e de desenvolvimento de carreira	1688	2084	Trabalhadores/as com análises de desempenho e de desenvolvimento de carreira (%)	47%	55%																																					
	2020	2021																																														
Trabalhadores/as com análises de desempenho e de desenvolvimento de carreira	1688	2084																																														
Trabalhadores/as com análises de desempenho e de desenvolvimento de carreira (%)	47%	55%																																														
TÓPICO MATERIAL: GRI 405 – DIVERSIDADE E IGUALDADE DE OPORTUNIDADES 2016																																																
103 – Formas de Gestão 2016																																																
103-1	Explicação do tópico material e dos seus limites	Os temas materiais da Corticeira Amorim tiveram como base, o cruzamento dos resultados da auscultação de <i>stakeholders</i> com a perspetiva interna da Empresa e alinhamento com os ODS. Com relação direta com o aspeto diversidade e igualdade de oportunidades, o tema "Formação e Desenvolvimento" foi considerado um tema de materialidade elevada (2.2.4. matriz de materialidade).																																														
103-2	A abordagem de gestão e respetivos componentes	A Corticeira Amorim tem promovido, ao longo dos anos, diversas iniciativas relacionadas com a diversidade e igualdade de oportunidades (5.1.7. Diversidade, inclusão e não discriminação).																																														
103-3	Avaliação da abordagem de gestão	A Corticeira Amorim realiza a medição e monitorização dos indicadores associados a este aspeto e reporta-os neste Relatório (5.1.7. Diversidade, inclusão e não discriminação).																																														
	Formas de gestão específicas	A Corticeira Amorim preconiza uma política de gestão e motivação de pessoas que promove a não discriminação de qualquer natureza, a igualdade de oportunidades no âmbito do recrutamento, na promoção e formação dos seus colaboradores/as, na remuneração e nas condições de trabalho.																																														

GRI Ref	Descrição	Valor / Localização	ODS
405-1	Mão de obra por género e faixa etária e outros indicadores de diversidade	5.1.1. Demografia do emprego 5.1.7. Diversidade, inclusão e não discriminação	4, 5, 8

Composição do Conselho de Administração da Corticeira Amorim, S.G.P.S., S.A.

	2019	2020	2021
Administradores/as	6	6	10
Feminino	2	2	4
Masculino	4	4	6
Executivos/as	3	3	4
Feminino	0	0	1
Masculino	3	3	3
Independentes	0	0	4
Feminino	0	0	2
Masculino	0	0	2
Não-executivos/as	3	3	6
Feminino	2	2	3
Masculino	1	1	3

Trabalhadores/as, por género e faixa etária:

	Idade			Género		Total
	< 30	30 – 50	>50	Feminino	Masculino	
Administradores/as*	0	2	22	4	20	24
Diretores/as	0	57	34	12	79	91
Chefes de departamento	11	59	27	38	59	97
Comerciais	9	50	28	20	67	87
Técnicos/as de suporte à gestão	88	127	28	95	148	243
Supervisores/as de equipa	5	52	37	21	72	93
Administrativos/as	33	127	77	147	91	238
Técnicos/as de manutenção, qualidade, logística	58	207	127	83	308	391
Operadores/as de produção	394	1 400	737	520	2 012	2 532
Total 2020	514	1 951	1 077	879	2 713	3 592
Total 2021	598	2 081	1 117	940	2 856	3 796

*Administradores/as do Grupo Corticeira Amorim

Cargos de chefia, por género e geografia:

	2019	2020	2021
Cargos de chefia	318	292	305
Portugal	249	245	252
Resto do mundo	69	47	53
Feminino	63	63	75
Portugal	52	55	63
Resto do mundo	11	8	12
Masculino	255	229	230
Portugal	197	190	189
Resto do mundo	58	39	41

GRI Ref	Descrição	Valor / Localização	ODS																
		A Corticeira Amorim considera cargos de chefia as categorias de administradores/as, diretores/as, chefes de departamento e supervisores/as de equipa. Detalha-se abaixo, o número de trabalhadores/as em cargos de chefia, por género, referente ao universo representado neste relato: 3 796 trabalhadores/as:																	
		Para efeitos de comparação com outras informações divulgadas pela Corticeira Amorim, apresenta-se o número de trabalhadores/as correspondente ao perímetro total, por género:																	
		<table border="1"> <thead> <tr> <th></th> <th>2019</th> <th>2020</th> <th>2021</th> </tr> </thead> <tbody> <tr> <td>Trabalhadores/as</td> <td>4424</td> <td>4357</td> <td>4642</td> </tr> <tr> <td>Feminino</td> <td>1 121</td> <td>1 066</td> <td>1 149</td> </tr> <tr> <td>Masculino</td> <td>3 303</td> <td>3 291</td> <td>3 493</td> </tr> </tbody> </table>		2019	2020	2021	Trabalhadores/as	4424	4357	4642	Feminino	1 121	1 066	1 149	Masculino	3 303	3 291	3 493	
	2019	2020	2021																
Trabalhadores/as	4424	4357	4642																
Feminino	1 121	1 066	1 149																
Masculino	3 303	3 291	3 493																

405-2 Rácio do salário e remuneração entre mulheres e homens, por categoria funcional

5.1.1. Demografia do emprego

5.1.7. Diversidade, inclusão e não discriminação

4, 5, 8

Rácio do salário fixo:

	2019	2020	2021
Diretores/as	0,73	0,95	0,77
Chefes de departamento	1,03	0,96	0,94
Comerciais	0,86	0,55	0,53
Técnicos/as de suporte à gestão	0,80	0,81	0,82
Supervisores/as de equipa	1,07	1,23	1,33
Administrativos/as	1,14	1,08	1,13
Técnicos/as de manutenção, qualidade, logística	0,78	0,88	0,90
Operadores/as de produção	0,90	1,03	1,02
Geral	0,86	0,92	0,96

Rácio das remunerações (todas as componentes salariais):

	2019	2020	2021
Diretores/as	0,66	0,84	0,68
Chefes de departamento	0,89	0,95	0,92
Comerciais	0,88	0,55	0,54
Técnicos/as de suporte à gestão	0,78	0,82	0,85
Supervisores/as de equipa	1,02	1,17	1,22
Administrativos/as	1,05	1,00	1,05
Técnicos/as de manutenção, qualidade, logística	0,77	0,82	0,73
Operadores/as de produção	0,84	0,94	0,93
Geral	0,79	0,86	0,88

TÓPICO: GRI 413 – COMUNIDADES LOCAIS 2016

413-1 Operações com programas implementados de envolvimento da comunidade local, avaliação de impactos e desenvolvimento local

3.4. Compromissos voluntários

5.3. Comunidade / Sociedade e Inovação

TÓPICO: GRI 414 – AVALIAÇÃO SOCIAL DE FORNECEDORES 2016

414-2 Impactos sociais negativos na cadeia de fornecimento e ações tomadas

2.4. Cadeia de valor

8, 12, 17

TÓPICO: GRI 415 – AVALIAÇÃO SOCIAL DE FORNECEDORES 2016

415-1 Contribuições políticas

A Corticeira Amorim assume-se como uma organização apartidária e apolítica. Não apoia financeiramente ou em espécie, em qualquer circunstância, partidos políticos, organizações ou indivíduos a estes associados cuja missão seja essencialmente política.

Mozelos, 4 de abril de 2022

O Conselho de Administração
da Corticeira Amorim, S.G.P.S., S.A.

Presidente:
António Rios de Amorim

Vice-Presidente:
Nuno Filipe Vilela Barroca de Oliveira

Vogais:
Fernando José de Araújo dos Santos Almeida
Cristina Rios de Amorim Baptista
Luisa Alexandra Ramos Amorim
Juan Ginesta Viñas
José Pereira Alves
Marta Parreira Coelho Pinto Ribeiro
Cristina Galhardo Vilão
António Lopes Seabra

9 – RELATÓRIO DE VERIFICAÇÃO INDEPENDENTE

Relatório Independente de Garantia Limitada de Fiabilidade sobre o Relatório de Sustentabilidade

Ao Conselho de Administração de
Corticeira Amorim, S.G.P.S., S.A.

Introdução

1. Fomos contratados pelo Conselho de Administração de Corticeira Amorim, S.G.P.S., S.A. para procedermos à revisão independente do Relatório de Sustentabilidade 2021, incluído no Relatório Anual Consolidado 2021, adiante designado por “Relatório de Sustentabilidade”, relativamente ao seu desempenho em sustentabilidade no período de 1 de janeiro a 31 de dezembro de 2021.

Responsabilidades

2. É da responsabilidade do Conselho de Administração a preparação do Relatório de Sustentabilidade bem como a manutenção de um sistema de controlo interno apropriado, que permita que a informação apresentada esteja isenta de distorções materiais devido a fraude ou erro.
3. A nossa responsabilidade consiste em emitir um relatório de garantia limitada de fiabilidade, profissional e independente, baseado nos procedimentos realizados e descritos na secção “Âmbito” abaixo.

Âmbito

4. O trabalho que realizámos foi planeado e executado de acordo com a Norma Internacional sobre Trabalhos de Garantia de Fiabilidade (ISAE 3000 – Revista) – “Trabalhos de Garantia de Fiabilidade que não sejam Auditorias ou Exames Simplificados de Informação Financeira Histórica” emitida pelo International Auditing and Assurance Standards Board, para um nível de garantia limitada de fiabilidade.
5. Os procedimentos executados num trabalho de garantia limitada de fiabilidade, variam quanto à natureza e à tempestividade, e são menos extensos do que num trabalho de garantia razoável de fiabilidade, e por conseguinte, proporcionam menor segurança do que um trabalho destinado à obtenção de uma garantia razoável de fiabilidade. Nestas circunstâncias, os nossos procedimentos de revisão independente consistiram em:
 - ▶ Indagações ao órgão de gestão para compreender o modo como está estruturado o sistema de informação e o conhecimento dos intervenientes sobre as matérias incluídas no relato;
 - ▶ Revisão dos processos, critérios e sistemas aplicados para recolher, agregar, apresentar e validar os dados relativos ao ano de 2021;
 - ▶ Execução, numa base de amostragem, de testes aos cálculos efetuados pelo órgão de gestão, bem como testes de comprovação da informação quantitativa e qualitativa incluída no relato;
 - ▶ Confirmação da observância por parte dos responsáveis de determinadas unidades operacionais das instruções de recolha, agregação, validação e relato de informação de desempenho; e
 - ▶ Verificação da conformidade da informação constante do Relatório de Sustentabilidade com o resultado do nosso trabalho.
6. Relativamente às normas de reporte de sustentabilidade da Global Reporting Initiative - GRI Standards, o nosso trabalho consistiu na aferição da auto-avaliação feita pelo órgão de gestão sobre a opção de aplicação das GRI Standards e do cumprimento do disposto no artigo 508-G do Código das Sociedades Comerciais (divulgação de informação não financeira) e no artigo 245-A, al. r) do Código dos Valores Mobiliários (divulgação da política de diversidade relativamente aos órgãos de administração e de fiscalização).

Qualidade e independência

7. Aplicámos a Norma Internacional de Controlo de Qualidade 1 (ISQC1) e, como tal, mantemos um sistema de controlo de qualidade, incluindo políticas e procedimentos documentados relativos ao cumprimento com requisitos éticos, normas profissionais e requisitos legais e regulatórios aplicáveis e cumprimos com os requisitos de independência e ética do Código de Ética do International Ethics Standards Board for Accountants (IESBA) e do Código de Ética da Ordem dos Revisores Oficiais de Contas (OROC).

Conclusão

8. Com base no trabalho efetuado e evidência obtida, nada chegou ao nosso conhecimento que nos leve a concluir que a informação constante no Relatório de Sustentabilidade, para o período findo em 31 de dezembro de 2021, não esteja isenta de distorções materialmente relevantes. Adicionalmente, nada chegou ao nosso conhecimento que nos leve a concluir que o Relatório de Sustentabilidade não inclui os dados e a informação requeridos para uma opção "De acordo - Essencial" tal como definido pelas normas GRI Standards, pelo artigo 508-G do Código das Sociedades Comerciais e pelo artigo 245-A al. r) do Código dos Valores Mobiliários.

Lisboa, 6 de abril de 2022

Ernst & Young Audit & Associados – SROC, S.A.
Sociedade de Revisores Oficiais de Contas
Representada por:



Manuel Ladeiro de Carvalho Coelho da Mota - ROC n° 1410
Registado na CMVM com o n° 20161020



© OMDesign, 2009

DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS CONSOLIDADAS

05

A Corticeira Amorim aposta na valorização do *packaging*, oferecendo possibilidades ilimitadas de customização que incluem uma ampla gama de materiais.



A Corticeira Amorim coloca no centro da sua atuação as pessoas como recentemente reconheceu o estudo «Employer Brand Research 2021», inquério realizado pela Randstad à escala global que elegeu a empresa a mais atrativa para trabalhar em Portugal no setor da indústria.

Demonstração Consolidada da Posição Financeira

	Notas	31 Dezembro 2021	31 Dezembro 2020
Ativo			
Ativos fixos tangíveis	9	283 990	281 676
Ativos intangíveis	10	17 266	16 170
Direito de uso	11	6 173	6 241
Goodwill	10	9 843	13 746
Ativos biológicos		62	23
Propriedades de investimento	12	5 311	5 403
Investimentos em associadas e emp. conjuntos	13	42 401	24 046
Outros ativos financeiros	14	1 868	1 603
Impostos diferidos	15	12 131	14 672
Outros devedores	18	3 238	3 405
Ativos não correntes		382 282	366 986
Inventários	16	340 167	364 109
Clientes	17	182 653	161 360
Imposto sobre o rendimento	15	10 398	4 838
Outros devedores	18	53 697	35 724
Outros ativos	18	2 489	2 402
Caixa e equivalentes	19	109 604	70 266
Ativos correntes		699 008	638 699
Total do Ativo		1 081 289	1 005 684
Capital Próprio			
Capital social	20	133 000	133 000
Reservas e outras componentes do capital próprio	20	388 191	352 382
Resultado líquido do exercício		74 755	64 326
Interesses que não controlam	21	27 336	26 948
Total do Capital Próprio		623 283	576 656
Passivo			
Dívida remunerada	22	87 573	92 192
Outros passivos financeiros	24	14 644	21 436
Provisões	25	3 698	3 349
Benefícios pós-emprego	26	2 184	2 068
Impostos diferidos	15	51 041	50 570
Passivos não correntes		159 141	169 616
Dívida remunerada	22	70 103	88 791
Fornecedores	23	160 825	110 402
Outros passivos financeiros	24	45 883	41 238
Outros passivos	24	17 634	17 216
Imposto sobre o rendimento	15	4 421	1 767
Passivos correntes		298 866	259 413
Total do Passivo e Capital Próprio		1 081 289	1 005 684

milhares de euros

(para ser lido em conjunto com as notas às Demonstrações Financeiras consolidadas em anexo)

Demonstração Consolidada de Resultados por Naturezas

4T21 (não auditado)	4T20 (não auditado)		Notas	2021	2020
200 688	168 692	Vendas	8	837 820	740 113
- 108 495	- 74 786	Custo das mercadorias vendidas e das matérias consumidas		- 410 354	- 350 210
7 628	- 8 308	Variação de produção		- 11 649	- 13 540
- 41 963	- 28 826	Fornecimento e serviços externos	27	- 142 554	- 123 200
- 36 698	- 32 705	Gastos com pessoal	28	- 146 098	- 138 054
139	1 588	Ajustamentos de imparidade de ativos	29	2 249	645
5 815	3 618	Outros rendimentos e ganhos	30	11 915	13 509
- 3 027	- 1 648	Outros gastos e perdas	30	- 6 930	- 6 752
24 088	27 626	Cash Flow operacional corrente (EBITDA corrente)		134 399	122 512
- 9 692	- 9 413	Depreciações/Amortizações	9, 10, 11	- 40 735	- 36 547
14 396	18 213	Resultados operacionais correntes (EBIT corrente)		93 664	85 965
- 1 411	- 4 164	Resultados não recorrentes	31	6 386	- 5 816
- 649	- 1 002	Gastos financeiros	32	- 1 688	- 2 368
22	50	Rendimentos financeiros	32	102	227
186	267	Ganhos (perdas) em associadas e emp. conjuntos	13	2 995	2 105
12 544	13 364	Resultados antes de impostos		101 459	80 113
5 138	3 774	Imposto sobre os resultados	15	- 18 422	- 11 502
17 682	17 138	Resultado líquido		83 036	68 611
		Atribuível a:			
958	1 325	Interesses que não controlam	21	8 281	4 285
16 724	15 814	Acionistas da Corticeira Amorim		74 755	64 326
0,126	0,119	Resultado por ação - básico e diluído (euros por ação)		0,562	0,484

milhares de euros

(para ser lido em conjunto com as notas às Demonstrações Financeiras consolidadas em anexo)

Demonstração Consolidada do Rendimento Integral

4T21 (não auditado)	4T20 (não auditado)		Notas	2021	2020
17 682	17 138	Resultado Líquido consolidado do período		83 036	68 611
		Itens que poderão ser reclassificados para resultados:			
73	261	Variação do Justo Valor dos instrumentos financeiros derivados	15	- 540	219
323	- 4 216	Variação das diferenças de conversão cambial e outras	15	665	- 3 317
511	399	Outro rendimento integral de associadas contabilizadas pelo método de equivalência patrimonial	15	1 704	- 76
- 173	18	Outro rendimento integral	15	- 460	2
734	- 3 538	Outros itens de rendimentos integrais líquidos de imposto		1369	- 3172
18 417	13 600	Total do rendimento integral		84 406	65 439
		Atribuível a:			
17 638	13 000	Acionista da Corticeira Amorim		77 147	61 638
779	600	Interesses que não controlam		7 259	3 801

milhares de euros

(para ser lido em conjunto com as notas às Demonstrações Financeiras consolidadas em anexo)

(os itens nesta Demonstração estão apresentados líquidos de impostos. Imposto sobre o rendimento relacionado com as outras componentes do rendimento integral apresentado na nota 15)

Demonstração Consolidada dos Fluxos de Caixa

4T21 (não auditado)	4T20 (não auditado)		Notas	2021	2020
ATIVIDADES OPERACIONAIS					
227 586	186 190	Recebimentos de clientes		878 726	791 945
-201 067	-139 095	Pagamentos a fornecedores		-631 305	-591 768
-37 201	-26 791	Pagamentos ao Pessoal		-141 240	-129 535
-10 682	20 304	Fluxo gerado pelas operações		106 181	70 642
-6 137	-3 473	Pagamento/recebimento do imposto s/ o rendimento		-18 545	-4 897
23 904	2 559	Outros rec./pag. relativos à atividade operacional		69 995	54 336
7 085	19 390	FLUXOS DAS ATIVIDADES OPERACIONAIS		157 631	120 081
ATIVIDADES DE INVESTIMENTO					
Recebimentos provenientes de:					
194	2 086	Ativos fixos tangíveis		876	2 873
377	-	Ativos intangíveis		377	-
25	-55	Investimentos financeiros		44	441
130	252	Outros ativos		222	552
0	11	Juros e proveitos relacionados		84	133
1 647	175	Dividendos		1 822	350
Pagamentos respeitantes a:					
-14 641	-6 432	Ativos fixos tangíveis		-36 017	-36 621
4 932	4 852	Investimentos financeiros		-15 514	-200
-1 307	-5 021	Ativos intangíveis		-5 599	-5 890
-0	-	Aquisição Outros Ativos		-0	-16
-8 643	-4 132	FLUXOS DAS ATIVIDADES DE INVESTIMENTOS		-53 705	-38 378
ATIVIDADES DE FINANCIAMENTO					
Recebimentos provenientes de:					
22 450	16 693	Empréstimos obtidos		22 450	66 619
2 249	1 353	Subsídios de investimento		5 632	5 769
-150	-	Transações com Interesses que não controlam		49	143
776	523	Outros		2 598	2 087
Pagamentos respeitantes a:					
-5 832	-15 180	Empréstimos obtidos		-41 509	-68 696
-453	-678	Juros e gastos similares		-1 588	-2 099
-1 817	-1 261	Locações		-2 772	-2 180
-5 000	-7 068	Transações com Interesses que não controlam	21	-5 000	-7 068
-11 305	-	Dividendos pagos aos acionistas da Corticeira Amorim	20	-35 910	-24 605
-266	-1 025	Dividendos pagos aos Interesses que não controlam	21	-2 232	-1 948
-1 391	45	Subsídios de investimento		-2 403	-613
-163	-137	Outros		-531	-484
-903	-6 735	FLUXOS DAS ATIVIDADES DE FINANCIAMENTO		-61 216	-33 075
-2 461	8 523	Variações de caixa e seus equivalentes		42 709	48 628
47	80	Efeito das diferenças de câmbio		42	-331
-	-	Varição de perímetro		-	-
69 474	15 706	Caixa e seus equivalentes no início do período	19	24 309	-23 988
67 060	24 309	Caixa e seus equivalentes no fim do período	19	67 060	24 309

milhares de euros

(para ser lido em conjunto com as notas às Demonstrações Financeiras consolidadas em anexo)

Demonstração Consolidada das Alterações no Capital Próprio

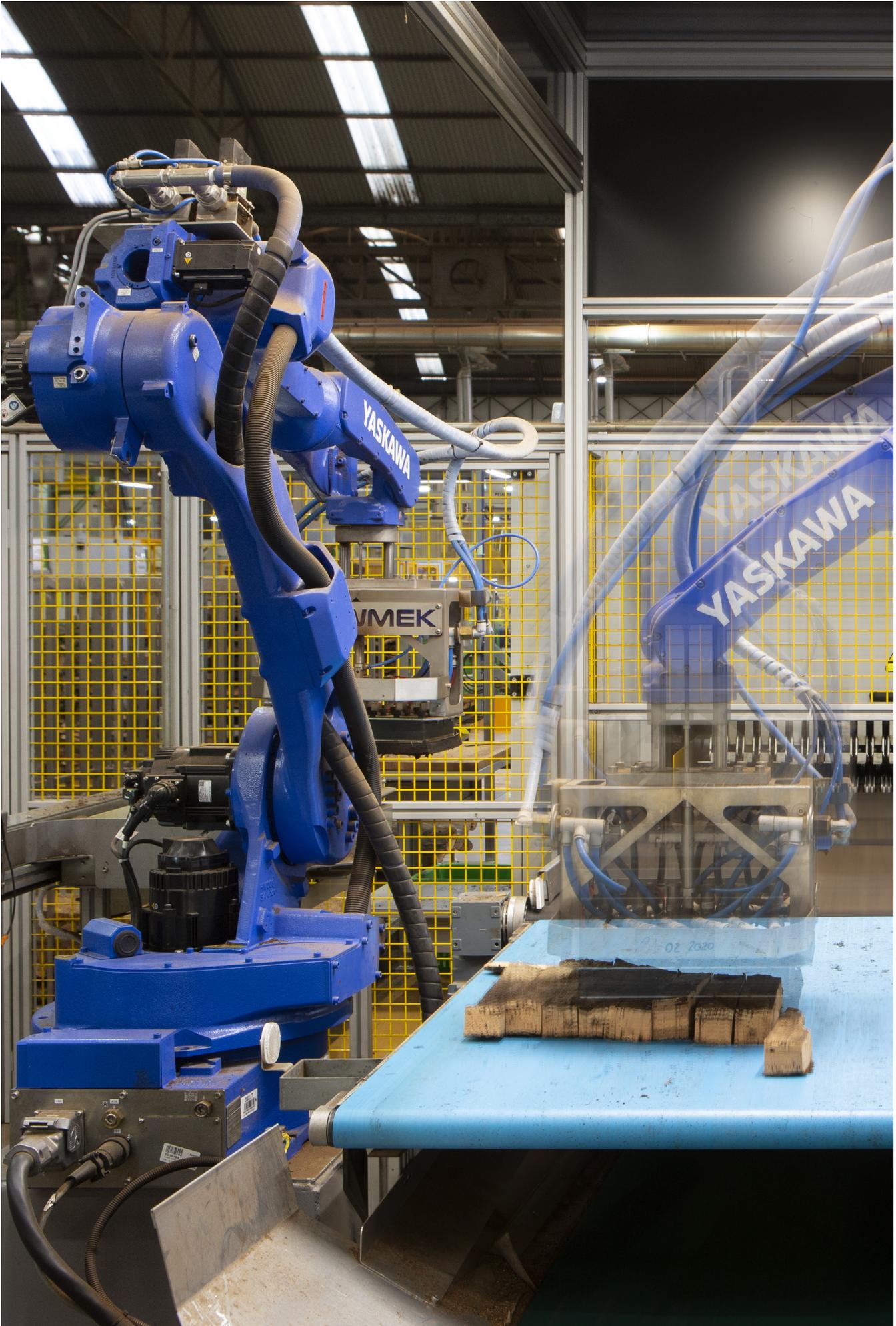
Capital próprio atribuível aos accionistas da Corticeira Amorim, SGPS, S.A.										
	Notas	Capital	Prémios de Emissão de Ações	Derivados designados como de cobertura	Reservas cambiais	Reserva legal	Outras reservas	Resultado líquido	Interesses que não controlam	Total do Capital Próprio
Saldo a 1 de janeiro de 2020		133 000	38 893	212	-4 127	24 471	242 068	74 947	30 081	539 543
Afetação do resultado do exercício anterior	20	-	-	-	-	2 129	72 818	-74 947	-	-
Dividendos distribuídos	20	-	-	-	-	-	-24 605	-	-1 948	-26 553
Alterações de perímetro	21	-	-	-	-	-	-	-	70	70
Alterações da percentagem de interesse mantendo controlo	21	-	-	-	-	-	3 212	-	-5 056	-1 844
Resultado líquido consolidado do período	20 e 21	-	-	-	-	-	-	64 326	4 285	68 611
Varição do justo valor dos instrumentos financeiros derivados	3	-	-	219	-	-	-	-	-	219
Varição das diferenças de conversão cambial	20 e 21	-	-	-	-3 053	-	-	-	-264	-3 317
Outro rendimento integral de associadas	13	-	-	-	-1 863	-	1 787	-	-	-76
Outro rendimento integral		-	-	-	-	-	222	-	-220	2
Rendimentos integrais totais do período		-	-	219	-4 916	-	2 009	64 326	3 801	65 439
Saldo a 31 de dezembro de 2020		133 000	38 893	431	-9 043	26 600	295 501	64 326	26 948	576 656
Saldo a 1 de janeiro de 2021		133 000	38 893	431	-9 043	26 600	295 501	64 326	26 948	576 656
Afetação do resultado do exercício anterior	20	-	-	-	-	-	64 326	-64 326	-	-
Dividendos distribuídos	20	-	-	-	-	-	-35 910	-	-2 232	-38 142
Alterações de perímetro	21	-	-	-	-	-	-	-	48	48
Alterações da percentagem de interesse mantendo controlo	21	-	-	-	-	-	5 000	-	-4 687	313
Resultado líquido consolidado do período	20 e 21	-	-	-	-	-	-	74 755	8 281	83 036
Varição do justo valor dos instrumentos financeiros derivados	3	-	-	-540	-	-	-	-	-	-540
Varição das diferenças de conversão cambial	20 e 21	-	-	-	1 737	-	-	-	-1 072	665
Outro rendimento integral de associadas	13	-	-	-	53	-	1 651	-	-	1 704
Outro rendimento integral		-	-	-	-	-	-510	-	50	-460
Rendimentos integrais totais do período		-	-	-540	1 790	-	1 141	74 755	7 259	84 406
Saldo a 31 de dezembro de 2021		133 000	38 893	-109	-7 253	26 600	330 058	74 756	27 336	623 283

milhares de euros

(para ser lido em conjunto com as notas às Demonstrações Financeiras consolidadas em anexo)



A Corticeira Amorim assume o compromisso de garantir elevados padrões éticos na sua gestão, bem como em matérias de governança corporativa, definindo um conjunto de políticas e de princípios de responsabilidade social e ambiental. A segurança dos seus colaboradores elege-se como premissa inegociável dentro desse espectro ESG (*Environmental, Social, Governance*).



NOTAS ÀS DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS CONSOLIDADAS

06

A implementação dos princípios da indústria 4.0 é uma realidade nas diversas unidades industriais da Corticeira Amorim, garantindo maior rapidez, fiabilidade e compromisso.

1 – NOTA INTRODUTÓRIA

A Corticeira Amorim, S.G.P.S., S.A. (adiante designada apenas por Corticeira Amorim, designação que poderá também abranger o conjunto da Corticeira Amorim, S.G.P.S., S.A. e suas participadas) resultou da transformação da Corticeira Amorim, S.A., numa sociedade gestora de participações sociais ocorrida no início de 1991 e cujo objeto é a gestão das participações do Grupo Amorim no sector da cortiça.

A atividade da Corticeira Amorim estende-se desde a aquisição e preparação da cortiça, até à sua transformação num vasto leque de produtos derivados. Abrange também a comercialização e distribuição, através de uma rede própria presente em todos os grandes mercados mundiais.

A Corticeira Amorim é uma empresa Portuguesa com sede na rua Comendador Américo Ferreira Amorim, 380 em Mozelos, Santa Maria da Feira (Portugal), sendo as ações representativas do seu capital social de 133 000 000 Euros cotadas na Euronext Lisbon – Sociedade Gestora de Mercados Regulamentados, S.A.

A sociedade Amorim – Investimentos e Participações, S.G.P.S., S.A. era detentora, à data de 31 de dezembro de 2020 e 31 de dezembro de 2021, de 67 830 000 ações da Corticeira Amorim, correspondentes a 51,00% do capital social. A Corticeira Amorim é incluída no perímetro de consolidação da Amorim – Investimentos e Participações, S.G.P.S., S.A., sendo esta a sua empresa-mãe e controladora. A Amorim – Investimentos e Participações, S.G.P.S., S.A. é detida a 100% pela Família Amorim.

Estas demonstrações financeiras consolidadas foram aprovadas em Conselho de Administração do dia 4 de abril de 2022. Os acionistas têm a capacidade de alterar as demonstrações financeiras após a data de emissão.

Exceto quando mencionado, os valores monetários referidos nestas Notas são apresentados em milhares de euros (mil euros = k euros = K€).

2 – RESUMO DAS PRINCIPAIS POLÍTICAS CONTABILÍSTICAS

As principais políticas contabilísticas usadas na preparação das demonstrações financeiras consolidadas foram consistentemente usadas em todos os períodos apresentados nestas demonstrações e de que se apresenta em seguida um resumo.

A. BASES DE APRESENTAÇÃO

De acordo com o Dec. Lei nº35/2005, de 17 de fevereiro, posteriormente alterado pelo Dec. Lei nº98/2015 de 2 de junho, o qual transpôs para a legislação portuguesa as disposições do Regulamento (CE) nº1606/2002 do Parlamento Europeu e do Conselho de 19 de julho de 2002, estas demonstrações financeiras consolidadas foram preparadas de acordo com as Normas Internacionais de Relato Financeiros (IAS/IFRS) emitidas pelo “International Accounting Standards Board” (“IASB”) e Interpretações emitidas pelo “International Financial Reporting Interpretations Committee” (“IFRIC”) ou pelo anterior “Standing Interpretations Committee” (“SIC”), adotadas pela UE, em vigor em 1 de janeiro de 2021. As demonstrações financeiras consolidadas foram preparadas no pressuposto da continuidade das operações, têm por base o custo histórico, exceto no caso dos instrumentos financeiros, mensurados ao justo valor de acordo com o IFRS 9, e dos ativos não-monetários, que são ajustados pela inflação, da associada localizada na Argentina. As demonstrações financeiras são preparadas a partir dos livros e registos contabilísticos das empresas incluídas na consolidação, mantidas de acordo com os princípios contabilísticos locais, ajustados no processo de consolidação de modo a que estejam em conformidade com as Normas Internacionais de Relato Financeiro (IFRS), tal como adotadas na União Europeia em vigor para períodos iniciados em 1 de janeiro de 2021.

Alterações nas políticas contabilísticas e divulgações

As normas (novas e alterações) que se tornaram efetivas para os períodos anuais que se iniciaram em 1 de janeiro de 2021 são as seguintes:

- **IFRS 16 (alteração)**, ‘Locações - Bonificações de rendas relacionadas com a COVID-19’. Esta alteração introduz um expediente prático para os locatários (mas não para os locadores), que os isenta de avaliar se as bonificações atribuídas pelos locadores no âmbito da COVID-19, qualificam como “modificações” quando estejam cumpridos cumulativamente três critérios: i) a alteração nos pagamentos de locação resulta numa retribuição revista para a locação que é substancialmente igual, ou inferior, à retribuição imediatamente anterior à alteração; ii) qualquer redução dos pagamentos de locação apenas afeta pagamentos devidos em, ou até 30 de junho de 2021; e iii) não existem alterações significativas a outros termos e condições da locação. Os locatários que optem pela aplicação desta isenção, contabilizam a alteração aos pagamentos das rendas, como rendas variáveis de locação no(s) período(s) no(s) qual(ais) o evento ou condição que aciona a redução de pagamento ocorre. Esta alteração é aplicada retrospectivamente com os

impactos refletidos como um ajustamento nos resultados transitados (ou noutra componente de capital próprio, conforme apropriado) no início do período de relato anual em que o locatário aplica a alteração pela primeira vez. Inicialmente, o expediente prático aplicava-se a pagamentos originalmente devidos até 30 de junho de 2021, no entanto, devido ao prolongamento do impacto da pandemia, em 31 de março de 2021, o mesmo foi alargado para pagamentos originalmente devidos até 30 de junho de 2022;

- **IFRS 4 (alteração)**, ‘Contratos de seguro – diferimento da aplicação da IFRS 9’. Esta alteração refere-se às consequências contabilísticas temporárias que resultam da diferença entre a data de entrada em vigor da IFRS 9 – Instrumentos Financeiros e da futura IFRS 17 – Contratos de Seguro. Em especial, a alteração efetuada à IFRS 4 adia até 2023 a data de expiração da isenção temporária da aplicação da IFRS 9 a fim de alinhar a data efetiva desta última com a da nova IFRS 17;
- **IFRS 9, IAS 39, IFRS 7, IFRS 4 e IFRS 16 (alterações)**, ‘Reforma das taxas de juro de referência - fase 2. Estas alterações tratam de questões que surgem durante a reforma de uma taxa de juro de referência, incluindo a substituição de uma taxa de juro de referência por outra alternativa, permitindo a adoção de isenções como: i) alterações na designação e documentação de cobertura; ii) valores acumulados na reserva de cobertura de fluxo de caixa; iii) avaliação retrospectiva da eficácia de uma relação de cobertura no âmbito da IAS 39; iv) alterações nas relações de cobertura para Grupos de itens; v) presunção de que uma taxa de juro de referência alternativa, designada como uma componente de risco não especificada contratualmente, é identificável separadamente e qualifica como um risco coberto; e vi) atualizar a taxa de juro efetiva, sem reconhecer ganho ou perda, para os instrumentos financeiros mensurados ao custo amortizado com variações nos fluxos de caixa contratuais em consequência da reforma da IBOR, incluindo locações que são indexadas a uma IBOR.

Estas normas e alterações não tiveram impactos materiais nas demonstrações financeiras consolidadas da Corticeira Amorim.

As normas (novas e alterações) publicadas, cuja aplicação é obrigatória para períodos anuais que se iniciem em ou após 1 de janeiro de 2022, já endossadas pela União Europeia, são as seguintes:

- **IAS 16 (alteração)**, ‘Rendimentos obtidos antes da entrada em funcionamento’ (a aplicar nos exercícios que se iniciem em ou após 1 de janeiro de 2022). Alteração do tratamento contabilístico dado à contraprestação obtida com a venda de produtos que resultam da produção em fase de teste dos ativos fixos tangíveis, proibindo a sua dedução ao custo de aquisição dos ativos. Esta alteração é de aplicação retrospectiva, sem reexpressão dos comparativos;
- **IAS 37 (alteração)**, ‘Contratos onerosos – custos de cumprir com um contrato’ (a aplicar nos exercícios que se iniciem em ou após 1 de janeiro de 2022). Esta alteração especifica que na avaliação sobre se um contrato é ou não oneroso, apenas podem ser considerados os gastos diretamente relacionados com o cumprimento do

contrato, como os custos incrementais relacionados com mão-de-obra direta e materiais e a alocação de outros gastos diretamente relacionados como a alocação dos gastos de depreciação dos ativos tangíveis utilizados para realizar o contrato. Esta alteração deverá ser aplicada aos contratos que, no início do primeiro período anual de relato ao qual a alteração é aplicada, ainda incluam obrigações contratuais por satisfazer, sem haver lugar à reexpressão do comparativo;

- **IFRS 3 (alteração)**, ‘Referências à Estrutura conceptual’ (a aplicar nos exercícios que se iniciem em ou após 1 de janeiro de 2022). Esta alteração atualiza as referências à Estrutura Conceptual no texto da IFRS 3, não tendo sido introduzidas alterações aos requisitos contabilísticos para as concentrações de atividades empresariais. Esta alteração também clarifica o tratamento contabilístico a adotar relativamente aos passivos e passivos contingentes no âmbito da IAS 37 e IFRIC 21 e proíbe o registo de ativos contingentes da adquirida numa concentração de atividades empresariais. Esta alteração é de aplicação prospectiva;
- **IFRS 17 (nova)**, ‘Contratos de seguro’ (a aplicar nos exercícios que se iniciem em ou após 1 de janeiro de 2023). Esta nova norma substitui o IFRS 4 e é aplicável a todas as entidades que emitam contratos de seguro, contratos de resseguro e contratos de investimento com características de participação discricionária. A IFRS 17 baseia-se na mensuração corrente das responsabilidades técnicas, as quais são reavaliadas a cada data de relato. A mensuração corrente pode ser efetuada pela aplicação do modelo completo (“building block approach”) ou simplificado (“premium allocation approach”). O modelo completo baseia-se em cenários de fluxos de caixa descontados ponderados pela probabilidade de ocorrência e ajustados pelo risco, e uma margem de serviço contratual, a qual representa a estimativa do lucro futuro do contrato. Alterações subsequentes dos fluxos de caixa estimados são ajustados contra a margem de serviço contratual, exceto se esta se tornar negativa. A IFRS 17 é de aplicação retrospectiva com algumas isenções na data da transição;
- **IFRS 17 (alteração)**, ‘Contratos de seguro’ (a aplicar nos exercícios que se iniciem em ou após 1 de janeiro de 2023). Esta alteração compreende alterações específicas em oito áreas da IFRS 17, tais como: i) âmbito; ii) nível de agregação dos contratos de seguros; iii) reconhecimento; iv) mensuração; v) modificação e desconhecimento; vi) apresentação da Demonstração da posição financeira; vii) reconhecimento e mensuração da Demonstração dos resultados; e viii) divulgações. Esta alteração também inclui clarificações, que têm como objetivo simplificar alguns dos requisitos desta norma e agilizar a sua implementação;
- **IAS 1 (alteração)**, ‘Divulgação de políticas contabilísticas’ (a aplicar nos exercícios que se iniciem em ou após 1 de janeiro de 2023). Alteração aos requisitos de divulgação de políticas contabilísticas baseadas na definição de “material” em detrimento de “significativo”. A informação relativa a uma política contabilística considera-se material caso, na ausência da mesma, os utilizadores das demonstrações financeiras não tenham a capacidade de compreender outras informações financeiras incluídas nessas mesmas demonstrações financeiras. As informações

imateriais relativas a políticas contabilísticas não precisam de ser divulgadas. O IFRS Practice Statement 2, foi também alterado para clarificar como se aplica o conceito de “material” à divulgação de políticas contabilísticas;

- **IAS 8 (alteração)**, ‘Definição de estimativas contabilísticas’ (a aplicar nos exercícios que se iniciem em ou após 1 de janeiro de 2023). Introdução da definição de estimativa contabilística e a forma como esta se distingue das alterações de políticas contabilísticas. As estimativas contabilísticas passam a ser definidas como valores monetários sujeitos a incerteza na sua mensuração, utilizadas para concretizar o(s) objetivo(s) de uma política contabilística;
- **Melhorias às normas 2018 – 2020** (a aplicar nos exercícios que se iniciem em ou após 1 de janeiro de 2022). Este ciclo de melhorias altera os seguintes normativos: IFRS 1, IFRS 9, IFRS 16 e IAS 41.

Não são estimados impactos materiais nas demonstrações financeiras consolidadas da Corticeira Amorim decorrentes da aplicação destas normas e alterações.

As normas (novas e alterações) publicadas, cuja aplicação é obrigatória para períodos anuais que se iniciem em ou após 1 de janeiro de 2022, mas que a União Europeia ainda não endossou são as seguintes:

- **IAS 1 (alteração)**, ‘Apresentação das demonstrações financeiras - classificação de passivos’ (a aplicar nos exercícios que se iniciem em ou após 1 de janeiro de 2023). Esta alteração ainda está sujeita ao processo de endosso pela União Europeia. Esta alteração pretende clarificar a classificação dos passivos como saldos correntes ou não correntes em função dos direitos que uma entidade tem de diferir o seu pagamento, no final de cada período de relato. A classificação dos passivos não é afetada pelas expectativas da entidade (a avaliação deverá determinar se um direito existe, mas não deverá considerar se a entidade irá ou não exercer tal direito), ou por eventos ocorridos após a data de relato, como seja o incumprimento de um “covenant”. Esta alteração inclui ainda uma nova definição de “liquidação” de um passivo. Esta alteração é de aplicação retrospectiva;
- **IAS 12 (alteração)**, ‘Imposto diferido relacionado com ativos e passivos associados a uma única transação’ (a aplicar nos exercícios que se iniciem em ou após 1 de janeiro de 2023). Esta alteração ainda está sujeita ao processo de endosso pela União Europeia. A IAS 12 passa a exigir que as entidades reconheçam imposto diferido sobre determinadas transações específicas, quando o seu reconhecimento inicial dê origem a valores iguais de diferenças temporárias tributáveis e diferenças temporárias dedutíveis. As transações sujeitas referem-se ao registo de: i) ativos sob direito de uso e passivos de locação; e ii) provisões para desmantelamento, restauro ou passivos semelhantes, e os correspondentes valores reconhecidos como parte do custo do ativo relacionado, quando na data do reconhecimento inicial não relevem para efeitos fiscais. Estas diferenças tributáveis deixam de ser sujeitas à isenção de reconhecimento inicial de impostos diferidos. O efeito acumulado da aplicação inicial desta alteração é reconhecido como um ajustamento ao saldo de abertura dos resultados transitados (ou outro componente do capital próprio,

conforme apropriado) do período comparativo mais antigo apresentado;

- **IFRS 17 (alteração)**, ‘Aplicação inicial da IFRS 17 e IFRS 9 - Informação Comparativa’ (em vigor para períodos anuais com início em ou após 1 de janeiro de 2023). Esta alteração ainda está sujeita ao processo de endosso pela União Europeia. Esta alteração aplica-se apenas às seguradoras na transição para a IFRS 17 e permite a adoção de um “overlay” na classificação de um ativo financeiro para o qual a entidade não efetue a aplicação retrospectiva, no âmbito da IFRS 9. Esta alteração visa evitar desfasamentos contabilísticos temporários entre ativos financeiros e passivos de contratos de seguro, na informação comparativa apresentada na aplicação inicial da IFRS 17, prevenindo: (i) a aplicação ativo financeiro a ativo financeiro; (ii) a apresentação da informação comparativa como se os requisitos de classificação e mensuração da IFRS 9 tivessem sido aplicados a esse ativo financeiro, mas sem exigir que uma entidade aplique os requisitos de imparidade da IFRS 9; e (iii) a obrigação de utilizar informações razoáveis e suportadas disponíveis na data de transição, para determinar como a entidade espera que esse ativo financeiro seja classificado de acordo com a IFRS 9.

A Corticeira Amorim está a apurar o impacto resultante destas alterações e aplicará estas normas no exercício em que as mesmas se tornarem efetivas, ou antecipadamente quando permitido.

B. CONSOLIDAÇÃO

Empresas do Grupo

As demonstrações financeiras consolidadas incluem, com referência a 31 de dezembro de 2021, os ativos, os passivos e os resultados das empresas do Grupo, entendido como o conjunto da Corticeira Amorim e das suas subsidiárias, as quais são apresentadas na Nota 6. Uma entidade é classificada como subsidiária quando é controlada pelo Grupo. O controlo é atingido apenas se o Grupo tiver, cumulativamente:

- a. Poder sobre a investida;
- b. Exposição ou direitos a resultados variáveis por via do seu relacionamento com a investida; e
- c. A capacidade de usar o seu poder sobre a investida para afetar o valor dos resultados para os investidores.

Geralmente, presume-se que existe controlo quando o Grupo detém a maioria dos direitos de voto. Para suportar esta presunção e nos casos em que o Grupo não detém a maioria dos direitos de voto da investida, todos os factos e circunstâncias relevantes são tidos em conta nas avaliações sobre a existência de poder e controlo, tais como:

- a. Acordos contratuais com outros detentores de direitos de voto;
- b. Direitos provenientes de outros acordos contratuais; e
- c. Os direitos de voto existentes e potenciais.

A existência de controlo por parte do Grupo é reavaliada sempre que haja uma alteração de factos e circunstâncias que levem a alteração num dos três elementos caracterizadores de controlo mencionados acima.

As subsidiárias são incluídas na consolidação pelo método da consolidação integral, desde a data em que o controlo é adquirido e até à data em que o mesmo efetivamente termina.

Os saldos e transações intra-Grupo, e os ganhos não realizados em transações entre empresas do Grupo são eliminados. Perdas não realizadas são também eliminadas, exceto se a transação revelar evidência de imparidade de um bem transferido.

As políticas contabilísticas das subsidiárias são alteradas sempre que necessário, de forma a garantir consistência com as políticas adotadas pelo Grupo.

Uma alteração no interesse participativo numa subsidiária que não envolva perda de controlo é contabilizada como sendo uma transação entre acionistas. Se o Grupo perde o controlo sobre a subsidiária, os ativos correspondentes (incluindo *goodwill*), passivos, interesses que não controla e outros componentes de capital próprio são desreconhecidos e eventuais ganhos e perdas são reconhecidos na demonstração dos resultados. O investimento mantido é reconhecido ao justo valor no momento da perda de controlo.

Nas situações em que o Grupo detém, em substância, o controlo de entidades criadas com um fim específico, ainda que não possua participações de capital diretamente nessas entidades, as mesmas são consolidadas pelo método de consolidação integral.

Os ativos líquidos das subsidiárias consolidadas pelo método integral, atribuíveis às ações ou partes detidas por pessoas estranhas ao Grupo, são inscritos na demonstração da posição financeira consolidada na rubrica de Interesses que não controlam.

Os interesses detidos por pessoas estranhas ao Grupo sobre o resultado líquido das subsidiárias são identificados e ajustados por dedução ao resultado atribuível aos acionistas do Grupo e inscritos na demonstração dos resultados consolidados na rubrica de Interesses que não controlam.

Participações financeiras em associadas e entidades controladas conjuntamente

Empresas associadas são as empresas sobre as quais a Corticeira Amorim exerce uma influência significativa, entendido como o poder de participar na determinação das políticas operacionais e financeiras, sem que contudo seja exercido controlo ou controlo conjunto. Geralmente presume-se que existe influência significativa quando a percentagem de participação é superior a 20%.

A classificação das participações financeiras em entidades controladas conjuntamente é determinada com base na existência de acordos contratuais que demonstrem e regulem o controlo conjunto, o qual é assim entendido quando as decisões sobre as atividades relevantes do empreendimento requerem acordo unânime entre as partes.

A avaliação da existência de influência significativa ou controlo conjunto tem em consideração o mesmo tipo de factos e circunstâncias aplicáveis na avaliação de controlo sobre subsidiárias.

Estas participações financeiras são consolidadas pelo método da equivalência patrimonial, isto é, as demonstrações financeiras consolidadas incluem o interesse do Grupo no total de ganhos e perdas reconhecidos da associada/entidade controlada conjuntamente, desde a data em que a influência significativa/controlo conjunto começa até à data em que efetivamente termina. Os dividendos recebidos destas entidades são registados como uma diminuição do valor dos investimentos financeiros.

A participação do Grupo relativa aos ganhos e perdas das suas associadas/entidades controladas conjuntamente é reconhecida na demonstração dos resultados, e a sua parcela de movimentos de Reservas Pós-aquisição é reconhecida em Reservas. Os movimentos acumulados pós-aquisição são ajustados de acordo com os movimentos acumulados no investimento financeiro. Quando a participação do Grupo nas perdas de uma associada/entidade controlada conjuntamente iguala ou ultrapassa o seu investimento, incluindo qualquer transação de recebimentos não segura, o Grupo deixa de reconhecer mais perdas, exceto se tiver incorrido em obrigações ou tiver efetuado pagamentos em nome da associada/entidade controlada conjuntamente.

Qualquer excesso do custo de aquisição de um investimento financeiro sobre a participação do Grupo no justo valor dos ativos, passivos e passivos contingentes identificados à data da aquisição da empresa associada/entidade controlada conjuntamente é reconhecido como *goodwill*, o qual é incluído no valor da participação financeira e a sua recuperação é avaliada anualmente como parte integrante do investimento financeiro. Se o custo de aquisição for inferior ao justo valor do valor líquido dos bens da associada/entidade controlada conjuntamente adquirida, a diferença é registada diretamente na demonstração dos resultados.

Ganhos não realizados em transações entre o Grupo e as suas associadas/entidade controlada conjuntamente são eliminados na extensão da participação do Grupo nas associadas/entidades controladas conjuntamente. Perdas não realizadas são também eliminadas, exceto se a transação revelar evidência de imparidade de um bem transferido.

As políticas contabilísticas de associadas/entidades controladas conjuntamente são alteradas sempre que necessário, de forma a garantir consistência com as políticas adotadas pelo Grupo.

Após a aplicação do método da equivalência patrimonial, o Grupo avalia a existência de indicadores de imparidade; caso existam, o Grupo calcula o valor recuperável do investimento e reconhece uma perda por imparidade se este for inferior ao valor contabilístico do investimento, na linha "Ganhos (perdas) em associadas" da demonstração de resultados.

Após a perda de influência significativa ou controlo conjunto (sem manutenção de influência significativa), o Grupo reconhece inicialmente o investimento retido ao justo valor, e a diferença entre o valor contabilístico e o justo valor retido somado da receita da venda é reconhecida na demonstração dos resultados.

Efeito Cambial

Sendo o euro a divisa do país em que está estabelecida a empresa-mãe, e sendo esta a divisa em que são conduzidos cerca de dois terços dos negócios, o euro é considerada a moeda funcional e de apresentação de contas da Corticeira Amorim.

Nas subsidiárias cuja divisa de reporte seja o euro, todos os ativos e passivos expressos em outras divisas foram convertidos para euros, utilizando as taxas de câmbio das datas de balanço. As diferenças resultantes das taxas de câmbio em vigor nas datas das transações e as das datas das respetivas liquidações ou das datas de balanço foram registadas como ganhos ou perdas do exercício pelo seu valor líquido. Estas diferenças são reconhecidas em resultados operacionais por não terem caráter financeiro.

Os valores dos ativos e dos passivos das demonstrações financeiras das subsidiárias cuja divisa de reporte seja diferente do euro foram convertidas para euros, utilizando os câmbios das datas de balanço, sendo a conversão dos respetivos rendimentos e gastos feita à taxa média do período.

A diferença cambial resultante desta transposição é registada no capital próprio na rubrica “Diferenças de conversão cambial” que é parte integrante das “Reservas e outras componentes do capital próprio”.

Sempre que uma subsidiária que reporte numa divisa diferente do euro seja alienada ou liquidada o valor da diferença de conversão cambial acumulado em capital próprio é reconhecido na demonstração de resultados como um ganho ou perda na alienação ou liquidação.

Os efeitos inflacionários são reconhecidos nas demonstrações financeiras quando a economia da moeda na qual as transações da Entidade são registadas é considerada hiperinflacionária. Em 2020 e 2021, a Argentina é considerada uma economia hiperinflacionária, pelo que a associada localizada neste país reconheceu os ajustes acumulados da inflação.

Concentrações de atividades empresariais e *goodwill*

O método de aquisição é o método utilizado para reconhecer a entrada das subsidiárias da Corticeira Amorim quando da respetiva aquisição.

No método de aquisição a diferença entre: (i) a retribuição transferida juntamente com os interesses que não controlam e com o justo valor dos interesses de capital próprio anteriormente detidos e (ii) a quantia líquida dos ativos identificáveis adquiridos e dos passivos assumidos, é reconhecida, à data da aquisição como *goodwill*, se positiva, ou como ganho, se for negativa.

A retribuição transferida é mensurada pelo justo valor calculado como sendo o valor agregado dos justos valores, à data de aquisição, dos ativos transferidos, passivos incorridos e instrumentos de capital próprio emitidos pela Corticeira Amorim. Para efeitos da determinação do *goodwill*/ ganhos da concentração, a retribuição transferida é expurgada de qualquer parte da retribuição que respeite a outra transação (ex.: remuneração para prestação de serviços futuros ou para liquidação de relações pré-existentes) cuja margem é reconhecida separadamente em resultados.

A retribuição transferida inclui o justo valor, à data de aquisição, de qualquer retribuição contingente. Alterações subsequentes neste valor são reconhecidas: (i) como capital próprio se a retribuição contingente estiver classificada como capital próprio, (ii) como gastos ou rendimentos nos resultados ou como outro rendimento integral se a retribuição contingente estiver classificada como ativo ou passivo financeiro e (iii) como gastos nos termos da IAS 37 ou outras normas aplicáveis, nos restantes casos.

Os custos relacionados com a aquisição não fazem parte da retribuição transferida, pelo que não afetam a determinação do *goodwill*/ ganho da concentração, sendo reconhecidos como gastos no exercício em que ocorrem.

Na data de aquisição são reavaliadas a classificação e designação de todos os ativos adquiridos e passivos transferidos, de acordo com as IFRS, com exceção dos contratos de seguro que são classificados e designados tendo por base os termos contratuais e condições à data do início do contrato.

Os ativos que resultem de indemnizações contratuais por parte do vendedor relativas ao desfecho de contingências relacionadas, no todo ou em parte, com um passivo específico da entidade concentrada, passam a ter que ser reconhecidos e mensurados usando os mesmos princípios e pressupostos dos passivos relacionados.

A determinação do justo valor dos ativos adquiridos e passivos adquiridos tem em conta o justo valor dos passivos contingentes que resultem duma obrigação presente originada por um evento passado (se o justo valor puder ser medido de modo fiável), independentemente de ser expectável uma provável saída de fluxos.

Para cada aquisição, a Corticeira Amorim pode optar por mensurar os “interesses que não controlam” ao respetivo justo valor ou pela respetiva quota-parte no justo valor dos ativos e passivos transferidos da adquirida. A opção por um ou outro método influencia a determinação da quantia de *goodwill* a reconhecer. Quando a concentração de atividades empresariais é efetuada em fases, o justo valor na data de aquisição anterior dos interesses detidos é remensurado para o justo valor na data em que o controlo é obtido, por contrapartida de resultados do período em que o controlo é atingido, afetando a determinação do *goodwill*.

Sempre que uma concentração não está concluída na data de relato, serão ajustadas retrospectivamente, durante o período limite de um ano a contar da data de aquisição, as quantias provisórias reconhecidas à data de aquisição e/ou reconhecidos ativos e passivos adicionais se novas informações forem obtidas sobre factos e circunstâncias que existiam à data da aquisição e que, se tivessem sido conhecidos, teriam resultado no reconhecimento desses ativos e passivos nessa data.

Considera-se que o *goodwill* tem vida útil indefinida pelo que não é amortizável, sendo sujeito a testes de imparidade anualmente, independentemente de haver ou não indicações de estar em imparidade. As imparidades do *goodwill* não podem ser revertidas.

Para efeitos da realização dos testes de imparidade, o *goodwill* é alocado, à data da aquisição, a cada uma das unidades geradoras de caixa de que se espera beneficiem da combinação de negócios, independentemente dos restantes ativos e passivos também associados à unidade geradora de caixa. Quando a operação, ou parte dela, associada a uma unidade geradora de caixa é alienada, o *goodwill* alocado é também desreconhecido e incluído no apuramento do ganho/perda da alienação, sendo calculado com base no seu valor relativo.

O *goodwill* relativo a investimentos em empresas sediadas no estrangeiro encontra-se registado na moeda de reporte dessas empresas, sendo convertido para euros à taxa de câmbio em vigor na data de balanço.

Acordo para aquisição de interesses que não controlam

A Corticeira Amorim opta por tratar as múltiplas transações numa concentração de atividades empresariais como aquisições em separado.

Quando existe um acordo para aquisição de participação adicional numa determinada subsidiária e os factos e circunstâncias indicam que a Corticeira Amorim não detém controlo sobre as ações sujeitas ao acordo, a Corticeira Amorim opta pela abordagem do reconhecimento integral dos interesses que não controlam, na qual os interesses que não controlam continuam a ser reconhecidos em capital próprio até ao momento em que o acordo subsequente é concretizado. O valor reconhecido dos interesses que não controlam altera-se devido a alocação de resultados, variações em outros rendimentos integrais e dividendos declarados no período de reporte tal como referido na nota 2 alínea b).

Simultaneamente, é registado um passivo financeiro. O passivo financeiro para o acordo é contabilizado em conformidade com o IFRS 9. No reconhecimento inicial, a correspondente contrapartida é efetuada numa rubrica de Capital próprio atribuível à empresa-mãe. As alterações subsequentes no valor do passivo financeiro que resultem da remensuração do valor presente de exercício são reconhecidas na demonstração dos resultados no resultado atribuível à empresa-mãe.

Quando o acordo é concretizado, a Corticeira Amorim contabiliza o aumento da sua percentagem de controlo. Simultaneamente, o passivo financeiro é desreconhecido por contrapartida de rubrica de capital próprio atribuível à empresa-mãe que foi inicialmente debitada.

C. ATIVOS FIXOS TANGÍVEIS

Os ativos fixos tangíveis são registados ao custo de aquisição líquido das respetivas depreciações e de perdas de imparidade acumuladas.

Custos subsequentes são incluídos na quantia escriturada do bem ou reconhecidos como ativos separados, quando for provável que benefícios económicos futuros, que excedam o nível de desempenho originalmente avaliado do ativo existente, fluirão para a empresa e o custo do ativo para a empresa possa ser mensurado com fiabilidade. Todos os outros dispêndios subsequentes são reconhecidos como um gasto no período em que sejam incorridos.

Os encargos financeiros relacionados com financiamentos destinados à produção/aquisição de ativos são adicionados ao custo destes ativos.

As depreciações são calculadas segundo o método das quotas constantes, de acordo com os seguintes períodos, que refletem satisfatoriamente a respetiva vida útil esperada:

	Número de anos
Edifícios	20 a 50
Equipamento básico	4 a 10
Equipamento de transporte	4 a 7
Equipamento administrativo	4 a 8

A depreciação inicia-se no momento em que esse ativo se qualifique para o seu uso pretendido. Os valores residuais e as vidas úteis esperadas são revistas periodicamente e ajustadas, se apropriado, à data do reporte.

As despesas correntes com a manutenção e reparação são registadas como custo no exercício em que decorrem. As beneficiações, que aumentem o período de vida útil estimado, ou das quais se espera um aumento material nos benefícios futuros decorrentes da sua efetivação, são capitalizadas.

Em caso de perda de imparidade, o valor do ativo fixo tangível é ajustado em consonância, sendo o respetivo ajuste considerado uma perda do exercício.

Os ganhos e perdas registados na venda de um ativo fixo tangível são incluídos no resultado do exercício.

D. ATIVOS INTANGÍVEIS

Os ativos intangíveis são inicialmente mensurados ao custo de aquisição. Subsequentemente são mensurados ao custo de aquisição deduzido de amortizações acumuladas.

As despesas de investigação são reconhecidas como gastos do exercício quando incorridas.

As despesas com o desenvolvimento de projetos só serão capitalizadas a partir do momento em que se demonstre a sua viabilidade técnica, a empresa tenha a intenção e a capacidade de os concluir, usar ou vender e que deles se esperem benefícios económicos futuros.

As amortizações são calculadas segundo o método das quotas constantes, e registadas a partir do momento em que o ativo se qualifique para o uso pretendido.

	Número de anos
Propriedade industrial	10 a 20
Software	3 a 6

As vidas úteis esperadas são revistas periodicamente e ajustadas, se apropriado, à data do reporte.

E. ATIVOS BIOLÓGICOS

Os ativos biológicos são mensurados ao justo valor, deduzido dos gastos estimados de venda no momento da extração. Os ativos biológicos do Grupo correspondem à cortiça na árvore mensurada ao justo valor.

F. PROPRIEDADES DE INVESTIMENTO

As propriedades de investimento compreendem o valor de terrenos e edifícios não afetos à atividade produtiva.

As propriedades de investimento são originalmente registadas ao custo histórico de aquisição, acrescido das despesas imputáveis à compra ou produção, incluindo, quando pertinente, os encargos financeiros que lhes tenham sido atribuídos durante o respetivo período de construção ou instalação. Subsequentemente, as propriedades de investimento são mensuradas ao custo de aquisição, deduzido das depreciações e das perdas de imparidade acumuladas, até ao valor residual.

Os períodos e o método de depreciação das propriedades de investimento são os indicados na nota dos ativos fixos tangíveis.

As propriedades são desreconhecidas quando alienadas. No momento em que propriedade de investimento passe a ser utilizada na atividade do Grupo, é reclassificada para ativo fixo tangível. Nos casos em que terrenos e edifícios deixem de estar afetos à atividade do Grupo, será registada uma reclassificação de ativo fixo tangível para propriedade de investimento.

G. IMPARIDADE DE ATIVOS NÃO FINANCEIROS

Os ativos intangíveis com vidas úteis indefinidas não são amortizados, sendo testados anualmente para imparidade, ou mais frequentemente se existirem eventos ou alterações de circunstâncias que representem indícios de imparidade.

Os ativos sujeitos a depreciação são avaliados para efeitos de imparidade sempre que um acontecimento ou alteração de circunstâncias indique que o seu valor contabilístico possa não ser recuperável.

Para a determinação da existência de imparidade, os ativos são alocados ao nível mais baixo para o qual existem fluxos de caixa separados identificáveis (unidades geradoras de caixa).

Na aferição de imparidade são consideradas fontes quer internas quer externas de informação. São realizados testes se o nível de rentabilidade das unidades geradoras de caixa se apresenta consistentemente abaixo de um limiar mínimo, a partir do qual existe risco de imparidade dos ativos. São ainda realizados testes de imparidade sempre que a gestão toma decisões de alterações significativas das operações (por exemplo, descontinuação total ou parcial da atividade).

Os testes de imparidade são realizados internamente. Sempre que são realizados testes de imparidade, os cash-flows futuros são descontados a uma taxa específica para a unidade geradora de caixa, a qual contempla o risco do mercado onde ela opera.

O Grupo recorre a peritos externos (avaliadores) apenas para determinar o valor de mercado de terrenos e edifícios em situações de descontinuação das operações, em que os mesmos deixam de ser recuperados pelo uso.

São reconhecidas perdas de imparidade pela diferença entre o valor contabilístico e o valor recuperável. O valor recuperável corresponde ao montante mais elevado entre o justo valor menos custos de venda e o valor de uso do ativo.

As perdas por imparidade, se existentes, são alocadas especificamente aos ativos individuais que integram a unidade geradora de fluxos de caixa.

Os ativos não financeiros, relativamente aos quais tenham sido reconhecidas perdas de imparidade, são revistos a cada data de reporte para reversão dessas perdas.

A respeito da imparidade do *goodwill* ver nota b).

H. INSTRUMENTOS FINANCEIROS

Um instrumento financeiro é qualquer contrato que dê origem a um ativo financeiro de uma entidade e a um passivo financeiro ou instrumento de capital próprio de uma outra entidade.

1. Ativos financeiros

Reconhecimento inicial e mensuração

No momento inicial, os ativos são classificados e subsequentemente mensurados ao custo amortizado, ao justo valor através do outro rendimento integral e ao justo valor através dos resultados.

A classificação inicial dos ativos financeiros depende das características contratuais dos fluxos de caixa e do modelo de negócio que a Corticeira Amorim adota para os gerir. Com exceção das contas a receber de clientes que não contêm uma componente financeira significativa e para as quais a Corticeira Amorim adota o expediente prático, a Corticeira Amorim mensura no momento inicial um ativo financeiro ao seu justo valor adicionado, no caso de um ativo não classificado como de justo valor através dos resultados, dos custos de transação. As contas a receber de clientes que não contêm uma componente financeira significativa e para as quais a Corticeira Amorim adota o expediente prático referido na secção m), são mensuradas ao preço da transação determinado de acordo com a IFRS 15.

De forma a ser possível que um ativo financeiro seja classificado e mensurado ao custo amortizado ou ao justo valor através do outro rendimento integral, ele deve proporcionar fluxos de caixa que representem apenas reembolsos de capital e pagamentos de juros sobre o capital em dívida. Esta avaliação, conhecida como o teste dos “fluxos de caixa apenas de reembolsos de capital e pagamentos de juros”, é realizada para cada instrumento financeiro.

O modelo de negócio estabelecido para a gestão dos ativos financeiros diz respeito ao modo como a Corticeira Amorim gere os ativos financeiros com vista a obter os fluxos de caixa. O modelo de negócio pode ser concebido para obter os fluxos de caixa contratuais, para alienar os ativos financeiros ou ambos.

Compras ou vendas de ativos financeiros que exijam a entrega dos ativos dentro de um prazo estabelecido por regulação ou convenções no mercado em questão são reconhecidos na data da negociação, isto é, na data em que a Corticeira Amorim se compromete a comprar ou vender o ativo.

Mensuração subsequente

Para a sua mensuração subsequente, os ativos financeiros são classificados em quatro categorias:

- Ativos financeiros ao custo amortizado (instrumentos de dívida);
- Ativos financeiros ao justo valor através do outro rendimento integral, com reciclagem dos ganhos e perdas acumulados (instrumentos de dívida);
- Ativos financeiros ao justo valor através do outro rendimento integral, sem reciclagem dos ganhos e perdas acumulados no momento do seu desreconhecimento (instrumentos de capital);
- Ativos financeiros ao justo valor através dos resultados.

Ativos financeiros ao custo amortizado (instrumentos de dívida)

Esta categoria é a mais relevante para a Corticeira Amorim. A Corticeira Amorim mensura os ativos financeiros ao custo amortizado se ambas as seguintes condições se encontrarem satisfeitas:

- O ativo financeiro é detido no âmbito de um modelo de negócio cujo objetivo consiste em deter o ativo financeiro para obter os fluxos de caixa previstos contratualmente; e
- Os termos contratuais do ativo financeiro dão origem, em datas definidas, a fluxos de caixa que correspondem apenas a reembolsos de capital e pagamentos de juros sobre o capital em dívida.

Os ativos financeiros ao custo amortizado são mensurados subsequentemente através do método do juro efetivo e são sujeitos a imparidade. Os ganhos e perdas são registados nos resultados quando o ativo é desreconhecido, modificado ou esteja em imparidade.

Os ativos financeiros que a Corticeira Amorim mensura ao custo amortizado incluem essencialmente as contas a receber de clientes e de outros devedores.

Ativos financeiros ao justo valor através do outro rendimento integral (instrumentos de dívida)

A Corticeira Amorim mensura os instrumentos de dívida ao justo valor através do outro rendimento integral se ambas as seguintes condições se encontrarem satisfeitas:

- O ativo financeiro é detido no âmbito de um modelo de negócio cujo objetivo consiste em deter o ativo financeiro para obter os fluxos de caixa previstos contratualmente e os fluxos de caixa decorrentes da sua venda; e
- Os termos contratuais do ativo financeiro dão origem, em datas definidas, a fluxos de caixa que correspondem apenas a reembolsos de capital e pagamentos de juros sobre o capital em dívida.

No caso dos instrumentos de dívida mensurados ao justo valor através do outro rendimento integral, os juros obtidos, as diferenças de câmbio e as perdas e reversões de imparidade são registados nos resultados e calculados do mesmo modo dos ativos financeiros

mensurados ao custo amortizado. As alterações de justo valor remanescentes são registadas no outro rendimento integral. No momento do desreconhecimento, as alterações no justo valor acumuladas no outro rendimento integral são transferidas (recicladadas) para os resultados.

Em 31 de dezembro de 2021, o Grupo não tem ativos financeiros classificados nesta categoria.

Ativos financeiros ao justo valor através do outro rendimento integral (instrumentos de capital)

Aquando do reconhecimento inicial, a Corticeira Amorim pode optar por classificar de forma irrevogável os instrumentos de capital detidos como instrumentos de capital designados ao justo valor através do outro rendimento integral quando eles satisfazem a definição de capital prevista na IAS 32 - Instrumentos financeiros (divulgação e apresentação) e não são detidos para negociação. A classificação é determinada instrumento a instrumento.

Ganhos e perdas nestes ativos financeiros nunca são recicladas para os resultados. Os dividendos são registados como ganho financeiro nos resultados quando o direito a receber o pagamento do dividendo estiver estabelecido, exceto quando a Corticeira Amorim beneficia desses dividendos como recuperação de parte do custo do ativo financeiro e, nesse caso, os dividendos são registados no outro rendimento integral. Os instrumentos de capital detidos como instrumentos de capital designados ao justo valor através do outro rendimento integral não são sujeitos a avaliação de imparidade.

Em 31 de dezembro de 2021, o Grupo não tem ativos financeiros classificados nesta categoria.

Ativos financeiros ao justo valor através da demonstração dos resultados

Ativos financeiros ao justo valor através da demonstração dos resultados são apresentados na Demonstração da Posição Financeira ao justo valor com as alterações líquidas no justo valor apresentadas nos resultados.

Os ativos financeiros ao justo valor através dos resultados incluem ativos financeiros detidos para negociação, ativos financeiros designados no momento de reconhecimento inicial como mensurados ao justo valor através dos resultados, ou os ativos financeiros que obrigatoriamente têm de ser mensuradas ao justo valor. Os ativos financeiros são classificados como detidos para negociação se foram adquiridos com a finalidade de serem vendidos ou recomprados num prazo muito curto. Derivados, incluindo derivados embutidos separados, são também classificados como detidos para negociação, exceto se foram designados como instrumentos de cobertura eficazes.

Os ativos financeiros com fluxos de caixa que não correspondem apenas a reembolsos de capital e pagamentos de juros sobre o capital em dívida são mensurados ao justo valor, independentemente do modelo de negócio subjacente. Não obstante o critério para a classificação dos instrumentos de dívida ao custo amortizado ou ao justo valor através do outro rendimento integral descrito acima, os instrumentos de dívida podem ser designados ao justo valor através dos resultados no momento do reconhecimento inicial se isso eliminar, ou reduzir significativamente, uma incoerência na mensuração ou no reconhecimento.

Esta categoria inclui os derivados e, quando aplicável, os investimentos em ações cotadas para as quais o Grupo não decidiu irrevogavelmente mensurar ao justo valor através do outro rendimento integral.

Se um contrato híbrido incluir um contrato de base que não seja um ativo financeiro, um derivado embutido deve ser separado do contrato de base e contabilizado como derivado se, e apenas se: i) as características económicas e os riscos do derivado embutido não estiverem intimamente relacionados com as características económicas e os riscos do contrato de base; ii) um instrumento separado com os mesmos termos que o derivado embutido satisfizesse a definição de um derivado; e iii) o contrato híbrido não for mensurado pelo justo valor através dos resultados. Derivados embutidos são mensurados ao justo valor com as alterações no justo valor reconhecidas nos resultados. A reavaliação da classificação só é possível quando ou existe uma alteração nos termos contratuais que modifiquem de forma significativa os fluxos de Caixa ou a reclassificação do ativo financeiro no sentido de deixar de ser classificado na categoria de justo valor através dos resultados.

Um derivado embutido num contrato híbrido que inclui um contrato de base que contenha um ativo financeiro não é contabilizado separadamente. O ativo financeiro do contrato de base e o derivado embutido são classificados conjuntamente na sua totalidade como ativos financeiros ao justo valor através dos resultados.

Os derivativos embutidos são mensurados pelo valor justo com as alterações reconhecidas no resultado. A reavaliação somente ocorre se houver uma mudança nos termos do contrato que modifique significativamente os fluxos de caixa, que de outra forma seriam exigidos, ou uma reclassificação de um ativo financeiro fora do justo valor através de resultados.

Desreconhecimento

Um ativo financeiro (ou, quando aplicável, uma parte do ativo financeiro ou parte de um Grupo de ativos financeiros ativos) é desreconhecido (ou seja, removido da Demonstração Consolidada da Posição Financeira) quando:

- Os direitos contratuais a receber fluxos de caixa resultantes do ativo financeiro expiram; ou
- O Grupo transferiu os seus direitos contratuais a receber fluxos de caixa resultantes do ativo financeiro ou assumiu uma obrigação de pagar os fluxos de caixa recebidos na sua totalidade num curto prazo no âmbito de um acordo no qual a Corticeira Amorim i) não tem qualquer obrigação de pagar quantias aos destinatários finais a menos que receba quantias equivalentes resultantes do ativo original; ii) está proibido pelos termos do contrato de transferência de vender ou penhorar o ativo original que não seja como garantia aos destinatários finais pela obrigação de lhes pagar fluxos de caixa; e iii) a Corticeira Amorim tem uma obrigação de remeter qualquer fluxo de caixa que receba em nome dos destinatários finais sem atrasos significativos; e
- A Corticeira Amorim transferiu substancialmente todos os riscos e benefícios do ativo, ou a Corticeira Amorim não transferiu nem reteve substancialmente todos os ativos e benefícios do ativo, mas transferiu o controlo sobre o ativo.

Quando a Corticeira Amorim transfere os seus direitos de receber fluxos de caixa de um ativo ou é parte de um acordo que pode possibilitar o desreconhecimento, avalia se, e em que extensão, foram retidos os riscos e benefícios associados à titularidade do ativo.

Quando não foram transferidos nem retidos substancialmente todos os riscos e benefícios decorrentes da propriedade de um ativo, nem transferido o controlo do ativo, a Corticeira Amorim continua a reconhecer o ativo transferido na medida do seu envolvimento continuado. Nesse caso, a Corticeira Amorim também reconhece o passivo correspondente, o ativo transferido e o passivo correspondente são mensurados numa base que reflete os direitos e obrigações que a Corticeira Amorim reteve.

Se o envolvimento continuado da Corticeira Amorim assumir a forma de garantia prestada sobre o ativo transferido, a medida do envolvimento continuado é a menor entre o valor contabilístico original do ativo e a quantia máxima da retribuição recebida que a Corticeira Amorim pode vir a pagar.

Imparidade de ativos financeiros

A Corticeira Amorim reconhece um ajustamento para as perdas de crédito esperadas para todos os instrumentos de dívida não mensurados ao justo valor através dos resultados. As perdas de crédito esperadas baseiam-se na diferença entre os fluxos de caixa contratuais que sejam devidos e todos os fluxos de caixa que a Corticeira Amorim espera receber, descontados a uma taxa próxima da taxa de juro efetiva original. Os fluxos de caixa que se esperam vir a receber incluem os fluxos de caixa resultantes de colaterais detidos ou de outras garantias de crédito que sejam parte integrante dos termos contratuais.

As perdas de crédito esperadas são reconhecidas em dois estágios. Para as situações onde não tenha existido um aumento significativo no risco de crédito desde o reconhecimento inicial, as perdas de crédito esperadas incidem sobre perdas que possam vir a ser incorridas de incumprimentos que sejam de possível ocorrência nos próximos 12 meses; Para as situações onde tenha existido um aumento significativo no risco de crédito desde o reconhecimento inicial, a perda por imparidade é calculada para todas as perdas de crédito esperadas ao longo da duração do ativo, independentemente de quando ocorra o incumprimento.

Para as contas a receber de clientes e contas a receber relativas a contratos com clientes, a Corticeira Amorim adota a abordagem simplificada na determinação das perdas de crédito esperadas.

Assim, o Grupo não monitoriza alterações no risco de crédito, mas ao invés, reconhece uma perda por imparidade baseada na perda de crédito esperada ao longo da duração do ativo, a cada data de relato. A Corticeira Amorim estabeleceu uma matriz de imparidade, baseada nos critérios de incumprimento do sistema de gestão do risco e nos créditos que foram perdidos no passado, ajustada por fatores prospetivos específicos dos devedores e do ambiente económico.

Para os instrumentos de dívida ao justo valor através do outro rendimento integral, a Corticeira Amorim aplica a simplificação para riscos de crédito baixos. A cada data de relato, a Corticeira Amorim avalia se o instrumento de dívida pode ser considerado como de risco baixo de crédito, utilizando para isso toda a informação relevante e razoável que está disponível a um custo/eforço aceitável. Ao fazer essa avaliação, a Corticeira Amorim tem em conta o rating de crédito do instrumento de dívida.

A Corticeira Amorim considera que um ativo financeiro está em incumprimento quando está vencido há mais de 90 dias. Porém, em certos casos, a Corticeira Amorim pode também considerar que um ativo financeiro está em incumprimento quando exista informação interna e externa que indique que é improvável que a Corticeira Amorim venha a receber a totalidade do crédito sem que tenha de acionar as garantias que possua. Um ativo financeiro é desreconhecido quando não há uma expectativa razoável de vir a recuperar os fluxos de caixa contratuais.

2. Passivos financeiros

Reconhecimento inicial e mensuração

Os passivos financeiros são classificados, no momento do reconhecimento inicial, como passivos financeiros ao justo valor através dos resultados, empréstimos, contas a pagar, ou derivados designados como instrumento de cobertura numa relação de cobertura eficaz.

Todos os passivos financeiros são reconhecidos inicialmente ao justo valor e, no caso dos empréstimos e das contas a pagar, líquido dos custos de transação diretamente atribuíveis.

Os passivos financeiros da Corticeira Amorim incluem contas a pagar a fornecedores e outros credores, empréstimos, incluindo descobertos bancários e subsídios reembolsáveis, e derivados.

O Grupo contrata operações de confirming com instituições financeiras, as quais são enquadráveis como “reverse factoring agreements”. Estes acordos não são utilizados para gerir as necessidades de liquidez do Grupo, na medida em que se mantém o pagamento na data do vencimento das faturas (nessa data os valores adiantados são pagos à instituição financeira pelo Grupo). Por esse motivo, e por não originarem gasto financeiro para o Grupo, os valores das faturas adiantadas aos fornecedores que aderem a estes contratos são mantidos no Passivo, na conta de Fornecedores, sendo os pagamentos no momento do vencimento tratados como pagamentos operacionais. As operações de confirming de fornecedores são classificadas como operacionais na Demonstração dos Fluxos de Caixa.

Mensuração subsequente

A mensuração dos passivos financeiros depende da sua classificação inicial, como segue:

- Passivos financeiros ao justo valor através dos resultados

Passivos financeiros ao justo valor através da demonstração dos resultados incluem os passivos financeiros detidos para negociação e os passivos financeiros que, no momento de reconhecimento inicial, foram assim designados.

Os passivos financeiros são classificados como detidos para negociação se tiverem sido incorridos com a finalidade de serem recomprados no curto prazo. Esta categoria inclui derivados que não sejam designados como sendo instrumentos de cobertura numa relação de cobertura, tal como previsto na IFRS 9. Derivados embutidos separados são também classificados como detidos para negociação, a não ser que sejam considerados instrumentos de cobertura eficazes.

Ganhos e perdas, em passivos detidos para negociação, são registados na demonstração dos resultados.

Os passivos financeiros que são classificados, no momento de reconhecimento inicial, como passivos financeiros ao justo valor, são assim designados no momento do reconhecimento inicial apenas se os critérios previstos na IFRS 9 forem satisfeitos.

- Passivos financeiros ao custo amortizado (empréstimos)

Esta é a categoria mais relevante para a Corticeira Amorim. Após o reconhecimento inicial, os empréstimos são subsequentemente mensurados ao custo amortizado através da utilização do método do juro efetivo. Ganhos e perdas são registados na demonstração dos resultados quando os passivos são desreconhecidos e através da amortização decorrente do método do juro efetivo.

O custo amortizado é calculado tendo em conta qualquer desconto ou prémio na aquisição e os honorários e outros custos que sejam parte integral da taxa de juro efetiva. O efeito do juro efetivo é registado nos gastos financeiros na demonstração dos resultados.

Esta categoria é, geralmente, aplicável aos empréstimos bancários, incluindo também os subsídios reembolsáveis à taxa zero ou abaixo do valor de mercado.

Desreconhecimento

Um passivo financeiro é desreconhecido quando a obrigação subjacente é satisfeita ou cancelada, ou expira.

Quando um passivo financeiro existente é substituído por outro da mesma contraparte e com termos substancialmente diferentes, ou os termos de um passivo financeiro são substancialmente modificados, a troca ou modificação são tratadas como um desreconhecimento do passivo financeiro original e o reconhecimento de um novo passivo. A diferença entre os respetivos valores contabilísticos é reconhecida na demonstração dos resultados.

3. Compensação de instrumentos financeiros

Ativos financeiros e passivos financeiros são compensados e o respetivo valor líquido é apresentado na demonstração da posição financeira consolidada se existir um direito presente de cumprimento obrigatório para compensar as quantias reconhecidas e existe a intenção de ou liquidar numa base líquida, ou realizar o ativo e liquidar simultaneamente o passivo.

4. Instrumentos financeiros derivados e contabilidade de cobertura

Reconhecimento inicial e subsequente

A Corticeira Amorim utiliza instrumentos financeiros derivados, tais como contratos forward e swaps de taxas de câmbio, para cobrir os seus riscos de câmbio. Tais instrumentos financeiros derivados são inicialmente registados ao justo valor na data em que o derivado é contratado e são subsequentemente mensurados ao justo valor. Os derivados são apresentados no ativo quando o seu justo valor é positivo e no passivo quando o seu justo valor é negativo.

Em termos de contabilidade de cobertura, as coberturas são classificadas como:

- Cobertura de justo valor, quando a finalidade é cobrir a exposição a alterações de justo valor de um ativo ou passivo registado ou de um compromisso da Corticeira Amorim não registado;
- Cobertura de fluxos de caixa, quando a finalidade é cobrir a exposição à variabilidade dos fluxos de caixa decorrente de um risco específico associado à totalidade ou a uma componente de um ativo ou passivo registado ou a uma transação prevista de ocorrência altamente provável ou o risco de câmbio associado a um compromisso da Corticeira Amorim não registado;
- Cobertura de um investimento líquido numa unidade operacional estrangeira.

No início da relação de cobertura, a Corticeira Amorim formalmente designa e documenta a relação de cobertura para a qual pretende aplicar a contabilidade de cobertura bem como a finalidade de gestão e estratégia dessa cobertura.

A documentação inclui a identificação do instrumento de cobertura, o item ou transação coberta, a natureza do risco a ser coberto e o modo como a Corticeira Amorim avalia se a relação de cobertura cumpre com os requisitos de contabilidade de cobertura (incluindo a sua análise das fontes de ineficácia da cobertura e a forma como determina a taxa de cobertura). O relacionamento de cobertura é qualificável para contabilidade de cobertura se satisfaz todos os seguintes requisitos de eficácia da cobertura:

- i. Existe uma relação económica entre o item coberto e o instrumento de cobertura;
- ii. O efeito do risco de crédito não domina as alterações de valor que resultam dessa relação económica; e
- iii. O rácio de cobertura do relacionamento de cobertura é o mesmo que o que resulta da quantidade do item coberto que uma entidade cobre efetivamente e da quantidade do instrumento de cobertura que a entidade utiliza efetivamente para cobrir essa quantidade do item coberto.

Os relacionamentos de cobertura que satisfaçam os critérios de elegibilidade acima, são contabilizados, como segue:

Cobertura de justo valor

A alteração no justo valor do instrumento de cobertura é registada na demonstração dos resultados. A alteração no justo valor do item coberto atribuível ao risco coberto é registada como parte do valor contabilístico do item coberto e também é registada na demonstração dos resultados.

Para cobertura de justo valor de itens mensurados ao custo amortizado, qualquer ajustamento ao valor contabilístico é amortizado na demonstração dos resultados pelo período remanescente da cobertura, usando o método do juro efetivo. A amortização através do método do juro efetivo inicia-se quando existe o ajustamento e nunca mais tarde do momento no qual o item coberto deixa de ser ajustado pelas alterações no justo valor atribuíveis ao risco que está sendo coberto.

Se o item coberto é desreconhecido, o justo valor por amortizar é registado imediatamente na demonstração dos resultados.

Quando um compromisso não registado é designado como item coberto, as alterações acumuladas subsequentes no justo valor do compromisso da Corticeira Amorim atribuíveis ao risco coberto são reconhecidas como um ativo ou passivo e o correspondente ganho ou perda registado na demonstração dos resultados.

Cobertura de fluxos de caixa

A parcela eficaz do ganho ou perda no instrumento de cobertura é reconhecida no Outro rendimento integral na reserva de cobertura de fluxos de caixa, enquanto a parcela ineficaz é reconhecida imediatamente na demonstração dos resultados. A reserva de cobertura de fluxos de caixa é ajustada para o menor dos valores entre o ganho ou perda acumulada no instrumento de cobertura e a alteração acumulada no justo valor do item coberto.

A Corticeira Amorim designa apenas o elemento à vista dos contratos forward como instrumento de cobertura. O elemento forward é reconhecido no Outro rendimento integral e acumulado numa componente separada de capital próprio.

As quantias acumuladas no Outro rendimento integral são contabilizadas em função da natureza da relação de cobertura respetiva. Se a relação de cobertura subsequentemente se traduz no registo de um item não financeiro, a quantia acumulada é removida da componente separada de capital próprio e incluída no custo inicial ou valor contabilístico do ativo ou passivo coberto. Tal não é um ajustamento de reclassificação e não deve ser registado no Outro rendimento integral do período. Isto também é aplicável quando uma transação esperada coberta de um ativo não financeiro ou de um passivo não financeiro se converte num compromisso do Grupo sujeito a contabilidade de cobertura.

Para quaisquer outras coberturas de fluxos de Caixa, a quantia acumulada no Outro rendimento integral é reclassificada para a demonstração dos resultados como um ajustamento de reclassificação no mesmo período ou períodos durante os quais os fluxos de caixa cobertos afetam a demonstração dos resultados.

Se a contabilidade de cobertura de fluxos de caixa for interrompida, a quantia acumulada no Outro rendimento integral deve permanecer se se esperar que os fluxos de Caixa futuros cobertos ainda ocorram. Caso contrário, a quantia acumulada é reclassificada imediatamente para a demonstração dos resultados como um ajustamento de reclassificação. Após a interrupção, assim que os fluxos de caixa

coberto ocorram, qualquer quantia acumulada remanescente no Outro rendimento integral deve ser contabilizada de acordo com a natureza da transação subjacente como descrito acima.

Cobertura de um investimento líquido numa unidade operacional estrangeira

Cobertura de um investimento líquido numa unidade operacional estrangeira, incluindo a cobertura de itens monetários que sejam contabilizados como integrantes do investimento líquido, são contabilizados de modo similar ao da cobertura de fluxos de caixa. Qualquer ganho ou perda no instrumento de cobertura relativo à parcela eficaz da cobertura é registada no Outro rendimento integral, enquanto os ganhos ou perdas relativos à parcela ineficaz são registados na demonstração dos resultados. No momento da alienação da operação no estrangeiro, o valor acumulado dos ganhos e perdas contabilizados no capital próprio é transferido para a demonstração dos resultados.

Em 31 de dezembro de 2021 a Corticeira Amorim não detinha instrumentos de cobertura de um investimento líquido.

I. INVENTÁRIOS

Os inventários encontram-se valorizados pelo menor dos valores do custo de aquisição ou produção e de mercado. O custo de aquisição engloba o respetivo preço de compra adicionado dos gastos suportados direta e indiretamente para colocar o bem no seu estado atual e no local de armazenagem. O custo de produção inclui o custo das matérias-primas incorporadas, mão-de-obra direta, outros gastos diretos e gastos gerais de produção fixos (com base na capacidade normal de utilização).

As quantidades existentes no final do exercício/ período foram determinadas a partir dos registos contabilísticos confirmados por contagem física. As saídas de matérias-primas e subsidiárias são valorizadas ao custo de aquisição e as de produtos acabados e em curso ao custo de produção, que inclui os custos diretos de fabrico incorridos nas próprias produções.

Sempre que o valor de realização líquido é inferior ao custo de aquisição ou de produção, essa diferença é expressa pelas perdas por imparidade em inventários, as quais serão reduzidas ou anuladas quando deixarem de existir os motivos que as originaram.

As matérias-primas apresentam, na generalidade dos casos, utilização alternativa sem perda significativa de valor (por exemplo através de mudanças de calibre, reprocessamento ou utilização como matéria-prima nas restantes unidades). Nestes casos é feita uma análise específica de imparidade sendo as situações de imparidade muito reduzidas.

Os produtos intermédios e acabados não são tão suscetíveis de aproveitamento alternativo. Nestes casos, a quantia pela qual se espera que os inventários se venham a realizar é influenciada pela antiguidade desses mesmos inventários. Assim, para além da análise específica (forma prioritária de determinação do valor realizável), o Grupo aplica um critério baseado na rotação, para estimar a redução de valor esperada destes materiais em função da sua antiguidade.

J. IMPOSTO SOBRE O RENDIMENTO CORRENTE E DIFERIDO

Os ativos e passivos de imposto sobre o rendimento corrente são mensurados pelo valor que se espera que seja recuperado ou pago às autoridades fiscais. As taxas de imposto e as leis fiscais usadas para calcular o valor são aquelas que são promulgadas ou substancialmente promulgadas na data do balanço, nos países onde a Corticeira Amorim opera e gera lucro tributável.

O imposto sobre o rendimento corrente, relacionado com itens reconhecidos diretamente no capital próprio, é reconhecido nesta rubrica e não na demonstração dos resultados. A administração avalia, periodicamente, as posições assumidas nas declarações de impostos com relação às situações em que a legislação fiscal aplicável dá margem a interpretações e estabelece as provisões quando apropriado.

O imposto diferido é calculado usando o método da responsabilidade sobre diferenças temporárias entre os montantes tributários dos ativos e passivos e os seus valores contabilísticos para fins de relatório financeiro.

Os passivos por impostos diferidos são reconhecidos para todas as diferenças temporárias exceto nas seguintes situações:

- Quando o passivo por imposto diferido surge do reconhecimento inicial do *goodwill*, ou de um ativo ou passivo de uma transação que não é uma concentração de atividades empresariais e, no momento da transação, não afeta nem o lucro ou prejuízo contabilístico nem o fiscal;
- Em relação a diferenças temporárias associadas a investimentos em subsidiárias, associadas e interesses em entidades controladas conjuntamente, quando o momento da reversão das diferenças temporárias possa ser controlado e é provável que as diferenças temporárias não sejam revertidas no futuro previsível.

Os impostos diferidos ativos são reconhecidos para todas as diferenças temporárias dedutíveis e para o reconhecimento futuro de prejuízos fiscais não utilizados. Ativos por impostos diferidos são reconhecidos na extensão em que seja provável que lucro tributável estará disponível contra o qual as diferenças temporárias dedutíveis e o reconhecimento futuro dos prejuízos fiscais possa ser utilizado, exceto nas seguintes situações:

- Quando o imposto diferido ativo está relacionado com uma diferença temporária dedutível que surge do reconhecimento de um ativo ou passivo de uma transação que não seja uma concentração de atividades empresariais e, no momento da transação, não afeta nem o lucro ou prejuízo contabilístico nem o fiscal;
- Em relação a diferenças temporárias associadas a investimentos em subsidiárias, associadas e interesses em entidades controladas conjuntamente, os impostos diferidos ativos são reconhecidos apenas na medida em que é provável que as diferenças temporárias serão revertidas no futuro previsível e exista lucro tributável disponível, contra o qual as diferenças temporárias possam ser utilizadas.

O valor dos impostos diferidos ativos é revisto em cada data de reporte e reduzido na extensão que não é mais provável que lucro tributável suficiente esteja disponível para permitir a utilização da totalidade ou de parte do imposto diferido ativo. Impostos diferidos ativos não reconhecidos são reavaliados em cada data de relatório e são reconhecidos na medida em que se tornou provável que lucros tributáveis futuros permitirão a sua recuperação.

Ativos e passivos por impostos diferidos são mensurados à taxa de imposto que se espera que sejam aplicáveis no ano em que o ativo é realizado ou o passivo é liquidado, com base nas taxas de imposto (e leis fiscais) que foram promulgadas ou substancialmente promulgadas na data de relato.

O imposto diferido relacionado com itens reconhecidos fora dos lucros ou perdas é reconhecido fora dos resultados. Os impostos diferidos são reconhecidos em cada data de relato em correlação com a transação subjacente em outro rendimento integral ou diretamente em capital próprio.

Benefícios fiscais adquiridos como parte de uma concentração de atividades empresariais, mas que não satisfazem os critérios para reconhecimento na data da concentração, são reconhecidos posteriormente se surgirem novas informações sobre fatos e circunstâncias. O ajuste é tratado como uma redução do *goodwill* (desde que não exceda o *goodwill*), se foi incorrido durante o período de mensuração do *goodwill*, ou reconhecido no resultado, se posterior.

A Corticeira Amorim compensa ativos e passivos por impostos diferidos, se e somente se, tiver um direito de os compensar e os impostos diferidos passivos se referirem a impostos sobre o rendimento lançados pela mesma autoridade tributária sobre a mesma entidade tributável, ou diferentes entidades tributáveis que pretendem liquidar passivos e ativos tributários correntes em uma base líquida, ou realizar os ativos e liquidar os passivos simultaneamente, em cada período futuro em que montantes significativos de passivos ou ativos por impostos diferidos sejam liquidados ou recuperados.

As provisões para contingências fiscais em curso são classificadas na rubrica de impostos diferidos. No caso de processos fiscais, são anualmente aumentadas pelo cálculo de juros e coimas, definidos por lei.

K. BENEFÍCIOS A EMPREGADOS

A generalidade dos empregados portugueses da Corticeira Amorim está abrangida unicamente pelo regime geral da segurança social. Os empregados em subsidiárias estrangeiras, ou estão cobertos unicamente por regimes locais de segurança social, ou beneficiam de regimes complementares de contribuição definida e de benefício definido.

No plano de contribuição definida, os contributos são reconhecidos como um gasto com o pessoal quando exigíveis.

A Corticeira Amorim opera planos de pensão de benefícios definidos nas subsidiárias Amorim Cork Italia (Trattamento di Fine Rapporto) e Eflverson. O custo de fornecer benefícios no âmbito do plano de benefícios definidos é determinado usando o método de crédito unitário projetado. As remensurações, compreendendo ganhos e perdas atuariais, o efeito do limite máximo do ativo, excluindo as quantias incluídas nos juros líquidos sobre o passivo líquido de benefícios definidos e o retorno dos ativos do plano (excluindo as quantias incluídas nos juros líquidos sobre o passivo líquido de

benefícios definidos), são reconhecidos imediatamente na demonstração da posição financeira com um débito ou crédito correspondente aos lucros acumulados no outro rendimento integral no período em que ocorrerem. Remensurações não são reclassificadas para lucros ou perdas em períodos subsequentes.

A Corticeira Amorim reconhece um passivo e o respetivo custo no exercício relativamente aos bónus atribuíveis a um conjunto alargado de quadros. Estes benefícios são baseados em fórmulas que têm em conta, não só o cumprimento de objetivos individuais, bem como, o cumprimento por parte da Corticeira Amorim de um nível de resultados fixado previamente.

I. Provisões

São reconhecidas provisões quando a Corticeira Amorim tem uma obrigação presente, legal ou implícita, resultante de um evento passado, e é provável que desse facto resulte uma saída de recursos e que esse montante possa ser estimado com fiabilidade.

Não são reconhecidas provisões para perdas operacionais futuras. São reconhecidas provisões para reestruturação sempre que para essa reestruturação haja um plano detalhado e tenha havido comunicação às partes envolvidas.

As principais rubricas de provisões foram registadas tendo por base o seu valor nominal. As provisões para processos em curso são anualmente aumentadas pelo cálculo de juros e coimas, definidos por lei. Na generalidade dos restantes casos, face à incerteza quanto ao momento do ex-fluxo de recursos para fazer face à responsabilidade, não é possível estimar fiavelmente o efeito do desconto, o qual não se estima material.

Quando existe uma obrigação presente, resultante de um evento passado, mas da qual não é provável que resulte uma saída de recursos, ou esta não pode ser estimada com fiabilidade, essa situação é tratada como um passivo contingente, o qual é divulgado nas demonstrações financeiras, exceto se considerada remota a possibilidade de saída de recursos.

Os ativos contingentes não são reconhecidos nas demonstrações financeiras, sendo divulgados quando for provável a existência de um influxo económico futuro de recursos.

M. RÉDITO DE CONTRATOS COM CLIENTES

O rédito de contratos com clientes é registado quando o controlo dos bens e serviços é transferido para os clientes por uma quantia correspondente à retribuição que a Corticeira Amorim espera receber em troca de tais bens ou serviços.

A Corticeira Amorim atua geralmente como “principal” nos seus acordos com clientes, porque tipicamente a Corticeira Amorim controla os bens e serviços antes de os transferir para os clientes.

Os julgamentos mais significativos, estimativas e pressupostos relacionados com o rédito de contratos com clientes encontram-se divulgados na Nota 4.

O rédito da venda de produtos é reconhecido no momento em que o controlo sobre o bem é transferido para o cliente, o que geralmente acontece no momento da entrega do produto. O tempo de crédito concedido varia, não ultrapassando os 90 dias após a faturação.

Para cada contrato, a Corticeira Amorim avalia se existem outros compromissos no contrato que sejam obrigações de desempenho distintas e para as quais uma parte do preço da transação deva ser alocada. Na determinação do preço da transação, a Corticeira Amorim tem em conta eventuais retribuições variáveis, a existência, ou não, de uma componente significativa de financiamento, de retribuições a receber não-monetárias e a eventualidade de existirem retribuições a pagar ao cliente.

Se a retribuição prevista num contrato incluir uma componente variável, a Corticeira Amorim estima a quantia que considera vir a ter o direito de receber em troca da transferência dos bens para o cliente. A componente variável é estimada no início do contrato e é restringida em caso de incerteza até que seja altamente provável que não ocorra uma reversão significativa do rédito reconhecido quando a incerteza associada à componente de retribuição variável seja finalmente dissipada.

Alguns contratos conferem ao cliente o direito a devolverem os bens e a descontos de volume. Os direitos de devolução e os descontos de volume dão origem a uma retribuição variável.

- Direito de devolução

Alguns contratos conferem ao cliente o direito a devolver os produtos dentro de um determinado prazo. O Grupo utiliza o método do valor esperado para estimar a contraprestação variável devido ao grande número de contratos que possuem características semelhantes. O Grupo aplica os requisitos sobre estimativas de contraprestação variável para determinar o valor da contraprestação variável que pode ser incluída no preço da transação e reconhecida como receita. Um passivo de restituição é reconhecido para os inventários que se espera que sejam devolvidos. Um ativo de direito de devolução (e ajuste correspondente ao custo de vendas) também é reconhecido pelo direito de recuperar os inventários do cliente.

- Descontos de quantidade

A Corticeira Amorim proporciona descontos retrospectivos de volumes a alguns clientes quando uma determinada quantidade de compras em determinado período excede um determinado limite previsto no contrato. Os descontos são registados a crédito da respetiva conta a receber do cliente. Para estimar a retribuição variável associada ao valor esperado de descontos de quantidade a conceder, a Corticeira Amorim baseia-se no histórico do cliente.

Os requisitos da IFRS 15 quanto a restringir as quantias de retribuição variável estimada são também aplicáveis, e a Corticeira Amorim regista um passivo relacionado com o valor a conceder de descontos.

Fazendo uso do expediente prático previsto na IFRS 15, a Corticeira Amorim não ajusta o valor da retribuição pelo efeito financeiro quando tem a expectativa, no momento inicial, que o período entre a transferência do bem ou serviço para o cliente e o momento em que o cliente paga o bem ou o serviço é menor do que um ano.

O mesmo acontece quando a Corticeira Amorim recebe adiantamentos de curto-prazo dos seus clientes – neste caso, também o valor da retribuição não é ajustado pelo efeito financeiro. Na UN Revestimentos, a Corticeira Amorim, para determinado tipo de contratos, oferece garantias de bom funcionamento dos seus

produtos. Estas garantias de qualidade são contabilizadas de acordo com a IAS 37 Provisões, Passivos Contingentes e Ativos Contingentes.

N. SUBSÍDIOS GOVERNAMENTAIS

Os subsídios recebidos referem-se na generalidade a investimentos em ativos fixos tangíveis. Se atribuídos a fundo perdido são considerados como rendimentos a reconhecer quando recebidos, sendo apresentados como outros rendimentos e ganhos na demonstração de resultados durante o período de vida útil estimado para os ativos em causa. Se os subsídios forem reembolsáveis são considerados em Outros passivos financeiros, seguindo os princípios de reconhecimento e mensuração do IFRS 9.

Os subsídios reembolsáveis que vencem juros a condições “fora de mercado” são mensurados ao justo valor no momento do reconhecimento inicial. Para cada subsídio, a determinação do justo valor no momento inicial corresponde ao valor atual dos pagamentos futuros associados ao subsídio, descontados à taxa de financiamento do Grupo à data do reconhecimento, para empréstimos de prazos semelhantes.

O diferencial entre o valor nominal e o justo valor no momento inicial está incluído na linha “Subsídios reembolsáveis”, incluída em “Outros passivos financeiros”, sendo posteriormente reconhecido nos resultados como “Outros rendimentos e ganhos”, durante o período de vida útil estimado para os ativos em causa. Posteriormente estes subsídios são mensurados ao custo amortizado.

Os subsídios recebidos são classificados como atividade de financiamento na Demonstração dos Fluxos de Caixa.

O. DIREITO DE USO E LOCAÇÕES

A Corticeira Amorim avalia, no início do contrato, se um contrato é, ou contém, uma locação. Ou seja, se o contrato transmitir o direito de controlar o uso de um ativo identificado por um período de tempo em troca de uma retribuição.

A Corticeira Amorim aplica uma abordagem única de reconhecimento e mensuração para todas as locações, exceto para locações de curto prazo e locações de ativos de baixo valor. A Corticeira Amorim reconhece os passivos de locação correspondentes aos pagamentos a efetuar e ativos de direito de uso que representam o direito de usar os ativos subjacentes.

Direito de uso

Como locatária, a Corticeira Amorim reconhece o Direito de uso na data de início da locação (ou seja, a data em que o ativo subjacente está disponível para uso). Os Direitos de uso são mensurados ao custo, deduzido de depreciações acumuladas e perdas por imparidade, e ajustado para qualquer remensuração dos passivos de locação. O custo do Direito de uso inclui o valor dos passivos de locação reconhecidos, custos diretos iniciais incorridos e pagamentos da locação efetuados antes, ou antes da data de início, deduzidos de eventuais incentivos recebidos. Os Direitos de uso são depreciados pelo método das quotas constantes, pelo menor entre o prazo do contrato de locação e da vida útil estimada dos bens, como segue:

	Número de anos
Terrenos	60
Instalações	3 a 10
Viaturas	3 a 5

Se a propriedade do ativo locado for transferida para a Corticeira Amorim no final do prazo de locação ou o custo refletir o exercício de uma opção de compra, a depreciação é calculada usando a vida útil estimada do ativo.

Os ativos de direito de uso também estão sujeitos ao registo de imparidades, de acordo com a política apresenta na nota g) Imparidade de ativos não financeiros

Passivos de locação

Na data de início da locação, a Corticeira Amorim reconhece passivos de locação mensurados pelo valor presente dos pagamentos a serem efetuados pelo prazo do contrato. Os pagamentos da locação incluem pagamentos fixos menos quaisquer incentivos a receber, pagamentos variáveis de locação que dependem de um índice ou taxa e valores que espera vir a pagar relacionados com garantias relativas ao valor residual. Os pagamentos da locação também incluem o preço de exercício de uma opção de compra, se for razoavelmente expectável que será exercida pela Corticeira Amorim e pagamentos de multas por rescisão do contrato de locação, se o prazo do contrato refletir que a Corticeira Amorim exercerá a opção de rescisão.

Pagamentos de locação variável, que não dependem de um índice ou taxa, são reconhecidos como despesa (a menos que sejam incorridos para produzir inventários) no período em que o evento ou condição que aciona o pagamento ocorre.

Ao calcular o valor presente dos pagamentos da locação, a Corticeira Amorim usa uma taxa de empréstimo incremental na data de início da locação, porque a taxa de juro implícita na locação não é determinada de forma imediata. Após a data de início, o valor dos passivos de locação é aumentado para refletir o acréscimo de juros e reduzido pelos pagamentos efetuados. Além disso, o valor dos passivos de locação é remensurado se houver uma modificação, uma alteração no prazo da locação, uma alteração nos pagamentos da locação (por exemplo, alterações nos pagamentos futuros resultantes de uma alteração em um índice ou taxa usada para determinar tais pagamentos de locação mercantil) ou uma alteração na avaliação sobre o exercício de uma opção de compra do ativo subjacente.

Os passivos de locação da Corticeira Amorim estão incluídos na dívida remunerada.

Locação curto prazo e locação de ativos de baixo valor

A Corticeira Amorim aplica a isenção de reconhecimento de locação de curto prazo, ou seja, aqueles que têm um prazo de locação de 12 meses ou menos a partir da data de início e não contêm uma opção de compra. Também aplica a isenção de reconhecimento de ativos de baixo valor às locações de equipamentos de escritório considerados de baixo valor. Os pagamentos de locação de curto prazo e de ativos de baixo valor são reconhecidos como gasto de forma linear pelo prazo de locação.

Corticeira Amorim como locadora

As locações nos quais a Corticeira Amorim não transfere substancialmente todos os riscos e benefícios inerentes à propriedade de um ativo são classificadas como locações operacionais. O rédito da locação é contabilizado pelo método linear de acordo com os prazos da locação e é incluído no rédito na demonstração do resultado devido à sua natureza operacional. Os custos diretos iniciais incorridos na negociação e organização de uma locação operacional são adicionados ao valor contabilístico do ativo locado e reconhecidos pelo prazo da locação na mesma base que o rédito. As locações contingentes são reconhecidas como receita no período em que são auferidas.

Em 31 de dezembro de 2021, a Corticeira Amorim não tem ativos enquanto locadora.

P. CAPITAL PRÓPRIO

As ações ordinárias são classificadas como capital próprio.

Sempre que são adquiridas ações da Corticeira Amorim, os montantes pagos pela aquisição são reconhecidos em capital próprio a deduzir ao seu valor, numa linha de "Ações Próprias".

A Corticeira Amorim reconhece um passivo de pagamento de dividendos quando a distribuição é autorizada, e a distribuição não está mais sujeita à discricionariedade da Corticeira Amorim. De acordo com as leis societárias aplicáveis, uma distribuição é autorizada quando aprovada pelos acionistas. Um valor correspondente é reconhecido diretamente no capital próprio.

Q. RESULTADOS NÃO RECORRENTES

Os resultados operacionais não recorrentes, que pela sua materialidade ou natureza possam distorcer o desempenho financeiro da Corticeira Amorim, bem como, a sua comparabilidade, são apresentados em linha separada da Demonstração Consolidada dos Resultados por Naturezas. Estes resultados incluem, entre outros, gastos de reestruturação, imparidade do *goodwill*, gastos de transação para a aquisição de subsidiárias, gastos no desinvestimento em determinados mercados e mais-valias significativas com a realocação de instalações.

R. CAIXA E EQUIVALENTES DE CAIXA

A rubrica de “caixa e equivalentes de caixa” inclui numerário, depósitos à ordem e aplicações de tesouraria, com prazos de vencimento curtos e que são mobilizáveis rapidamente sem risco significativo de alteração de valor.

Para efeitos de demonstração de fluxos de caixa, a rubrica “Caixa e equivalentes de caixa”, inclui também os descobertos bancários incluídos no balanço na rubrica de “Empréstimos bancários”, e os ativos financeiros detidos para negociação.

S. GASTOS DE EMPRÉSTIMOS

O Grupo capitaliza os gastos de empréstimos obtidos (custos de juros e outros incorridos devido a pedidos de empréstimos de fundos) que sejam diretamente atribuíveis à aquisição, construção ou produção de um ativo que se qualifica como parte do custo desse ativo, ou seja, um ativo que leva necessariamente um período substancial de tempo para ficar pronto para o seu uso pretendido ou para a sua venda. Todos os outros custos de empréstimos obtidos devem ser contabilizados como um gasto no período em que sejam incorridos.

T. EVENTOS SUBSEQUENTES

A Corticeira Amorim reconhece nas demonstrações financeiras os eventos que, após a data do balanço, proporcionem informação adicional sobre as condições que existiam a data do balanço, incluindo as estimativas inerentes ao processo de preparação das demonstrações financeiras. O Grupo não regista os eventos que, após a data do balanço, proporcionem informação sobre condições que ocorram após a data do balanço.

3 – GESTÃO DE RISCO FINANCEIRO

A atividade da Corticeira Amorim está exposta a uma variedade de riscos financeiros: risco de mercado (incluindo risco cambial, risco taxa de juro e risco preço matéria-prima), risco de crédito, risco de liquidez e risco de capital. A propagação da pandemia COVID-19 e as medidas tomadas para a conter, tiveram um impacto significativo nos riscos financeiros aos quais a Corticeira Amorim poderá estar submetida, obrigando ao reforço do seu acompanhamento e controlo.

Risco de mercado

Relativamente ao risco de mercado, embora impactados pela pandemia (risco cambial, taxa de juro e preço das matérias-primas), não foram significativamente afetados pelo contexto atual mantendo-se os procedimentos de acompanhamento relatados em 31 de dezembro de 2021. A volatilidade dos mercados internacionais obriga a um cumprimento escrupuloso dos procedimentos que já estavam definidos, de forma a evitar o eventual impacto de eventos adversos.

A. RISCO CAMBIAL

A Administração da Corticeira Amorim estabeleceu uma política de cobertura de risco cambial que aponta para uma cobertura total dos ativos resultantes das suas vendas nas principais divisas e dos passivos resultantes das suas compras em USD. Se não existisse a política de cobertura cambial, o aumento do câmbio em USD em 1%, mantendo-se as restantes variáveis constantes, levaria a que o resultado antes de imposto fosse inferior em 1,5 M€. Relativamente às encomendas até 90 dias, os responsáveis das Unidades de Negócio decidirão conforme a evolução efetiva dos mercados cambiais. Para as coberturas relativas a encomendas a mais de 90 dias, que os responsáveis das UN considerarem relevantes, a decisão será do âmbito da Administração da Corticeira Amorim.

Atendendo à relação entre o montante da exposição do Grupo a ativos e passivos financeiros em moeda estrangeira, e aos nocionais das coberturas contratadas, à data de 31 de dezembro de 2021, qualquer variação que tivesse ocorrido no câmbio das principais divisas face ao Euro (em particular o USD), não teria efeito material nos resultados consolidados do Grupo. Relativamente ao efeito sobre as encomendas cobertas, este seria registado em Capital Próprio. Em termos de cobertura de investimento líquido em subsidiárias/associadas, dado a Corticeira Amorim não considerar a realização de coberturas cambiais sobre os mesmos, qualquer variação cambial face aos câmbios de fecho, teria um efeito imediato no valor dos Capitais Próprios. O valor registado em diferenças de conversão cambial, onde está incluído o efeito da não cobertura destes investimentos, atingiu em 31 de dezembro de 2021 o valor de -7 253 K€ (31 dezembro de 2020: -9 043 K€).

B. RISCO TAXA DE JURO

A 31 de dezembro de 2021, do total da dívida remunerada, 62,3 M€ venciam juros a taxa fixa, dos quais 15 M€ vencer-se-ão em 2024 e 25 M€ até 4 de março de 2025. A 31 de dezembro 2020 o valor era de 68 M€.

O risco taxa de juro resulta, essencialmente, dos financiamentos bancários obtidos não correntes a taxa variável e de emissões ao abrigo de dois programas de papel comercial.

À data de 31 de dezembro de 2021, se as taxas de juro tivessem sido 0,1 pontos percentuais mais altas, mantendo-se as restantes variáveis constantes, o resultado antes de imposto seria mais baixo em cerca de 95 milhares de euros (186 milhares de euros em 2020) fruto do aumento dos custos financeiros com dívida remunerada a taxa variável.

C. RISCO PREÇO MATÉRIA-PRIMA

Atenta a criticidade, transversal a todas as UN, deste fator, a gestão da compra, armazenagem e preparação da única variável comum a todas as atividades da Corticeira Amorim que é a matéria-prima (cortiça) encontra-se reunida numa UN autónoma, o que, entre outros objetivos, permite preparar, debater e decidir, no seio do Conselho de Administração, a orientação ou a política de aprovisionamento plurianual a desenvolver.

A equipa de compra de cortiça do Grupo é constituída por um conjunto de pessoas altamente especializadas, atuando essencialmente nos mercados de Portugal, Espanha e Norte de África. O objetivo da equipa de compradores é maximizar a relação qualidade/preço da cortiça comprada e, simultaneamente, assegurar a compra da quantidade suficiente para o nível de produção desejado.

O mercado de cortiça é um mercado aberto onde o preço é determinado pela lei da oferta e da procura. O preço oferecido pela Corticeira Amorim é determinado negócio a negócio, e depende essencialmente da qualidade estimada da cortiça. A Corticeira Amorim não tem capacidade de definir o preço de compra da campanha, sendo este resultado do funcionamento do mercado.

Estando a compra concentrada num determinado período do ano, no qual se garante o abastecimento de matéria-prima para todo o ano seguinte, os preços de venda dos produtos acabados e as margens do negócio são definidos tendo em atenção o custo de aquisição da matéria-prima e a disponibilidade estimada para a campanha anual.

Risco de crédito

O risco de crédito resulta, no essencial, dos saldos a receber de clientes resultantes de transações comerciais. No contexto da pandemia, na gestão do risco de crédito não existiram alterações significativas dos procedimentos adotados, tendo sido reforçadas as medidas de cobrança que existiam anteriormente. A Corticeira Amorim está atenta à questão das cobranças de contas a receber, mas, num universo de quase 30 000 clientes no globo, o risco está significativamente repartido. O risco de crédito está naturalmente

diminuído face à dispersão das vendas por um número muito elevado de clientes, espalhados por todos os continentes, não representando qualquer um mais do que 2% das vendas totais.

O risco de crédito cliente é avaliado pelas Direções Financeiras das empresas operacionais, tendo em conta o histórico de relação comercial, a sua situação financeira, bem como outras informações que possam ser obtidas através da rede de negócios da Corticeira Amorim. Os limites de crédito estabelecidos são regularmente analisados e revistos, se necessário.

Na generalidade não são exigidas garantias aos clientes. A Corticeira Amorim recorre pontualmente ao seguro de crédito.

O risco de crédito resulta ainda dos saldos de disponibilidades e instrumentos financeiros derivados. A Corticeira Amorim analisa previamente o rating das instituições financeiras, de modo a minimizar o risco de incumprimento das contrapartes.

O montante máximo do risco de crédito é o que resulta do não recebimento da totalidade dos ativos financeiros (dezembro 2021: 340 milhões de euros e dezembro 2020: 263 milhões de euros).

O Caixa e Equivalentes da Corticeira Amorim encontra-se disperso por mais de 100 subsidiárias. Ao nível da qualidade de risco de crédito, associada a Caixa e Equivalentes, em 31 de dezembro de 2021, a Corticeira Amorim selecionou instituições financeiras cujo rating não coloca em causa a realização destes ativos. De salientar que, do total de Caixa e Equivalentes (110 M€): cerca de 24 M€ estão depositados numa instituição financeira (de capital privado) com os seguintes ratings: Moody's Baa1 / P-2; Fitch: BBB+ / F2; outros 24 M€ estão depositados numa instituição financeira (de capital privado) com os seguintes ratings: Moody's Baa1 / P-2; Fitch: BBB+ / F2; e outros 24 M€ estão depositados numa instituição financeira (de capital público) com os seguintes ratings: Moody's Baa2 / P-2; Fitch: BBB / F3.

Risco de Liquidez

O departamento financeiro da Corticeira Amorim analisa regularmente os cash-flows previsionais de modo a assegurar que existe liquidez suficiente para o Grupo satisfazer as suas necessidades operacionais e, em simultâneo, dar cumprimento às obrigações associadas às várias linhas de financiamento. Os excedentes de liquidez são investidos em depósitos remunerados de curto prazo. Desta forma, assegura-se a necessária flexibilidade na condução dos seus negócios.

Os cash-flows não descontados estimados por maturidade contratual para os passivos financeiros são como seguem:

(milhares de euros)	Até 1 ano	De 1 a 2 anos	De 2 a 4 anos	Mais de 4 anos	Total
Dívida remunerada (Nota 22)	88 791	31 603	23 476	37 113	180 983
Outros passivos financeiros (Nota 24)	41 238	8 272	7 512	5 650	62 674
Fornecedores (Nota 23)	110 402				110 402
Total a 31 de dezembro de 2020	240 431	39 876	30 988	42 763	354 058
Dívida remunerada (Nota 22)	70 103	7 577	75 403	4 593	157 677
Outros passivos financeiros (Nota 24)	45 883	3 592	9 121	1 931	60 527
Fornecedores (Nota 23)	160 825				160 825
Total a 31 de dezembro de 2021	276 811	11 169	84 524	6 524	379 028

milhares de euros

A cobertura do risco de liquidez é feita, no essencial, pela existência de um conjunto de linhas de crédito e programas de emissão de papel comercial imediatamente disponíveis, e, eventualmente, pela existência de depósitos bancários. Devido à pandemia COVID-19, a Corticeira Amorim reforçou as referidas linhas e programas que estavam disponíveis anteriormente e contratou novos financiamentos. Desta forma, a Corticeira Amorim terminou o ano com linhas de crédito e programas de emissão de papel comercial não utilizados num total de 206,2 M€ (em 31 de dezembro de 2020 o valor comparável era de 260,9 M€). Se adicionarmos o Caixa e Equivalentes, a Reserva de Liquidez, no final de 2021, era de, 315,8 M€ (331,2 M€ em 31 de dezembro de 2020).

Desta forma, não se estima que a pandemia COVID-19 coloque em causa a liquidez da Corticeira Amorim.

Com base nos fluxos de caixa esperados, a reserva de liquidez, composta, no essencial, por linhas de crédito não utilizadas, terá a seguinte evolução estimada no exercício de 2022.

2022	
Saldo inicial	316
Fluxo das atividades operacionais	126
Pagamentos de investimentos	-60
Pagamentos de aquisições	-69
Pagamentos de dividendos	-27
Pagamentos de imposto sobre o rendimento	-15
Fluxo financeiro (inclui var. linhas de crédito)	-2
Saldo final	270

milhares de euros

Nota: inclui os dividendos propostos para a AG de 28 de Abril 2022

O fluxo financeiro pressupõe que no final de 2022, o nível de linhas de crédito não utilizadas (206,2 M€) é igual ao do início do ano e o caixa e equivalentes será aproximadamente 109 M€.

Risco de capital

O objetivo primordial da Administração é assegurar a continuidade das operações, proporcionando uma adequada remuneração aos Acionistas e os correspondentes benefícios aos restantes Stakeholders da Corticeira Amorim. Para a prossecução deste objetivo é fundamental uma gestão cuidadosa dos capitais empregues no negócio, procurando assegurar uma estrutura ótima dos mesmos, conseguindo desse modo a necessária redução do seu custo. A Corticeira Amorim é uma empresa sólida dotada de uma adequada e equilibrada estrutura de capitais, responsável por uma atividade basilar para a sustentabilidade de toda a fileira da cortiça. Sem as rolhas produzidas pela Corticeira Amorim, milhares de caves e engarrafadores não poderiam operar nas mais variadas geografias.

No sentido de manter ou ajustar a estrutura de capitais considerada adequada, a Administração pode propor à Assembleia Geral dos acionistas as medidas consideradas necessárias e que podem passar por ajustar o *pay-out* relativo aos dividendos a distribuir, transacionar ações próprias, aumentar o capital social por emissão de ações e venda de ativos, entre outras medidas. O indicador utilizado para monitorar a estrutura de capitais é o rácio de Autonomia Financeira. A Administração estabelece como alvo um nível não inferior a 40% de Autonomia Financeira, atendendo às características da empresa e do sector económico em que se enquadra.

A Autonomia Financeira apresentou a seguinte evolução:

	31 dezembro 2021	31 dezembro 2020	31 dezembro 2019
Capital próprio	623 283	576 656	539 543
Ativo	1 081 289	1 005 684	994 152
Autonomia financeira	57,6%	57,3%	54,3%

milhares de euros

Justo valor de ativos e passivos financeiros

O Grupo mensura parte dos seus ativos e passivos financeiros ao justo valor à data de referência das demonstrações financeiras. Os instrumentos financeiros derivados estão incluídos nas categorias referidas acima, sendo que os derivados usados pela Corticeira Amorim, não são transacionados em mercado e não têm cotação (derivados negociados “over the counter”).

De acordo com o normativo contabilístico, é estabelecido uma hierarquia de justo valor que classifica em três níveis os dados a utilizar nas técnicas de mensuração pelo justo valor dos ativos e passivos financeiros:

Dados de Nível 1 – preços cotados (não ajustados) em mercados ativos para ativos ou passivos idênticos;

Dados de Nível 2 – dados distintos de preços cotados, que sejam observáveis para o ativo ou passivo, direta ou indiretamente;

Dados de Nível 3 – dados não observáveis relativamente ao ativo ou passivo. Durante o exercício, não ocorreram transferências entre os níveis referidos acima.

O valor dos instrumentos financeiros derivados reconhecido na Demonstração da posição financeira da Corticeira Amorim, à data de 31 de dezembro de 2021, ascendem a 1154 K€ no ativo (31/12/2020: 1973 K€) e 1126 K€ no passivo (31/12/2020: 164 K€), conforme notas 18 e 24.

A Corticeira Amorim recorre a forwards outright e opções para cobertura do risco cambial, conforme evidenciado abaixo. Na avaliação dos instrumentos de cobertura do risco cambial, são usadas técnicas de valorização que usam inputs observáveis (Nível 2). O justo valor é calculado através de um modelo proprietário da Corticeira Amorim desenvolvido pela Reuters, usando o método dos cash-flows atualizados para os forwards outright, enquanto que para as opções é usado o modelo de cálculo Black & Scholes.

Resumo do justo valor dos instrumentos financeiros derivados:

Natureza	Hierarquia	Tipo	2021		2020	
			Nocional	Justo Valor	Nocional	Justo Valor
		Cobertura de fluxos de caixa	7 820	109	12 174	576
		Cobertura de justo valor	20 903	563	26 373	1 436
		Derivados de negociação	-	481	-	- 40
		Nível 2 total	28 724	1 154	38 547	1 973
Ativo total			28 724	1 154	38 547	1 973
		Cobertura de fluxos de caixa	17 267	177	-	-
		Cobertura de justo valor	29 213	909	6 412	164
		Derivados de negociação	-	41	-	-
		Nível 2 total	46 481	1 126	6 412	164
		Acordo para aquisição de participação adicional em subsidiária	5 000	4 962	10 000	9 962
		Nível 3 total	5 000	4 962	10 000	9 962
Passivo total			51 481	6 088	16 412	10 126

milhares de euros

Os principais inputs utilizados na valorização são: curva de taxas de câmbio *forward* e estimativas de volatilidade das moedas.

A variação do passivo nível 3 resulta do pagamento do valor nominal em dívida, conforme explicitado na nota 24.

Câmbios contratados com instituições de crédito

A 31 de dezembro de 2021, existiam contratos de opções e forwards outright relativos a divisas usadas nas transações da Corticeira Amorim distribuídos da seguinte forma:

	2021		2020	
USD	44 258	92%	34 578	93%
ZAR	3 631	8%	2 198	6%
HUF	170	0%	299	1%
Contratos Forward - posições longas	48 059	100%	37 075	100%
USD	439	100%	5 236	98%
HUF	-	0%	100	2%
Contratos Forward - posições curtas	439	100%	5 336	100%
USD	24 483	100%	-	-
Opções - posições longas	24 483	100%	-	-
USD	2 222	100%	2 548	100%
Opções - posições curtas	2 222	100%	2 548	100%

milhares de euros

É expectável que as transações altamente prováveis em moeda estrangeira que foram alvo de cobertura de risco cambial ocorram durante o primeiro semestre de 2022. O valor reconhecido em capital “em Ajustamentos de Contabilidade de Cobertura” será reconhecido na demonstração de resultados no mesmo período.

A quantia reconhecida no rendimento integral relativa a variações de justo valor de coberturas de fluxos de caixa eficazes foi de - 446 K€ (2020: +219 K€).

Relativamente às coberturas de justo valor, durante o exercício de 2021 foram reconhecidos ganhos de 1 778 K€ nos instrumentos de cobertura (2020: perda de 2 077 K€) e gastos de 1 947 K€ nos itens cobertos (2020: ganho de 1 697 K€).



© Pedro Sadio, 2020.

A Corticeira Amorim, com as tecnologias Naturity e Xpür, estendeu o desempenho de TCA não detetável quer a rolhas naturais, quer a rolhas técnicas de cortiça, respetivamente.

4 – ESTIMATIVAS E PRESSUPOSTOS CRÍTICOS

A preparação de demonstrações financeiras consolidadas exige que a gestão do Grupo efetue julgamentos e estimativas que afetam a demonstração da posição financeira e os resultados reportados. Estas estimativas são baseadas na melhor informação e conhecimento de eventos passados e/ou presentes e nas ações que o Grupo considera poder vir a desenvolver no futuro. Todavia, na data de concretização das operações, os resultados das mesmas poderão ser diferentes destas estimativas.

As alterações a essas estimativas, que ocorram posteriormente à data de aprovação das demonstrações financeiras consolidadas, serão corrigidas em resultados de forma prospectiva, conforme disposto pela IAS 8 – “Políticas contabilísticas, alterações em estimativas contabilísticas e erros”.

As estimativas e os pressupostos que apresentam um maior risco de originar um ajustamento material nos ativos e passivos são apresentados abaixo:

Entidades incluídas no perímetro de consolidação

Para determinação das entidades a incluir no perímetro de consolidação, o Grupo avalia em que medida está exposto, ou tenha direitos, à variabilidade nos retornos provenientes do seu envolvimento com essa entidade e possa apoderar-se dos mesmos através do poder que detém sobre essa entidade (controlo de facto).

A decisão de que uma entidade tem que ser consolidada pelo Grupo requer a utilização de julgamento, pressupostos e estimativas para determinar em que medida o Grupo está exposto à variabilidade do retorno e à capacidade de se apoderar dos mesmos através do seu poder.

Outros pressupostos e estimativas poderiam levar a que o perímetro de consolidação do Grupo fosse diferente, com impacto direto nas demonstrações financeiras consolidadas.

Imparidade dos ativos não correntes, excluindo goodwill

A determinação de uma eventual perda por imparidade pode ser despoletada pela ocorrência de diversos eventos, tais como a disponibilidade futura de financiamento, o custo de capital ou quaisquer outras alterações de efeito adverso no ambiente tecnológico, de mercado, económico e legal, muitos dos quais fora da esfera de influência do Grupo. A identificação e avaliação dos indicadores de imparidade, a estimativa de fluxos de caixa futuros e a determinação do valor recuperável dos ativos implicam um elevado grau de julgamento por parte da Administração.

Imparidade do goodwill

O goodwill é sujeito a testes de imparidade anuais ou sempre que existam indícios de uma eventual perda de valor, de acordo com os critérios indicados na Nota 2 b). Os valores recuperáveis das unidades geradoras de caixa, às quais o goodwill é atribuído, são determinados com base no cálculo de valores de uso. Esses cálculos exigem o uso de estimativas por parte da gestão.

Ativos fixos tangíveis e ativos intangíveis

A vida útil de um ativo é o período durante o qual o Grupo espera que um ativo esteja disponível para uso e esta deve ser revista pelo menos no final de cada exercício económico. A determinação das vidas úteis dos ativos, do método de amortização/depreciação a aplicar e das perdas estimadas decorrentes da substituição destes antes do fim da sua vida útil, por motivos de obsolescência tecnológica e/ou outros é essencial para determinar o montante das amortizações/depreciações a reconhecer na demonstração dos resultados de cada período.

Estes três parâmetros são definidos de acordo com a melhor estimativa da gestão, para os ativos e negócios em questão, considerando também as práticas adotadas por empresas dos setores em que a Corticeira Amorim opera.

Provisões

O Grupo analisa de forma periódica eventuais obrigações que resultem de eventos passados e que devam ser objeto de reconhecimento ou divulgação. A subjetividade inerente à determinação da probabilidade e montante de recursos internos necessários para o pagamento das obrigações poderá conduzir a ajustamentos significativos, quer por variação dos pressupostos utilizados, quer pelo futuro reconhecimento de provisões anteriormente divulgadas como passivos contingentes.

Ativos por impostos diferidos

São reconhecidos ativos por impostos diferidos apenas quando existe forte segurança de que existirão lucros tributáveis futuros disponíveis para a utilização das diferenças temporárias ou quando existam impostos diferidos passivos cuja reversão seja expectável no mesmo período em que os impostos diferidos ativos sejam revertidos. A avaliação dos ativos por impostos diferidos é efetuada pela gestão no final de cada período, tendo em atenção a expectativa de *performance* do Grupo no futuro.

Perdas de crédito esperadas

O risco de crédito dos saldos de contas a receber é avaliado a cada data de reporte, através da utilização de uma matriz de cobranças, que tem por base o histórico de cobranças passadas ajustado da expectativa futura de evolução das cobranças, para apuramento da taxa de incobrabilidade. As perdas de crédito esperadas das contas a receber são assim ajustadas pela avaliação efetuada, as quais poderão divergir do risco efetivo que se irá incorrer no futuro.

Justo valor de ativos e passivos financeiros

Na determinação do justo valor de um ativo ou passivo financeiro, com mercado ativo, é aplicado o respetivo preço de mercado. No caso de não existir um mercado ativo, o que se verifica para alguns dos ativos e passivos financeiros da Corticeira Amorim, são utilizadas técnicas de valorização geralmente aceites no mercado, baseadas em pressupostos de mercado.

O Grupo aplica técnicas de valorização para instrumentos financeiros não cotados, tais como derivados, instrumentos financeiros ao justo valor e instrumentos mensurados ao custo amortizado. Os modelos de valorização utilizados com maior frequência são modelos de fluxos de caixa descontados e modelos de opções, que incorporam, por exemplo, curvas de taxa de juro e volatilidade de mercado.

Para alguns tipos de derivados mais complexos são utilizados modelos de valorização mais avançados, contendo pressupostos e dados que não são diretamente observáveis em mercado, para os quais o Grupo utiliza o modelo proprietário explicitado na Nota 3.

Rédito – direitos de devolução/descontos de quantidade

Alguns contratos conferem ao cliente o direito a devolverem os bens e a descontos de volume. Os direitos de devolução e os descontos de volume dão origem a uma retribuição variável. Ao estimar a contraprestação variável, a Corticeira Amorim determinou que o uso de uma combinação do método de quantidade mais provável e do método do valor esperado é o mais apropriado. Antes de incluir qualquer quantia de contraprestação variável no preço da transação, a Corticeira Amorim considera se o valor da contraprestação variável é restrito. A Corticeira Amorim determinou que as estimativas de contraprestação variável não são limitadas com base em sua experiência histórica, previsão de negócios e condições económicas atuais. Além disso, a incerteza sobre a consideração variável será resolvida dentro de um curto período de tempo.

5 – PROCESSO DE ELABORAÇÃO DAS CONTAS CONSOLIDADAS

A descrição dos principais elementos do sistema de controlo interno e de gestão de riscos do Grupo relativamente ao processo de elaboração das contas consolidadas é a que segue:

O processo de preparação da informação financeira está dependente dos intervenientes no processo de registo das operações e dos sistemas de suporte. Existe no Grupo um Manual de Procedimentos de Controlo Interno e um Manual Contabilístico, implementados ao nível do Grupo Corticeira Amorim. Estes manuais contêm um conjunto de regras e políticas destinadas a garantir que, no processo de preparação da informação financeira, são seguidos princípios homogéneos e estão assegurados a qualidade e fiabilidade da informação financeira.

A implementação das políticas contabilísticas e dos procedimentos de controlo interno relacionados com a preparação da informação financeira é alvo de avaliação pela atividade da auditoria interna e externa.

Todos os trimestres, a informação financeira consolidada por unidade de negócio é avaliada, validada e aprovada pela Direção de cada uma das unidades de negócio do Grupo.

Antes da sua divulgação, a informação financeira consolidada da Corticeira Amorim é aprovada pela Comissão de Auditoria e pelo Conselho de Administração.

6 – EMPRESAS INCLUÍDAS NA CONSOLIDAÇÃO

Empresa	Localização	País	2021	2020
Matérias-Primas				
Amorim Natural Cork, S.A.	Vale de Cortiças - Abrantes	PORTUGAL	100%	100%
Amorim Florestal, S.A.	Ponte de Sôr	PORTUGAL	100%	100%
Amorim Florestal II, S.A.	Ponte de Sôr	PORTUGAL	100%	100%
Amorim Florestal III, S.A.	Ponte de Sôr	PORTUGAL	100%	100%
Amorim Florestal España, S.L.	San Vicente Alcántara	ESPAÑA	100%	100%
Amorim Florestal Mediterrâneo, S.L.	Cádiz	ESPAÑA	100%	100%
Amorim Tunisie, S.A.R.L.	Tabarka	TUNÍSIA	100%	100%
Cold River's Homestead, SA	(a)(d) Lisboa	PORTUGAL	50%	-
Comatral - C. de Maroc. de Transf. du Liège, S.A.	Skhirat	MARROCOS	100%	100%
Cosabe - Companhia Silvo-Agrícola da Beira S.A.	Lisboa	PORTUGAL	100%	100%
SIBL - Sociéte Industrielle Bois Liège	Jijel	ARGÉLIA	51%	51%
Société Nouvelle du Liège, S.A. (SNL)	Tabarka	TUNÍSIA	100%	100%
Société Tunisienne d'Industrie Bouchonnière	Tabarka	TUNÍSIA	55%	55%
Vatrya - Serviços de Consultadoria, Lda.	Funchal - Madeira	PORTUGAL	100%	100%
Rolhas				
Amorim Cork, SGPS, S.A.	Santa Maria Lamas	PORTUGAL	100%	100%
ACIC USA, LLC	Califórnia	E. U. AMÉRICA	100%	100%
Agglotap, S.A.	Girona	ESPAÑA	91%	91%
All Closures In, S.A.	Paços de Brandão	PORTUGAL	75%	75%
Amorim Cork, S.A.	Santa Maria Lamas	PORTUGAL	100%	100%
Amorim Australasia Pty Ltd.	Adelaide	AUSTRÁLIA	100%	100%
Amorim Bartop, S.A.	Vergada	PORTUGAL	75%	75%
Amorim Champcork, S.A.	Santa Maria Lamas	PORTUGAL	100%	100%
Amorim Cork América, Inc.	Califórnia	E. U. AMÉRICA	100%	100%
Amorim Cork Beijing Ltd.	Beijing	CHINA	100%	100%
Amorim Cork Bulgária EOOD	Plovdiv	BULGÁRIA	100%	100%
Amorim Cork Deutschland GmbH & Co KG	Mainzer	ALEMANHA	100%	100%
Amorim Cork España, S.L.	San Vicente Alcántara	ESPAÑA	100%	100%
Amorim Cork Itália, SPA	Conegliano	ITÁLIA	100%	100%
Amorim Cork South Africa (Pty) Ltd.	Cape Town	ÁFRICA DO SUL	100%	100%
Amorim France, S.A.S.	Champfleury	FRANÇA	100%	100%
Amorim Top Series France, S.A.S.	Merpins	FRANÇA	100%	100%
Amorim Top Series, S.A.	Vergada	PORTUGAL	75%	75%
Amorim Top Series Scotland, Ltd	Dundee	ESCÓCIA	75%	75%
Biocape - Importação e Exportação de Cápsulas, Lda.	Mozelos	PORTUGAL	60%	60%
Bouchons Prioux	Epernay	FRANÇA	91%	91%
Chapuis, S.L.	Girona	ESPAÑA	100%	100%
Corchera Gomez Barris	(b) Santiago	CHILE	50%	50%
Corchos de Argentina, S.A.	(a) Mendoza	ARGENTINA	50%	50%
Corpach Bourrasse, S.A.	(f) Santiago	CHILE	90%	80%
Elfverson & Co. AB	(f) Paryd	SUÉCIA	75%	75%
Equipar, Participações Integradas, Lda.	(g) Coruche	PORTUGAL	-	100%
S.A.S. Ets Christian Bourassé	(f) Tosse	FRANÇA	90%	80%
FP Cork, Inc.	Califórnia	E. U. AMÉRICA	100%	100%
Francisco Oller, S.A.	Girona	ESPAÑA	94%	94%
Hungarocork, Amorim, RT	Budapeste	HUNGRIA	100%	100%
ICASHITE Australasia	(b)(c) Adelaide	AUSTRÁLIA	50%	-
Indústria Corchera, S.A.	(b) Santiago	CHILE	50%	50%
Korken Schiesser Ges.M.B.H.	Viena	ÁUSTRIA	69%	69%
Olimpiadas Barcelona 92, S.L.	Girona	ESPAÑA	100%	100%

Portocork América, Inc.		Califórnia	E. U. AMÉRICA	100%	100%
Portocork France, S.A.S.		Bordéus	FRANÇA	100%	100%
Portocork Internacional, S.A.	(g)	Santa Maria Lamas	PORTUGAL	-	100%
Portocork Itália, s.r.l		Milão	ITÁLIA	100%	100%
Sagrera et Cie		Reims	FRANÇA	91%	91%
S.A. Oller et Cie		Reims	FRANÇA	94%	94%
S.C.I. Friedland		Céret	FRANÇA	100%	100%
S.C.I. Prioux		Epernay	FRANÇA	91%	91%
Socori, S.A.	(f)	Rio Meão	PORTUGAL	90%	80%
Socori Forestal, S.L.	(f)	Cáceres	ESPAÑA	90%	80%
Société Nouvelle des Bouchons Trescases	(a)	Perpignan	FRANÇA	50%	50%
Trefinos Australia		Adelaide	AUSTRÁLIA	91%	91%
Trefinos Italia, s.r.l		Treviso	ITÁLIA	91%	91%
Trefinos USA, LLC		Fairfield, CA	E. U. AMÉRICA	91%	91%
Trefinos, S.L.		Girona	ESPAÑA	91%	91%
Victor y Amorim, S.L.	(b)	Navarrete - La Rioja	ESPAÑA	50%	50%
Vinolok a.s	(a)	Jablonec nad Nisou	REP. CHECA	50%	50%
Wine Packaging & Logistic, S.A.	(a)	Santiago	CHILE	16%	16%
Revestimentos					
Amorim Cork Flooring, S.A.		S. Paio de Oleiros	PORTUGAL	100%	100%
Amorim Benelux, BV		Tholen	HOLANDA	100%	100%
Amorim Deutschland, GmbH		Delmenhorts	ALEMANHA	100%	100%
Amorim Subertech, S.A.		S. Paio de Oleiros	PORTUGAL	100%	100%
Amorim Flooring (Switzerland) AG		Zug	SUIÇA	100%	100%
Amorim Flooring Austria GesmbH		Viena	ÁUSTRIA	100%	100%
Amorim Flooring Canada, Inc.	(c)	Vancouver	CANADA	100%	-
Amorim Flooring Investments, Inc.		Hanover - Maryland	E. U. AMÉRICA	100%	100%
Amorim Flooring North America Inc.		Hanover - Maryland	E. U. AMÉRICA	100%	100%
Amorim Flooring Rus, LLC		Moscovo	RÚSSIA	100%	100%
Amorim Flooring Sweden AB		Mölnådal	SUÉCIA	84%	84%
Amorim Flooring UK, Ltd.		Manchester	REINO UNIDO	100%	100%
Amorim Japan Corporation		Tóquio	JAPÃO	100%	100%
Cortex Korkvertriebs, GmbH		Fürth	ALEMANHA	100%	100%
Dom Korkowy, Sp. Zo. O.	(b)	Kraków	POLÓNIA	50%	50%
Korkkitrio Oy		Tampere	FINLÂNDIA	51%	51%
Timberman Denmark A/S		Hadsund	DINAMARCA	100%	100%
Aglomerados Compósitos					
Amorim Cork Composites, S.A.		Mozelos	PORTUGAL	100%	100%
Amorim (UK), Ltd.		Horsham West Sussex	REINO UNIDO	100%	100%
Amorim Cork Composites, LLC		São Petersburgo	RÚSSIA	100%	100%
Amorim Cork Composites, GmbH		Delmenhorts	ALEMANHA	100%	100%
Amorim Cork Composites, Inc.		Trevor - Wisconsin	E. U. AMÉRICA	100%	100%
Amorim Industrial Solutions - Imobiliária, S.A.		Corroios	PORTUGAL	100%	100%
Amorim Sports, Lda.		Mozelos	PORTUGAL	70%	70%
Amorim Sports North America, Inc.	(c)	Madison - Wisconsin	E. U. AMÉRICA	90%	-
Amosealtex Cork Co., Ltd.	(a)	Xangai	CHINA	50%	50%
Chinamate (Shaanxi) Natural Products Co., Ltd.		Shaanxi	CHINA	100%	100%
Chinamate Development Co. Ltd.		Hong Kong	CHINA	100%	100%
Compruss - Investimentos e Participações, Lda.		Mozelos	PORTUGAL	100%	100%
Corkeen Europe		Mozelos	PORTUGAL	85%	85%
Corkeen Global		Mozelos	PORTUGAL	100%	100%
Corkeen North America, Ltd.	(c)	Madison - Wisconsin	E. U. AMÉRICA	90%	-
Corticeira Amorim - France, SAS		Lavardac	FRANCE	100%	100%
Florconsult - Consultoria e Gestão, Lda.		Mozelos	PORTUGAL	100%	100%
Korko - Made By Nature, Lda	(a)(c)	Mozelos	PORTUGAL	50%	-
Postya - Serviços de Consultadoria, Lda.		Funchal - Madeira	PORTUGAL	100%	100%
Isolamentos					
Amorim Cork Insulation, S.A.		Vendas Novas	PORTUGAL	100%	100%
Holding Cortiça					
Corticeira Amorim, SGPS, S.A.		Mozelos	PORTUGAL	100%	100%

Ginpar, S.A. (Générale d' Invest. et Participation)		Skhirat	MARROCOS	100%	100%
Amorim Cork Research, Lda.		Mozelos	PORTUGAL	100%	100%
Amorim Cork Services, Lda.		Mozelos	PORTUGAL	100%	100%
Amorim Cork Ventures, Lda.		Mozelos	PORTUGAL	100%	100%
Corecochic - Corking Shoes Investments, Lda.	(a)	Mozelos	PORTUGAL	50%	50%
Grôwancork - Estruturas isoladas com cortiça, Lda.	(g)	Mozelos	PORTUGAL	-	75%
TDCork - Tapetes Decorativos com Cortiça, Lda.	(a)	Mozelos	PORTUGAL	25%	25%
Soc. Portuguesa de Aglomerados de Cortiça, Lda.		Montijo	PORTUGAL	100%	100%

(a) Consolida pelo Método de Equivalência Patrimonial.

(b) Consolida pelo método integral porque a administração da Corticeira Amorim detém direta ou indiretamente, o controlo da gestão operacional da entidade.

(c) Empresa constituída em 2021

(d) Empresa adquirida em 2021

(e) Diminuição da percentagem de interesse

(f) Aumento da percentagem de interesse

(g) Empresa liquidada em 2021

As percentagens indicadas são as percentagens de interesses e não de controlo.

Para as entidades consolidadas pelo método integral, a percentagem dos direitos de voto detidos por Interesses que não controlam é igual à percentagem de detenção de capital social.

Aquisição de 50% da Cold River's Homestead, S.A.

Em 24 de junho, a Corticeira Amorim, através da sua participada Amorim Florestal II, S.A., concluiu um acordo com o Banco Comercial Português para a aquisição de 50% da sociedade Cold River's Homestead, SA, a qual tem um conjunto de ativos (bens móveis e imóveis) afetos à exploração agroflorestal, que constitui uma parte (3.300 hectares) da chamada Herdade do Rio Frio, situada no distrito de Setúbal, pelo valor total de 14.525 K€.

A Corticeira Amorim tem, ainda, um acordo com a Parvalorem, SA para a aquisição dos restantes 50% da sociedade Cold River's Homestead, SA, o qual está condicionado à verificação de determinados requisitos, cuja concretização se espera vir a ser possível no curto prazo.

Como é do conhecimento geral, a Corticeira Amorim tem em curso um Projeto de Intervenção Florestal, o qual tem por objetivo assegurar a manutenção, preservação e valorização das florestas de sobreiro e desenvolvimento do sobreiro, aumentar as suas produções através de processos e tecnologias inovadores já experimentados noutras zonas e, desta forma, aumentar o sumidouro de carbono do montado e contribuir para a neutralidade carbónica da empresa e do país. No âmbito desta aquisição, a Corticeira Amorim pretende melhorar a produtividade da atividade agroflorestal da Herdade do Rio Frio, designadamente através de adensamentos a implementar neste montado único, com processos já experimentados em outras localizações.

À data de balanço, a Corticeira Amorim não controla esta entidade. Os justos valores dos ativos e passivos identificados no âmbito desta transação incluem essencialmente a Herdade do Rio Frio. Desta forma, o valor da transação foi atribuído aos ativos da sociedade, não tendo resultado nenhum goodwill.

7 – CÂMBIOS UTILIZADOS NA CONSOLIDAÇÃO

Câmbios de consolidação		Taxa de fecho 31/dez/21	Taxa média jan–dez 21	Taxa média jan–dez 20	Taxa de fecho 31/dez/20
Peso argentino	ARS	116,727	112,348	80,877	102,687
Dólar australiano	AUD	1,562	1,575	1,655	1,590
Lev búlgaro	BGN	1,956	1,956	1,956	1,956
Real brasileiro	BRL	6,310	6,378	5,894	6,374
Dólar canadiano	CAD	1,439	1,483	1,530	1,563
Franco suíço	CHF	1,033	1,081	1,071	1,080
Peso chileno	CLP	967,530	897,723	902,158	866,820
Renminbi	CNY	7,195	7,628	7,875	8,023
Coroa checa	CZK	24,858	25,640	26,455	26,242
Coroa dinamarquesa	DKK	7,436	7,437	7,454	7,441
Dinar argelino	DZD	157,009	159,140	144,517	160,674
Euro	EUR	1,000	1,000	1,000	1,000
Libra esterlina	GBP	0,840	0,860	0,890	0,899
Dólar de Hong Kong	HKD	8,862	9,191	8,855	9,468
Forint húngaro	HUF	369,190	358,516	351,249	363,890
Iene	JPY	130,380	129,877	121,846	126,490
Dirrã marroquino	MAD	10,514	10,626	10,817	10,872
Zloty polaco	PLN	4,597	4,565	4,443	4,560
Rublo russo	RUB	85,300	87,153	82,725	91,467
Coroa sueca	SEK	10,250	10,146	10,485	10,034
Dinar tunisino	TND	3,263	3,280	3,195	3,290
Lira turca	TRL	15,234	10,512	8,055	9,113
Dólar americano	USD	1,133	1,183	1,142	1,227
Rand	ZAR	18,063	17,477	18,765	18,022

8 – RELATO POR SEGMENTOS

A Corticeira Amorim está organizada nas seguintes Unidades de Negócio: Matérias-Primas, Rolhas, Revestimentos, Aglomerados Compósitos e Isolamentos.

Não existem diferenças entre a mensuração de lucros e prejuízos e ativos e passivos dos segmentos relatáveis, associadas a diferenças de políticas contabilísticas ou políticas de imputação de custos suportados centralmente ou ativos e passivos utilizados conjuntamente.

Para efeitos do Relato por Segmentos foi eleito como segmento principal o segmento das Unidades de Negócio (UN), já que corresponde totalmente à organização do negócio, não só em termos jurídicos, como em termos da respetiva análise. As unidades de negócio correspondem aos segmentos operacionais e o reporte por segmentos foi apresentado de acordo com a forma como os mesmos são analisados pelo Conselho de Administração da Corticeira Amorim no seu processo de tomada de decisões.

No quadro seguinte apresenta-se os principais indicadores correspondentes ao desempenho de cada uma das referidas UN, bem como a reconciliação, sempre que possível, para os indicadores consolidados:

2021	Matérias-Primas	Rolhas	Revestimentos	Compósitos	Isolamentos	Holding	Ajustamentos	Consolidado
Vendas clientes exterior	10 459	582 653	117 746	114 334	12 495	133	-	837 820
Vendas outros segmentos	180 994	10 664	5 468	2 366	2 052	4 788	- 206 332	-
Vendas Totais	191 453	593 317	123 214	116 700	14 546	4 920	- 206 332	837 820
EBITDA corrente	19 432	101 203	2 813	9 992	2 064	- 1 722	617	134 399
Ativo não corrente	55 388	210 063	36 677	49 053	4 909	708	25 484	382 282
Ativo corrente	149 402	323 839	77 014	58 109	7 196	79 893	3 556	699 008
Passivo	49 993	173 637	47 533	35 289	2 987	10 932	137 635	458 006
Investimento tangível e intangível	5 873	24 440	5 541	5 946	895	867	-	43 563
Depreciações	- 4 721	- 24 712	- 5 951	- 4 600	- 579	- 171	-	- 40 735
Ganhos (perdas) em associadas	300	2 697	1	- 16	-	13	-	2 995
2020	Matérias-Primas	Rolhas	Revestimentos	Compósitos	Isolamentos	Holding	Ajustamentos	Consolidado
Vendas clientes exterior	11 234	516 595	109 172	92 772	10 218	124	-	740 113
Vendas outros segmentos	168 738	10 747	2 924	2 413	2 119	5 795	- 192 737	-
Vendas Totais	179 972	527 341	112 096	95 185	12 337	5 919	- 192 737	740 113
EBITDA corrente	15 493	97 253	1 837	8 342	877	- 2 674	1 384	122 512
Ativo não corrente	38 545	206 705	36 882	47 500	4 619	1 722	31 013	366 986
Ativo corrente	167 081	309 193	68 118	51 584	9 209	49 823	- 16 309	638 699
Passivo	42 565	142 403	41 736	28 726	2 290	14 015	157 293	429 029
Investimento tangível e intangível	5 232	27 203	3 300	5 514	979	443	-	42 670
Depreciações	- 4 083	- 22 212	- 6 174	- 3 487	- 496	- 95	-	- 36 547
Ganhos (perdas) em associadas	-	2 111	0	3	-	- 9	-	2 105

milhares de euros

Ajustamentos = desempolamentos inter-segmentos e valores não alocados a segmentos.

EBITDA = Resultado antes de depreciações, custos de financiamento líquido, interesses que não controlam e imposto sobre rendimento e resultados não recorrentes.

Foram considerados como únicos gastos que não implicam desembolsos materialmente relevante o valor das provisões e ajustamentos de imparidades de ativos.

A opção pela divulgação do EBITDA permite uma melhor comparação do desempenho das diferentes Unidades de Negócio, dado as estruturas financeiras não homogéneas apresentadas pelas diferentes Unidades de Negócio. Este tipo de divulgação é também coerente com a distribuição de funções existentes, já que tanto a função financeira, no sentido estrito de negociação bancária, como a função fiscal e a utilização de instrumentos como, por exemplo, o RETGS, são da responsabilidade da *Holding*.

A UN Rolhas tem nas diferentes famílias de rolhas o seu principal produto, sendo os países produtores e engarrafadores de vinho os seus principais mercados. De destacar nos mercados tradicionais, a França, Itália, Alemanha, Espanha e Portugal. Nos novos mercados do vinho o destaque vai para os USA, Austrália, Chile, África do Sul e Argentina.

A UN Matérias-primas é de longe a mais integrada no ciclo produtivo da Corticeira Amorim, sendo mais de 90% das suas vendas dirigidas para as outras UN, com destaque para as vendas de prancha e discos para a UN Rolhas.

As restantes Unidades de Negócio produzem e comercializam um conjunto alargado de produtos que utilizam a matéria-prima sobrança da produção de rolhas, bem como a matéria-prima cortiça que não é suscetível de ser utilizada na produção de rolhas. De destacar, como produtos principais, os revestimentos de solo, cortiça com borracha para a indústria automóvel e para aplicações antivibráticas, aglomerado expandido para isolamento térmico e acústico, aglomerados técnicos para a indústria de construção civil e calçado, bem como, os granulados para a fabricação de rolhas aglomeradas, técnicas e de champanhe.

Os principais mercados dos Revestimentos e dos Isolamentos concentram-se na Europa e os dos Aglomerados Compósitos nos EUA. Todas as Unidades de Negócio realizam o grosso da sua produção em Portugal, estando, por isso, neste país a quase totalidade do capital investido. A comercialização é feita através de uma rede de distribuição própria que está presente em praticamente todos os grandes mercados consumidores e pela qual são canalizados cerca de 70% das vendas consolidadas.

Os investimentos do exercício concentraram-se na sua quase totalidade, em Portugal. Os ativos no estrangeiro atingem cerca de 393 M€ e são compostos na sua grande maioria pelo valor de inventários (131 M€), clientes (128 M€) e ativo fixo tangível (70 M€).

Dos ativos não correntes, há a destacar o valor de 214 M€ (2020: 211 M€) de ativos fixos tangíveis, 5,3 M€ (2020: 5,4 M€) de propriedades de investimento, 12,8 M€ (2020: 10,4 M€) de ativos intangíveis e 0,4 M€ (2020: 0,1 M€) de outros ativos financeiros, localizados em Portugal.

Distribuição das vendas por mercado

Mercados	2021		2020	
União Europeia	561 102	67,0%	477 744	64,6%
dos quais: Portugal	59 748	7,1%	44 753	6,0%
Resto da Europa	29 783	3,6%	28 777	3,9%
EUA	141 312	16,9%	138 131	18,7%
Resto da América	57 760	6,9%	47 660	6,4%
Austrália/ Ásia	36 422	4,3%	37 530	5,1%
África	11 442	1,4%	10 271	1,4%
TOTAL	837 820	100%	740 113	100%

milhares de euros

O valor das vendas diz respeito na sua totalidade, tal como em 2020, a contratos abrangidos pela IFRS 15 – Rébito de contratos com clientes.



Linhas automatizadas de escolha de matéria-prima que recorrem a um sofisticado mapeamento das pranchas de cortiça através de robotização, leitura laser, inteligência artificial, *machine learning* e visão ótica.

9 – ATIVOS FIXOS TANGÍVEIS

	Terrenos e edifícios	Equipamento básico	Outros ativos fixos tangíveis	Ativos fixos tangíveis em curso	Ativos fixos tangíveis
Valores brutos	282 493	469 983	38 047	30 416	820 940
Depreciações e ajustamentos	- 166 386	- 344 808	- 31 146	-	- 542 340
ABERTURA (1 de janeiro de 2020)	116 107	125 175	6 901	30 416	278 600
Aumento	8 645	18 227	1 354	8 394	36 621
Depreciações/ imparidades	- 5 783	- 24 441	- 1 848	-	- 32 072
Diminuições–Alienações–Abates	- 317	- 1 051	- 387	- 159	- 1 914
Reclass. / Out. Movim. / Ajust.	508	12 600	778	- 12 096	1 790
Diferenças de conversão	- 1 065	- 216	- 48	- 20	- 1 349
Valores brutos	291 734	485 471	38 207	26 536	841 948
Depreciações e ajustamentos	- 173 640	- 355 176	- 31 456	0	- 560 272
FECHO (31 de dezembro de 2020)	118 094	130 296	6 751	26 536	281 676
Valores Brutos	291 734	485 471	38 207	26 536	841 948
Depreciações e Ajustamentos	- 173 640	- 355 176	- 31 456	-	- 560 272
ABERTURA (1 de janeiro de 2021)	118 094	130 296	6 751	26 536	281 676
Aumento	4 949	20 286	2 596	7 113	36 070
Depreciações/ imparidades	- 6 258	- 26 601	- 1 929	-	- 34 788
Diminuições–Alienações–Abates	- 602	- 178	30	341	- 409
Reclass. / Out. Movim. / Ajust.	- 390	14 305	- 277	- 12 955	683
Diferenças de conversão	793	128	33	- 196	758
Valores Brutos	296 569	519 249	38 960	20 838	876 743
Depreciações e Ajustamentos	- 179 984	- 381 013	- 31 756	0	- 592 753
FECHO (31 de dezembro 2021)	116 586	138 236	7 204	20 838	283 990

milhares de euros

Os ajustamentos de imparidade de ativos reconhecidos em 2020 e 2021 tiveram como contrapartida a linha de Depreciações/ Amortizações na demonstração consolidada dos resultados por naturezas.

Os dispêndios para colocar os ativos na localização e condição necessárias reconhecidos na quantia escriturada de ativos fixos tangíveis não tiveram qualquer representatividade.

Durante o período, não foram capitalizados juros.

10 – ATIVOS INTANGÍVEIS E GOODWILL

	Ativos Intangíveis	Goodwill
Valores Brutos	18 613	13 847
Depreciações e Ajustamentos	- 7 761	- 103
ABERTURA (1 de janeiro 2020)	10 852	13 744
Aumento	7 662	-
Depreciações/ imparidades	- 1 894	-
Diminuições–Alienações–Abates	64	-
Reclass. / Out. Movim. / Ajust.	- 489	- 152
Diferenças de conversão	- 24	154
Valores Brutos	25 934	13 849
Depreciações e Ajustamentos	- 9 764	- 103
FECHO (31 de dezembro 2020)	16 170	13 746
Valores Brutos	25 934	13 849
Depreciações e Ajustamentos	- 9 764	- 103
ABERTURA (1 de janeiro 2021)	16 170	13 746
Aumento	5 599	-
Depreciações/ imparidades	- 2 951	-
Diminuições–Alienações–Abates	- 763	- 3 903
Reclass. / Out. Movim. / Ajust.	- 865	-
Diferenças de conversão	75	-
Valores Brutos	30 239	9 946
Depreciações e Ajustamentos	- 12 974	- 103
FECHO (31 de dezembro 2021)	17 266	9 843

milhares de euros

Os ativos intangíveis incluem essencialmente *software*, projetos de desenvolvimento autónomo de produtos e soluções inovadoras.

Com exceção do *goodwill*, não existem ativos intangíveis de vida indefinida.

Detalhe do *goodwill* no seguinte quadro:

2020	Abertura	Aumento	Diminuição	Reclassificação	Diferenças conversão	Fecho
Bourrassé	9 745					9 745
Elfverson	3 901			- 152	154	3 903
Korkkitrio	98					98
Goodwill	13 744	-	-	- 152	154	13 746

milhares de euros

2021	Abertura	Aumento	Diminuição	Reclassificação	Diferenças conversão	Fecho
Bourrassé	9 745		- 1 314			8 431
Elfverson	3 903		- 2 589			1 314
Korkkitrio	98					98
Goodwill	13 746	-	- 3 903	-	-	9 843

milhares de euros

Conforme referido na alínea b) na Nota 2, os testes de imparidade são realizados anualmente. No caso da Bourrassé foram projetados *cash-flows*, tendo por base o orçamento e planos aprovados pela gestão. Os pressupostos de crescimento tiveram em atenção o crescimento esperado para o mercado do vinho, champã e espumante, bem como a evolução da quota de mercado das subsidiárias neste negócio. Nos testes foram utilizadas taxas de crescimento do *cash-flow* operacional de 10%, para o período 2022-2024 e de 1,4% para os exercícios seguintes, na Bourrassé e Elfverson, respetivamente. Os *cash-flows* previstos para 2022-2024 foram ajustados, relativamente ao plano de negócios original, para se adaptarem às atuais condições de mercado em que a perspetiva de recuperação é mais lenta, comparativamente ao pressuposto inicial. A taxa de desconto utilizada foi de 6,98%. No caso da Elfverson, tendo em atenção as disposições assumidas pela administração, o teste de imparidade foi baseado no *fair value less cost to sell*. No teste foi aplicado o mesmo múltiplo de EBITDA considerado na aquisição da Elfverson.

11 – DIREITO DE USO

	Direito de uso
Valores Brutos	10 187
Depreciações e Ajustamentos	- 4 150
ABERTURA (1 de janeiro 2020)	6 037
Aumento	2 167
Depreciações / Imparidades	- 2 253
Diminuições-Alienções-Abates	-
Reclass. / Out. Movim. / Ajust.	287
Diferenças De Conversão	4
Valores Brutos	11 531
Depreciações e Ajustamentos	- 5 289
FECHO (31 de dezembro 2020)	6 241
Valores Brutos	11 531
Depreciações e Ajustamentos	- 5 289
ABERTURA (1 de janeiro 2021)	6 241
Aumento	1 913
Depreciações / Imparidades	- 2 451
Diminuições-Alienções-Abates	- 42
Reclass. / Out. Movim. / Ajust.	510
Diferenças De Conversão	1
Valores Brutos	13 114
Depreciações e Ajustamentos	- 6 941
FECHO (31 de dezembro 2021)	6 173

milhares de euros

Nas depreciações do Direito de uso estão incluídas as locações anteriormente classificadas como financeiras, agora em Ativos Fixos Tangíveis.

12 – PROPRIEDADES DE INVESTIMENTO

	Propriedades de investimento
Valores Brutos	22 116
Depreciações e Ajustamentos	- 16 730
ABERTURA (1 de janeiro 2020)	5 387
Aumento	5
Depreciações / Imparidades	- 113
Diminuições-Alienções-Abates	-
Reclass. / Out. Movim. / Ajust.	124
Diferenças De Conversão	-
Valores Brutos	22 121
Depreciações e Ajustamentos	- 16 718
FECHO (31 de dezembro 2020)	5 403
Valores Brutos	22 121
Depreciações e Ajustamentos	- 16 718
ABERTURA (1 De Janeiro 2021)	5 403
Aumento	-
Depreciações / Imparidades	- 92
Diminuições-Alienções-Abates	0
Reclass. / Out. Movim. / Ajust.	0
Diferenças De Conversão	-
Valores Brutos	22 121
Depreciações e Ajustamentos	- 16 810
FECHO (31 de dezembro 2021)	5 311

milhares de euros

O valor de 5 311 K€ em Propriedades de Investimento (31 dezembro 2020: 5 403 K€) refere-se, no essencial, a terrenos e edifícios não afetos à atividade produtiva. O justo valor das Propriedades de Investimento, no caso dos terrenos e edifício de Corroios (determinado com base numa avaliação independente), é próximo ao valor registado na contabilidade. Esta rubrica inclui ainda um imóvel (Interchampagne, com valor de 1 307 K€) com uma avaliação que corresponde ao valor contabilístico. No final do ano, a gestão fez uma análise a estas avaliações tendo considerado que as mesmas se mantinham atualizadas. Estas propriedades não estão a gerar rendimentos e os gastos de conservação e reparação são insignificantes.

13 – INVESTIMENTOS EM ASSOCIADAS E EMPREENDIMENTOS CONJUNTOS

	2021	2020
Saldo inicial (nota 6)	24 046	22 366
Entradas / Saídas	15 403	-
Resultados	2 995	2 105
Dividendos	- 1 822	- 350
Diferenças de conversão cambial	53	- 1 863
Outros	1 726	1 789
Saldo final	42 401	24 046
Equivalência patrimonial	2 995	2 105
Ganho de alienação das associadas	-	-
Ganhos (perdas) em associadas e emp. conjuntos	2 995	2 105

milhares de euros

As associadas e empreendimentos conjuntos são entidades através das quais o Grupo atua nos mercados onde estão sediadas, funcionando como canais de distribuição de produtos.

Os valores contabilísticos são assim discriminados por associada:

2021	Quota-parte nos ativos líquidos	Goodwill implícito	Total	Contributo p/ resultado
Trescases (50%)	5 481	1 715	7 196	791
Wine Packaging & Logistic (50%)	1 138	-	1 138	-
Corchos Argentina (50%)	4 174	-	4 174	- 577
Vinolok (50%)	13 768	-	13 768	2 483
Cold River's Homestead (50%)	15 553	-	15 553	300
Outros	572	-	572	- 3
Saldo Final	40 686	1 715	42 401	2 995

milhares de euros

2020	Quota-parte nos ativos líquidos	Goodwill implícito	Total	Contributo p/ resultado
Trescases (50%)	5 041	1 715	6 756	656
Wine Packaging & Logistic (50%)	1 270	-	1 270	50
Corchos Argentina (50%)	3 516	-	3 516	224
Vinolok (50%)	12 099	-	12 099	1 181
Outros	404	-	404	- 6
Saldo Final	22 331	1 715	24 045	2 105

milhares de euros

Apresenta-se de seguida um sumário das respetivas informações financeiras:

2021	Trescases (50%)	Corchos Argentina (50%)	Vinolok (50%)	Wine Packaging & Logistic (50%)	Cold River(50%)
	K €	K ARS	K CZK	K CLP	K €
Ativo corrente	19 795	ND	346 012	990 876	1 699
Ativo não corrente	1 376	ND	518 619	6 261 922	29 079
Ativo	21 171	ND	864 631	7 252 798	30 778
Capital Próprio	12 076	981 476	687 281	3 343 374	30 680
Passivo corrente	9 095	ND	127 351	729 192	98
Passivo não corrente	0	ND	49 999	3 180 232	-
Vendas	39 132	ND	515 658	2 298 474	1 253
Resultado operacional	1 762	ND	157 354	12 606	- 166
Resultado líquido	1 279	- 125 831	127 324	7 173	- 168
Rendimento integral	1 279	- 125 831	127 324	7 173	- 168

ND - Demonstrações financeiras da associada não estavam finalizadas na data da aprovação das contas consolidadas

2020	Trescases (50%)	Corchos Argentina (50%)	Vinolok	Wine Packaging & Logistic (50%)
	K €	K ARS	K CZK	K CLP
Ativo corrente	25 369	761 961	334 191	838 109
Ativo não corrente	1 387	80 192	453 160	6 526 874
Ativo	26 756	842 153	787 352	7 364 983
Capital Próprio	11 496	728 373	583 424	3 336 201
Passivo corrente	9 260	110 875	69 062	1 328 782
Passivo não corrente	6 000	2 906	83 333	2 700 000
Vendas	36 097	1 213 052	397 902	2 476 983
Resultado operacional	1 520	234 020	64 962	449 180
Resultado líquido	1 083	130 902	62 506	146 780
Rendimento integral	1 083	130 902	62 506	146 780

Além das associadas e empreendimentos conjuntos detalhados acima, o Grupo tem influência significativa num conjunto de outras associadas individualmente imateriais.

14 – OUTROS ATIVOS FINANCEIROS

Os ativos incluídos na rubrica de Outros ativos financeiros (31 dezembro 2021: 1868 K€, 31 dezembro 2020: 1603 K€) referem-se a Ativos financeiros ao justo valor através de resultados, incluindo essencialmente instrumentos de capital próprio. São mensurados ao justo valor e quando se estima que não existem diferenças significativas face ao custo este é mantido. Os ativos foram adquiridos com a finalidade principal de venda ou revenda, consoante o caso, e, em determinadas situações para assegurar a manutenção e sobrevivência de entidades que a Corticeira Amorim considera parceiras para o seu negócio. A gestão efetiva das operações e ativos subjacentes continua a ser assegurada exclusivamente pelos parceiros, servindo a participação financeira como mera “garantia” do investimento efetuado.

15 – IMPOSTOS DIFERIDOS / IMPOSTO SOBRE O RENDIMENTO / IMPOSTO SOBRE OS RESULTADOS

Impostos diferidos e imposto sobre os resultados

A diferença entre os impostos imputados à demonstração consolidada dos resultados do exercício e dos exercícios anteriores e os impostos já pagos e a pagar relativamente a esses exercícios está reconhecida na demonstração consolidada dos resultados na rubrica de Impostos diferidos e ascende a -2 617 K€ (31/12/2020: 279 K€).

O efeito na demonstração da posição financeira consolidada provocado por esta diferença, ascende no ativo a 12 131 K€ (31/12/2020: 14 672 K€) e no passivo a 51 041 K€ (31/12/2020: 50 570 K€).

O valor do imposto diferido relacionado com itens registados diretamente em Capital Próprio foi de -94 K€ (saldo devedor) e refere-se a registos de contabilidade de cobertura. Não houve outros registos de imposto referentes a outras movimentações de Capital Próprio.

É convicção da Administração, expressa nos modelos de previsão possíveis a esta data, que o montante de Impostos Diferidos Ativos reconhecidos corresponde ao valor expectável de materialização futura no que aos prejuízos fiscais diz respeito.

	2021	2022
Ajustamentos de Inventários e terceiros	6 860	7 637
Prejuízos Fiscais	1 450	2 177
Ativos Fixos Tangíveis / Intangíveis / Prop. de Invest.	981	1 049
Outras dif. temporárias dedutíveis	2 841	3 809
Impostos Diferidos - Ativos	12 131	14 672
Ativos Fixos Tangíveis	4 190	4 613
Outras diferenças temporárias tributáveis	3 205	2 624
Contingências fiscais	43 646	43 332
Impostos Diferidos - Passivos	51 041	50 570
Imposto Corrente do Exercício	- 15 805	- 11 781
Imposto Diferido do Exercício	- 2 617	279
Imposto sobre o Rendimento	- 18 422	- 11 502

milhares de euros

A diferença entre a variação ocorrida na posição financeira (líquida de - 3 012 K€) e o valor reconhecido na Demonstração de Resultados (- 2 617 K€) é justificada pelo efeito cambial nos saldos de balanço das subsidiárias não euro e pela variação do valor de impostos diferidos relativo a outros rendimentos integrais de 94 K€ (crédito).

Taxa de imposto efetiva contabilística

No quadro seguinte pretende-se justificar a taxa de imposto efetiva contabilística, partindo da taxa a que estão sujeitas a generalidade das empresas portuguesas:

Reconciliação da taxa de imposto	2021	2022
Taxa genérica de imposto	21,0%	21,0%
Efeito imposto adicional em Portugal	3,4%	4,7%
Efeito benefícios fiscais	-7,8%	-5,1%
Efeito provisão para contingências	0,3%	-3,4%
Efeito custos e proveitos não fiscais	0,1%	0,1%
Efeito taxas tributação diferente (subsidiárias estrangeiras)	2,0%	0,5%
Efeito reconhecimento / não rec. de imp. diferidos (subsidiárias estrang.)	0,0%	0,0%
Equivalência patrimonial	-0,6%	-0,6%
Efeito Rem. Conv. Cap Social subsidiárias	0,0%	0,0%
Efeito excesso estimativa de imposto e outras	-0,3%	-2,8%
Taxa de imposto efetiva contabilística (1)	18,2%	14,4%

(1) IRC sobre Res. Antes Impostos

A contribuir para o aumento da taxa efetiva esteve a mais-valia do imóvel no Chile, sendo a taxa de tributação do Chile superior à média da Corticeira Amorim em 2020. O facto da imparidade do goodwill não ter impacto fiscal também contribuiu para esse aumento da taxa efetiva. De salientar também que, em 2020, verificou-se a reversão de provisões para impostos, sem que esta tenha implicado saídas significativas de tesouraria da Corticeira Amorim. O efeito do apuramento dos benefícios fiscais ao investimento (SIFIDE - Sistema de Incentivos Fiscais à I&D Empresarial e ao RFAI - Regime Fiscal de Apoio ao Investimento), em comparação com as provisões revertidas sobre benefício (mantendo a Corticeira Amorim a política de reconhecimento condicionada à realização futura de objetivos), tiveram um impacto positivo no resultado que se deverá manter nos próximos exercícios.

Durante o exercício foi pago o montante de 18,6 M€ (2020: 6,4 M€) relativo ao imposto sobre o rendimento. Deste montante, foi pago em Portugal no R.E.T.G.S. o valor de 9,4 M€ (em 2020 verificou-se um recebimento de 15 k€). Em 2020 ocorreu o recebimento de parte dos pagamentos por conta do R.E.T.G.S. de 2019 que foram superiores ao imposto apurado nesse exercício. Em 2021 não se verificou uma situação semelhante. Em termos de imposto sobre o rendimento, o aumento da taxa efetiva deveu-se, principalmente, ao facto de em 2020 terem sido revertidas provisões para prejuízos fiscais de uma subsidiária em Espanha e para outras contingências.

A Corticeira Amorim e um conjunto alargado das suas subsidiárias com sede em Portugal passaram a ser tributadas, a partir de 1 de janeiro de 2001, pelo Regime Especial de Tributação de Grupos de Sociedades (RETGS) previsto no artigo 69.º do CIRC. A opção pela aplicação de referido regime é válida por um período de cinco exercícios, findo o qual pode ser renovada nos mesmos termos.

De acordo com a legislação em vigor, as declarações fiscais da Corticeira Amorim e das filiais com sede em Portugal estão sujeitas a revisão e possibilidade de correção por parte das autoridades fiscais durante um período de quatro anos nos termos gerais.

A Administração da Corticeira Amorim e das empresas filiais entende que as correções resultantes de revisões ou inspeções por parte das autoridades fiscais, àquelas declarações de impostos, não terão um efeito significativo nas demonstrações financeiras consolidadas apresentadas para o período.

A taxa de imposto aplicável às subsidiárias portuguesas é de 21%.

A atividade das subsidiárias do Grupo localizadas fora de Portugal está sujeita ao regime geral de tributação nos respetivos países e estados. Durante o exercício de 2021 não ocorreram alterações significativas na taxa de imposto aplicável às subsidiárias nos países nos quais o Grupo tem operações relevantes.

O único valor de imposto diferido relacionado com itens creditados / debitados diretamente em capital próprio é relativo ao justo valor dos instrumentos financeiros de cobertura e ascende a -94 K€ (-38 K€ em 2020).

O valor de impostos diferidos, excluindo contingências fiscais, é essencialmente relativo a diferenças temporárias realizáveis no curto prazo. A recuperação dos ativos por impostos assenta em perspetivas futuras que preveem taxas de rentabilidade normais para as empresas e crescimentos em linha com os das unidades de negócios.

Os reportes fiscais existentes são relativos a subsidiárias estrangeiras. O valor total de reportes eleva-se a 12,5 M€, dos quais se considera como de utilização previsível cerca de 6,2 M€. Este reporte tem prazo de utilização para além de 2024.

Montante de impostos relacionado com as outras componentes do rendimento integral:

2021	Antes de impostos	Impostos	Líquido de impostos
Itens que poderão ser reclassificados para resultados:			
Variação do Justo Valor dos instrumentos financeiros derivados	- 446	- 94	- 540
Variação das diferenças de conversão cambial	665	-	665
Outro rendimento integral de associadas contabilizadas pelo método de equivalência patrimonial	1 704	-	1 704
Outras variações	- 459	-	- 459
Outros rendimentos integrais	1 464	- 94	1 370

2020	Antes de impostos	Impostos	Líquido de impostos
Itens que poderão ser reclassificados para resultados:			
Variação do Justo Valor dos instrumentos financeiros derivados	257	- 38	219
Variação das diferenças de conversão cambial	- 3 317	-	- 3 317
Outro rendimento integral de associadas contabilizadas pelo método de equivalência patrimonial	- 76	-	- 76
Outras variações	2	-	2
Outros rendimentos integrais	- 3 134	- 38	- 3 172

milhares de euros

Provisões para contingências fiscais

As provisões para contingências fiscais em sede de imposto sobre o rendimento finalizaram com um valor de 43,6 M€ (31.12.2020: 43,3 M€). Durante o exercício as contingências para impostos a pagar na demonstração da posição financeira aumentaram em 314 K€.

Os processos em aberto, tanto em fase judicial, como em fase graciosa, e que podem afetar desfavoravelmente a Corticeira Amorim, referem-se aos exercícios de 1997, 1998, 1999, e de 2003 a 2015. O exercício de 2019 foi o último exercício revisto pelas autoridades fiscais portuguesas.

Estes processos têm origem, basicamente, em questões relacionadas com a prestação de garantias não remuneradas entre empresas do Grupo, em empréstimos entre empresas do Grupo (Imposto de Selo), com a dedutibilidade de juros de sociedades gestoras de participações sociais (SGPS), com a não aceitação de gastos como gastos fiscais e com perdas relativas a liquidações de subsidiárias.

No final de cada exercício, é efetuada uma análise dos processos fiscais em curso, sendo o desenvolvimento processual dos mesmos tido em conta e, assim, aferida a necessidade de provisionar novas situações, ou de reverter, ou reforçar provisões já existentes. As provisões correspondem a situações que, pelo seu desenvolvimento processual, ou pela doutrina / jurisprudência entretanto surgida, indicam uma probabilidade de terem um desfecho desfavorável para a Corticeira Amorim e em que, a verificar-se tal desfecho, o ex-fluxo pode ser estimado com fiabilidade. De notar que durante o período não houve desenvolvimentos dignos de registo nos processos referidos atrás.

O valor dos processos fiscais à data de fecho das contas de 2021 totaliza 8,2 M€, estando provisionados na totalidade e dizem respeito a processos com bastante antiguidade.

Para além das provisões fiscais atrás referidas, a Corticeira Amorim tem registado uma provisão para fazer face aos benefícios fiscais a requerer relativamente a 2021 e requeridos em exercícios anteriores. A exigência de certificação por parte da ANI dos projetos SIFIDE, a exigência de manutenção dos postos de trabalho durante cinco anos nos projetos RFAI, bem como outras condicionantes à efetivação dos benefícios, tem levado a Corticeira Amorim ao reconhecimento de provisões de modo a contemplar futuros incumprimentos das referidas exigências. De referir que o apuramento dos benefícios fiscais não se pode dar como concluído, dado que as suas condicionantes se prolongam por vários exercícios, nomeadamente no que respeita à manutenção dos postos de trabalho. O principal aumento da rubrica de provisões para contingências fiscais relaciona-se com a provisão para fazer face aos benefícios fiscais referidos tendo tido um aumento de 4,9 M€. A redução do ano da provisão para benefícios fiscais foi de 5,4 M€. A provisão para benefícios fiscais no final de 2021 apresenta o valor de 33,7 M€.

Mantém-se, em aberto, a provisão, que no final do ano totalizava 1,4 M€, relativa a uma subsidiária espanhola, devido à incerteza sobre a aceitação por parte das autoridades tributárias do reporte fiscal existente.

Não existem processos fiscais não provisionados, pelo que, desta forma, os passivos contingentes são nulos.

A Corticeira Amorim tem um largo número de processos a seu favor, os quais se referem, no essencial, a pagamentos relativos a tributações autónomas, taxas de inspeção e benefícios fiscais. O valor destes processos totaliza os 0,8 M€, valor esse que não se encontra registado como integrando o seu ativo. O total dos ativos contingentes eleva-se aos 10,3 M€ (incluindo os valores pagos no âmbito do RERD e do PERES).

Imposto sobre o rendimento – demonstração da posição financeira

	2021	2020
IRC – PEC/imp. mínimo	167	9
IRC – Pagamentos por conta/imp. a recuperar	9 943	4 733
IRC – Retenções na fonte	288	95
IRC – Pagamento RERD	2 093	2 093
IRC – Pagamento RERD imparidade	- 2 093	- 2 093
IRC – Pagamento PERES	5 330	5 383
IRC – Pagamento PERES imparidade	- 5 330	- 5 383
Imposto sobre o Rendimento (Ativo)	10 398	4 838
IRC – Estimativa e outros	4 421	1 767
Imposto sobre o Rendimento (Passivo)	4 421	1 767

milhares de euros

A Corticeira Amorim efetuou em 2013 o pagamento instituído pelo DL 151-A/2013 (RERD), no valor de 4,3 M€, pagamento esse que não implica o abandono por parte da Corticeira Amorim da defesa dos respetivos processos. Em 2016 ocorreu a decisão final de um dos processos pagos relativo a impostos de selo, tendo sido ganho parcialmente pela Corticeira Amorim que recebeu 1,2 M€ do valor total pago de 1,7 M€. Em 2019 ocorreu a decisão final de outro processo que foi ganho pela Corticeira Amorim, tendo implicado o recebimento de 0,5 M€. Desta forma, o valor que continua em aberto, de processos em curso pagos no âmbito do RERD, é de 2,1 M€.

No final de 2016, foi aprovado pelo Decreto-Lei n.º 67/2016 um Plano Especial de Redução do Endividamento ao Estado (PERES). A Corticeira Amorim decidiu aderir parcialmente àquela medida. Assim, em dezembro, foram pagos cerca de 7,4 M€ relativos a relativos a Imposto de Selo/IVA (2 M€) e Imposto sobre o rendimento (IRC) no valor de 5,4 M€. Do valor pago foi recebido um valor inferior a 100 K€ devido a processos ganhos pela Corticeira Amorim. Os restantes pagamentos mantem-se em aberto.

De notar que a Corticeira Amorim não era devedora de valores ao fisco e à Segurança Social, sendo os valores em causa relativos a processos em contencioso. Os processos escolhidos para adesão são processos antigos, cujos valores de juros de mora e coimas a pagar, em caso de insucesso, seriam elevados.

O RERD e o PERES permitiram o pagamento do capital e o perdão de juros de mora e outros encargos. Dado que a adesão ao RERD e ao PERES não implicam obrigatoriamente o abandono da defesa dos processos, os referidos processos continuam em curso. A Corticeira Amorim vai continuar a defender a sua posição nos mesmos.

O valor do passivo desta rubrica inclui a estimativa do imposto sobre o rendimento a pagar por algumas subsidiárias estrangeiras aquando da apresentação da declaração fiscal relativa ao exercício de 2020.

16 – INVENTÁRIOS

	2021	2020
Mercadorias	21 320	14 858
Matérias-Primas, Subsidiárias e de Consumo	183 653	206 702
Produtos Acabados e Intermédios	117 900	129 182
Produtos e Trabalhos em Curso	25 172	21 757
Imparidade de Produtos Acabados e Intermédios	- 5 876	- 7 353
Imparidade de Mat.-Primas, Subs., de Consumo e Sub Prod.	- 2 002	- 1 036
Total Inventários	340 167	364 109

milhares de euros

Evolução das perdas por imparidade	2021	2020
Saldo inicial	8 390	7 492
Aumentos	1 873	2 351
Diminuições	2 385	1 453
Saldo Final	7 879	8 390

milhares de euros

As Matérias-primas incluem essencialmente amadia e falcas (UN Matérias-Primas), os produtos e trabalhos em curso incluem essencialmente cortiça cozida e discos (UN Matérias-Primas) e os produtos acabados incluem essencialmente uma diversidade de tipologias de rolhas (UN Rolhas), revestimentos (UN Revestimentos) e produtos compósitos (UN Aglomerados compósitos).

17 – CLIENTES

	2021	2020
Valor Bruto	192 320	173 534
Ajustamentos de Imparidade	- 9 668	- 12 174
Cientes	182 653	161 360

Evolução das perdas por imparidade	2021	2020
Saldo inicial	12 174	13 695
Aumentos	1 654	7 032
Diminuições	- 3 984	- 7 876
Outros	- 176	- 677
Saldo Final	9 668	12 174

milhares de euros

Os aumentos e diminuições foram reconhecidas na rubrica de ajustamento de imparidade de ativos na demonstração dos resultados.

No final de cada período é realizada uma análise à qualidade dos créditos sobre clientes. Decorrente da adoção do IFRS 9 aos saldos vencidos até 90 dias é reconhecida uma perda de crédito esperada. Os saldos vencidos entre 90 e 120 dias são considerados como podendo gerar uma imparidade de cerca de 30% e os saldos entre 120 e 180 dias 60%. Todos os saldos vencidos há mais de 180 dias, bem como todos os saldos considerados duvidosos darão origem a uma imparidade total. Esta regra não se sobrepõe à análise de cada caso específico.

A análise dos saldos não vencidos e vencidos é a seguinte:

	2021	2020
Não vencidos	141	125
Vencidos entre 0-90 dias	40	31
Vencidos entre 90 - 120 dias	2	2
Vencidos entre 120 - 180 dias	2	3
Vencidos acima de 180 dias e duvidosos	7	12
	192	174

milhões de euros

18 – OUTROS DEVEDORES E OUTROS ATIVOS

Outros devedores

	2021	2020
Adiantamentos a fornecedores	7 107	5 828
Instrumentos financeiros derivados	1 154	1 973
IVA a receber	23 585	20 790
IS/IVA - Pagamento PERES	2 051	2 051
IS/IVA - Pagamento PERES imparidade	- 2 051	- 2 051
Outros devedores diversos	21 851	7 133
Outros devedores	53 697	35 724

milhares de euros

No final de 2021 e 2020 não havia valores em atraso a receber relativos ao IVA.

Em Outros devedores não correntes, estão incluídos adiantamentos a fornecedores (3 238 K€) e parte do valor da realização da venda dos imóveis do Chile, que somente se irá realizar a mais de 12 meses.

Outros ativos

	2021	2020
Devedores por acréscimo de rendimento	478	455
Gastos a reconhecer	2 011	1 947
Outros ativos	2 489	2 402

milhares de euros

19 – CAIXA E EQUIVALENTES

	2021	2020
Caixa	924	493
Depósitos à ordem	105 948	61 997
Depósitos a prazo	2 706	7 638
Outros	26	137
Caixa e equivalentes conforme D.F. Posição Financeira	109 604	70 266
Descobertos bancários	- 42 544	- 45 957
Caixa e equivalentes conforme D. F. Caixa	67 060	24 309

milhares de euros

20 – CAPITAL E RESERVAS

Capital Social

No final do período, o capital social está representado por 133 000 000 de ações ordinárias, escriturais, que conferem direito a dividendos, com o valor nominal unitário de 1 Euro.

O Conselho de Administração pode decidir aumentar o capital social, por uma ou mais vezes, nas modalidades permitidas por lei, até ao montante de 250 000 000 Euros.

Ações Próprias

A 31 de dezembro de 2021, não havia ações próprias em carteira. Durante o ano de 2021 não se realizaram transações de ações próprias.

Reserva legal e Prémio de emissão

A Reserva legal e o Prémio de emissão estão sujeitos ao regime da reserva legal e só podem ser utilizados para (Art. 296º CSC):

- Cobrir a parte do prejuízo acusado no balanço do exercício que não possa ser coberto pela utilização de outras reservas;
- Cobrir a parte dos prejuízos transitados do exercício anterior que não possa ser coberto pelo lucro do exercício nem pela utilização de outras reservas;
- Incorporação no capital.

O valor constante das rubricas Reserva legal e Prémio de emissão são os provenientes da empresa-mãe.

Outras reservas

O valor de Outras reservas é constituído pelo valor proveniente da conta Reservas e Resultados transitados da empresa-mãe, bem como pelos valores de resultados acumulados e não distribuídos das subsidiárias da Corticeira Amorim.

Dividendos

Nas Assembleias Gerais da Corticeira Amorim, realizadas nos dias 23 de abril de 2021 e 3 de dezembro de 2021, foram aprovadas distribuições de dividendos equivalentes a 0,185 euros e 0,085 euros por ação, respetivamente. Os pagamentos foram efetuados em 17 de maio e 22 de dezembro de 2021.

	2021	2020
Dividendo atribuído	35 910	24 605
Dividendos distribuídos	35 910	24 605

milhares de euros

Resultados por ação

Em 31 de dezembro de 2021 e 2020 não existem efeitos diluidores do número de ações em circulação.

21 – INTERESSES QUE NÃO CONTROLAM

	2021	2020
Saldo inicial	26 948	30 081
Entradas	48	70
Saídas	-4.687	- 5 056
Resultados	8 281	4 285
Dividendos	- 2 232	- 1 948
Diferenças de Conversão Cambial	- 1 072	- 264
Outros	50	- 220
Saldo Final	27 336	26 948

milhares de euros

O valor referenciado como Dividendos corresponde aos montantes pagos pelas entidades aos Interesses que não controlam.

O valor de saídas de 2021 é essencialmente relativo à aquisição de 10% da Bourrassé.

	2021			2020		
	Contributo p/ Balço	Contributo p/ Resultado	Dividendos pagos	Contributo p/ Balço	Contributo p/ Resultado	Dividendos pagos
Amorim Bartop	2 058	- 979	950	2 738	- 5	1 011
Amorim Top Series	2 423	2 111	-	1 532	1 063	-
Ets. Christian Bourrassé	1 988	106	-	3 670	271	-
Francisco Oller	1 578	7	-	1 575	- 46	-
Industria Corchera	10 326	4 869	303	6 798	732	144
Socori	2 705	53	-	5 317	622	-
Elfverson	- 1 069	76	-	- 1 131	- 31	-
Trefinos	1 923	526	364	1 761	425	364
Victor y Amorim	1 094	420	330	1 004	332	345
Outros	4 311	1 091	285	3 685	923	84
Saldo Final	27 336	8 281	2 232	26 948	4 285	1 948

milhares de euros

Os principais indicadores financeiros tal como resultam das contas estatutárias são os seguintes:

2021	Bourrassé	Socori	Trefinos	Francisco Oller	Elfverson	Amorim Bartop	Amorim Top Series	Industria Corchera	Victory Amorim
	K €	K €	K €	K €	K SEK	K €	K €	K CLP	K €
Ativo corrente	15 490	39 000	21 331	14 338	33 190	2 033	25 498	25 946 167	3 367
Ativo não corrente	13 536	15 485	15 750	21 578	21 169	12 061	4 609	5 125 308	874
Ativo	29 026	54 485	37 081	35 916	54 359	14 094	30 107	31 071 475	4 241
Capital Próprio	20 513	35 608	21 458	25 114	23 434	12 188	14 341	19 961 461	2 189
Passivo corrente	8 294	13 767	13 546	8 794	10 053	655	14 571	10 036 587	1 900
Passivo não corrente	219	5 110	2 077	2 008	20 872	1 251	1 195	1 073 427	152
Vendas	46 577	49 111	50 862	24 775	63 573	-	47 665	18 433 622	9 335
Resultado operacional	1 636	1 182	7 534	115	6 335	4 999	10 455	1 494 317	1 117
Resultado líquido	1 112	838	5 749	84	3 101	4 985	8 259	8 795 345	840
Rendimento integral	1 112	838	5 749	84	3 101	4 985	8 259	8 795 345	840
Fluxos de Caixa operacional	7 508	8 810	6 473	603	11 068	25	7 770	5 466 646	700
Fluxos de Caixa de investimento	- 295	- 2 749	- 1 910	- 1 989	- 5 365	5 011	- 1 197	- 1 253 606	- 87
Fluxos de Caixa de financiamento	- 256	2 336	- 3 659	- 1 998	- 211	- 5 094	- 6 372	4 462 966	- 678
Variação líquida de Caixa e equivalentes	6 957	8 397	904	- 3 384	5 492	- 58	201	- 260 664	- 65

milhares de euros

2020	Bourrassé	Socori	Trefinos	Francisco Oller	Elfverson	Amorim Bartop	Amorim Top Series	Industria Corchera	Victory Amorim
	K €	K €	K €	K €	K SEK	K €	K €	K CLP	K €
Ativo corrente	19 315	42 403	16 710	11 636	28 349	2 355	16 408	12 342 167	2 548
Ativo não corrente	13 595	15 917	16 141	21 160	18 496	12 061	4 394	4 308 561	892
Ativo	32 911	58 320	32 850	32 796	46 845	14 416	20 801	16 650 728	3 440
Capital Próprio	19 401	34 770	19 574	25 218	20 333	11 005	11 071	11 711 824	2 010
Passivo corrente	12 968	19 444	11 392	4 913	8 108	3 411	8 467	4 938 904	1 279
Passivo não corrente	542	4 106	1 884	2 665	18 404	-	1 264	-	152
Vendas	40 967	50 123	41 034	21 003	49 136	-	38 444	16 310 603	7 382
Resultado operacional	1 314	3 471	6 381	- 920	1 864	5 010	6 472	1 673 029	885
Resultado líquido	923	3 176	4 695	- 688	115	4 979	5 061	1 364 269	664
Rendimento integral	923	3 176	4 695	- 688	115	4 979	5 061	1 364 269	664
Fluxos de Caixa operacional	- 1 397	8 539	7 753	3 978	- 2 069	99	8 786	1 524 410	902
Fluxos de Caixa de investimento	- 204	- 2 970	- 2 262	- 1 559	- 2 299	2 976	- 962	- 580 253	- 140
Fluxos de Caixa de financiamento	- 635	- 1 520	- 4 208	- 2 373	- 257	- 2 999	- 7 821	- 337 834	- 709
Variação líquida de Caixa e equivalentes	- 2 236	4 050	1 282	46	- 4 626	76	3	606 323	53

milhares de euros

22 – DÍVIDA REMUNERADA

No final do período, a dívida remunerada corrente tinha a seguinte composição:

	2021	2020
Descobertos e empréstimos bancários	62 863	61 810
Locações	1 779	1 893
Factoring	5 462	89
Papel comercial	-	25 000
Dívida remunerada corrente	70 103	88 791

milhares de euros

Deste total cerca de 28% é denominada em divisa não euro (Dez. 2020: 15%).

A dívida remunerada não corrente tinha a seguinte composição:

	2021	2020
Empréstimos bancários	21 190	27 514
Locações	4 015	4 760
Papel comercial	22 450	20 000
Empréstimos por obrigações	39 918	39 918
Dívida remunerada não corrente	87 573	92 192

milhares de euros

No final do período 98% desta dívida era denominada em euros (Dez 2020: 96%).

A 31 de dezembro de 2021, a maturidade da dívida remunerada não corrente era a seguinte:

Vencimento entre 01/01/2023 e 31/12/2023	7 577
Vencimento entre 01/01/2024 e 31/12/2024	37 813
Vencimento entre 01/01/2025 e 31/12/2025	37 590
Vencimento após 01/01/2026	4 593
Total	87 574

milhares de euros

Da dívida remunerada, corrente e não corrente, 95,4 M€ vencem juros a taxa variável. Os 62,3 M€ de dívida remanescente vencem juros a taxa fixa. O custo médio registado no período para o conjunto das linhas de crédito utilizadas situou-se nos 0,89% (2020: 1,01%).

A Corticeira Amorim concretizou em 5 de março de 2015 um contrato de empréstimo com o BEI no montante de 35 M€, a 10 anos, com carência de 4 anos. Este empréstimo permitiu à Corticeira Amorim alargar substancialmente a sua curva de maturidade com um preço competitivo.

Em 03 de dezembro 2020 a Corticeira Amorim concretizou a sua 1ª emissão de Obrigações Verdes, no montante de 40 M€, por subscrição particular, sem garantias e pelo prazo de 5 anos, vencendo semestralmente juros a taxa fixa e com reembolso escalonado (25% no final do 4º ano e 75% na maturidade). Esta emissão constituiu um

importante marco na sua estratégia de sustentabilidade, reafirmando o seu continuado compromisso com a aplicação dos princípios e melhores práticas ESG (“Environmental, Social and Governance”).

Em 03 de agosto de 2021 a Corticeira Amorim reformulou um programa de emissões de papel comercial de 20 M€, transformando-o em Sustainability Linked através da introdução de dois KPI: (i) consumo de energia de fonte renovável e (ii) resíduos não cortiça valorizados; que influenciarão a taxa de juro das emissões, caso os respectivos níveis definidos como objectivo não sejam atingidos. Este programa terá vencimento em 03 de agosto de 2024.

A 3ª operação ESG da Corticeira Amorim – um programa de emissões de papel comercial verde de 11,6 M€ - foi concretizada em 17 de dezembro de 2021 e terá vencimento em 22 de dezembro de 2026, destinando-se a financiar o investimento em painéis fotovoltaicos por parte de um conjunto de empresas das diversas Unidades de Negócio da Corticeira Amorim.

À data de fecho de contas de 2021, a Corticeira Amorim tinha linhas de financiamento cuja documentação contratual de suporte incluía covenants genericamente usados neste tipo de contratos, nomeadamente: cross-default, pari passu e, em alguns casos, negative pledge.

À data de 31 de dezembro de 2021, uma subsidiária estrangeira da Corticeira Amorim apresentava um valor de cerca de 269 K€ de exposição coberta por garantia hipotecária de ativo fixo. Esse ativo encontra-se registado na demonstração da posição financeira dessa subsidiária.

A Corticeira Amorim e duas participadas no estrangeiro utilizam financiamentos em 31 de dezembro de 2021 (num total de cerca de 49 M€) aos quais estavam associados covenants financeiros. Estes consubstanciavam-se, essencialmente, no cumprimento de rácios que permitem acompanhar a situação financeira das empresas, nomeadamente:

- asset coverage ratio;
- fixed charge coverage ratio;
- net income; e
- Net debt/ EBITDA (endividamento bancário e equiparado)/ meios libertos totais.

Os rácios acima mencionados não são limitativos e foram cumpridas integralmente as exigências constantes dos contratos que formalizavam os referidos financiamentos. Na eventualidade do seu não cumprimento, haveria a possibilidade de tal circunstância conduzir ao reembolso antecipado dos montantes tomados.

Para além do referido cumprimento, informa-se que a capacidade de assegurar o serviço de dívida estava ainda reforçada pela existência, à data de 31 de dezembro de 2021, de 206,2 M€ de linhas de crédito contratadas, mas não utilizadas.

23 – FORNECEDORES

	2021	2020
Fornecedores c/c	72 036	55 814
Fornecedores - confirming	72 752	40 852
Fornecedores - Recepção e Conferência	16 036	13 736
Fornecedores	160 825	110 402

milhares de euros

Do valor total, cerca de 53% refere-se a saldos provenientes da UN Rolhas (Dez 2020: 51%) e 22% refere-se a saldos provenientes da UN Matérias-Primas (Dez 2020: 24%).

24 – OUTROS PASSIVOS FINANCEIROS E OUTROS PASSIVOS

Outros passivos financeiros

	2021	2020
Subsídios reembolsáveis	14 527	16 389
Acordo para aquisição de interesses que não controlam	-	5 007
Outros credores diversos	117	40
Outros passivos financeiros - não correntes	14 644	21 436
Subsídios reembolsáveis	2 870	1 597
Acordo para aquisição de interesses que não controlam	4 962	4 955
Credores por acréscimo gastos - fornecimentos e serviços	5 789	3 208
Credores por acréscimo gastos - outros	7 777	6 697
Outros rendimentos a reconhecer	68	302
IVA a pagar	6 271	6 458
Estado e S. Social - retenções e outros	7 605	6 673
Outros credores diversos	10 541	11 348
Outros passivos financeiros - correntes	45 883	41 238

milhares de euros

Em Outros passivos financeiros está incluído o montante de 1 126 K€ (2020: 164 K€), o qual se refere ao valor dos derivados de cobertura de risco cambial.

O valor de 14 744 K€ de Outros passivos financeiros – Não correntes tinha o seu vencimento de 1 a 2 anos (3 448 K€), de 2 a 4 anos (8 834 K€) e a mais de 4 anos (2 461 K€).

O acordo para aquisição de interesses que não controlam resulta da compra da S.A.S. ETS CHRISTIAN BOURRASSÉ, em que num primeiro momento foram adquiridos 60% do capital social, pelo montante de 29 M€. O acordo prevê a aquisição subsequente até 2022 dos restantes 40% (“acordo para aquisição de interesses que não controlam”) por um preço que, tomando por referência o valor já pago pelos primeiros 60%, dependerá ainda da evolução da *performance* da BOURRASSÉ nos próximos anos. A primeira *tranche* de 10% foi adquirida em julho de 2019, a 2ª tranche em junho de 2020 e a 3ª tranche em junho de 2021. Em julho de 2022 será adquirida a quarta e última *tranche* correspondente a 10% da Bourrassé. O valor reconhecido em outros passivos financeiros corresponde ao valor remanescente a pagar pelos 10% em falta, descontados à taxa média de financiamento da Corticeira Amorim. As alterações ao valor atual são reconhecidas em gastos e rendimentos financeiros. O aumento de 1 p.p. da taxa de financiamento teria um efeito imaterial no passivo reconhecido.

Outros passivos

	2021	2020
Subsídios não reembolsáveis	4 326	3 116
Credores por acréscimo gastos - remunerações a liquidar	13 308	14 100
Outros passivos - correntes	17 634	17 216

milhares de euros

Os saldos relativos a subsídios evoluíram do seguinte modo:

Subsídios não reembolsáveis	2021	2020
Saldo Inicial	3 116	3 081
Reconhecimento de rendimentos no exercício	- 2 487	- 2 436
Recebimentos	1 245	1 982
Reclassificações / Transferências / Entradas	2 452	489
Saldo Final	4 326	3 116

milhares de euros

Subsídios reembolsáveis	2021	2020
Saldo Inicial	17 985	15 032
Pagamentos do exercício	- 2 403	- 613
Recebimentos do exercício	4 390	3 775
Reclassificações / Transferências	- 2 574	- 209
Saldo Final	17 397	17 985

milhares de euros

O valor de transferências é essencialmente relativo a montantes de benefícios reembolsáveis entretanto convertidos para não reembolsáveis em algumas subsidiárias e ao reconhecimento do juro pela mensuração a custo amortizado.

A generalidade dos apoios recebidos pela Corticeira Amorim destina-se a investimentos dirigidos ao aumento da capacidade produtiva e modernização das instalações industriais, melhoria na qualidade dos produtos fabricados, ou de melhoria energética e de aproveitamento da sua principal matéria-prima (cortiça).

Os projetos que deram origem à maioria dos subsídios garantiram apoios classificados como reembolsáveis; estes são, normalmente, objeto de avaliação, já em fase considerada de cruzeiro, e se se cumprirem metas acordadas, parte, ou mesmo a totalidade, do subsídio é convertido em não reembolsável.

Não existem valores por receber associados a subsídios classificados como não reembolsáveis, nem condições que faltem cumprir para o seu reconhecimento.

25 – PROVISÕES

	2021	2020
Contingências fiscais	122	612
Garantias a clientes	677	475
Outros	2 900	2 262
Provisões	3 698	3 349

milhares de euros

	Contingências fiscais		Garantias clientes	Outros	
	IS	Outros			
Saldo inicial 2020	62	645	936	2 133	3 777
Outros gastos – Nota 30				135	135
Constituição			- 462		- 462
Outros rendimentos – Nota 30		- 95		- 152	- 247
Imposto sobre o Rendimento					-
Diferença conversão cambial				- 8	- 8
Variação de perímetro					-
Utilização				154	154
Saldo final 2020	62	550	475	2 262	3 349

milhares de euros

	Contingências fiscais		Garantias clientes	Outros	
	IS	Outros			
Saldo inicial 2021	62	550	475	2 262	3 349
Outros gastos – Nota 30				623	623
Constituição			202		202
Outros rendimentos – Nota 30				- 58	- 58
Imposto sobre o Rendimento					-
Diferença conversão cambial				59	59
Variação de perímetro					-
Reclassificação		- 490			- 490
Utilização				13	13
Saldo final 2021	62	60	677	2 900	3 698

milhares de euros

No exercício findo em 31 de dezembro de 2021, a rubrica de garantias a clientes (que são essencialmente da UN Revestimentos) aumentou em 202k€, sendo contabilizadas de acordo com a IAS 37 Provisões, Passivos Contingentes e Ativos Contingentes. A reclassificação da rubrica de Outros nas contingências fiscais foi efetuada por contrapartida da rubrica de contingências fiscais em impostos diferidos.

A natureza dos valores reclamados em contingências fiscais é relativo imposto de Selo e, residualmente IVA.

Outras contingências

As Outras contingências incluem essencialmente provisões para cessação de emprego (1,9 M€) e processos em curso (0,5 M€). O aumento da rubrica de Outros foi essencialmente na rubrica de provisões para cessação de emprego.

Relativamente aos processos em curso é de salientar que, na sequência da aquisição de 100% das ações da subsidiária Cosabe, realizada em Outubro de 2018, e subsequente ação judicial de um terceiro invocando direito de preferência, a Corticeira Amorim informa que, após duas decisões favoráveis em sede de primeira instância e do Tribunal da Relação de Coimbra, também o Supremo Tribunal de Justiça, na sequência de recurso interposto pela alegada preferente, confirmou definitivamente a posição defendida pela Amorim Florestal (Grupo Corticeira Amorim). A decisão do Supremo Tribunal de Justiça é definitiva e irrecorrível. Neste sentido, a Amorim Florestal irá prosseguir com os investimentos projetados na Herdade da Baliza como parte integrante do seu Projeto de Intervenção Florestal.

26 – BENEFÍCIOS PÓS-EMPREGO

		Benefícios pós-emprego
Saldo inicial 2020		1 687
Constituição	Outros	382
Reversão	Gastos Não Recorrentes	
	Outros Rendimentos - Nota 30	
Diferença conversão cambial		
Variação de perímetro		
Utilização		
Saldo final 2020		2068

		Benefícios pós-emprego
Saldo inicial 2021		2 068
Constituição	Outros	116
Reversão	Gastos Não Recorrentes	
	Outros Rendimentos - Nota 30	
Variação de perímetro		
Utilização		
Saldo final 2021		2 184

Na subsidiária Elfverson, a empresa disponibiliza um plano de pensões de benefícios definidos para funcionários administrativos nascidos em 1978 ou anteriores. O plano é gerido pela PRI Pensionsgaranti. A fim de estimar as suas responsabilidades pelo pagamento das referidas prestações, o procedimento de obter os cálculos atuariais das responsabilidades foi determinado de acordo com o “Projected Unit Credit Method”, conforme IFRS.

Os principais pressupostos assumidos foram os seguintes: taxa de desconto 1,0%, aumento dos salários 1,9%; esperança média de vida: DUS14 (determinada pelo Actuarial Research Board). O total de colaboradores/as a beneficiar do plano são 27. A responsabilidade estimada para o final do ano é de 970 K€ (2020: 962 K€).

A Amorim Cork Itália apresenta responsabilidades relativas ao TFR (trattamento di fine rapporto). Este é devido pela empresa ao colaborador/a quando termina a relação contratual, quer seja a empresa ou o colaborador/a a terminar a ligação ou no momento da reforma. Este montante equivale a cerca de 1 mês / ano de trabalho. A Amorim Cork Itália provisionado este valor, seguindo as regras de atualização definidas pelo governo (todos os anos é emitida uma lei com a percentagem de revalorização dos montantes de anos anteriores). O valor das responsabilidades é de aproximadamente 780 K€ (2020: 636 K€).

Valores remanescentes relativos essencialmente a responsabilidades das subsidiárias Bourrassé (225 K€), Korcken Schiesser (141 K€) e Portocork Italia (64 K€).

27 – FORNECIMENTOS E SERVIÇOS EXTERNOS

	2021	2020
Comunicação	1 302	1 241
Sistemas de Informação	9 402	7 263
Seguros	3 992	3 895
Subcontratos	3 451	2 128
Electricidade	26 181	14 291
Vigilância	1 209	1 278
Honorários	1 165	1 229
Ferramentas e Utensílios de Desgaste Rápido	2 221	1 955
Combustíveis, Água e Fluidos	2 296	1 954
Royalties	1 018	1 187
Rendas e Alugueres	4 755	4 999
Transportes	33 749	28 830
Despesas de Representação	502	628
Deslocações e Estadas	2 826	2 555
Comissões	9 196	8 036
Trabalhos Especializados	10 931	11 000
Publicidade e Propaganda	5 066	5 107
Conservação e Reparação	13 323	13 072
Outros	9 970	12 552
Fornecimentos e Serviços Externos	142 554	123 200

milhares de euros

28 – GASTOS COM PESSOAL

	2021	2020
Remunerações dos Órgãos Sociais	858	606
Remunerações do Pessoal	114 551	107 574
Encargos sobre Remunerações	22 722	22 321
Indemnizações	510	400
Benefícios pós-emprego	546	783
Outros Custos com o Pessoal	6 953	6 490
Gastos Capitalizados	-41	-119
Gastos com Pessoal	146 098	138 054
Número médio de trabalhadores	4 502	4 420
Número de trabalhadores no final do período	4 642	4 357

milhares de euros

As Remunerações dos Órgãos Sociais referem-se às remunerações auferidas na Corticeira Amorim, S.G.P.S., S.A. e quaisquer das suas subsidiárias e incluem as auferidas pela Mesa de Assembleia Geral.

29 – AJUSTAMENTOS DE IMPARIDADE DE ATIVOS

	2021	2020
Valores a receber	- 2 184	- 548
Outros	- 64	- 97
Ajustamentos de imparidade de ativos	- 2 249	- 645

milhares de euros

Os ajustamentos de valores a receber incluem os relativos a clientes e outros devedores.

30 – OUTROS RENDIMENTOS E GANHOS / OUTROS GASTOS E PERDAS

	2021	2020
Cobertura risco cambial: dif. câmbio (nota 3a))	1.778	-
Cobertura risco cambial: var. JV instrum. finan. (nota 3a))	-	1.697
Ganhos em ativos fixos tangíveis / Propriedades de investimento	- 116	21
Reversões de provisões	58	152
Subsídios à exploração	403	372
Subsídios ao investimento	2.487	2.436
Rendimentos suplementares	2.470	3.159
Rendimentos de imóveis	287	282
Trabalhos para a própria entidade	-	-
Outros	4.549	5.390
Outros rendimentos e ganhos	11.915	13.509

milhares de euros

	2021	2020
Cobertura risco cambial: dif. câmbio (nota 3a))	-	2.077
Cobertura risco cambial: var. JV instrum. finan. (nota 3a))	1.983	-
Impostos	1.887	1.937
Provisões do período	623	199
Perdas em ativos fixos tangíveis / Prop. invest.	198	49
Serviços bancários	533	448
Dívidas incobráveis	791	920
Perdas em inventários	106	194
Donativos e quotizações	664	684
Outros	145	242
Outros gastos e perdas	6.930	6.752

milhares de euros

31 – RESULTADOS NÃO RECORRENTES

Os resultados não recorrentes incluem a mais-valia na alienação do imóvel da subsidiária Industria Corchera (decorrente da mudança de instalações da subsidiária no Chile), a imparidade do *goodwill* (ver nota 10) e gastos de reestruturação, sobretudo decorrentes de indemnizações pagas nas UN Rolhas e Revestimentos.

	2021	2020
Gastos de reestruturação	- 1.007	- 2.691
Imparidade goodwill	- 3.903	-
Prémio extraordinário	-	- 3.125
Alienação do imóvel da Indústria Corchera	11.296	-
Resultados não recorrentes	6.386	- 5.816

milhares de euros

32 – GASTOS E RENDIMENTOS FINANCEIROS

	2021	2020
Juros suportados - empréstimos bancários	811	1 186
Juros suportados - outras entidades	401	543
Imposto de Selo	123	145
Outros	354	493
	1 688	2 368
Juros Obtidos - depósitos bancários	7	15
Juros Obtidos - outros empréstimos	72	20
Juros Obtidos - juros mora	15	172
Juros Obtidos - outros juros	8	20
	102	227
Gastos financeiros líquidos	1 586	2 140

milhares de euros

Em Juros Suportados - Outras Entidades está incluído um valor de 39 K€ (2020: 60 K€) de aplicação do custo amortizado.

33 – SALDOS E TRANSAÇÕES COM ENTIDADES RELACIONADAS

A Corticeira Amorim consolida diretamente na Amorim – Investimentos e Participações, S.G.P.S., S.A. com sede em Mozelos (Santa Maria da Feira), *holding* do Grupo Amorim.

A 31 de dezembro de 2021 a participação do Amorim – Investimentos e Participações, S.G.P.S., S.A. na Corticeira Amorim era de 51%, correspondente a 51% dos direitos de voto.

As transações da Corticeira Amorim com empresas relacionadas resumem-se, no essencial, à prestação de serviços por parte de subsidiárias da Amorim – Investimentos e Participações, S.G.P.S., S.A., (Amorim Serviços e Gestão, S.A., Amorim Viagens e Turismo, Lda., OSI – Sistemas Informáticos e Electrotécnicos, Lda.). O total das prestações de serviços destas empresas ao conjunto das empresas da Corticeira Amorim foi de 11 855 K€ (Dez. 2020: 11 862 K€).

As vendas da Quinta Nova, S.A., subsidiária da Amorim – Investimentos e Participações, S.G.P.S., S.A., às empresas do universo Corticeira Amorim atingiram os 13 K€ (Dez. 2020: 28 K€). As compras atingiram os 41 K€ (Dez. 2020: 32 K€).

As compras de amadia efetuadas no exercício a empresas detidas pelos principais acionistas indiretos da Corticeira Amorim atingiram o valor de 450 K€ (Dez. 2020: 1 339 K€), correspondendo a menos de 2% das compras totais da matéria-prima cortiça.

Os saldos a 31 de dezembro de 2021 e de 2020 são os decorrentes do período normal de pagamento (entre 30 e 60 dias) e por isso considerados imateriais.

Os serviços são normalmente negociados com as entidades relacionadas numa base de *cost plus* num intervalo entre 2% e 5%.

34 – REMUNERAÇÕES DOS AUDITORES

O total de honorários suportados pelo conjunto de empresas da Corticeira Amorim relativamente a serviços prestados pelas empresas do universo da EY atingiu os 357 mil euros (2020: 323 mil euros), e detalha-se como se segue:

Natureza do Serviço			Auditoria e revisão de contas	Revisão de informação financeira intercalar e outros serviços de garantia de fiabilidade	Outros serviços	TOTAL
EY SROC	Corticeira Amorim	Valor	39 000	26 200	-	65 200
		%	60%	40%	0%	100%
	Entidades que integram o Grupo	Valor	158 550	3 710	13 050	175 310
		%	90%	2%	7%	100%
	Total	Valor	197 550	29 910	13 050	240 510
		%	82%	12%	5%	100%
Empresas da Rede EY	Corticeira Amorim	Valor	0	0	0	0
		%	0%	0%	0%	0%
	Entidades que integram o Grupo	Valor	116 860	-	-	116 860
		%	100%	0%	0%	100%
	Total	Valor	116 860	0	0	116 860
		%	100%	0%	0%	100%
Total	Corticeira Amorim	Valor	39 000	26 200	0	65 200
		%	60%	40%	0%	100%
	Entidades que integram o Grupo	Valor	275 410	3 710	13 050	292 170
		%	94%	1%	4%	100%
	Total	Valor	314 410	29 910	13 050	357 370
		%	88%	8%	4%	100%

milhares de euros

A rubrica de Revisão de informação financeira intercalar e outros serviços de garantia de fiabilidade inclui a revisão limitada das demonstrações financeiras consolidadas para o período de seis meses findo em 30 de junho de 2021, revisão independente do relatório de sustentabilidade, revisão Independente do relatório de obrigações verdes e certificação de despesas incluídas no âmbito de projeto de investimento subsidiados.

A rubrica de Outros serviços inclui a realização de estudos de ciclo de vida e/ou de análise de pegada carbónica de vários produtos das Unidades de Negócios das Rolhas e dos Revestimentos.

35 – OUTRAS INFORMAÇÕES

a. O resultado líquido por ação é calculado atendendo ao número médio do exercício das ações emitidas deduzidas das ações próprias. Não havendo direitos de voto potenciais, o resultado por ação básico não difere do diluído.

	2021	2020
Ações emitidas	133 000 000	133 000 000
Nº médio de ações próprias	-	-
Nº médio de ações em circulação	133 000 000	133 000 000
Resultado líquido (mil euros)	74 755	64 326
Resultado por ação (euros)	0,562	0,484

milhares de euros

b. Garantias

No decurso da sua atividade operacional, a Corticeira Amorim prestou garantias a terceiros que ascendiam em 31/12/2021 a 283 K€ (Dez. 2020: 1 023 K€).

Beneficiário	Montante	Motivo
Agências Governamentais	77	Apoios a investimentos
Diversos	206	Diversos
TOTAL	283	

Os compromissos relativos à compra de cortiça atingem os 21 279 K€ (2022: 12 620 K€; 2023: 3 390 K€, 2024: 1 389 K€ e 2025 e seguintes 3 880 K€).

c. Classificação de ativos e passivos financeiros

Os ativos financeiros inserem-se, essencialmente, na categoria de Empréstimos e Contas a receber. Por sua vez os passivos financeiros são, essencialmente, Passivos a custo amortizado.

Detalhe dos ativos e passivos financeiros:

milhares de euros	Ativos financeiros ao custo amortizado	Ativos financeiros ao justo valor	Derivados designados como de cobertura	Derivados não designados como de cobertura	Total
Clientes (nota 17)	1 61 360				1 61 360
Outros devedores (nota 18)	27 923		1 973		29 896
Outros ativos financeiros (nota 14)		1 603			1 603
Caixa e equivalentes (nota 19)	70 266				70 266
Total a 31 de dezembro de 2020	259 549	1 603	1 973	-	263 125
Clientes (nota 17)	182 653				182 653
Outros devedores (nota 18)	45 436		1 154		46 590
Outros ativos financeiros (nota 14)		1 868			1 868
Caixa e equivalentes (nota 19)	109 604				109 604
Total a 31 de dezembro de 2021	337 693	1 868	1 154	-	340 715

milhares de euros

	Empréstimos	Contas a pagar	Acordos para aquisição de interesses que não controlam	Derivados designados como de cobertura	Derivados não designados como de cobertura	Total
Divida remunerada (Nota 22)	180 983					180 983
Fornecedores (Nota 23)		110 402				110 402
Outros passivos financeiros (nota 24)	17 985	34 491	9 962	23	212	62 674
Total a 31 de dezembro de 2020	198 968	144 893	9 962	23	212	354 058
Divida remunerada (Nota 22)	157 676					157 676
Fornecedores (Nota 23)		160 825				160 825
Outros passivos financeiros (nota 24)	17 397	37 042	4 962	1 086	41	60 527
Total a 31 de dezembro de 2021	175 073	197 866	4 962	1 086	41	379 028

milhares de euros

Os valores a receber de Clientes são denominados em USD (9,7%), CLP (5,2%), GBP (3,4%), DKK (1,0%), AUD (0,9%) e ZAR (0,7%), sendo o remanescente quase totalmente denominado em Euros. As diferenças de câmbios registradas resultam, no essencial, das divisas de clientes denominados em divisa diferente do Euro, bem como, dos empréstimos em divisa usados como instrumentos de cobertura de risco cambial.

É entendimento da Corticeira Amorim que o justo valor das classes de instrumentos financeiros apresentados não difere de forma significativa do seu valor contabilístico, atendendo às condições contratuais de cada um desses instrumentos financeiros.

Os ativos e passivos correntes, dada a sua natureza de curto prazo, têm um valor contabilístico semelhante ao justo valor.

A dívida remunerada não corrente à taxa fixa, inclui uma parte que foi contratada durante o exercício de 2015. Não tendo existido variações significativas nas taxas de juro de referência, a taxa então negociada não difere substancialmente das condições correntes de mercado, pelo que o justo valor não difere significativamente do valor contabilístico. A restante divida não corrente à taxa fixa corresponde às Obrigações Verdes.

No caso dos Outros Passivos Financeiros (essencialmente Subsídios Não Remunerados mensurados ao justo valor no reconhecimento inicial), atendendo à magnitude do diferencial de atualização inicial por reconhecer em resultados, aos prazos de vencimento e aos níveis atuais de taxa de juro, o diferencial entre o valor contabilístico e o justo valor não é significativo.

d. Reconciliação das Medidas Alternativas de Desempenho

De acordo com as orientações da ESMA (European Sales and Marketing Association) de Outubro de 2015 sobre Medidas Alternativas de Desempenho (APM), a Corticeira Amorim apresenta de seguida uma tabela a reconciliar as APM que não sejam de leitura direta nas demonstrações financeiras primárias.

Relatório de Gestão	Demonstrações Financeiras Consolidadas
Margem bruta	Vendas – Custo das mercadorias vendidas e das matérias consumidas + Variação de produção
Margem bruta %	Margem bruta / (Vendas + Variação de produção)
Custos operacionais	Fornecimento e serviços externos + Gastos com pessoal + Ajustamentos de imparidade de ativos – Outros rendimentos e ganhos + Outros gastos e perdas + Depreciações/ Amortizações
Fundo de maneo	Inventários + Clientes – Fornecedores + outros ativos operacionais – outros passivos operacionais
Capital investido	Goodwill + Ativo Fixo tangível + ativo intangível + direito de uso + fundo de maneo + propriedades de investimento + investimento em associadas + outros ativos/(passivos) operacionais
Divida remunerada líquida/endividamento consolidado	Divida remunerada corrente e não corrente – caixa e equivalentes
Autonomia financeira	Capital próprio / Total do ativo

36 – EVENTOS SUBSEQUENTES

Aquisição do Grupo SACI

Conforme comunicação ao mercado em 11 de janeiro de 2022 a Corticeira Amorim, através da sua subsidiária Amorim Cork, SGPS, S.A., chegou a um acordo para a aquisição de 50% do capital social da SACI S.r.l. (“Grupo SACI”), sediada em Ivrea (perto de Turim) por um valor de 48,7 M€. O Grupo SACI era detido, em partes iguais, pelas famílias Getto (Itália) e Perlich (Alemanha). Constituído por 17 empresas que atuam em diversos setores, o Grupo SACI tem como principal atividade a produção e a comercialização de *muselets*, conta com uma equipa de cerca de 340 colaboradores/as e está presente em mais de 30 países.

A Corticeira Amorim considera que controla o Grupo Saci detendo 50% dos direitos de voto. Essa avaliação ocorre porque a Corticeira Amorim tem responsabilidades atribuídas que lhe permitem direcionar as atividades relevantes do Grupo Saci. Essas atividades incluem, entre outras, o supply chain, a rede de distribuição e o reporte de gestão. Esta capacidade de direcionar atividades relevantes inclui o estabelecimento de orçamentos operacionais e de capital e a nomeação de gestores ou prestadores de serviços relevantes.

Conflito militar na Ucrânia

Na sequência do conflito militar entre a Rússia e a Ucrânia e as consequências desse conflito sob a forma de sanções económicas, os mercados globais, as cadeias logísticas e a evolução económica em geral têm sido significativamente afetados. A situação atual, juntamente com as potenciais flutuações dos preços das matérias-primas, das taxas de câmbio, as restrições às importações e exportações, a disponibilidade de materiais e serviços locais e o acesso aos recursos locais terão impacto na Corticeira Amorim, que tem relações comerciais estabelecidas na Rússia, Ucrânia e Bielorrússia.

Tratando-se de um evento subsequente não ajustável as seguintes divulgações permitem perceber o grau de exposição que a Corticeira Amorim tem aos principais mercados afetados pelo conflito:

- o Grupo tem duas subsidiárias na região (Amorim Cork Composites LLC e Amorim Flooring Russia LLC) com um total de 11 colaboradores/as;
- as vendas em 2021 para os três países referidos representaram 1,5% do total de vendas consolidadas da Corticeira Amorim;
- a 31 de dezembro de 2021 o contributo total dos ativos daquelas subsidiárias para os ativos consolidados ascendia a 2,1 M€, e os passivos a 0,5 M€;
- o total de saldos a receber de terceiros dos três países, no final de março de 2022, era de 2,6 M€.

Face à atual situação de grande constrangimento económico e financeiro exercido sobre a Rússia, o risco de incobrabilidade aumentou, bem como a volatilidade cambial acrescida, a que acresce uma acentuada redução da liquidez, corroborado com a potencial manutenção de boicote organizado por parte das sociedades ocidentais sobre produtos originários da Rússia. A nível

de operações financeiras para cobrir o risco cambial, genericamente não há restrições às transações cambiais em rublos. Contudo, há uma acentuada redução de liquidez e uma volatilidade acrescida, o que torna as transações particularmente difíceis de executar.

As instituições financeiras europeias (a par das instituições dos países que impuseram sanções sobre a Rússia) estão a processar os fluxos da Rússia/Bielorrússia com particular demora. Necessitam de validar se estes fluxos estão conformes ou se colidem com sanções e práticas prudenciais desde o ordenante ao banco emissor, ao fluxo em si mesmo.

A Corticeira Amorim continuará a monitorizar o evoluir da situação de forma a tomar as decisões que considera adequadas para a sua atividade que, à presente data, não são possíveis de estimar com razoável grau de confiança.

Para além destes eventos e até à data de emissão este relatório, não ocorreram outros factos relevantes que possam vir a afetar materialmente a posição financeira e os resultados futuros da Corticeira Amorim e do conjunto das empresas filias incluídas na consolidação.

Mozelos, 4 de abril de 2022

O Conselho de Administração
da Corticeira Amorim, S.G.P.S., S.A.

Presidente:
António Rios de Amorim

Vice-Presidente:
Nuno Filipe Vilela Barroca de Oliveira

Vogais:
Fernando José de Araújo dos Santos Almeida
Cristina Rios de Amorim Baptista
Luisa Alexandra Ramos Amorim
Juan Ginesta Viñas
José Pereira Alves
Marta Parreira Coelho Pinto Ribeiro
Cristina Galhardo Vilão
António Lopes Seabra



RELATÓRIOS E PARECERES DOS ÓRGÃOS DE FISCALIZAÇÃO E REVISÃO

07

Líder mundial de transformação de cortiça, a Corticeira Amorim ambiciona potenciar mais ainda as qualidades intrínsecas desta matéria-prima única.

CORTICEIRA AMORIM, S.G.P.S, S.A.

RELATÓRIO E PARECER DA COMISSÃO DE AUDITORIA – EXERCÍCIO DE 2021

Senhores Accionistas,

Nos termos da Lei e do mandato que nos conferido, submetemos à vossa apreciação o Relatório sobre a actividade fiscalizadora desenvolvida e damos o nosso Parecer sobre o Relatório de Gestão e as Demonstrações Financeiras Individuais e Consolidadas apresentadas pelo Conselho de Administração da Corticeira Amorim, S.G.P.S, S.A. relativamente ao exercício findo em 31 de Dezembro de 2021.

I – ATIVIDADE DESENVOLVIDA

A Comissão de Auditoria da Corticeira Amorim foi eleita, em sede de Assembleia Geral, em 23 de abril de 2021. Nessa mesma Assembleia Geral, foi adotado o modelo de gestão e de fiscalização de inspiração anglo-saxónica, que integra o Conselho de Administração e a Comissão Executiva, como órgãos de administração e gestão, e a Comissão de Auditoria e o Revisor Oficial de Contas como órgãos de fiscalização e controlo. A Comissão foi antecedida, no seu papel de órgão de fiscalização, por um Conselho Fiscal em funções até essa data.

A Comissão de Auditoria acompanhou regularmente as actividades da Sociedade e das suas principais subsidiárias e vigiou pela observância da Lei e do Contrato de Sociedade, tendo procedido à fiscalização da administração da Sociedade, da eficácia dos sistemas de gestão de riscos, cuja política teve oportunidade de apreciar, de controlo interno e de auditoria interna e da preparação e divulgação da informação financeira individual e consolidada. Além disso, procedeu à monitorização da regularidade dos registos contabilísticos, da exactidão dos documentos de prestação de contas individuais e consolidadas e das políticas contabilísticas e critérios valorimétricos adoptados pela sociedade, tendo igualmente apreciado a razoabilidade das estimativas e dos julgamentos da administração nas matérias que pressupõem maior subjectividade, por forma a verificar que os mesmos conduzem a uma adequada expressão do património e dos seus resultados individuais e consolidados e fluxos de caixa.

Neste exercício, a totalidade das reuniões e demais trabalhos inerentes às funções da Comissão de Auditoria realizou-se por via telemática. Tal facto não impediu que as reuniões e os contactos necessários com os interlocutores da Comissão de Auditoria fossem efetuados com a frequência e profundidade necessários, pelo que consideramos que, globalmente, não teve impacto relevante no desempenho das nossas funções. Os membros da Comissão também estiveram presentes, igualmente por via telemática, nas reuniões do Conselho de Administração ocorridas durante o exercício de 2021, desde a sua eleição, enquanto membros não executivos deste mesmo órgão. Os membros da Comissão de Auditoria, com exceção do seu presidente, lideraram igualmente comissões especializadas do Conselho de Administração em matérias relevantes para a vida da sociedade.

A Comissão reuniu com os representantes departamentais com funções de relevo na preparação das contas individuais e consolidadas, bem assim como com o Auditor Interno e com os responsáveis pelos Departamentos Jurídico e Fiscal, de todos tendo recebido total colaboração. A Comissão de Auditoria reuniu igualmente com membros do Conselho de Administração e da Comissão Executiva, de quem obteve esclarecimento para todas as questões suscitadas, bem como uma compreensão dos planos e objectivos da Sociedade, os quais teve a oportunidade de apreciar. Durante o exercício de 2021, tal como já tinha ocorrido em 2020, voltou a assumir especial relevância o acompanhamento dos impactos da pandemia COVID-19 nas actividades do Grupo, bem assim como as medidas adoptadas para a sua mitigação, seja na continuidade das operações industriais e comerciais, seja na protecção de todos os colaboradores/as em actividades presenciais.

No exercício das suas competências, a Comissão de Auditoria reuniu regularmente com os representantes da Sociedade de Revisores Oficiais de Contas, no sentido de acompanhar os trabalhos de auditoria efectuados, desde a fase de planeamento até às respectivas conclusões, avaliando de forma positiva a forma como estes contribuíram para a integridade do processo de preparação e divulgação de informação financeira. A Comissão de Auditoria avaliou igualmente a sua competência e independência, tendo, nesta vertente, analisado as propostas que lhe foram presentes para prestação de serviços, que não de auditoria, pela Sociedade de Revisores Oficiais de Contas, tendo aprovado aquelas que respeitavam a serviços permitidos, não afectavam a independência da Sociedade de Revisores Oficiais de Contas, quer em termos de montantes pagos quer em termos de execução, e cumpriam os demais requisitos legais.

A Comissão de Auditoria analisou as Certificações Legais das Contas e os Relatórios de Auditoria das Demonstrações Financeiras Individuais e Consolidadas relativas ao exercício de 2021, que compreendem as Demonstrações Consolidada e Individual da Posição Financeira em 31 de Dezembro de 2021, as Demonstrações Individual e Consolidada dos Resultados por Naturezas, as Demonstrações Individual e Consolidada do Rendimento Integral, as Demonstrações Individual e Consolidada das Alterações no Capital Próprio e as Demonstrações Individual e Consolidada dos Fluxos de Caixa e os respectivos anexos, documentos esses que não apresentam quaisquer reservas. A Comissão de Auditoria analisou igualmente (1) a Confirmação de Independência e (2) o Relatório Adicional, que lhe foram remetidos pela Sociedade de Revisores Oficiais de Contas, ambos reportados à data da conclusão dos trabalhos de auditoria.

Como lhe compete, a Comissão de Auditoria acompanhou as transações realizadas com partes relacionadas, tendo também acompanhado o funcionamento do sistema de participação de irregularidades.

A Comissão de Auditoria analisou também o Relatório de Governo da Sociedade, competindo-lhe apenas atestar se o mesmo inclui todos os elementos referidos no art nº 29-H do Código de Valores Mobiliários, o que a Comissão de Auditoria verificou.

II – PARECER

No âmbito das competências da Comissão de Auditoria, declara-se que, tanto quanto é do nosso conhecimento e convicção, os documentos de prestação de contas atrás referidos, foram preparados em conformidade com as normas contabilísticas aplicáveis, dando uma imagem verdadeira e apropriada do ativo e do passivo, da situação financeira e dos resultados da Corticeira Amorim, S.G.P.S, S.A. e do Grupo por ela liderado, e que o relatório de gestão expõe fielmente a evolução dos negócios, do desempenho e da posição do Grupo, contendo uma adequada descrição dos principais riscos e incertezas com que se defrontam. Atesta-se ainda que o Relatório do Governo da Sociedade, inclui os elementos referidos no art nº 29-H do Código de Valores Mobiliários.

Nestes termos, tendo em consideração as diligências desenvolvidas, os pareceres e as informações recebidas do Conselho de Administração, dos Serviços da Sociedade e do Revisor Oficial de Contas e Auditor Externo, a Comissão de Auditoria é de parecer que:

1. seja aprovado o Relatório de Gestão Individual e Consolidado relativo ao exercício de 2021;
2. sejam aprovadas as Demonstrações Financeiras Individuais e Consolidadas do exercício de 2021;
3. seja aprovada a proposta de aplicação de resultados apresentada pelo Conselho de Administração, que se encontra devidamente fundamentada.

Mozelos, 6 de abril de 2022
A Comissão de Auditoria

Presidente:
José Pereira Alves

Vogais:
Marta Parreira Coelho Pinto Ribeiro
Maria Cristina Galhardo Vilão
António Lopes Seabra



© Augusto Brázio, 2015

Desde 1963 que a Corticeira Amorim aproveita os subprodutos dos seus processos industriais para desenvolver novos produtos, soluções e aplicações.

Certificação Legal das Contas e Relatório de Auditoria

RELATO SOBRE A AUDITORIA DAS DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS CONSOLIDADAS

Opinião

Auditámos as demonstrações financeiras consolidadas anexas de Corticeira Amorim, SGPS, S.A. (o Grupo), que compreendem a Demonstração Consolidada da Posição Financeira em 31 de dezembro de 2021 (que evidencia um total de 1.081.289 milhares de euros e um total de capital próprio de 623.283 milhares de euros, incluindo um resultado líquido atribuível aos detentores de capital do Grupo de 74.755 milhares de euros), a Demonstração Consolidada dos Resultados por Naturezas, a Demonstração Consolidada do Rendimento Integral, a Demonstração Consolidada das Alterações no Capital Próprio e a Demonstração Consolidada dos Fluxos de Caixa relativas ao ano findo naquela data, e as notas anexas às demonstrações financeiras consolidadas que incluem um resumo das políticas contabilísticas significativas.

Em nossa opinião, as demonstrações financeiras consolidadas anexas apresentam de forma verdadeira e apropriada, em todos os aspetos materiais, a posição financeira consolidada de Corticeira Amorim, SGPS, S.A. em 31 de dezembro de 2021 e o seu desempenho financeiro e fluxos de caixa consolidados relativos ao ano findo naquela data, de acordo com as Normas Internacionais de Relato Financeiro (IFRS) tal como adotadas na União Europeia.

Bases para a opinião

A nossa auditoria foi efetuada de acordo com as Normas Internacionais de Auditoria (ISA) e demais normas e orientações técnicas e éticas da Ordem dos Revisores Oficiais de Contas. As nossas responsabilidades nos termos dessas normas estão descritas na secção “Responsabilidades do auditor pela auditoria das demonstrações financeiras consolidadas” abaixo. Somos independentes das entidades que compõem o Grupo nos termos da lei e cumprimos os demais requisitos éticos nos termos do código de ética da Ordem dos Revisores Oficiais de Contas.

Estamos convictos de que a prova de auditoria que obtivemos é suficiente e apropriada para proporcionar uma base para a nossa opinião.

Matérias relevantes de auditoria

As matérias relevantes de auditoria são as que, no nosso julgamento profissional, tiveram maior importância na auditoria das demonstrações financeiras consolidadas do ano corrente. Essas matérias foram consideradas no contexto da auditoria das demonstrações financeiras consolidadas como um todo, e na formação da opinião, e não emitimos uma opinião separada sobre essas matérias.

Descrevemos de seguida as matérias relevantes de auditoria do ano corrente:

1. Inventários

Descrição dos riscos de distorção material mais significativos	Síntese da nossa resposta aos riscos de distorção material mais significativos
<p>Em 31 de dezembro de 2021, os Inventários ascendem a 340.167 milhares de euros, líquidos de perdas por imparidade de 7.879 milhares de euros, e representam cerca de 31% do total do ativo.</p> <p>São compostos por cortiça, rolhas e outros produtos transformados derivados da cortiça, que se encontram dispersos por várias localizações.</p>	<p>A nossa abordagem de auditoria incluiu a execução dos seguintes procedimentos:</p> <ul style="list-style-type: none">▶ Efetuámos um entendimento do processo de inventários, tendo identificado os controlos implementados relacionados com a existência e a valorização dos inventários nas subsidiárias relevantes;▶ Assistimos às contagens físicas dos inventários em todas as subsidiárias e geografias relevantes, realizados perto do final do ano, com um foco na identificação de indicadores de

Descrição dos riscos de distorção material mais significativos	Síntese da nossa resposta aos riscos de distorção material mais significativos
<p>Conforme divulgado na Nota 2 i) das notas às demonstrações financeiras consolidadas, os inventários encontram-se valorizados ao menor entre o custo e o valor realizável líquido. O Grupo aplica um critério para o registo de perdas por imparidade de inventários baseado na rotação. Esta metodologia baseia-se em pressupostos definidos com base em julgamentos do Conselho de Administração para determinar as percentagens adequadas para o registo de perdas por imparidade para cada categoria de inventários.</p>	<p>imparidade de inventários por obsolescência ou dano e na correta classificação dos mesmos;</p> <ul style="list-style-type: none"> ▶ Verificámos as condições contratuais de aquisição para uma amostra alargada de contratos com fornecedores da principal matéria-prima; ▶ Efetuámos procedimentos de revisão analítica da valorização de produto acabado e em curso e testámos em detalhe o processo de custeio de inventários através da seleção de uma amostra representativa de fichas de produto; ▶ Testámos os pressupostos subjacentes à determinação das perdas por imparidade de inventários, à luz da informação disponível sobre a rotação dos inventários, inventários obsoletos e consumo/vendas; ▶ Estivemos alerta para possíveis impactos adversos decorrentes da pandemia covid-19 no valor de realização dos inventários; e ▶ Avaliámos a consistência dos critérios utilizados face aos exercícios anteriores. <p>Também aferimos sobre a adequabilidade das divulgações aplicáveis (IAS 2), incluídas nas Notas 2 i) e 16 das notas às demonstrações financeiras consolidadas.</p>

2. Provisões e contingências

Descrição dos riscos de distorção material mais significativos	Síntese da nossa resposta aos riscos de distorção material mais significativos
<p>Conforme divulgado nas Notas 15 e 25 das notas às demonstrações financeiras consolidadas, o Grupo identificou diversas contingências de natureza fiscal e legal. São registadas provisões para contingências fiscais e legais sempre que se considera que é provável um desfecho desfavorável, de acordo com o preconizado no IAS 37 e, no caso das contingências relacionadas com impostos sobre o rendimento, na IFRIC 23. A avaliação da probabilidade de desfecho é suportada no parecer de assessores jurídicos e fiscais.</p> <p>A 31 de dezembro de 2021, o saldo apresentado no passivo de contingências fiscais relacionadas com impostos sobre o rendimento ascende a 43.646 milhares de euros (Nota 15) e o saldo de provisões ascende a 3.698 milhares de euros (Nota 25). A estimativa das eventuais quantias a despendar requer um elevado grau de</p>	<p>A nossa abordagem de auditoria incluiu a execução dos seguintes procedimentos:</p> <ul style="list-style-type: none"> ▶ Procedemos à compreensão e avaliação dos processos de monitorização de contingências fiscais, bem como revimos toda a documentação existente; ▶ Analisámos os processos fiscais que se encontram em curso, bem como as potenciais contingências fiscais, com o apoio dos nossos especialistas fiscais; ▶ Inquirimos o Conselho de Administração e os diretores das áreas legal e fiscal sobre as bases das suas estimativas e julgamentos; ▶ Analisámos as respostas aos pedidos de informação efetuados aos advogados externos; e ▶ Avaliámos a consistência dos critérios utilizados face aos exercícios anteriores, tendo em conta as disposições da IFRIC 23.

Descrição dos riscos de distorção material mais significativos	Síntese da nossa resposta aos riscos de distorção material mais significativos
<p>juízo por parte do Conselho de Administração e é por isso considerada uma matéria relevante.</p>	<p>Também aferimos sobre a adequabilidade das divulgações aplicáveis, incluídas nas Notas 2 j), 2 l), 15 e 25 das notas às demonstrações financeiras consolidadas.</p>

Responsabilidades do órgão de gestão e do órgão de fiscalização pelas demonstrações financeiras consolidadas

O órgão de gestão é responsável pela:

- ▶ preparação de demonstrações financeiras consolidadas que apresentem de forma verdadeira e apropriada a posição financeira consolidada, o desempenho financeiro e fluxos de caixa consolidados do Grupo de acordo com as Normas Internacionais de Relato Financeiro (IFRS) tal como adotadas na União Europeia;
- ▶ elaboração do Relatório Consolidado de Gestão, Relatório do Governo Societário, demonstração não financeira consolidada e relatório sobre remunerações, nos termos legais e regulamentares aplicáveis;
- ▶ criação e manutenção de um sistema de controlo interno apropriado para permitir a preparação de demonstrações financeiras consolidadas isentas de distorções materiais devido a fraude ou a erro;
- ▶ adoção de políticas e critérios contabilísticos adequados nas circunstâncias; e
- ▶ avaliação da capacidade do Grupo de se manter em continuidade, divulgando, quando aplicável, as matérias que possam suscitar dúvidas significativas sobre a continuidade das atividades.

O órgão de fiscalização é responsável pela supervisão do processo de preparação e divulgação da informação financeira do Grupo.

Responsabilidades do auditor pela auditoria das demonstrações financeiras consolidadas

A nossa responsabilidade consiste em obter segurança razoável sobre se as demonstrações financeiras consolidadas como um todo estão isentas de distorções materiais devido a fraude ou a erro, e emitir um relatório onde conste a nossa opinião. Segurança razoável é um nível elevado de segurança mas não é uma garantia de que uma auditoria executada de acordo com as ISA detetará sempre uma distorção material quando exista. As distorções podem ter origem em fraude ou erro e são consideradas materiais se, isoladas ou conjuntamente, se possa razoavelmente esperar que influenciem decisões económicas dos utilizadores tomadas com base nessas demonstrações financeiras.

Como parte de uma auditoria de acordo com as ISA, fazemos julgamentos profissionais e mantemos ceticismo profissional durante a auditoria e também:

- ▶ identificamos e avaliamos os riscos de distorção material das demonstrações financeiras consolidadas, devido a fraude ou a erro, concebemos e executamos procedimentos de auditoria que respondam a esses riscos, e obtemos prova de auditoria que seja suficiente e apropriada para proporcionar uma base para a nossa opinião. O risco de não detetar uma distorção material devido a fraude é maior do que o risco de não detetar uma distorção material devido a erro, dado que a fraude pode envolver conluio, falsificação, omissões intencionais, falsas declarações ou sobreposição ao controlo interno;
- ▶ obtemos uma compreensão do controlo interno relevante para a auditoria com o objetivo de conceber procedimentos de auditoria que sejam apropriados nas circunstâncias, mas não para expressar uma opinião sobre a eficácia do controlo interno do Grupo;
- ▶ avaliamos a adequação das políticas contabilísticas usadas e a razoabilidade das estimativas contabilísticas e respetivas divulgações feitas pelo órgão de gestão;
- ▶ concluímos sobre a apropriação do uso, pelo órgão de gestão, do pressuposto da continuidade e, com base na prova de auditoria obtida, se existe qualquer incerteza material relacionada com acontecimentos ou condições que possam suscitar dúvidas significativas sobre a capacidade do Grupo para dar continuidade às suas atividades. Se concluirmos que existe uma incerteza material, devemos chamar a

3/5

atenção no nosso relatório para as divulgações relacionadas incluídas nas demonstrações financeiras consolidadas ou, caso essas divulgações não sejam adequadas, modificar a nossa opinião. As nossas conclusões são baseadas na prova de auditoria obtida até à data do nosso relatório. Porém, acontecimentos ou condições futuras podem levar a que o Grupo descontinue as suas atividades;

- ▶ avaliamos a apresentação, estrutura e conteúdo global das demonstrações financeiras consolidadas, incluindo as divulgações, e se essas demonstrações financeiras representam as transações e os acontecimentos subjacentes de forma a atingir uma apresentação apropriada;
- ▶ obtemos prova de auditoria suficiente e apropriada relativa à informação financeira das entidades ou atividades dentro do Grupo para expressar uma opinião sobre as demonstrações financeiras consolidadas. Somos responsáveis pela orientação, supervisão e desempenho da auditoria do Grupo e somos os responsáveis finais pela nossa opinião de auditoria;
- ▶ comunicamos com os encarregados da governação, incluindo o órgão de fiscalização, entre outros assuntos, o âmbito e o calendário planeado da auditoria, e as conclusões significativas da auditoria incluindo qualquer deficiência significativa de controlo interno identificada durante a auditoria;
- ▶ das matérias que comunicamos aos encarregados da governação, incluindo o órgão de fiscalização, determinamos as que foram as mais importantes na auditoria das demonstrações financeiras consolidadas do ano corrente e que são as matérias relevantes de auditoria. Descrevemos essas matérias no nosso relatório, exceto quando a lei ou regulamento proibir a sua divulgação pública; e
- ▶ declaramos ao órgão de fiscalização que cumprimos os requisitos éticos relevantes relativos à independência e comunicamos-lhe todos os relacionamentos e outras matérias que possam ser percebidas como ameaças à nossa independência e, quando aplicável, quais as medidas tomadas para eliminar as ameaças ou quais as salvaguardas aplicadas.

A nossa responsabilidade inclui ainda a verificação da concordância da informação constante do Relatório Consolidado de Gestão com as demonstrações financeiras consolidadas, e as verificações previstas no n.º 4 e n.º 5 do artigo 451 do Código das Sociedades Comerciais em matéria de governo societário, bem como a verificação de que a demonstração não financeira consolidada e o relatório de remunerações foram apresentados.

RELATO SOBRE OUTROS REQUISITOS LEGAIS E REGULAMENTARES

Sobre o Relatório Consolidado de Gestão

Dando cumprimento ao artigo 451, n.º 3, al. e) do Código das Sociedades Comerciais, somos de parecer que o Relatório Consolidado de Gestão foi preparado de acordo com os requisitos legais e regulamentares aplicáveis em vigor, a informação nele constante é concordante com as demonstrações financeiras consolidadas auditadas e, tendo em conta o conhecimento e a apreciação sobre o Grupo, não identificámos incorreções materiais.

Sobre o Relatório do Governo Societário

Dando cumprimento ao artigo 451, n.º 4, do Código das Sociedades Comerciais, somos de parecer que o Relatório do Governo Societário inclui os elementos exigíveis ao Grupo nos termos do artigo 29-H do Código dos Valores Mobiliários, não tendo sido identificadas incorreções materiais na informação divulgada no mesmo, cumprindo o disposto nas al. c), d), f), h), i) e l) do n.º 1 do referido artigo.

Sobre a demonstração não financeira consolidada

Dando cumprimento ao artigo 451, n.º 6, do Código das Sociedades Comerciais, informamos que o Grupo incluiu no seu Relatório de Sustentabilidade a demonstração não financeira consolidada prevista no artigo 508-G do Código das Sociedades Comerciais, tendo o mesmo sido divulgado juntamente com o Relatório de Gestão.

Sobre o relatório de remunerações

Dando cumprimento ao artigo 26-G, n.º 6, do Código dos Valores Mobiliários, informamos que o Grupo incluiu em capítulo autónomo, no seu Relatório do Governo Societário, as informações previstas no n.º 2 do referido artigo.

Sobre os elementos adicionais previstos no artigo 10 do Regulamento (UE) n.º 537/2014

Dando cumprimento ao artigo 10 do Regulamento (UE) n.º 537/2014 do Parlamento Europeu e do Conselho, de 16 de abril de 2014, e para além das matérias relevantes de auditoria acima indicadas, relatamos ainda o seguinte:

- ▶ Fomos eleitos auditores de Corticeira Amorim, SGPS, S.A. (Entidade-mãe do Grupo) pela primeira vez na assembleia geral de acionistas realizada em 7 de abril de 2017 para um mandato compreendido entre 2017 e 2019. Na assembleia geral de acionistas realizada em 23 de abril de 2021, fomos eleitos para um novo mandato compreendendo os exercícios de 2021 a 2023;
- ▶ O órgão de gestão confirmou-nos que não tem conhecimento da ocorrência de qualquer fraude ou suspeita de fraude com efeito material nas demonstrações financeiras. No planeamento e execução da nossa auditoria de acordo com as ISA mantivemos o ceticismo profissional e concebemos procedimentos de auditoria para responder à possibilidade de distorção material das demonstrações financeiras consolidadas devido a fraude. Em resultado do nosso trabalho não identificámos qualquer distorção material nas demonstrações financeiras consolidadas devido a fraude;
- ▶ Confirmamos que a opinião de auditoria que emitimos é consistente com o relatório adicional que preparámos e entregámos ao órgão de fiscalização do Grupo nesta data; e
- ▶ Declaramos que não prestámos quaisquer serviços proibidos nos termos do artigo 5 do Regulamento (UE) n.º 537/2014 do Parlamento Europeu e do Conselho, de 16 de abril de 2014 e que mantivemos a nossa independência face ao Grupo durante a realização da auditoria.

Formato Eletrónico Único Europeu (ESEF)

As demonstrações financeiras consolidadas de Corticeira Amorim, SGPS, S.A. referentes ao exercício findo em 31 de dezembro de 2021 têm de cumprir os requisitos aplicáveis estabelecidos no Regulamento Delegado (UE) 2019/815 da Comissão, de 17 de dezembro de 2018 (Regulamento ESEF).

O órgão de gestão é responsável pela elaboração e divulgação do relatório anual em conformidade com o Regulamento ESEF.

A nossa responsabilidade consiste em obter segurança razoável sobre se as demonstrações financeiras consolidadas, incluídas no relatório anual, estão apresentadas em conformidade com os requisitos estabelecidos no Regulamento ESEF.

Os nossos procedimentos tomaram em consideração o Guia de Aplicação Técnica da OROC sobre o relato em ESEF e incluíram, entre outros:

- ▶ a obtenção da compreensão do processo de relato financeiro, incluindo a apresentação do relatório anual no formato XHTML válido; e
- ▶ a identificação e avaliação dos riscos de distorção material associados à marcação das informações das demonstrações financeiras, em formato XBRL utilizando a tecnologia iXBRL. Esta avaliação baseou-se na compreensão do processo implementado pelo Grupo para marcar a informação.

Em nossa opinião, as demonstrações financeiras consolidadas, incluídas no relatório anual, estão apresentadas, em todos os aspetos materiais, em conformidade com os requisitos estabelecidos no Regulamento ESEF.

Porto, 6 de abril de 2022

Ernst & Young Audit & Associados – SROC, S.A.
Sociedade de Revisores Oficiais de Contas
Representada por:

Rui Manuel da Cunha Vieira - ROC n.º 1154
Registado na CMVM com o n.º 20160766

5/5

RELATÓRIO ANUAL CONSOLIDADO

2021

Corticeira Amorim, S.G.P.S., S.A.

Edifício Amorim I
Rua Comendador Américo Ferreira Amorim, 380
Apartado 20 4536-902
MOZELOS – PORTUGAL
T: +351 227 475 400
F: +351 227 475 410
corticeira.amorim@amorim.com
www.amorim.com

Copyright

© Corticeira Amorim

© reservado aos autores e/ou instituições referenciados

Design Gráfico

Studio Dobra

www.studiodobra.com

CORTICEIRA AMORIM

AMORIM



Corticeira Amorim, S.G.P.S., S.A.
Rua Comendador Américo Ferreira Amorim, 380
4535-186 Mozelos, Portugal

T: +351 227 475 400 F: +351 227 475 410
corticeira.amorim@amorim.com
www.amorim.com